

# DIAGNÓSTICO SOCIAL 2025

# FICHA TÉCNICA

Título: Diagnóstico Social 2025 - concelho de Setúbal

Entidade promotora: Câmara Municipal de Setúbal

Documento Elaborado por: Divisão dos Direitos Sociais e Saúde - Equipa Radar Social

Colaboração: Entidades da Rede Social de Setúbal

Edição: Câmara Municipal de Setúbal

Ano: 2025

# ÍNDICE

<b>NOTA INTRODUTÓRIA</b>		
<b>1</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA</b>	
1.1	Concelho de Setúbal	5
1.1.1	<i>População do Concelho</i>	7
1.2	População por Freguesia	9
1.3	Estrutura Etária	15
1.4	Tendências Demográficas	16
1.4.1	<i>Natalidade</i>	20
1.4.2	<i>Mortalidade</i>	22
1.4.3	<i>Variação Populacional</i>	23
1.5	Agregados	25
1.5.1	Estrutura dos Agregados	27
<b>2</b>	<b>REALIDADE ECONÓMICA</b>	
2.1	Setores Económicos	33
2.2	Mercado de Trabalho	37
2.3	Indicadores Económicos	59
<b>3</b>	<b>CONDIÇÕES DE VIDA, BEM-ESTAR E INTEGRAÇÃO SOCIAL</b>	
3.1	Risco de Pobreza	64
3.2	População Vulnerável	70
3.2.1	<i>Crianças e Jovens</i>	71
3.2.2	<i>População Idosa</i>	87
3.2.3	<i>Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade</i>	97
3.2.4	<i>Migrantes</i>	109
3.2.5	<i>Pessoas em Situação de Sem-abrigo</i>	120
3.3	Segurança Social	125
3.3.1	<i>Respostas Sociais</i>	127
3.3.2	<i>Prestações Sociais</i>	145
3.4	Saúde	163
3.4.1	<i>Saúde Mental</i>	185
3.5	Criminalidade e Violência	191
3.5.1	<i>Violência Doméstica</i>	194
<b>4</b>	<b>EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO</b>	
4.1	Educação	198
4.2	Cultura	217
4.3	Desporto	223
<b>5</b>	<b>HABITAÇÃO, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES</b>	
5.1	Edifícios e Alojamentos	236
5.2	Mobilidade e Acessibilidade	260
<b>6</b>	<b>MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE</b>	267
<b>7</b>	<b>CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO</b>	
7.1	Cidadania e Participação	273
7.2	Movimento Associativo	278
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	280
	<b>ANEXOS</b>	288

# NOTA INTRODUTÓRIA

Os Diagnósticos Sociais constituem-se como um importante instrumento de planeamento estratégico da Rede Social, contribuindo para a compreensão da realidade social ao identificar as necessidades, reconhecer os problemas prioritários e as suas causas, além de mapear os recursos, as potencialidades e as limitações existentes no contexto local.

Nesse sentido, apresenta-se aqui o *Diagnóstico Social 2025* do concelho de Setúbal, concretizado pela equipa do projeto Radar Social, no âmbito das suas atribuições e atividades a desenvolver, em articulação com a Rede Social. Complementarmente, o presente documento concretiza a atividade “Elaboração do Diagnóstico de Referência” inscrita na medida 2. *Informação, Conhecimento e Capacitação* do Eixo 1. *Rede Social* do Plano de Ação do Plano de Desenvolvimento Social 2021 – 2027.

Além da atualização dos documentos de planeamento da Rede Social, o projeto Radar Social tem, ainda, como objetivo apoiar pessoas ou famílias em situações de emergência, mobilizando os recursos disponíveis na comunidade, como instituições, serviços ou profissionais, para garantir apoio imediato. Também procura ouvir e encaminhar pessoas ou grupos em vulnerabilidade social para os serviços de apoio existentes ou para os parceiros da Rede Social de Setúbal, considerando sempre o contexto de vida de cada pessoa ou família.

O presente documento pretende agrupar e sintetizar os dados estatísticos relevantes para conhecer e pensar a realidade social do concelho de Setúbal. Serão utilizadas as seguintes fontes de informação, entre outras que venham a considerar-se significativas, ao longo da pesquisa para levantamento de dados e indicadores: Instituto Nacional de Estatística (INE); Atlas dos Municípios Saudáveis - Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS); Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP); Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA); Turismo de Portugal; Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ); Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Setúbal (CPCJ de Setúbal); Uniões e Juntas de Freguesia do concelho de Setúbal; Portal da Justiça; Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ); Estratégia Nacional Para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA); Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA Setúbal);

# NOTA INTRODUTÓRIA

Sistema Nacional de Saúde (Portal do SNS); Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Setúbal (SAAS de Setúbal); Infoescolas; Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

Esta recolha e apresentação de dados sociais será, sempre que possível, acompanhada por um exercício de interpretação e relação entre indicadores, num esforço contínuo de análise e criação de sentido no que se refere à dinâmica social do concelho de Setúbal.

Procuraremos nas conclusões tecer linhas orientadoras e recomendações para o futuro da intervenção social à luz dos dados sociais recolhidos e aqui apresentados.

## 1.1. CONCELHO DE SETÚBAL

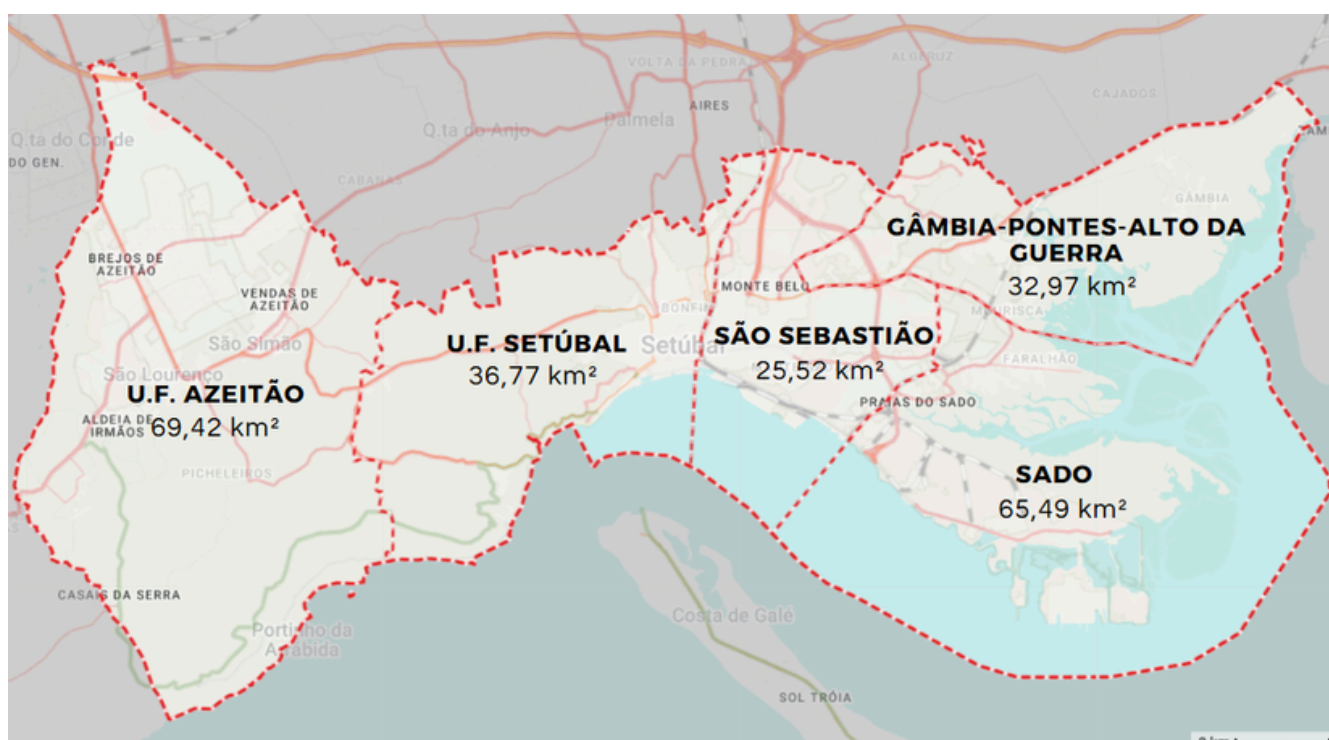
O concelho de Setúbal localiza-se no extremo sul da Península de Setúbal fazendo parte da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Geograficamente, o concelho de Setúbal ocupa uma posição estratégica, situando-se, entre o estuário do rio Sado e a serra da Arrábida, formando uma área de grande diversidade paisagística. Apresenta duas tipologias de paisagem:

- Relevo mais acentuado, com encostas entre 100 e 500 metros de altitude, nas quais se destacam a Serra da Arrábida, a Serra de São Luís e Serra de São Francisco;
- Terras planas ou com suaves ondulações, raramente ultrapassando 150 metros de altura (cerca de 80% da região).

Apresenta solos argiloso-calcários nas áreas de relevo mais acentuado. Nas áreas planas, predominam solos arenosos, considerados pobres mas ideais para a produção de uvas de qualidade. É servido por importantes vias de comunicação, rodoviárias, ferroviárias e portuárias.

A norte e nordeste do concelho, Setúbal limita-se com o concelho de Palmela. A noroeste é delimitado pelos concelhos de Sesimbra e do Barreiro. A este e a sudeste, é delimitado pelo concelho de Alcácer do Sal (no rio Sado). A sul, Setúbal é delimitado pelo concelho de Grândola (no rio Sado) e pelo Oceano Atlântico, e a oeste pelo concelho de Sesimbra.

IMAGEM Nº 1 - FREGUESIAS DO CONCELHO DE SETÚBAL E RESPETIVA ÁREA (KM<sup>2</sup>)



Fonte: Geoportal do Município de Setúbal (adaptado)

A serra da Arrábida, uma das maiores atrações naturais da região, ocupa a parte oriental do concelho e é uma área de grande valor ambiental e paisagístico, com vastas áreas de vegetação mediterrânica e vistas panorâmicas sobre o mar e as praias da região.

O concelho apresenta uma diversidade de paisagens, combinando áreas urbanas e zonas mais rurais e naturais. A cidade de Setúbal, sendo o principal centro urbano, está localizada na margem norte do estuário do rio Sado, e é caracterizada por um ambiente urbano, com infraestrutura portuária importante.

O clima do concelho de Setúbal é tipicamente mediterrâneo, caracterizado por verões quentes e secos e invernos amenos e húmidos. Esta condição climática favorece a agricultura, especialmente a produção de vinhos, frutas e azeite.

# 123.458

## Total de Habitantes

Fonte: INE - Estimativa 2023

# 230,15 km<sup>2</sup>

## Área

Fonte: INE

A proximidade ao estuário do rio Sado e à serra da Arrábida oferece ao concelho um alto valor ambiental, cultural e económico, sendo um importante ponto turístico e de desenvolvimento regional.

GRÁFICO Nº 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE SETÚBAL (2011 - 2023) (Nº)



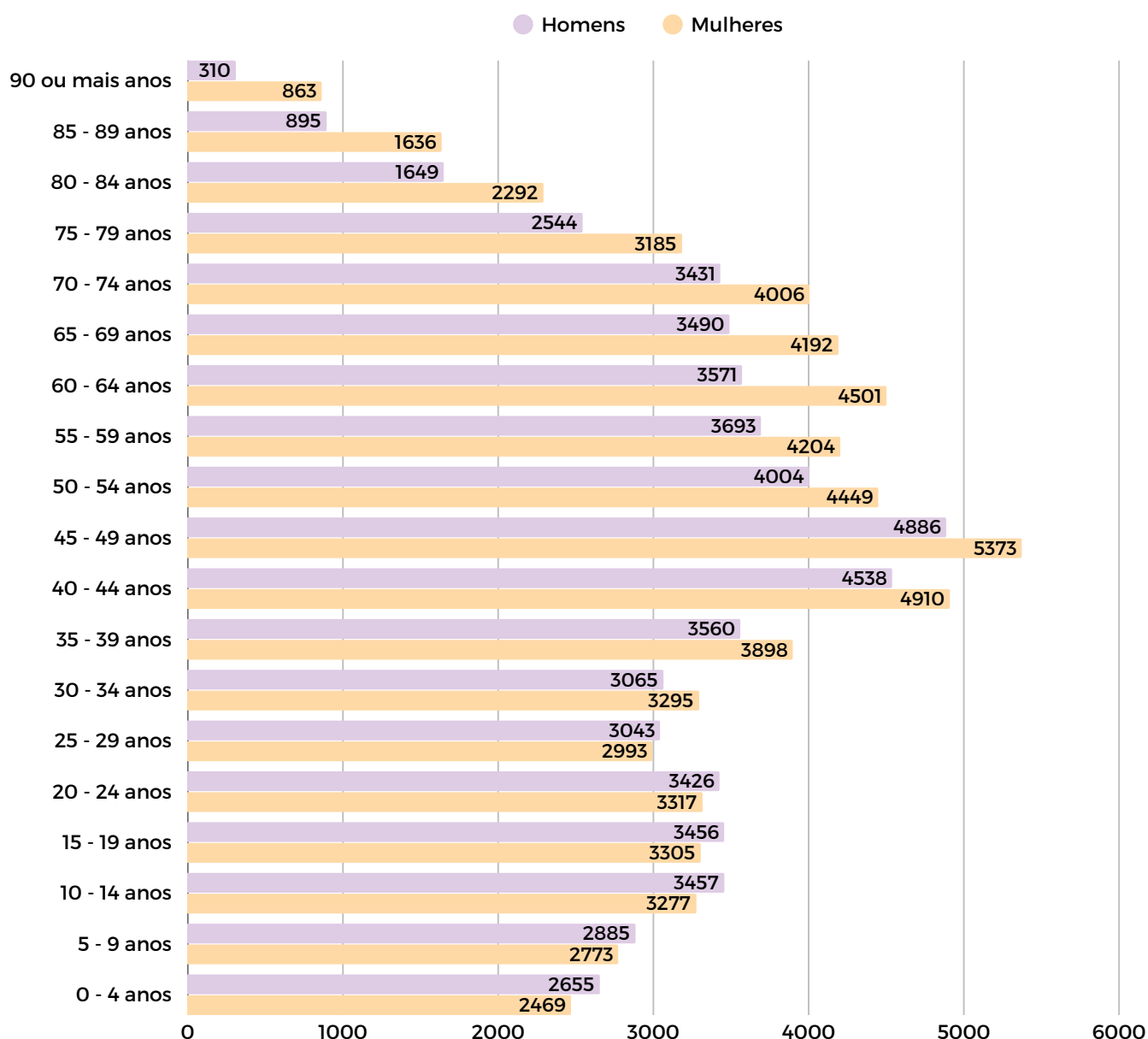
Fonte: População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo; Anual

## 1.1.1. POPULAÇÃO DO CONCELHO

Conhecer as pessoas e os locais onde vivem é essencial, pois a interação entre características pessoais e o contexto social afeta as condições de vida de cada grupo etário. Isto permite analisar como as comunidades e territórios se adaptam (ou não) ao envelhecimento da sua população.<sup>1</sup>

No seguinte gráfico, verifica-se que a distribuição da população por faixa etária e por sexo segue um padrão típico: homens e mulheres nascem em números equilibrados, mas as mulheres, apresentam uma maior longevidade, superando estes em idades mais avançadas.

GRÁFICO Nº 2 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO NO CONCELHO DE SETÚBAL (QUINQUENAL) (2021) (Nº)



Fonte: População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (quinquenal); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

<sup>1</sup> - Moreira, M. J. G. (2020). Como envelhecem os portugueses – envelhecimento, saúde, idadeísmo. In S. Norton & L. Barbosa (Eds.), Coleção «Os portugueses» 9/10 (pp. 1-80). Fundação Francisco Manuel dos Santos, PORDATA, Público e a RTP.

Este fenómeno é reforçado ao observarmos que, em idades mais avançadas, especialmente após os 60 anos, a diferença entre os sexos torna-se muito mais evidente, devido à maior expectativa de vida das mulheres em comparação aos homens.

Em algumas faixas etárias (nomeadamente, os escalões dos 0 aos 29 anos), os homens têm uma ligeira prevalência. Isto indica que a distribuição entre os sexos nas faixas etárias mais jovens é mais equilibrada. Entre as faixas etárias dos 30 aos 39 anos, começa a observar-se uma ligeira predominância de mulheres.

Esta tendência acentua-se à medida que os escalões etários vão avançando. A partir dos 75 anos, há uma clara predominância de mulheres em relação aos homens, com a diferença a acentuar-se à medida que a idade aumenta.

Por exemplo, nas faixas etárias de 80 a 84 anos, 85 a 89 anos, e acima de 90 anos, o número de mulheres é muito superior ao dos homens, principalmente nestas duas últimas onde as mulheres representam quase o dobro e quase o triplo dos homens, respetivamente.

A tendência da maior representatividade das mulheres nas faixas etárias mais avançadas é um fenómeno conhecido como feminização do envelhecimento.

Esta apresenta desafios significativos como a maior vulnerabilidade a problemas de saúde física e psicológica (embora vivam mais, tendem a ter mais anos de vida com problemas de saúde comparadas aos homens<sup>1</sup>), risco aumentado de violência e discriminação social e necessidade de políticas públicas específicas para atender às necessidades desta população crescente.<sup>2</sup>



*Estátua de Bocage (1871), homenagem ao poeta português, localizada na Praça de Bocage  
Foto: Elaboração própria*

<sup>1</sup> - Moreira, M. J. G. (2020). Como envelhecem os portugueses – envelhecimento, saúde, idadeismo. In S. Norton & L. Barbosa (Eds.), Coleção «Os portugueses» 9/10 (pp. 1-80). Fundação Francisco Manuel dos Santos, PORDATA, Público e a RTP.

<sup>2</sup> - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2024, 10 de outubro). Dia Internacional das Pessoas Idosas - 1 de outubro de 2024. - Consultado a 26/03/2025

## 1.2. POPULAÇÃO POR FREGUESIA

As freguesias do concelho de Setúbal apresentam entre 2011 e 2021 uma dinâmica diferente na evolução da população.

**Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra** (+15,7%) e **Azeitão** (+10,96%) registaram os maiores aumentos populacionais, resultado do crescimento urbanístico destas freguesias.

Azeitão beneficia de uma localização privilegiada, da melhoria nas infraestruturas de transporte, da transformação de segundas residências em habitações permanentes e de um bom nível de qualidade de vida<sup>1</sup>.

No caso de **Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra**, o aumento populacional poderá estar relacionado com a migração interna dentro do município.

Na **freguesia de São Sebastião** o crescimento manteve-se estável (+0,16%), o que pode indicar uma saturação ou equilíbrio na sua população ao longo da última década.

A manutenção da população em **São Sebastião** contrasta com algumas tendências observadas em outras áreas urbanas, onde tem havido movimentos para zonas periféricas. Isto pode indicar que a freguesia continua a oferecer condições atrativas para os seus residentes, apesar dos desafios demográficos.

No sentido inverso, encontramos as Freguesias do Sado e de Setúbal.

Na **freguesia do Sado** verifica-se uma diminuição de quase 7% na população, o que pode ser resultado de fatores como a redução da natalidade e o envelhecimento da população.

A **União das Freguesias de Setúbal** teve uma ligeira diminuição de 0,9%, o que também pode ser influenciado pela baixa natalidade, envelhecimento da população e migração para áreas periféricas.

**TABELA Nº 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SETÚBAL (2011 - 2021)**

Freguesias	2011	2021	Var.(%)
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	5885	6809	15,70
Sado	5783	5380	-6,97
São Sebastião	52 542	52 627	0,16
União das Freguesias de Azeitão	18 877	20 946	10,96
União das Freguesias de Setúbal	38 098	37 757	-0,90

Fonte: INE - População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

<sup>1</sup> - Câmara Municipal de Setúbal & AO - Oficina de Arquitectura, Lda. (2007) Diagnóstico Sintético de Azeitão - Agenda 21 Local, 2007

## SADO

A freguesia do Sado localiza-se na parte oriental do concelho de Setúbal, na periferia do centro urbano.

O seu nome está diretamente relacionado com a proximidade ao rio Sado e a sua inserção na Reserva Natural do Estuário do Sado. Tem uma área 65,49 km<sup>2</sup> e 5357 habitantes, sendo a densidade populacional de 81,80 hab./km<sup>2</sup> <sup>2</sup>, a mais reduzida das cinco freguesias do concelho.

Este território possui um valioso património natural, com vários santuários de aves limícolas, que se alimentam basicamente de crustáceos, larvas e outros, espécies abundantes nos sapais e salinas que lhes oferecem para além do alimento locais de abrigo propícios para a passagem do inverno moderado característico do estuário, fugindo assim aos rigorosos invernos nórdicos.

Um dos locais de interesse desta freguesia é o Moinho de Maré da Mourisca, datado do século XVII.<sup>1</sup>

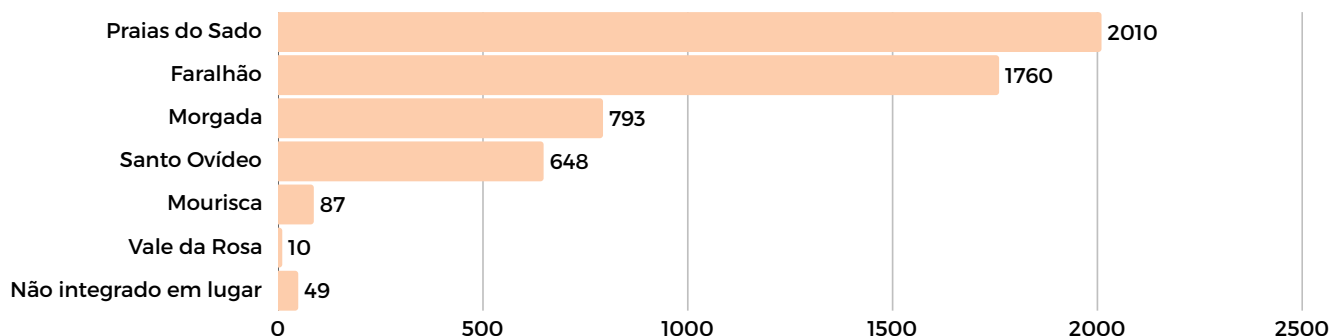
A freguesia do Sado, de cariz mais rural, vê a sua população concentrada essencialmente em quatro núcleos quase contíguos: Praias do Sado (2010 hab.), Faralhão (1760 hab.), Morgada (793 hab.) e Santo Ovídeo (648 hab.), existindo mais alguns aglomerados de dimensão reduzida e mais dispersos como a Mourisca e Vale da Rosa.

A estrutura populacional reflete a combinação de zonas urbanas e rurais, com diferentes características socioeconómicas, ambientais e de desenvolvimento.

A freguesia do Sado apresenta uma dinâmica complexa, onde se verifica a convivência entre áreas urbanas, industriais e naturais/rurais como o Estuário do Sado.

Estes elementos contribuem para uma diversidade socioeconómica e ambiental significativa. A freguesia é caracterizada por uma conjugação de atividades económicas, como a indústria naval, química, produção de papel (Península da Mitrena), aquicultura, agricultura e pesca.

**GRÁFICO N.º 3 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR LUGAR - FREGUESIA DO SADO (2021)**



População residente (N.º) por Lugar (Censitário - NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

<sup>1</sup> - Junta de Freguesia do Sado

## GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA

A freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra situa-se na parte nordeste do Concelho. Foi criada em 1985 pela desagregação da freguesia de São Sebastião.

Tem uma área 32,97 km<sup>2</sup> e 6809 habitantes, sendo a densidade populacional de 204,91 hab./km<sup>2</sup>, a segunda mais reduzida do Concelho.

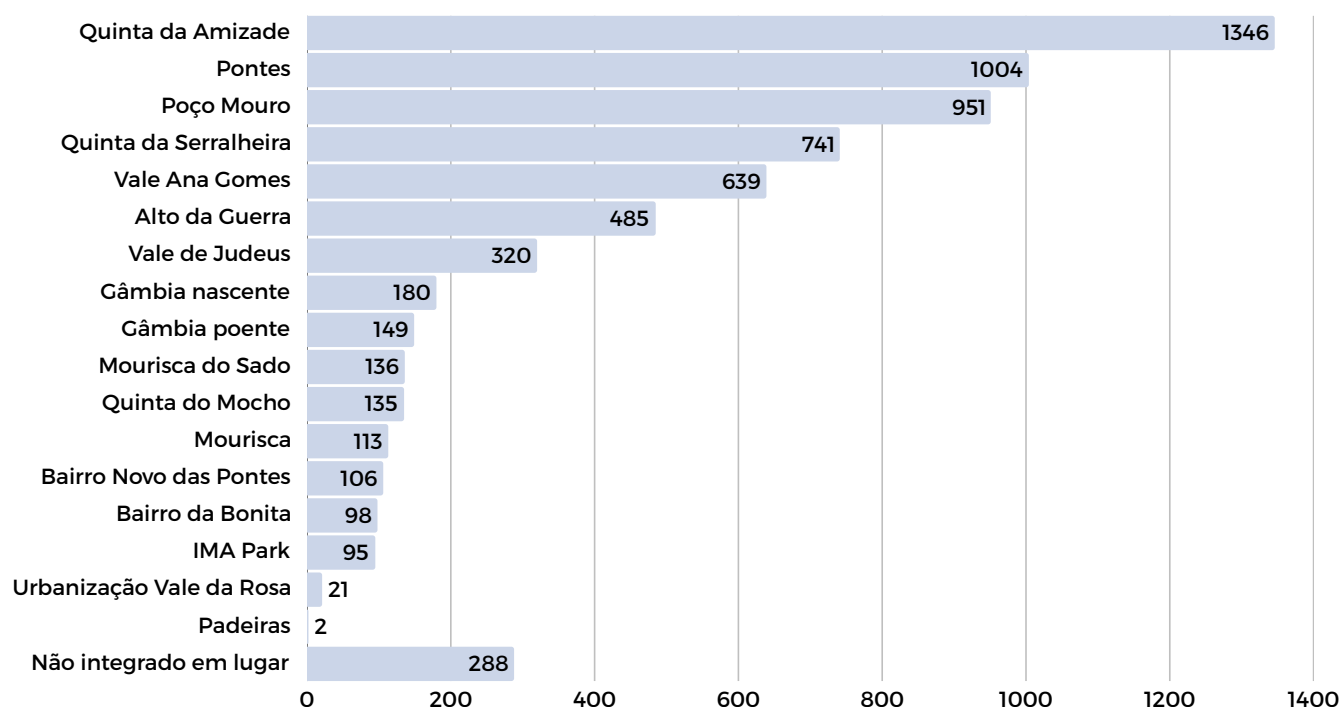
O território possui alguns pontos de interesse natural e paisagístico. Tem como principais atividades económicas a piscicultura, a agricultura, a criação de gado e a montagem/reparação de automóveis.

Esta freguesia apresenta uma grande diversidade de localidades, com algumas zonas de maior densidade populacional.

Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra apresenta uma mistura de áreas predominantemente rurais com outras de maior concentração populacional. A primeira inclui os lugares de Quinta da Amizade, Poço Mouro, Quinta da Serralheira, Vale Ana Gomes, Alto da Guerra e Urbanização Vale da Rosa.

A segunda área concentra os lugares de Pontes, Bairro Novo das Pontes e IMA Park. Os outros pequenos núcleos são: Vale de Judeus, Gâmbia Nascente, Gâmbia Poente, Mourisca do Sado, Quinta do Mocho, Mourisca, Bairro da Bonita e Padeiras.

**GRÁFICO N.º 4 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR LUGAR - FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA (2021) (N.º)**



População residente (N.º) por Lugar (Censitário - NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

## UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO

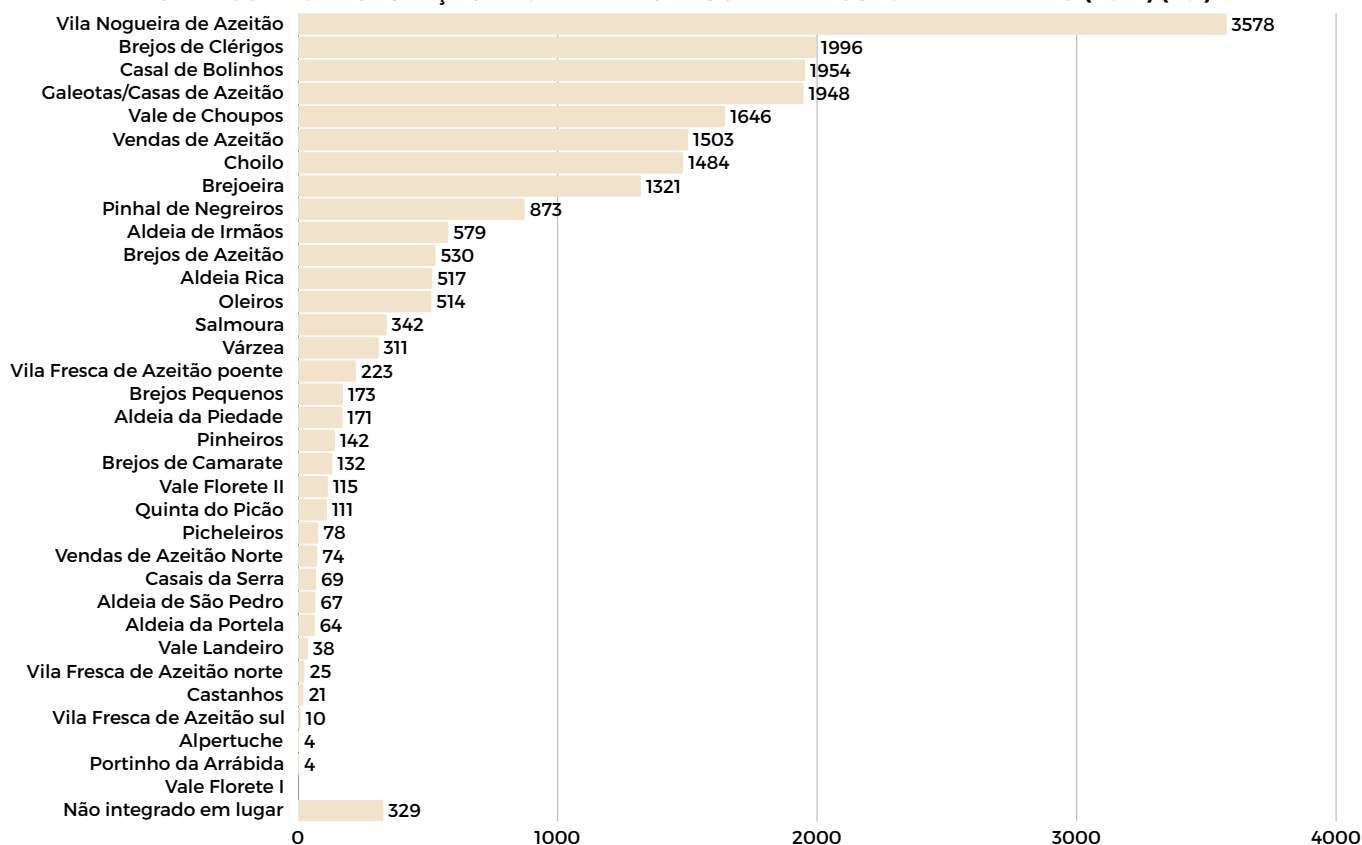
A União das Freguesias de Azeitão, com uma área de 69,42 km<sup>2</sup>, é a maior freguesia do concelho de Setúbal e inclui o Parque Natural da Arrábida e o Portinho da Arrábida, reconhecidos pela sua beleza paisagística. A proximidade ao mar e à serra torna-a atrativa para turistas e residentes, que totalizam 20.946 habitantes. Além disso, a localização próxima a Setúbal e Lisboa garante boas condições de acessibilidade.

A economia de Azeitão tem vindo a diversificar-se, com um equilíbrio entre a manutenção das suas raízes agrícolas e vinícolas e o desenvolvimento de novos setores, como o turismo e serviços relacionados.

Este território apresenta uma forte distribuição de população, com áreas mais urbanizadas (Vila Nogueira de Azeitão, Brejos de Clérigos, Casal de Bolinhos e Galeotas/Casas de Azeitão) e uma dispersão em outras zonas mais rurais como Casais da Serra, Aldeia de São Pedro e Aldeia da Portela.

A diversidade na dimensão da população de cada local sugere diferentes necessidades em termos de desenvolvimento e oferta de serviços. Azeitão enfrenta desafios relacionados com o crescimento desordenado e a falta de planeamento urbanístico no passado.

**GRÁFICO Nº 5 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR LUGAR - FREGUESIA DE AZEITÃO (2021) (N.º)**



Fonte: INE - População residente (N.º) por Lugar (Censitário - NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

## SÃO SEBASTIÃO

A freguesia de São Sebastião está localizada numa área central do concelho de Setúbal, abrangendo uma parte significativa do núcleo urbano da cidade. Com uma área de 25,52 km<sup>2</sup> e uma população de 52.627 habitantes, é a freguesia mais populosa do concelho e a menor em termos de área, o que resulta numa densidade populacional elevada de 2.062,19 habitantes por km<sup>2</sup>. Este contraste entre a dimensão populacional e a sua área reduzida torna a freguesia num centro urbano muito dinâmico.

Tem património histórico e cultural, com diversos monumentos religiosos que remontam a diferentes períodos da história. Orgulha-se de ter sido o berço de figuras ilustres, como o célebre poeta Bocage, cuja casa natal foi transformada num espaço museológico de interesse municipal. Vestígios da Setúbal medieval ainda persistem, como antigas portas da cidade, que testemunham a evolução arquitetónica da região ao longo dos séculos. O tecido urbano desta Freguesia é caracterizado pela sua heterogeneidade, onde bairros históricos coexistem com zonas de construção mais recente, refletindo a diversidade da sua população e a riqueza do seu património cultural.

Esta freguesia é um lugar de contraste entre a preservação do seu património e o desenvolvimento urbano. Com uma forte vertente económica ligada essencialmente ao comércio, aos serviços e à logística.

Nela localiza-se o porto e a zona industrial de Setúbal, tornando-se um ponto importante no contexto económico regional.

Este território caracteriza-se pela elevada concentração populacional, sendo que a cidade de Setúbal contribui com 51 731 habitantes da Freguesia. Existem alguns aglomerados menos populosos, essencialmente na fronteira com outras freguesias, nomeadamente, Estefanilha, Urbanização Vale da Rosa, Curvas, Padeiras, Vale da Rosa, Vale Ana Gomes e Quinta da Amizade.

**GRÁFICO N.º 6 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR LUGAR - SÃO SEBASTIÃO (2021) (N.º)**



*População residente (N.º) por Lugar (Censitário - NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*

## UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL

A União das Freguesias de Setúbal foi criada em 2013 pela fusão de três antigas freguesias: Nossa Senhora da Anunciada, Santa Maria da Graça e São Julião. Tem uma área de 36,77 km<sup>2</sup> e 37 757 habitantes, sendo a densidade populacional de 1026,84 hab./km<sup>2</sup>, a segunda mais elevada do Concelho.

A freguesia tem um património arquitetónico rico diversificado, é nela onde se localiza o Centro Histórico e os Paços do Concelho. Destacam-se também a Igreja de Santa Maria, a Igreja de São Julião, a Igreja de Nossa Senhora da Anunciada, o Mercado do Livramento, o Forte de São Filipe e o Convento de Jesus.

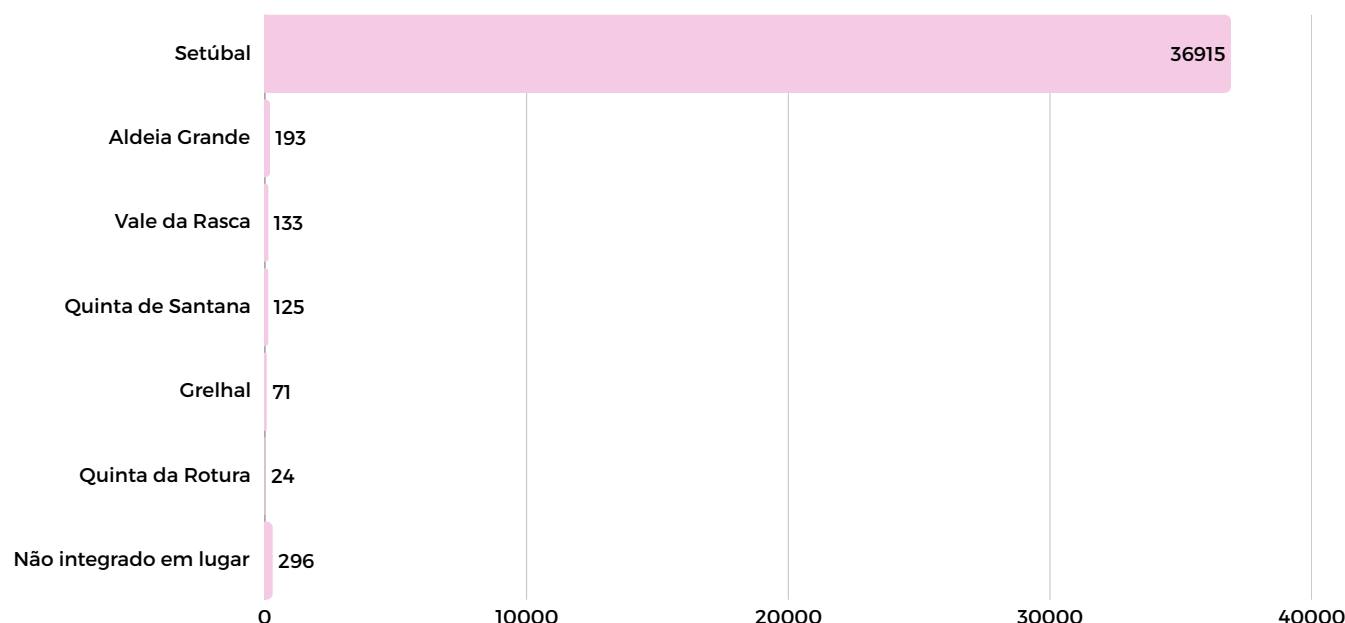
Este território, com forte ligação ao mar, distingue-se pela gastronomia, com destaque para os pratos de peixe e de marisco.

A economia da União das Freguesias de Setúbal é muito ligada ao comércio e ao setor dos serviços.

A distribuição da população na União das Freguesias de Setúbal reflete um contraste entre o núcleo urbano de Setúbal, que tem uma grande concentração de habitantes, e várias pequenas localidades rurais ou suburbanas com uma população muito reduzida.

A Aldeia Grande e o Vale da Rasca são dois lugares distantes do centro urbano, localizados em pleno Parque Natural da Arrábida. A Quinta de Santana, Grelhal e a Quinta da Rotura situam-se próximos do núcleo urbano da cidade.

**GRÁFICO N.º 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR LUGAR - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL (2021) (N.º)**



*População residente (N.º) por Lugar (Censitário - NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*

## 1.3. ESTRUTURA ETÁRIA

A estrutura etária da freguesia de **Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra** destaca-se pela presença significativa de indivíduos até aos 34 anos, que representam 38% da população, e de pessoas entre os 35 e os 64 anos, que correspondem a 43,57%, o que sugere uma população relativamente jovem em comparação com outras freguesias. Além disso, a percentagem de crianças até aos 14 anos é superior à das restantes freguesias, enquanto a proporção de idosos é inferior.

**Azeitão** possui uma estrutura etária parecida com as do núcleo urbano de Setúbal, no entanto, com uma proporção de população idosa um pouco maior (21,73%). A população dos 35 aos 64 anos apresenta a maior percentagem entre as cinco freguesias (43,82%).

A **União das Freguesias de Setúbal** apresenta-se como uma área urbana com um elevado grau de envelhecimento. A significativa presença de pessoas idosas (27,71%) e uma baixa percentagem de população

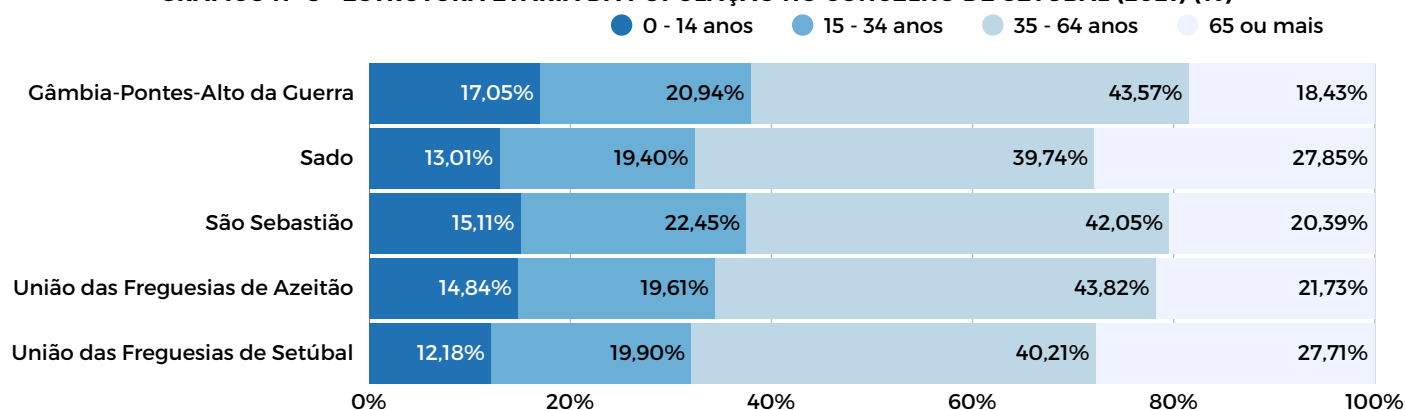
até aos 14 anos (12,18%, a mais baixa de todas as freguesias do concelho) indica isso mesmo.

A freguesia de **Sado** destaca-se pela proporção bastante alta de pessoas idosas (27,85%, a percentagem mais elevada entre as cinco freguesias) e pela baixa percentagem de população dos 0 aos 14 anos (13,01%, a segunda mais reduzida entre as cinco freguesias).

**São Sebastião** é a freguesia menos envelhecida do núcleo urbano da cidade de Setúbal, com uma percentagem de jovens até aos 34 anos de 37,56% e uma percentagem de pessoas idosas de 20,39%.

O concelho de Setúbal tem maior proporção de crianças (14,2%, dos 0 aos 14 anos) relativamente ao território nacional (12,9%). Na população jovem adulta e adulta, Setúbal apresenta percentagens ligeiramente inferiores, tal como acontece com as pessoas idosas, com 23,1%, comparativamente a Portugal com 23,4%.

GRÁFICO N.º 8 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO NO CONCELHO DE SETÚBAL (2021) (%)



Fonte: INE - População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (quinquenal); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

## 1.4. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

TABELA Nº 2 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS (2011 E 2021) (% RÁCIO)

	2011	2021	Varição IDI
Portugal	28,80	36,79	7,99
Península de Setúbal	27,20	35,20	8,00
Setúbal	27,50	36,77	9,27
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	22,00	28,57	6,57
Sado	26,60	47,10	20,50
São Sebastião	33,50	31,61	-1,89
União das Freguesias de Azeitão	25,20	34,26	9,06
União das Freguesias de Setúbal	36,40	46,10	9,70

Fonte: INE - Índice de dependência de idosos (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O Índice de Dependência de Idosos (IDI) ajuda a entender a pressão existente sobre os recursos económicos e sociais de um território, pois uma maior proporção de pessoas idosas pode indicar uma maior procura de serviços de saúde (maior incidência de doenças crónicas, dependência e incapacidade funcional, com consequências no acesso e utilização dos serviços de saúde), pensões, e apoios sociais. O concelho de Setúbal teve um aumento significativo de 9,27 pontos percentuais, superando a média nacional e da Península de Setúbal.

Relativamente às Freguesias de Setúbal, o Sado apresentou o maior aumento, com 20,5 pontos, ou seja, um incremento 20 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa, relativamente a 2011, indicando um envelhecimento muito acentuado da população nesta freguesia.

A União das Freguesias de Setúbal e a União das Freguesias de Azeitão registaram um aumento alinhado com o Concelho e a freguesia Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra um aumento um pouco menor.

São Sebastião foi a única freguesia a registar uma diminuição no índice de envelhecimento (-1,89 pontos), contrariando a tendência geral. Este facto poderá estar relacionado com uma maior fixação de população jovem devido à oferta de habitação mais acessível, visto ser a freguesia do Concelho com o valor mediano de venda mais baixo por m<sup>2</sup>, como será abordado no capítulo dedicado à Habitação do presente diagnóstico.

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS - Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>2</sup>) pessoas com 15-64 anos).

TABELA N.º 3 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS (2011 E 2021) (% RÁCIO)

Área	2011	2021	Varição IDJ
Portugal	22,53	20,21	-2,32
Área Metropolitana de Lisboa	23,40	22,40	-1,00
Setúbal	24,53	22,61	-1,92
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	28,55	26,43	-2,12
Sado	21,97	22,00	0,03
São Sebastião	25,84	23,42	-2,42
União das Freguesias de Azeitão	28,64	23,39	-5,25
União das Freguesias de Setúbal	20,32	20,26	-0,06

Fonte: INE - Índice de dependência de jovens (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O **Índice de Dependência de Jovens** (IDJ) é uma medida que expressa a proporção de pessoas jovens (idades entre 0 e 14 anos) em relação à população em idade ativa (entre 15 e 64 anos). Este índice ajuda a compreender o peso da população jovem sobre a população que está em idade ativa. Quanto maior o índice, maior a pressão sobre os recursos de educação, saúde infantil, entre outros serviços.

O IDJ diminuiu na maioria das áreas analisadas, indicando uma redução na proporção de jovens em relação à população em idade ativa. Esta tendência está alinhada com o envelhecimento populacional observado em Portugal nos últimos anos. O concelho de Setúbal registou uma diminuição de 1,92 pessoas neste rácio, ficando próximo à média nacional em 2021 (22,61).

A União das Freguesias de Azeitão registou a maior redução (-5,25) passando de 28,64 para 23,39 pessoas dos 0 aos 14 anos por 100 pessoas em idade ativa.

São Sebastião tem a segunda maior redução (-2,42), similar a Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, que manteve o IDJ mais alto entre as freguesias analisadas (26,43 em 2021).

A freguesia do Sado foi a única a apresentar um ligeiro aumento (0,03), mantendo-se praticamente estável, tal como a União das Freguesias de Setúbal (-0,06), mantendo o IDJ mais baixo entre as freguesias analisadas (20,26 jovens por cada 100 pessoas em idade ativa).

TABELA Nº 4 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (2011 E 2021) (% RÁCIO)

	2011	2021	Varição IE
Portugal	127,84	182,07	54,23
Área Metropolitana de Lisboa	117,35	150,92	33,57
Setúbal	112,80	162,67	49,87
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	77,06	108,10	31,04
Sado	121,17	214,06	92,89
São Sebastião	88,20	134,96	46,76
União das Freguesias de Azeitão	88,16	146,46	58,30
União das Freguesias de Setúbal	179,33	227,51	48,18

Fonte: INE - Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal

O Índice de Envelhecimento<sup>2</sup> (IE) fornece uma visão geral do envelhecimento da população e indica o grau de "envelhecimento" de um determinado território.

O concelho de Setúbal registou um aumento de 49,87 pontos neste rácio, ficando próximo à média nacional em 2021 (162,67).

A freguesia do Sado apresentou o maior aumento, de 92,89, passando de 121,17 para 214,06 pessoas idosas por cada 100 crianças dos 0 aos 14 anos.

A União das Freguesias de Setúbal manteve-se como a freguesia mais envelhecida, apesar de ter o menor aumento relativo neste rácio (48,18).

A União das Freguesias de Azeitão 146,45, São Sebastião 134,96 e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra com 108,01 pessoas jovens por 100 pessoas em idade ativa, apesar de registarem um aumento, mantêm-se com valores inferiores ao concelho de Setúbal e a Portugal.

Esta tabela reflete o fenómeno do duplo envelhecimento da população portuguesa<sup>1</sup>, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem. O envelhecimento populacional tem implicações significativas para os serviços de saúde e mecanismos de proteção social, que devem adaptar-se a uma população cada vez mais envelhecida.

<sup>1</sup> - Moreira, M. J. G. (2020). Como envelhecem os portugueses – envelhecimento, saúde, idadismo. In S. Norton & L. Barbosa (Eds.), Coleção «Os portugueses» 9/10 (pp. 1-80). Fundação Francisco Manuel dos Santos, PORDATA, Público e a RTP.

<sup>2</sup> - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO - Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>2</sup>) pessoas dos 0 aos 14 anos).

TABELA Nº 5 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL (2011 E 2021) (% RÁCIO)

	2011	2021	Varição IDT
Portugal	51,30	56,99	5,69
Península de Setúbal	51,20	58,00	6,80
Setúbal	52,00	59,38	7,38
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	50,60	55,00	4,40
Sado	48,60	69,10	20,50
São Sebastião	48,60	55,04	6,44
União das Freguesias de Azeitão	53,88	57,65	3,77
União das Freguesias de Setúbal	56,77	66,37	9,60

Fonte: INE - Índice de dependência total (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O Índice de Dependência Total (IDT) é uma medida demográfica que pode indicar uma maior pressão sobre os recursos sociais, de saúde e financeiros.

O país apresentou um aumento de 5,69 pontos no IDT, passando de 51,3 para 56,99. Isso significa que em 2021 havia cerca de 57 pessoas dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa.

O concelho de Setúbal registou um aumento de 7,38 pontos, ficando acima da média nacional em 2021 (59,38).

A freguesia do Sado registou o maior aumento (20,50 pontos), passando de 48,6 para 69,1, tornando-se a freguesia com maior dependência total no concelho.

A União das Freguesias de Setúbal registou o segundo maior aumento neste rácio (9,60) e manteve-se como a freguesia com o IDT mais alto (66,37 crianças e pessoas idosas por cada 100 pessoas em idade ativa em 2021).

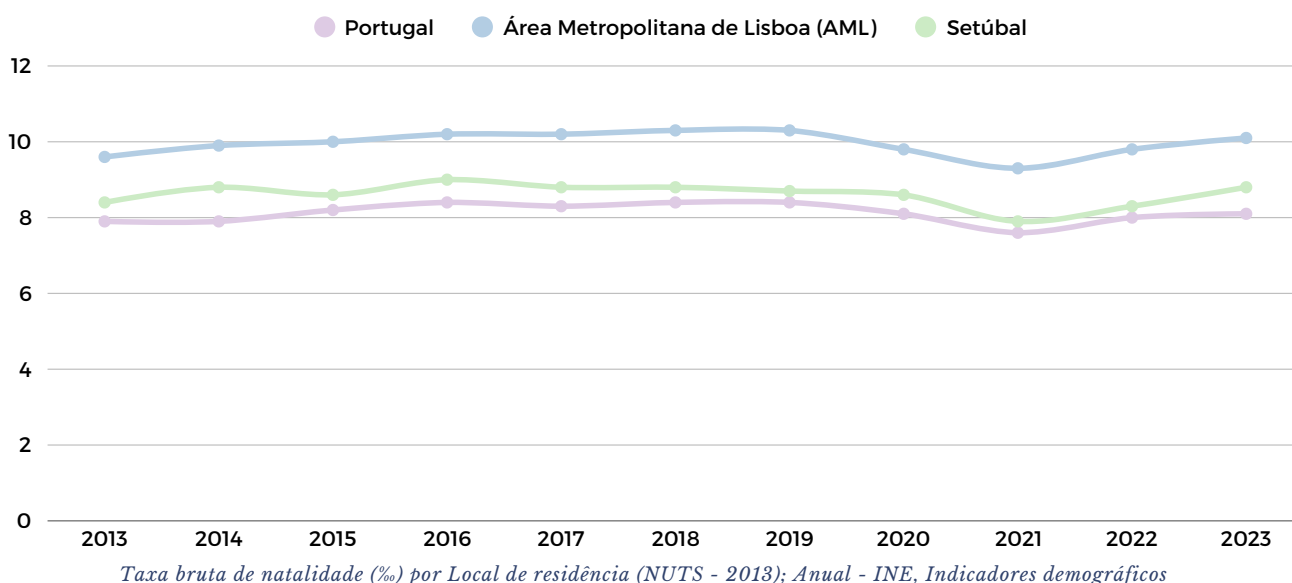
São Sebastião teve um aumento de 6,44 pontos, próximo à média do Concelho.

Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra (4,40) e Azeitão (3,77) registaram o menor crescimento neste rácio.

Este aumento generalizado do IDT reflete o envelhecimento populacional e a redução da população em idade ativa, o que pode ter implicações significativas para os sistemas de proteção social e economia local.

## 1.4.1. NATALIDADE

GRÁFICO N.º 9 - TAXA BRUTA DE NATALIDADE (2013 - 2023) (‰)



A **Taxa Bruta de Natalidade (TBN)** é um indicador demográfico que expressa o número de nascimentos ocorridos numa determinada população durante um período (geralmente de um ano) em relação à população total, sendo ajustada para uma base de 1.000 habitantes. Este índice ajuda a entender a dinâmica de crescimento populacional de uma região ou país.

Realça-se que todas os territórios apresentaram flutuações ao longo dos anos, com uma tendência geral de ligeiro aumento até 2019, seguida de uma queda em 2020 e 2021, possivelmente influenciada pela pandemia de COVID-19. Em 2022 e 2023, observa-se uma recuperação nas três áreas geográficas em análise.

O ano de 2021 marcou o ponto mais baixo para todas regiões, com Portugal a registar 7,6, a Área

Metropolitana de Lisboa 9,3 e Setúbal 7,9 nascimentos por 1000 habitantes.

Em contraste, 2023 mostra uma recuperação significativa, com a AML a atingir 10,1, Setúbal 8,8 e Portugal 8,1 nascimentos por 1000 habitantes.

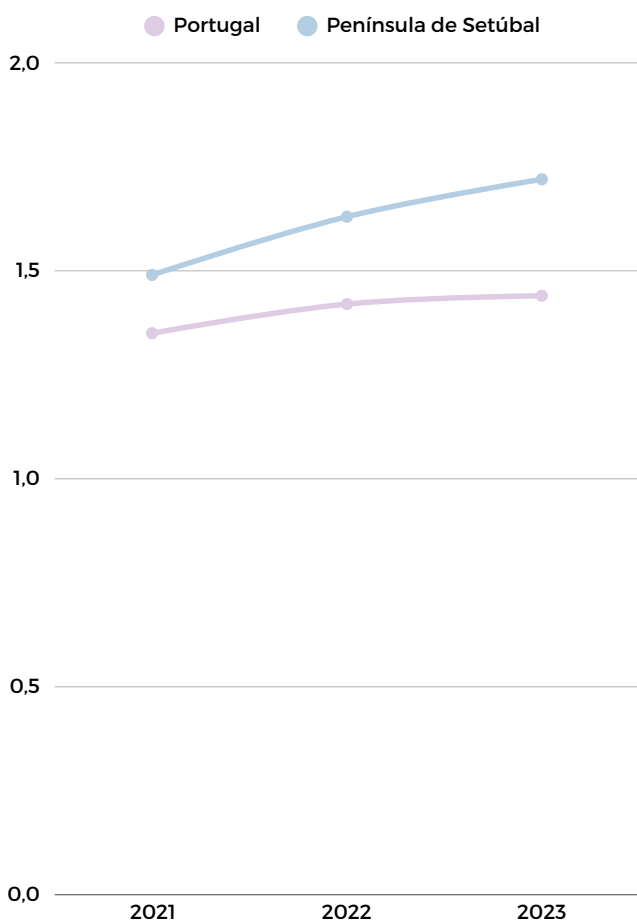
Verificou-se uma alteração geral de tendência a partir de 2021, o que pode ser um reflexo da recuperação pós-pandemia e do adiamento da parentalidade<sup>1</sup> (pessoas que adiaram a decisão de ter filhos nos anos anteriores). A influência da chegada de migrantes, que tendem a ter taxas de natalidade mais altas, em virtude de ser uma população tendencialmente mais jovem, o que poderá ser outro dos motivos.

Esta análise revela que, apesar das oscilações, o concelho de Setúbal apresenta valores de natalidade inferiores à média nacional e à AML,

<sup>1</sup> - Cruz, Fábio D. G. (2011). Variabilidade ou Convergência - Análise Regional da Fecundidade em Portugal (1980-2009). Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Mestrado. (pp.14)

sugerindo diferenças demográficas e socioeconómicas entre os territórios.

**GRÁFICO N.º 10 - ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE (2021 - 2023) (N.º)**



Fonte: INE - Índice sintético de fecundidade (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual - INE, Indicadores demográficos

O Índice Sintético de Fecundidade (gráfico n.º 10) reflete o número médio de filhos que uma mulher teria ao longo da vida.<sup>1</sup>

Neste gráfico, observamos um aumento gradual entre 2021 e 2023, tanto em Portugal de 1,35 para 1,44 quanto na Península de Setúbal, de 1,49 para 1,72 filhos por mulher.

Portugal e a Península de Setúbal apresentam valores ainda abaixo do necessário para a reposição populacional, cerca de 2,1 filhos por mulher, valores abaixo de 1,5 são considerados críticos para a sustentabilidade populacional, condicionando a renovação de gerações. Assiste-se a um duplo padrão nas últimas décadas, a tendência de diminuição do número de filhos por mulher e o aumento da média de idade do nascimento do primeiro filho.<sup>2</sup> No entanto, o aumento observado entre 2021 e 2023 é um sinal positivo de recuperação.

A maioria dos governos europeus está ciente do desafio demográfico e socioeconómico resultante da baixa fecundidade e compreende as suas causas fundamentais. Em resposta, têm implementado diversas medidas, incluindo: subsídios e benefícios fiscais para famílias; extensão das licenças de maternidade e paternidade; promoção de maior flexibilidade e segurança no trabalho; melhoria dos cuidados de saúde infantil. No entanto, estas iniciativas, embora importantes, não constituem uma política de natalidade abrangente e eficaz. As medidas atuais tendem a ser fragmentadas e nem sempre abordam de forma holística os múltiplos fatores que influenciam as decisões de fertilidade.<sup>3</sup>

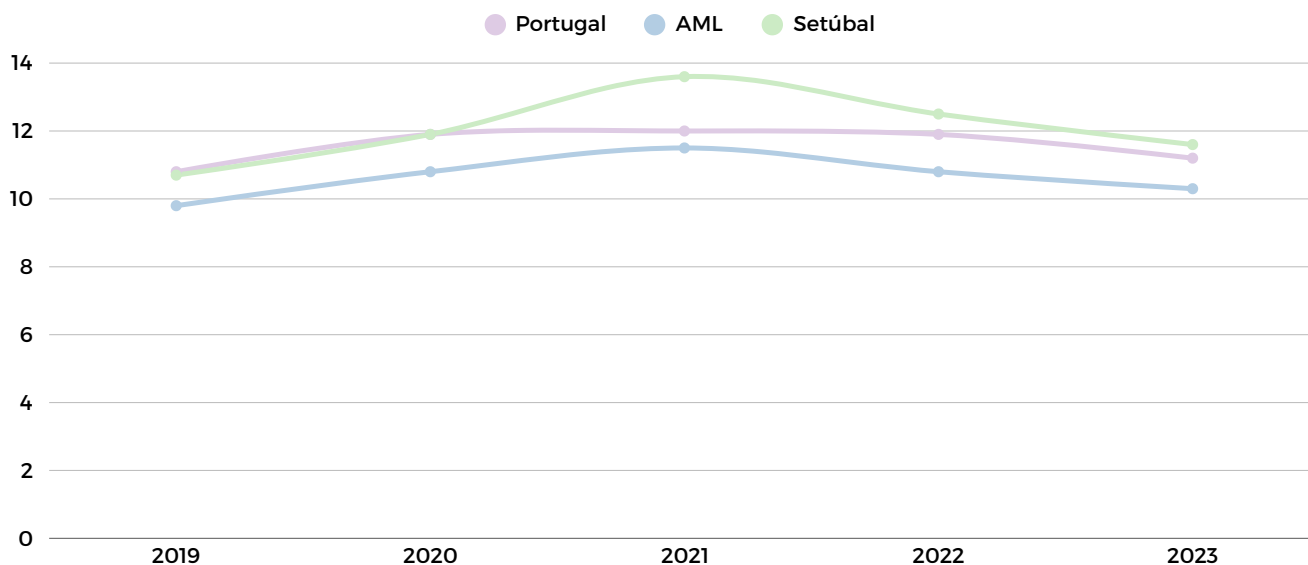
<sup>1</sup> - ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE - Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil). (INE)

<sup>2</sup> - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2023). Igualdade de Género em Portugal: Boletim Estatístico 2023. CIG.

<sup>3</sup> - Cruz, Fábio D. G. (2011). Variabilidade ou Convergência - Análise Regional da Fecundidade em Portugal (1980-2009). Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Mestrado. (pp.14)

## 1.4.2. MORTALIDADE

GRÁFICO N.º 11 - TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (2019 - 2023) (‰)



Fonte: INE - Taxa bruta de mortalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos

O gráfico n.º 11 apresenta a **Taxa Bruta de Mortalidade (TBM)**<sup>1</sup> por 1000 habitantes para Portugal, Área Metropolitana de Lisboa e concelho de Setúbal, de 2019 a 2023.

Analisando os dados, podemos observar um aumento na TBM em 2020 e 2021, seguido por uma diminuição em 2022 e 2023, para todas as áreas geográficas apresentadas.

Em Portugal a TBM aumentou de 10,8 ‰ em 2019 para 12 ‰ em 2021, registando uma diminuição em 2023.

A Área Metropolitana de Lisboa apresenta consistentemente taxas mais baixas que a média nacional com pico em 2021 (11,5 ‰) e redução subsequente.

O concelho de Setúbal regista a taxa mais elevada entre os três territórios

analisados, verificando-se o maior aumento em 2021, atingindo 13,6 ‰, significativamente acima da média nacional, possivelmente influenciado pela pandemia de COVID-19.

Em 2023, diminuiu para 11,6 ‰, ainda assim, superior aos níveis pré-pandemia.

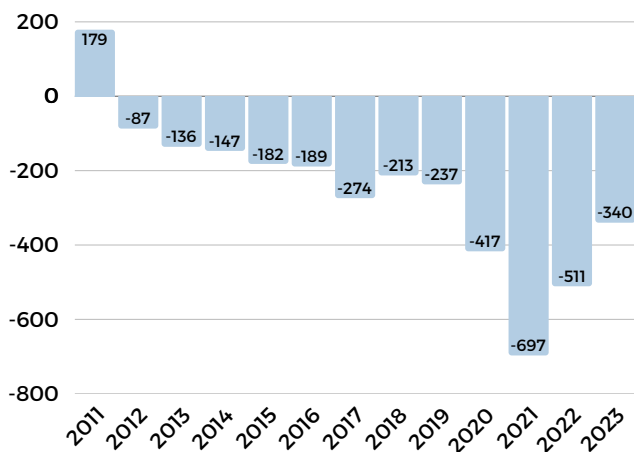
As principais causas de morte no concelho de Setúbal serão abordadas neste diagnóstico no ponto 3.4 (Saúde).

Estes dados sugerem um impacto significativo da pandemia na mortalidade, especialmente em 2020 e 2021, com uma tendência de normalização nos anos seguintes, embora ainda não tenha retornado aos níveis pré-pandémicos.

<sup>1</sup> - TAXA BRUTA DE MORTALIDADE - Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10<sup>3</sup>) habitantes) (INE)

### 1.4.3. VARIAÇÃO POPULACIONAL

GRÁFICO N.º 12 - SALDO NATURAL NO CONCELHO DE SETÚBAL (2011 - 2023) (N.º)



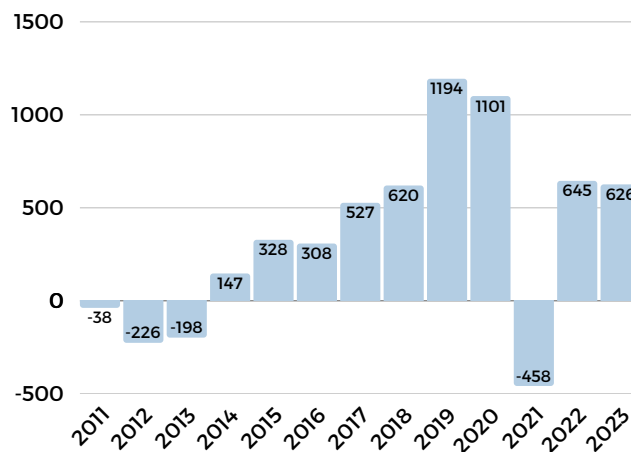
Fonte: INE - Saldo natural (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos

O gráfico n.º 12 apresenta o saldo natural<sup>1</sup> em Setúbal de 2011 a 2023, mostrando uma tendência clara de declínio ao longo dos anos.

Em 2011, Setúbal teve um saldo natural positivo de 179 e a partir de 2012, o saldo tornou-se negativo assim permanecendo até 2023. O saldo natural negativo foi-se agravando gradualmente, com algumas flutuações entre 2012 (-87) e 2021 (-697). Houve um aumento significativo no saldo natural negativo em 2020 (-417) e 2021 (-697), provavelmente devido à pandemia de COVID-19.

Nos anos de 2022 e 2023, observa-se uma redução na dimensão do saldo natural negativo, com valores de -511 e -340 respetivamente, indicando uma possível tendência de recuperação. Este saldo negativo persistente resulta do envelhecimento da população e de uma baixa taxa de natalidade. O crescimento populacional fica assim dependente de saldos migratórios positivos.

GRÁFICO N.º 13 - SALDO MIGRATÓRIO NO CONCELHO DE SETÚBAL (2011 - 2023) (N.º)



Fonte: INE - Saldo migratório (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos

Estas tendências demográficas representam desafios significativos para Portugal, exigindo políticas públicas que abordem tanto o incentivo à natalidade quanto o apoio à população idosa crescente.

O gráfico n.º 13 apresenta o saldo migratório<sup>2</sup> anual para Setúbal de 2011 a 2023. Observa-se uma tendência geral de aumento no saldo migratório, passando de valores negativos, para quase sempre positivos.

De 2011 a 2013, Setúbal verificou saldos migratórios negativos, indicando mais saídas do que entradas de pessoas no Concelho. A partir de 2014, o saldo migratório tornou-se positivo, mantendo-se assim até 2023, com exceção de 2021.

Os anos de 2019 e 2020 registaram os maiores saldos migratórios positivos, com 1194 e 1101 pessoas, respetivamente. Isto alinha-se com a tendência nacional de aumento da imigração nesse período.

<sup>1</sup> - SALDO NATURAL - Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo. (INE)

<sup>2</sup> - SALDO MIGRATÓRIO - Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. (INE)

Houve uma queda abrupta para um saldo negativo de -458 em 2021, possivelmente influenciada pela pandemia de COVID-19 e suas restrições de circulação de pessoas.

Em 2022 e 2023, o saldo migratório voltou a ser positivo, com 645 e 626 pessoas, respectivamente, indicando uma recuperação pós-pandemia. Esta tendência em Setúbal reflete parcialmente o padrão nacional, onde Portugal tem experimentado saldos migratórios positivos nos últimos anos, contribuindo para o aumento da população.

Esta situação tem sido crucial para compensar o saldo natural negativo em Setúbal, ajudando a manter ou aumentar ligeiramente a população do Concelho

Esta evolução do saldo migratório em Setúbal sugere uma crescente atratividade do Município para imigrantes, possivelmente devido a oportunidades económicas ou uma melhor qualidade de vida.

O gráfico n.º 14 apresenta a variação populacional anual em Setúbal de 2011 a 2023, revelando um padrão flutuante com tendências distintas ao longo do período.

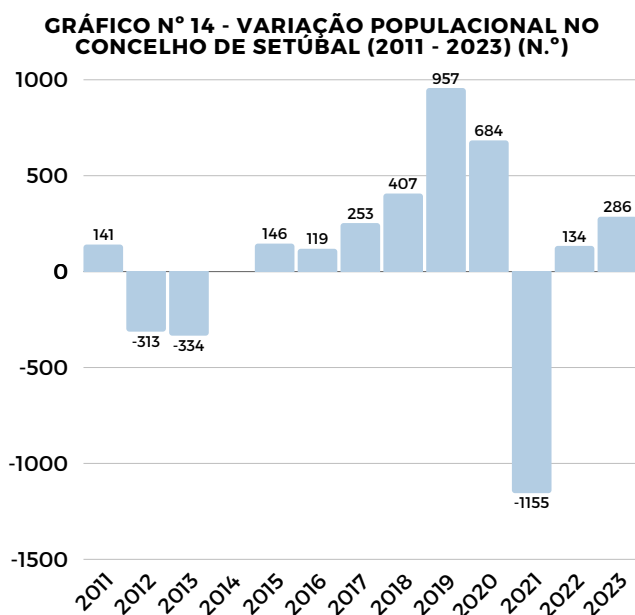
Observa-se uma alternância entre períodos de crescimento e declínio populacional, com uma tendência mais positiva nos anos recentes.

De 2012 a 2013 Setúbal verificou um decréscimo populacional de 313 e de 334 habitantes. Sofreu, em 2021, uma queda acentuada de 1.155 habitantes, em princípio devido à pandemia.

Setúbal registou entre 2015-2020 um crescimento populacional consistente, com o pico em 2019 (957 habitantes). Entre 2022-2023 após a queda em 2021, a população voltou a crescer, com 134 e 286 habitantes, respetivamente.

Verificou-se que Setúbal tem mostrado sinais de recuperação populacional nos últimos anos, mesmo com a queda em 2021.

O crescimento populacional depende cada vez mais de um saldo migratório positivo, visto que o saldo natural apresenta-se negativo desde 2012 em Setúbal. Constrangimentos externos como a pandemia COVID-19 demonstrou que sem a chegada de novos migrantes, a população decrescerá, como sucedeu em 2021.



Fonte: INE - Variação populacional (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos

## 1.5. AGREGADOS

No concelho de Setúbal os padrões de composição dos agregados estão em linha com as tendências demográficas observadas em Portugal e na Área Metropolitana de Lisboa, refletindo uma clara tendência para famílias menores.

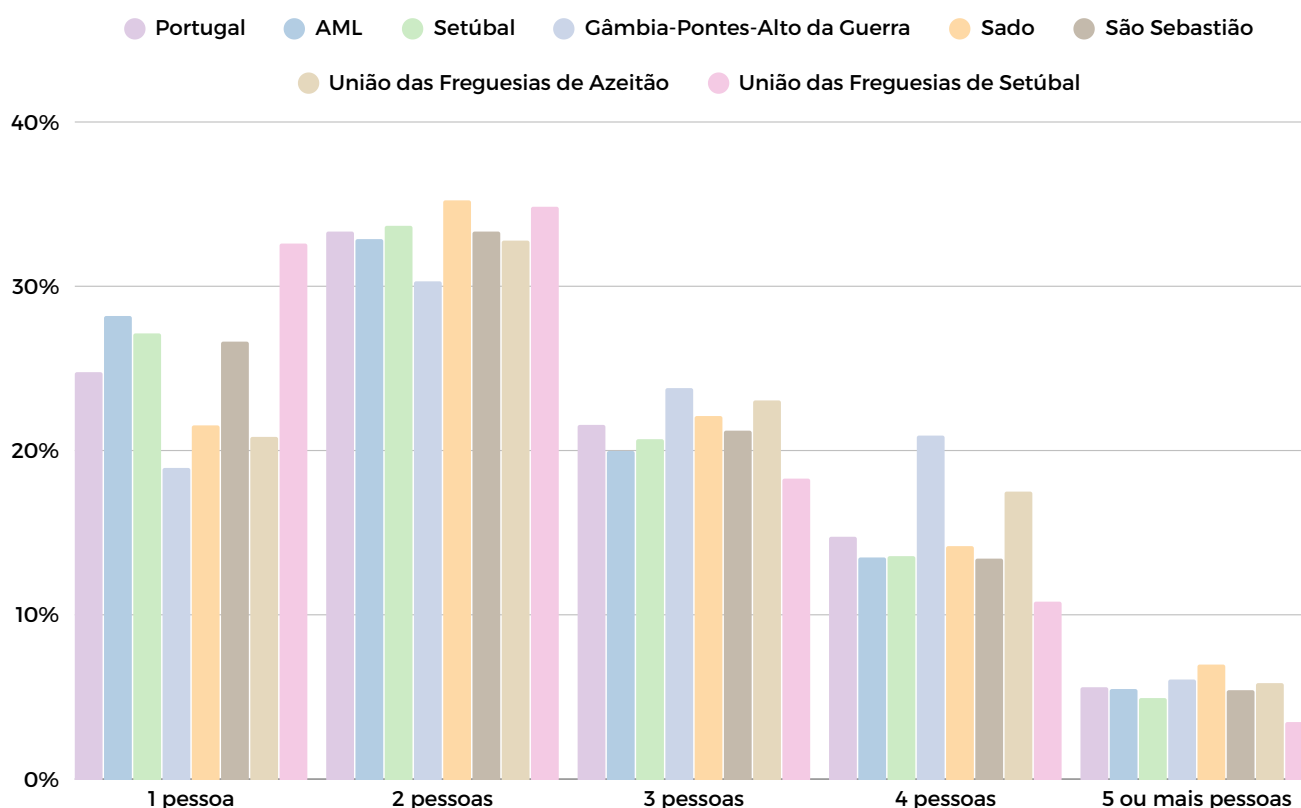
O aumento dos agregados domésticos privados de uma e duas pessoas e a diminuição dos numerosos (3 ou mais elementos) são indicativos de mudanças socioculturais como a diminuição do tamanho das famílias, o aumento de agregados unipessoais e uma maior predominância dos agregados familiares de duas pessoas.

Estas mudanças são influenciadas por fatores como o envelhecimento da população, a diminuição das taxas de natalidade e ainda fatores como nupcialidade e divorcialidade.

A análise destes dados poderão ajudar a compreender melhor as necessidades habitacionais, sociais e de serviços nestes territórios.

Os agregados de duas pessoas representam a maior percentagem em todas as freguesias, sendo mais destacadas na União das Freguesias de Setúbal e freguesia do Sado (com 34% e 35%, respetivamente).

**GRÁFICO N.º 15 - DIMENSÃO DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS (2021) (%)**



Fonte: INE - Agregados domésticos privados (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Dimensão (agregado doméstico privado); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO: Conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar.

TABELA Nº 6 - DIMENSÃO MÉDIA DOS AGREGADOS

	2011	2021	Var. (%)
Portugal	2,58	2,46	-4,9%
Península de Setúbal	2,48	2,40	-3,3%
Setúbal	2,48	2,38	-4,2%
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	2,69	2,68	-0,4%
Sado	2,64	2,54	-3,9%
São Sebastião	2,52	2,40	-5,0%
União das Freguesias de Azeitão	2,69	2,57	-4,7%
União das Freguesias de Setúbal	2,27	2,19	-3,7%

Fonte: INE - Dimensão média dos agregados domésticos privados (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, 2011.

Em termos de dimensão dos agregados, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra tem o valor médio mais elevado, 2,68 elementos.

Em termos de evolução, São Sebastião e Azeitão registam uma variação de -5% sendo duas freguesias de alta densidade populacional, resultado de uma maior proporção de pequenos agregados, incluindo casais sem filhos ou pessoas a viver sozinhas.

A União das Freguesias de Azeitão registou uma evolução da dimensão média dos agregados de -4,7%, seguida pela freguesia do Sado com -3,9% e pela União das Freguesias de Setúbal com -3,7%. Nestes territórios, o envelhecimento da população é um fator determinante para o decréscimo. Estas variações são semelhantes às observadas em Portugal (-4,9%) e na Península de Setúbal (-4,2%).

A redução também é moderada na Península de Setúbal (-4,2%), seguindo a tendência nacional (-4,9%), da diminuição no tamanho médio das famílias.

A freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, em contraste (-0,4%), regista uma mudança muito pequena, quase nula, no tamanho médio das famílias, indicando que, ao contrário de outras freguesias do concelho de Setúbal, o tamanho dos agregados permaneceu praticamente inalterado.

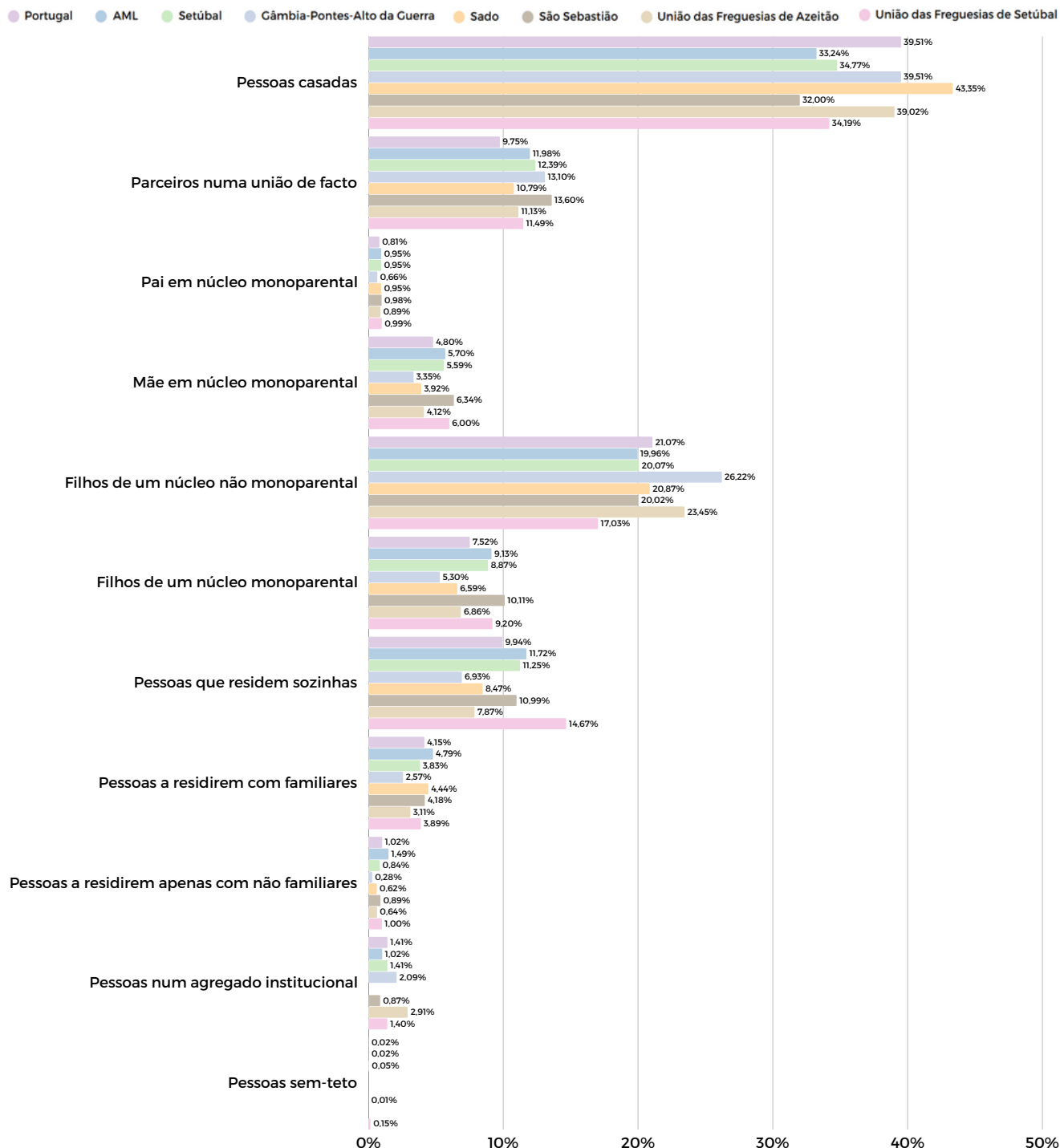
A estrutura e dinâmica dos agregados familiares em Portugal têm passado por transformações significativas nas últimas décadas. O tamanho médio dos agregados diminuiu para 2,46 pessoas em Portugal, refletindo uma tendência de nuclearização das famílias. Simultaneamente, observa-se um aumento muito significativo dos agregados unipessoais. As famílias monoparentais, maioritariamente lideradas por mulheres, também cresceram em número, diversificando ainda mais o panorama familiar português.

Os modelos familiares tradicionais deram lugar a uma variedade de novas formas de convivência, incluindo casais sem filhos e famílias reconstituídas.

A idade média do casamento subiu, enquanto a taxa de natalidade diminuiu, com os casais tendo em média apenas um filho. O aumento significativo da taxa de divórcio, que atinge mais de metade dos casamentos, contribui para estas mudanças.

## 1.5.1. ESTRUTURA DOS AGREGADOS

GRÁFICO Nº 16 - ENQUADRAMENTO DOS INDÍVIDUOS NOS AGREGADOS (2021) (%)



Fonte: INE - População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Grupo etário e Estatuto (indivíduo no agregado doméstico privado); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação -

**NÚCLEO FAMILIAR MONOPARENTAL:** Conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, que tem a presença de apenas um dos progenitores, pai, ou mãe com filho(s), avó ou avô com neto(s) não casado (s). (INE)

**FILHO NO NÚCLEO FAMILIAR:** Condição reconhecida a um filho de sangue, filho adotivo ou enteado, independentemente da idade ou do estado civil legal respetivos, com residência habitual na família clássica de um dos seus pais e não tendo cônjuge, parceiro em união de facto ou filhos seus nessa família. (INE)

**PESSOA SEM TETO:** Pessoa que no momento censitário vive na rua ou noutros espaços públicos como jardins, estações de metro, paragens de autocarro, pontes, viadutos e arcadas de edifícios, entre outros, ou que, apesar de pernoitar num centro de acolhimento noturno (abrigo noturno), é forçada a passar várias horas do dia num espaço público. (INE)

O gráfico n.º 16 representa o enquadramento de cada pessoa no agregado familiar.

O maior número de agregados familiares no concelho de Setúbal é composto por pessoas casadas. No concelho de Setúbal a percentagem é de 34,77%, inferior ao valor nacional (39,5%) e ligeiramente superior à Área Metropolitana de Lisboa (33,2%).

Ao analisar os dados de nupcialidade nas freguesias, as freguesias do Sado (43,4%), Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra (39,5%) e Azeitão (39%), apresentam as taxas mais elevadas de casamento no Concelho.

As freguesias de São Sebastião (13,6%) e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra (13,1%) destacam-se no concelho de Setúbal quanto à prevalência de uniões de facto. O Sado apresenta a menor taxa de uniões de facto (10,79%), todas as freguesias superam a média nacional (9,75%). Esta tendência reflete uma mudança nos padrões de relacionamento, com mais casais a optar pela união de facto em detrimento do casamento formal, especialmente entre os mais jovens.

As famílias monoparentais enfrentam desafios acrescidos, incluindo um maior risco de pobreza e privação material devido a rendimentos únicos e menor participação no mercado de trabalho.

# 13 899

*peças a residir sozinhas no  
Concelho de Setúbal*

# 38,4%

*das peças que residem sozinhas  
têm 70 ou mais anos*

Fonte: INE - População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Grupo etário e Estatuto

Comparativamente às famílias biparentais, as monoparentais tendem a experienciar menor bem-estar subjetivo<sup>1</sup> (dificuldades de conciliação entre a vida profissional e familiar) e maior exclusão social. Neste contexto, o apoio social de familiares e relações de amizade revelam-se cruciais para o bem-estar destas famílias.<sup>2</sup>

Os pais em núcleo monoparental variam entre 0,66% (Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) e 0,99% (União das Freguesias de Setúbal). A percentagem do Concelho é de 0,95%.

A presença de pais solteiros à frente de famílias monoparentais revela-se pouco expressiva. Esta realidade reflete padrões sociais e culturais onde a responsabilidade recai predominantemente sobre as mulheres em situações de monoparentalidade.

<sup>1</sup> - Eurofound. (s.d.). Subjective well-being. Consultado a 13/03/2025

<sup>2</sup> - Eurofound (2019), Household composition and well-being, Publications Office of the European Union, Luxembourg.

No documento referente à Estratégia Europeia para a Igualdade de Género 2020-2025<sup>1</sup>, da Comissão Europeia, é reforçada a importância de combater estereótipos de género, sendo estes uma das causas da desigualdade: 44% dos europeus ainda consideram que o papel primordial das mulheres é cuidar da casa e da família e 43% que o papel fundamental dos homens é ganhar dinheiro. No caso das mulheres, 22 horas semanais são, em média, dedicadas a tarefas domésticas e familiares, pelo contrário, os homens apenas despendem de 9 horas semanais para estes assuntos.

Perante isto, pode entender-se melhor a razão pela qual na atualidade ainda existe um maior número de agregados familiares monoparentais femininos do que masculinos, apesar destes últimos terem vindo a ser, progressivamente, mais comuns, pelo menos no contexto das decisões judiciais (Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais: guarda partilhada e residência alternada). Em Portugal, continua a persistir uma maioria esmagadora de agregados monoparentais femininos, em comparação com os masculinos: em 1992, 85,5% dos agregados monoparentais eram femininos. Até 2021 ocorreu progressiva diminuição, passando a 80,2%. No entanto, em 2022 inverteu-se esta tendência, aumentando para 86,4%. Em 2023, do total de agregados monoparentais, os femininos representavam 83,8% do total nacional.

Por cada cinco agregados monoparentais existentes no país, menos de um é monoparental masculino (13,3%).<sup>2</sup>

Assim, a Lei n.º 65/2020, de 4 de novembro<sup>3</sup> estabelece as condições que possibilitam ao tribunal decretar residência alternada do/a filho/a menor de idade em caso de divórcio e separação, alterando desta forma o Código Civil, independentemente de existir ou não mútuo acordo e tendo como fundamento o superior interesse da criança.

Apesar das medidas e leis incentivarem a guarda partilhada e a residência alternada no contexto do exercício das responsabilidades parentais, falta ainda percorrer um longo caminho rumo à igualdade.

A nível local, o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação - PMIND 2023-2027 do Município de Setúbal<sup>4</sup>, aprovado no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND 2018-2030) -, constitui-se com vários objetivos específicos, dos quais evidenciamos os seguintes:

1) assumir o compromisso com a promoção da igualdade entre mulheres e homens e a não discriminação;

<sup>1</sup> - Comissão Europeia. (2020). Estratégia Europeia para a Igualdade de Género 2020-2025.

<sup>2</sup> - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2023). Igualdade de Género em Portugal: Boletim Estatístico 2023. CIG.

<sup>3</sup> - Lei n.º 65/2020, de 4 de novembro. Estabelece as condições em que o tribunal pode decretar a residência alternada [...]. Diário da República, 1.ª Série, N.º 213.

<sup>4</sup> - Município de Setúbal. (2023). Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação - PMIND 2023-2027.

- 2) assegurar a implementação do Plano, monitorização, acompanhamento e sustentabilidade;
- 3) recolher e analisar informação e dados estatísticos desagregados por sexo;
- 4) assegurar comunicação institucional promotora da igualdade entre mulheres e homens;
- 5) combater a segregação sexual nas profissões;
- 6) garantir a proteção da parentalidade e promover conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar;
- 7) reforçar a capacidade do município para pensar e agir na promoção da igualdade;
- 8) prevenir e corrigir as desvantagens das mulheres no mercado de trabalho;
- 9) prevenir, sensibilizar e combater a discriminação em razão do sexo e a intersecção com discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais.

Só tendo como pano de fundo um clima social de plena igualdade entre homens e mulheres, será possível desafiar estereótipos e papéis de género tradicionais que dificultam, e nalguns casos impedem, que as responsabilidades parentais sejam realmente (com)partilhadas. Num novo cenário, em que a igualdade plena seja a norma, naturalmente aumentará e tenderá a reequilibrar-se o número de agregados monoparentais masculinos.

No contexto nacional, as mães em núcleos monoparentais representam 4,80%, enquanto o concelho de Setúbal regista uma percentagem ligeiramente superior de 5,59%.

A distribuição desta realidade familiar varia significativamente entre as diferentes freguesias do concelho. São Sebastião emerge como o território com a maior percentagem, alcançando 6,34% de mães em núcleos monoparentais, seguida pela União das Freguesias de Setúbal com 6%. Em contraste, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra apresenta a menor proporção, com apenas 3,35% de mães nesta condição. Estas variações refletem provavelmente diferenças socioeconómicas e demográficas locais. As áreas urbanas tendem a concentrar maior percentagem de mães monoparentais, possivelmente devido a fatores como maior diversidade de oportunidades profissionais, redes de apoio mais extensas e serviços de suporte mais acessíveis.

Relativamente a filhos/as em núcleos não-monoparentais, representam 21,07% dos indivíduos a nível nacional. No contexto das freguesias, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra apresenta o maior valor com 26,22%, o que sugere uma maior tendência para as pessoas não viverem em núcleos monoparentais nessa freguesia.

A menor percentagem de pessoas (descendentes) não pertencentes a núcleos monoparentais ocorre na União das Freguesias de Setúbal, com 17,03%, que poderá ser explicado pelo envelhecimento da população. Todas as restantes freguesias registam valores idênticos a Portugal e ao concelho de Setúbal (20,07%).

A média nacional de filhos/as em núcleos monoparentais é de 7,52%.

A maior percentagem é observada em São Sebastião com 10,11%, seguida da União das Freguesias de Setúbal com 9,20%.

O menor valor é encontrado em Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, com 5,30%. Sado e Azeitão registam percentagens inferiores a Portugal, com 6,89% e 6,56 respetivamente.

Os agregados familiares unipessoais poderão estar expostos a um maior risco de pobreza e exclusão social (ex: isolamento).

No caso da população idosa, a vivência em comunidade com outras pessoas idosas ou com pessoas mais jovens pode reduzir a exclusão social e adiar a necessidade de cuidados em estruturas residenciais.<sup>1</sup>

A análise da distribuição de pessoas a viver sozinhas no concelho de Setúbal revela variações significativas entre as freguesias. A União das Freguesias de Setúbal destaca-se com a maior percentagem, atingindo 14,67% da população, seguida por São Sebastião com 10,99%. Em números absolutos São Sebastião tem mais pessoas a viverem sozinhas (5 786). Estas duas freguesias superam a média nacional de 9,94% e a média do concelho de 11,25%.

Em contraste, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra apresenta a menor proporção, com apenas 6,93% de residentes solitários. As freguesias do Sado e Azeitão registam percentagens intermédias de 8,47% e 7,87%, respetivamente, ambas abaixo da média nacional e concelhia.

Esta disparidade pode refletir diferentes realidades socioeconómicas e demográficas entre as áreas urbanas e rurais do concelho, sugerindo a necessidade de políticas sociais adaptadas às especificidades de cada freguesia.

A percentagem de pessoas a residir com familiares, a nível nacional, é de 4,15%. No concelho de Setúbal (3,83%), a freguesia que regista o maior valor é o Sado com 4,44% e a menor percentagem é da União das Freguesias de Azeitão, com 3,11%.

As pessoas a residir apenas com não familiares representam, a nível nacional, 1,02%. Entre as freguesias do concelho de Setúbal (0,84%), a União das Freguesias de Setúbal, com 1%, tem o valor mais elevado e a menor percentagem é encontrada em Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, com 0,28%.

Relativamente às pessoas em agregados institucionais, o percentual nacional, tal como o do Concelho de Setúbal, é de 1,41%. A União das Freguesias de Azeitão apresenta a maior percentagem com 2,91%, seguida de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra com 2,09%. As menores percentagens são observadas em São Sebastião, com 0,87% e na freguesia do Sado, com 0%.

<sup>1</sup> - Eurofound (2019), Household composition and well-being, Publications Office of the European Union, Luxembourg.

**TABELA Nº 7 - ESTATUTO DAS PESSOAS EM AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS / INSTITUCIONAIS / SEM TETO (2021) (N.º)**

	Pai em núcleo monoparental	Mãe em núcleo monoparental	Filhos de um núcleo monoparental	Que residem sozinhas	Pessoas num agregado institucional - Apoio social	Pessoas num agregado institucional - Prisional	Pessoas sem-teto	Total
Portugal	83 629	496 342	777 530	1 027 871	115 892	9176	2127	2 512 567
Área Metropolitana de Lisboa	27 378	163 577	262 062	336 274	20 945	2918	636	813 790
Setúbal	1169	6905	10 948	13 899	1251	127	60	34 359
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	45	228	361	472	77	0	0	1183
Sado	51	210	353	454	0	0	0	1068
São Sebastião	515	3337	5323	5786	290	127	5	15 383
União das Freguesias de Azeitão	186	863	1436	1648	549	0	0	4682
União das Freguesias de Setúbal	372	2267	3475	5539	335	0	55	12 043

Fonte: INE - População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Grupo etário e Estatuto (indivíduo no agregado doméstico privado); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A tabela oferece uma visão detalhada, em números absolutos, sobre os diversos tipos de enquadramento das pessoas em agregados familiares e situações habitacionais no concelho de Setúbal e suas freguesias, destacando grupos potencialmente vulneráveis. Observa-se que Setúbal tem uma predominância significativa de mães em núcleos monoparentais (6905) em comparação com pais na mesma situação (1169), um padrão que se repete em todas as freguesias.

O número de descendentes em núcleos monoparentais (10 948) é superior ao total de pais e mães nestes núcleos, sugerindo que muitas destas famílias têm mais de um/a filho/a.

A freguesia de São Sebastião destaca-se com o maior número de residentes em quase todas as categorias.

Refira-se o elevado número de pessoas a viver sozinhas em Setúbal

(13 899), sendo esta a categoria mais expressiva em todas as freguesias.

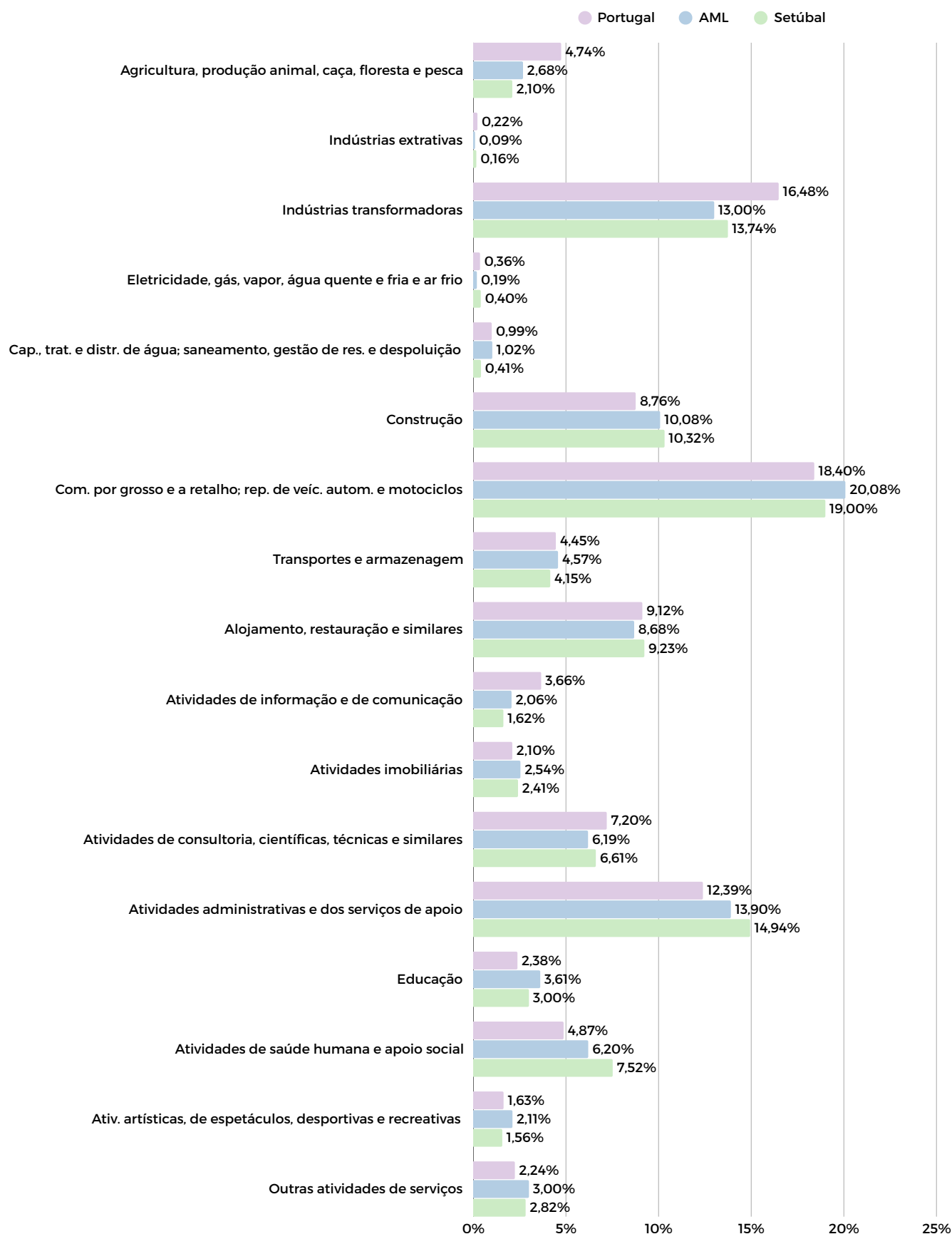
Quanto aos agregados institucionais, há 1.251 pessoas em instituições e 127 em estabelecimentos prisionais.

O número de pessoas sem-teto é 60, localizando-se principalmente na União das Freguesias de Setúbal e em São Sebastião, onde se concentram a maioria das respostas sociais e serviços.

Na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, 17% da população encontra-se abrangida pelas categorias mencionadas na tabela nº 7, enquanto no Sado esta proporção é de 20%. Em Azeitão, o valor é de 22%, e em São Sebastião verifica-se uma percentagem de 29%. O maior registo ocorre na União das Freguesias de Setúbal, onde 32% da população enquadra-se nestas tipologias de agregados.

## 2.1. SETORES ECONÓMICOS

GRÁFICO Nº 17 - PESSOAL AO SERVIÇO POR ATIVIDADE ECONÓMICA (2022) (%)



Fonte: INE - Pessoal ao serviço (N.º) dos estabelecimentos por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Atividade económica (CAE Rev. 3); Anual - INE, Sistema de contas integradas das empresas

De acordo com o gráfico n.º 17, o *comércio por grosso e a retalho* é o setor mais representativo no concelho, empregando 19% do total de trabalhadores/as, ultrapassando a média nacional de 18,40%.

O concelho de Setúbal destaca-se pela sua forte presença industrial, com 13,74% do pessoal ao serviço nas *indústrias transformadoras*, superando a média da Área Metropolitana de Lisboa (13%). Esta elevada concentração reflete a importância das atividades industriais, designadamente na península da Mitrena.

As *atividades administrativas e dos serviços de apoio* surgem em terceiro lugar neste indicador, com uma presença forte em Setúbal (14,94%).

No setor da *construção*, Setúbal também sobressai, com 10,32% do pessoal empregado, uma percentagem superior à média nacional (8,76%) e ligeiramente acima da Área Metropolitana de Lisboa (10,08%).

Além disso, o setor de *alojamento, restauração e similares* também desempenha um papel relevante na economia local, com 9,23% de empregabilidade, situando-se acima das médias nacional (8,68%) e da Área Metropolitana de Lisboa (9,12%).

Este panorama evidencia a diversidade de atividades onde a população de Setúbal está empregada, com as atividades industriais e de serviços a desempenharem um papel crucial no mercado de trabalho local.

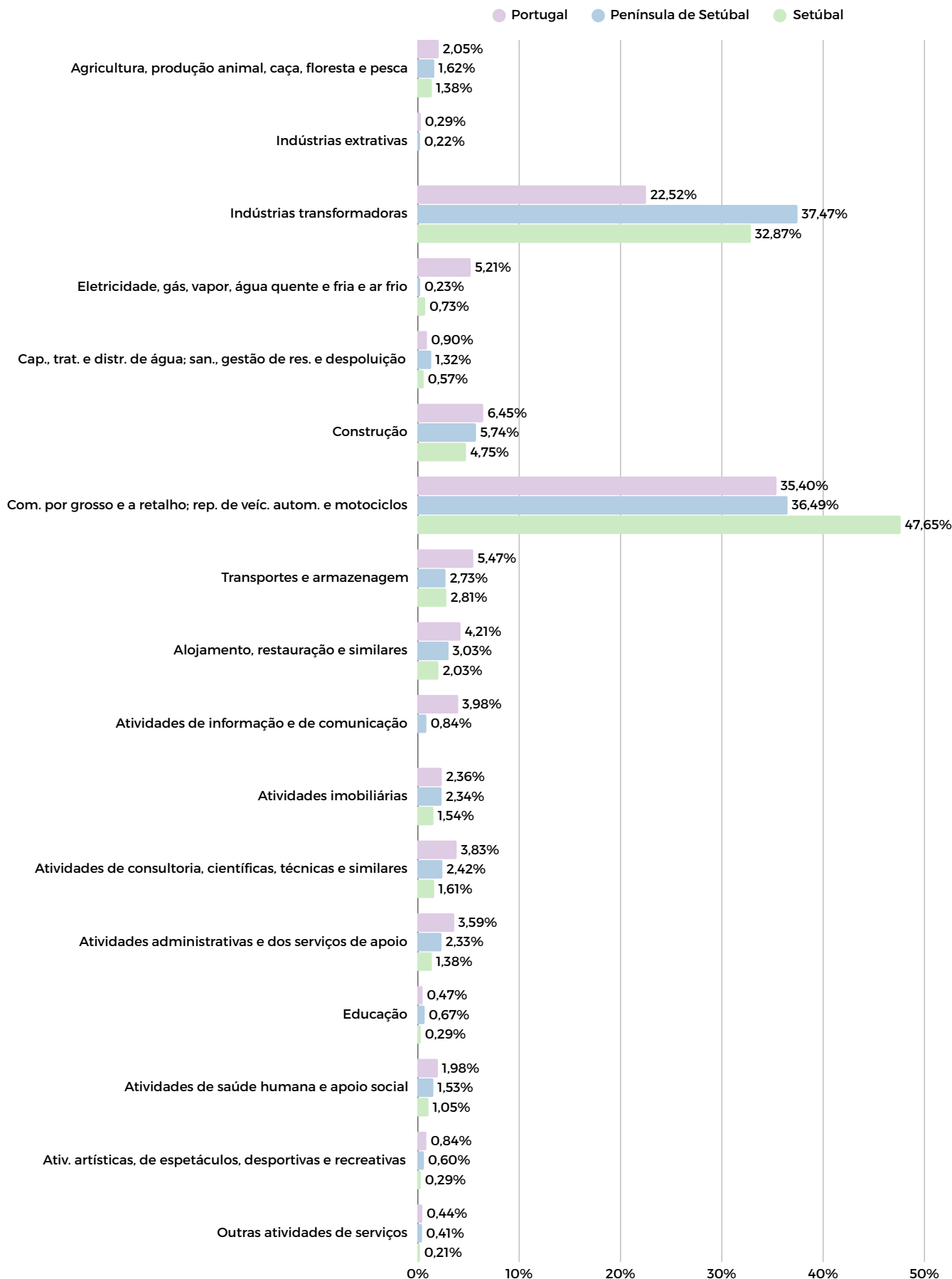
Relativamente, à percentagem do Volume de Negócios (gráfico n.º 18), o setor de *comércio por grosso e a retalho* é o setor mais representativo no concelho de Setúbal, contribuindo com 47,65% do volume de negócios, uma percentagem que supera significativamente a média nacional (35,40%) e da Península de Setúbal (36,49%).

O setor das *indústrias transformadoras* também se revela fundamental, com uma forte concentração na Península de Setúbal (37,47%), sendo o segundo setor com maior volume de negócios no concelho, com 32,87%. Apesar de Setúbal ter uma percentagem ligeiramente inferior à da Península, a presença de grandes indústrias na região evidencia a sua especialização industrial.

As três principais atividades (*indústrias transformadoras, comércio e construção*) representam mais de 85% do volume de negócios em Setúbal, indicando uma forte concentração económica. As mesmas atividades representam 64,4% do volume de negócios a nível nacional.

Esta distribuição reflete a importância histórica da indústria e do comércio em Setúbal, bem como a presença de grandes empresas nestes setores.

GRÁFICO N.º 18 - VOLUME DE NEGÓCIOS DAS EMPRESAS POR ATIVIDADE ECONÓMICA (2023) (%)



Fonte: Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE, Sistema de contas integradas das empresas

TABELA N.º 8 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR PROFISSÃO (GRANDE GRUPO - CPP) (2021) (%)

	Portugal	AML	Setúbal
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	18,22%	22,96%	19,35%
Trab. dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	18,43%	19,11%	19,05%
Trabalhadores não qualificados	15,44%	12,49%	15,85%
Técnicos e profissões de nível intermédio	10,61%	13,35%	12,59%
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	13,65%	8,38%	10,64%
Pessoal administrativo	9,62%	11,28%	10,44%
Repres. do poder leg. e de órg. exec. dirigentes, dir. e gestores executivos	6,06%	7,46%	5,92%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	5,26%	3,32%	4,08%
Agricultores e trab. qualif. da agric., da pesca e da floresta	2,20%	0,80%	1,29%
Profissões das Forças Armadas	0,51%	0,84%	0,78%

Fonte: INE - População empregada (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário, Atividade económica (CAE Rev. 3) e Profissão (Grande grupo - CPP); Decenal

A tabela n.º 8 apresenta a distribuição percentual das profissões em Portugal, na Área Metropolitana de Lisboa e em Setúbal. O Concelho apresenta uma percentagem superior de especialistas das atividades intelectuais e científicas (19,35%) em relação à média nacional, mas inferior à AML.

Nos/as *trabalhadores/as dos serviços pessoais, proteção, segurança e vendedores/as*, Setúbal (19,05%) está próximo da média nacional e ligeiramente abaixo da AML.

Há uma maior presença de *trabalhadores não qualificados* em Setúbal (15,85%) comparativamente à média nacional e à AML.

Setúbal também supera a média nacional em *técnicos e profissões de nível intermédio* (12,59%).

Relativamente ao pessoal *trabalhador qualificado da indústria, construção e artífices*, Setúbal (10,64%) fica entre a média nacional e a AML.

O *pessoal administrativo* em Setúbal (10,44%) aproxima-se da média nacional. Em geral, Setúbal ocupa uma posição intermédia entre o perfil nacional e da AML nas várias categorias profissionais.

Os primeiros quatro grandes grupos de profissões representam 66,8% da população empregada em Setúbal.

## 2.2. MERCADO DE TRABALHO

TABELA Nº 9 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR ATIVIDADE ECONÓMICA POR FREGUESIA (2021) (%)

	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Sado	São Sebastião	União das Freguesias de Azeitão	União das Freguesias de Setúbal
Indústrias transformadoras	16,6%	24,1%	17,7%	11,4%	14,3%
Com. por grosso e a retalho; rep. de veíc. autom. e motociclos	17,1%	14,5%	16%	14,6%	14,0%
Atividades de saúde humana e apoio social	11,2%	8%	11,4%	9,3%	11,2%
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	8,6%	6,7%	8,6%	9,8%	9,2%
Educação	8,4%	5,5%	7%	8,6%	9,3%
Construção	5,2%	5,9%	6,4%	6,4%	5,3%
Alojamento, restauração e similares	4,9%	7,7%	6,4%	4,7%	6,6%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4,1%	6,7%	6,4%	4,7%	5,3%
Outras atividades	23,9%	20,9%	20,1%	30,5%	24,8%

Fonte: População empregada (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário, Atividade económica (CAE Rev. 3) e Profissão (Grande grupo - CPP); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021  
Tabela completa: ver Anexo n.º 1

A partir da análise da tabela n.º 9, podemos observar diferentes padrões de especialização e predominância de cada atividade económica no emprego da população de cada freguesia, destacando-se o seguinte:

Na freguesia do Sado as *indústrias transformadoras* empregam a 24,1% da população residente que trabalha. Esta é uma indicação de que a freguesia tem uma forte componente industrial no seu território. A percentagem de pessoas empregadas no *comércio a retalho* também é significativo (14,5%). O Sado apresenta os maiores valores em atividades menos representativas comparativamente a outras freguesias, em setores como *agricultura, eletricidade, transportes e armazenagem, alojamento e restauração, atividades administrativas e dos serviços de apoio*.

Na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra destaca-se o setor de *comércio por grosso e a retalho*, que emprega 17,1% da população residente que trabalha. As *indústrias transformadoras* e as *atividades de saúde humana e apoio social* empregam 16,6% e 11,2% respetivamente. Além disso, é a única freguesia com trabalhadores/as no setor das atividades dos organismos internacionais, mesmo assim com um valor pouco significativo. Regista valores inferiores às outras freguesias em *atividades administrativas e dos serviços de apoio, atividades artística de espetáculos, desportivas e recreativas e construção* e valores superiores na *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*.

Em São Sebastião, as *indústrias transformadoras* têm também um peso muito relevante, empregando 17,7% da população que trabalha. O comércio surge em segundo (16%) e as *atividades de saúde humana e apoio social* em terceiro (11,4%).

A União das Freguesias de Azeitão mostra uma maior diversificação das atividades nas quais a população se encontra empregada. O *comércio por grosso e a retalho* é o mais relevante, empregando 14,6% da população residente, possivelmente devido à presença de pequeno comércio e mercados.

Há destaque também em setores como *indústrias transformadoras* (11,4%), *administração pública e defesa - segurança social obrigatória* (9,8%) e a *educação* que emprega 8,6% da população residente.

Regista uma percentagem de população empregada inferior a todas as outras freguesias em *alojamento, restauração e similares*, e tendo uma percentagem superior em *atividades financeiras e de seguros, atividades de informação e de comunicação, atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e *atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas*.

Na União das Freguesias de Setúbal, as *indústrias transformadoras* empregam 14,3% da população, indicando uma base industrial relevante, seguidas do setor do *comércio*, muito próximo (14%), e das *atividades de saúde humana e apoio social* (11,2%).

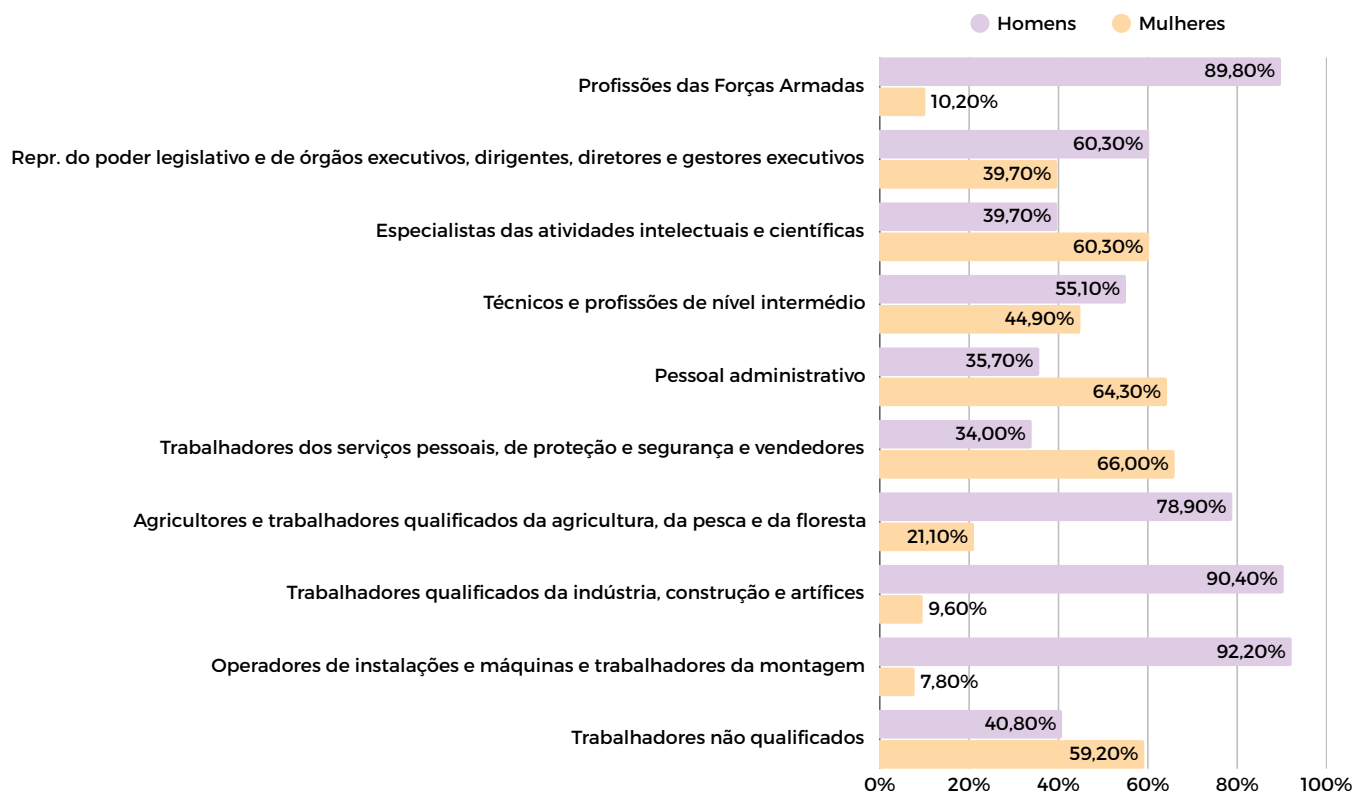
# 19%

da população empregada residente em Setúbal trabalha no Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos

População empregada (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário, Atividade económica (CAE Rev. 3) e Profissão (Grande grupo - CPP); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

As *indústrias transformadoras* e o *comércio por grosso e a retalho* são setores com maior expressão em diferentes freguesias. Por outro lado, as atividades das famílias empregadoras e *indústrias extrativas* (anexo n.º 1), empregam um número bastante reduzido de pessoas no concelho de Setúbal.

GRÁFICO Nº 19 - POPULAÇÃO EMPREGADA (PROFISSÃO GRANDE GRUPO - CPP) POR SEXO - CONCELHO DE SETÚBAL (2021) (%)



Fonte: INE - População empregada (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário, Atividade económica (CAE Rev. 3) e Profissão (Grande grupo - CPP); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Segundo o gráfico nº 19, as profissões com maior desproporção entre homens e mulheres são:

- Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (92,20%);
- Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (90,40%);
- Profissões das forças armadas (89,80%);
- Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta (78,90%).

Os homens têm uma maior representatividade também em outras áreas profissionais, como: representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos

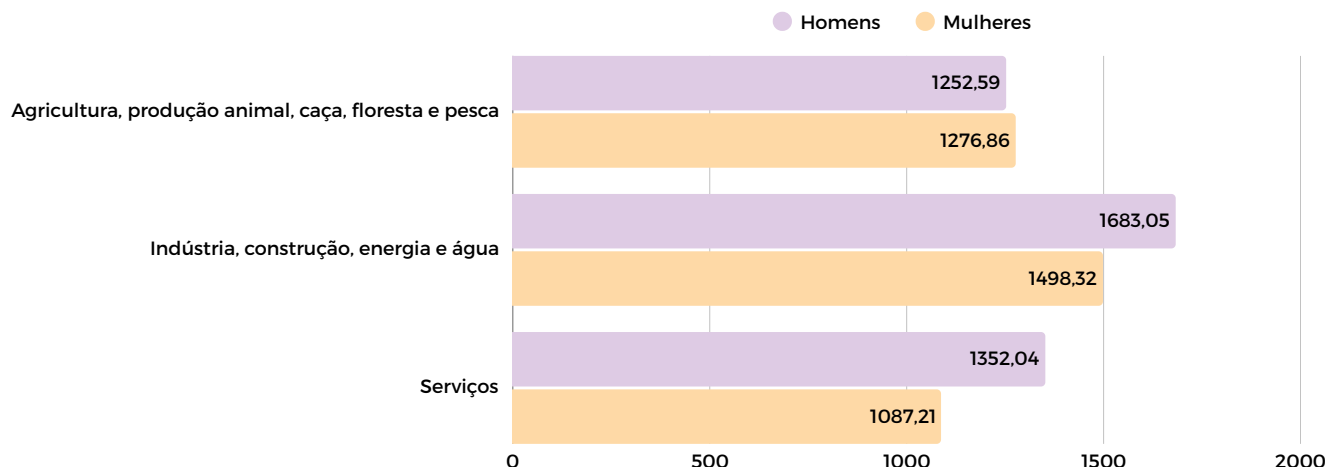
(66,30%) e técnicos e profissões de nível intermédio (55,10%).

Por outro lado, as mulheres têm uma maior prevalência nas seguintes profissões:

- Especialistas em atividades intelectuais e científicas (60,30%);
- Pessoal administrativo (64,30%);
- Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança, e vendedores (66%);
- Trabalhadores não qualificados (59,20%).

Assim, esta análise reflete padrões de segregação em função do sexo no mercado de trabalho, onde homens e mulheres são direcionados para diferentes setores e tipos de funções.

GRÁFICO Nº 20 - GANHO MÉDIO MENSAL POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA E POR SEXO - CONCELHO DE SETÚBAL (2022) (€)



Fonte: Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Sector de atividade económica (CAE Rev. 3) e Sexo; Anual - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

O gráfico n.º 20 apresenta os ganhos médios mensais por sexo nos três setores de atividade económica no concelho de Setúbal.

No setor de *agricultura* o ganho médio mensal dos homens é de 1.252,59€ e o ganho médio mensal das mulheres é ligeiramente superior, 1.276,86€, ganhando em média, um pouco mais que os homens (uma diferença de 24,27€).

Esse tipo de diferença pode ser consequência a fatores como funções específicas dentro do setor que exigem diferentes qualificações ou responsabilidades, que, no caso, podem estar mais concentradas nas mulheres, ou, ainda, diferenças nas modalidades de trabalho e tipo de contrato.

No setor *indústria, construção, energia e água* os homens têm um ganho médio mensal de 1.683,05€ e as mulheres têm um ganho médio mensal de 1.498,32€, uma diferença de 184,73€ mensais.

Esse padrão é consistente em muitas economias, onde os homens

predominam em funções técnicas e de maior responsabilidade dentro do *setor industrial e de construção*, funções essas que tendem a ter uma melhor remuneração. Além disso, a segregação ocupacional e as disparidades salariais entre homens e mulheres também podem ser fatores que explicam essa diferença de rendimento.

O ganho médio mensal dos homens no setor de *serviços* é de 1.352,04€ e o das mulheres neste setor é de 1.087,21€, resultando numa diferença de 264,83€ a menos do que os homens.

Este fenómeno é comum em muitas atividades no mercado de trabalho, onde as mulheres ocupam, em maior proporção, funções de menor remuneração dentro do setor dos *serviços*. Isto pode refletir o facto das mulheres terem uma maior participação em empregos temporários, de tempo parcial ou em funções menos qualificadas e de menor responsabilidade, enquanto os homens tendem a ocupar cargos de gestão em maior proporção.

As diferenças salariais observadas entre os sexos nos diversos setores podem refletir práticas de segregação ocupacional (homens em cargos técnicos ou de liderança e mulheres em cargos de apoio ou funções administrativas). Também pode refletir a presença de discriminação salarial por sexo, onde mulheres e homens desempenham funções semelhantes, ganhando menos. Isto é particularmente evidente no setor dos Serviços.

A igualdade salarial continua a ser um desafio importante e os dados aqui apresentados indicam que existe a necessidade de políticas públicas mais ativas, bem como iniciativas empresariais que possam abordar essas disparidades, seja por meio de melhoria da qualificação feminina, promoção de igualdade de oportunidades ou avanço de políticas de igualdade de género no mercado de trabalho.

Em suma, este gráfico revela uma clara disparidade salarial entre sexos, com as mulheres a receberem significativamente menos do que os homens nos setores de *indústria, construção, energia e água, e serviços*.

Estes dados são relevantes para entender as dinâmicas salariais e identificar áreas em que a igualdade de género no emprego e a redução da desigualdade salarial devem ser promovidas, tanto ao nível local como nacional.

Para um percurso rumo à igualdade, diversidade e cidadania democrática

plenas, é essencial relevar o conceito de género e os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres no passado e no presente.

A discriminação com base no género continua a gerar desigualdades, com impacto negativo sobretudo para as mulheres. Esta discriminação atua como mecanismo de reprodução de desigualdades, ocorrendo um processo de desvalorização subjetiva oriunda de referências culturais produtoras de estigmas e estereótipos, prejudiciais ao desenvolvimento das mulheres enquanto agentes sociais de pleno direito.

O sexismo está patente na base das desigualdades entre homens e mulheres, referindo-se este conceito a “qualquer atitude, gesto, representação (...), prática ou comportamento baseado no pressuposto de que uma pessoa ou grupo de pessoas é inferior em razão do sexo, que ocorra na esfera pública ou privada”.<sup>1</sup>

Os papéis de género migraram para os locais de trabalho com a entrada das mulheres nesta esfera da vida social entre as décadas de 50 a 70.

<sup>1</sup> - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). Sexismo: Repare nele, Fale dele, Acabe com ele! Campanha. Portugal, 2020.

Neste contexto, parece-nos fundamental dar relevância à problemática do *gender pay gap* em Portugal e de como tal se traduz numa injustiça social que afeta desproporcionalmente as mulheres, existindo vasta documentação e legislação sobre esta temática.<sup>1 2 3 4 5</sup>

As assimetrias laborais e o *gap* salarial entre géneros deve a sua raiz à divisão sexual do trabalho, havendo profissões mais masculinizadas (ex. engenharias) e outras mais feminizadas (ex. educação de infância), tendendo as primeiras a auferir melhores salários.

O setor da economia social é altamente feminizado, onde os salários são tendencialmente baixos. No mesmo sentido, os cargos executivos e de gestão costumam ter taxas de masculinização elevadas, sendo as mulheres afastadas dessas posições ou encontrando muitos fatores de resistência para lhes conseguir aceder.

Tradicional e culturalmente, o trabalho produtivo foi sempre mais frequentemente associado aos homens, traduzindo-se este tipo de trabalho em rendimento, sendo as mulheres associadas ao trabalho reprodutivo (cuidar da casa e da família), que assegurou frequentemente, como base fundamental, o trabalho produtivo masculino (fora de casa). O trabalho

reprodutivo, não sendo pago, tem valor social e económico.

Sendo a igualdade um dos valores fundadores da União Europeia, o princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual entre homens e mulheres encontra-se consagrado nos tratados desde 1957. Citamos, neste sentido, o artigo 157º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia:

*1. Os Estados-Membros assegurarão a aplicação do princípio da igualdade de remuneração entre trabalhadores masculinos e femininos, por trabalho igual ou de valor igual. (...)*

*A igualdade de remuneração sem discriminação em razão do sexo implica que:*

- a) A remuneração do mesmo trabalho pago à tarefa seja estabelecida na base de uma mesma unidade de medida;*
- b) A remuneração do trabalho pago por unidade de tempo seja a mesma para um mesmo posto de trabalho.*

*3. O Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário e após consulta ao Comité Económico e Social, adotarão medidas destinadas a garantir a aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de emprego e de trabalho, incluindo o princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual.*

<sup>1</sup> - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). Sexismo: Repare nele, Fale dele, Acabe com ele! Campanha. Portugal, 2020.

<sup>2</sup> - Conselho Europeu. (2019) Conciliação entre a vida profissional e a vida familiar de progenitores e cuidadores.

<sup>3</sup> - Decreto-Lei n.º 392/1979 de 20 de setembro. Garante às mulheres a igualdade com os homens em oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego. Diário da República, 20 set 1979.

<sup>4</sup> - Parlamento Europeu. Igualdade entre homens e mulheres. União Europeia. - Consultado a 26-03-2025

<sup>5</sup> - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, 18 de dezembro de 1979, Resolução 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

*4. A fim de assegurar, na prática, a plena igualdade entre homens e mulheres na vida profissional, o princípio da igualdade de tratamento não obsta a que os Estados-Membros mantenham ou adotem medidas que prevejam regalias específicas destinadas a facilitar o exercício de uma atividade profissional pelas pessoas do sexo sub-representado, ou a prevenir ou compensar desvantagens na sua carreira profissional.*

Geralmente, o *gap* salarial não está patente no salário base, uma vez que a legislação não o permite, mas antes nos incentivos, prémios, bónus, progressão na carreira, entre outros benefícios laborais.

De acordo com documentação da CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género) referente a dados de 2021<sup>1</sup>, a diferença salarial em 2019 era de 14%, com claro prejuízo para as mulheres, que ganhavam em média menos 149€ mensais. Quanto mais qualificada ao nível académico é a pessoa, maior será a diferença salarial entre os dois géneros, mais uma vez com prejuízo para as mulheres.

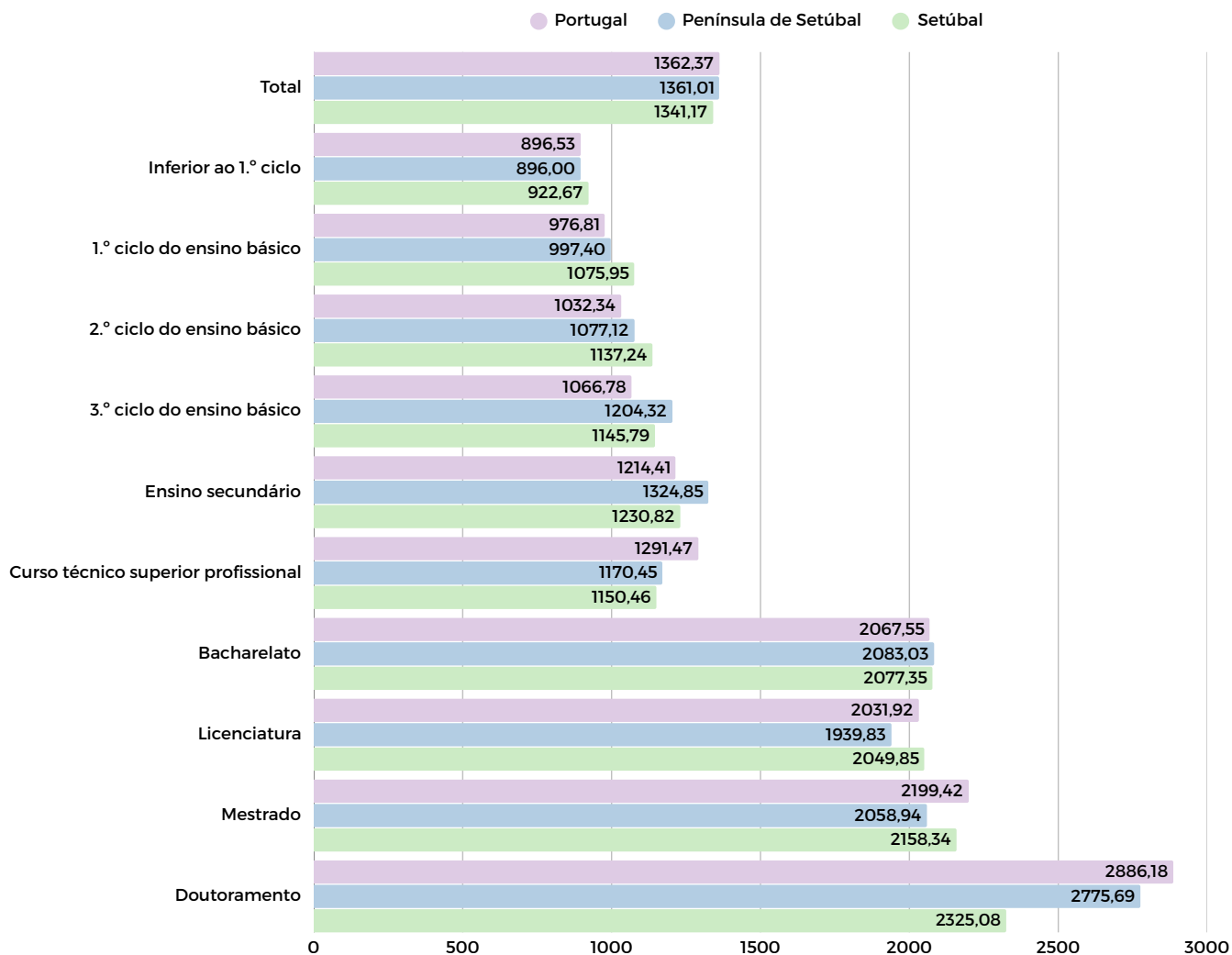
Estas divergências salariais culminam, no final da vida ativa laboral, numa disparidade ainda maior nos valores das pensões: as mulheres idosas estão em maior risco de pobreza do que os homens idosos. Reforçando estas considerações, o Observatório das Desigualdades do ISCTE, no estudo de Janeiro de 2025, "Tendências recentes da pobreza e da privação em Portugal:

o agravamento na população idosa e nas mulheres"<sup>2</sup>, refere nas suas conclusões que o grupo etário com 65 ou mais anos nunca se encontrou tanto em risco de pobreza como agora, quando comparado com os últimos anos. A taxa de risco de pobreza na população idosa é de 21,1%, encontrando-se as mulheres em situação pior face aos homens, sendo que 15,5% destas apresenta privação material e social.

<sup>1</sup> - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). (2021, Novembro). Gender Pay Gap em Portugal. Lisboa, Portugal.

<sup>2</sup> - Tavares, I., & Carmo, R. M. do. (2025). Tendências recentes da pobreza e da privação em Portugal: O agravamento na população idosa e nas mulheres. Lisboa: Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE.

GRÁFICO Nº 21 - GANHO MÉDIO MENSAL POR NÍVEL DE ENSINO (2022) (€)



Fonte: INE - Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Nível de educação; Anual - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

A análise dos rendimentos médios mensais por nível de escolaridade (gráfico nº 21) em Portugal, na Península de Setúbal e na cidade de Setúbal revela que o rendimento médio em Setúbal (1341,17€) é ligeiramente inferior à média nacional (1362,37€) e regional (1361,01€). No entanto, ao examinar os diferentes níveis de escolaridade, observam-se variações significativas.

Para os níveis de escolaridade mais baixos, até ao 3.º ciclo do ensino básico, Setúbal apresenta rendimentos superiores à média nacional. Destaca-se particularmente o 1.º ciclo do ensino básico, onde Setúbal (1075,95€) supera

significativamente a média nacional (976,81€). No ensino secundário, o valor de Setúbal (1230,82€) mantém-se acima de Portugal (1214,41€), embora fique aquém da Península de Setúbal (1324,85€).

No ensino superior, observam-se algumas peculiaridades. O *Bacharelato* em Setúbal (2077,35€) apresenta um valor ligeiramente superior à média nacional (2067,55€) e supera os rendimentos da *Licenciatura* em todas as regiões analisadas. A licenciatura em Setúbal (2049,85€) regista um valor acima da média nacional (2031,92€). Contudo, nos níveis mais elevados de educação não acompanha

os valores da península e do país. O ganho médio mensal da população com *Mestrado* em Setúbal (2158,34€) fica um pouco abaixo da média nacional (2199,42€), e a disparidade torna-se mais acentuada no nível de *Doutoramento*, onde Setúbal (2325,08€) apresenta um valor significativamente inferior à média nacional (2886,18€), com uma diferença superior a 500€.

É importante notar que o *Curso técnico superior profissional* em Setúbal (1150,46€) tem um rendimento inferior ao de Portugal (1291,47€), o que pode indicar uma menor valorização deste tipo de formação no Concelho.

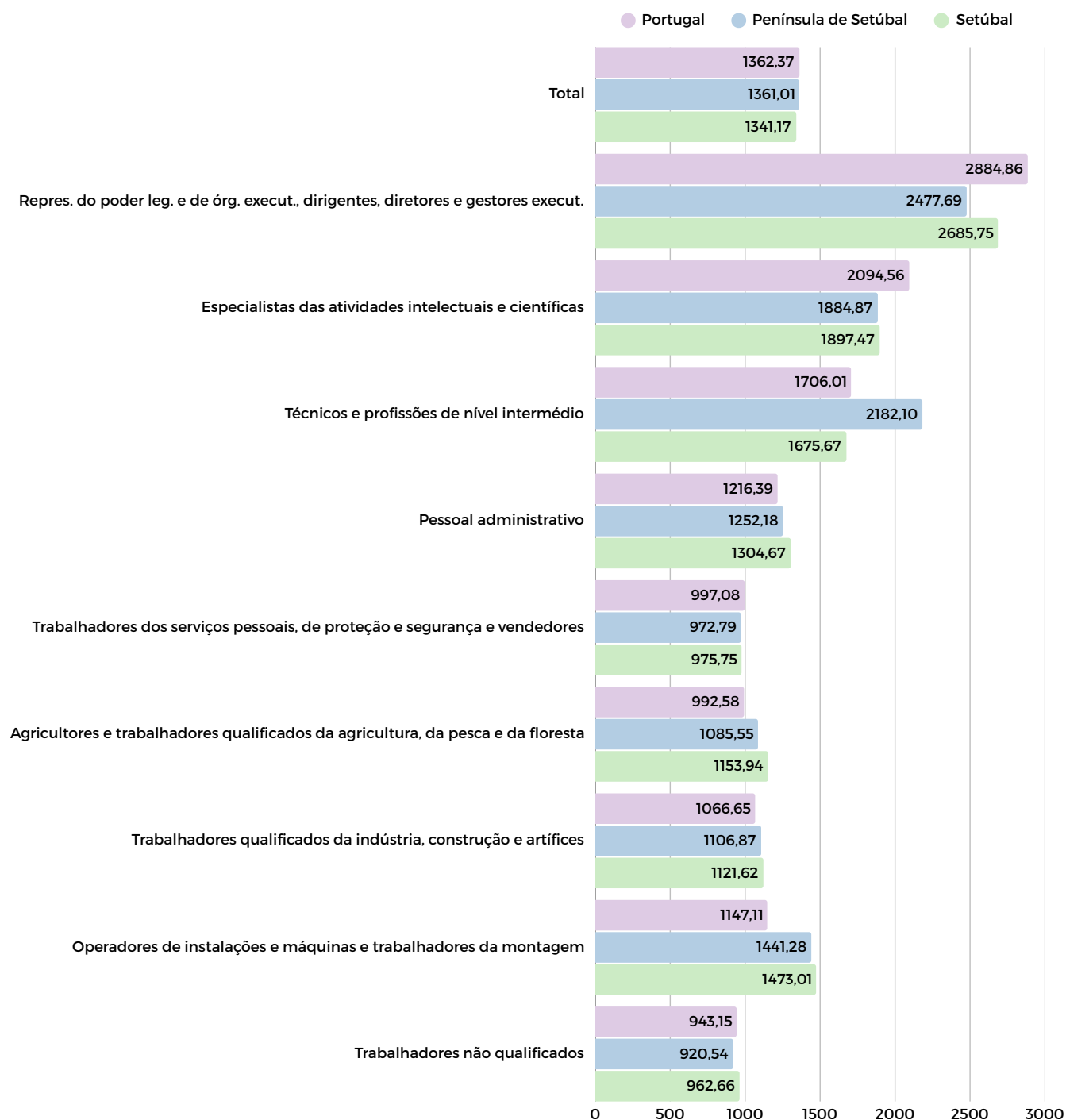
Esta análise revela assim, que Setúbal oferece rendimentos competitivos e até superiores à média nacional para a maioria dos níveis educacionais, especialmente nos níveis mais baixos e médios. No entanto, o Concelho parece perder competitividade nos níveis mais elevados de educação, particularmente no *Doutoramento*. Estes dados podem refletir diferenças na estrutura económica e no mercado de trabalho de Setúbal em comparação com o resto do país, possivelmente indicando uma menor presença de setores que tradicionalmente empregam e valorizam profissionais com níveis muito elevados de qualificação académica. Mesmo com indicadores de maior ganho em Setúbal relativamente à realidade nacional nas baixas qualificações, estas estão associadas a rendimentos (em média) mais baixos, privação material e social e por consequência maior nível de vulnerabilidade.<sup>1</sup>



*Moinho de Maré da Mourisca (Freguesias do Sado e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra)  
Foto: Elaboração própria*

<sup>1</sup> - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Coimbra & Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (s.d.). Atlas dos Municípios Saudáveis - Informações dos Indicadores. Consultado em 13 de fevereiro de 2025.

GRÁFICO Nº 22 - GANHO MÉDIO MENSAL POR PROFISSÃO (CPP) (2022) (€)



Fonte: INE -Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Profissão (CPP - Classificação Portuguesa das Profissões); Anual - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

O gráfico n.º 22 apresenta o ganho médio mensal população empregada por conta de outrem, por profissão em Portugal, na Península de Setúbal e no município de Setúbal. De modo geral, observa-se que o ganho médio total na Península de Setúbal é ligeiramente inferior à média nacional, enquanto Setúbal apresenta um valor ainda mais baixo.

Verifica-se que os *técnicos e profissões de nível intermédio* na Península de Setúbal auferem significativamente mais (2182,10€) do que a média nacional (1706,01€) e do município de Setúbal (1675,67€). Os *operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem* também apresentam ganhos superiores tanto na Península de Setúbal (1441,28€) como em Setúbal

(1473,01€) em comparação com a média nacional (1147,11€), refletindo a presença de indústrias importantes na região.

Por outro lado, os *representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos* na Península de Setúbal (2477,69€) ganham consideravelmente menos que a média nacional (2884,86€), embora em Setúbal (2685,75€) o valor seja mais próximo da média do país.

O *peçoal administrativo* em Setúbal apresenta rendimentos médios (1304,67€) superiores tanto à média nacional (1216,39€) quanto à da Península de Setúbal (1252,18€).

Nos *agricultores e trabalhadores da pesca*, em Setúbal (1153,94€), o ganho é significativamente mais que a média nacional (992,58€).

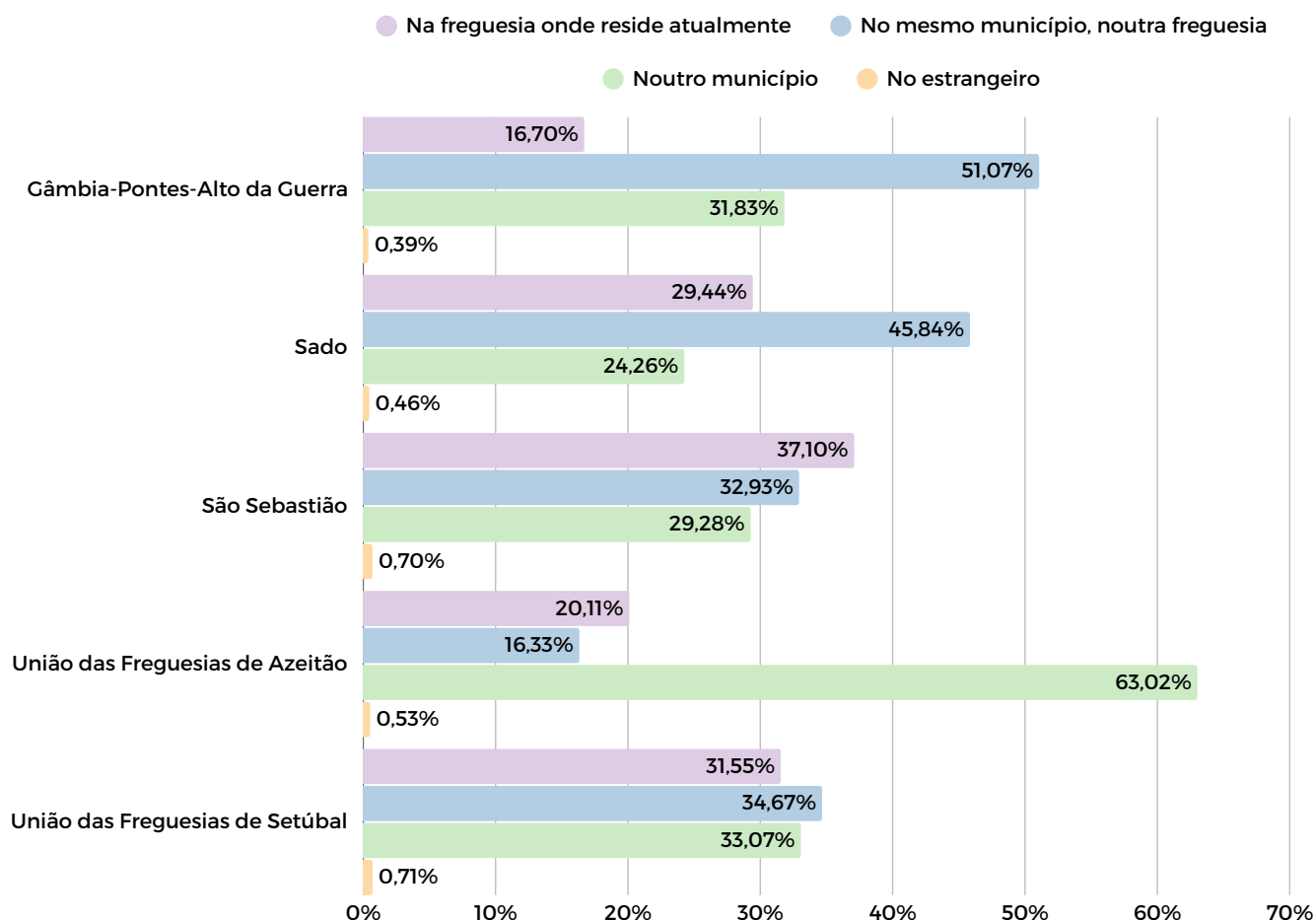
Os *trabalhadores não qualificados*, em Setúbal (962,66€), apresentam também uma remuneração ligeiramente superior à média nacional (943,15€) e à da Península de Setúbal (920,54€).

Esta análise revela que Setúbal tem algumas particularidades em termos de remuneração, com destaque para as atividades *peçoal administrativo, agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta, trabalhadores não qualificados, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem e trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices*, que têm um ganho médio superior em Setúbal comparativamente com Portugal.

Esta análise revela que as profissões mais qualificadas tendem a ser menos valorizadas em termos salariais em Setúbal, quando comparadas com as médias nacionais. Por outro lado, algumas profissões técnicas e operacionais apresentam rendimentos relativamente competitivos no Concelho.

Estes dados são importantes para políticas públicas de qualificação profissional, desenvolvimento regional e promoção de igualdade salarial entre diferentes grupos de trabalhadores/as.

GRÁFICO N.º 23 - LOCAL DE TRABALHO RELATIVAMENTE AO LOCAL DE RESIDÊNCIA (2021) (%)



Fonte: INE - População residente que vive no alojamento a maior parte do ano (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Condição perante o trabalho, Escalão de duração dos movimentos

O gráfico apresenta dados sobre a mobilidade laboral em relação ao local de residência nas freguesias do município de Setúbal.

Na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, a maioria de residentes (51,07%) trabalha noutra freguesia do mesmo município, enquanto 31,83% trabalham noutro município. Apenas 16,70% trabalham na própria freguesia e uma percentagem muito reduzida (0,39%) trabalha no estrangeiro.

No Sado, observa-se um padrão semelhante, com 45,84% a trabalhar noutra freguesia do município e

29,44% na própria freguesia. 24,26% deslocam-se para outro município e 0,46% trabalham no estrangeiro.

As freguesias centrais de Setúbal concentram a maior parte do emprego e dos equipamentos, o que leva muitas pessoas residentes e trabalhadores/as das freguesias periféricas, como Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado, a deslocarem-se diariamente para estas áreas<sup>1</sup>.

São Sebastião apresenta uma distribuição mais equilibrada, com 37,10% a trabalhar na própria freguesia, 32,93% noutra freguesia do

<sup>1</sup> - Câmara Municipal de Setúbal. (2021, Outubro). Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal - Caracterização e Diagnóstico.

município e 29,28% noutro município. A percentagem de pessoas a trabalhar no estrangeiro é ligeiramente superior (0,70%).

Na União das Freguesias de Setúbal, a distribuição é mais uniforme, com 34,67% a trabalhar noutra freguesia do município, 33,07% noutro município e 31,55% na própria freguesia onde reside.

A União das Freguesias de Azeitão destaca-se pela elevada percentagem de residentes que trabalham noutro município (63,02%). Apenas 20,11% trabalham na própria freguesia e 16,33% noutra freguesia do município. 0,53% trabalham no estrangeiro.

O concelho de Setúbal, na Área Metropolitana de Lisboa, tem a menor dependência funcional face a Lisboa, com apenas 8,3% dos residentes a estudar ou trabalhar lá, apesar do aumento ao longo das décadas. As principais relações de dependência funcional são com Palmela, onde 7,2% dos residentes de Setúbal trabalham ou estudam, e 12,7% dos residentes de Palmela fazem o mesmo em Setúbal.<sup>1</sup>

No entanto, o concelho de Setúbal posiciona-se como um emissor líquido de mão-de-obra. Isto é, tem uma maior proporção de trabalhadores/as a sair do concelho do que tem a entrar.<sup>2</sup>

A proximidade a outros concelhos da Península de Setúbal à Grande Lisboa

facilita a mobilidade para fora do município, especialmente para empregos em setores mais qualificados que não estão amplamente disponíveis localmente e por áreas de grande concentração empresarial.

Este fenómeno é particularmente evidente em freguesias como Azeitão, onde uma elevada percentagem de trabalhadores/as se desloca para outros municípios.<sup>3</sup>

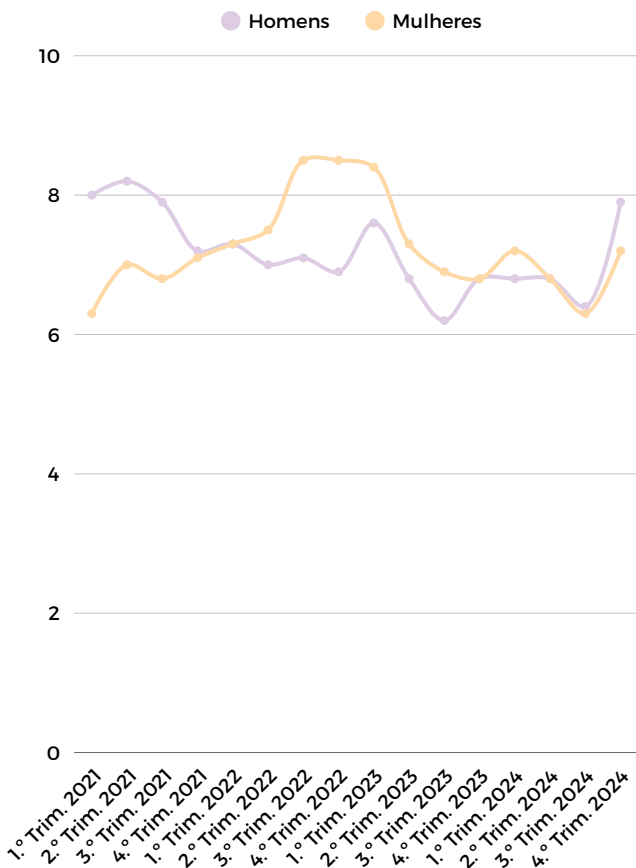
O território de Setúbal é também condicionado por áreas protegidas como o Parque Natural da Arrábida e a Reserva Natural do Estuário do Sado, que limitam a expansão urbana e dificultam a criação de novas infraestruturas rodoviárias ou ferroviárias. Estas barreiras físicas naturais aumentam o tempo e o custo das deslocações entre algumas freguesias.<sup>1</sup>

Em resumo, a mobilidade laboral em Setúbal é influenciada por uma combinação de fatores estruturais, como a concentração desigual de emprego, limitações na rede de transportes públicos e barreiras físicas naturais. Estes desafios reforçam a necessidade de políticas integradas que promovam uma maior coesão territorial e melhorias na acessibilidade entre as freguesias.

<sup>1</sup> - Câmara Municipal de Setúbal. (2021, Outubro). Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal - Caracterização e Diagnóstico.

<sup>2</sup> - Câmara Municipal de Setúbal. (2016, Dezembro). Plano Estratégico de Desenvolvimento Setúbal 2026 - Relatório Final. Setúbal, Portugal: Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados.

<sup>3</sup> - AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal. (2015, Junho). PED Península de Setúbal 2014-2020 - Relatório Final.

**GRÁFICO N.º 24 - TAXA DE DESEMPREGO (2021-2024) NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (%)**

Fonte: INE - Taxa de desemprego (Série 2021 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo; Trimestral - INE, Inquérito ao emprego (Séries - 2021)

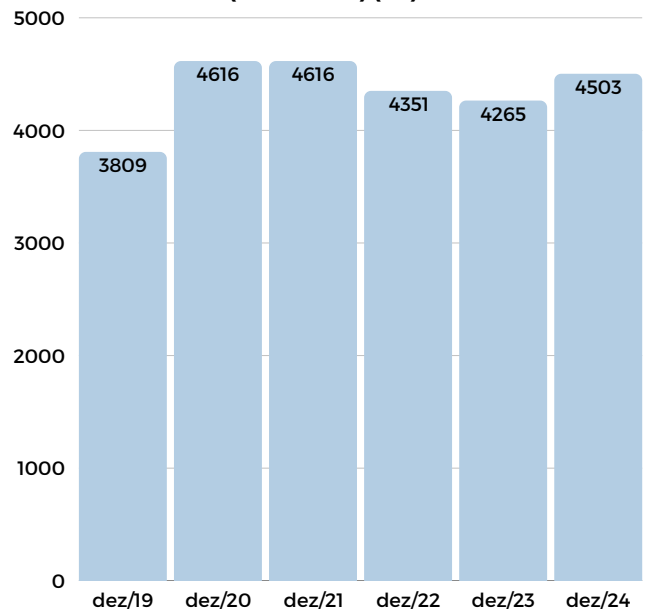
A taxa de desemprego na AML, entre 2021 e 2024, revela flutuações significativas tanto para homens quanto para mulheres.

Inicialmente, os homens apresentavam taxas de desemprego mais elevadas, mas essa tendência inverteu-se em meados de 2022, com as mulheres a registarem taxas mais altas durante vários trimestres, atingindo um pico de 8,5% no terceiro e quarto trimestres desse ano.

No segundo e terceiro trimestres de 2024, observou-se uma convergência das taxas de desemprego entre os dois sexos, registando-se diferenças mínimas.

Contudo, o último trimestre de 2024 revelou um aumento considerável na taxa de desemprego principalmente para os homens, sugerindo uma possível deterioração do mercado de trabalho na região e a redução de ofertas de emprego.

A volatilidade das taxas de desemprego, ao longo do período analisado, indica que o mercado de trabalho na AML é sensível a fatores económicos e sazonais.

**GRÁFICO N.º 25 - INSCRITOS/AS NO IEFP SETÚBAL (2019-2024) (N.º)**

Fonte: Estatísticas - IEFP, I.P.

A análise da evolução do número de inscritos/as no IEFP entre dezembro de 2019 e dezembro de 2024 revela tendências marcadas por oscilações associadas a mudanças no mercado de trabalho. Em dezembro de 2019, o número de inscritos/as era de 3809, mas em dezembro de 2020 registou-se um aumento significativo para 4616, o que representa um crescimento de cerca de 21,2%. Este aumento pode ser atribuído ao impacto da pandemia de COVID-19, que provocou uma crise económica e um aumento do desemprego. Os vínculos de trabalho

precários podem ser outro fator que contribuiu para o aumento do número de pessoas inscritas durante este período.

Entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021, o número de pessoas inscritas manteve-se constante e elevado (4616), sugerindo uma estabilização temporária do mercado de trabalho, possivelmente devido a medidas governamentais de apoio ao emprego implementadas durante a pandemia.

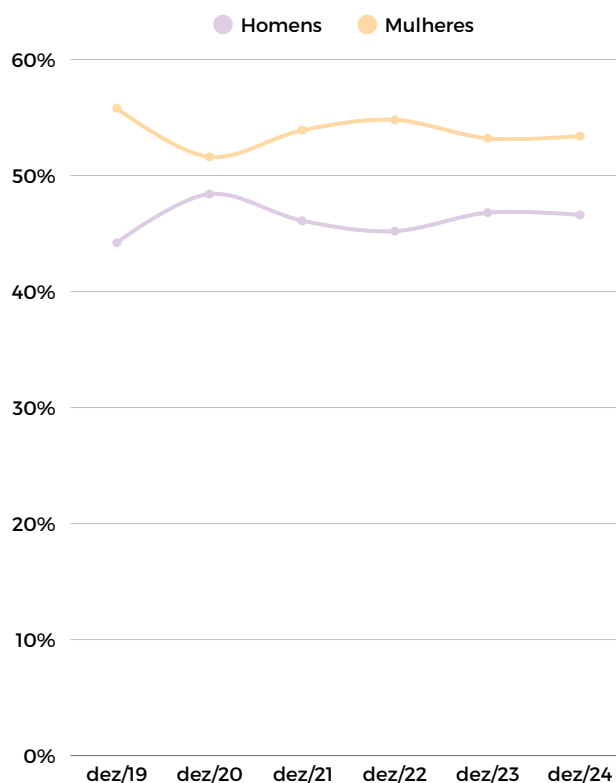
No entanto, a partir de dezembro de 2021, verifica-se uma tendência de redução gradual no número de inscritos. Em dezembro de 2022, o número desceu para 4.351 e continuou a diminuir em dezembro de 2023, atingindo os 4265. Esta descida pode indicar uma recuperação progressiva do mercado laboral à medida que os efeitos da pandemia foram sendo mitigados. Contudo, em dezembro de 2024, observa-se um ligeiro aumento no número de inscritos para 4.503.

Este crescimento (cerca de 5,6% face ao ano anterior) pode refletir uma nova flutuação no mercado de trabalho, possivelmente associada a fatores económicos ou sociais específicos desse período.

Em termos gerais, embora o número de inscritos tenha diminuído desde o pico registado em dezembro de 2020 e 2021, os valores em dezembro de 2024 (4503) ainda estão acima dos níveis pré-pandemia observados em dezembro de 2019 (3809). Este facto sugere que o mercado laboral ainda não recuperou totalmente para os níveis anteriores à crise pandémica, evidenciando um impacto prolongado

no emprego e na procura por trabalho ao longo deste período.

**GRÁFICO N.º 26 - INSCRITOS/AS NO IEFP SETÚBAL POR SEXO (2019 - 2024) (%)**



Fonte: Estatísticas - IEFP, I.P.

No intervalo analisado, observa-se uma predominância consistente de mulheres entre as pessoas inscritas no IEFP de Setúbal, embora a diferença entre os sexos tenha variado ao longo do período analisado.

A instabilidade das taxas de desemprego feminino, com picos elevados, pode ser um sinal de vulnerabilidade em certos setores ou dificuldades específicas enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho.

A tendência mais estável do desemprego masculino sugere uma recuperação mais consistente para este grupo.

Em termos de inscrições no IIEFP o sexo mais representado é o feminino, tendo a maioria das inscrições ao longo do período analisado. Estes dados sugerem e reforçam a ideia da necessidade de reduzir de forma geral o desemprego e as disparidades no mercado de trabalho entre homens e mulheres.

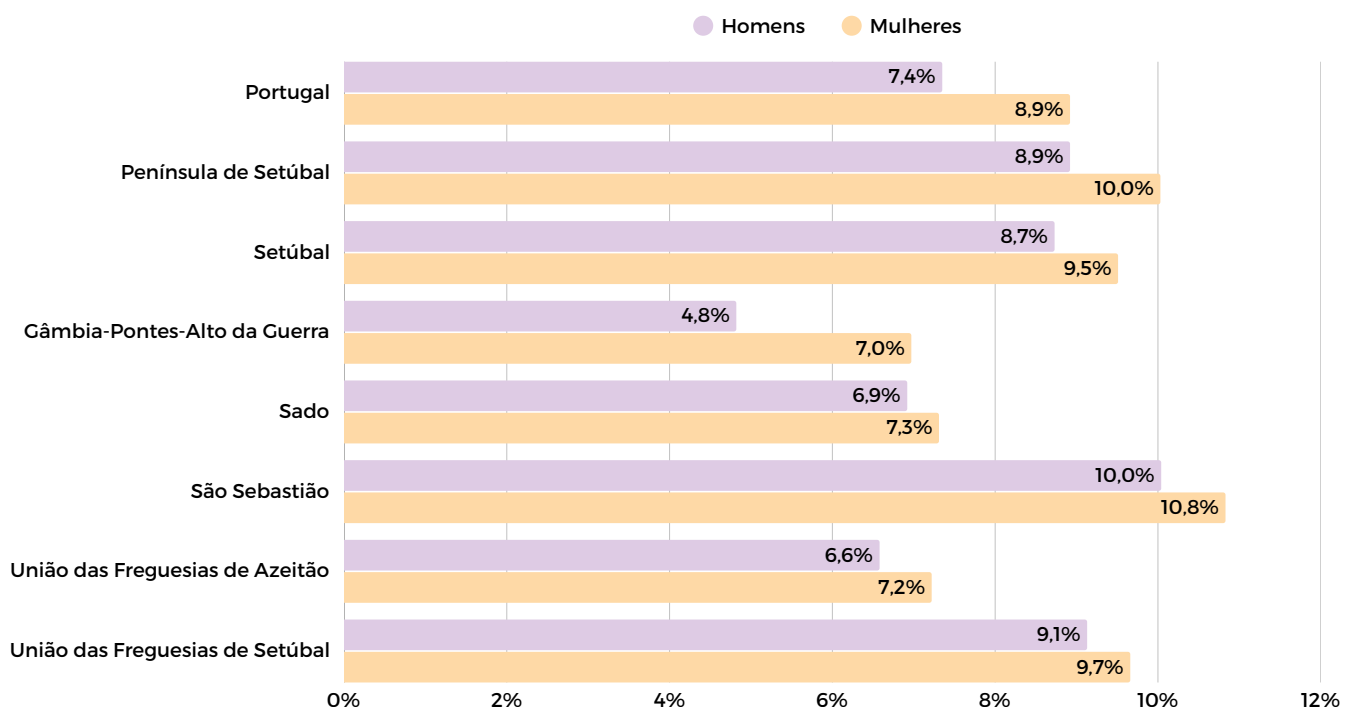
O gráfico n.º 27 espelha uma desigualdade persistente, a diferença consistente no desemprego entre homens e mulheres sugere que ainda existem desigualdades de género no mercado de trabalho.

No município de Setúbal, a taxa de desemprego está alinhada com Portugal e Península de Setúbal, com 8,7% para os homens e 9,5% para as mulheres. Sendo menor em 0,8% relativamente à Península de Setúbal, ainda assim as mulheres registam valores de desemprego superiores aos dos homens.

Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra apresenta uma das taxas de desemprego mais baixas para os homens (4,8%), no entanto as mulheres enfrentam uma taxa consideravelmente mais alta (7%). Apresenta, ao mesmo tempo, a maior disparidade entre sexos e a menor taxa de desemprego global das Freguesias do Concelho de Setúbal (5,88%). Isso sugere que, enquanto os homens podem encontrar mais facilmente oportunidades de emprego neste território, as mulheres ainda enfrentam dificuldades no mercado de trabalho local.

A União das Freguesias de Azeitão apresenta uma taxa de desemprego de 6,9%, relativamente baixa quando comparada com outras freguesias. Para os homens, a taxa é de 6,6%, enquanto para as mulheres é de 7,2%, evidenciando uma diferença de 0,6%.

**GRÁFICO N.º 27 - TAXA DE DESEMPREGO (2021) (%)**



Fonte: INE - Taxa de desemprego (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Sexo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Na freguesia do Sado a taxa de desemprego é moderada, situando-se em 7,1%. Especificamente, o desemprego atinge 6,9% dos homens e 7,3% das mulheres. A diferença entre os sexos é de apenas 0,4%, a menor registada entre as freguesias do concelho, mas ainda alinhada com a tendência geral.

Por outro lado, na União das Freguesias de Setúbal, o desemprego é mais elevado, com uma taxa de 9,1% para os homens e 9,7% para as mulheres, resultando numa desigualdade de 0,6%. Esta freguesia regista uma taxa de desemprego geral superior à média do concelho (9,5%).

A freguesia de São Sebastião regista a taxa de desemprego mais alta entre todos os territórios analisados: 10% para os homens e 10,8% para as mulheres, com uma média geral de 10,4%. Este valor é significativamente superior à média do concelho de Setúbal e do país, indicando dificuldades generalizadas no acesso ao emprego e sugerindo uma possível vulnerabilidade das populações locais. Estes dados refletem disparidades não só entre sexos mas também entre diferentes áreas geográficas.

As mulheres enfrentaram uma taxa de desemprego mais elevada em todos os territórios analisados.

Adicionalmente, as freguesias urbanas mais densamente povoadas, como São Sebastião e União das Freguesias de Setúbal, apresentaram índices mais elevados em comparação com áreas menos populosas como Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado.

Outro fator relevante é a segregação socioespacial<sup>1</sup>. Nas áreas urbanas, especialmente em bairros com população mais vulnerável, os efeitos históricos e estruturais podem contribuir para a perpetuação do desemprego. Estes "efeitos de área" incluem a desvalorização socioeconómica e a exclusão social, que dificultam o acesso ao mercado de trabalho e promovem ciclos de desemprego de longa duração.<sup>2</sup>

Outros fatores como idade, baixas habilitações, deficiência e/ou incapacidade, nacionalidade, género, etc., dificultam a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho<sup>3</sup>.

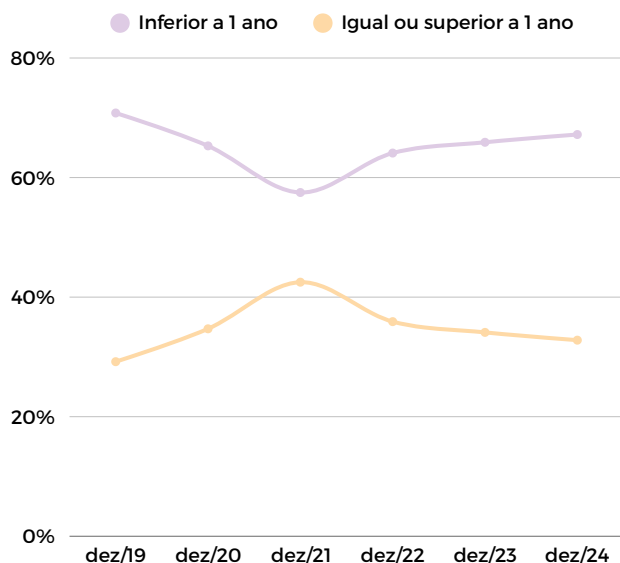
Para reduzir essa disparidade, seria importante o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a igualdade, incentivem a qualificação profissional das mulheres e garantam acesso igualitário a oportunidades de emprego, independentemente do sexo.

<sup>1</sup> - Malheiros, J., & Madeira, P. M. (2023). Segregação socioespacial urbana. In O. Santos, K. Silva, & J. Malheiros (Eds.), *Geografia urbana: revisitando conceitos e temas* (pp. 47-62). CEG-IGOT-ULisboa, UFRPE. ISBN: 978-65-85711-31-9.

<sup>2</sup> - Alves, S. (2008). A geografia do desemprego no Porto. *Comunidades e territórios com maior vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social*. *Cidades - Comunidades e Territórios*, 16, 43-67.

<sup>3</sup> - Universidade Católica Portuguesa, CIDECE - Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos. (2007). *Desemprego e Urbanização: Relatório Final* (Projeto n.º 24/2006/4221). POEFDS - Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social. (p.53)

**GRÁFICO N° 28 - TEMPO DE INSCRIÇÃO NO IEFP SETÚBAL (VALORES REGISTRADOS ANUALMENTE EM DEZEMBRO, 2019-2024) (N°)**



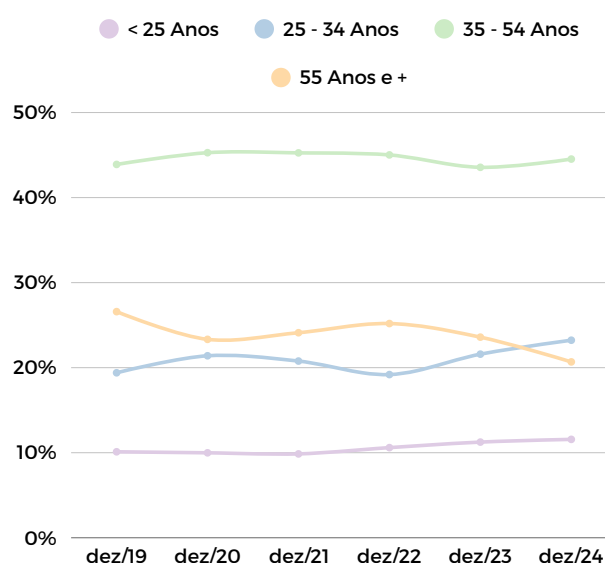
Fonte: Estatísticas - IEFP, I.P.

Relativamente ao tempo de inscrição no IEFP (Setúbal), verificou-se entre 2019 a 2021 um crescimento em percentagem das pessoas inscritas há mais de um ano, de 29,2% para 42,5%.

Em 2021 é observada uma inversão da tendência com a diminuição das inscrições com uma duração igual ou superior a 1 ano, o que pode indicar uma recuperação nas dinâmicas do mercado de trabalho, que podem ter sido afetadas pela pandemia de COVID-19, que gerou alterações nos padrões de inscrição devido a fatores como a instabilidade económica e a estagnação da oferta de emprego nesse período. Em 2024 o valor voltou a descer para 32,8%.

Embora existam variações ao longo do tempo, a distribuição entre inscrições recentes e mais antigas mantém-se relativamente estável, com a maior parte das inscrições a serem inferiores a um ano.

**GRÁFICO N° 29 - INSCRITOS/AS NO IEFP SETÚBAL POR FAIXA ETÁRIA (VALORES REGISTRADOS ANUALMENTE EM DEZEMBRO, 2019-2024) (%)**



Fonte: Estatísticas - IEFP, I.P.

A análise dos dados sobre inscritos/as no IEFP, segundo a faixa etária, entre dezembro de 2019 e dezembro de 2024, revela mudanças significativas na composição etária das pessoas desempregadas ao longo do tempo.

Em dezembro de 2019, uma grande parte de inscritos/as concentrava-se na faixa etária dos 35-54 anos (43,9%), seguida pela faixa dos 55 anos ou mais (26,59%).

Os/as jovens com *menos de 25 anos* representavam 10,11%, enquanto a faixa dos 25-34 anos correspondia a 19,40%.

Este padrão reflete a prevalência do desemprego entre as faixas etárias mais experientes. Com o impacto da pandemia de COVID-19 em 2020 e 2021, houve um aumento na proporção de inscritos/as nas faixas etárias mais jovens (25-34 anos) e nos/as desempregados/as de longa duração.

Em dezembro de 2020, a percentagem da faixa dos *25-34 anos* subiu para 21,40%, enquanto os/as desempregados/as com *55 anos ou mais* diminuíram para 23,33%.

Em dezembro de 2021, manteve-se uma proporção elevada no grupo dos *35-54 anos* (45,26%) e nos/as jovens adultos/as (20,78%).

A partir de dezembro de 2022, observa-se uma recuperação gradual no mercado de trabalho. A percentagem de jovens com *menos de 25 anos* aumentou ligeiramente para 10,60%, enquanto a faixa dos *55 anos ou mais* voltou a crescer para 25,19%.

Em dezembro de 2023 e dezembro de 2024, os/as jovens com *menos de 25 anos* continuaram a aumentar a sua representação (11,25% e 11,57%, respetivamente), assim como os/as adultos/as jovens da faixa dos *25-34 anos* (23,23% em dezembro de 2024).

Por outro lado, a proporção de desempregados/as com *mais de 55 anos* diminuiu significativamente para 20,68% em dezembro de 2024.

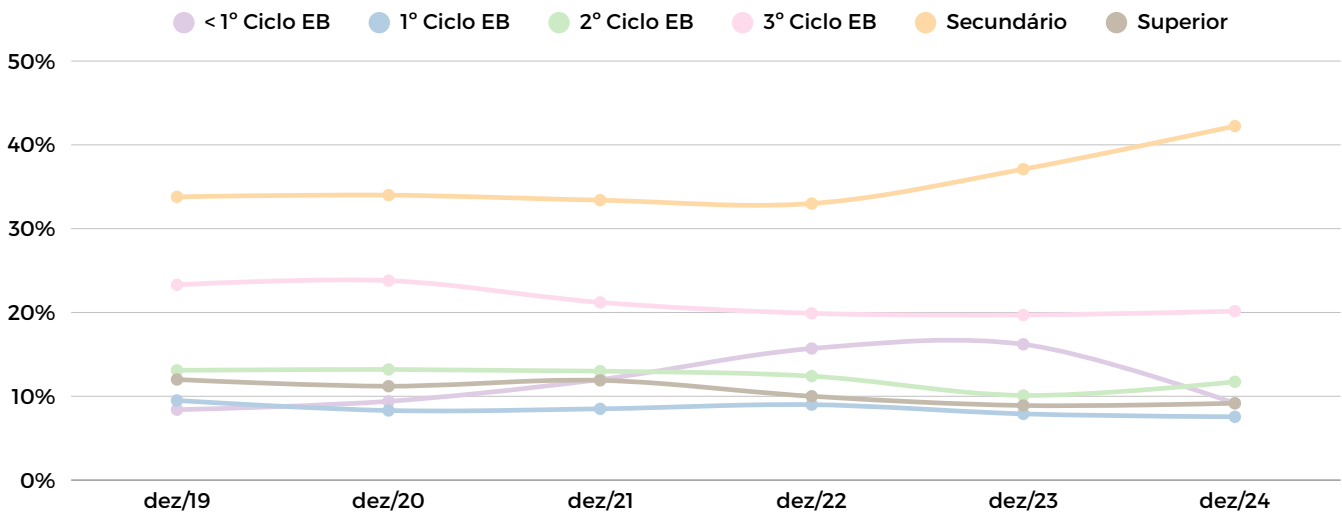
Em resumo, os dados mostram um aumento gradual da representação dos/as jovens (*<25 e 25-34 anos*) entre os/as inscritos/as no IEFP nos últimos anos.

Esta tendência pode refletir uma maior vulnerabilidade deste grupo no mercado laboral ou uma maior procura por apoio no percurso profissional.

Simultaneamente, observa-se uma

diminuição na proporção de desempregados/as com *55 ou mais anos*, o que pode estar associado à saída do mercado laboral ou à redução do desemprego nesta faixa etária. O grupo mais representado ao longo do período analisado é o dos indivíduos entre os *35-54 anos*.

GRÁFICO N.º 30 - NÍVEL DE ENSINO DE INSCRITOS/AS NO IEFP SETÚBAL (VALORES REGISTRADOS ANUALMENTE EM DEZEMBRO, 2019-2024) (%)



Fonte: Estatísticas - IEFP, I.P.

A análise da tabela sobre o nível de escolaridade das pessoas inscritas no IEFP entre dezembro de 2019 e dezembro de 2024 revela algumas mudanças na composição educacional das pessoas inscritas. Em dezembro de 2019, uma grande parte das pessoas inscritas tinha o *ensino secundário* (33,8%) ou o *3.º ciclo do ensino básico* (23,3%), enquanto apenas 12% possuíam formação superior. Entre 2019 e 2023, observou-se um aumento na proporção de inscritos/as com níveis mais baixos de escolaridade (<1.º ciclo), atingindo um pico em dezembro de 2023, com 16,2%, e o *1.º ciclo do ensino básico*, com 9%, em 2022. Este aumento pode refletir a vulnerabilidade destes grupos no mercado laboral, apesar de se ter registado uma diminuição nestes níveis de escolaridade em 2024.

Por outro lado, a percentagem de inscritos com formação *superior* diminuiu gradualmente, passando de 12% em 2019 para um mínimo de 8,9% em dezembro de 2023. Em dezembro de 2024, houve uma ligeira recuperação para 9,2%. Este declínio pode estar relacionado com a maior empregabilidade associada a níveis

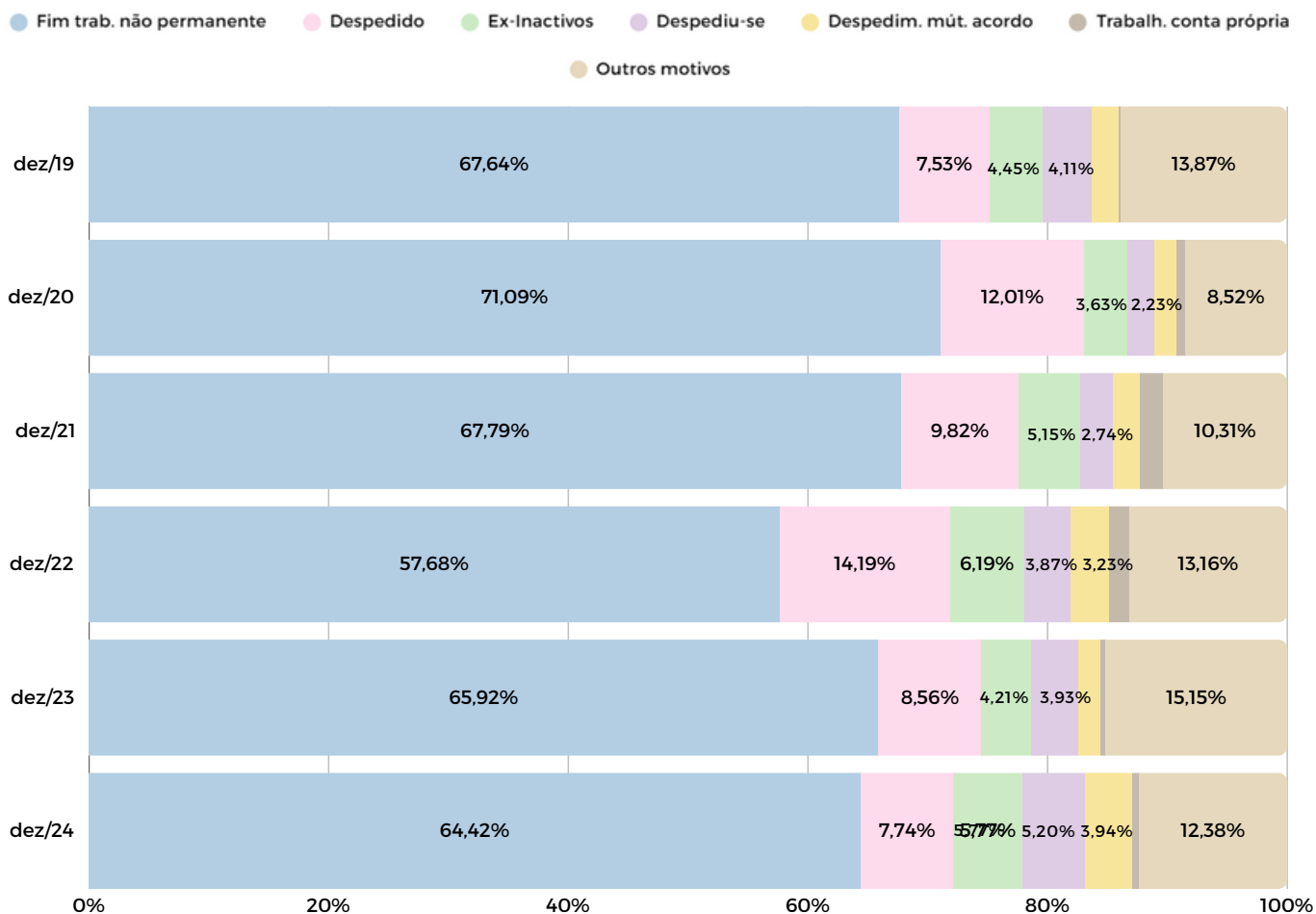
mais elevados de escolaridade.

No entanto, a falta de oportunidades adequadas pode ser um obstáculo para esse grupo, especialmente se as ofertas de emprego não estiverem alinhadas com a sua formação ou se não houver uma correspondência entre a formação e as necessidades do mercado.

Destaca-se ainda o crescimento contínuo da proporção de inscritos/as com *ensino secundário*, que atingiu o valor mais elevado em dezembro de 2024 (42,2%). Este aumento sugere que o desemprego está a afetar cada vez mais pessoas com qualificações intermédias.

Em resumo, os dados mostram uma polarização no perfil de inscritos/as no IEFP: enquanto os menos qualificados continuam vulneráveis ao desemprego, também se verifica um aumento do desemprego entre pessoas com *ensino secundário*. A redução da proporção de inscritos/as com formação superior confirma a tendência de maior proteção deste grupo face ao desemprego.

GRÁFICO N.º 31 - MOTIVO DAS NOVAS INSCRIÇÕES NO IEFP SETÚBAL (VALORES REGISTADOS ANUALMENTE EM DEZEMBRO, 2019-2024) (%)



Fonte: Estatísticas - IEFP, I.P.

A análise dos motivos de inscrição no mercado de trabalho entre dezembro de 2019 e dezembro de 2024 (gráfico n.º 31), revela que o fim de trabalho não permanente é consistentemente o principal motivo, representando a maioria das inscrições em todos os anos analisados.

Este motivo atingiu o pico em dezembro de 2020 (71,09%), possivelmente devido ao impacto da pandemia de COVID-19, mas registou uma ligeira diminuição nos anos seguintes, estabilizando em 64,42% em dezembro de 2024. Esta tendência reflete a prevalência de contratos temporários no mercado laboral português.

Os despedimentos também desempenharam um papel significativo, com flutuações ao longo do período. Atingiram o valor mais elevado em dezembro de 2022 (14,19%), sugerindo dificuldades económicas prolongadas nesse ano, mas diminuíram para 7,74% em dezembro de 2024, o que pode indicar uma recuperação do mercado de trabalho.

Outro motivo relevante foi a inscrição de *ex-inativos*, que variou entre 3,63% e 6,19%, com um aumento para 5,77% em dezembro de 2024. Este crescimento pode refletir uma maior participação no mercado laboral por parte deste grupo.

Os *despedimentos por mútuo acordo* registaram um aumento gradual ao longo do período, passando de 2,23% em dezembro de 2019 para 3,94% em dezembro de 2024, o que pode indicar mudanças nas relações laborais e uma maior flexibilidade contratual.

Por outro lado, as inscrições de *trabalhadores por conta própria* permaneceram residuais durante todo o período analisado, atingindo um pico de 1,93% em dezembro de 2021 e diminuindo para apenas 0,56% em dezembro de 2024.

Finalmente, a categoria *outros motivos* apresentou flutuações significativas, variando entre 8,52% e 15,15%, sugerindo que existem razões diversas e complexas para a inscrição que não são capturadas pelas categorias principais.

Em dezembro de 2024, destacam-se diferenças significativas nos motivos de inscrição entre Portugal Continental e o concelho de Setúbal. O motivo *despedimento* representou 13,4% das inscrições em Portugal Continental, enquanto em Setúbal foi significativamente inferior, apenas 7,7%. Por outro lado, no motivo *fim de trabalho não permanente*, Portugal Continental registou 55,8% das inscrições, ao passo que em Setúbal este valor foi mais elevado, atingindo 64,4%. Isto pode indicar uma maior prevalência de contratos temporários, relacionada com a predominância de setores económicos que utilizam mais este tipo vínculo contratual ou situações de trabalho sazonal, como a indústria, a logística e o turismo.

# 64,42%

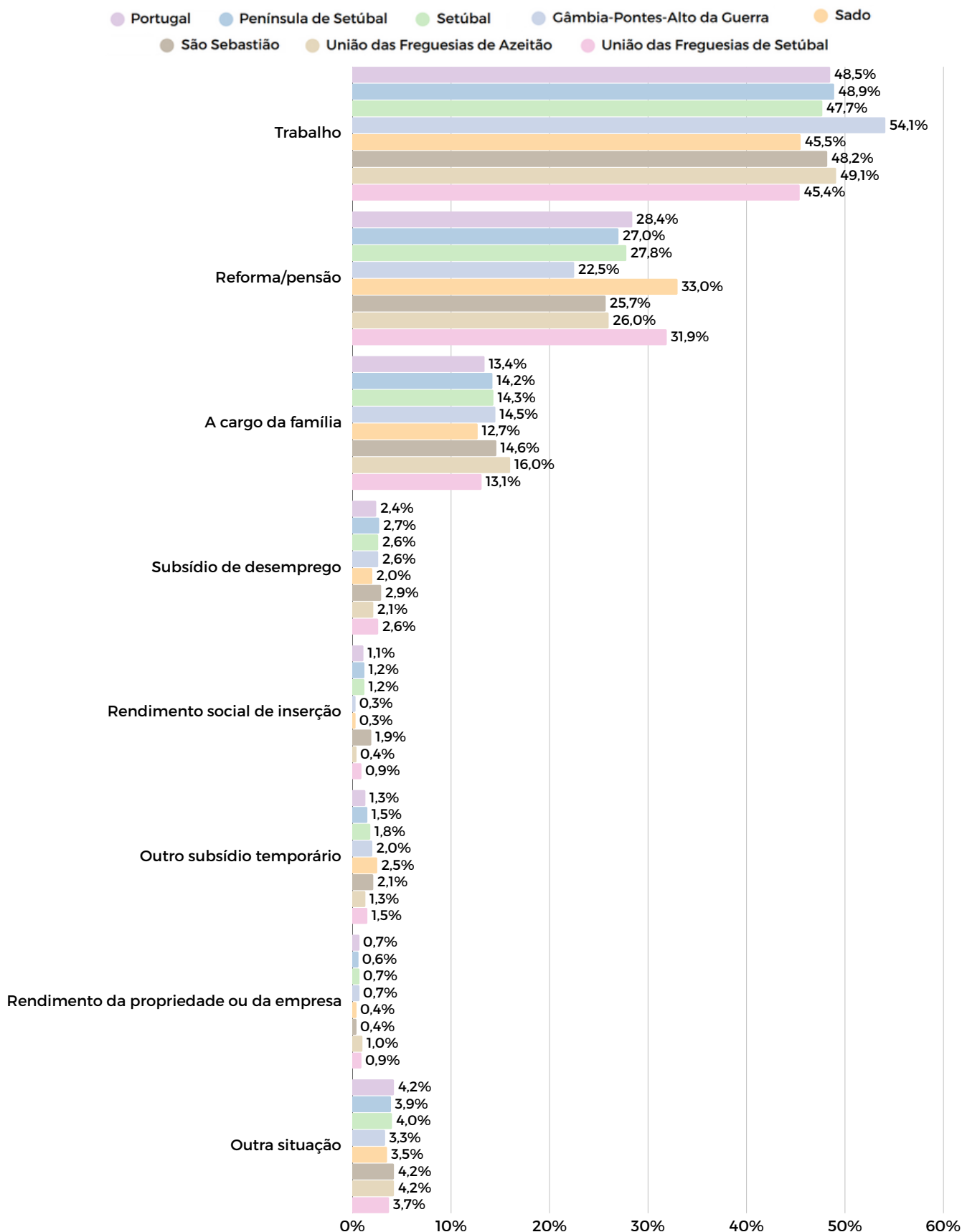
*de inscritos/as no IIEFP -  
Setúbal em Dezembro de 2024  
tenham como motivo "fim de  
trabalho não permanente"*

*Fonte: Estatísticas - IIEFP, I.P.*

Em síntese, os dados refletem um mercado laboral marcado pela predominância dos contratos temporários e pelas flutuações nos despedimentos ao longo dos anos. Apesar das melhorias observadas mais recentemente, como a redução dos despedimentos e o aumento da participação de *ex-inativos* no mercado laboral, os dados continuam a evidenciar fragilidades estruturais no emprego em Setúbal.

## 2.3. INDICADORES ECONÓMICOS

GRÁFICO N.º 32 - FONTE DE RENDIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE (2021) (%)



Fonte: INE - População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário e Fonte de rendimento; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico n.º 32 mostra as fontes de rendimento da população residente com 15 ou mais anos de idade, em Portugal e nas diferentes freguesias de Setúbal, revelando padrões interessantes e algumas diferenças.

Em termos gerais, o *trabalho* é a principal fonte de rendimento em todas as regiões analisadas, representando 47,7% em Setúbal e variando entre 45,4% (União das Freguesias de Setúbal) e 54,1% (Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra).

Esta última freguesia destaca-se com a maior percentagem de rendimento proveniente do trabalho, o que pode estar relacionado com uma população mais ativa, mais jovem ou maior empregabilidade local.

Por outro lado, a União das Freguesias de Setúbal apresenta a menor percentagem, podendo dever-se ao facto de ter uma percentagem significativa de pessoas com mais de 65 anos e do maior nível de desemprego.

A *reforma/pensão* é a segunda principal fonte de rendimento, com 28,4% em Portugal e valores que oscilam entre 22,5% (Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) e 33% (Sado).

A freguesia do Sado regista a maior dependência deste tipo de rendimento, o que pode ser explicado por ser a freguesia com maior percentagem de população idosa.

Os *subsídios de desemprego* têm um peso reduzido em todas as regiões, variando entre 2% (Sado) e 2,9% (São Sebastião).

Estes valores sugerem que o desemprego formalmente registado não é a principal causa de ausência de rendimento do trabalho.

O *rendimento social de inserção* (RSI) apresenta percentagens muito baixas em todas as regiões, com destaque para Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado (0,3%), refletindo uma menor dependência deste apoio social. Em contraste, São Sebastião regista o valor mais elevado (1,9%), possivelmente associado a maiores dificuldades económicas nesta área.

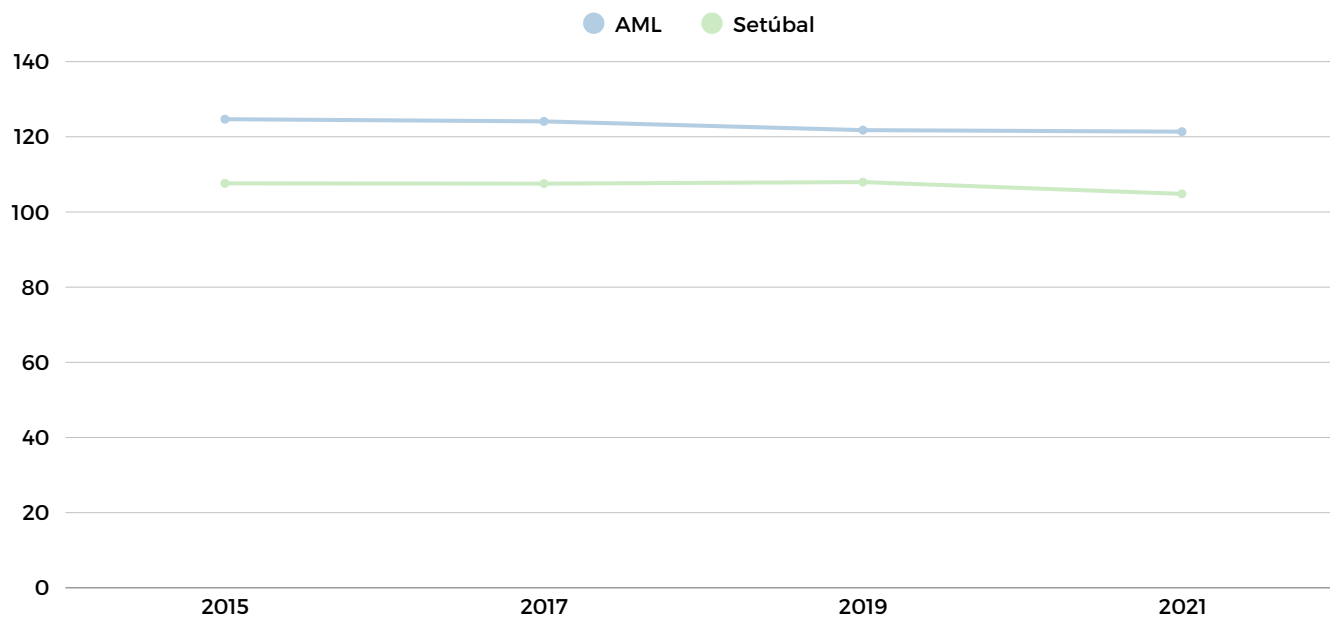
Os *rendimentos provenientes de propriedade ou empresas* são residuais em todas as regiões, oscilando entre 0,4% (Sado e São Sebastião) e 1% (União das Freguesias de Azeitão), indicando que esta fonte de rendimento é pouco significativa para a maioria da população.

Finalmente, o peso dos indivíduos a *cargo da família* é relativamente elevado em todas as regiões, com destaque para a União das Freguesias de Azeitão (16%). Este dado pode estar relacionado com a presença de jovens adultos/as dependentes ou outras situações familiares específicas.

Em suma, os dados refletem uma forte dependência do *trabalho* como fonte principal de rendimento.

No entanto, fatores como o envelhecimento populacional em algumas áreas (como Sado) ou dificuldades económicas localizadas (como São Sebastião) influenciam significativamente as fontes alternativas de rendimento.

GRÁFICO N° 33 - ÍNDICE DE PODER DE COMPRA PER CAPITA RELATIVAMENTE A PORTUGAL (2015 - 2021) (%)



Fonte: INE - Poder de compra per capita por Localização geográfica (NUTS - 2013); Bienal - INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio

O gráfico apresenta o Índice de Poder de Compra per capita para a Área Metropolitana de Lisboa e Setúbal em relação à média nacional de Portugal (onde Portugal = 100) entre 2015 e 2021.

Ao longo do período analisado, tanto a AML como Setúbal mantiveram um poder de compra per capita superior à média nacional. No entanto, observa-se uma tendência de ligeira diminuição deste índice para ambas as regiões.

A AML apresenta consistentemente valores mais elevados, oscilando entre 124,68 em 2015 e 121,37 em 2021. Isto significa que o poder de compra na AML era cerca de 21% superior à média nacional em 2021, embora tenha diminuído ligeiramente ao longo dos anos.

Setúbal, por sua vez, manteve um poder de compra mais próximo da média nacional, com valores entre 107,61 em 2015 e 104,81 em 2021.

Nota-se uma queda mais acentuada em Setúbal entre 2019 e 2021, passando de 107,95 para 104,81.

Estes dados sugerem que, apesar de ambas as regiões manterem um poder de compra superior à média nacional, têm vindo a convergir gradualmente para essa média, com a AML a manter uma vantagem significativa em relação a Setúbal e ao resto do país.

A queda observada em 2021 pode ser explicada por fatores externos, como a pandemia de COVID-19, que afetou a economia de muitas regiões, incluindo Setúbal, com impactos no emprego, nos rendimentos e no custo de vida.

Apesar disso, o índice de poder de compra per capita de Setúbal continua a ser mais elevado que o de Portugal, refletindo uma maior capacidade de compra da população face à média nacional, mas abaixo da AML.

A tabela n.º 10 apresenta o valor mediano do rendimento bruto declarado por sujeito passivo em euros, para diferentes âmbitos geográficos, no período de 2019 a 2022.

A tabela também inclui a variação percentual do rendimento entre 2019 e 2022. O valor mediano do rendimento bruto declarado por sujeito passivo em Portugal aumentou de 9.880€ em 2019 para 11.103€ em 2022. Este aumento totalizou uma variação de 11% durante o período analisado, refletindo uma tendência de crescimento no rendimento médio nacional.

O valor mediano de rendimento bruto em Setúbal foi de 11.534€ em 2019, e aumentou para 12.555€ em 2022, com uma variação de 8,1%. O crescimento é semelhante ao da Península de Setúbal, mas ligeiramente abaixo da média nacional. Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, apresenta a maior variação entre as regiões, com o rendimento bruto a aumentar de 12.730€ em 2019 para 14.819€ em 2022, uma variação de 14,1%, que é a mais alta entre os territórios analisados. Este crescimento substancial indica um aumento considerável do rendimento nesta zona possivelmente influenciado pela fixação de população com maior poder de compra nesta freguesia.

**TABELA N.º 10 - VALOR MEDIANO DO RENDIMENTO BRUTO DECLARADO POR SUJEITO PASSIVO (ANUAL) (2019-2022) (€)**

	2019	2020	2021	2022	Varição 2019-2022 (%)
Portugal	9 880	10 023	10 540	11 103	11,0%
Península de Setúbal	11 370	11 449	11 932	12 455	8,7%
Setúbal	11 534	11 555	12 039	12 555	8,1%
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	12 730	13 045	13 567	14 819	14,1%
Sado	10 069	10 271	10 655	11 174	9,9%
São Sebastião	10 699	10 673	11 104	11 507	7,0%
União das Freguesias de Azeitão	14 210	14 322	14 943	15 925	10,8%
União das Freguesias de Setúbal	11 968	11 909	12 355	12 777	6,3%

Fonte: INE - Valor mediano do rendimento bruto declarado por sujeito passivo (€) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual - INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - AT

VALOR MEDIANO DO RENDIMENTO BRUTO DECLARADO: Valor que está exatamente no meio de um conjunto de dados ordenados do rendimento que corresponde: 1) ao valor do rendimento não isento antes de efetuada qualquer dedução específica para as categorias A (Trabalho dependente) e H (Pensões); 2) ao valor do rendimento líquido, ou seja, ao valor do rendimento depois de efetuadas as respetivas deduções específicas, para as restantes categorias. (INE)

A Península de Setúbal apresenta um aumento no rendimento bruto, passando de 11.370€ em 2019 para 12.455€ em 2022, com uma variação de 8,7%. O crescimento nesta região foi um pouco inferior ao crescimento nacional.

A freguesia do Sado teve um crescimento e 9,9%, indo de 10.069€ em 2019 para 11.174€ em 2022. Este crescimento está acima da média da Península de Setúbal (8,7%) e próximo da média nacional (11%), numa tendência de convergência com os valores do concelho de Setúbal.

O rendimento mediano de São Sebastião aumentou de 10.699€ em 2019 para 11.507€ em 2022, com uma variação de 7,0%. Este crescimento é o segundo menor entre os territórios analisados, abaixo da média nacional e da Península de Setúbal (8,7%), distanciando-se dos valores do Município.

A União das Freguesias de Azeitão apresenta um dos rendimentos mais elevados, com valores que aumentaram de 14.210€ em 2019 para 15.925€ em 2022, um valor superior aos restantes territórios em análise, apresentando uma variação de 10,8%, próxima ao crescimento nacional (11%).

A freguesia tem um rendimento mediano mais elevado comparado com as restantes, sugerindo que a população desta freguesia pode ter perfis profissionais mais qualificados, setores económicos mais desenvolvidos ou uma composição demográfica específica que favorece rendimentos mais altos.

Por fim, a União das Freguesias de Setúbal teve um crescimento de 6,3% neste período, o menor entre as cinco freguesias, com o rendimento mediano passando de 11.968€ em 2019 para 12.777€ em 2022. Este aumento garante mesmo assim um valor mediano de rendimento superior ao concelho de Setúbal.

Apesar da crise causada pela COVID-19, observa-se que o valor mediano do rendimento continuou a crescer entre 2019 e 2020 em quase todas as áreas analisadas, com exceção de São Sebastião e União das Freguesias de Setúbal, que registraram ligeiras quedas. O crescimento mais acentuado ocorreu entre 2020 e 2022, indicando uma recuperação económica após o impacto inicial da pandemia.

Em suma, a tabela indica um crescimento generalizado do rendimento mediano bruto entre 2019 e 2022, com algumas áreas a destacarem-se pelo seu forte desempenho. No entanto, persistem disparidades entre freguesias que exigem atenção especial para garantir um desenvolvimento económico mais inclusivo e equilibrado.

## 3.1. RISCO DE POBREZA

A pobreza pode ser entendida como uma condição em que as pessoas não têm acesso a recursos essenciais para viver de maneira digna e exercer os seus direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais. Constitui-se como a falta de condições básicas para uma vida com dignidade.

No entanto, muitas vezes o conceito de pobreza é reduzido à dimensão financeira, o que faz com que a exclusão social passe a ser associada a outros fatores, como o acesso a direitos e serviços, como refere a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP) 2021-2030<sup>1</sup>. Dentro da União Europeia, a pobreza é definida por uma linha baseada em 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. Em Portugal, o valor abaixo do qual uma pessoa, que viva sozinha, é considerada pobre situava-se, em 2022, nos 7095€ anuais, o que equivale a 591,25€ mensais.

Embora essa definição seja objetiva e útil para comparar a situação de pobreza entre territórios e ao longo do tempo, pode ser simplista. Apenas um euro pode ser a diferença entre estar ou não em risco de pobreza. Além disso, essa definição não leva em consideração fatores como o custo de vida em diferentes cidades ou a possibilidade de viver sem pagar uma casa arrendada, como no caso de quem recebe 421€ e mora

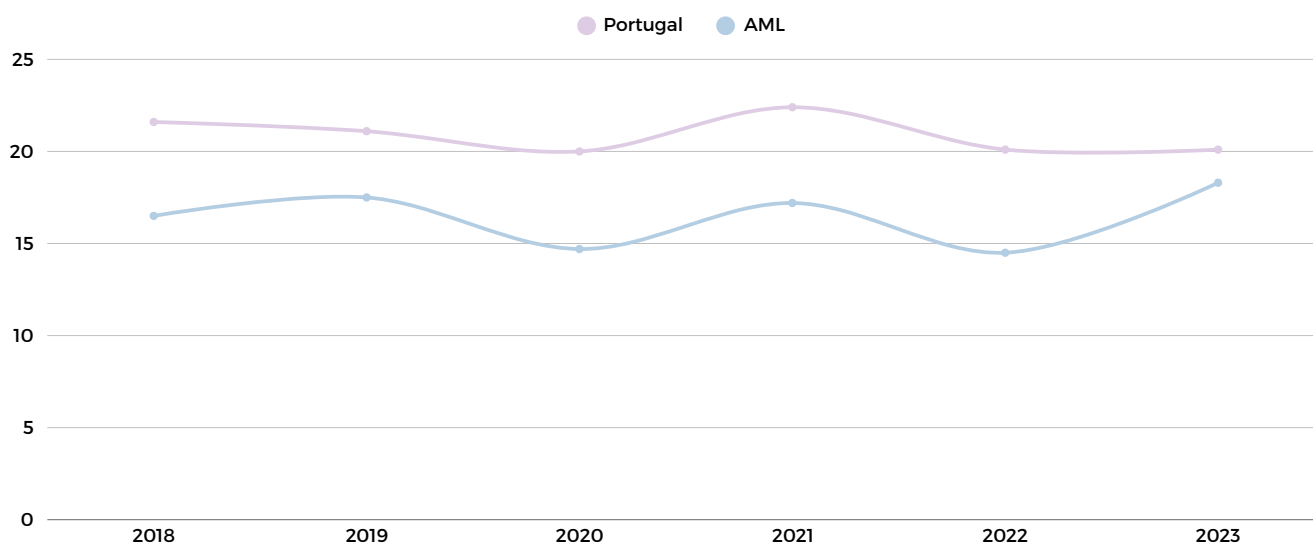
gratuitamente com um familiar. Embora esta pessoa esteja em risco de pobreza, não seria contabilizada nas estatísticas, ao passo que um indivíduo com 595€ de rendimento, mas que paga 220€ de casa, não seria considerado em risco de pobreza.

Quando adotamos essa definição mais restrita de pobreza, é essencial associá-la ao conceito de exclusão social. Uma pessoa que se encontre numa situação financeira estável pode ser excluída socialmente, como no caso de quem tenha uma deficiência: embora venha de uma família rica, terá dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, ao convívio social e/ou pode enfrentar discriminação. As condições económicas influenciam diretamente o acesso a serviços e bens essenciais, e esse acesso, por sua vez, impacta a condição económica.

Outro exemplo claro disso é o da criança que, devido à pobreza, tenha maior dificuldade no acesso à escola, agravando-se o risco de abandono/absentismo e/ou insucesso escolar. Pode enfrentar problemas como má nutrição, falta de apoio escolar ou problemas de saúde relacionados com o ambiente em que vive. O baixo nível educacional, com o tempo, limita as oportunidades no mercado de trabalho, o que afeta o rendimento da pessoa enquanto adulta, criando um ciclo difícil de romper.

<sup>1</sup> - Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 184/2021, de 29 de dezembro. Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030. In, Diário da República, 1.ª série, N.º 251

**GRÁFICO N° 34 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL (EUROPA 2030) (2018 - 2023) (%)**



Fonte: Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social (Europa 2030) (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

A análise dos dados sobre a proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social (Europa 2030) em Portugal e na AML entre 2018 e 2023, revela que Portugal manteve uma taxa relativamente estável, oscilando entre 20% e 22,4% ao longo do período. Em 2023, a taxa nacional permaneceu em 20,1%, igual ao ano anterior. Este valor está abaixo da média europeia de 21,3% em 2023<sup>1</sup>. A AML apresentou flutuações mais significativas. Iniciou com 16,5% em 2018, atingiu 17,5% em 2019 e depois caiu para 14,5% em 2022. Contudo, em 2023, registou um aumento acentuado para 18,3%, representando um acréscimo de 3,8 pontos percentuais face ao ano anterior. É notável que a AML que, historicamente apresentava taxas inferiores à média nacional, em 2023 tenha superado ligeiramente essa taxa.

Este aumento significativo na AML é

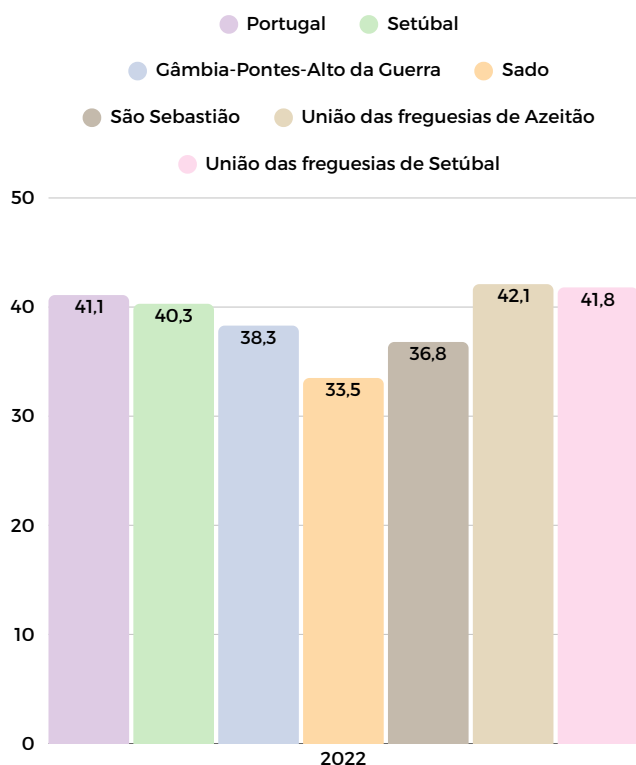
particularmente relevante, sugerindo um agravamento das condições socioeconómicas na área metropolitana.<sup>1 2</sup>

Apesar da aparente estabilidade na taxa nacional, o número efetivo de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal aumentou em 20 mil face ao ano anterior, totalizando 2,104 milhões de pessoas em 2023.<sup>1</sup> Isso indica que, embora a taxa permaneça estável, mais indivíduos enfrentam condições de vulnerabilidade.

Estes dados sugerem que, embora Portugal mantenha uma posição relativamente favorável no contexto europeu, persistem desafios significativos, especialmente na Área Metropolitana de Lisboa, que requerem atenção e políticas específicas para abordar o aumento da vulnerabilidade social na região.<sup>1 2</sup>

<sup>1</sup> - Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza. (2024). Pobreza e Exclusão Social. Relatório 2024. EAPN Portugal.

<sup>2</sup> - Tavares, I., & Carmo, R. M. do. (2025). Tendências recentes da pobreza e da privação em Portugal: O agravamento na população idosa e nas mulheres. Lisboa: Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE.

GRÁFICO Nº 35 - COEFICIENTE DE GINI<sup>1</sup> (2022) (%)

Fonte: INE - Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado por sujeito passivo (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual - INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira.

A análise dos dados sobre o coeficiente de Gini (gráfico n.º 35), nos diferentes territórios analisados, revela padrões de desigualdade.

O município de Setúbal apresenta um coeficiente de 40,3%, indicando uma desigualdade de rendimentos ligeiramente inferior à nacional de 41,1%.

A União das Freguesias de Azeitão tem o coeficiente mais elevado entre as freguesias de Setúbal, com 42,1, superando o valor nacional. Este território possui o maior valor mediano de rendimento bruto do Concelho.

A União das Freguesias de Setúbal apresenta um coeficiente de 41,8, superior ao do Concelho, refletindo um grau significativo de desigualdade económica.

Contudo, possui o valor mediano de rendimento bruto inferior ao do Concelho.

Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra apresenta um coeficiente de 38,3%, indicando uma desigualdade relativamente baixa em comparação com outras freguesias analisadas. É a segunda freguesia de Setúbal com maior valor mediano de rendimento bruto declarado.

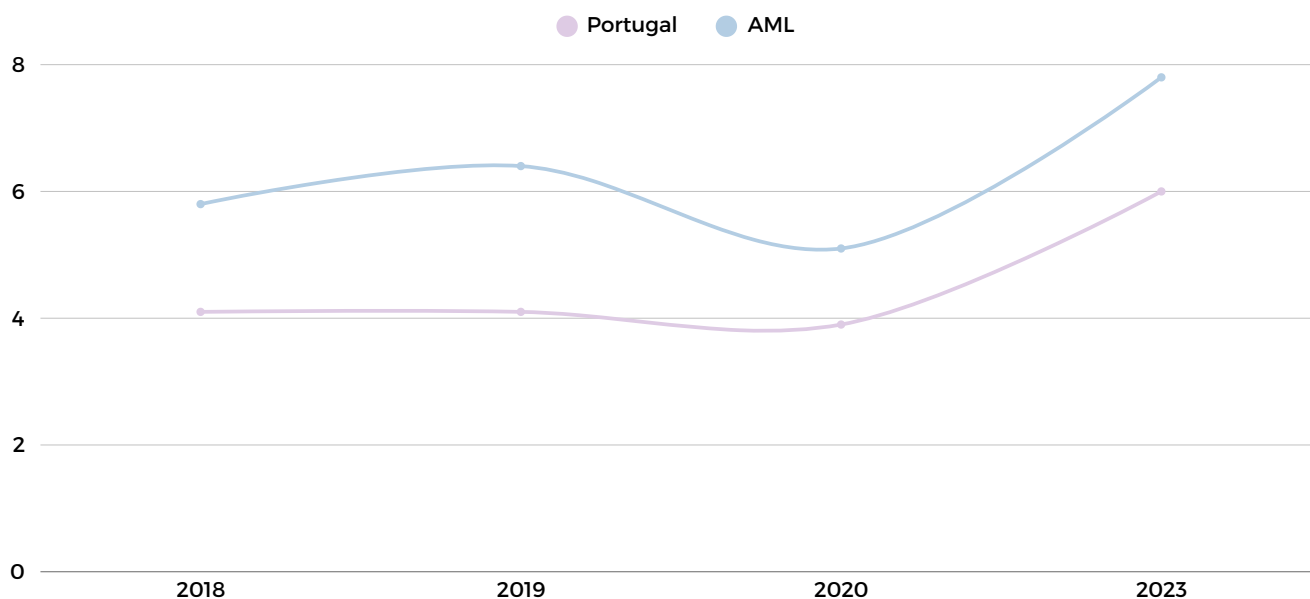
São Sebastião tem um coeficiente de 36,8%, refletindo uma desigualdade moderada e uma distribuição de rendimentos mais equilibrada, apesar de ser a segunda freguesia com o valor mediano de rendimento bruto declarado mais baixo.

A Freguesia do Sado apresenta o coeficiente mais baixo, com 33,5%, indicando a menor desigualdade entre os territórios analisados. No entanto, tem o valor mediano de rendimento bruto declarado mais baixo do Concelho.

Para reduzir a desigualdade, as políticas públicas devem focar-se na redistribuição de riqueza, no acesso equitativo a recursos e na promoção de inclusão social e económica, especialmente nas regiões com os maiores valores de desigualdade.

<sup>1</sup> - COEFICIENTE DE GINI: é uma medida de desigualdade de distribuição de rendimentos ou riqueza dentro de uma população. Os valores variam entre 0 (igualdade perfeita) e 100 (desigualdade total). O coeficiente de Gini permite identificar padrões de desigualdade económica em diferentes regiões. (INE)

GRÁFICO N° 36 - TAXA DE PRIVAÇÃO SEVERA DAS CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO (2018 - 2023) (%)



Fonte: INE - Taxa de privação severa das condições da habitação (%) por Local de residência (NUTS - 2013) e Tipologia de áreas urbanas; Anual - INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

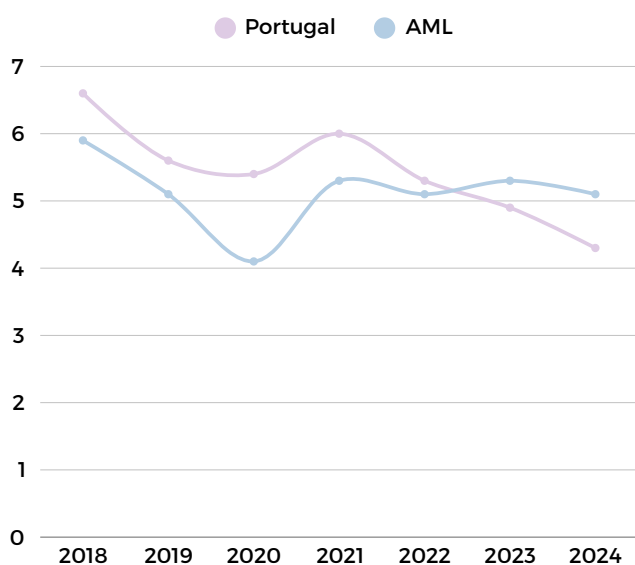
A taxa de privação severa das condições da habitação é um indicador importante que mede a proporção da população que vive em alojamentos com condições precárias. Especificamente, este indicador considera a percentagem de pessoas que vivem simultaneamente em habitações sobrelotadas e que apresentam pelo menos um dos seguintes problemas: ausência de instalações sanitárias no interior da habitação, telhado com infiltrações, ou falta de luz natural adequada. Este indicador é crucial para avaliar a qualidade de vida e as condições habitacionais da população, refletindo desafios significativos em termos de políticas de habitação e desenvolvimento urbano<sup>1</sup>.

Entre 2018 e 2023, a taxa de privação severa das condições da habitação em Portugal e na AML apresentou uma tendência crescente, destacando o

agravamento das condições habitacionais. Em 2018, Portugal registava 4,1%, enquanto a AML apresentava uma taxa superior, de 5,8%. Em 2019, os valores mantiveram-se estáveis em Portugal (4,1%), mas aumentaram na AML para 6,4%. Em 2020, houve uma ligeira melhoria em ambos os casos: Portugal desceu para 3,9% e a AML para 5,1%. Contudo, em 2023 verificou-se um agravamento significativo, com Portugal a atingir 6% e a AML a subir para 7,8%.

<sup>1</sup> - INE. (2024). Rendimento e Condições de Vida: Habitação, Dificuldades Habitacionais e Eficiência Energética dos Alojamentos 2023. Instituto Nacional de Estatística.

GRÁFICO N.º 37 - TAXA DE PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL SEVERA (2018 - 2024) (%)



Fonte: INE - Taxa de privação material e social severa (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

A taxa de privação material e social severa em Portugal tem apresentado oscilações nos últimos anos, refletindo as mudanças nas condições socioeconómicas do país. Em 2024, esta taxa situou-se nos 4,3% a nível nacional, representando uma ligeira melhoria face ao ano anterior. Este indicador, parte da estratégia Europa 2030, considera que uma pessoa está em situação de privação severa quando não tem acesso a pelo menos de treze itens essenciais.<sup>1 3</sup>

Entre os problemas mais comuns destacam-se, em 2024, a incapacidade de substituir mobiliário usado (36,2% da população), pagar férias fora de casa (35,4%), enfrentar despesas inesperadas (28,7%) ou manter a casa adequadamente aquecida (15,7%).<sup>2</sup>

Observa-se uma desigualdade de género significativa, com as mulheres mais afetadas (13,4%) do que os homens (10,6%) em 2023.<sup>1</sup>

Analisando a evolução desta taxa entre 2018 e 2024, observamos uma tendência geral de diminuição a nível nacional, com algumas flutuações. Em 2018, Portugal registava 6,6% e a AML 5,9%. Nos anos seguintes, verificou-se uma diminuição gradual, com algumas oscilações, até chegar a 2024 com Portugal a 4,3% e a AML a 5,1%. É importante referir que a AML, que inicialmente apresentava taxas inferiores à média nacional, em 2024 superou a taxa nacional. As pessoas idosas (65 anos ou mais) constituem o grupo etário mais vulnerável, com uma taxa de privação material e severa de 15,3%. Apesar da ligeira melhoria registada ao nível nacional, os dados revelam que persistem importantes desafios socioeconómicos no país, afetando de forma desigual diferentes grupos da população e regiões.

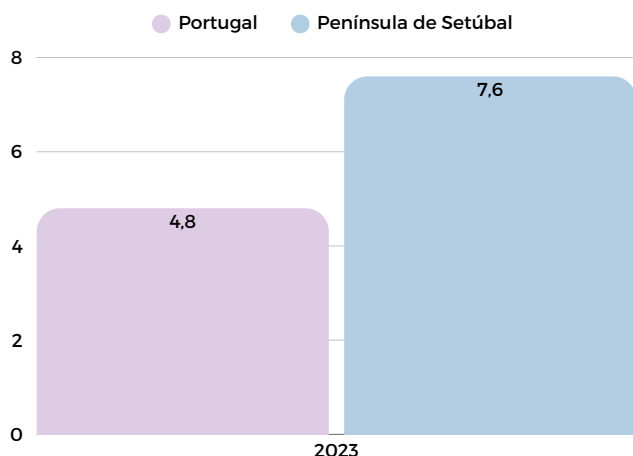
A situação na AML, em particular, merece atenção, pois não convergiu com o mesmo nível de melhoria observada a nível nacional em 2024. Estes indicadores destacam territórios que requerem atenção prioritária nas políticas sociais e económicas, visando reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida da população.

<sup>1</sup> - Tavares, I., & Carmo, R. M. (2023). Análise da Pobreza, Privação e Desigualdades em Portugal: Tendências Recentes num País Persistentemente Desigual. Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE

<sup>2</sup> - INE. (2024), Rendimento e Condições de Vida 2024. Instituto Nacional de Estatística.

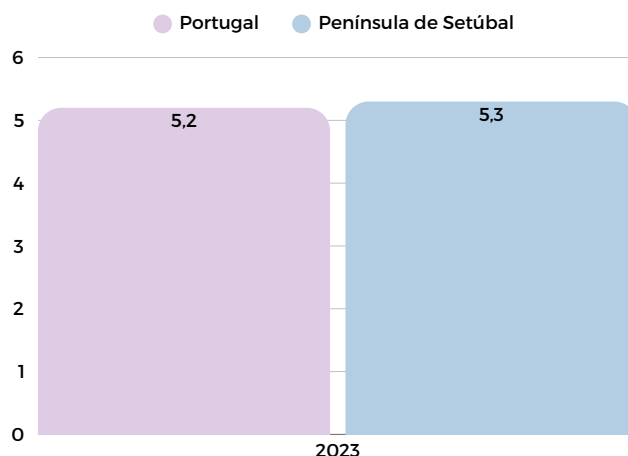
<sup>3</sup>- Os treze itens da privação severa: Atraso dos pagamentos regulares motivado por dificuldades económicas, ter uma refeição de carne ou de peixe; ter automóvel; substituição de roupa usada; ter dois pares de sapatos de tamanho adequado; gastar semanalmente uma pequena quantia de dinheiro; a participação regular numa atividade de lazer; o encontro com amigos/familiares para uma bebida/refeição; ter acesso à internet para uso pessoal em casa; incapacidade de substituir mobiliário usado; pagar férias fora de casa; enfrentar despesas inesperadas; manter a casa adequadamente aquecida

**GRÁFICO N.º 38 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM MENOS DE 65 ANOS DE IDADE QUE VIVE EM AGREGADOS COM INTENSIDADE LABORAL PER CAPITA MUITO REDUZIDA (EUROPA 2030) (2023) (%)**



Fonte: INE - Proporção da população residente com menos de 65 anos de idade que vive em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida (Europa 2030) (%) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual - INE,

**GRÁFICO N.º 39 - DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS S80/S20 (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (2023) (N.º)**



Fonte: INE - Desigualdade na distribuição de rendimentos S80/S20 (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual - INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

A análise da situação socioeconómica em Portugal revela um cenário complexo de desigualdades e desafios persistentes. Em 2023, a proporção da população residente com menos de 65 anos de idade que vivia em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida atingiu 4,8% a nível nacional, enquanto na Península de Setúbal este valor foi significativamente superior, chegando a 7,6%. Esta disparidade regional sublinha a existência de vulnerabilidade laboral mais acentuada em determinadas áreas geográficas.

Complementando esta informação, os dados sobre a desigualdade na distribuição de rendimentos, medida pelo indicador S80/S20 (mede a desigualdade de rendimentos), mostram que em 2023 Portugal apresentava um valor de 5,2, enquanto a Península de Setúbal registava 5,3. Isto significa que, tanto a nível nacional como nesta região específica, o rendimento dos 20% mais ricos era cerca de 5 vezes superior ao dos 20% mais pobres, evidenciando uma desigualdade ligeiramente mais pronunciada na Península de Setúbal.

**AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO:** Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior.

**INTENSIDADE LABORAL PER CAPITA MUITO REDUZIDA:** Proporção de indivíduos com menos de 65 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares cujos adultos entre os 18 e os 64 anos (excluindo os estudantes dos 18 aos 24 anos, os reformados e/ou pensionistas de velhice ou invalidez e as pessoas inativas com 60-64 anos pertencentes a agregados cuja principal fonte de rendimento são pensões) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho potencial.

**RÁCIO S80/S20** é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos.

## 3.2. POPULAÇÃO VULNERÁVEL

A vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que *consiste no impacto físico, económico, político ou social que uma população sofre com determinado processo desestruturante.*<sup>1</sup>

Refere-se, especificamente, a segmentos da população que estão mais suscetíveis a sofrer desvantagens, danos ou discriminação devido às suas circunstâncias, como o nível de rendimento, a educação, o acesso à saúde ou a localização geográfica. Esses fatores aumentam os riscos e restringem o acesso a recursos e oportunidades, exigindo muitas vezes apoio e proteção específica para garantir o bem-estar e a participação igualitária na sociedade.

Por outro lado, a vulnerabilidade também pode surgir da limitação de escolhas essenciais ao desenvolvimento humano, refletindo uma fragilidade que vai

além das dimensões materiais e alcança a esfera moral e social. Esses grupos, frequentemente alvos de exclusão e discriminação, carecem de medidas de proteção e políticas inclusivas que promovam a equidade, minimizem os riscos e assegurem a justiça social, garantindo assim um desenvolvimento mais igualitário e sustentável.

Entre os grupos mais vulneráveis encontram-se crianças, idosos, pessoas com deficiência, mulheres e meninas, minorias étnicas, pessoas LGBTQIA+, imigrantes, migrantes, refugiados/as e pessoas deslocadas. É importante notar que estes grupos não são mutuamente exclusivos, uma pessoa pode pertencer simultaneamente a várias destas categorias, enfrentando assim uma interseção de vulnerabilidades que amplifica os desafios.



Mural "Bairros são pessoas" - Autoria: Sofia Camacho - Jardim Grito dos Pescadores (União das Freguesias de Setúbal)  
Foto: Elaboração própria

<sup>1</sup> - Correia, M. N. (2022). Índice de vulnerabilidade social - aplicação ao caso português (Dissertação de mestrado). Universidade de Aveiro.

### 3.2.1. CRIANÇAS E JOVENS

O termo jovem confunde-se frequentemente com o conceito de criança ou é utilizado para abranger tanto crianças quanto adolescentes, estendendo-se por vezes à população adulta mais nova. Esta complexidade decorre do facto da infância, adolescência e juventude serem fases de transição sequenciais e por vezes coincidentes, nas quais a idade não é o único fator determinante para a passagem à fase seguinte.

Apesar das dificuldades conceptuais, a delimitação etária é crucial para a construção de indicadores estatísticos que permitam quantificar e analisar grupos populacionais, bem como realizar comparações internacionais. No entanto, é importante reconhecer que qualquer limite cronológico dificilmente traduz completamente as dimensões biológicas, físicas e psicológicas destas fases de desenvolvimento humano.

A maturidade física e psicológica, assim como o estado de saúde individual, são fatores que afetam de maneira diferente pessoas com a mesma idade, variando também entre homens e mulheres. O início da puberdade, que poderia ser considerado uma linha divisória entre infância e adolescência, não resolve completamente a questão da definição.

As organizações internacionais como a OMS e a ONU estabelecem diferentes faixas etárias para adolescentes e jovens, principalmente para fins estatísticos e políticos. A idade da

maioridade, fixada na maioria dos países nos 18 anos, nem sempre coincide com a idade em que as pessoas estão legalmente aptas para realizar certas atividades associadas à vida adulta.

Em Portugal, assim como noutros países, as políticas públicas têm procurado abordar as questões relacionadas com a infância e adolescência, incluindo medidas para combater a pobreza infantil e a exclusão social. No entanto, persistem desafios na implementação efetiva destas políticas e na garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) desempenham um papel fundamental na identificação e acompanhamento de situações de perigo. A negligência emerge como uma das situações mais frequentemente sinalizadas, abrangendo uma amplitude de problemáticas, de cuidados básicos de higiene e alimentação a questões de saúde e apoio emocional. O abandono e absentismo escolar, maus-tratos emocionais ou psicológicos, e situações decorrentes de conflitos parentais também são frequentemente reportados.

As crises económicas têm sido apontadas como um fator que pode contribuir para o aumento de situações de negligência. Além disso, a exposição a comportamentos desviantes por parte dos/as progenitores/as ou cuidadores/as, como problemáticas ligadas às

dependências, são frequentemente associadas a casos de negligência.

Embora menos frequentes, as situações de maus-tratos físicos e abuso sexual também são identificadas e requerem atenção especial. A complexidade das situações de perigo revela muitas vezes, que uma sinalização inicial pode conter uma série de outras problemáticas interligadas, exigindo uma abordagem holística e multidisciplinar na intervenção e proteção de crianças e adolescentes.

O Sistema de Promoção e Proteção funciona tendo como base o princípio de subsidiariedade (ilustrado na imagem abaixo), explanado na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, n.º 147/99, de 01 de setembro<sup>1</sup>, com suas sucessivas atualizações:

"(...) a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais."

De acordo com o *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ de 2023*<sup>2</sup>, existem 312 Comissões no território nacional e 1815 técnicos/as a trabalhar Processos de Promoção e Proteção (PPP). Nesse ano ocorreram 34 746 comunicações de situações de perigo (sinalizações) que depois de avaliadas deram origem a 84 196 PPP, aumentando este número em 7,7% face ao ano anterior. Estes processos referiram-se a 79 511 crianças e jovens em acompanhamento. Do total de PPP, 9142 foram reaberturas de processos que tinham sido acompanhados anteriormente e arquivados ou remetidos ao Tribunal.

IMAGEM N.º 2 - PIRÂMIDE DA SUBSIDIARIEDADE



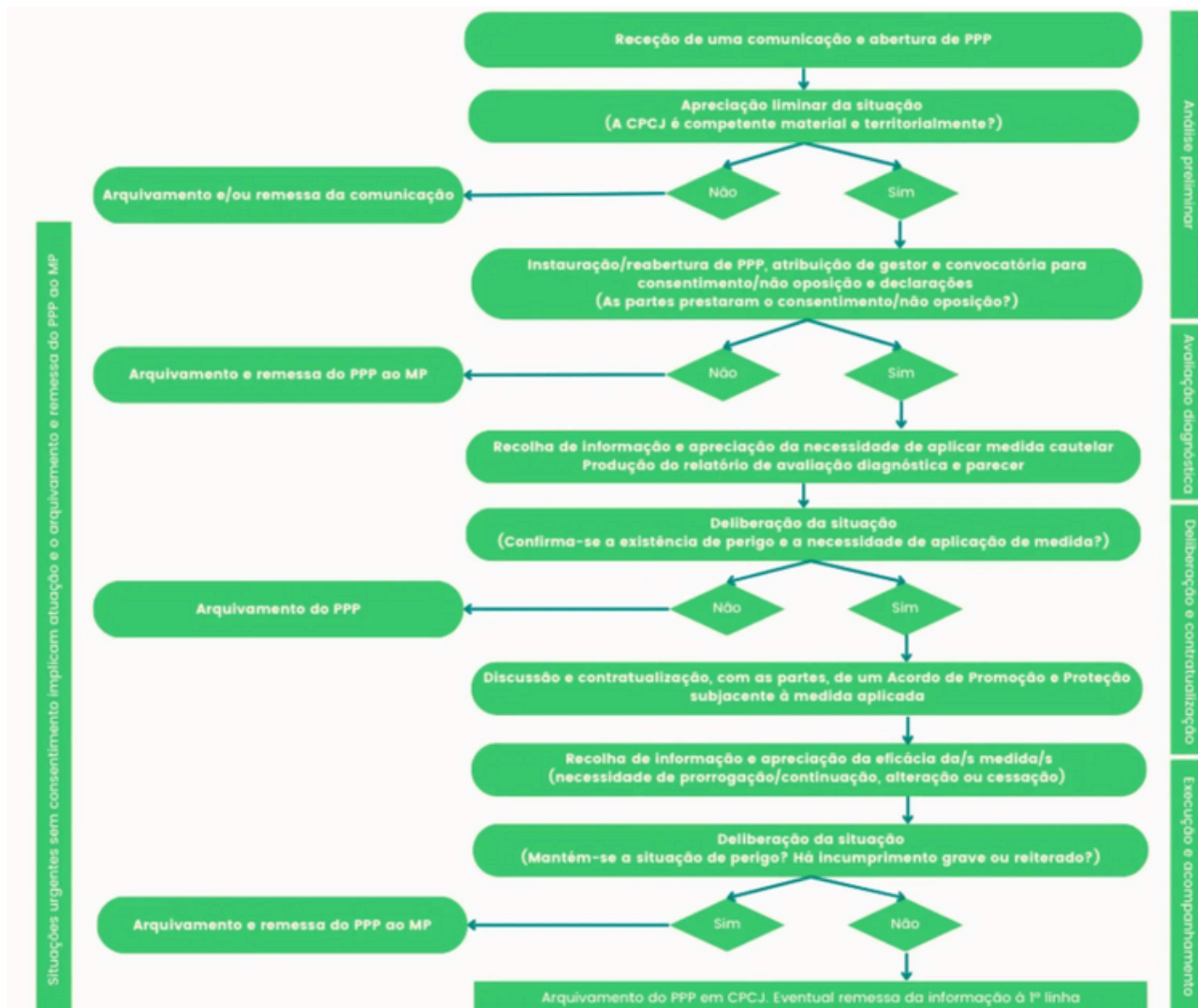
(\* Refere-se à não oposição da criança/jovem maior de 12 anos

Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ de 2023

<sup>1</sup> - Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Diário da República 1.ª Série. N.º 204/1999, 6115-6132.

<sup>2</sup> - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPDJ). (2023). Relatórios Anuais de Avaliação da Atividade das CPCJ

IMAGEM N.º 3 - FLUXOGRAMA DE PROCEDIMENTOS NUM PROCESSO DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO



Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ de 2023

As principais tipologias comunicadas e diagnosticadas foram *negligência* (33,45% dos diagnósticos técnicos), *violência doméstica* (26,31% dos diagnósticos) e *comportamentos de perigo na infância e juventude*. O escalão etário com maior número de comunicações foi dos 15-18 anos (26,8%), seguido de 11-14 anos (25,7%) e 0-5 anos (23,5%).

A maioria das medidas foram aplicadas a rapazes (54%) da faixa etária dos 11-17 anos. Comparativamente a 2022, ocorreu aumento na aplicação de medidas de apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar e acolhimento familiar.

Esta última medida, apesar de aplicação residual, aumentou em 96,3%. Diminuiu a aplicação das medidas de confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida e acolhimento residencial. Prevalendo, desta forma, medidas executadas em meio natural e vida, com predominância de *apoio junto dos pais* (83,39%), mantendo-se a criança/jovem no seio da família de origem. As medidas de colocação, que implicam a retirada da criança do meio familiar de origem, tiveram execução de 7,32%, mantendo-se reservadas a situações de exceção.

No que concerne à realidade local do Concelho, a CPCJ de Setúbal no seu Relatório Anual, referente a 2024, demonstra que ocorreram 743 comunicações de situações de perigo, que depois de serem avaliadas deram origem a 578 PPP (dos quais 83 foram processos reabertos, ou seja, que tinham sido acompanhados anteriormente e arquivados).

Os processos instruídos implicam que 1301 crianças/jovens iniciaram ou reiniciaram (no caso das reaberturas de processos), acompanhamento no ano de 2024. O volume processual total neste ano foi de 1355 PPP (número inclui também processos que transitaram de 2023 para 2024 e transferidos). Foram arquivados 686 PPP ao longo do ano.

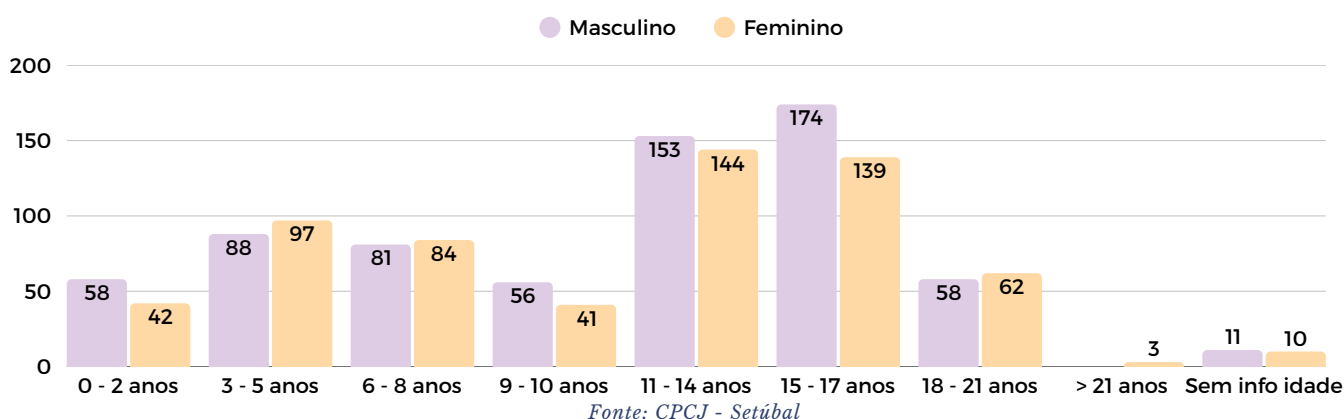
Ocorreram três procedimentos de urgência na ausência de consentimento<sup>1</sup>, para proteção imediata da criança/jovem: dois por situação de perigo iminente para a integridade física e um por perigo atual para a integridade física. No que se refere à caracterização das crianças e jovens em acompanhamento (gráfico n.º 40), verificou-se que 47%

são meninas/raparigas e 52% meninos/rapazes (a restante percentagem não foi caracterizada quanto ao sexo).

Do total de crianças/jovens, a maioria (313) situava-se na faixa etária dos 15 aos 17 anos, seguida dos 11-14 (297), 3-5 (185), 6-8 (165), 18-21 (120), 0-2 (100), 9-10 (97) e 3 jovens eram maiores de 21 anos (o restante número não foi caracterizado quanto à idade). 2,3% das crianças/jovens acompanhadas possuíam algum tipo de deficiência. As crianças/jovens eram maioritariamente de nacionalidade portuguesa (60%), sendo a nacionalidade estrangeira mais representada a brasileira (cerca de 4%), seguida de angolana (cerca de 2%).

Quanto à integração em equipamento de infância e/ou escolar, verificou-se que 18,6% encontravam-se integradas/os no 3.º ciclo, 11% no 1.º ciclo, 10,8% no 2.º ciclo, 6% em creche ou ama, 4,9% no ensino secundário (inclui ensino profissional), 4,5% em pré-escolar, 4% encontravam-se a cargo da família (sem integração) e 0,4% no ensino superior.

**GRÁFICO N.º 40 - CRIANÇAS E JOVENS ACOMPANHADAS PELA CPCJ DE SETUBAL POR ESCALÃO ETÁRIO E SEXO (2024) (N.º)**



<sup>1</sup> - Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Diário da República 1.ª Série. N.º 204/1999, 6115-6132.

As comunicações de situações de perigo, como podemos observar na tabela n.º 11, foram provenientes de cerca de 20 canais diferentes, sendo que os três que mais sinalizaram foram as *Forças de Segurança* (31% do total de sinalizações), provavelmente devido à obrigatoriedade de sinalizar à CPCJ todas as situações de violência doméstica onde existam crianças/jovens a cargo; as *Escolas* (21%), devido à obrigatoriedade de sinalizar todas as situações de abandono e absentismo escolar registadas, e o *Ministério Público* (20,9%), que toma conhecimento de diversas situações de perigo no exercício das suas funções tanto em matéria de investigação criminal e no crime, quanto em matéria cível.

Considera-se importante o facto de pais e mães terem sido responsáveis por 62 comunicações (4,6% do total), revelando a desconstrução progressiva que tem sido efetuada pela Comissão Nacional e pelas CPCJ, bem como por outras entidades com competência em matéria de infância e juventude. As CPCJ passam progressivamente a ser reconhecidas pelo seu papel na defesa dos direitos de crianças e jovens. A visão punitiva e negativa encontra assim um momento de viragem, para uma ideia de entidade protetora, coadjuvante das famílias e da sua evolução no cuidado das crianças/jovens.

Algo a salientar é também o facto de 48 sinalizações (3,5% do total) advirem de *vizinhos/particulares*, atestando a relevância da participação de toda a comunidade na proteção dos direitos, bem-estar e segurança de crianças e jovens.

**TABELA N.º 11 - ENTIDADES SINALIZADORAS DOS PROCESSOS INSTRUÍDOS NA CPCJ DE SETÚBAL (2024) (N.º)**

Entidades	Total
Forças de Segurança	423
Estabelecimentos de Ensino	287
Ministerio Publico	283
Comissão de proteção de crianças e jovens	66
Vizinhos e Particulares	48
Estabelecimentos de Saúde	42
Sem Informação	40
IPSS	32
Pai	30
Mãe	27
Familiares	16
NACJR (Nucleo de apoio à criança e jovem em risco)	16
Tribunal	15
Instituição de Acolhimento (Lar/CAT)	7
Autarquia	6
Projetos comunitários	6
Projetos	3
Próprio	3
Atendimento dos Serviços de Segurança Social	2
Comissão local de acompanhamento do RSI	1
PSP	1
<b>TOTAL</b>	<b>1354</b>

Fonte: CPCJ - Setúbal

Relativamente às problemáticas mais sinalizadas (tabela n.º 12), estão em linha com as nacionais sendo que a *violência doméstica* aparece em primeiro lugar no contexto do município de Setúbal, com 34% das sinalizações.

Em segundo lugar, aparece a *negligência* com 12% e em terceiro, com 8,9%, a problemática em que a *criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais ou representantes legais se oponham de forma adequada*.

TABELA Nº 12 - PROBLEMÁTICAS SINALIZADAS NOS PROCESSOS INSTRUÍDOS PELA CPCJ SETÚBAL POR ESCALÃO ETÁRIO (2024) (N.º)

Problemáticas sinalizadas	Total	0 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 8 anos	9 - 10 anos	11 - 14 anos	15 - 17 anos	18 - 21 anos	>21 anos	Sem informação
Violência doméstica	456	52	102	96	37	94	53	16		6
Negligência	156	24	41	17	19	25	18	6	1	5
A criança/jovem assume comportamentos que afeta o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada.	120				1	39	56	24		
Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	86	7	8	10	12	25	14	7	1	2
Abandono escolar	84			7	4	17	37	18		1
Absentismo escolar	78			1	3	14	37	22		1
Comportamentos graves anti-sociais ou/e de indisciplina	53				4	8	30	11		
Mau trato físico	44	1	7	6	4	11	12	2		1
Falta de supervisão e acompanhamento familiar	40	8	8	6	2	7	8	1		
Outros comportamentos	34				2	12	14	6		
Negligência grave	29	4	9	5		4	6	1		
Negligência ao nível educativo	22	1	1	4	4	6	5	1		
Bullying	19					10	7	2		
Negligência ao nível psico-afetivo	17	1	5	2	2	4	1	2		
Negligência ao nível da saúde	14	1	4	3	1	2	1	2		
Abuso Sexual	12		1	2		5	3	1		
Aliciamento sexual	8				1	6	1			
Importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de carácter exibicionista ou constrangimento a contato	8		1			2	5			
Ofensa física em contexto de violência doméstica	8		1	1	2	1	2	1		
Consumo de estupefacientes (Exposição a)	7	3	3			1				
Hostilização e ameaças	6		1	1	2	1				1
Mau trato psicológico ou indiferença afetiva	6					2	2	1		1
Ofensa física	6			1		4	1			
Violação ou outro ato sexual	6			1	2	2	1			
Consumo de estupefacientes	5						2	3		
Ausência temporária de suporte familiar ou outro	4			2		2				
Está aos cuidados de terceiros em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais	4		1	2					1	
Ofensa física por castigo corporal	3			1	1					1
Privação de relações afetivas e de contatos sociais próprios do estágio de desenvolvimento da criança	3		1			1	1			
Ausência permanente de suporte familiar ou outro	2							1		1
Consumo de álcool (Exposição a)	2			1		1				
Depreciação/Humilhação	2						2			
Negligência face a comportamentos da criança/jovem	2		1							1
Situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação	2							2		
Consumo de álcool	1						1			
Crianças e jovens não acompanhados	1						1			
Exercício abusivo de autoridade	1								1	
Insucesso Escolar	1						1			
Outras situações de perigo	1			1						
<b>TOTAL</b>	<b>1353</b>	<b>102</b>	<b>195</b>	<b>170</b>	<b>103</b>	<b>306</b>	<b>322</b>	<b>130</b>	<b>4</b>	<b>21</b>

Fonte: CPCJ - Setúbal

TABELA Nº 13 - PROBLEMÁTICAS DIAGNOSTICADAS NOS PROCESSOS INSTRUÍDOS PELA CPCJ SETÚBAL POR ESCALÃO ETÁRIO (2024) (N.º)

Problemáticas Diagnosticadas	Total	0 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 8 anos	9 - 10 anos	11 - 14 anos	15 - 17 anos	18 - 21 anos	> 21 anos	Sem info idade
Violência doméstica	179	16	42	42	13	36	19	11		
Absentismo escolar	41			3	2	6	22	8		
Outros comportamentos	39				1	7	20	11		
Falta de supervisão e acompanhamento familiar	38	4	9	8	4	7	4	1	1	
Negligência ao nível educativo	30	3	6	4	2	6	8	1		
Comportamentos graves anti-sociais ou/e de indisciplina	28					8	15	5		
Negligência ao nível psico-afetivo	27	3	4	4	2	7	6	1		
Negligência ao nível da saúde	17	6	2			4	5			
Negligência grave	14	1	4	4	1	2	2			
Consumo de estupefacientes (Exposição a)	12	4	1	1		3	2	1		
Abandono escolar	11					1	5	5		
Negligência face a comportamentos da criança/jovem	9		3			4	2			
Ofensa física por castigo corporal	7		1	1		3	1	1		
Ausência temporária de suporte familiar ou outro	6		1			2		2	1	
Ofensa física	6	1	1	1	1			2		
Violação ou outro ato sexual	6		1				4	1		
Consumo de álcool (Exposição a)	4		1			2	1			
Consumo de estupefacientes	4						3	1		
Está aos cuidados de terceiros em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais	3		2		1					
Aliciamento sexual	2					1	1			
Depreciação/Humilhação	2						2			
Importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de caráter exibicionista ou constrangimento a contato	2			1		1				
Insucesso Escolar	2		1				1			
Ofensa física em contexto de violência doméstica	2					1	1			
Prostituição	2					2				
A criança esta abandonada ou entregue a si propria	1								1	
Bullying	1					1				
Castigos não corporais que afetam o bem-estar a integridade da criança	1							1		
Consumo de álcool	1						1			
Discriminação	1						1			
Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	1			1						
Gaming	1						1			
Negligência	1						1			
<b>TOTAL</b>	<b>501</b>	<b>38</b>	<b>79</b>	<b>70</b>	<b>27</b>	<b>104</b>	<b>128</b>	<b>52</b>	<b>3</b>	<b>0</b>

Fonte: CPCJ - Setúbal

As problemáticas mais diagnosticadas (tabela n.º 13), após avaliação técnica, nem sempre coincidem com as sinalizadas, à exceção da *violência doméstica* que se apresenta em primeiro lugar com 36% de predominância. Em segundo lugar, foram diagnosticadas 8.2% de situações de *absentismo escolar*, mais presentes entre os 15 e os 17 anos. Em terceiro lugar, com pouca diferença, aparecem *outros comportamentos* e a *falta de supervisão* (7,6%).

A análise por faixa etária permite-nos perceber relativamente às comunicações de situações de perigo e aos diagnósticos técnicos o seguinte:

- dos 0-2 anos predominam as sinalizações por situação de *violência doméstica* (51%) e *negligência* (24%) e os diagnósticos correspondentes, com 42% das crianças em situação de perigo por *violência doméstica* e 16% por *negligência* ao nível da saúde;
- dos 3-5 anos são preponderantes novamente as sinalizações por *violência doméstica* (52%) e *negligência* (21%), sendo os diagnósticos correspondentes com 53% das crianças no primeiro caso e 11,4% no caso da *falta de supervisão e acompanhamento familiar*.
- dos 6-8 anos predominam repetidamente as comunicações por *violência doméstica* (56%) e *negligência* (10%), sendo os diagnósticos técnicos maioritariamente de *violência doméstica* (60%) e *falta de supervisão e acompanhamento familiar* (11%);
- dos 9-10 anos são também preponderantes as sinalizações por situação de *violência doméstica* (36%) e *negligência* (18%), com os diagnósticos maioritários por *violência doméstica* (48%) e *falta de supervisão e acompanhamento familiar* (15%);
- dos 11-14 anos permanece a predominância de sinalizações por *violência doméstica* (31%) e inicia-se a importância da categoria *jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais ou representantes legais se oponham de forma adequada* (13%), sendo as problemáticas mais diagnosticadas a *violência doméstica* (35%) e *comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina* (7,7%);
- dos 15-17 anos são mais elevadas as comunicações da categoria *jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada* (17%), a *violência doméstica* (16%), o *absentismo* (11%) e *abandono* (11%) escolares, com diagnósticos em que predominam as categorias *absentismo* (17%) e *outros comportamentos* (16%).

No final do ano de 2024, a CPCJ de Setúbal tinha 789 processos em estado ativo, dos quais 269 por situação de perigo de *violência doméstica*, ou seja, 34% do total de processos ativos deviam-se a esta problemática. Acompanhava ainda 104 processos (13%) por situações de *negligência* e 75 processos (10%) em que o/a *jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada a remover o perigo*. Salientamos que 7% dos processos ativos eram por situação de *absentismo* e 6% por *abandono escolar*.

TABELA Nº 14 - MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO APLICADAS PELA CPCJ SETÚBAL POR ESCALÃO ETÁRIO (2024) (N.º)

	Total	0 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 8 anos	9 - 10 anos	11 - 14 anos	15 - 17 anos	18 - 21 anos	> 21 anos	Sem informação
Apoio Junto dos Pais	142	16	21	20	5	37	38	5		
Apoio Junto de Outro Familiar	19	4	2	5	2	2	1	3		
Acolhimento Residencial	13	3	2	2	2		3	1		
Acolhimento Familiar	2	2								
Confiança a Pessoa Idónea	1						1			
<b>TOTAL</b>	<b>177</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>27</b>	<b>9</b>	<b>39</b>	<b>43</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: CPCJ - Setúbal

Relativamente às medidas aplicadas no ano de 2024, após avaliação diagnóstica, com vista à remoção do perigo, 9% reportam-se a medidas que implicam o afastamento da criança/jovem da família de origem - medidas de colocação - com apenas duas medidas de acolhimento familiar (ambas na faixa etária dos 0-2 anos), uma medida de confiança a pessoa idónea (faixa etária entre 15-17 anos) e 13 (correspondente a 7% do total de medidas aplicadas) em acolhimento residencial.

A maioria das crianças colocadas em instituições de acolhimento tinham entre 0 a 2 anos e a maioria dos/as adolescentes entre os 15 e os 17 anos, sendo estas as faixas etárias mais representadas neste contexto.

Seguindo a tendência nacional, a maioria das medidas aplicadas foi em *meio natural de vida* (91%), com predominância para *apoio junto dos pais* (80% do total das medidas), estando a larga maioria das crianças beneficiárias desta medidas nas faixas etárias dos 3-8 anos e, no caso da população adolescente, entre 11-17 anos. A medida *apoio junto de outro familiar* (11%) foi aplicada maioritariamente nas faixas etárias dos 6-8 anos, seguida dos 0-2 anos.

No que se refere às medidas em execução durante 2024 (tabela n.º 15), 10% tratam-se de medidas de colocação, com o *acolhimento residencial* maioritariamente aplicado (8%) em faixas etárias dos 0-2 anos e dos 15-17 anos. O *acolhimento familiar* foi aplicado apenas numa situação (dos 0-2 anos) e a *confiança a pessoa idónea* em dois casos (dos 3-5 e dos 15-17 anos). Seguindo a tendência nacional, foram maioritariamente executadas medidas em *meio natural de vida* (90%), predominando novamente o *apoio junto aos pais* (79%), tendendo a ser aplicada maioritariamente nas faixas etárias entre os 11 e os 17 anos. Por fim, a medida de *apoio junto de outro familiar* (11%) foi aplicada sobretudo em faixas etárias dos 6-8, seguida dos 0-2 e dos 18-21 anos.

Face aos números apresentados, salientamos a predominância das situações de violência doméstica como fator de perigo para crianças e jovens. A criança é sempre vítima direta deste fenómeno, mesmo quando não testemunha os factos que determinam o crime.

TABELA Nº 15 - MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO EM EXECUÇÃO PELA CPCJ SETÚBAL POR ESCALÃO ETÁRIO (2024) (N.º)

	Total	0 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 8 anos	9 - 10 anos	11 - 14 anos	15 - 17 anos	18 - 21 anos	> 21 anos	Sem informação
Apoio Junto dos Pais	123	10	22	20	3	28	33	7		
Apoio Junto de Outro Familiar	17	3	2	5	2	1	1	3		
Acolhimento Residencial	12	3	1	2		2	3	1		
Confiança a Pessoa Idónea	2		1				1			
Acolhimento Familiar	1	1								
<b>TOTAL</b>	<b>155</b>	<b>17</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>5</b>	<b>31</b>	<b>38</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: CPCJ - Setúbal

Uma forma de reduzir o *Acolhimento Residencial* seria aumentar as situações colocadas em *Acolhimento Familiar: resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida através de um serviço e que consiste na atribuição de confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitada para o efeito, visando proporcionar-lhe a integração em meio familiar estável que lhe garanta os cuidados adequados às suas necessidades e ao seu bem-estar, bem como a educação e o afeto necessários ao seu desenvolvimento integral.*<sup>1</sup>

Neste tipo de resposta, a família de origem tem acompanhamento por parte da equipa técnica de intervenção visando a promoção de competências parentais e a mudança da dinâmica familiar, com o objetivo de proporcionar o regresso da criança/jovem ao seu contexto de origem, sempre que isso seja possível. A criança beneficia de técnico/a gestor/a de processo, que articula respostas, serviços e acompanha o desenvolvimento da medida. A família de acolhimento está ligada a uma instituição de enquadramento que apoia e avalia a situação: no caso do

município de Setúbal, a Cáritas Diocesana é responsável por esta intervenção desde Novembro de 2022.

Foi realizado um estudo em 2021 sobre *A Implementação do Acolhimento Familiar em Portugal*<sup>2</sup>, através de entrevistas a 18 intervenientes-chave (das áreas da Psicologia, Direito - juízas/es -, investigação/docência, pessoal técnico, pessoal da supervisão da área do acolhimento familiar, pessoal da direção de serviços de acolhimento de crianças/jovens, de unidade de adoção e de apoio à família, bem como um entrevistado que era família de acolhimento), localizados em diversas zonas do continente português e na Região Autónoma da Madeira.

As tendências internacionais a par das diretivas da União Europeia são claramente no sentido da desinstitucionalização, sobretudo quando se referem aos cuidados prestados a crianças com menos de 3 anos, sendo que estes devem ser assegurados em ambiente familiar, ainda que fora da família de origem. Cerca de mais de setenta anos de investigação demonstram o impacto

<sup>1</sup> - Direção-Geral da Segurança Social. (2022). Nomenclaturas - Respostas Sociais. Segurança Social.

<sup>2</sup> - Cuña, R. C. C. (2021). A implementação do acolhimento familiar em Portugal: Potencialidades e desafios na perspectiva de intervenientes-chave do sistema Nacional de acolhimento de crianças e jovens [Dissertação de Mestrado, ISPA - Instituto Universitário]. Repositório do ISPA.

negativo do acolhimento institucional no desenvolvimento integral, devendo ser priorizado o acolhimento familiar. Em Portugal, esta medida continua a ser insuficientemente utilizada. Apesar da nossa legislação nesta matéria ser considerada avançada, existe um desfasamento da realidade prática, predominando ainda um paradigma cultural e político de institucionalização e a tradição de que uma resposta estatal envolve uma resposta institucional e não a família (a comunidade).

As pessoas entrevistadas no referido estudo chamaram a atenção para as razões desta tendência, fizeram recomendações e nomearam vantagens da medida de colocação em família de acolhimento para crianças/jovens em situação de perigo. Sintetizamos aqui algumas dessas considerações:

- a falta de vontade e decisão política relativamente à desinstitucionalização, sendo necessário assumir o acolhimento familiar como objetivo nacional prioritário e ultrapassar um sistema obsoleto que não prioriza o superior interesse da criança;
- a necessidade de implementar um modelo preventivo centrado nas forças da família, apesar dos desafios e fraquezas, individualizando/personalizando a intervenção (intervém-se muito na crise, em vez de a evitar);
- reestruturar sistemas de intervenção muito centrados no adulto e não na criança/jovem, para prevenir a retirada desta da sua família de origem;
- aumentar a capacidade de vagas das respostas CAFAP (Centro de Apoio

Familiar e Aconselhamento Parental) e/ou criar mais equipas com esta resposta social, para avaliação do potencial de mudança da família biológica e intervenção intensiva correspondente;

- definir o acolhimento como um serviço de fim de linha, podendo apenas ser utilizado em situações de urgência;
- divulgar e sensibilizar junto da população geral e das/os profissionais da área a medida e o que significa ser família de acolhimento;
- desenvolver programas de acolhimento familiar bem estruturados, manuais de boas práticas e guiões, garantindo rigor na avaliação e intervenção;
- formação e supervisão contínuas de profissionais, avaliação (interna e externa) da qualidade, bem como monitorização do sistema;
- reduzir o acolhimento residencial e transferir esses recursos para o sistema de acolhimento familiar, podendo essas instituições passar a ser entidades de enquadramento de acolhimento familiar ou unidades de apoio às famílias (ex. CAFAP);
- especialização do acolhimento residencial para intervenções na crise, terapêuticas, no âmbito da saúde mental, deficiência ou dos comportamentos desafiantes, como medida transitória para situações em que não seja possível uma família de acolhimento dar resposta (especializada).

Este estudo vem reforçar os benefícios do acolhimento familiar, face ao institucional, nomeadamente o facto manter a criança na comunidade, permitindo o seu desenvolvimento

integral e relacional, num ambiente estável e seguro, bem como a manutenção da vinculação com a família biológica (quando é previsível o seu retorno à mesma e por contraponto à resposta adoção), o apoio na transição para a vida adulta e o acompanhamento técnico da criança/jovem e das famílias. A construção da organização interna dos afetos, da empatia, da compaixão, do sentido de entreajuda e cooperação, dá-se em contexto familiar. As melhores instituições de acolhimento residencial não substituem o modelo familiar que tem como base a atenção, presença e disponibilidade individualizadas. Possivelmente, um bom acolhimento familiar alivia ou sana o sentimento de abandono (ou a problemática abandonónica presente) característico de crianças e jovens que passam ou persistem no sistema de acolhimento residencial.

Por fim, é ainda reforçada a desvantagem do acolhimento residencial ligada ao facto de exigir mais recursos financeiros e humanos, sendo mais eficiente trabalhar na prevenção e capacitação familiar e, quando esta falha, integrar transitoriamente a criança/jovem numa família de acolhimento.

Da análise comparativa dos valores fulcrais referentes ao trabalho da CPCJ de Setúbal, entre 2021 e 2024, importa salientar o seguinte:

1) o número de situações sinalizadas (sobretudo pelo Ministério Público, Escolas, Órgãos de Polícia Criminal, Famílias, Saúde, IPSS e equiparadas, e anónimos) teve oscilações, sendo que em 2021 recebeu 900 comunicações, em 2022 baixou para 431, em 2023 voltou a subir para 797 e em 2024 fixou-se em 743 sinalizações de situações de perigo, ocorrendo diminuição manifesta comparativamente com 2021;

2) o volume processual total de 2023 era de 1507 PPP, diminuindo nos anos seguintes (em 2022 foi de 1038 e em 2023 sofreu aumento para 1453), fixando-se em 2024 em 1355 processos, consequência provável da diminuição de sinalizações comparativamente a 2021;

3) o número de PPP arquivados aumentou drasticamente a partir de 2023 (683), comparativamente aos anos anteriores, sendo em 2021 de apenas 251, ocorrendo no ano passado 686 arquivamentos, traduzindo uma reformulação e uniformização de

**TABELA N.º 16 - EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DE ATIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SETÚBAL (2021 - 2024) (N.º)**

	2021	2022	2023	2024
Número de comunicação de situações de Perigo	900	431	797	743
Volume Processual anual total	1507	1038	1453	1355
Processos arquivados ao longo do ano	251	288	683	686
Procedimentos de urgência (art. 91º da LPCJP)	0	0	0	3
Processos ativos no fim do ano	1256	750	1327	789
Medidas de acolhimento residencial (total anual)	31	20	17	13
Medidas em meio natural de vida (total anual)	104	123	114	162

Fonte: CPCJ - Setúbal

procedimentos ocorrida na Comissão, que permitiu melhor trabalhar os processos;

4) no final de 2021 encontravam-se 1256 processos ativos, diminuindo drasticamente em 2022 para 750 PPP ativos, tornando a aumentar no ano seguinte (1327) e voltando a diminuir no ano passado com 789 processos ativos no fecho do ano, o que é justificado pelo aumento progressivo entre 2021 e 2023 do arquivamento de processos;

5) entre 2021 e 2023 não ocorreram procedimentos de urgência na ausência de consentimento (artigo 91.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), tendo sido efetuados três no ano passado, como referido anteriormente;

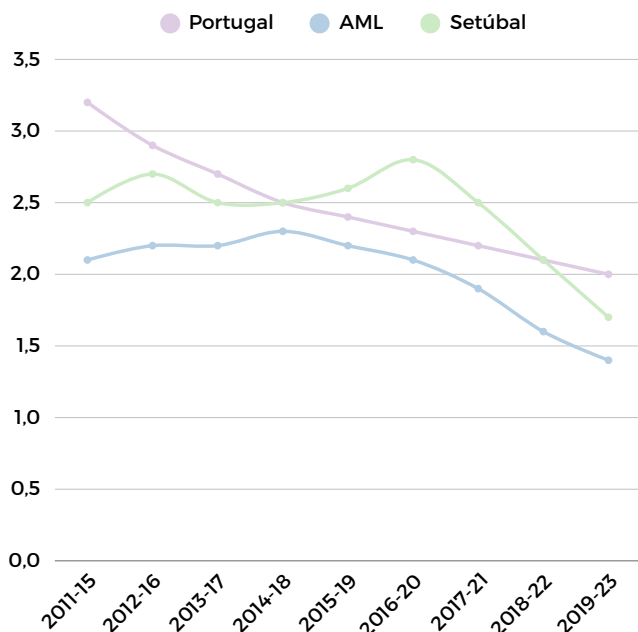
6) a tipologia mais sinalizada entre 2021 e 2023 foi a *exposição a comportamentos que afetam o bem-estar e desenvolvimento da criança/jovem*, sendo que se encontrava incluída a problemática da violência doméstica nesta categoria que, como vimos em 2024, liderava os motivos de sinalização;

7) de igual forma, a tipologia mais diagnosticada entre 2021 e 2023 coincidiu com a tipologia mais sinalizada, chamando a atenção para a problemática da *violência doméstica* e seus efeitos na saúde física, no desenvolvimento, nos modelos relacionais, na saúde mental e no bem-estar das crianças/jovens vitimadas por esta exposição;

8) a medida de *acolhimento residencial* tem vindo a diminuir visivelmente, de 31 medidas desta tipologia aplicadas em 2021 para 13 em 2024, refletindo a tendência nacional e as diretivas europeias que primam pela permanência da criança/jovem em meio natural de vida. A retirada da criança/jovem do contexto familiar deverá ser reservada a situações em que este represente, em si, o próprio perigo;

9) na continuidade do ponto anterior, aumentou naturalmente a aplicação das medidas em meio natural de vida, 162 em 2024, comparativamente às 104 registadas em 2021.

**GRÁFICO N° 41 - PROPORÇÃO QUINQUENAL DE NADOS-VIVOS DE MÃES ADOLESCENTES EM ÁREAS MEDIAMENTE URBANAS (2011 - 2023) (%)**



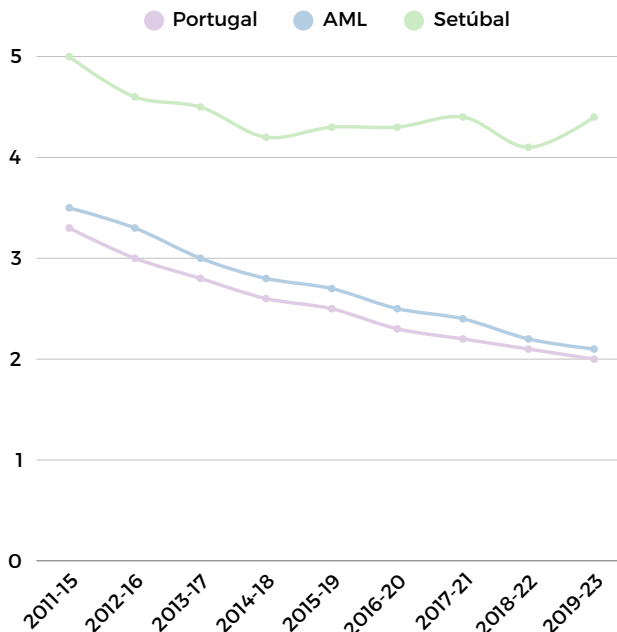
Fonte: Proporção quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes (%) por Local de residência da mãe (NUTS - 2013) e Tipologia de áreas urbanas; Anual - INE, Nados-vivos

Em relação aos nados-vivos de mães adolescentes em áreas mediamente urbanas (gráfico n.º 41), Portugal apresenta desde 2011 uma tendência decrescente, iniciando acima dos 3% de ocorrências, apresentando em 2023 apenas 2 pontos percentuais.

Podemos observar na AML, que no período de 2011-2015 apresentava 2%, aumentando exponencialmente no período 2014-2018 e iniciando queda acentuada até 2023, em que apresentava 1,4% de ocorrências (abaixo dos valores nacionais).

Em Setúbal, os valores iniciam em 2011-15 em 2,5%, atingindo o pico de 2,8% no período de 2016-2020 e depois diminuíram para 1,7% em 2019-2023. Este comportamento distinto, com um aumento temporário, pode indicar fatores locais nas freguesias consideradas (Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado) que influenciam a maternidade na adolescência, como

**GRÁFICO N° 42 - PROPORÇÃO QUINQUENAL DE NADOS-VIVOS DE MÃES ADOLESCENTES EM ÁREAS PREDOMINANTEMENTE URBANAS (2011 - 2023) (%)**



Fonte: Proporção quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes (%) por Local de residência da mãe (NUTS - 2013) e Tipologia de áreas urbanas; Anual - INE, Nados-vivos

contextos sociais ou económicos particulares. Contudo há que destacar a diminuição nos últimos anos, Setúbal, registando em 2019-23 valores inferiores aos nacionais.

Relativamente aos nados-vivos de mães adolescentes em áreas predominantemente urbanas, Setúbal apresenta valores consistentemente mais elevados em comparação com as médias nacional e regional, começando com 5,0% em 2011-2015 e terminando em 4,4% em 2019-2023.

A AML seguiu a mesma tendência, mas com valores ligeiramente acima da média nacional.

No concelho de Setúbal, esta realidade insere-se nos contextos da freguesia de São Sebastião e da União das Freguesias de Setúbal, que são mais urbanas e apresentam números superiores à realidade nacional e AML.

*O fenómeno da gravidez na adolescência encontra relação com a prevalência e aumento da actividade sexual nessa fase do desenvolvimento humano, aumentando proporcionalmente o risco de gravidez. Esta problemática encontra-se dentro das preocupações com a saúde sexual e reprodutiva, e apesar da sua tendência decrescente, as consequências negativas não devem ser ignoradas, variando a sua percepção de acordo com a cultura, a religião, o meio social e a educação em que se insere a/o adolescente.<sup>1</sup>*

*O risco de gravidez foi maior na presença de condições socioeconómicas desfavoráveis, de ausência de afiliação religiosa, de história materna de gravidez na adolescência, de ausência de um dos pais biológicos ou sua separação e de história de qualquer tipo de abuso físico, psicológico ou sexual. (...) Quanto à prevenção, esta baseia-se na educação sexual, na acessibilidade aos serviços de saúde reprodutiva e na intervenção política.<sup>1</sup>*

Deve salientar-se que a gravidez prematura é a principal causa de mortalidade em mulheres dos 10 aos 19 anos, ocorrendo uma correlação significativa com complicações materno-fetais.

Destacamos os fatores protetores ou promotores de resiliência<sup>2</sup>:

1) existência de situações de sucesso e adaptação aos novos papéis e adequação socioemocional por parte de mães adolescentes;

2) adaptam-se melhor as mães que beneficiam de rede de apoio social adequada (esta potencia a redução da ansiedade associada às tarefas a desempenhar);

3) como as outras mães, as adolescentes com estilo de vinculação segura, recursos psicológicos, conhecimentos e expectativas apropriadas quanto à maternidade, lidarão melhor com esta fase de mudança e tarefas relacionais correspondentes;

4) alguns estudos referem que muitas crianças filhas de mães adolescentes não desenvolvem mais perturbações do que as que são filhas de mães adultas;

5) a manutenção da adolescente na escola;

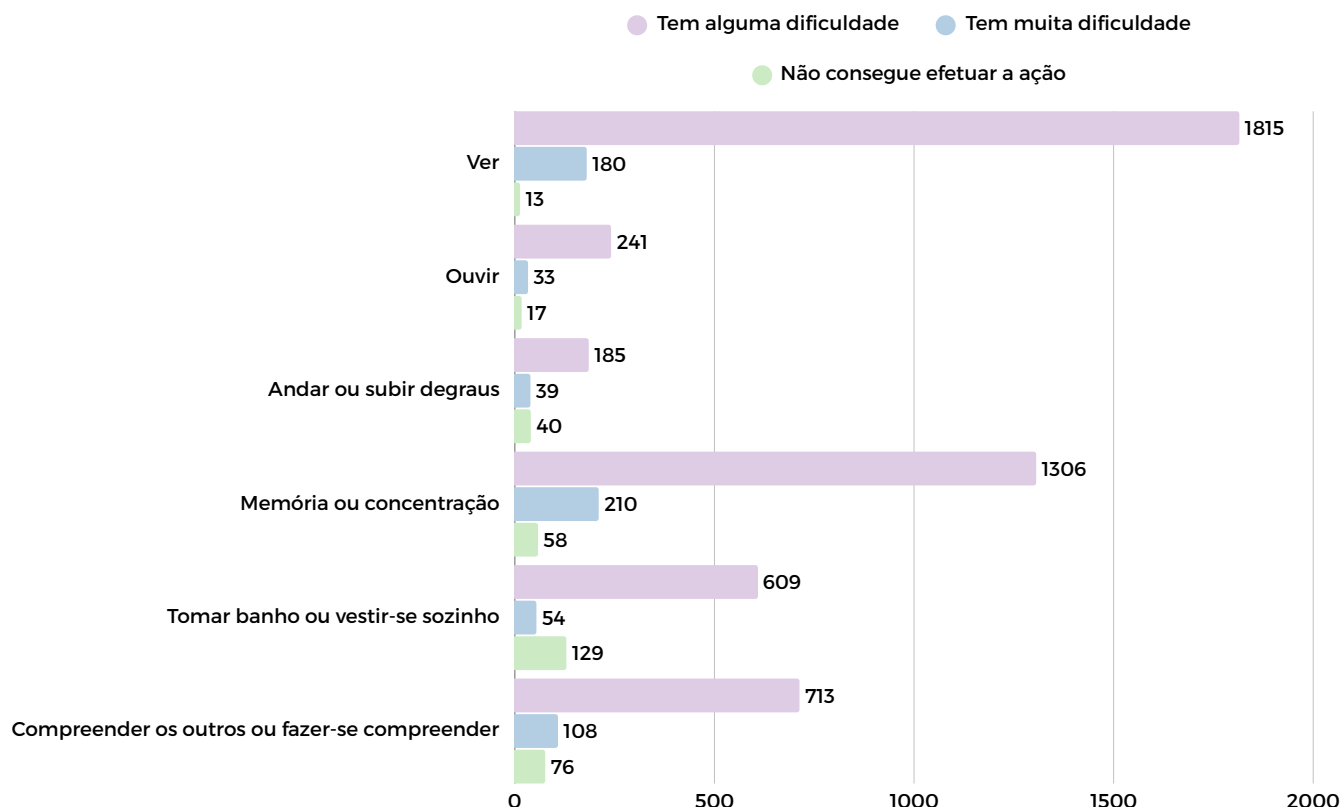
6) o casamento e a estruturação do ambiente parental.

A intervenção não deve ser punitiva e estigmatizantes, mas antes preventiva, através do modelo sistémico e ecológico, orientando-se para os diferentes níveis e contextos de risco e vulnerabilidade.

<sup>1</sup> - Lopes, J. A. (2021). Gravidez na adolescência: fatores de risco e complicações materno-fetais [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto.

<sup>2</sup> - Canavarro, M. C., & Pedrosa, A. A. (2012). Gravidez e parentalidade na adolescência: Perspetivas teóricas. Revista Portuguesa de Saúde Pública, 30(2), 34-55.

GRÁFICO Nº 43 - POPULAÇÃO POR TIPO E GRAU DE DIFICULDADE DOS 5 AOS 19 ANOS NO CONCELHO DE SETÚBAL (2021) (Nº)



Fonte: INE - Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário do indivíduo (5 anos; 90 ou mais anos), Tipo de dificuldade, Grau de dificuldade e Dimensão (indivíduos com dificuldades); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Os números referentes aos tipos e graus de dificuldade (gráfico n.º 43), alguns dos quais cumprirão requisitos para situação de deficiência e/ou incapacidade, apresentados pelas crianças e adolescentes do concelho de Setúbal, demonstram que a maioria destes indivíduos regista em primeiro lugar dificuldades ao nível da visão (2008 crianças/jovens no total), sendo que desses indivíduos 180 não conseguem efetuar esta ação. Em segundo lugar, surge como problemática a *dificuldade na memória ou concentração*, que afeta 1574 crianças/jovens, dos quais 58 não têm capacidade para efetuar esta atividade.

Em terceiro lugar, encontra-se a ação de *compreender os outros ou fazer-se compreender* como maior dificuldade, com um total de 897 crianças/jovens, dos quais 76 não têm capacidade para realizar esta atividade.

Salientamos ainda, das dificuldades/problemáticas analisadas os seguintes valores: 129 crianças/jovens do concelho não apresentam autonomia para *tomar banho ou vestir-se*; 40 não têm capacidade para *andar ou subir degraus*; e 17 não consegue ouvir, apresentando surdez total.

## 3.2.2. POPULAÇÃO IDOSA

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define pessoa idosa como tendo idade igual ou superior a 65 anos, no contexto de países mais desenvolvidos.

O envelhecimento populacional está prestes a tornar-se numa das transformações sociais mais significativas do século XXI, com implicações transversais a todos os setores da sociedade – no mercado laboral e financeiro; na procura de bens e serviços como a habitação; na mobilidade e nos transportes; na proteção social; nas estruturas familiares e laços intergeracionais<sup>1</sup>. Portugal é o segundo país europeu mais envelhecido, só ultrapassado pela Itália<sup>2</sup>.

No entanto, o envelhecimento deve ser encarado como uma etapa natural da vida, marcada por transformações biológicas, psicológicas e sociais, que moldam a experiência individual. Apesar disso, a terceira idade não pode ser sinónimo de velhice, mas sim uma fase com desafios e potencialidades únicas, que exige uma visão mais atenta e sensível por parte da sociedade.

O envelhecimento demográfico, traz consigo implicações significativas para a proteção e o bem-estar da população idosa. Este aumento levanta preocupações relativamente à fragilidade dos laços familiares e à

insuficiência dos sistemas de proteção social, fatores que podem expor este grupo a situações de vulnerabilidade, violência e maus-tratos.

No plano social, fatores como a idade, o sexo, o género e os rendimentos influenciam diretamente a qualidade de vida. Ao nível individual, destacam-se os desafios relacionados com a saúde e o acesso aos serviços (cruciais para garantir o cuidado adequado), a funcionalidade nas atividades diárias e o suporte social disponível.

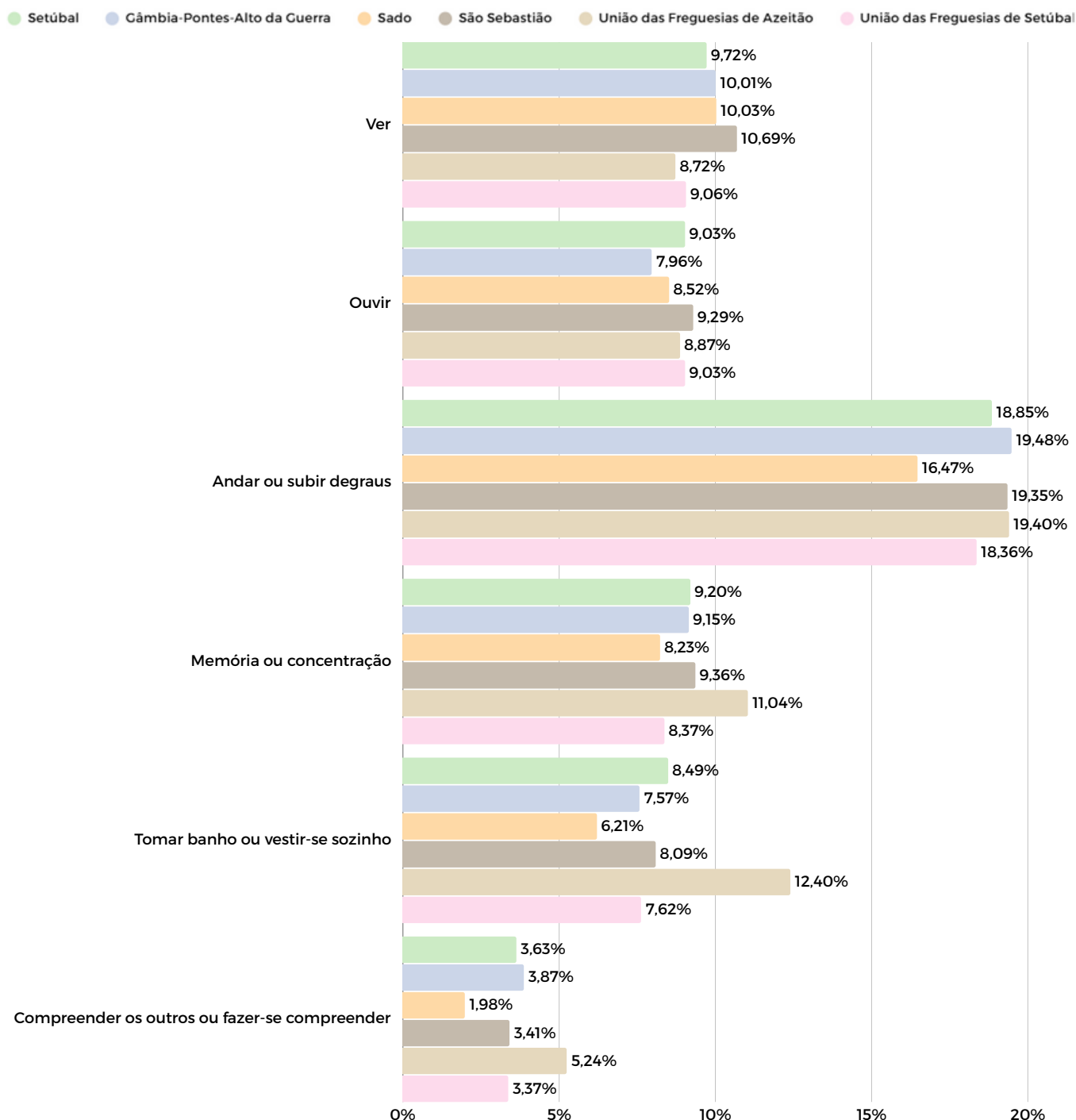
Adicionalmente, fatores como a diminuição de autoestima, associada às perdas ao longo da vida, e os estereótipos negativos sobre o envelhecimento, ainda enraizados na cultura, agravam a exclusão e fragilidade das pessoas idosas. Estes aspetos constituem um problema de saúde pública crescente, especialmente devido à falta de preparação dos sistemas de saúde e proteção social para responder eficazmente às necessidades desta população.

Assim, torna-se imperativo adotar políticas integradas que promovam a inclusão, combatam preconceitos e reforcem o acesso a serviços e recursos fundamentais, de forma a assegurar uma velhice digna, saudável e plenamente integrada na sociedade.

<sup>1</sup> - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2024, 10 de outubro). Dia Internacional das Pessoas Idosas - 1 de outubro de 2024. - Consultado a 26 de março de 2023

<sup>2</sup> - PORDATA: Fundação Francisco Manuel dos Santos. (s.d.). População residente: total e por grandes grupos etários (percentagem) (países europeus). Consultado a 26 de março de 2025

GRÁFICO Nº 44 - POPULAÇÃO COM 65 E MAIS ANOS QUE NÃO CONSEGUE OU TEM MUITA DIFICULDADE EM REALIZAR DETERMINADAS AÇÕES (2021) (%)



Fonte: INE - Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário do indivíduo (5 anos; 90 ou mais anos), Tipo de dificuldade, Grau de dificuldade e Dimensão (indivíduos com dificuldades); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico apresentado refere-se à percentagem de população com 65 ou mais anos que, em 2021, relatou não conseguir ou ter muita dificuldade em realizar determinadas ações, distribuída por cinco freguesias do concelho de Setúbal.

A análise permite identificar padrões e diferenças entre as mesmas. As dificuldades mais prevalentes dizem respeito a andar ou subir degraus, com valores de 18,85% em Setúbal, com a percentagem mais elevada (19,48%) em Cãmbia-Pontes-Alto da Guerra e a menor (16,47%) no Sado.

Este domínio é o mais problemático nos territórios analisados, refletindo o impacto do envelhecimento na mobilidade.

Segue-se a dificuldade relacionada com *ver*, que apresenta percentagens próximas: 9,72% em Setúbal, variando entre 10,69% em São Sebastião e 8,72% na União das Freguesias de Azeitão. Estas pequenas variações indicam uma prevalência semelhante de problemas visuais entre as pessoas idosas das freguesias.

Na categoria *ouvir*, os valores são ligeiramente inferiores aos da categoria *ver*, com 9,03% em Setúbal, variando entre 9,29% na União das Freguesias de Azeitão e 7,96% em Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra. Aqui observa-se uma menor prevalência de dificuldades auditivas comparativamente às visuais.

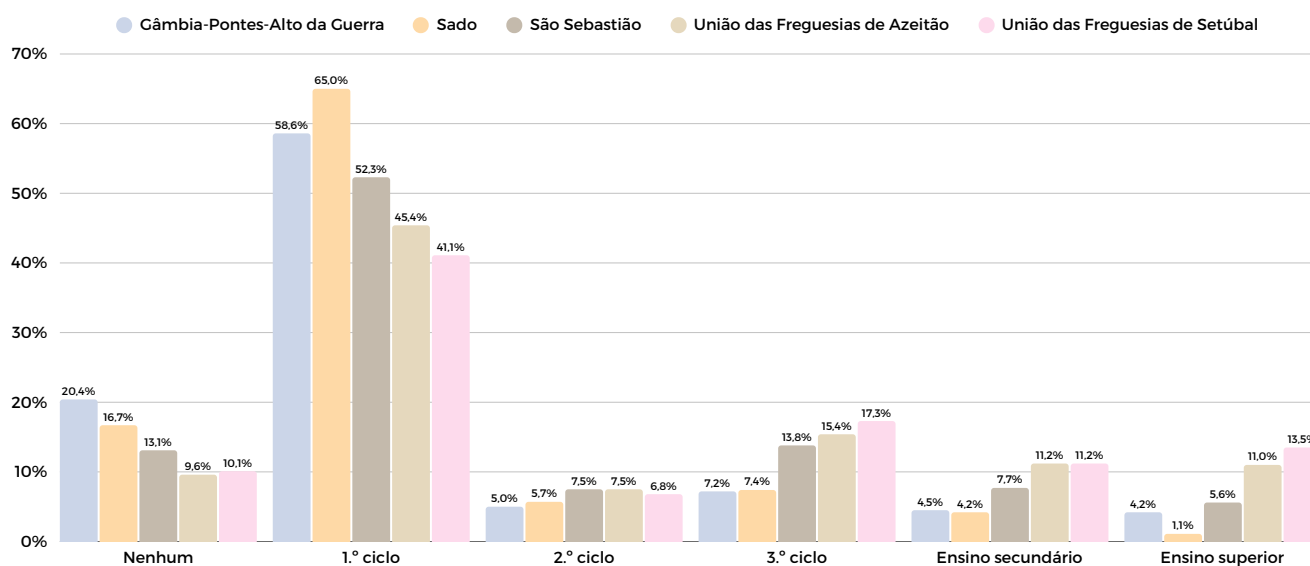
Relativamente a *memória ou concentração*, os valores são também homogéneos: 9,20% em Setúbal, oscilando entre 11,04% na União das Freguesias de Azeitão e 8,23% no Sado. Estes dados sugerem que as dificuldades cognitivas têm um impacto semelhante nas cinco freguesias.

As dificuldades em *tomar banho ou vestir-se sozinho* são menos frequentes: 8,49% em Setúbal, variando entre 12,40% na União das Freguesias de Azeitão e apenas 6,21% no Sado. Este domínio apresenta uma menor incidência no Sado face às outras freguesias.

Por fim, a menor prevalência é observada no domínio *compreender os outros ou fazer-se compreender*, com valores de 3,63% em Setúbal, oscilando entre 5,24% na União das Freguesias de Azeitão e apenas 1,98% no Sado. Este dado reflete que as dificuldades de comunicação são as menos reportadas pelas pessoas idosas.

A análise mostra que as limitações físicas têm maior prevalência do que as cognitivas ou comunicacionais. O Sado apresenta consistentemente os valores mais baixos para a maioria das dificuldades analisadas, enquanto a União das Freguesias de Azeitão regista valores mais elevados em várias categorias (como memória e autocuidados). Estas diferenças podem estar relacionadas com fatores socioeconómicos, demográficos ou ambientais específicos de cada freguesia.

GRÁFICO Nº 45 - POPULAÇÃO COM 65 E MAIS ANOS POR NÍVEL DE ENSINO COMPLETO (2021) (%)



Fonte: INE - População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário, Condição perante o trabalho e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico n.º 45 apresenta os dados dos níveis de escolaridade da população idosa, com idade igual ou superior a 65 anos, nas cinco freguesias do concelho de Setúbal desde a ausência de escolaridade até ao ensino superior, contemplando os diversos ciclos de ensino.

A freguesia de Gãmbia-Pontes-Alto da Guerra destaca-se com a maior incidência de pessoas idosas sem qualquer nível de ensino completo, (20,04%), enquanto São Sebastião apresenta a menor percentagem (9,6%).

Relativamente ao 1.º ciclo do ensino básico, este é o nível de escolaridade com maior prevalência nas pessoas com 65 ou mais anos. A freguesia do Sado evidencia-se com 65% da população idosa a possuir este nível de escolaridade, contrastando com a União das Freguesias de Setúbal, que regista 41,1%.

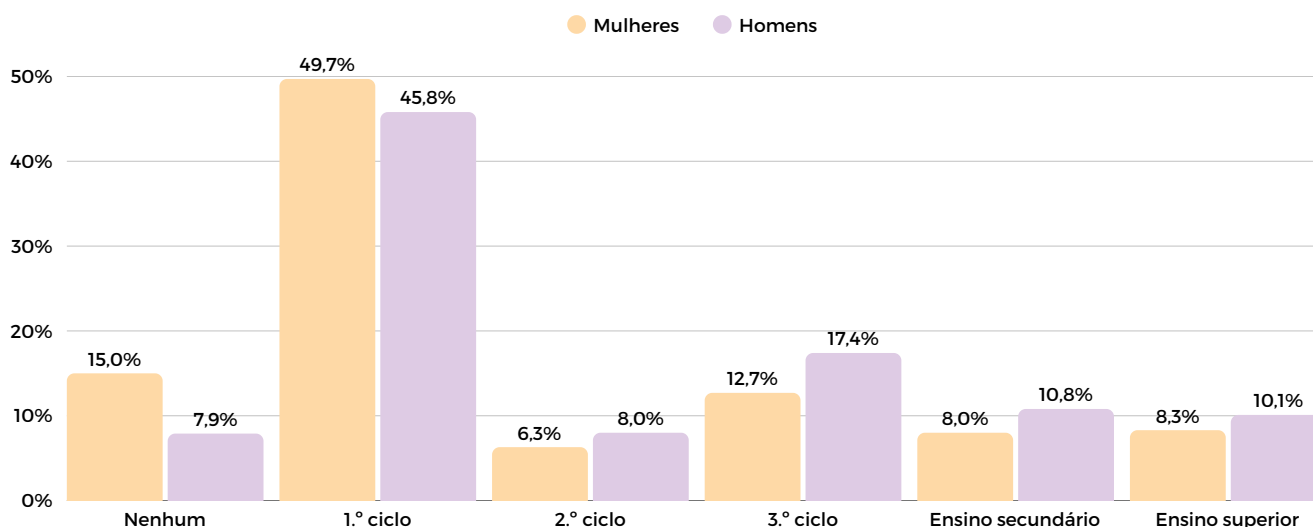
Quanto ao 2.º ciclo, observa-se uma distribuição relativamente homogênea entre as freguesias, de 5% a 7,5%.

Nos níveis de ensino mais elevados (3.º Ciclo, Secundário e Superior), verificamos um padrão onde encontramos sempre esta ordem crescente: São Sebastião, Azeitão e União das Freguesias de Setúbal, com as maiores percentagens de grau de ensino completo.

Inversamente, Sado e Gãmbia-Pontes-Alto da Guerra apresentam os valores mais baixos e sem grandes diferenças entre si, excetuando no grau de *Ensino Superior*, onde o valor da freguesia do Sado é de apenas 1%.

Esta análise evidencia disparidades significativas nos níveis de escolaridade entre os territórios estudados, refletindo potencialmente diferenças socioeconómicas e de acesso à educação ao longo das décadas passadas. Tais discrepâncias devem ser consideradas no planeamento e implementação de políticas públicas e intervenções sociais direcionadas para a população idosa destes territórios.

GRÁFICO Nº 46 - POPULAÇÃO COM 65 E MAIS ANOS POR SEXO E POR NÍVEL DE ENSINO COMPLETO (2021) (%)



Fonte: INE - População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário, Condição perante o trabalho e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico n.º 46 visa compreender detalhadamente os níveis de escolaridade concluídos por homens e mulheres com 65 ou mais anos.

No que respeita à ausência de escolaridade, as mulheres apresentam uma percentagem significativamente superior, com 15%, comparativamente aos homens, que registam 7,9%. Esta disparidade inicial sugere diferenças substanciais no acesso inicial à educação.

O 1.º ciclo completo destaca-se como o nível educacional mais comum, com as mulheres a representarem 49,7%, demonstrando uma participação ligeiramente superior aos homens. Este patamar educacional revela-se como o mais representativo para esta geração, indicando que uma parte significativa da população atualmente com mais de 65 anos, especialmente as mulheres não prosseguiram os estudos para além do 1.º Ciclo.

No 2.º ciclo e nos níveis de ensino subsequentes, os homens são mais representativos. No entanto, na globalidade as percentagens são baixas, variando entre os 8% (2.º Ciclo) e os 17,4% (3.º Ciclo).

Estas disparidades podem ser explicadas por fatores socioculturais das décadas de 30-60, nomeadamente a escolaridade obrigatória, em 1927, reduziu-se para 3 anos, em 1956 aumentou para 4 anos (apenas para os rapazes) e em 1960, 4 anos para ambos os sexos<sup>1</sup>. Além disso, o papel tradicional das mulheres estava frequentemente direcionado para as tarefas domésticas e o cuidado familiar, enquanto os homens tinham maior liberdade e incentivo para prosseguir estudos e carreiras profissionais. A baixa escolaridade, pode induzir privação socioeconómica, dificuldade de acesso à informação e ser um fator de exclusão social.

<sup>1</sup> - Igreja, M. A. A. (2004). A educação para a cidadania nos programas e manuais escolares de História e Geografia de Portugal e História - 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico. [Dissertação de Mestrado em Educação]. Braga: Universidade do Minho - IEP (p.120-152);

<sup>2</sup> - Cunha, V. (2005). As funções dos filhos na família. In K. Wall (Ed.), Famílias em Portugal (pp. 2-3). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

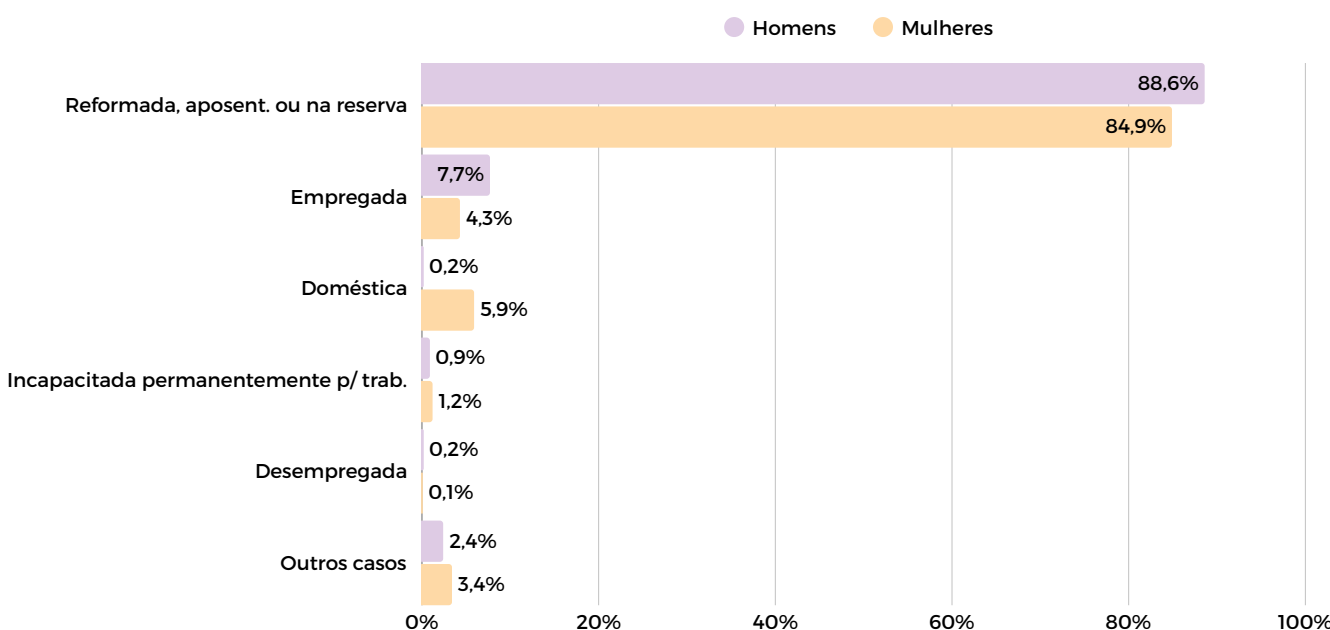
Naquela época, o trabalho infantil ainda era uma realidade para muitas famílias portuguesas, especialmente nas áreas rurais. Isso sugere que as expectativas de escolaridade para muitas crianças eram limitadas, pois a sua contribuição económica para a família era considerada necessária.<sup>2</sup>

Esta análise revela padrões educacionais que refletem as dinâmicas sociais e de género de uma geração marcada por desigualdades significativas no acesso à educação.

1) Tradicionalmente, os homens tendem a reformar-se mais tarde do que as mulheres, o que pode justificar uma maior percentagem de homens ainda ativos no mercado de trabalho, sobretudo se houver uma razão financeira para isso, como a pensão de velhice não ser suficiente para as despesas;

2) Quem opte por continuar a trabalhar por gosto, especialmente em profissões liberais ou de gestão, onde a idade não é um fator determinante para a saída do mercado de trabalho;

**GRÁFICO N.º 47 - POPULAÇÃO COM 65 OU MAIS ANOS POR SITUAÇÃO LABORAL POR SEXO (2021) (%)**

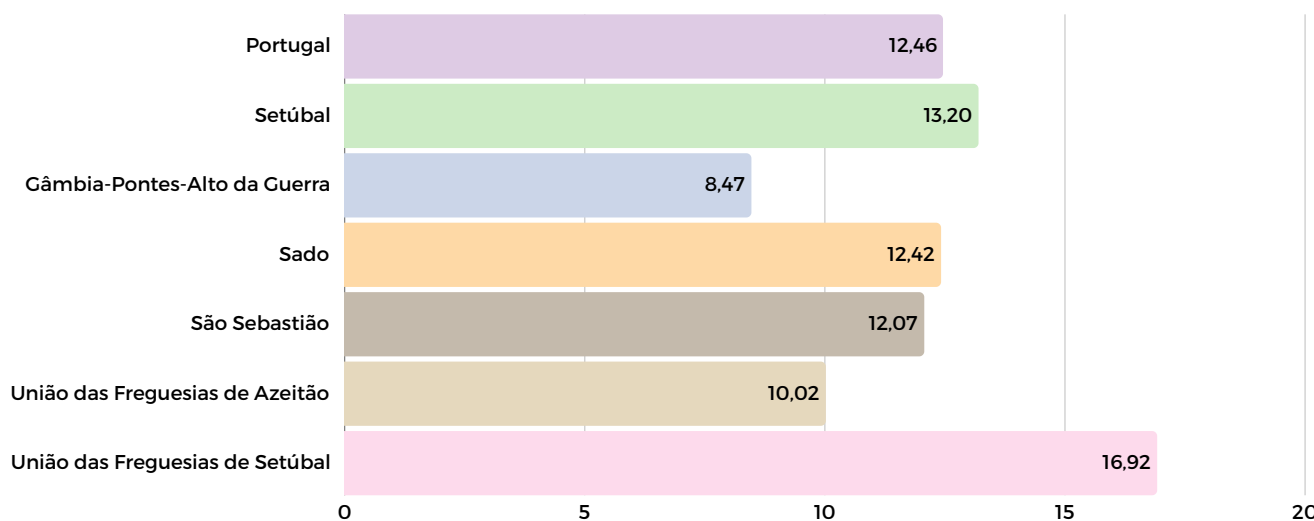


Fonte: INE - População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário, Condição perante o trabalho e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Os dados apresentados no gráfico n.º 47 confirmam que a maioria das pessoas com mais de 65 anos está *reformada, aposentada ou na reserva*, refletindo o funcionamento natural do sistema de segurança social e o enquadramento legal da idade da reforma.

A presença de 7,7% de homens e 4,3% de mulheres ainda empregados/as pode ser explicada por vários fatores:

3) A menor percentagem de mulheres empregadas pode estar relacionada com carreiras mais curtas (ex. devido a interrupções para cuidar da família) e, em alguns casos, reformas antecipadas.

**GRÁFICO Nº 48 - PROPORÇÃO DE AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS UNIPessoais COM PESSOAS DE 65 OU MAIS ANOS (2021) (%)**

Fonte: INE - *Proporção (%) de agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*

Tendo em conta o gráfico n.º 48, o concelho de Setúbal apresenta uma percentagem de 13,20%, de pessoas idosas em agregados unipessoais ligeiramente superior ao valor nacional de 12,46%.

Aprofundando a análise das diferentes freguesias do Concelho, destaca-se a União das Freguesias de Setúbal com a percentagem mais elevada de isolamento, situando-se nos 16,92%, em contraste com Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, que regista o valor mais baixo (8,47%). As restantes unidades territoriais – Sado, São Sebastião e Azeitão – apresentam valores intermédios, inferiores ao valor do Concelho e de Portugal.

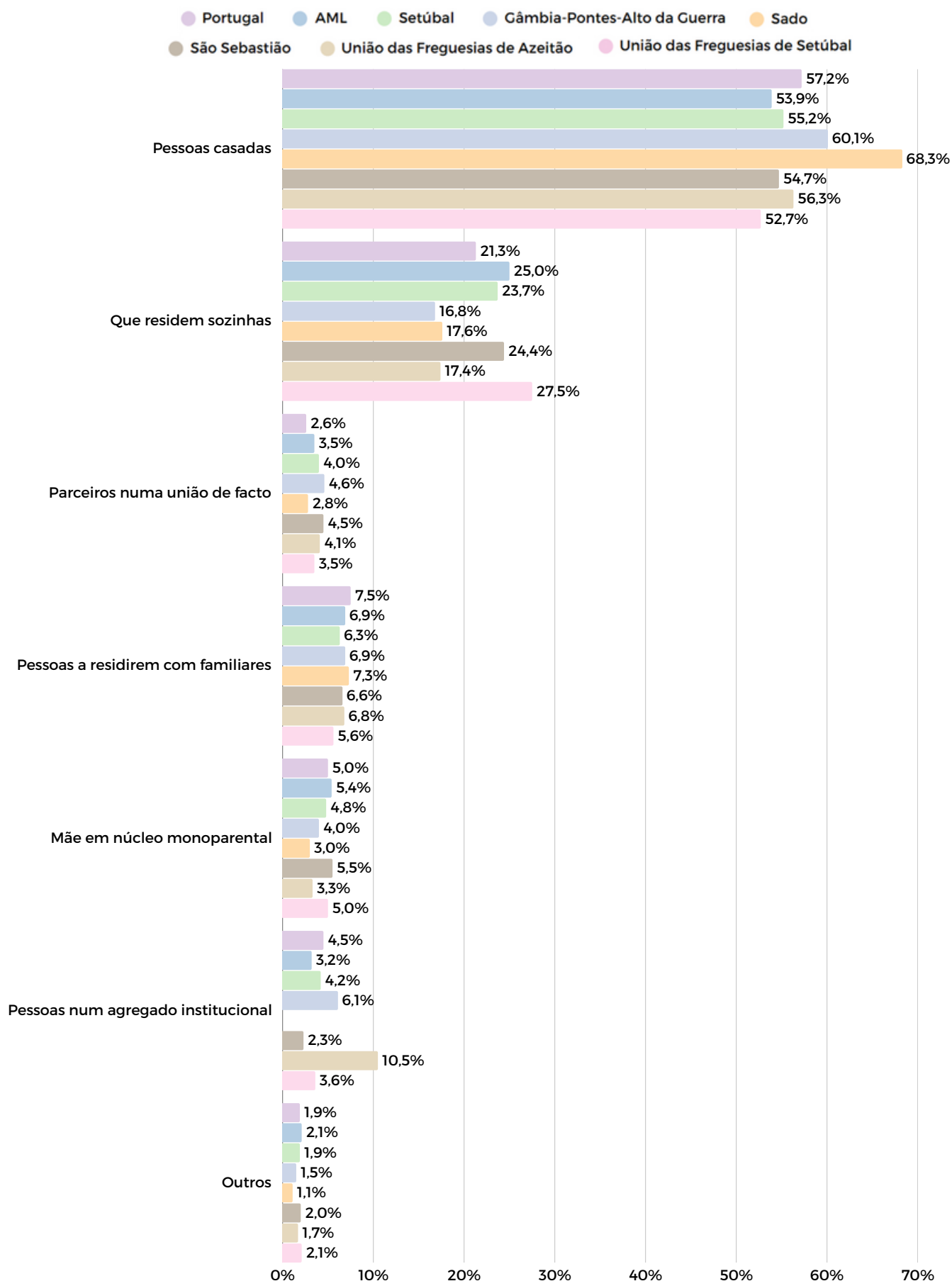
As causas subjacentes a este fenómeno de isolamento são multifatoriais, podendo relacionar-se com características demográficas, socioeconómicas e geográficas específicas. Fatores como o envelhecimento populacional, baixos

rendimentos, reduzida densidade populacional e fragilidades nas redes de apoio comunitário concorrem para a manifestação deste problema social.

*A solidão está associada a piores resultados em saúde, nomeadamente a maior prevalência de doença mental e depressão e ainda a menor longevidade, pior estado imunológico, maior risco cardiovascular, consumo de álcool, menor atividade física e maior tendência a obesidade, hipertensão arterial e níveis altos de colesterol. A população idosa que vive sozinha pode ainda apresentar maior vulnerabilidade a situações de insegurança e isolamento social.<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Coimbra & Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (s.d.). Atlas dos Municípios Saudáveis - Informações dos Indicadores. Consultado em 13 de fevereiro de 2025.

GRÁFICO Nº 49 - ESTATUTO DAS PESSOAS COM 65 OU MAIS ANOS NOS AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS (2021) (%)



Fonte: INE - População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Grupo etário e Estatuto (indivíduo no agregado doméstico privado); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico anteriormente apresentado fornece informações detalhadas sobre o estatuto das pessoas com 65 ou mais anos nos agregados domésticos privados em Portugal, na Área Metropolitana de Lisboa, no concelho de Setúbal e nas suas freguesias.

Analisando os dados, observamos que a maioria das pessoas idosas são casadas, com percentagens a variar entre 52,7% na União das Freguesias de Setúbal e 68,3% no Sado, que apresenta a taxa mais elevada, superando a média nacional de 57,2%.

As uniões de facto são mais comuns em Setúbal do que na média nacional, destacando-se as freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra (4,6%) e São Sebastião (4,5%), em comparação com 2,6% registadas a nível nacional.

Quanto aos núcleos monoparentais, as mães nesta situação são mais frequentes do que os pais em todas as áreas analisadas, com São Sebastião a apresentar a maior percentagem (5,5%), ligeiramente acima da média nacional (5%).

É significativa a proporção de pessoas que *residem sozinhas*, particularmente na União das Freguesias de Setúbal (27,5%) e na Área Metropolitana de Lisboa (25%), ambas acima da média nacional de 21,3%.

A população idosa a residir com familiares representa 6,3% a nível municipal, sendo o Sado o território com a maior percentagem (7,3%) e a União das Freguesias de Setúbal o que apresenta a menor (5,6%).

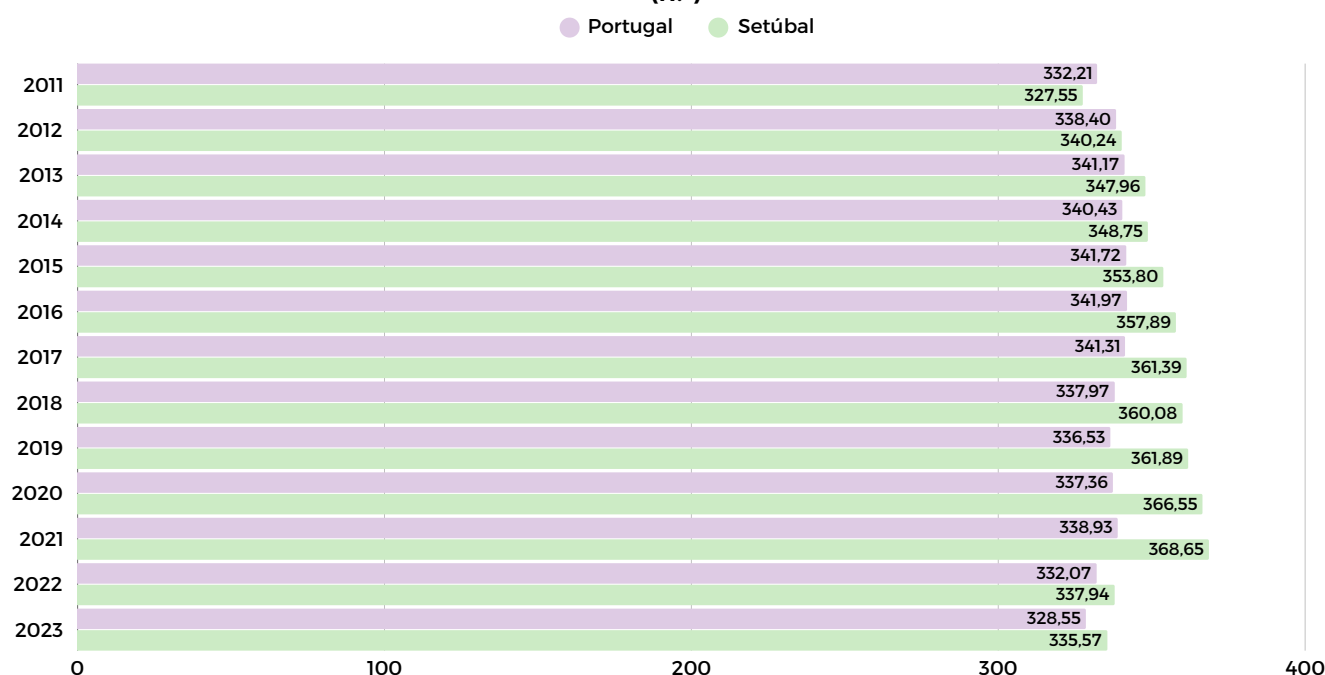
A União das Freguesias de Azeitão destaca-se pela elevada percentagem de pessoas idosas em agregados institucionais (10,5%), muito acima do valor nacional de 4,5%. Isto poderá indicar uma presença mais significativa de respostas sociais ou uma situação económica mais favorável dos indivíduos e famílias. Contrariamente, a freguesia do Sado não apresenta registos nesta categoria, o que indica a ausência de respostas sociais dirigidas a esta população.

Refira-se que os/as descendentes de núcleos não monoparentais e monoparentais, bem como pessoas a residirem apenas com não familiares, pai em núcleo monoparental e pessoas em situação de sem-abrigo têm uma reduzida expressão estatística, estando agrupados no gráfico na categoria *Outros*.

Contudo, é importante salientar que, de acordo com o INE, apenas há registo de pessoas em situação de sem-abrigo com mais de 65 anos na União das Freguesias de Setúbal, com 2 pessoas. Estes dados podem indicar uma subnotificação desta realidade.

Esta análise revela padrões distintos de composição familiar e situações de residência entre as diferentes áreas de Setúbal e em comparação com as médias nacionais e da Área Metropolitana de Lisboa, refletindo possivelmente diferenças socioeconómicas e culturais entre estas regiões.

GRÁFICO N.º 50 - PENSIONISTAS DA SEGURANÇA SOCIAL POR 1.000 HABITANTES EM IDADE ATIVA (2011 - 2023) (N.º)



Fonte: INE - Pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - Instituto de Informática

O gráfico n.º 50 apresenta o número de pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa, por local de residência, com dados anuais até 2023.

Os dados de Portugal mostram que, ao longo dos anos, o número de pensionistas por 1000 habitantes em idade ativa permaneceu relativamente estável, com pequenas variações entre 332 e 342 por 1000 habitantes. Em 2022, a taxa foi de 332,07 ‰, que é ligeiramente inferior à de 2011 (332,21 ‰), indicando uma variação pequena ao longo dessa década.

Os valores correspondentes ao concelho de Setúbal mostram um valor mais baixo que a média nacional, com uma taxa de 337,94 ‰ em 2022. Este número está abaixo da média nacional (332,07 ‰), mas com algumas variações significativas nos anos anteriores. Em 2021, por exemplo, a taxa foi muito mais alta, atingindo 368,65 ‰.

Em 2019, por exemplo, o número de pensionistas por 1000 habitantes foi 361,89, sugerindo que, até então, o concelho de Setúbal tinha uma tendência de aumento no número de pensionistas.

No concelho de Setúbal, o número de pensionistas por 1000 habitantes mostrou uma flutuação ao longo dos anos, com valores mais altos em 2021 e 2020.

Essas flutuações podem estar relacionadas com o envelhecimento populacional. A descida observada entre 2021 e 2022 pode sugerir uma estabilização ou uma melhoria no mercado de trabalho, reduzindo a dependência das pensões.

Em resumo, o concelho de Setúbal apresenta variações mais acentuadas em relação à média nacional, refletindo um cenário dinâmico influenciado por fatores demográficos, económicos e sociais.

### 3.2.3. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE

A deficiência não deve ser entendida como um atributo inerente às pessoas, mas sim como o resultado da interação entre estas e o ambiente, incluindo fatores sociais, culturais e físicos que promovem a discriminação. Grande parte das consequências da incapacidade resultam das barreiras impostas pela sociedade e não apenas das condições físicas ou mentais do indivíduo. Esta perspectiva coloca a responsabilidade sobre a sociedade para eliminar os obstáculos que comprometem a igualdade de oportunidades e a plena participação das pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

A distinção entre deficiência e incapacidade é essencial para compreender as dinâmicas de exclusão social. Enquanto a deficiência diz respeito a uma característica do indivíduo, a incapacidade reflete as limitações impostas pelo contexto social e cultural em que a pessoa está inserida. Desta forma, a sociedade tem um papel crucial na criação de ambientes inclusivos que valorizem a diversidade e permitam o pleno desempenho de todas as pessoas.<sup>1</sup>

A discriminação e o preconceito continuam a ser obstáculos significativos para esta população, manifestando-se em diversas áreas da vida social.

As barreiras variam de acordo com o tipo de deficiência ou incapacidade, mas, independentemente disso, os direitos individuais, sociais e políticos das pessoas com deficiência devem ser garantidos com base nos princípios de igualdade e dignidade.

Entre as principais vulnerabilidades enfrentadas pelas pessoas com deficiência e/ou incapacidade destacam-se a dificuldade de acesso a estruturas e recursos essenciais para a sua inclusão. Elementos do quotidiano, como escadas, elevadores ou telefones, frequentemente não são projetados com acessibilidade, limitando a autonomia e a participação social. Estas limitações, embora pareçam pequenas, refletem a falta de responsabilidade social e contribuem para perpetuar a exclusão.

Além disso, a deficiência e a incapacidade estão frequentemente associadas a baixos níveis de literacia e escolarização, muitas vezes por inadaptação das escolas para integração destas crianças/jovens, o que condiciona o acesso a oportunidades, ao exercício pleno de direitos e à participação na sociedade. Falhas na identificação precoce das necessidades das crianças com deficiência, bem como a falta de recursos humanos e técnicos especializados, agravam estas desigualdades e comprometem o desenvolvimento das suas potencialidades.

<sup>1</sup> - Conselho Económico e Social. (2008). Pessoas com Deficiência: Mobilidade, Educação e Trabalho. Parecer de Iniciativa (Aprovado no Plenário de 19 de Novembro de 2008). Lisboa.

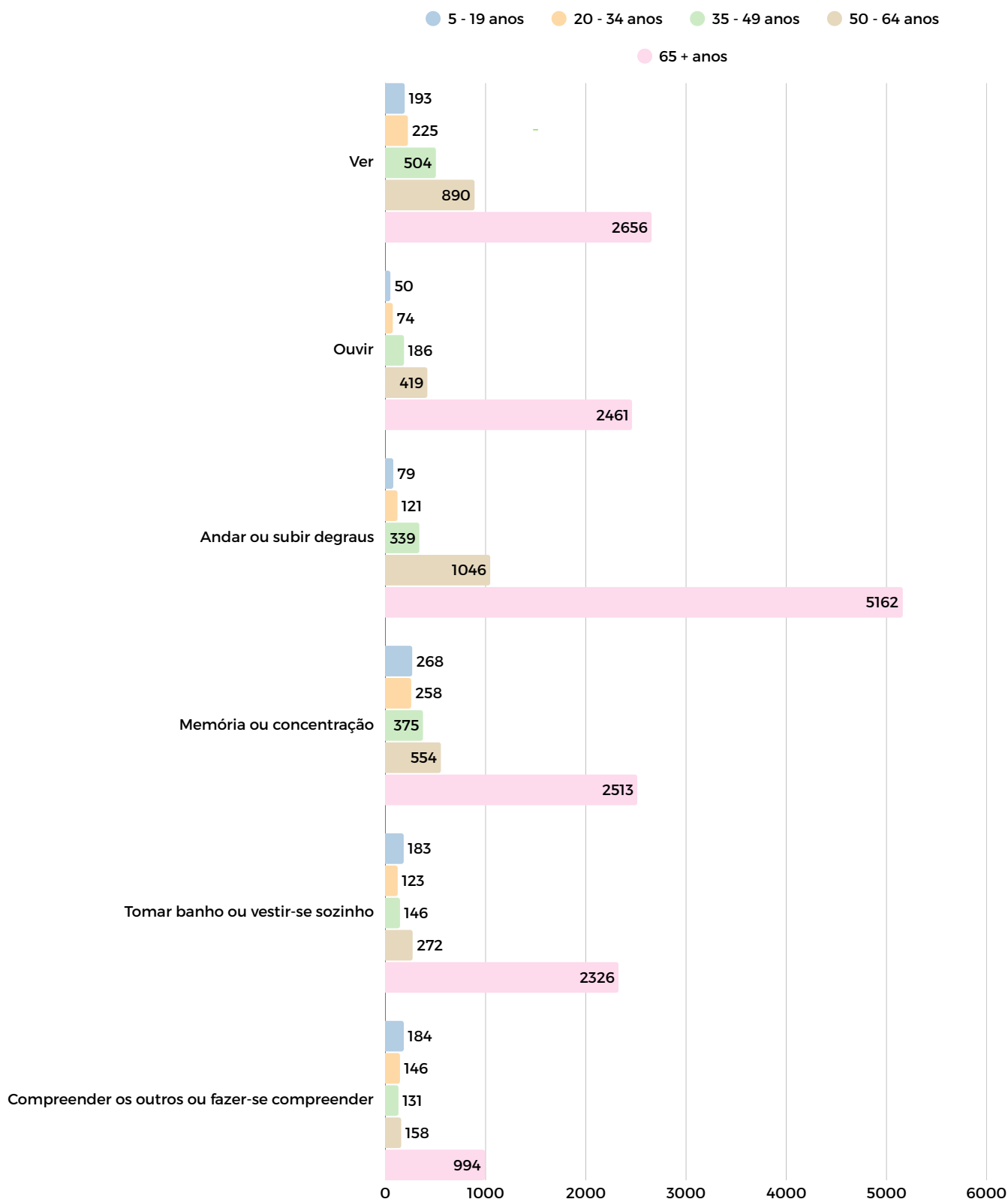
No mercado de trabalho, as taxas de emprego entre pessoas com deficiência são significativamente inferiores à média nacional. Quando conseguem inserir-se no mercado laboral enfrentam muitas vezes condições precárias, salários baixos e rendimentos familiares reduzidos. Apesar de haver um aumento nos pedidos de emprego por parte desta população, a capacidade do mercado para os absorver continua aquém das necessidades.

As famílias têm desempenhado um papel fundamental na inserção das pessoas com deficiência, mas também necessitam de apoio técnico, humano e financeiro para responder às exigências de reabilitação e promoção do bem-estar dos seus membros.

Dado o cenário descrito, é essencial que o Estado, em parceria com os diversos agentes sociais, continue a implementar políticas inclusivas que promovam a igualdade de oportunidades e combatam a discriminação. A formação ao longo da vida deve ser acessível a todas as pessoas, independentemente da sua condição, promovendo a inclusão no mercado de trabalho e a coesão social.

A inclusão das pessoas com deficiência e incapacidades é, portanto, um desafio que exige um esforço conjunto de toda a sociedade. Só através de um modelo dinâmico de cooperação entre o Estado, as famílias e os diferentes agentes sociais será possível garantir a dignidade, autonomia e igualdade de direitos desta população, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

GRÁFICO Nº 51 - POPULAÇÃO COM O GRAU “MUITA DIFICULDADE” OU “NÃO CONSEGUE EFETUAR A AÇÃO” POR TIPO DE DIFICULDADE E ESCALÃO ETÁRIO NO CONCELHO DE SETÚBAL (2021) (N.º)



Fonte: INE - Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário do indivíduo (5 anos; 90 ou mais anos), Tipo de dificuldade, Grau de dificuldade e Dimensão (indivíduos com dificuldades); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise das dificuldades enfrentadas pela população com deficiência e/ou incapacidade revela padrões significativos em relação às faixas etárias e tipos de atividades afetadas. O gráfico n.º 51 abrange seis categorias principais de dificuldades: *ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho, e compreender os outros ou fazer-se compreender.*

Observa-se uma tendência consistente na qual o escalão etário dos 65 e mais anos, apresenta a maior incidência de casos classificados como tendo *muita dificuldade* ou *não consegue efetuar a ação* em todas as categorias analisadas. Neste grupo, a dificuldade em *andar ou subir degraus* destaca-se como a limitação mais prevalente.

Entre as crianças e jovens de 5 a 19 anos, as *dificuldades de memória ou concentração* são as mais comuns, afetando 268 indivíduos.

Já na faixa dos 20 aos 34 anos, as dificuldades de *visão e memória ou concentração* são as mais frequentes.

Quanto à capacidade de *compreender e fazer-se compreender*, o grupo etário dos 35-49 anos demonstra o menor número de casos com dificuldades significativas.

Na população adulta de meia-idade (50-64 anos), nota-se um aumento considerável em todas as categorias, com destaque para as *dificuldades em andar ou subir degraus* (1046 pessoas) e *problemas de visão* (890 pessoas).

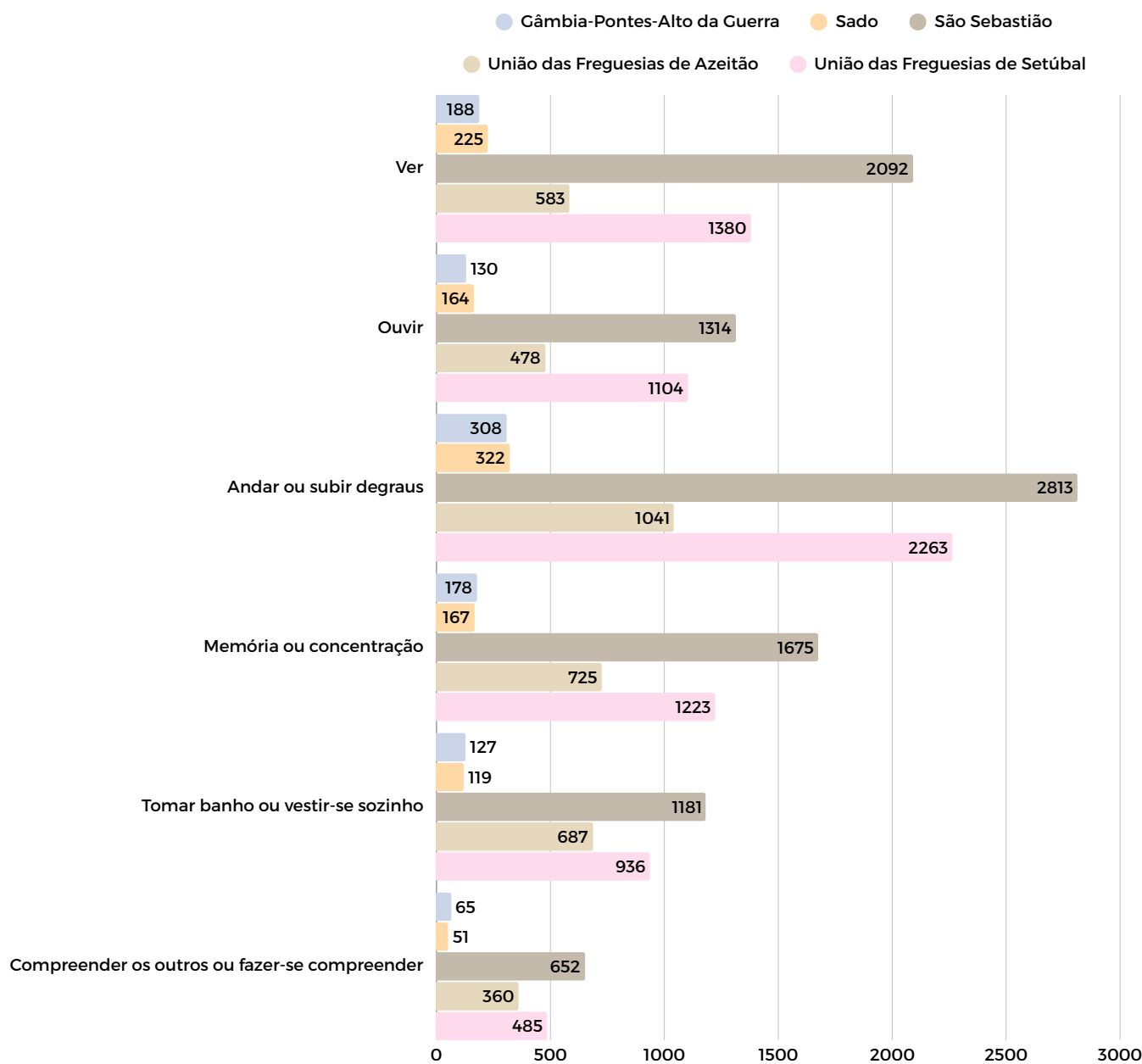
É importante salientar que a distribuição das dificuldades não

segue um padrão uniforme entre os escalões etários, variando conforme a natureza da atividade em questão. Esta heterogeneidade sugere que as intervenções e políticas de apoio devem ser adaptadas não apenas às faixas etárias, mas também às especificidades de cada tipo de dificuldade.

A análise evidencia a complexidade das necessidades da população com deficiência e/ou incapacidade, sublinhando a importância de abordagens multifacetadas e personalizadas na prestação de cuidados e no desenvolvimento de políticas de inclusão.

A concentração de dificuldades mais severas na população idosa aponta para a necessidade de reforçar os serviços geriátricos e de apoio domiciliário, enquanto as variações observadas nas faixas etárias mais jovens sugerem a relevância de programas de intervenção precoce e apoio educativo especializado.

GRÁFICO Nº 52 - POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS DE IDADE COM O GRAU “MUITA DIFICULDADE” OU “NÃO CONSEGUE EFETUAR A AÇÃO” POR TIPO DE DIFICULDADE POR FREGUESIA (2021) (N.º)



Fonte: INE - Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário do indivíduo (5 anos; 90 ou mais anos), Tipo de dificuldade, Grau de dificuldade e Dimensão (indivíduos com dificuldades); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise do gráfico n.º 52, em relação ao anteriormente analisado, permite estabelecer uma correlação entre as dificuldades enfrentadas pela população com deficiência e/ou incapacidade e a sua distribuição geográfica nos territórios do concelho de Setúbal.

Ambos os gráficos destacam as seis categorias principais de dificuldades (*ver, ouvir, andar ou subir degraus,*

*memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho, e compreender os outros ou fazer-se compreender*), mas enquanto o primeiro apresenta uma maior evidência nas faixas etárias mais afetadas, o segundo aprofunda a análise territorial.

No gráfico n.º 51 verifica-se que a faixa etária dos 65 e mais anos é a que apresenta maior incidência de dificuldades severas, especialmente

na categoria de *andar ou subir degraus*.

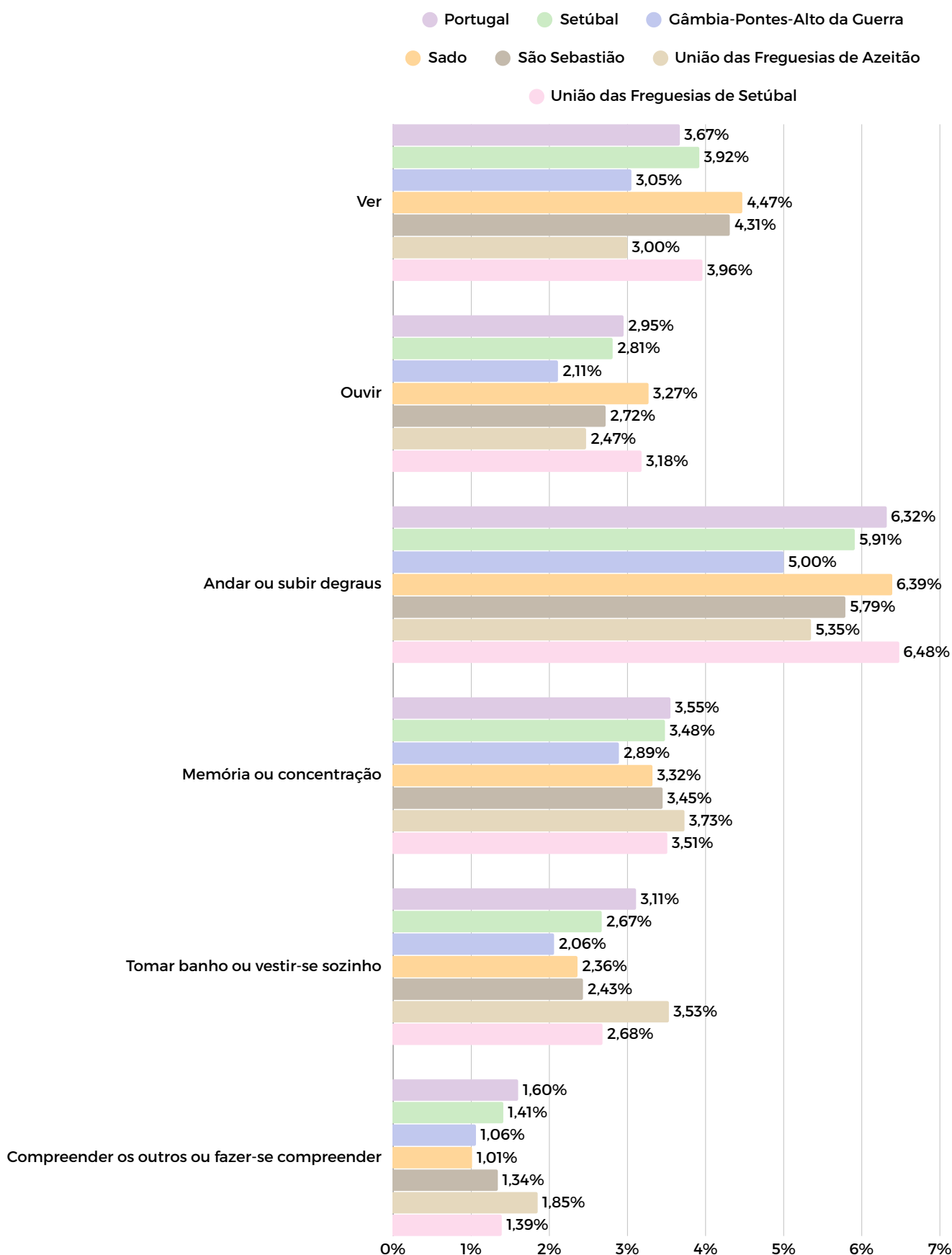
A distribuição geográfica das dificuldades funcionais em Setúbal revela uma concentração significativa na freguesia de São Sebastião. Esta freguesia, sendo a mais populosa do concelho, apresenta o maior número absoluto de residentes com limitações funcionais.

Esta tendência é corroborada pelo presente gráfico, onde territórios como Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado apresentam os valores mais baixos para as categorias de dificuldade.

Adicionalmente, a União das Freguesias de Setúbal surge em ambos os gráficos como uma área com valores elevados de dificuldades funcionais, posicionando-se consistentemente como o segundo território mais afetado após São Sebastião. Este padrão está relacionado com a dimensão populacional das freguesias.

Estas diferenças reforçam a necessidade de intervenções específicas e direcionadas, considerando tanto o perfil etário como as características territoriais. Enquanto o gráfico anterior destaca a importância de políticas adaptadas às necessidades das diferentes faixas etárias, o presente gráfico sublinha a relevância de estratégias localizadas para responder às especificidades de cada território.

GRÁFICO N.º 53 - POPULAÇÃO COM 5 OU MAIS ANOS COM O GRAU “MUITA DIFICULDADE” OU “NÃO CONSEGUE EFETUAR A AÇÃO” POR TIPO DE DIFICULDADE POR FREGUESIA (2021) (%)



Fonte: INE - Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário do indivíduo (5 anos; 90 ou mais anos), Tipo de dificuldade, Grau de dificuldade e Dimensão (indivíduos com dificuldades); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico n.º 53 apresenta dados sobre a percentagem da população com 5 ou mais anos que tem *muita dificuldade* ou *não consegue efetuar a ação* em diferentes tipos de dificuldades, por freguesia do concelho de Setúbal e em comparação com Portugal, com base nos Censos de 2021.

Analisando as diferentes dificuldades nas freguesias de Setúbal, observamos variações significativas.

Na categoria *ver*, a freguesia do Sado destaca-se com o valor mais elevado de 4,47%, enquanto a União das Freguesias de Azeitão apresenta o menor (3%). Quanto à dificuldade em *ouvir*, o Sado lidera novamente com 3,27%, contrastando com Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, que regista o valor mais baixo de 2,11%.

A dificuldade em *andar ou subir degraus* é a mais comum em todas as áreas, com a União das Freguesias de Setúbal a apresentar o valor mais alto de 6,48%, e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra o mais baixo, com 5%. No que diz respeito à *memória ou concentração*, a União das Freguesias de Azeitão tem o maior valor (3,73%), enquanto Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra tem o menor (2,89%).

No que concerne à dificuldade em *tomar banho ou vestir-se sozinho*, a União das Freguesias de Azeitão lidera novamente com 3,53%, e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra apresenta o menor valor (2,06%).

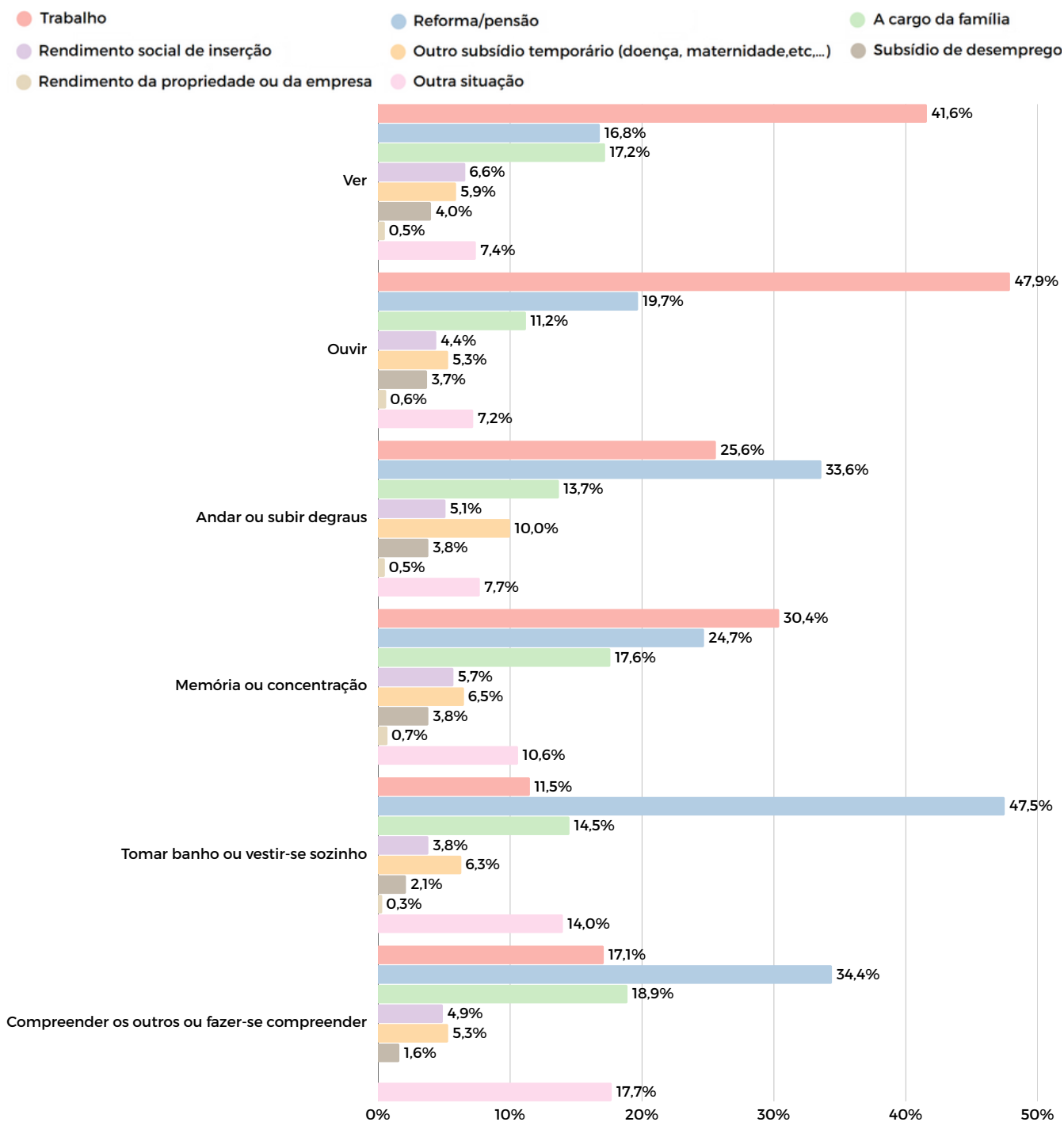
Por fim, *compreender os outros ou fazer-se compreender* é a dificuldade menos prevalente em todas as áreas, com a

União das Freguesias de Azeitão a registar o valor mais alto de 1,85% e o Sado o mais baixo, com 1,01%.

Refira-se que a freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra apresenta os menores valores em quatro das seis categorias, sugerindo uma população em proporção menos afetada por estas dificuldades. Por outro lado, a União das Freguesias de Azeitão e o Sado alternam-se com os maiores valores em diferentes categorias, indicando uma maior prevalência de dificuldades nestas áreas.

Em geral, o concelho de Setúbal apresenta percentagens próximas ou ligeiramente superiores aos valores nacionais em algumas categorias, como *ver*, mas inferiores em outras, como *andar ou subir degraus*. Estas diferenças entre as freguesias refletem características demográficas e sociais específicas de cada território, que podem estar relacionadas com fatores como o nível de envelhecimento da população, acesso a cuidados de saúde e condições socioeconómicas.

**GRÁFICO Nº 54 - PRINCIPAL FONTE DE RENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (15 AOS 64 ANOS) COM O GRAU “MUITA DIFICULDADE” OU “NÃO CONSEGUE EFETUAR A AÇÃO” POR TIPO DE DIFICULDADE NO CONCELHO DE SETÚBAL (2021) (%)**



Fonte: INE - Dificuldades (N.º) da população residente com 15 e mais anos de idade com dificuldades por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário, Fonte de rendimento, Tipo de dificuldade e Grau de dificuldade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico apresenta as principais fontes de rendimento da população em idade ativa (15-64 anos), com deficiência e/ou incapacidade, em Setúbal em 2021. Percebem-se padrões importantes sobre a situação económica e laboral das pessoas com diferentes graus de dificuldade.

Para as pessoas com dificuldades auditivas e visuais, o trabalho é a principal fonte de rendimento, com 47,9% e 41,6% respetivamente. Isto sugere uma maior integração no mercado de trabalho para estes grupos. No entanto, para pessoas com dificuldades em *andar ou subir degraus*,

a *reforma/pensão* é a fonte de rendimento mais comum (33,6%), seguida pelo trabalho (25,6%).

As pessoas com dificuldades de *memória ou concentração* têm uma distribuição mais equilibrada entre *trabalho* (30,4%) e *reforma/pensão* (24,7%). Já para aqueles com dificuldades em *tomar banho ou vestir-se sozinhos*, a *reforma/pensão* é claramente a fonte de rendimento mais representativa (47,5%), com apenas 11,5% a depender do trabalho. O mesmo acontece nas pessoas em idade ativa com dificuldade em *compreender os outros ou fazer-se compreender*, nas quais 34,4% dependem de *reforma/pensão*. 18,9% estão a *cargo da família* enquanto 17,1% *trabalham*.

Destaca-se que uma percentagem significativa de pessoas com deficiência que *depende da família* como principal fonte de rendimento, variando de 11,2% para pessoas com dificuldades auditivas a 18,9% para aquelas com dificuldade em compreender os outros ou fazer-se compreender.

O *Rendimento Social de Inserção* e outros *subsídios temporários* também desempenham um papel importante, especialmente para pessoas com dificuldades visuais e de mobilidade. Isto está em linha com os dados das fontes que indicam que as transferências sociais têm um impacto significativo na redução do risco de pobreza entre as pessoas com deficiência/incapacidade em Portugal.

Estes dados refletem as disparidades existentes no acesso ao emprego e na independência financeira entre os diferentes tipos de deficiência, sublinhando a necessidade de políticas públicas mais direcionadas para promover a inclusão laboral e o apoio adequado a estas pessoas.

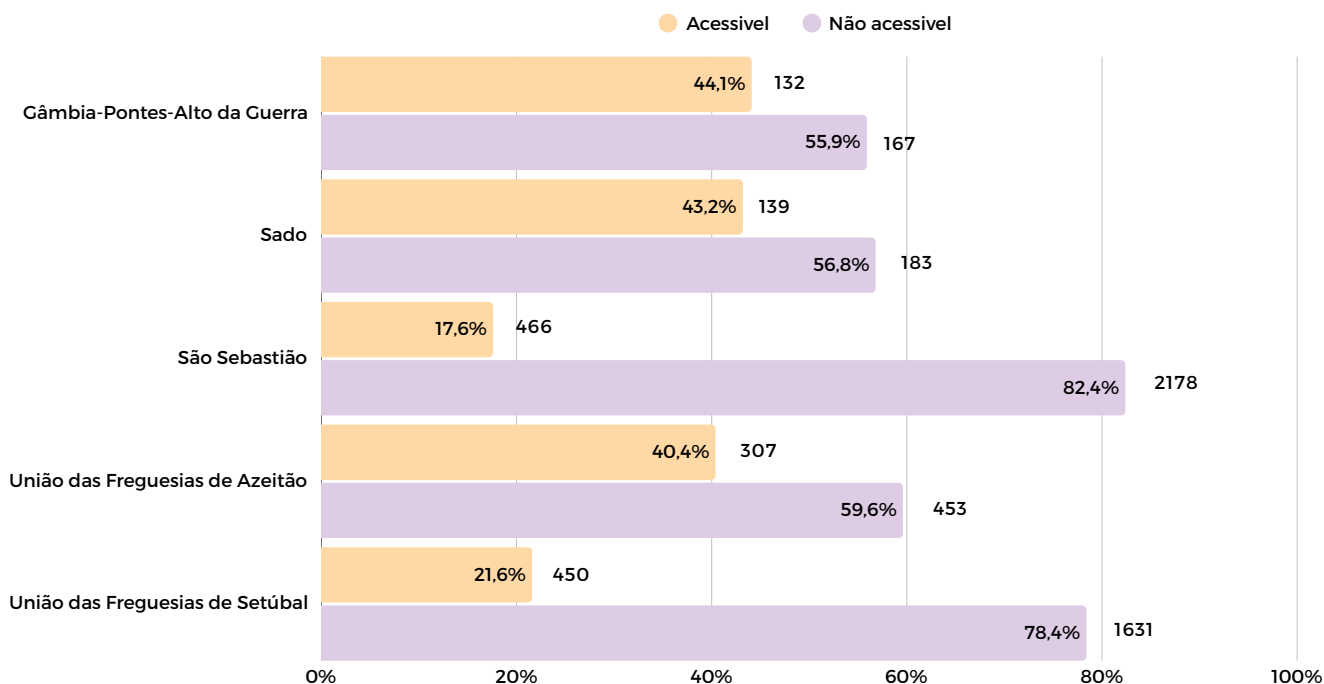
A diversidade de fontes de rendimento observada, aponta para a complexidade das necessidades económicas desta população e para a relevância de abordagens multifacetadas na promoção da sua autonomia financeira e bem-estar.

A inclusão laboral, a adaptação dos ambientes de trabalho, bem como a necessidade de um sistema de segurança social robusto, são essenciais para quem possui dificuldades que impedem a participação no mercado de trabalho.

Em Portugal, a integração laboral de pessoas com deficiência tem melhorado, com aumento nas taxas de atividade e emprego entre 2015 e 2020. Apesar disso, persistem desigualdades de género, com as mulheres a terem taxas de emprego menores que os homens. A severidade da deficiência tem impacto na empregabilidade. O desemprego diminuiu, mas é mais elevado entre mulheres. No setor privado, tem-se observado um crescimento constante na proporção de trabalhadores/as com deficiência, especialmente entre os 45 e 64 anos, indicando uma tendência positiva, mas ainda com desafios na igualdade e inclusão de pessoas com deficiência grave.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> - Pinto, P. C., Bento, S., Pinto, T. J., & Neca, P. (2023). Pessoas com Deficiência em Portugal: Indicadores de Direitos Humanos 2023. Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa

**GRÁFICO N.º 55 - RESIDENTES COM 5 OU MAIS ANOS, EM ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, QUE TÊM MUITA DIFICULDADE OU NÃO CONSEGUEM ANDAR OU SUBIR DEGRAUS, E DISPONIBILIDADE DE ENTRADA ACESSÍVEL A CADEIRA DE RODAS, POR FREGUESIA (2021) (% / N.º)**



Fonte: INE - População residente em alojamentos familiares clássicos, com 5 ou mais anos de idade com dificuldades em andar ou subir degraus (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grau de dificuldade e Entrada acessível a cadeira de rodas; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise da acessibilidade em cadeira de rodas nas habitações familiares para a população residente com 5 ou mais anos de idade, que tem *muita dificuldade ou não consegue andar ou subir degraus* revela disparidades significativas entre os diferentes territórios do concelho de Setúbal. Estes dados fornecem informações importantes sobre as condições de habitabilidade e inclusão para pessoas com mobilidade reduzida.

Em todas as freguesias analisadas, a percentagem de pessoas com dificuldades de mobilidade que residem em alojamentos sem entrada acessível a cadeiras de rodas é superior à de residentes em alojamentos acessíveis.

São Sebastião destaca-se com apenas 17,6% da população com dificuldades em *andar ou subir degraus* a residir em alojamentos com entrada acessível a

cadeiras de rodas, enquanto 82,4% vivem em alojamentos não acessíveis.

A União das Freguesias de Setúbal apresenta uma situação semelhante, com 21,6% de residentes com mobilidade reduzida em alojamentos acessíveis e 78,4% em não acessíveis.

Nestas duas freguesias, a construção em altura e a antiguidade do edificado contribuem para as elevadas percentagens de residentes em alojamentos sem entrada acessível. Muitos edifícios foram construídos antes da implementação de normas de acessibilidade, tornando difícil e dispendioso adaptá-los posteriormente.

As freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado mostram uma distribuição mais equilibrada, embora ainda insatisfatória.

Em Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, 44,1% dos residentes com dificuldades de mobilidade vivem em alojamentos acessíveis e 55,9% em não acessíveis, enquanto no Sado, 43,2% residem em alojamentos acessíveis e 56,8% em não acessíveis.

Em conformidade com os dados apresentados, conclui-se que existe uma maior dificuldade na acessibilidade nas freguesias mais urbanas, nomeadamente São Sebastião e na União das Freguesias de Setúbal. A predominância de residentes com mobilidade reduzida em habitações inacessíveis nestas freguesias sugere a necessidade urgente de políticas de reabilitação urbana e de adaptação de edifícios existentes, bem como a implementação mais rigorosa de normas de acessibilidade em novas construções.

É crucial uma intervenção concertada das autoridades locais e nacionais para melhorar a acessibilidade nas habitações familiares. Tal intervenção é fundamental para garantir a inclusão e a qualidade de vida das pessoas com mobilidade reduzida em todo o concelho de Setúbal.

A recente atenção à acessibilidade, evidenciada por projetos como o "PRR Acessibilidades 360°", indica um reconhecimento da importância desta questão.

O Programa de Intervenções em Habitações (PIH) é uma iniciativa crucial integrada na Componente 3 – Respostas Sociais, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) de Portugal.

Este programa, designado como Investimento RE-C03-i02: Acessibilidades 360°, está programado para o período de 2021-2025.

O principal objetivo do PIH é promover a acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada ou que enfrentam dificuldades no acesso e utilização das suas habitações. Para alcançar este objetivo, o programa baseia-se na aplicação das Normas Técnicas de Acessibilidade (NTA), conforme estabelecidas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua versão mais recente.

Uma meta ambiciosa do PIH é apoiar intervenções, no mínimo, em 1000 habitações. Estas intervenções são especificamente direcionadas para abordar as necessidades concretas relacionadas com as condições de deficiência de residentes, sendo um passo significativo na direção da inclusão e melhoria da qualidade de vida para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em Portugal. Ao facilitar adaptações nas habitações, contribui para uma maior independência e conforto no ambiente doméstico, alinhando-se com os objetivos mais amplos de acessibilidade e inclusão social.

### 3.2.4. MIGRANTES

A migração é um fenómeno global que envolve movimentos de pessoas com o objetivo de mudar de residência de forma permanente ou semipermanente, independentemente da distância envolvida. Este processo pode ocorrer tanto em contextos locais, como entre bairros, quanto em escalas internacionais, sendo essencial distinguir entre migração e deslocações temporárias, com critérios de tempo e distância a serem considerados.

No entanto, a complexidade da migração é amplificada pela ausência de definições claras e pela diversidade de categorias migratórias. A dificuldade em quantificar deslocações e compreender os padrões migratórios constitui um obstáculo à formulação de diagnósticos precisos, essenciais para o desenvolvimento de políticas adequadas e eficazes. Adicionalmente, a distinção entre “migrantes” e “estrangeiros” reflete desigualdades sociais e preconceitos. Enquanto migrantes são frequentemente associados a profissões indiferenciadas e a países da periferia europeia, africanos ou sul-americanos, estrangeiros são identificados como provenientes de países centrais ou com estatuto social e profissional elevado, perpetuando uma conotação negativa associada aos primeiros.

Estima-se que uma pequena percentagem da população mundial vive atualmente em países diferentes daqueles em que nasceu. Grande parte destes indivíduos migra em busca de melhores condições de vida, trabalho e dignidade, enfrentando frequentemente situações de vulnerabilidade durante o processo. Migrar a partir de contextos de emergência agrava ainda mais os riscos e desafios enfrentados por esta população.

As vulnerabilidades de migrantes manifestam-se em várias dimensões. Na área da saúde, enfrentam dificuldades de acesso a cuidados médicos, agravadas pela falta de regularização documental e barreiras linguísticas e culturais. A exploração no mercado de trabalho, muitas vezes marcada por baixos salários, ausência de contratos formais e condições precárias, é uma das principais fragilidades. Adicionalmente, a falta de equivalência nos estudos e dificuldades no reconhecimento de qualificações limitam as oportunidades de integração e ascensão profissional. No âmbito da habitação, vivem muitas vezes em condições insalubres ou em áreas periféricas devido à dificuldade de acesso a habitações dignas.<sup>1 2 3</sup>

<sup>1</sup> - Rodrigues, D., Correia, T., Pinto, I., Pinto, R., & Cruz, C. (2014). Um Portugal de Imigrantes: exercício de reflexão sobre a diversidade cultural e as políticas de integração. *Da Investigação às Práticas: Estudos De Natureza Educacional*, 4(1), 82-105.

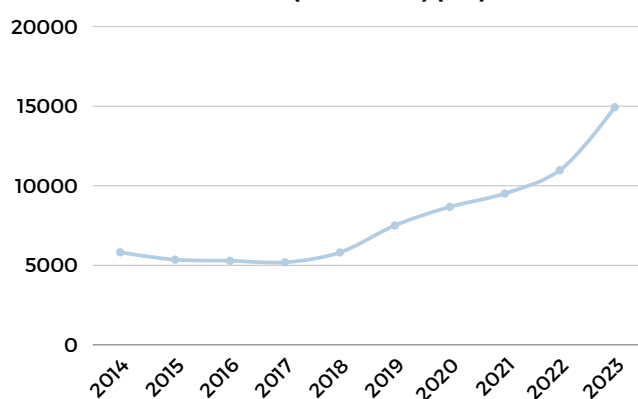
<sup>2</sup> - Padilla, B., & Ortiz, A. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. *Balanços e desafios. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 20, 159-184.

<sup>3</sup> - Eurocid. (Última atualização: dezembro de 2022). *Imigração e emigração em Portugal*. - Consultado a 26/03/2025

A regularização de documentação constitui outra dimensão crítica, com processos muitas vezes morosos e burocráticos, que deixam as pessoas migrantes numa situação de insegurança jurídica e social. A ausência de acesso pleno aos direitos sociais, incluindo educação e segurança social, agrava as condições de desigualdade e exclusão.

Perante este panorama, torna-se essencial que os sistemas de acolhimento e proteção social sejam fortalecidos, adotando políticas inclusivas que reconheçam as especificidades e desafios enfrentados por migrantes. O reconhecimento do contributo positivo da migração para as sociedades de acolhimento, aliado a uma abordagem baseada nos direitos humanos, é fundamental para promover a integração, combater a discriminação e garantir condições de vida dignas a esta população.

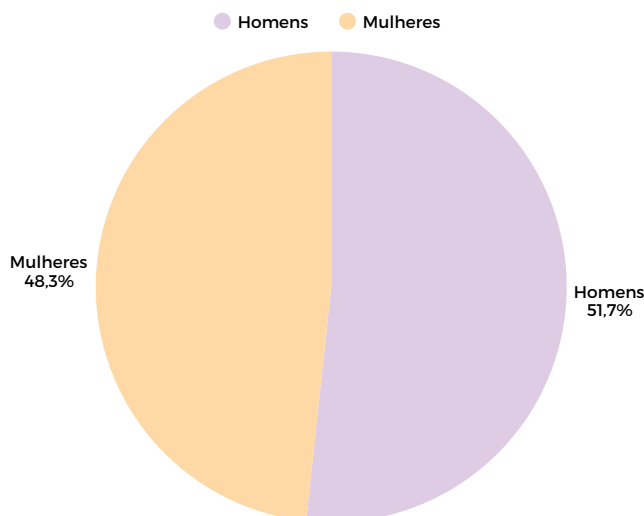
**GRÁFICO N.º 56 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE NO CONCELHO DE SETÚBAL (2014-2023) (N.º)**



Fonte: INE - População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Nacionalidade (Grupos de países); Anual - INE, População estrangeira com estatuto legal de residente

A análise dos gráficos referentes à população estrangeira com estatuto legal no concelho de Setúbal revela uma evolução significativa ao longo da última década. Observa-se uma tendência de crescimento acentuado no número de regularizações de

**GRÁFICO N.º 57 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE NO CONCELHO DE SETÚBAL POR SEXO (2023) (N.º)**



Fonte: INE - População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Nacionalidade (Grupos de países); Anual - INE, População estrangeira com estatuto legal de residente

documentação, particularmente acentuada a partir de 2018, até 2023.

Entre 2014 e 2017, verificou-se um período de relativa estagnação no número de pessoas estrangeiras com estatuto legal. Contudo, a partir de 2017, iniciou-se uma trajetória ascendente marcada, culminando num aumento substancial até 2023. Este fenómeno pode ser atribuído a diversos fatores, tais como mudanças nas políticas de imigração, maior eficiência nos processos de regularização de documentação, ou um aumento efetivo do fluxo migratório para o concelho.

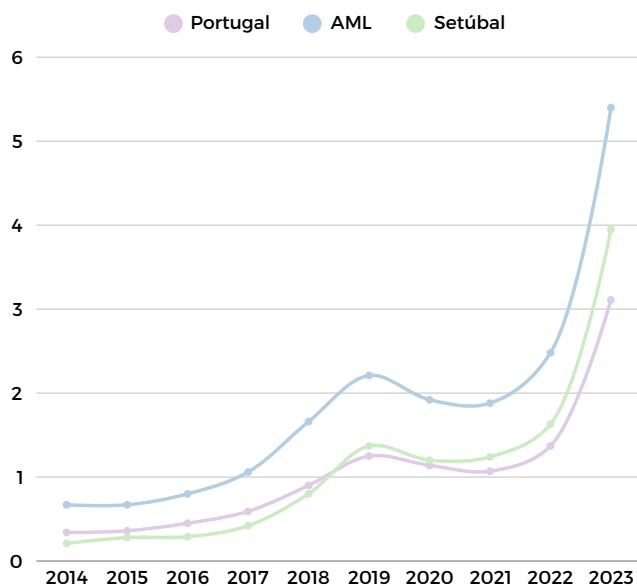
Quanto à distribuição por sexo da população estrangeira com estatuto legal, constata-se uma ligeira predominância masculina, com 51,7% do total, face a 48,3% de mulheres. Apesar desta diferença, a disparidade entre sexos não se afigura significativa, sugerindo um equilíbrio relativo na composição demográfica

de imigrantes que conseguiram regularizar a documentação.

A correlação entre o aumento expressivo das legalizações do estatuto e a distribuição equilibrada entre sexos, pode indicar uma tendência para a imigração familiar ou uma evolução nas oportunidades de trabalho que atraem de forma relativamente equitativa homens e mulheres para o Concelho.

Este padrão pode ter implicações importantes para as políticas de integração e o planeamento de serviços públicos em Setúbal, requerendo uma abordagem que considere as necessidades específicas de uma população estrangeira em crescimento e diversificada em termos de sexo.

**GRÁFICO Nº 58 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA QUE SOLICITOU ESTATUTO DE RESIDENTE POR 100 HABITANTES (2014 - 2023) (N.º)**



Fonte: INE - População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, População estrangeira que solicitou estatuto de residente

O gráfico n.º 58 apresenta a evolução do número de pessoas estrangeiras que solicitaram estatuto de residente por 100 habitantes em Portugal, na Área Metropolitana de Lisboa e em Setúbal, entre 2014 e 2023. Observa-se um crescimento significativo nas três áreas, com Portugal passando de 0,34 solicitações por 100 habitantes, em 2014, para 3,11 em 2023. A Área Metropolitana de Lisboa manteve-se consistentemente acima da média nacional, aumentando de 0,67 em 2014 para 5,40 em 2023. Setúbal, inicialmente, abaixo da média nacional, ultrapassou-a a partir de 2019, atingindo 3,95 solicitações por 100 habitantes em 2023. Destaca-se um aumento acentuado entre 2022 e 2023 em todos os territórios.

**TABELA Nº 17 - QUOCIENTE DE LOCALIZAÇÃO<sup>1</sup> DA POPULAÇÃO RESIDENTE ESTRANGEIRA (2011 E 2021) (N.º)**

	2011	2021
Portugal	1	1
Área Metropolitana de Lisboa	1,93	1,69
Setúbal	1,5	1,32
Câmbia-Pontes-Alto da Guerra	0,64	0,52
Sado	1,13	0,67
São Sebastião	1,72	1,44
União das Freguesias de Azeitão	0,86	0,87
União das Freguesias de Setúbal	1,69	1,63

Fonte: INE - Quociente de localização da população residente estrangeira (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

De acordo com a tabela n.º 17, o concelho de Setúbal, possui um quociente de localização<sup>1</sup> superior a Portugal, de 1,32, ou seja, existe uma maior concentração de pessoas imigrantes neste território em

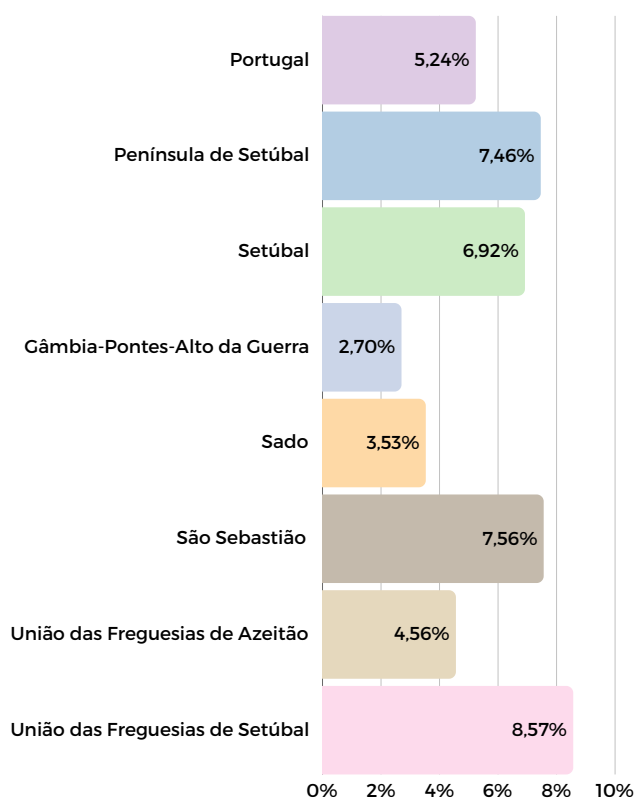
<sup>1</sup> - O Quociente de Localização da população estrangeira é uma medida de localização, no sentido em que permite avaliar o peso relativo da população estrangeira numa determinada região sobre o peso dessa população em termos nacionais. No cálculo do QL é comparada a importância relativa da população estrangeira na região, com a importância que essa mesma população tem numa região padrão, neste caso o nacional. A fórmula de cálculo do QL deixa implícita a leitura dos resultados da seguinte forma: valores inferiores a 1 significam um peso da população estrangeira na região inferior à expressão dessa população em termos nacionais, enquanto valores superiores a 1 significam maior peso dessa população na região do que em termos nacionais. (INE)

comparação com Portugal. Refira-se que dentro do concelho de Setúbal existem disparidades significativas na concentração populacional de imigrantes, como na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, com um valor de 0,52 e do Sado 0,67, em 2021. Estes valores contrastam com a União das Freguesias de Setúbal (1,63) e São Sebastião (1,44).

regista uma percentagem superior à média nacional, com 7,46% de população de nacionalidade estrangeira.

Analisando o concelho de Setúbal, observa-se que a percentagem de população estrangeira (6,92%) é ligeiramente inferior à da Península de Setúbal, mas ainda assim superior à média nacional.

**GRÁFICO N.º 59 - POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA (2021) (%)**



Fonte: INE - *Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Sexo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*

O gráfico n.º 59 fornece informações sobre a percentagem de população residente de nacionalidade estrangeira em diferentes regiões de Portugal, com foco especial no concelho de Setúbal e suas freguesias.

A nível nacional, Portugal apresenta uma percentagem de 5,24%. A Península de Setúbal, por sua vez,

Entre as freguesias de Setúbal, destaca-se a União das Freguesias de Setúbal com a maior percentagem de população estrangeira, atingindo 8,57%. Segue-se São Sebastião com 7,56%. Ambas superam a média do Concelho e a nacional.

Por outro lado, as freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado apresentam as menores percentagens de população estrangeira, com 2,70% e 3,53% respetivamente, ficando significativamente abaixo da média nacional e do Concelho.

A União das Freguesias de Azeitão situa-se numa posição intermédia, com 4,56% de população estrangeira, um valor inferior à média nacional, mas superior às freguesias com menor presença desta população.

Esta distribuição desigual da população residente de nacionalidade estrangeira entre as freguesias de Setúbal, sugere a existência de fatores locais que podem influenciar a concentração de imigrantes nas freguesias mais urbanas, como oportunidades de emprego, habitação ou redes sociais estabelecidas.

TABELA N.º 18 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE NO CONCELHO DE SETÚBAL (2014 - 2023) (N.º) E VARIACÃO (%)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Var. (%) 2014-2023
Brasil	2078	1837	1726	1629	1938	2980	3819	4423	5327	7567	264%
Angola	442	395	371	347	365	447	505	534	685	1249	183%
Cabo Verde	647	578	573	528	504	532	518	495	499	663	2%
Roménia	569	553	588	614	714	785	774	764	722	634	11%
China	273	258	276	261	275	308	297	323	349	363	33%
Ucrânia	543	506	487	429	372	351	349	346	322	304	-44%
R.U. da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	46	47	52	56	89	134	183	162	229	251	446%
Moldávia (República da)	275	217	188	154	135	141	151	141	150	160	-42%
São Tomé e Príncipe	37	27	30	32	27	33	40	41	45	121	227%
Guiné Bissau	98	77	70	69	64	69	68	67	85	95	-3%
Outros países	807	859	926	1069	1324	1727	1970	2213	2562	3528	337%
<b>TOTAL</b>	<b>5815</b>	<b>5354</b>	<b>5287</b>	<b>5188</b>	<b>5807</b>	<b>7507</b>	<b>8674</b>	<b>9509</b>	<b>10975</b>	<b>14935</b>	<b>157%</b>

Fonte: INE - População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) e Nacionalidade; Anual - INE, População estrangeira com estatuto legal de residente

A tabela n.º 18, sobre os dados de imigração em Setúbal entre 2014 e 2023, revela um aumento significativo no número total de imigrantes, passando de 5815 em 2014 para 14 935 em 2023, representando um crescimento de 157%.

O *Brasil* destaca-se como o país de origem com maior número de imigrantes, apresentando um aumento expressivo de 264% no período, passando de 2078 em 2014 para 7567 em 2023.

*Angola* e *Cabo Verde* também se destacam entre os países africanos de língua portuguesa, mas com crescimentos diferenciados de 183% e 2%, respetivamente.

Entre os países europeus, o *Reino Unido* apresentou o maior crescimento percentual, com um aumento de 446%, embora em números absolutos ainda seja menor que outros grupos.

A *Roménia* manteve uma presença

significativa, com um crescimento de 11%.

Refira-se ainda, a diminuição no número de imigrantes de alguns países, como a *Ucrânia* (-44%) e a *Moldávia* (-42%). Por outro lado, a *China* apresentou um crescimento moderado de 33%.

A categoria *outros países* teve um aumento expressivo de 337%, indicando uma diversificação das origens de imigrantes em Setúbal. Na tabela n.º 19 serão discriminadas as nacionalidades englobadas nesta categoria do INE, com base nos dados disponíveis do antigo SEF.

Em suma, os dados revelam uma tendência de crescimento e diversificação da população imigrante em Setúbal ao longo da última década, com destaque para o aumento significativo de pessoas de nacionalidade brasileira.

**TABELA N.º 19 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE NO CONCELHO DE SETÚBAL EM 2014 E 2021 (N.º) E VARIACÃO (N.º) DE ALGUNS PAÍSES PROVENIENTES DA CATEGORIA 'OUTROS PAÍSES' DO INE (MAIS REPRESENTATIVOS)**

	2014	2021	Var. (N.º)
Itália	49	370	321
França	54	274	220
Espanha	101	139	38
Bulgária	108	121	13
Alemanha	53	117	64
Nepal	1	108	107
Rússia	78	100	22
Índia	16	73	57
Países Baixos	20	72	52
Moçambique	39	69	30
Estados Unidos da América	4	61	57
Bélgica	33	58	25
Paquistão	9	47	38
Suíça	7	41	34
Venezuela	7	29	22
Bangladesh	2	28	26
Marrocos	7	26	19
Polónia	7	26	19
Síria	3	25	22
Tunísia	2	24	22
Irlanda	3	22	19

Fonte: SEFSTAT - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

A análise da tabela n.º 19 revela um aumento significativo na população estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal entre 2014 e 2021, discriminando os países da categoria *outros países*, utilizada pelo INE.

Considerando estes países, todos com mais de 20 residentes em Setúbal em 2021, a *Itália* sobressai como o país com o maior aumento absoluto, passando de 49 residentes em 2014 para 370 em 2021, um acréscimo de 321 pessoas. *França* segue em segundo lugar, com um aumento de 220 residentes, atingindo 274 em 2021.

Países como *Nepal*, *Índia* e *Estados Unidos da América* apresentaram crescimentos notáveis. O *Nepal*, por exemplo, passou de apenas 1 residente em 2014 para 108 em 2021, um aumento de 107 pessoas. A *Índia* e os *Estados Unidos* tiveram um crescimento idêntico de 57 residentes cada.

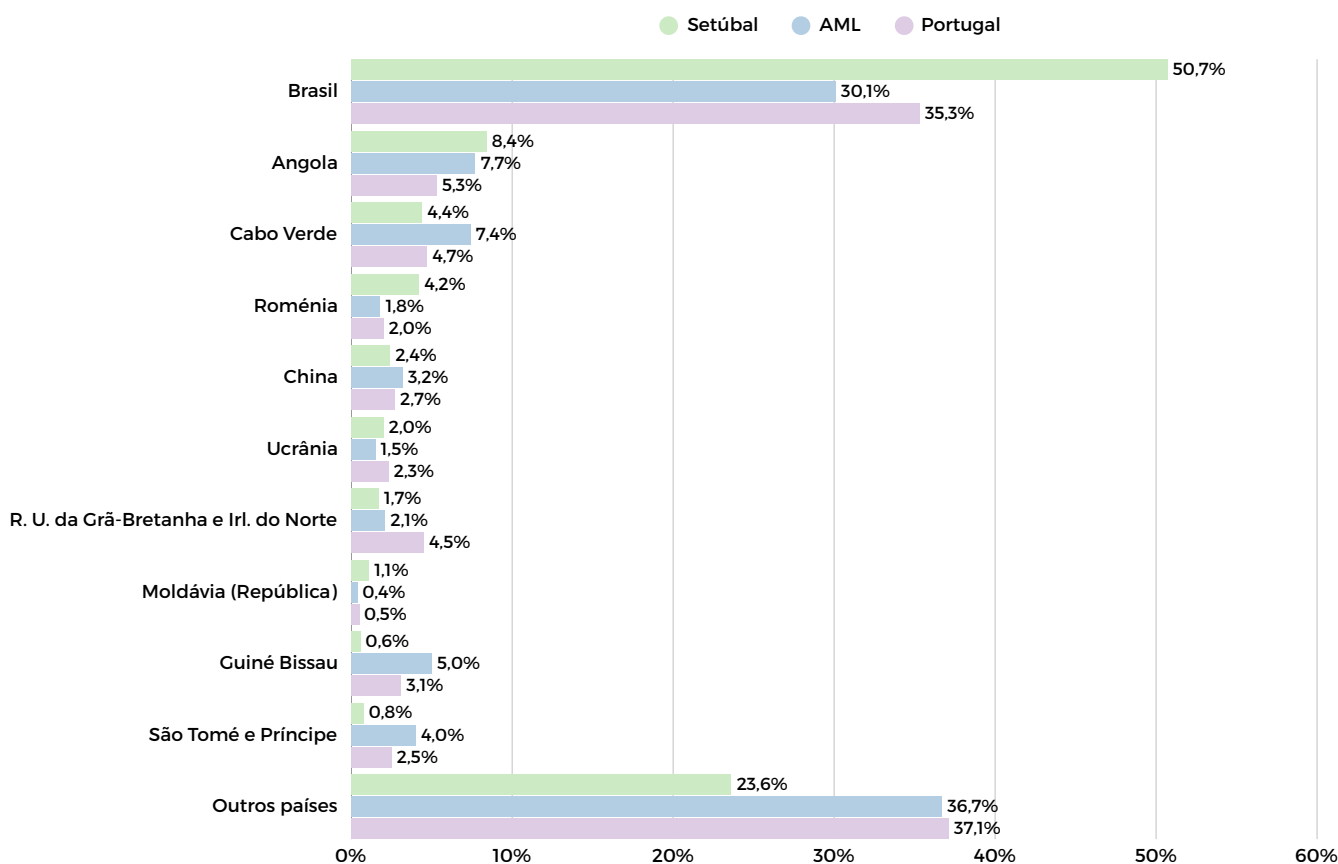
Alguns países europeus também registraram aumentos significativos. A *Alemanha* teve um acréscimo de 64 residentes, enquanto os *Países Baixos* aumentaram em 52. *Espanha*, apesar de ser um país vizinho, teve um crescimento mais modesto de 38 residentes.

Salienta-se o surgimento de comunidades de países que tinham pouca representação em 2014. *Bangladesh*, por exemplo, passou de 2 para 28 residentes, enquanto a *Síria* aumentou de 3 para 25.

Estes aumentos podem refletir mudanças nas dinâmicas migratórias globais e nas políticas de acolhimento de Portugal.

O crescimento observado nestes países, da categoria *outros países* do INE, alinha-se com a tendência geral de aumento da população estrangeira em Portugal. Em 2022, o país registrou 781.915 cidadãos/ãs estrangeiros/as com autorização de residência, um aumento de 11,9% em relação a 2021.

GRÁFICO N.º 60 - PROPORÇÃO DE CADA NACIONALIDADE DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE EM CADA UNIDADE TERRITORIAL (2023) (%)



Fonte: INE - População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) e Nacionalidade; Anual - INE, População estrangeira com estatuto legal de residente

Este gráfico revela a distribuição das nacionalidades estrangeiras na população do concelho Setúbal, na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e em Portugal, com foco nas proporções relativas de cada país.

No concelho de Setúbal, o *Brasil* destaca-se com uma proporção de 50,7%, o que indica que a maioria da população estrangeira no Concelho é proveniente deste país. Este número é muito superior à percentagem nacional de 35,3% e à da AML, que é de 30,1%. Isto pode refletir uma maior concentração de pessoas de nacionalidade brasileira na região de Setúbal, seja por questões de migração recente ou por fatores históricos.

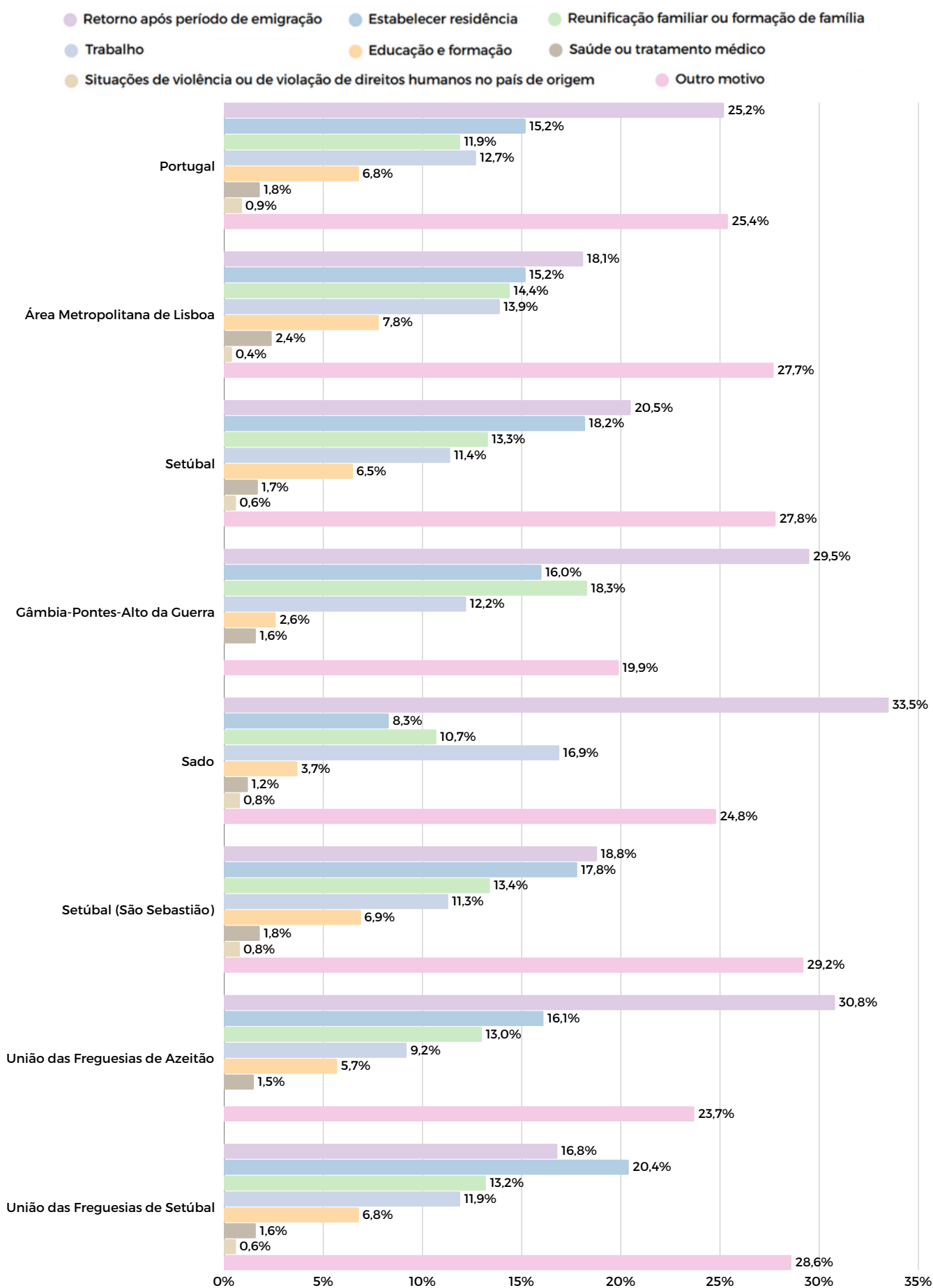
*Angola*, com 8,4%, também representa uma fatia significativa, acima da média nacional de 5,3% e da AML de

7,7%. A presença de outras nacionalidades como *Cabo Verde*, *Roménia* e *China* é mais modesta, com percentagens que refletem padrões observados em Portugal.

Por fim, a categoria *outros países* representa uma proporção significativa em todas as áreas, sendo mais elevada a nível nacional (37,1%) e na Área Metropolitana de Lisboa (36,7%), o que indica uma diversidade considerável de nacionalidades além das principais listadas.

A variedade de nacionalidades tende a ser maior na AML devido à sua maior urbanização, potencial de empregabilidade, proximidade de instituições como as embaixadas e redes comunitárias estabelecidas, atraindo um espectro mais amplo de imigrantes.

GRÁFICO Nº 61 - MOTIVO DE ENTRADA EM PORTUGAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE APÓS 2010 (2021) (%)



Fonte: INE - População residente que entrou em Portugal após 2010 (N.) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário e Motivo de entrada em Portugal; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico n.º 61 apresenta os motivos de imigração para Portugal, com foco na Área Metropolitana de Lisboa e, mais especificamente, em Setúbal e nas suas freguesias.

Em Portugal, o principal motivo de imigração é o *retorno após um período de emigração*, representando 25,2% dos casos.

Este valor é seguido de perto pela categoria *outro motivo* com 25,4%. O estabelecimento de residência (15,2%), trabalho (12,7%) e *reunificação familiar ou formação de família* (11,9%) também são motivos significativos.

Na Área Metropolitana de Lisboa, o padrão é ligeiramente diferente, com *outro motivo* sendo a razão mais comum (27,7%), seguido pelo *retorno após emigração* (18,1%).

No concelho de Setúbal, o *retorno após emigração* (20,5%) e o *estabelecimento de residência* (18,2%) são os motivos mais frequentes.

As freguesias do concelho de Setúbal apresentam variações significativas. Sado tem a maior percentagem de *retorno após emigração* (33,5%), enquanto a União das Freguesias de Setúbal tem a maior percentagem de *estabelecimento de residência* (20,4%).

O motivo *trabalho* regista a maior percentagem na freguesia do Sado (16,9%) relativamente às restantes freguesias.

A freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra é onde se regista a maior percentagem de *reunificação familiar ou formação de família* (18,3%).

Motivos como *educação e formação* (6,5%), *saúde ou tratamento médico* (1,7%), e *situações de violência ou violação de direitos humanos no país de origem* (0,6%) representam percentagens menores no concelho de Setúbal.

A categoria *outro motivo* sobressai nos padrões de imigração, apresentando uma percentagem significativa nos territórios analisados; seria relevante aprofundar a investigação para compreender quais são, especificamente.

Esta categoria representa a maior percentagem de motivos em várias áreas analisadas, superando razões mais comuns como o retorno após emigração ou a reunificação familiar. Em Portugal, *outro motivo* corresponde a 25,4% dos casos, ligeiramente acima do retorno após emigração (25,2%).

Na Área Metropolitana de Lisboa e em Setúbal, esta percentagem é ainda mais expressiva, atingindo 27,7% e 27,8%, respetivamente.

A elevada representatividade desta categoria sugere uma grande diversidade de razões para a imigração que não se enquadram nas opções predefinidas pelo INE. Isto pode incluir motivos como a procura por melhor qualidade de vida, maior proveito da reforma em Portugal, empreendedorismo, razões culturais ou linguísticas, casamentos internacionais ou simplesmente a procura de novas experiências.

## SEI - SETÚBAL, ETNIAS E IMIGRAÇÃO

O SEI - Setúbal, Etnias e Imigração - é o serviço municipal especializado nos fenómenos migratórios e multiculturais, criado em 2004, tendo como missões o acolhimento e integração de migrantes, bem como a promoção da interculturalidade, diversidade e cidadania. É constituído por uma equipa multicultural e multidisciplinar, que efetua atendimento, informação e encaminhamento de pessoas migrantes; promove iniciativas interculturais diversas, a participação e exercício da cidadania da população estrangeira; e presta apoio ao movimento associativo ligado às questões das migrações.

Na tabela n.º 20, retirada de documentação facultada pelo próprio SEI, é possível observar as variações ao longo dos anos no volume de pedidos por parte de utentes a este serviço.

Em 2021, o SEI providenciou 1326 atendimentos e teve um total de 305 novas/os utentes.

De acordo com os dados atualizados, em 2024 efetuou 1725 atendimentos e recebeu 492 novas/os utentes, existindo uma tendência de crescimento.

As principais dificuldades apontadas pelas pessoas que beneficiaram do atendimento e acompanhamento deste serviço prenderam-se com:

- Assuntos relacionados com a regularização de documentos (AIMA);
- Assuntos consulares;
- Assuntos relativos à Segurança Social (ex. NISS e prestações sociais);
- Assuntos relativos às Finanças;
- Assuntos do IRN (Instituto de Registos e Notariado);
- Educação (ex. matrículas de crianças/jovens menores de idade);
- Retorno voluntário;
- Registo de menores de idade;
- Lei e pedidos de nacionalidade;
- Acesso à Saúde (ex. atribuição de número de utente do SNS).

TABELA Nº 20 - DADOS DE ATENDIMENTO DIRETO - SEI - SETÚBAL, ETNIAS E IMIGRAÇÃO 2021-2024 (Nº)

	2021	2022	2023	2024	Total
Nº total de atendimentos	1326	2208	1823	1725	7082
Novos utentes (pessoas que dirigiram pela primeira vez ao serviço)	305	360	380	492	1537

Fonte: Câmara Municipal de Setúbal - SEI - Setúbal, Etnias e Imigração

As nacionalidades mais prevalentes nestes atendimentos foram as provenientes dos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo-verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Itália, França, Roménia, Espanha, Rússia, Moldávia e, por fim, Ucrânia.

O SEI aponta constrangimentos para pessoas e serviços, com que se depara no exercício das suas funções:

- Morosidade para regularização de documentação;
- Tempos de espera alargados para aceder aos serviços;
- Encaminhamentos desadequados por parte de entidades;
- Desconhecimento da legislação em vigor;
- Estereótipos e preconceitos associados a pessoas imigrantes;
- Sobrecarga de profissionais devido à burocracia e à complexidade das situações.

### 3.2.5. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

De acordo com a Nova Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024<sup>1</sup>), a condição destas pessoas pode subdividir-se em duas problemáticas: (1) aquelas que se encontram sem-teto, a viver no espaço público, temporariamente em abrigo de emergência ou local precário, e (2) aquelas que se encontram sem-casa, em alojamento temporário.

De acordo com a Nova ENIPSSA, o país tem experienciado um aumento considerável no número de pessoas em situação de sem-abrigo: em 2023 contabilizaram-se 13 128 pessoas sem-teto e sem-casa (um aumento de 2355 pessoas face a 2022).

A multidimensionalidade deste fenómeno exige medidas e respostas mais robustas, assim como um papel mais proativo dos serviços regionais e locais, para que as pessoas sejam retiradas desta situação, sendo igualmente evitado o seu regresso a esta condição.

Em 2023 obtiveram habitação permanente 987 pessoas, que saíram da condição de sem-abrigo. Esta condição tem uma predominância de indivíduos de nacionalidade portuguesa do sexo masculino, adultos e solteiros, com baixa escolaridade, subsistindo precariamente através de prestações sociais (ex. RSI).

Na sua maioria, transitaram para esta situação em consequência de falta de rede de suporte, desemprego e/ou emprego precário, comportamentos aditivos e dependências, e insuficiência económica. No entanto, os dados nacionais demonstram que existe um número significativo de mulheres nesta condição e, em alguns contextos geográficos, jovens, casais e pessoas idosas.

O acesso à habitação permanente ou respostas habitacionais de longa duração (ex. *Housing First*) é fundamental para uma inclusão plena destas pessoas e sua autonomização, evidenciando-se no entanto falta de respostas nesse sentido, bem como ausência, em alguns territórios, de respostas de acolhimento. Nessa continuidade, a ENIPSSA incide sobre a construção de respostas estruturais e de abordagens centradas na pessoa e no desenho do seu projeto de vida. Evidencia igualmente a importância de cruzar estas intervenções com a melhoria no acesso a habitação acessível, serviços de saúde mental, programas de reintegração profissional e um sistema de apoios e serviços de proximidade de base comunitária local.

O Plano de Ação 2025-2026 da ENIPSSA possui três eixos estratégicos: (1) Identificação, prevenção e minimização dos fatores de risco associados ao fenómeno da situação de sem-abrigo, (2) Promoção

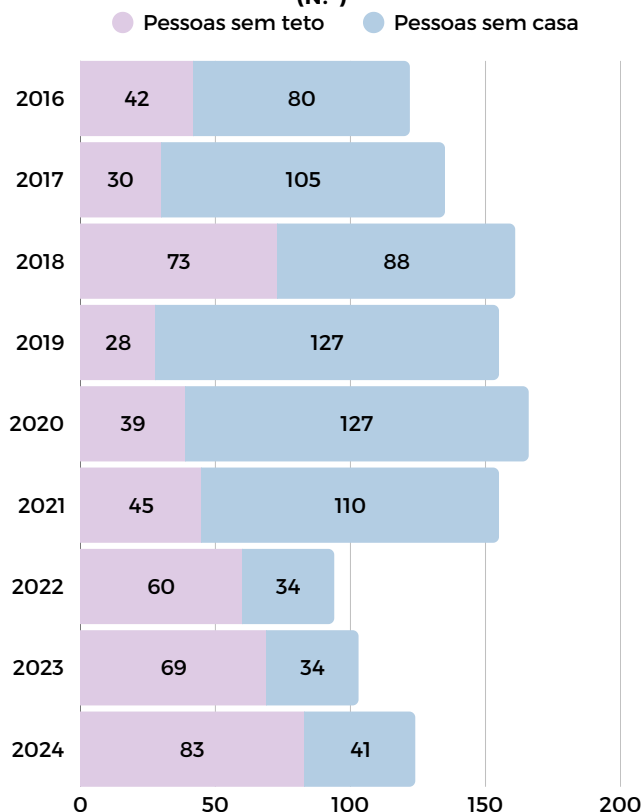
<sup>1</sup> - Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro. Aprova a Nova Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030 e o respetivo Plano de Ação para os anos de 2025-2026. Diário da República, 1.ª Série, 231/2024.

da inclusão social e a capacitação para uma cidadania plena, e (3) Monitorização, avaliação e inovação nas políticas públicas de combate ao fenómeno da situação de sem-abrigo.

O Plano referido pretende continuar a identificar as situações existentes e também prevenir a entrada de novas pessoas nesta condição, bem como o retorno à mesma; promover o trabalho colaborativo em rede; formar atores sociais que estão no centro das intervenções; criar mais respostas e com maior poder de articulação; aumentar respostas inovadoras existentes (ex. *Housing First*); mapear e georreferenciar respostas; reforçar a criação de equipas de rua; sensibilizar a comunidade local para o fenómeno; melhorar acesso aos cuidados de saúde especializados de saúde mental e reforçar estas equipas comunitárias; promover o acesso por pessoas com comportamentos aditivos ou dependências a estruturas de tratamento adequadas; assegurar que todas as pessoas na condição de sem-abrigo tenham técnico/a de referência e um plano individual de inserção; que tenham igualmente acesso a formação e programas de empregabilidade; melhorar e criar novos instrumentos de recolha de informação, monitorização e avaliação dos sistemas de intervenção; criar novas metodologias e projetos piloto para melhores resultados.

A nível local, o Concelho conta com o NPISA (Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo) que, em rede de parceria, intervém socialmente com estas pessoas.

**GRÁFICO Nº 62 - PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO NO CONCELHO DE SETÚBAL (2016 - 2024) (N.º)**



Fonte: Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) / NPISA Setúbal

O gráfico apresenta a evolução da situação de pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Setúbal entre 2016 e 2024. Analisando os dados, observa-se uma tendência flutuante ao longo dos anos, com algumas mudanças significativas. É de referir que os dados do INE para 2021 diferem dos recolhidos pelo NPISA.

Entre 2016 e 2020, o número total de pessoas sem-abrigo aumentou gradualmente, atingindo um pico de 166 indivíduos em 2020. No entanto, a partir de 2021, houve uma redução acentuada, chegando a 94 pessoas em 2022, o valor mais baixo do período analisado.

Quanto às pessoas sem teto, nota-se uma variação considerável. O número mais baixo foi registado em 2019, com

28 pessoas, mas desde então tem aumentado de forma consistente, atingindo 83 indivíduos em 2024.

Relativamente às pessoas sem casa, observa-se uma tendência de diminuição nos últimos anos. O número mais elevado foi registado em 2019 e 2020, com 127 pessoas, mas reduziu drasticamente para 34 em 2022 e 2023. Em 2024 registaram-se um ligeiro aumento para 41 pessoas, das quais 14 estavam num centro de alojamento temporário e 27 em habitações específicas para pessoas sem casa, como apartamentos partilhados e programas de *Housing First*.

A situação em Setúbal é complexa e requer atenção contínua. O NPISA de Setúbal, coordenado pela Cáritas Diocesana, tem trabalhado desde 2010 para implementar estratégias de prevenção, intervenção e acompanhamento.

No entanto, o aumento recente no número de pessoas sem-abrigo sugere que são necessários esforços adicionais para abordar e mitigar este problema social crescente.

Em Setúbal, em 31 de dezembro de 2024, estavam identificadas 83 pessoas em situação de sem-teto, das quais 65

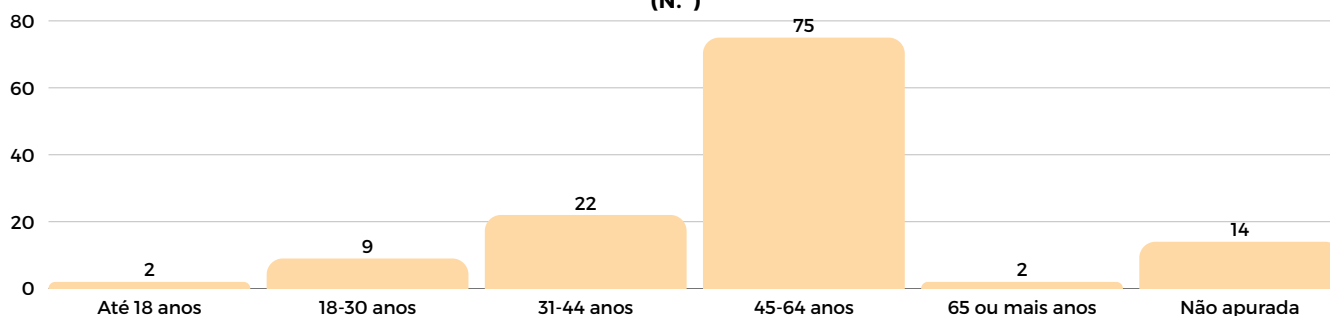
eram homens e 18 mulheres.

Em termos de faixas etárias, 1 pessoa tinha até 18 anos, 5 estavam entre 18 e 30 anos, 20 entre 31 e 44 anos, 43 entre 45 e 64 anos, e 14 não tinham a idade apurada.

No que diz respeito às pessoas situação de sem-casa, foram identificadas 41 pessoas em Setúbal, na mesma data. Destas, 25 eram homens e 16 mulheres. Quanto à distribuição etária, uma pessoa tinha até 18 anos, quatro estavam entre 18 e 30 anos, dois entre 31 e 44 anos, 32 entre 45 e 64 anos e dois tinham mais de 64 anos.

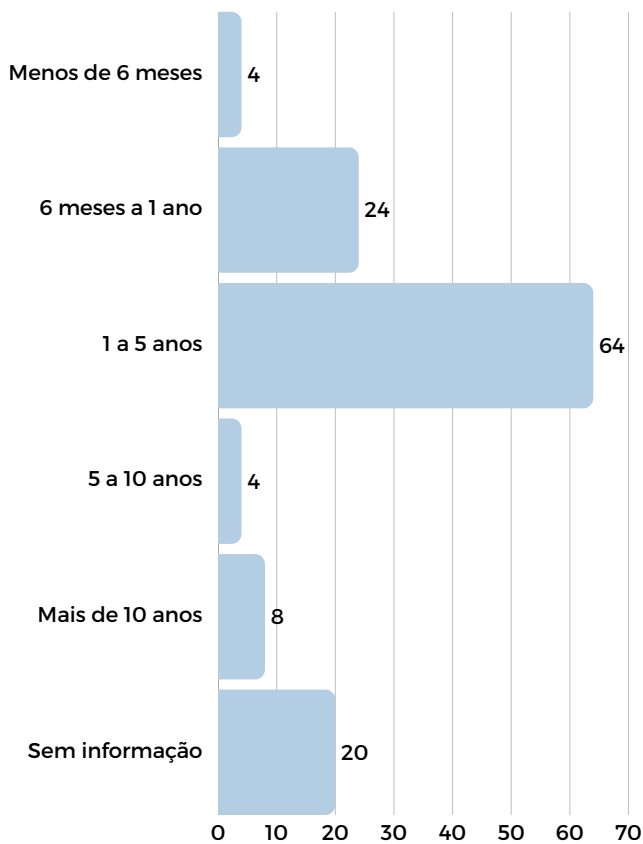
No que respeita à naturalidade das pessoas em situação de sem-teto apurou-se que 18 são naturais de Setúbal, 38 provêm de outros municípios portugueses, dois dos PALOP, nove de outros países e quanto a 16 destas pessoas, desconhece-se a sua naturalidade. Neste sentido, verificou-se que 56 destas pessoas (67%) são de nacionalidade portuguesa e 11 (13%) são de nacionalidades estrangeiras. No que se refere às pessoas em situação de sem-casa, 23 são de Setúbal, 12 de outros municípios portugueses, 5 dos PALOP e um de outro país não especificado.

**GRÁFICO N.º 63 - PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO NO CONCELHO DE SETÚBAL POR FAIXA ETÁRIA (2024)**  
(N.º)



Fonte: NPISA Setúbal

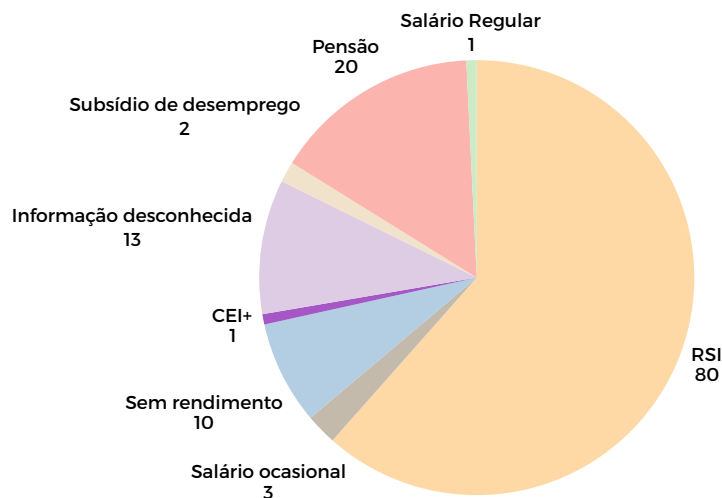
**GRÁFICO N.º 64 - PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO NO CONCELHO DE SETÚBAL POR TEMPO NESTA SITUAÇÃO (2024) (N.º)**



Fonte: NPISA Setúbal

Quanto ao tempo que se mantêm em situação de sem-abrigo, os dados revelam que, relativamente a pessoas sem-teto, 2 estão há menos de seis meses nesta situação, 22 estão entre seis meses e um ano, 30 entre um e cinco anos, três entre cinco e dez anos e seis há mais de dez anos, não existindo informação quanto à situação de 20 pessoas. Relativamente às pessoas em situação de sem-casa, verifica-se que 2 estão há menos de seis meses nesta situação, 2 estão entre seis meses e um ano, 34 estão entre um e cinco anos, 1 está entre cinco e dez anos, e 2 pessoas estão há dez anos ou mais nesta situação.

**GRÁFICO N.º 65 - FONTE DE RENDIMENTO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO CONCELHO DE SETÚBAL (2024) (N.º)**



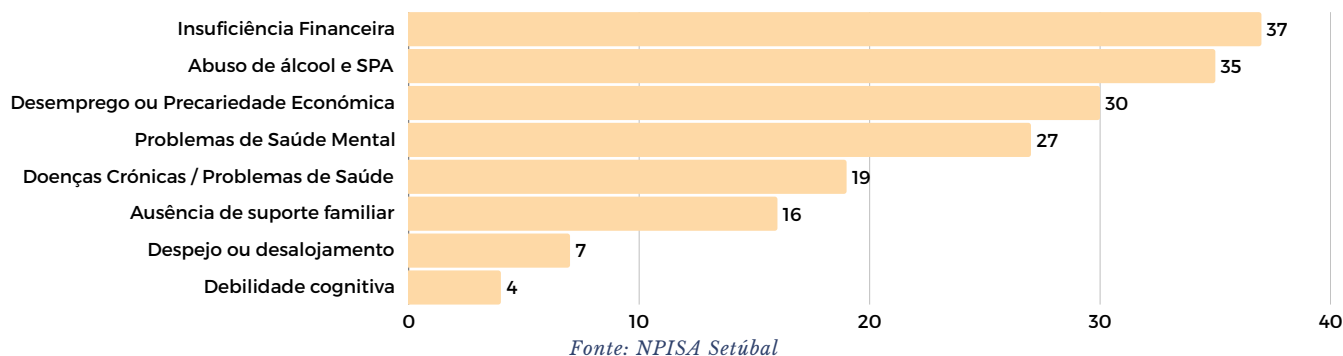
Fonte: NPISA Setúbal

Em relação aos rendimentos das pessoas em situação de sem-abrigo, salienta-se que algumas destas poderão ter mais do que uma fonte de rendimento simultaneamente.

A partir do gráfico apresentado verifica-se que, em relação às pessoas em situação de sem-casa, 1 possui salário regular, 27 recebem RSI, 12 são beneficiárias de pensões ou outras prestações e 5 não possuem qualquer fonte de rendimento.

Quanto às pessoas em situação de sem-teto verifica-se que 52 recebem a prestação RSI, 7 auferem pensões ou outras prestações regulares, 5 estão sem rendimentos, 1 está enquadrada na medida Contrato de Emprego Inserção (CEI+) através do IEFP, 2 recebem subsídio de desemprego, 3 auferem salário ocasional, e quanto a 13 pessoas, desconhece-se esta informação.

GRÁFICO N.º 66 - CAUSAS DA SITUAÇÃO SEM-ABRIGO NO CONCELHO DE SETÚBAL (2024) (N.º)



O gráfico n.º 66 demonstra as principais causas da condição em que se encontram as pessoas em situação de sem-abrigo no município de Setúbal.

Relativamente à problemática *sem-teto*, verifica-se que *abuso de álcool e SPA* e *insuficiência financeira* são as duas principais causas, sendo a causa menos referida *despejo/desalojamento*. Quanto à problemática *sem-casa*, as causas mais relevantes são *problemas de saúde mental* e *insuficiência financeira*, sendo menos reportada o *despejo/desalojamento*.

Podemos alargar estas causas, incluindo o conceito sociológico de *capital social*<sup>1</sup>, ou seja, o conjunto de recursos e redes de relações que a pessoa tem e que lhe permite agir, escolher e influenciar, bem como ser influenciada por outrem. Relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo, destacam-se as seguintes características:<sup>1</sup>

- 1) Redes sociais limitadas e fechadas, principalmente dentro do mesmo grupo;
- 2) Ruturas relacionais frequentes, fragilizando vínculos e interações sociais;

- 3) Fraca vinculação nas novas relações estabelecidas na rua ou em instituições;
- 4) Aprendizagem de estratégias de sobrevivência e gestão do estigma.<sup>1</sup>

O impacto da exclusão social tem como consequências a circunscrição a um grupo restrito, levando a redes fracas e pouco abrangentes com o exterior; escassez de contactos sociais fora do grupo; dependência de interações entre pessoas em situações semelhantes; e relações de poder desiguais com pessoas externas ao grupo.

As causas e consequências da situação de sem-abrigo confundem-se e agem em simultâneo, perpetuando a vivência de exclusão social, que alimenta a manutenção da situação de sem-abrigo, a dificuldade em obter benefícios e recursos externos, e a deterioração das redes de suporte social estabelecidas.

Neste sentido, são essenciais intervenções comunitárias integradas que facilitem e apoiem as pessoas em situação de sem-abrigo a alargar e fortalecer o seu *capital social*, com vista à melhoria da qualidade de vida e redução do fenómeno de exclusão.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> - Gomes, A. S. T. (2020). Estar Sem - Abrigo, Capital Social e Exclusão Um estudo etnográfico na cidade de Lisboa (Dissertação de mestrado, ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa). Repositório ISCTE-IUL.

### 3.3. SEGURANÇA SOCIAL

*A Segurança Social é um sistema que pretende assegurar direitos básicos de cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como, promover o bem-estar e a coesão social para todos os cidadãos portugueses ou estrangeiros que exerçam atividade profissional ou residam no território. A lei de bases gerais do sistema de Segurança Social (Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro) define as bases gerais em que assenta o sistema, bem como as iniciativas particulares de fins análogos.*

*São objetivos prioritários do sistema de Segurança Social:*

- *Garantir a concretização do direito à Segurança Social;*
- *Promover a melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da respetiva equidade;*
- *Promover a eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.<sup>1</sup>*

É de referir que, em Portugal, a Segurança Social rege-se pelos seguintes princípios fundamentais<sup>1</sup>:

- *Universalidade:* Todos têm direito à proteção social definida por lei;
- *Igualdade:* Não há discriminação entre beneficiários/as, considerando, no entanto, aspetos de residência e acordos com outros países;
- *Solidariedade:* A responsabilidade é de todos, com o Estado a ajudar no financiamento, promovendo a igualdade de oportunidades e garantindo rendimentos mínimos.

Esta solidariedade aplica-se a nível nacional, no trabalho e entre gerações;

- *Equidade Social:* Trata-se o que é igual de forma igual e o que é diferente de forma diferente;
- *Diferenciação Positiva:* As prestações são ajustadas consoante os rendimentos, situações e fatores familiares, sociais e laborais;
- *Subsidiariedade:* Valoriza-se o papel das pessoas, famílias e instituições não públicas na Segurança Social, especialmente na ação social;
- *Inserção Social:* As ações são ativas e personalizadas para combater a marginalização e promover a dignidade;
- *Coesão Intergeracional:* Procura-se um equilíbrio justo entre gerações nas responsabilidades do sistema;
- *Primado da Responsabilidade Pública:* O Estado deve assegurar o direito à Segurança Social, organizando, coordenando e apoiando o sistema;
- *Complementaridade:* Articulam-se as diferentes formas de proteção social para melhorar a cobertura e partilhar responsabilidades;
- *Unidade:* Os sistemas e regimes de Segurança Social devem atuar de forma coordenada e complementar;

<sup>1</sup> - Segurança Social. (s.d.). Objetivos e princípios. Consultado a 20 de Fevereiro de 2025

- *Descentralização*: As instituições têm autonomia para se aproximarem das populações, seguindo as normas nacionais e a supervisão das autoridades;
- *Participação*: As pessoas interessadas são envolvidos na definição, planeamento, gestão e avaliação do sistema;
- *Eficácia*: As prestações devem ser concedidas a tempo para prevenir e reparar situações, promovendo uma vida digna;
- *Tutela dos Direitos Adquiridos*: Os direitos já adquiridos e em formação devem ser respeitados;
- *Garantia Judiciária*: Todos/as têm direito a recorrer aos tribunais para defender o acesso às prestações;
- *Informação*: Todos/as devem ser informados sobre os seus direitos e deveres, bem como da sua situação face ao sistema, com atendimento personalizado.

A Segurança Social portuguesa disponibiliza um amplo leque de respostas e prestações sociais, visando assegurar a proteção e o bem-estar dos/as cidadãos/ãs ao longo das diversas etapas da vida e em situações de vulnerabilidade. Este sistema abrangente engloba serviços e apoios direcionados a vários segmentos da população, incluindo crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência e famílias em circunstâncias precárias.

Adicionalmente, o sistema contempla um conjunto de prestações sociais que proporcionam auxílio financeiro para variadas situações. Estas iniciativas são fundamentadas nos princípios basilares da Segurança Social, nomeadamente a universalidade, a solidariedade e a equidade social, garantindo assim a proteção dos cidadãos em momentos de maior fragilidade.

Nos tópicos subsequentes, estas respostas e prestações serão analisadas de forma mais pormenorizada, oferecendo uma visão mais aprofundada do sistema de proteção social português.

### 3.3.1. RESPOSTAS SOCIAIS

O desenvolvimento e a diversificação das respostas sociais em Portugal tem sido fundamental para promover o bem-estar e a inclusão social, atendendo às necessidades de diferentes grupos populacionais e situações de vulnerabilidade. De acordo com os dados de 2023, estas respostas abrangiam áreas prioritárias como infância, terceira idade, deficiência, famílias, saúde e toxicodependência. Estas iniciativas são essenciais para construir uma sociedade mais inclusiva e solidária, adaptando-se continuamente às mudanças demográficas e sociais.

Em 2023, o Governo reforçou o financiamento das respostas sociais, aumentando as participações financeiras em 11% para Estruturas Residenciais e Centros de Dia (ERPI), e em 8% para as restantes respostas sociais, totalizando um reforço de 145 milhões de euros face ao ano anterior. Este aumento reflete o compromisso assumido no Pacto de Cooperação entre o Estado e o Setor Social e Solidário, que visa uma repartição equitativa dos custos associados a estas respostas.<sup>1</sup>

A evolução da rede de equipamentos sociais tem acompanhado as necessidades da população. Por exemplo, registou-se um aumento significativo na capacidade da resposta creche<sup>2</sup> (9,3%) e nas respostas para pessoas idosas.

Estas medidas integram também esforços para valorizar os profissionais do setor social, como a conversão de contratos temporários em permanentes e a melhoria das condições salariais.

Portugal demonstra assim um compromisso contínuo com o bem-estar da sua população, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva ao adaptar as suas políticas às necessidades específicas de cada grupo etário e situação de vulnerabilidade. Este esforço conjunto entre o Estado e as organizações do setor social e solidário garante que as respostas sociais se mantenham eficazes e sustentáveis no apoio às pessoas em todas as fases da vida.

Com base na análise efetuada e no panorama da Segurança Social em Portugal até 2023, conclui-se que a maioria das respostas sociais avaliadas apresentou, de forma geral, estabilidade no número de utentes integrados/as. A resposta social com maior expressão numérica de utentes foi o Estabelecimento de Educação Pré-Escolar, que registou um total de 1638 crianças em 2019, valor que se manteve estável nos anos subsequentes, com 1620 crianças integradas anualmente. Este serviço desempenha um papel essencial no desenvolvimento inicial das crianças, promovendo competências sociais e cognitivas fundamentais.

<sup>1</sup> - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. (2024, Janeiro). Sessão explicativa: Compromisso de Cooperação 2023-2024. Apresentado em Beja, Portugal.

<sup>2</sup> - Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2024). Nota Técnica: Carta Social - Resultados Globais 2023

TABELA Nº 21 - UTENTES POR RESPOSTA SOCIAL COM ACORDO DE COOPERAÇÃO, MÊS DEZEMBRO DE 2023 (Nº)

Resposta Social	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2019-2023
Estabelecimento de educação pré-escolar	1637	1612	1612	1612	1612	-25
Creches	955	955	955	955	955	0
Serviço Apoio Domiciliário	489	469	469	469	469	-20
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	456	456	456	456	456	0
CATL - Funcionamento Clássico - Com Almoço	494	482	482	452	452	-42
Centro de Atividades de Tempos Livres - Sem Almoço	270	270	270	270	270	0
Centro de Dia	299	287	287	252	252	-47
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	173	173	173	173	173	0
Intervenção Precoce	155	155	155	155	155	0
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	144	144	144	144	144	0
Centro Atendimento e Acompanhamento Psicossocial	120	120	120	120	120	0
Lar de Infância e Juventude	110	110	110	110	116	6
Equipa de Rua para Pessoas Sem-abrigo	95	95	95	95	95	0
Creches Familiares	120	84	84	84	84	-36
Centro de Apoio à Vida	58	58	58	70	70	12
Centro Atendimento Acompanhamento Animação Pessoas Com Deficiência	40	57	57	57	57	17
Refeitório/ Cantina Social	45	45	45	45	45	0
Serviço Apoio Domiciliário - VIH	45	45	45	45	45	0
Acolhimento Familiar - Infância Juventude	0	0	0	30	30	30
Apoio Domiciliário Integrado	20	20	20	20	20	0
Lar Residencial	18	18	18	18	18	0
Fórum Sócio Ocupacional	15	15	15	15	15	0
Centro Acolhimento Temporário	13	13	13	13	13	0
Residência de Autonomização e Inclusão	10	10	10	10	10	0
Unidade Vida Protegida	7	7	7	7	7	0
Apartamento Reinserção Social	6	6	6	6	6	0
Unidade Vida Autónoma	3	3	3	3	3	0
Centro Convívio	15	15	15	0	0	-15
Centro Comunitário	a)	a)	a)	a)	a)	-
Total Geral	5812	5724	5724	5686	5692	-120
N.º de respostas sociais com acordo de Cooperação	127	121	121	119	118	-9
N.º de Instituições com acordo de Cooperação b)	36	36	36	36	36	0

a) resposta atípica b) 2 IPSS com sede fora do distrito de Setúbal.

Fonte: Segurança Social - S4HANA (em 2023) e Sistema de Informação Financeira (SIF) in Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Dezembro/2023 - ISS,IP - Centro Distrital de Setúbal Unidade de Apoio à Direção - Núcleo de Administração Geral Planeamento e Gestão da Informação - Equipa de Planeamento (UAD-NAGPGI-EP) JL, SZF

O elevado número de utentes reflete a prioridade atribuída, tanto pelas famílias como pela Segurança Social, à garantia do acesso à educação desde a primeira infância.

Por outro lado, a resposta social *Creche* apresentou um número inferior de utentes, com 120 crianças em 2019 e 84 integradas anualmente entre 2020 e 2023.

Apesar destes valores reduzidos, esta resposta reveste-se de grande importância, constituindo um suporte essencial para as famílias, especialmente em áreas urbanas, onde ambos os progenitores frequentemente se encontram no mercado de trabalho.

No que respeita à área da terceira idade, a resposta com maior número de utentes foi o *Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)*, que contou com 489 utentes em 2020 e 469 utentes nos anos seguintes. O crescente envelhecimento demográfico em Portugal tem impulsionado a procura por este serviço, bem como pelas *Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI)*.

Esta tendência resulta, em grande medida, das dificuldades enfrentadas pelas famílias em prestar cuidados a pessoas idosas dependentes em casa, recorrendo a serviços especializados que asseguram apoio contínuo e diário num ambiente protegido e adequado às necessidades desta população.

As respostas sociais com menor número de utentes verificaram-se nos serviços destinados a nichos

populacionais específicos. A *Unidade de Vida Autónoma* integrou três utentes anualmente entre 2019 a 2023, sendo um serviço direcionado a indivíduos que necessitam de uma transição controlada para a vida independente, frequentemente após longos períodos em instituições.

Os *Apartamentos de Reinserção Social*, com seis utentes nos mesmos períodos, foram dirigidos a pessoas em situações de vulnerabilidade, como ex-reclusos ou indivíduos em recuperação de dependências, sendo o número reduzido de utentes um reflexo da especificidade do público-alvo. Já a *Unidade de Vida Protegida* integrou 7 utentes por ano, sendo destinada a jovens e adultos/as com incapacidade psicossocial moderada, clinicamente estabilizados/as e sem suporte familiar ou social adequado, promovendo uma integração progressiva na comunidade.

Os números apresentados evidenciam que as respostas com maior número de utentes estão alinhadas com as prioridades demográficas e sociais do país, nomeadamente o apoio à infância e à população idosa, que constituem preocupações centrais das políticas sociais em Portugal.

Por outro lado, os serviços com menor número de utentes refletem a natureza específica dos públicos-alvo, sendo condicionados pela dimensão reduzida destes grupos e pela necessidade de recursos especializados.

Esta análise quantitativa permite uma compreensão mais aprofundada da distribuição e evolução de utentes

nas diferentes respostas sociais, constituindo uma ferramenta indispensável para a avaliação e o planeamento estratégico dos serviços de apoio social em Portugal.

Segundo os dados da Segurança Social, entre 2019 e 2023, as respostas sociais com acordo de cooperação no concelho de Setúbal registaram uma redução global de 120 vagas, passando de 5812 para 5692.

Apesar desta diminuição, várias áreas mantiveram a sua capacidade estável, como as *Creches*, as *ERPI* e os *Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão*. Contudo, houve reduções significativas em algumas respostas, como nos *Centros de Dia* (-47 vagas), *CATL - Funcionamento Clássico com Almoço* (-42 vagas), *Creches Familiares* (-36 vagas) e *Estabelecimentos de Educação Pré-escolar* (-25 vagas).

Por outro lado, registaram-se aumentos em algumas áreas específicas, como o *Acolhimento Familiar para Infância e Juventude* (+30 vagas), o *Centro de Atendimento, Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência* (+17 vagas), o *Centro de Apoio à Vida* (+12 vagas) e o *Lar de Infância e Juventude* (+6 vagas). É também relevante notar a extinção do *Centro de Convívio*, que contava com 15 vagas em 2019.

O número de respostas sociais com acordo de cooperação diminuiu de 127 para 118 no mesmo período, enquanto o número de instituições com acordo de cooperação permaneceu estável em 36.

Esta evolução reflete uma ligeira redução nas respostas sociais com acordo de cooperação no concelho, com cortes mais significativos em algumas áreas e aumentos pontuais noutras, sugerindo uma possível reestruturação ou priorização das políticas sociais locais.

Relativamente aos *Centros Comunitários*, não nos foi possível verificar dados sobre utentes a partir da fonte de dados usada. Tal facto poderá decorrer do processo de reconfiguração dos acordos de cooperação com a Segurança Social, que se encontra em curso, na sequência da transferência de competências da ação social para os Municípios. Esta tipologia de respostas sociais *prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido*<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> - Direção-Geral da Segurança Social. (2022). Nomenclaturas - Respostas Sociais. Segurança Social.

**TABELA N.º 22 - CAPACIDADE DE RESPOSTAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS (CRECHE) EM SETÚBAL (N.º) (‰) (2023)**

	Respostas (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Utilização (%)	Capacidade por 1000 habitantes dos 0 aos 4 anos (‰)
Setúbal	35	1616	1456	90,1 %	311,91 ‰
Península de Setúbal	216	10 365	9128	88,1 %	269,75 ‰
Portugal	2587	130 787	114 202	87,3 %	304,32 ‰

Fonte: Cálculos próprios com base em INE - População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente e Carta Social - MTSS/GEP (Continente)

As creches desempenham um papel fundamental na sociedade portuguesa como resposta social, acolhendo crianças e apoiando as famílias.

A tabela n.º 22 revela a capacidade de respostas sociais para crianças em creches em Setúbal, na Península de Setúbal e em Portugal.

Em Setúbal, existem 35 creches com uma capacidade total de 1616 lugares. Destas, 1456 vagas estão ocupadas, resultando numa taxa de utilização de 90,1%, perto do limite máximo. A capacidade por mil habitantes dos 0 aos 4 anos é de 311,91‰, o que indica uma cobertura mais alta relativamente aos restantes territórios analisados, porém insuficiente para cobrir o número total de crianças no território.

Na Península de Setúbal a taxa de utilização é de 88,1%. A capacidade por mil habitantes dos 0 aos 4 anos é de 269,75 ‰, ligeiramente inferior ao do município de Setúbal.

A nível nacional, a taxa de utilização é de 87,3%. A capacidade por 1.000 habitantes dos 0 aos 4 anos em Portugal é de 304,32 ‰, situando-se entre os valores de Setúbal e da Península de Setúbal.

Estes dados sugerem que ainda há margem para melhorias, especialmente no concelho de Setúbal, para atender à procura existente e potencial crescimento populacional nesta faixa etária.

TABELA Nº 23 - EVOLUÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS (CRECHE) EM SETÚBAL (2021 - 2023)

	2020	2021	2022	2023
Capacidade (N.º)	1521	1539	1580	1616
Capacidade por 1 000 habitantes com idade até aos 4 anos (‰)	278,72	294,55	305,55	311,91
Utilização (%)	88,90%	88,90%	90,30%	90,10%

Fonte: Cálculos próprios com base em INE - População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente e Carta Social - MTSS/GEP (Continente)

No que respeita à evolução das respostas sociais para crianças em creches em Setúbal, entre 2020 e 2023 (tabela n.º 23), revela uma tendência positiva no que diz respeito à capacidade e à cobertura dos serviços. A capacidade das creches aumentou de forma consistente ao longo dos anos, passando de 1521 vagas em 2020 para 1616 vagas em 2023. Este crescimento totaliza 95 vagas, o que representa um aumento de 6,2% nesse período.

Além disso, a capacidade por 1.000 habitantes também registou um aumento significativo. Em 2020, a capacidade era de 278,72‰, e em 2023 subiu para 311,91‰. Este crescimento indica uma melhoria na cobertura das creches em relação à população, sugerindo que a expansão da capacidade entre 2020 e 2023 superou o crescimento populacional no território.

A taxa de utilização das creches manteve-se relativamente estável, com uma ligeira flutuação ao longo dos anos. Em 2020 e 2021, a taxa de utilização era de 88,90%, subindo para 90,30% em 2022 e descendo ligeiramente para 90,10% em 2023.

A elevada taxa de utilização, consistentemente acima dos 88%, demonstra uma forte procura pelos serviços de creche em Setúbal.

Esta evolução positiva está alinhada com as políticas nacionais que visam expandir e melhorar os serviços de creche, incluindo a recente implementação da gratuidade das creches para crianças nascidas após 1 de setembro de 2021.

O aumento da capacidade e da cobertura em Setúbal promove a conciliação entre trabalho e vida familiar, apoia o desenvolvimento infantil no território e, possivelmente, contribui para o crescimento da taxa de natalidade.

TABELA Nº 24 - RESPOSTAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS (EXCETUANDO CRECHE) EM SETÚBAL (2023) (N.º)

	Respostas (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)
Centro de Atividades Tempos Livres (CATL)	17	1142	1004
Casa de Acolhimento	4	126	84
Casa de Acolhimento para situações de emergência	1	13	13

Fonte: Carta Social - MTSS/GEP (Continente)

De acordo com os dados da Carta Social da Segurança Social de 2023, as respostas sociais para crianças e jovens em Setúbal, excluindo as creches, apresentam uma distribuição variada. O Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) destaca-se como a resposta mais significativa, contando com 17 unidades em funcionamento. Esta resposta social pretende dar resposta aos tempos livres das crianças entre os 6 e os 10 anos, permitindo-lhes, através da participação na vida em grupo, a sua inserção na comunidade, proporcionando atividades de acompanhamento, lazer e atividades específicas<sup>1</sup>. Estas estruturas oferecem uma capacidade total de 1142 lugares, dos quais 1004 estão efetivamente ocupados, demonstrando uma taxa de utilização elevada, próxima dos 88%.

No que diz respeito ao acolhimento de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, existem duas modalidades distintas. A Casa de Acolhimento para situações de emergência conta com uma única unidade, que dispõe de 13 lugares, todos ocupados, indicando uma plena utilização desta resposta urgente.

Por outro lado, as Casas de Acolhimento regulares, que visam o afastamento ou retirada da criança ou do jovem da situação de perigo, podendo incluir unidades residenciais tendo em conta as situações, problemáticas e características específicas das crianças e dos jovens a acolher<sup>1</sup>. Estas somam 4 unidades, com uma capacidade total de 126 lugares. Destas, 84 vagas estão preenchidas, o que representa uma taxa de ocupação de cerca de 67%.

Estes números refletem a importância das respostas sociais no apoio às crianças e jovens do concelho, especialmente no que toca à ocupação dos tempos livres e ao acolhimento de crianças/jovens em situação de perigo.

É importante salientar que as Casas de Acolhimento têm a capacidade de receber jovens provenientes de qualquer parte do país, independentemente da sua localização geográfica.

Por fim, realça-se a elevada taxa de utilização da resposta CATL, que sugere uma forte procura por parte das famílias por soluções de apoio extracurricular.

<sup>1</sup> - Direção-Geral da Segurança Social. (2022). Nomenclaturas - Respostas Sociais. Segurança Social.

TABELA Nº 25 - CAPACIDADE DE RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS<sup>1</sup> EM SETÚBAL (2023)

	Respostas (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Utilização (%)	Capacidade por 1000 habitantes com idade igual ou superior a 65 anos (‰)
Setúbal	45	2110	1795	85,07%	70,66
Península de Setúbal	299	13 376	10 474	78,30%	70,13
Portugal	7765	302 166	222 063	73,49%	117,82

Fonte: Cálculos próprios com base em INE - População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente e Carta Social - MTSS/GEP (Continente)

A análise da tabela sobre a capacidade de respostas sociais para pessoas idosas em Setúbal, em 2023, revela dados importantes sobre a situação atual dos serviços de apoio à terceira idade na região.

Em Setúbal, existem 45 respostas sociais para a população idosa, com uma capacidade total de 2110 lugares. Destes, 1795 estão ocupados, o que representa uma taxa de utilização de 85,07%. Este valor é significativamente superior à média nacional de 73,49% e da Península de Setúbal, que se situa nos 78,30%. Isto sugere uma procura elevada por estes serviços no concelho de Setúbal.

A capacidade por mil habitantes com 65 ou mais anos em Setúbal é de 70,66‰, um valor muito próximo ao da Península de Setúbal (70,13‰), mas consideravelmente inferior à média nacional de 117,82‰.

Esta disparidade indica que, apesar da alta taxa de utilização, a oferta de serviços para pessoas idosas em Setúbal e na Península de Setúbal ainda está aquém da média nacional em termos de cobertura populacional.

Comparando com a Península de Setúbal, o Concelho representa cerca de 15% das respostas sociais da região (45 de 299) e aproximadamente 15,8% da capacidade total (2110 de 13.376). No entanto, a taxa de utilização em Setúbal é superior à média da península, sugerindo uma maior pressão sobre os serviços disponíveis no município.

Estes dados indicam que pode haver necessidade de expansão da capacidade para atender melhor à população idosa, especialmente considerando a diferença significativa em relação à média nacional de cobertura por mil habitantes com 65 ou mais anos.

<sup>1</sup> - Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Noite, Centro de Dia e Centro de Convívio.

TABELA Nº 26 - EVOLUÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS<sup>1</sup> EM SETÚBAL (2020-2023)

	2020	2021	2022	2023
Capacidade (N.º)	2209	2226	2077	2110
Capacidade por 1000 habitantes com idade igual ou superior a 65 anos (‰)	77,45	77,21	70,81	70,66
Utilização (%)	77,00%	77,72%	83,34%	85,07%

Fonte: Cálculos próprios com base em INE - População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente e Carta Social - MTSS/GEP (Continente)

A evolução das respostas sociais para a população idosa em Setúbal, entre 2020 e 2023, revela algumas tendências interessantes.

A capacidade total das respostas sociais para pessoas idosas em Setúbal apresentou uma ligeira flutuação ao longo do período analisado. Em 2020, a capacidade era de 2209 lugares, aumentando para 2226 em 2021. No entanto, em 2022, houve uma redução significativa para 2077 lugares, seguida de uma pequena recuperação em 2023, atingindo 2110 lugares.

A capacidade por 1000 habitantes mostrou uma tendência de declínio ao longo dos quatro anos. Em 2020, o valor era de 77,45 ‰, diminuindo gradualmente até chegar a 70,66‰ em 2023. Esta redução pode indicar que o crescimento da capacidade das respostas sociais não acompanhou o ritmo do crescimento populacional na faixa etária da população idosa em Setúbal.

Por outro lado, a taxa de utilização das respostas sociais para a população idosa apresentou um aumento consistente e significativo.

Em 2020, a utilização era de 77%, subindo para 77,72% em 2021, 83,34% em 2022 e atingindo 85,07% em 2023. Este aumento na taxa de utilização,

especialmente nos últimos dois anos, sugere uma crescente procura por serviços de apoio à terceira idade em Setúbal.

O aumento da taxa de utilização, combinado com a redução da capacidade por mil habitantes, pode indicar uma pressão crescente sobre os serviços existentes. Isto pode ser resultado do envelhecimento da população local ou de uma maior consciencialização e aceitação/necessidade dos serviços de apoio social entre a população idosa e suas famílias.

Estes dados estão em linha com as tendências nacionais observadas nos relatórios da Carta Social, que indicam um aumento contínuo na procura por respostas sociais para população idosa, especialmente em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), que têm apresentado as taxas de utilização mais elevadas entre as respostas sociais para esta faixa etária.

O desafio para as entidades competentes é assegurar uma rede de equipamentos sociais de proximidade abrangente, acessível e adaptada às características demográficas e sociais de cada região, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida de todas as pessoas, desde a infância até à terceira idade.

**TABELA Nº 27 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS<sup>1</sup> NO CONCELHO DE SETÚBAL (2020-2023) (%)**

	2020	2021	2022	2023
Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	81%	80%	83%	87%
Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)	89%	91%	92%	93%
Centro de Noite	-	-	-	-
Centro de Dia	43%	41%	53%	53%
Centro de Convívio	50%	50%	-	-

Fonte: Carta Social - MTSS/GEP (Continente)

A análise da tabela sobre a evolução da taxa de utilização das respostas sociais para pessoas idosas em Setúbal entre 2020 e 2023 revela tendências importantes no cuidado à população idosa.

O *Serviço de Apoio Domiciliário*, oferece cuidados físicos e apoio psicossocial, promovendo o bem-estar geral e auxiliando nas tarefas diárias e necessidades básicas dos beneficiários. Um objetivo fundamental do serviço é evitar ou retardar a institucionalização, permitindo que os indivíduos permaneçam nos seus próprios lares por mais tempo. Esta abordagem não apenas preserva o conforto do ambiente familiar, mas também contribui para manter a independência dos utentes.<sup>1</sup>

Este apresenta no concelho de Setúbal um crescimento consistente, passando de 81% em 2020 para 87% em 2023. Os resultados refletem uma procura crescente por serviços que permitem às pessoas idosas permanecerem nas suas residências, alinhando-se com a tendência nacional de preferência pelo envelhecimento em casa.

A *Estrutura Residencial para Pessoas Idosas* é uma resposta social que oferece alojamento coletivo, seja temporário ou permanente, em equipamentos dedicados. Proporciona apoio social e cuidados de enfermagem adaptados às necessidades da população idosa. Tem como objetivo principal fornecer serviços contínuos e adequados que atendam às questões biopsicossociais de utentes, promovendo simultaneamente um envelhecimento ativo.

Esta resposta, no concelho de Setúbal, mostra uma taxa de utilização muito elevada, crescendo de 89% em 2020 para 93% em 2023, indicando uma forte procura por cuidados institucionais permanentes, possivelmente devido à diminuição das redes de suporte familiar, necessidade de cuidados especializados e contínuos.<sup>2</sup>

O *Centro de Dia* é uma resposta social que oferece serviços essenciais para manter esta população no seu ambiente familiar.

<sup>1</sup> - Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Noite, Centro de Dia e Centro de Convívio.

<sup>2</sup> - Direção-Geral da Segurança Social. (2022). Nomenclaturas - Respostas Sociais. Segurança Social.

Visa satisfazer as necessidades básicas, promover a autonomia e um envelhecimento ativo, além de fornecer apoio psicossocial. Esta solução incentiva as relações interpessoais e intergeracionais, permitindo que as pessoas idosas permaneçam no seu meio habitual.

Um aspeto fundamental é evitar ou adiar a institucionalização permanente, pois os/as utentes frequentam o centro durante o dia e regressam a casa à noite.<sup>1</sup>

O *Centro de Dia* regista uma recuperação significativa após a pandemia, que teve um grande impacto nesta resposta, passando de 43%, em 2020, para 53% em 2022 e 2023. Refira-se que a taxa de ocupação em 2015 era superior a 65%, sendo a capacidade instalada igualmente superior.

O *Centro de Convívio* é uma resposta social desenvolvida em equipamento de apoio a atividades sócio-recreativas e culturais, com participação ativa das pessoas idosas em comunidade, prevenindo a solidão e a exclusão social.<sup>1</sup> Esta resposta manteve uma taxa de utilização de 50% em 2020 e 2021, mas não há dados disponíveis para 2022 e 2023, o que pode indicar a descontinuação deste serviço no concelho de Setúbal.

O *Centro de Noite* é uma resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento noturno, dirigido a pessoas idosas com autonomia que, durante o dia,

permanecem no seu domicílio e que, por estarem em situação de isolamento e solidão, necessitam de acompanhamento no período noturno.<sup>1</sup>

No concelho de Setúbal este serviço é inexistente. Em 2023 a capacidade era de 213 pessoas a nível nacional.

<sup>1</sup> - Direção-Geral da Segurança Social. (2022). Nomenclaturas - Respostas Sociais. Segurança Social.

**TABELA Nº 28 - EVOLUÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE <sup>1</sup> EM SETÚBAL (2023)**

	Respostas (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Utilização (N.º)	Capacidade por 1000 habitantes (‰)
Setúbal	15	492	441	89,63%	3,98
Península de Setúbal	58	2479	2154	86,89%	2,97
Portugal	1080	40 972	37 239	90,89%	3,85

Fonte: Cálculos próprios com base em INE - População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente e Carta Social - MTSS/GEP (Continente)

A análise da tabela apresentada incidirá sobre as respostas sociais para pessoas com deficiência e/ou incapacidade em Setúbal, na Península de Setúbal e em Portugal, no ano de 2023.

Em Setúbal, existem 15 respostas sociais com uma capacidade total de 492 vagas. Destas, 441 vagas estão ocupadas, resultando numa taxa de utilização de 89,63%. A capacidade por mil habitantes é de 3,98 ‰, o que indica uma cobertura ligeiramente superior em comparação com os outros territórios analisados.

A Península de Setúbal apresenta uma taxa de utilização de 86,89%. A capacidade por mil habitantes é de 2,97 ‰, a mais baixa entre os três territórios em análise. A capacidade por mil habitantes em Portugal é de 3,85‰, situando-se entre os valores de Setúbal e da Península de Setúbal.

Estes dados evidenciam a importância contínua de monitorizar e ajustar as respostas sociais para pessoas com deficiência e/ou incapacidade, garantindo uma distribuição equitativa e adequada às necessidades específicas de cada território.

<sup>1</sup> - Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência, Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI), Residência de Autonomização e Inclusão (RAI), Lar Residencial, Intervenção Precoce, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), Centro de Atendimento e Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)

**TABELA Nº 29 - EVOLUÇÃO DO Nº DE VAGAS DE RESPOSTAS SOCIAIS PARA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE<sup>1</sup> EM SETÚBAL (2020-2023)**

SETÚBAL	2020	2021	2022	2023
Capacidade (N.º)	602	667	671	492
Capacidade por 1000 habitantes (‰)	4,84	5,42	5,44	3,98
Utilização (%)	97,7%	91,8%	98,2%	89,6%

Fonte: Cálculos próprios com base em INE - População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente e Carta Social - MTSS/GEP (Continente)

No que concerne à evolução do número de vagas de respostas sociais para pessoas com deficiência e/ou incapacidade em Setúbal, entre 2020 e 2023, revelam-se algumas tendências significativas.

A capacidade das respostas sociais apresentou um aumento inicial, seguido de uma queda acentuada. Em 2020, a capacidade era de 602 lugares, subindo para 667 em 2021 e 671 em 2022. No entanto, em 2023, houve uma redução significativa para 492 lugares, representando uma diminuição de cerca de 26,7% em relação ao ano anterior.

A capacidade por mil habitantes seguiu essa tendência. Partindo de 4,84‰ em 2020, aumentou para 5,42‰ em 2021 e 5,44‰ em 2022. Contudo, em 2023, caiu para 3,98‰, refletindo a redução na capacidade total.

A taxa de utilização das respostas sociais mostrou flutuações ao longo do período. Em 2020, a utilização era de 97,7%, diminuindo para 91,8% em 2021. Em 2022, houve um aumento significativo para 98,2%, seguido de uma nova queda para 89,6% em 2023.

Esta evolução sugere desafios na manutenção e expansão das respostas sociais para pessoas com deficiência e/ou incapacidade em Setúbal. A redução significativa na capacidade em 2023, pode indicar o encerramento de algumas instalações ou a reorientação de recursos. A diminuição na taxa de utilização em 2023, apesar da redução na capacidade, pode refletir mudanças na na gestão destes serviços.

Estes dados contrastam com a tendência nacional de crescimento nas respostas sociais para pessoas com deficiência e/ou incapacidade, conforme indicado nos relatórios da Carta Social, que mostram um aumento consistente na capacidade total destas respostas, a nível nacional, entre 2017 e 2023.

Refira-se, no entanto, que o número de respostas por mil habitantes em Setúbal, em 2023, continua a ser superior relativamente à Península de Setúbal e Portugal.

<sup>1</sup> - Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência, Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI), Residência de Autonomização e Inclusão (RAI), Lar Residencial, Intervenção Precoce, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), Centro de Atendimento e Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)

**TABELA N° 30 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE<sup>1</sup> EM SETÚBAL (2020 - 2023) (%)**

	2020	2021	2022	2023
Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência	83%	83%	83%	83%
Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI)	-	29%	-	29%
Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)	91%	91%	91%	91%
Lar Residencial	100%	94%	94%	100%
Intervenção Precoce	100%	100%	100%	100%
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	97%	98%	99%	99%
Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)	95%	95%	95%	95%

Fonte: Cálculos próprios com base em INE - População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente e Carta Social - MTSS/GEP (Continente)

A presente tabela (n.º 30) demonstra a evolução da taxa de utilização das respostas sociais para pessoas com deficiência e/ou incapacidade em Setúbal, entre os anos 2020 e 2023, revela tendências importantes no apoio a este grupo populacional.

O *Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência* manteve uma taxa de utilização constante de 83% ao longo dos quatro anos, indicando uma procura estável e possivelmente uma capacidade adequada às necessidades da população.

Relativamente às respostas *SAVI* e *CAVI*, ambas são componentes do Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI), mas têm funções distintas enquanto que o *CAVI* (*Centro de Apoio à Vida Independente*) é uma estrutura organizacional que coordena e gere o serviço de assistência pessoal e é responsável pela gestão administrativa, contratação de assistentes pessoais e coordenação dos serviços de apoio à vida independente, o *SAVI* (*Serviço de Apoio à Vida Independente*), refere-se

ao serviço efetivo de assistência pessoal prestado aos/às beneficiários/as. É o serviço que os *CAVI* organizam e disponibilizam para apoiar pessoas com deficiência e/ou incapacidade na realização de atividades de vida quotidiana.

É possível verificar, analisando a tabela n.º 30, que o *Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI)*, apresenta dados apenas de 2021 e 2023, com uma taxa de utilização de 29% em ambos os anos. A ausência de dados relativos ao *SAVI* dos anos 2020 e 2022 em Setúbal deve-se ao processo de implementação gradual do Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) em Portugal.

O MAVI iniciou-se como programa-piloto em 2017, com projetos financiados pelo Fundo Social Europeu para criar *Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI)*. Em 2020, o *SAVI* ainda estava em fase inicial de implementação. O ano de 2022 marcou a transição entre a fase piloto e a incorporação oficial do MAVI no sistema de proteção social

português, que ocorreu em 2023.

O CAVI Setúbal da entidade *Inovar Autismo* só iniciou operações em abril de 2024, explicando a falta de dados para 2022 e a baixa utilização nos anos anteriores. Esta implementação progressiva dos CAVI em diferentes regiões justifica a inconsistência nos dados do SAVI em Setúbal durante o período analisado.<sup>1 2 3</sup>

A *Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)* são uma resposta social destinada a pessoas com deficiência ou incapacidade, com 18 anos ou mais, que possuam capacidade para viver de forma autónoma. Estão localizadas em áreas residenciais comuns, podem ser apartamentos ou moradias, e acolhem até 5 pessoas. Têm como principal objetivo proporcionar um ambiente que promova a autonomia e a inclusão social, oferecendo alojamento temporário ou permanente, apoio individualizado e acesso a recursos da comunidade. É de salientar que as RAI substituem as antigas *Residências Autónomas*, possuindo uma diferente abordagem ao acolhimento residencial para pessoas com deficiência, com maior ênfase na autodeterminação e na integração na comunidade. Manteve uma taxa de utilização elevada e constante de 91% durante todo o período, indicando uma forte procura por este tipo de alojamento e uma possível

necessidade de expansão.<sup>4</sup>

O *Lar Residencial* apresentou uma taxa de utilização de 100% em 2020 e 2023, com uma ligeira redução para 94% em 2021 e 2022.

A plena ocupação em dois dos quatro anos analisados, sugere uma procura muito elevada e uma possível necessidade de aumento da capacidade desta resposta social.

A *Intervenção Precoce (IP)* é um conjunto de medidas de apoio destinado a crianças até aos 6 anos, especialmente nos primeiros 3 anos, que apresentem alterações no desenvolvimento ou estejam em risco. Visa melhorar o desenvolvimento psicomotor, cognitivo e social, através de serviços interdisciplinares como terapia da fala, ocupacional e fisioterapia. Estas medidas promovem o potencial da criança, apoiam as famílias e previnem dificuldades futuras, contribuindo para a inclusão social.

A IP manteve uma taxa de utilização de 100% durante todo o período, indicando uma procura consistente e possivelmente uma necessidade não atendida, dado que esta resposta encontra-se sempre a funcionar na sua capacidade máxima.<sup>5</sup>

<sup>1</sup> - Segurança Social. (2024, março). Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) torna-se resposta social da Cooperação com o Setor Social e Solidário. Consultado a 24 de Fevereiro de 2025

<sup>2</sup> -Inovar Autismo. (s.d.). Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI) Setúbal. - Consultado a 24 de Fevereiro de 2025

<sup>3</sup> - APPACDM Setúbal. (s.d.). Centro de Apoio à Vida Independente. - Consultado a 24 de Fevereiro de 2025

<sup>4</sup> - Instituto Nacional para a Reabilitação, IP (2024, outubro 23). Enquadramento. - Consultado a 24 de Fevereiro de 2025

<sup>5</sup> - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância. (s.d.). Quem Somos. - Consultado em 24 de fevereiro de 2025.

O *Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)* é uma resposta social para pessoas com deficiência a partir dos 18 anos, focando na autonomia, vida independente e inclusão social. Oferece serviços como cuidados pessoais, apoio terapêutico e atividades ocupacionais, visando promover a autoestima e o bem-estar, além de facilitar a participação na comunidade. Esta resposta social apresentou um ligeiro aumento na taxa de utilização, passando de 97% em 2020 para 99% em 2022 e 2023. A alta taxa de utilização sugere uma procura crescente e uma possível necessidade de expansão deste tipo de resposta.

O *Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)*, oferece apoio a pessoas com deficiência e/ou incapacidade, com mais de 16 anos, e às suas famílias. Visa informar, orientar e encaminhar para serviços adequados, promover reabilitação social e capacitar cuidadores. Esta resposta foca-se na autonomia, inclusão social e melhoria da qualidade de vida, através de atividades que desenvolvem competências pessoais e sociais.

Pode verificar-se que manteve uma taxa de utilização constante de 95% ao longo dos quatro anos, indicando uma procura estável mas bastante elevada.<sup>1</sup>

Em geral, a maioria das respostas sociais apresenta taxas de utilização muito elevadas, frequentemente acima de 90%, o que sugere uma forte

procura por estas respostas em Setúbal.

A consistência das taxas ao longo dos anos, indica uma necessidade contínua e possivelmente crescente de apoio para pessoas com deficiência e/ou incapacidade e do incremento destas respostas. O *SAVI* é a única exceção, com uma taxa de utilização significativamente mais baixa.

Apesar da crescente criação de novas respostas (ex. *CAVI*) nesta área complexa e a tentativa de aumentar a capacidade das respostas clássicas existentes (ex. *Lar Residencial*), estas são manifestamente insuficientes face ao número de pessoas com deficiência e/ou incapacidade a necessitar de apoio ao longo da vida.

<sup>1</sup> - APPACDM Setúbal. (s.d.). Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade. - Consultado a 24 de Fevereiro de 2025

TABELA N° 31 - RESPOSTAS SOCIAIS POR GRUPO-ALVO EM SETÚBAL (2023) (N°) (%)

Grupo-alvo	Respostas (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Utilização (%)
Crianças e Jovens	114	6927	6093	88,0%
Família e Comunidade	19	3439	2474	71,9%
Pessoas Idosas e/ou em situação de dependência	52	2295	1920	83,7%
Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	15	492	441	89,6%
Pessoas com VIH/SIDA	3	314	266	84,7%
Pessoas em situação de sem abrigo	1	180	180	100,0%
Pessoas com doença do foro mental	3	25	25	100,0%
Pessoas com comportamentos aditivos	1	8	8	100,0%
Pessoas vítimas de violência doméstica	0	0	0	-

Fonte: Carta Social - MTSS/GEP (Continente)

A informação sobre as respostas sociais por grupo-alvo em Setúbal em 2023 (tabela n.º 31) revela uma visão abrangente dos serviços de apoio social disponíveis na região.

O grupo *Crianças e Jovens* apresenta o maior número de respostas sociais, com 114 serviços e uma capacidade total de 6927 lugares. A taxa de utilização de 88% indica uma procura significativa, com 6093 utentes a beneficiar destes serviços.

Para *Família e Comunidade*, existem 19 respostas sociais com uma capacidade de 3439 lugares. A taxa de utilização de 71,9% sugere que, embora haja uma procura considerável, ainda existe alguma margem para acolher mais utentes.

As *Pessoas Idosas e/ou em situação de dependência* contam com 52 respostas sociais, oferecendo 2295 lugares. A taxa de utilização de 83,7% demonstra uma elevada procura por estes serviços, com 1920 utentes a beneficiar deste apoio.

No que diz respeito a *Pessoas com deficiência e/ou incapacidade*, existem 15 respostas sociais com uma

capacidade de 492 lugares. A taxa de utilização é de 89,6%, indicando uma procura elevada.

Para *Pessoas com VIH/SIDA*, há três respostas sociais com 314 lugares disponíveis e uma taxa de utilização de 84,7%, o que demonstra uma necessidade significativa destas respostas especializadas.

As respostas sociais para *Pessoas em situação de sem-abrigo*, *Pessoas com doença do foro mental* e *Pessoas com comportamentos aditivos* apresentam taxas de utilização de 100%, indicando que a procura iguala ou excede a oferta disponível, evidenciando uma grande necessidade de reforço destas respostas.

A Câmara Municipal de Setúbal aprovou uma proposta para reabilitar o Palácio do Quebedo, no âmbito da Estratégia Local de Habitação. O objetivo é proporcionar alojamento temporário a pessoas em situação de sem-abrigo, oferecendo não apenas um teto, mas também um conjunto de serviços básicos e apoio social. Esta iniciativa visa promover a inserção social e a autonomia dos/as beneficiários/as, trabalhando em

estreita colaboração com outros recursos da comunidade.

O projeto prevê a criação de apartamentos T0 e T1, destinados a acolher entre uma a duas pessoas, dependendo da disponibilidade de quartos. A duração da estadia será determinada caso a caso, mediante avaliação técnica, mas geralmente variará entre três a seis meses.

A atribuição e permanência nos alojamentos serão decididas com base numa avaliação fundamentada de cada situação, respeitando sempre as normas de habitação e as condições de higiene e segurança em vigor.

Esta empreitada faz parte de um esforço mais amplo, enquadrando-se na Estratégia Local de Habitação de Setúbal e no Investimento RE-C02-i02 "Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário". A candidatura para o "Centro de Acolhimento e Alteração de Percursos Setúbal – Palácio Quebedo" foi submetida em 20 de setembro de 2022, com o número 60378, no âmbito do Aviso n.º 02/CO2-i02/2021 da BNAUT.

É importante notar que não existem respostas sociais da Segurança Social registadas para *Pessoas vítimas de violência doméstica*, o que pode indicar uma lacuna nos serviços de apoio, todavia, a Câmara Municipal de Setúbal aprovou em março de 2024 a abertura de um concurso público para a criação de alojamentos de transição para vítimas de violência doméstica. O projeto envolve reabilitação, alteração e ampliação de três edifícios no centro histórico de Setúbal.

Esta iniciativa faz parte da Estratégia Local de Habitação de Setúbal e do Investimento RE-C02-i02 "Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário". O objetivo é proporcionar um local seguro e temporário para vítimas de violência doméstica, oferecendo apoio multidisciplinar e condições para minimizar os impactos da situação vivida.

O concelho conta igualmente com Gabinete de Apoio à Vítima da APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

De um modo geral, as respostas sociais em Setúbal têm uma elevada taxa de utilização, especialmente nos serviços para grupos mais vulneráveis. Isto indica a necessidade contínua de investir e expandir as respostas sociais para atender a uma crescente necessidade.

### 3.3.2. PRESTAÇÕES SOCIAIS

As prestações sociais constituem-se como instrumentos fundamentais de proteção social, traduzindo-se em apoios pecuniários que podem ser substitutivos ou complementares dos rendimentos do trabalho. Têm como objetivo primordial a consolidação dos princípios basilares de igualdade, universalidade, equidade e inclusão social, promovendo o acesso universal dos/as cidadãos/ãs aos direitos fundamentais necessários à subsistência. No âmbito do vasto universo de prestações sociais existentes, foi realizada uma análise detalhada, complementada por representações gráficas, com destaque para as seguintes modalidades:

As *Prestações de Proteção Social* incluem o Rendimento Social de Inserção (RSI), o Subsídio de Desemprego, o Subsídio Social de Desemprego e o Complemento Solidário para Idosos (CSI). Estas prestações visam responder a situações de fragilidade económica e exclusão social, assegurando um mínimo de condições de vida digna para pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

As *Prestações Previdenciais* abrangem a Pensão de Invalidez, a Pensão de Velhice (existindo Pensão Social de Velhice para quem não tem carreira contributiva) e a Pensão de Sobrevivência, destinadas a garantir rendimentos substitutivos no contexto de invalidez, reforma ou morte, assegurando a proteção financeira dos/das beneficiários/as e dos/as seus/suas dependentes em

momentos de perda ou diminuição da capacidade laboral. No que respeita às *Prestações de Apoio Familiar*, incluem-se o Abono de Família (Majoração do Abono para famílias com duas ou mais crianças e famílias monoparentais posicionadas até ao 4º escalão), o Abono Pré-Natal, o Subsídio Parental e o Subsídio Parental Social. Estas prestações têm como objetivo apoiar financeiramente as famílias, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento das crianças e garantindo a proteção parental, tanto em situações regulares como em contextos de maior vulnerabilidade.

Por fim, as *Prestações de Apoio Específico* englobam a Bonificação por Deficiência, o Subsídio de Assistência a Terceira Pessoa, a Prestação Social para a Inclusão (PSI), Complemento da PSI (em situações de baixos rendimentos) e o Subsídio de Doença. Estas medidas são direcionadas a indivíduos que enfrentam condições específicas, como a deficiência ou a incapacidade temporária ou permanente, visando mitigar os custos adicionais associados a estas situações e promover a inclusão social e económica.

Em conclusão, as prestações sociais assumem um papel essencial como base do sistema de proteção social em Portugal, garantindo condições de vida dignas, promovendo a igualdade de oportunidades e fortalecendo a coesão e a solidariedade social, elementos fundamentais para uma sociedade mais justa e inclusiva.

TABELA N.º 32 - BENEFICIÁRIAS/OS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO (2019-2023) (N.º) (%)

Escalão Etário	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Var. 2019-2023 (%)
<18 anos	979	1044	1082	1045	1039	6%
18 a 24 anos	195	248	244	241	257	32%
25 a 34 anos	230	285	287	302	312	36%
35 a 44 anos	321	353	361	344	354	10%
45 a 54 anos	317	378	365	364	345	9%
55 a 64 anos	347	357	364	393	386	11%
>= 65 anos	70	81	81	102	133	90%
TOTAL	2459	2746	2784	2791	2826	15%

Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023). *Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal*

A análise da tabela sobre os/as beneficiários/as do RSI por escalão etário em Setúbal, entre dezembro de 2019 e dezembro de 2023, revela tendências significativas na evolução deste apoio social.

O número total de pessoas beneficiárias aumentou 15% neste período, passando de 2459 em 2019 para 2826 em 2023. Este crescimento indica um aumento na procura por este apoio social, possivelmente reflexo de desafios económicos e sociais enfrentados pela população.

O grupo etário com *menos de 18 anos* continua a ser o mais representativo, com 1039 pessoas beneficiárias em 2023, registando um aumento de 6% desde 2019. Este dado sublinha a importância do RSI no apoio a famílias com crianças e jovens.

O escalão dos *25 aos 34 anos* apresentou um crescimento significativo de 36%, passando de 230 para 312 beneficiários/as. Similarmente, o grupo dos *18 aos 24 anos* registou um aumento de 32%. Estes dados sugerem um agravamento das dificuldades económicas entre jovens adultos.

Destaca-se o aumento de 90% no número de indivíduos beneficiários com *65 anos ou mais*, passando de 70 em 2019 para 133 em 2023. Este crescimento acentuado pode indicar um aumento da vulnerabilidade da população idosa.

Os escalões etários dos *35 aos 44 anos*, *45 aos 54 anos*, e *55 aos 64 anos* também registaram aumentos, embora mais moderados, variando entre 9% e 11%.

Esta evolução sugere que o RSI tem desempenhado um papel cada vez mais importante no apoio a diversos grupos etários em Setúbal, com um aumento particularmente significativo entre jovens adultas/os e população idosa. Estes dados podem refletir desafios económicos mais amplos, como dificuldades de inserção no mercado de trabalho para jovens e insuficiência de pensões para a população idosa.

A tendência geral de aumento no número de beneficiários/as do RSI em Setúbal, aponta para a necessidade contínua de políticas sociais robustas e de estratégias adicionais de combate à pobreza e exclusão social.

**TABELA Nº 33 - BENEFICIÁRIAS/OS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO POR FREGUESIA (2019-2023) (N.º) (%)**

Freguesia	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Var. 2019-2023 (%)
São Sebastião	1759	1946	1992	1905	1957	11%
União das Freguesias de Setúbal	529	629	627	719	691	31%
União das Freguesias de Azeitão	101	108	99	95	118	17%
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	32	35	26	25	25	-22%
Sado	38	28	40	47	35	-8%
<b>Total</b>	<b>2459</b>	<b>2746</b>	<b>2784</b>	<b>2791</b>	<b>2826</b>	<b>15%</b>

Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023). Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal

A análise da tabela sobre beneficiárias/os do RSI por escalão etário em Setúbal, entre 2019 e 2023, revela tendências importantes na distribuição e evolução deste apoio social nas diferentes freguesias do município.

A freguesia de São Sebastião apresenta o maior número de indivíduos beneficiários com um aumento significativo de 11% no período analisado, passando de 1759 em dezembro de 2019 para 1957 em dezembro de 2023.

A União das Freguesias de Setúbal registou o maior aumento, com um crescimento de 31% no número de pessoas beneficiárias, passando de 529 em 2019 para 691 em 2023. Este aumento acentuado pode sugerir um agravamento das condições socioeconómicas nesta freguesia e/ou uma maior eficácia na identificação e apoio a famílias em situação de vulnerabilidade.

A União das Freguesias de Azeitão também apresentou um aumento significativo de 17%, com o número de beneficiárias/os a subir de 101 em 2019 para 118 em 2023.

Em contraste, as freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado registaram diminuições no número de pessoas beneficiárias. Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra teve uma redução de 22%, passando de 32 para 25 beneficiárias/os, enquanto Sado apresentou uma diminuição de 8%, de 38 para 35 indivíduos beneficiários. Estas reduções podem indicar uma melhoria nas condições socioeconómicas ou a atribuição de outras prestações sociais.

No total, o município de Setúbal registou um aumento de 15% no número de indivíduos beneficiários do RSI, passando de 2459 em dezembro de 2019 para 2826 em dezembro de 2023.

Este crescimento global sugere um aumento generalizado da necessidade de apoio social, no município, ao longo dos últimos cinco anos. É importante notar que este aumento em Setúbal ocorre num contexto nacional onde, segundo dados da Segurança Social, o número total de beneficiárias/os do RSI em Portugal tem vindo a diminuir nos últimos anos.

Isto pode indicar que Setúbal enfrenta desafios socioeconómicos particulares que contrastam com a tendência nacional.

Esta evolução sublinha a importância contínua desta medida de proteção social e sugere a necessidade de uma atenção reforçada às políticas de inclusão social e combate à pobreza no município, especialmente nas freguesias que registaram aumentos mais significativos.

O gráfico n.º 67 revela a evolução do número de beneficiários/as do RSI por mil habitantes nas diferentes freguesias do concelho de Setúbal, entre dezembro de 2019 e dezembro de 2023.

A freguesia de São Sebastião destaca-se consistentemente com o maior número de beneficiários/as por mil habitantes, variando entre 33,42‰ em 2019 e 37,19‰ em 2023. Esta freguesia apresenta valores significativamente superiores às restantes, indicando uma maior concentração de

população em situação de vulnerabilidade socioeconómica.

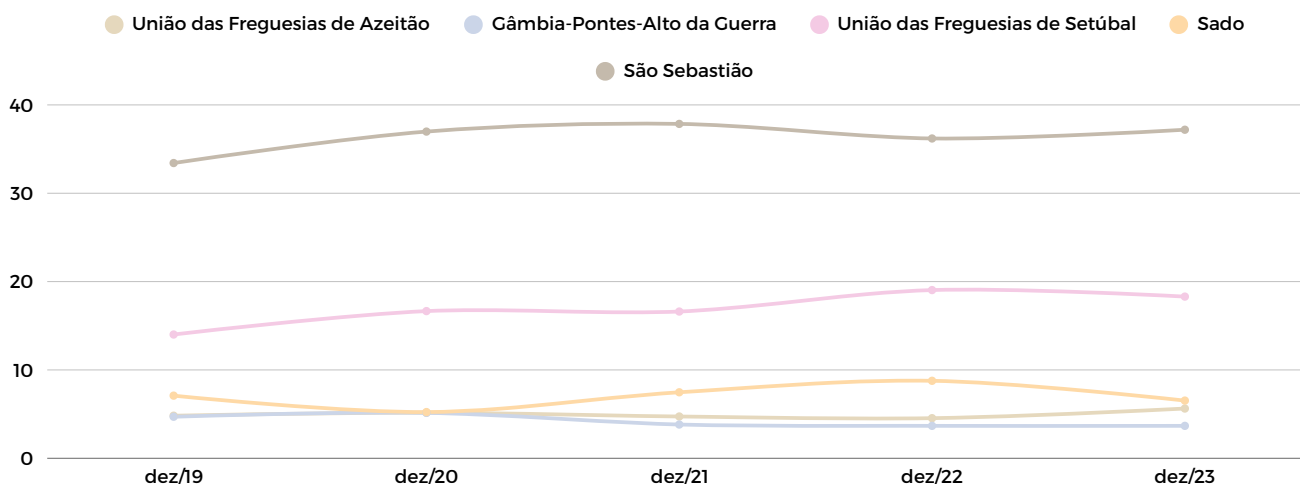
A União das Freguesias de Setúbal apresenta o segundo maior número de beneficiários/as, com um aumento significativo de 14,01‰ em 2019 para 18,30‰ em 2023, refletindo um agravamento da situação socioeconómica neste território.

As freguesias de Sado e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e a União das Freguesias de Azeitão mostram flutuações ao longo do período, com valores a oscilar entre os 3,67‰ e os 8,77‰, sugerindo uma relativa estabilidade.

Estes dados evidenciam disparidades significativas entre as freguesias de Setúbal no que respeita à distribuição de beneficiários/as do RSI, refletindo possivelmente diferenças nas condições socioeconómicas e na estrutura demográfica do Concelho.

Os valores mais elevados registados em São Sebastião e na União das

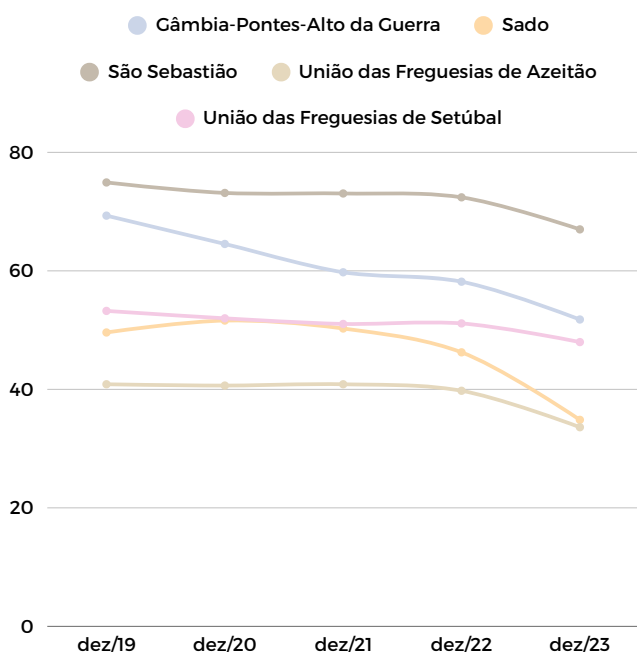
**GRÁFICO Nº 67 - BENEFICIÁRIAS/OS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI) POR 1000 HABITANTES (2019 - 2023) (‰)**



Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023). Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal e INE População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (quinquenal); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Freguesias de Setúbal, podem ser justificados por vários fatores. A elevada concentração populacional, características socioeconómicas desfavoráveis, áreas de maior vulnerabilidade, maior desemprego e precariedade laboral, maior concentração de grupos tradicionalmente mais vulneráveis, como migrantes, minorias étnicas ou pessoas com baixa qualificação profissional. Neste contexto, é importante a intervenção junto destas populações no sentido de mitigar as situações de vulnerabilidade.

**GRÁFICO N.º 68 - BENEFICIÁRIAS/OS DO COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS (CSI) POR 1000 HABITANTES COM 65 ANOS OU MAIS ANOS (%o)**



Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023). Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal e INE População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (quinquenal); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico n.º 68 apresenta dados sobre os/as beneficiários/as do Complemento Solidário para Idosos (CSI) por mil habitantes com 65 anos ou mais, nas diferentes freguesias do concelho de Setúbal, entre dezembro de 2019 e dezembro de 2023.

Analisando os valores, observa-se uma tendência geral de diminuição no número de beneficiários/as do CSI em todas as freguesias ao longo do período analisado.

São Sebastião regista o maior número de beneficiários/as por mil habitantes com 65 ou mais anos, embora também apresente uma redução de 74,92% em 2019 para 67,00% em 2023.

Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra registou a maior queda, passando de 69,32 beneficiários/as por mil pessoas idosas em 2019 para 51,79% em 2023, uma redução de cerca de 17%.

A U.F.A. apresenta consistentemente os valores mais baixos, com uma ligeira diminuição de 40,86% em 2019 para 33,61% em 2023.

Sado mostra uma queda acentuada para 34,85 beneficiários/as por mil habitantes idosos/as em 2023, a maior redução em termos absolutos entre todas as freguesias.

A U.F.S. também apresenta uma tendência de diminuição, embora menos acentuada que as outras, passando de 53,24 % em 2019 para 47,98% em 2023.

A redução no número pode dever-se ao aumento das pensões base, elevando o rendimento de algumas pessoas idosas acima do limite de elegibilidade. No entanto, uma proporção significativa da população idosa ainda beneficia deste apoio, especialmente em São Sebastião, revelando a persistência de vulnerabilidade económica.

**TABELA N° 34 - BENEFICIÁRIAS/OS DO COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS (2019-2023)  
(N°) (%)**

Freguesia	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Var. 2019-2023 (%)
São Sebastião	804	785	784	777	719	-11%
União das Freguesias de Setúbal	557	544	534	535	502	-10%
União das Freguesias de Azeitão	186	185	186	181	153	-18%
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	87	81	75	73	65	-25%
Sado	74	77	75	69	52	-30%
<b>Total</b>	<b>1708</b>	<b>1672</b>	<b>1654</b>	<b>1635</b>	<b>1491</b>	<b>-13%</b>

*Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023). Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal*

A análise da tabela sobre os/as beneficiários/as do CSI por freguesia em Setúbal, entre dezembro de 2019 e dezembro de 2023, revela uma tendência geral de diminuição no número de beneficiários/as deste apoio social.

O número total de pessoas beneficiárias no concelho de Setúbal diminuiu 13% neste período, passando de 1708 em 2019 para 1491 em 2023. Esta redução pode ser resultado de vários fatores, incluindo possíveis melhorias nas condições económicas de algumas pessoas idosas ou alterações nos critérios de elegibilidade do CSI.

A Freguesia de São Sebastião continua a ser a mais representativa, com 719 indivíduos beneficiários em 2023, apesar de registar uma diminuição de 11% desde 2019. Esta freguesia concentra a maior parte dos/as beneficiários/as do CSI no concelho.

A União das Freguesias de Setúbal apresentou uma redução de 10%, passando de 557 para 502 indivíduos beneficiários. A União das Freguesias de Azeitão registou uma diminuição mais acentuada de 18%, passando de 186 para 153 beneficiários/as.

As freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado apresentaram as reduções mais significativas. Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra registou uma diminuição de 25%, passando de 87 para 65 beneficiários/as, enquanto Sado teve uma redução de 30%, de 74 para 52 pessoas beneficiárias.

Esta evolução sugere uma diminuição no número de pessoas idosas a necessitar do CSI em Setúbal nos últimos anos, o que pode ser interpretado de diversas formas: uma possível melhoria nas condições económicas de algumas pessoas idosas, um aumento nas pensões que ultrapassam o limite necessário para requerer o CSI, ou até mesmo o desconhecimento de direitos por parte de potenciais beneficiários/as.

Contudo, é fundamental salientar que, apesar desta tendência decrescente, o CSI continua a ser um apoio vital para a população idosa. O recente aumento do valor de referência do CSI para 630 euros mensais em 2025 poderá ter um impacto significativo nos números futuros de beneficiários/as, mitigando situações de grave carência económica.

TABELA Nº 35 - BENEFICIÁRIAS/OS DE VÁRIAS PRESTAÇÕES SOCIAIS NO CONCELHO DE SETÚBAL (2019-2023) (Nº) E VARIACÃO (%)

Prestação Social		dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Var. 2019-2023 (%)
Prestações por encargos familiares	Abono de família para crianças e jovens	9225	9601	8697	10007	9782	6%
	Abono de família pré-natal	236	285	218	323	297	26%
Crianças e jovens com deficiência	Bonificação por deficiência	1 188	1 210	1 104	1 154	1 120	-6%
	Subsídio por assistência a terceira pessoa	128	135	134	147	160	25%
Prestação Social para a Inclusão	Componente base	1373	1446	1534	1654	1814	32%
	Complemento	299	353	382	432	497	66%
Subsídio de Doença	Subsídio de Doença	1507	1950	1807	1556	1549	3%
Parentalidade	Subsídio por Assistência a Filho	336	292	221	289	234	-30%
	Subsídio por Assist. a Filho com Deficiência/Doença Crónica	4	11	12	20	7	75%
	Subsídio Parental Alargado	37	30	32	43	36	-3%
	Subsídio Parental Inicial	399	399	359	396	454	14%
	Subsídio por Interrupção da Gravidez	4	7	7	7	8	100%
	Subsídio por Risco Clínico durante a Gravidez	223	238	224	225	233	4%
Subsídios Sociais	Subsídios Sociais	39	32	45	47	67	72%
TOTAL		14998	15989	14776	16300	16258	8%

Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023). *Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal*

A tabela n.º 35 evidencia as várias prestações sociais no concelho de Setúbal, comparando os valores de beneficiários/as entre dezembro de 2019 e dezembro de 2023. Observa-se um aumento global de 8% no número total de pessoas beneficiárias das prestações sociais analisadas durante este período.

Destacam-se algumas variações significativas: o *Complemento da Prestação Social para a Inclusão* registou o maior aumento percentual, com 66% de crescimento. A *Componente Base* da mesma prestação (PSI) também teve um aumento considerável de 32%.

O *Abono de Família Pré-Natal* aumentou 26%, enquanto o *Abono de Família para Crianças e Jovens*, que abrange um número maior de pessoas

beneficiárias cresceu 6%. O *Subsídio por Assistência a Terceira Pessoa* teve um aumento de 25%.

O *Subsídio de Doença*, uma das prestações com maior número de beneficiários/as, teve um ligeiro aumento de 3%.

Por outro lado, algumas prestações registaram diminuições. O *Subsídio por Assistência a Filho* sofreu uma redução significativa de 30%. A *Bonificação por Deficiência* também diminuiu 6%.

O *Subsídio Parental Inicial* aumentou 14%, enquanto o *Subsídio Parental Alargado* diminuiu 3%.

O *Subsídio por Assistência a Filho com Deficiência/Doença Crónica* cresceu 75%, embora os números absolutos

sejam relativamente baixos.

Os *Subsídios Sociais*, embora representem um número menor de beneficiários/as, tiveram um aumento expressivo de 72%.

É importante notar que algumas prestações, como o *Subsídio por Interrupção da Gravidez*, apresentam variações percentuais elevadas, mas referem-se a números absolutos muito baixos.

Em suma, a tabela revela uma tendência geral de aumento no número de beneficiários/as das prestações sociais em Setúbal, com variações significativas entre os diferentes tipos de apoios, refletindo possivelmente mudanças nas necessidades da população e nas políticas sociais implementadas durante o período analisado.

concelho de Setúbal apresentou uma ligeira diminuição, de 0,2%, neste período, passando de 33 705 em 2019 para 33 651 em 2023. Esta variação mínima sugere uma relativa estabilidade no número global de pensionistas.

As *Pensões de Sobrevivência*, que representam o maior grupo (cerca de 72% do total de pensões), tiveram um aumento muito ligeiro de 0,3%, passando de 24 046 em 2019 para 24 112 em 2023. Este tipo de pensão manteve-se relativamente estável ao longo do período analisado.

As *Pensões de Invalidez* registaram um crescimento mais significativo de 3,0%, aumentando de 8086 beneficiários/as em 2019 para 8326 em 2023. Este aumento pode indicar um maior reconhecimento de situações de incapacidade ou mudanças nos critérios de atribuição desta pensão.

**TABELA N° 36 - PENSIONISTAS POR TIPO DE PENSÃO NO CONCELHO DE SETÚBAL (N°) E VARIAÇÃO (2019-2023) (%)**

Tipo de Pensão	2019	2020	2021	2022	2023	Var. 2019-2023 (%)
Sobrevivência	24 046	24 254	24 040	24 196	24 112	0,3%
Invalidez	8086	8151	8245	8320	8326	3,0%
Velhice	1573	1483	1372	1315	1213	-22,9%
Total	33 705	33 888	33 657	33 831	33 651	-0,2%

Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023). *Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal*

A análise da tabela n° 36 sobre os pensionistas por tipo de pensão no concelho de Setúbal, entre 2019 e 2023, revela tendências interessantes na evolução dos/as beneficiários/as de diferentes tipos de pensões.

O número total de pensionistas no

O dado mais relevante é a diminuição acentuada de 22,9% nas *Pensões de Velhice*, que passaram de 1573 beneficiários/as em 2019 para apenas 1213 em 2023. Esta redução significativa pode ser resultado de vários fatores, como alterações nos critérios de elegibilidade.

**TABELA N° 37 - PENSIONISTAS POR SEXO NO CONCELHO DE SETÚBAL (N°) E VARIAÇÃO (2019-2023) (%)**

	2019	2020	2021	2022	2023	Var. 2019-2023 (%)
Feminino	19 873	19 958	19 913	20 094	19 933	0,3%
Masculino	13 832	13 930	13 744	13 737	13 718	-0,8%

Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023). Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal

A tabela n.º 37 aborda o número de pensionistas por sexo no concelho de Setúbal entre 2019 e 2023.

O número de pensionistas do sexo masculino apresentou uma ligeira diminuição de 0,8% neste período, passando de 13 832 em 2019 para 13 718 em 2023. Esta redução, embora pequena, indica uma tendência de decréscimo no número de homens a receber pensões no Concelho. Por outro lado, o número de pensionistas mulheres registou um aumento muito ligeiro de 0,3%, passando de 19.873 em 2019 para 19 933 em 2023.

O número de pensionistas mulheres é significativamente superior ao dos homens em todos os anos analisados, representando aproximadamente 59% do total de pensionistas em 2023.

Esta diferença pode ser atribuída a diversos fatores, como a maior longevidade das mulheres e possíveis diferenças nas condições de acesso às pensões entre os sexos.

A evolução ao longo do período analisado mostra algumas flutuações, mas a tendência geral mantém-se relativamente estável para ambos os sexos. O ano de 2022 registou o maior número de pensionistas do sexo feminino (20 094), enquanto no sexo masculino, o valor mais elevado verificou-se em 2020 (13 930).

**TABELA N° 38 - BENEFICIÁRIAS/OS DE PENSÃO SOCIAL NO CONCELHO DE SETÚBAL (2019-2023) (N°) E VARIAÇÃO (%)**

	2019	2020	2021	2022	2023	Var. 2019-2023 (%)
Feminino	265	266	256	270	281	6,0%
Masculino	112	109	107	99	109	-2,7%
Total	377	375	363	369	390	3,4%

Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023). Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal

A tabela nº 38 analisa o número de indivíduos beneficiários de Pensão Social no concelho de Setúbal entre 2019 e 2023.

O número total de beneficiários/as aumentou 3,4% neste período, passando de 377 em 2019 para 390 em 2023. Este crescimento indica um ligeiro aumento na procura por este tipo de apoio social no concelho.

Observa-se uma diferença significativa na evolução entre os sexos. O número de beneficiárias do sexo feminino apresentou um aumento de 6%, passando de 265 em 2019 para 281 em 2023. Por outro lado, o número de beneficiários do sexo masculino registou uma diminuição de 2,7%, passando de 112 em 2019 para 109 em 2023.

A disparidade entre beneficiários/as do sexo feminino e do sexo masculino nas pensões que abrangem a população idosa (Velhice, Sobrevivência, Invalidez e Social), com as mulheres a representarem cerca de 72% do total em 2023 (Pensão Social), pode ser atribuída a diversos fatores interligados. As mulheres têm uma esperança de vida superior, resultando numa maior expressão nas faixas etárias avançadas. Esta longevidade reflete-se também nas pensões de sobrevivência, onde as mulheres representam mais de 80% das pessoas beneficiárias em Setúbal. Adicionalmente, as taxas de mortalidade mais elevadas entre o sexo masculino em todas as idades

contribuem para esta disparidade.

Historicamente, as mulheres têm tido carreiras contributivas mais curtas, devido ao seu papel social mais restringido ao lar ou a interrupções para cuidar de dependentes. No entanto, observa-se uma mudança significativa nesta tendência, especialmente na faixa etária até aos 45 anos, onde as mulheres têm registado, em média, mais anos de contribuições que os homens.<sup>1</sup>

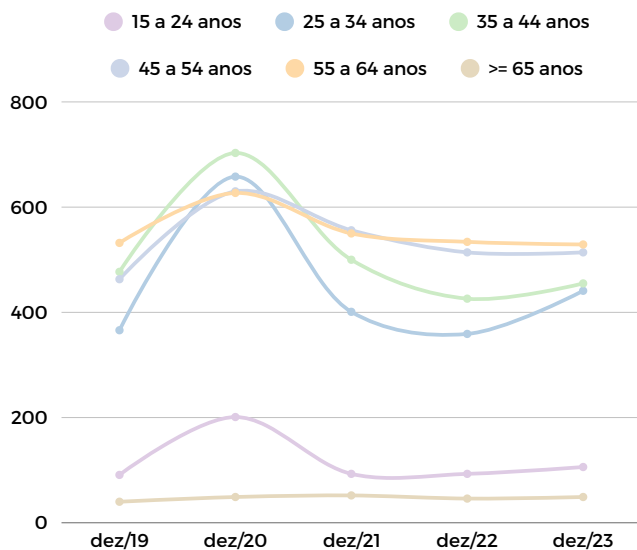
Esta evolução reflete-se na atribuição da Pensão Social em Setúbal, que tem apresentado flutuações ao longo dos anos, com o menor número de beneficiários/as a ser registado em 2021 (363) e o maior em 2023 (390).

É importante salientar que a Pensão Social é destinada a pessoas com baixos rendimentos que não têm direito à pensão do regime contributivo.

Esta combinação de fatores explica a predominância do sexo feminino entre beneficiárias/os pensionistas em Portugal, refletindo não só a sua maior longevidade, mas também as disparidades económicas e condicionantes sociais que enfrentaram ao longo das suas vidas.

<sup>1</sup> - Goulart, N., Peralta, S., (2024). Evolução do Mercado de Trabalho em Portugal e Implicações para o Sistema de Pensões (Notas Técnicas). Comissão para a Sustentabilidade da Segurança Social.

**GRÁFICO N.º 69 - BENEFICIÁRIAS/OS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO NO CONCELHO DE SETÚBAL POR ESCALÃO ETÁRIO (2019-2023) (N.º)**



Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023).  
Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal

Observando o gráfico n.º 69 sobre indivíduos a beneficiar do subsídio de desemprego no concelho de Setúbal, por escalão etário, entre 2019 e 2023, verificamos tendências importantes na distribuição deste apoio.

O escalão etário dos 55 a 64 anos apresenta consistentemente o maior número de beneficiários/as, variando entre 532 em 2019 e 529 em 2023, indicando uma vulnerabilidade persistente deste grupo no mercado de trabalho.

O grupo dos 35 a 44 anos registou o segundo maior número de beneficiários/as em 2019 e 2020, mas foi ultrapassado pelo escalão dos 45 a 54 anos a partir de 2021, sugerindo um possível aumento das dificuldades de reintegração profissional para trabalhadores/as desta faixa etária.

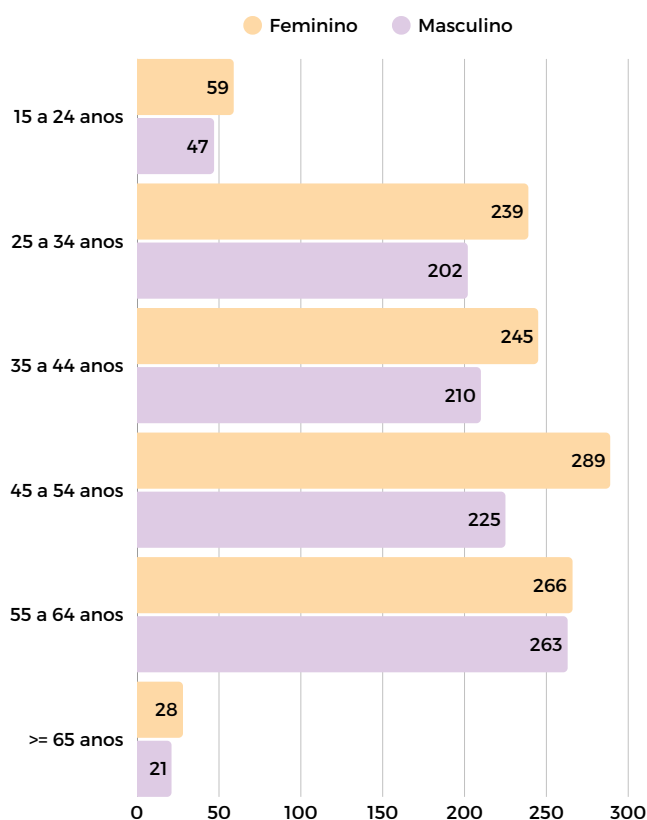
O escalão dos 25 a 34 anos apresentou uma variação significativa, com um pico de 658 beneficiários/as em 2020, possivelmente refletindo o impacto da pandemia COVID-19 neste grupo.

Os/as jovens entre 15 e 24 anos registaram um aumento significativo em 2020, passando de 91 para 201 beneficiários/as, mas retornaram a níveis mais baixos nos anos seguintes, com tendência de crescimento.

O grupo com 65 anos ou mais manteve-se relativamente estável, com um ligeiro aumento ao longo do período analisado.

Em geral, observa-se um pico no número de beneficiários/as em 2020 em quase todos os escalões etários, provavelmente devido aos efeitos económicos da pandemia, seguido de uma redução gradual nos anos subsequentes, embora os números de 2023 ainda se mantenham superiores aos de 2019 na maioria dos escalões.

**GRÁFICO N.º 70 - BENEFICIÁRIAS/OS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO NO CONCELHO DE SETÚBAL POR SEXO (2023) (N.º)**



Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023).  
Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal

A interpretação dos dados referentes aos/às beneficiários/as do subsídio de desemprego no concelho de Setúbal, discriminados por sexo e escalão etário, revela padrões significativos na distribuição deste apoio social.

Em todos os escalões etários, observa-se uma predominância do sexo feminino. Esta tendência é particularmente acentuada no grupo dos *45 aos 54 anos*, onde se registam 289 beneficiárias do sexo feminino em comparação com 225 do sexo masculino, representando a maior disparidade em números absolutos entre os mesmos.

Este escalão etário é o que apresenta maior número de beneficiários/as para ambos os sexos, seguido de perto pelo grupo dos *55 aos 64 anos*. Neste último, a diferença entre sexos é praticamente inexistente, com 266 beneficiárias do sexo feminino e 263 do sexo masculino.

Os escalões mais jovens, nomeadamente dos *15 aos 24 anos* e dos *25 aos 34 anos*, apresentam números mais baixos, mas mantêm a tendência de maior representação do sexo feminino.

O grupo etário com *65 anos ou mais* regista o menor número de beneficiários/as, com uma ligeira predominância feminina.

Estes dados sugerem mais uma vez que as mulheres em Setúbal enfrentam maiores desafios no mercado de trabalho, especialmente nas faixas etárias intermédias. Esta situação pode indicar a necessidade de políticas específicas de emprego e

formação direcionadas, bem como medidas que promovam a igualdade de oportunidades no mercado laboral.

A distribuição observada pode refletir fatores como a discriminação de género no mercado de trabalho, a maior prevalência de contratos precários entre as mulheres, ou a dificuldade de reintegração profissional após períodos de inatividade relacionados com responsabilidades familiares.

**TABELA N.º 39 - BENEFICIÁRIAS/OS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO NO CONCELHO DE SETÚBAL POR FREGUESIA (2019-2023) E VARIÇÃO (%)**

	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Var. 2019-2023 (%)
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	69	129	85	87	95	38%
Sado	89	123	103	87	86	-3%
São Sebastião	915	1333	969	915	1018	11%
União das Freguesias de Azeitão	266	361	325	289	263	-1%
União das Freguesias de Setúbal	630	922	670	594	632	0%
<b>TOTAL</b>	<b>1969</b>	<b>2868</b>	<b>2152</b>	<b>1972</b>	<b>2094</b>	<b>6%</b>

*Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023). Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal*

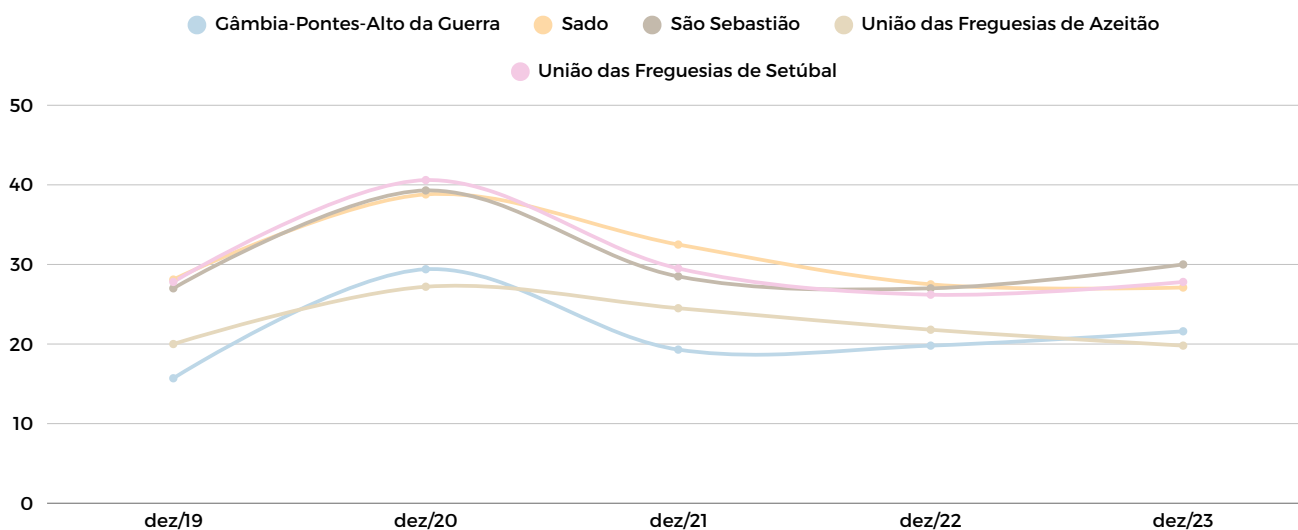
A tabela n.º 39 apresenta dados sobre os/as beneficiários/as do subsídio de desemprego no concelho de Setúbal, discriminados por freguesia, entre dezembro de 2019 e dezembro de 2023. Observa-se um aumento global de 6% no número total de beneficiários/as durante este período, passando de 1969 em 2019 para 2094 em 2023.

A freguesia de São Sebastião destaca-se largamente com o maior número de beneficiários/as, registando um aumento de 11% entre 2019 e 2023, de 915 para 1018 beneficiários/as. A Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra apresentou o maior aumento percentual, com 38% mais beneficiários/as em 2023 comparado a 2019. Apesar do número absoluto ser diminuto, será importante tentar perceber as causas deste aumento.

Por outro lado, a freguesia do Sado e a União das Freguesias de Azeitão registaram ligeiras diminuições de 3% e 1%, respetivamente. A União das Freguesias de Setúbal manteve-se estável.

É notório o pico de beneficiários/as em todas as freguesias em dezembro de 2020, provavelmente devido ao impacto da pandemia COVID-19 no mercado de trabalho. Após este aumento, observa-se uma tendência de redução em 2021 e 2022, seguida de um ligeiro aumento em 2023.

Estes dados refletem as flutuações no mercado de trabalho local, com algumas freguesias a recuperarem mais rapidamente que outras. Verifica-se um aumento quase contínuo de beneficiários/as, especialmente em São Sebastião e em Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra.

**GRÁFICO N.º 71 - BENEFICIÁRIAS/OS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO POR 1000 HABITANTES EM IDADE ATIVA NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SETÚBAL (%o)**

Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023). Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal e INE População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (quinquenal); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico n.º 71 apresenta dados sobre as pessoas beneficiárias do subsídio de desemprego por mil habitantes em idade ativa nas freguesias do concelho de Setúbal, entre dezembro de 2019 e dezembro de 2023.

Observa-se um padrão comum em todas as freguesias, com um aumento significativo em 2020, provavelmente devido ao impacto da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho. A União das Freguesias de Setúbal registou o maior pico, com 40,6 beneficiários/as por mil habitantes em idade ativa.

Após 2020, houve uma tendência geral de diminuição, embora os números em 2023 ainda permaneçam ligeiramente acima dos níveis de 2019 na maioria das freguesias. São Sebastião apresenta a maior taxa em 2023, com 30 beneficiários/as por mil habitantes em idade ativa.

A freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra mantém consistentemente as taxas mais baixas, apesar de um aumento substancial em 2020.

A União das Freguesias de Azeitão é a única que registou uma diminuição em 2023 em comparação com 2019, passando de 20 para 19,8 beneficiários/as por mil habitantes.

A tabela n.º 40 apresenta dados sobre os/as beneficiários/as do subsídio de desemprego no concelho de Setúbal, discriminados por nacionalidade ou grupo de nacionalidades, entre dezembro de 2019 e dezembro de 2023.

Observa-se um aumento global de 121 beneficiários/as durante este período, passando de 1973 em 2019 para 2.094 em 2023. No entanto, este aumento não foi uniforme entre as diferentes nacionalidades.

Os cidadãos e cidadãs de nacionalidade portuguesa que constituem a esmagadora maioria dos/as beneficiários/as, registaram uma diminuição de 94 pessoas, passando de 1812 em 2019 para 1718 em 2023.

Em contraste, o número de beneficiários/as de nacionalidade

**TABELA Nº 40 - BENEFICIÁRIAS/OS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO NO CONCELHO DE SETÚBAL POR NACIONALIDADE OU GRUPO DE NACIONALIDADES (2019-2023) (N.º) E VARIAÇÃO (N.º)**

Nacionalidade	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Var. 2019-2023 (N.º)
Portugal	1812	2577	1904	1695	1718	-94
Brasil	81	179	177	198	242	161
PALOP	27	38	36	33	64	37
Países da UE (exceto Portugal)	24	31	9	17	26	2
Ásia	0	10	6	13	17	17
Europa de Leste	17	20	14	9	10	-7
África	4	5	0	0	6	2
Médio Oriente	0	0	0	0	4	4
Índia	4	0	0	3	4	0
América do Sul (exceto Brasil)	0	3	0	0	0	0
Outros Países	4	5	6	4	3	-1
<b>Total</b>	<b>1973</b>	<b>2868</b>	<b>2152</b>	<b>1972</b>	<b>2094</b>	<b>121</b>

Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023). *Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal*

brasileira cresceu consideravelmente, com mais 161 pessoas, passando de 81 em 2019 para 242 em 2023.

Os/as beneficiários/as oriundos/as dos *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)* também registaram um aumento considerável, com mais 37 pessoas.

Os/as cidadãos/ãs asiáticos/as, que não tinham representação em 2019, passaram a contar com 17 beneficiários/as em 2023. Evidencia-se um crescimento destes em quase todas as nacionalidades em dezembro de 2020, provavelmente devido ao impacto da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho.

Destaca-se também o surgimento de beneficiários/as do *Médio Oriente* em 2023, que não tinham representação nos anos anteriores.

Estes dados refletem as mudanças na composição da força de trabalho em Setúbal e as diferentes vulnerabilidades ao desemprego entre as várias nacionalidades.

O aumento expressivo de beneficiários/as de nacionalidade brasileira e dos *PALOP* reflete a crescente presença destes grupos no mercado laboral de Setúbal, alinhada com as recentes tendências migratórias. Este fenómeno pode indicar uma maior vulnerabilidade destes/as trabalhadores/as face à precariedade laboral.

Os baixos salários e a instabilidade laboral, especialmente agravados pela pandemia e a crise económica, podem levar muitas destas pessoas a enfrentar dificuldades financeiras e a recorrer ao subsídio de desemprego.

TABELA Nº 41 - BENEFICIÁRIAS/OS DE OUTRAS PRESTAÇÕES SOCIAIS LIGADAS AO DESEMPREGO NO CONCELHO DE SETÚBAL (2019-2023) (Nº) E VARIAÇÃO (%)

Outras prestações sociais ligadas ao desemprego	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Var. 2019-2023 (%)
Subsídio Social Desemprego Subsequente	208	331	200	354	361	74%
Subsídio Social de Desemprego	127	187	128	104	117	-8%
Subsídio de Desemprego Parcial	51	45	40	35	39	-24%
Majoração de Desemprego - 10%	16	24	40	23	17	6%
Subsídio por Cessação de Atividade	3	12	5	4	3	0%
Subsídio por Cessação de Atividade Profissional membro org. estatutário	18	15	10	7	9	-50%
Medida extraordinária de apoio aos desemp. de longa duração	17	13	0	0	23	35%
<b>TOTAL</b>	<b>440</b>	<b>627</b>	<b>423</b>	<b>527</b>	<b>569</b>	<b>29%</b>

Fonte: Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). (2023). Indicadores de Ação Social e Proteção Social - Setúbal

A avaliação das estatísticas (tabela n.º 41) referentes a beneficiários/as de vários subsídios relacionados com o desemprego, em Setúbal, entre 2019 e 2023, revela tendências significativas na evolução destes apoios sociais ao longo dos anos. Esta análise permite identificar mudanças importantes na distribuição e utilização das diferentes medidas de apoio a desempregados/as no Concelho durante o período em questão.

O *Subsídio Social de Desemprego Subsequente* registou o aumento mais expressivo, com uma variação de 74% no período analisado, passando de 208 beneficiários/as em 2019 para 570 em 2023. Este crescimento substancial pode indicar um aumento no número de desempregados/as de longa duração ou dificuldades persistentes na reintegração no mercado de trabalho.

Em contraste, o *Subsídio Social de*

*Desemprego* apresentou uma ligeira diminuição de 8%, passando de 127 beneficiários/as em 2019 para 117 em 2023.

O *Subsídio de Desemprego Parcial* também registou uma redução de 24%, sugerindo uma possível melhoria nas condições de emprego a tempo parcial ou uma diminuição na procura por este tipo de apoio.

A *Majoração de Desemprego (-10%)* teve um aumento significativo de 76%, indicando um crescimento no número de beneficiários/as que se enquadram nos critérios específicos para esta majoração.

O *Subsídio por Cessação de Atividade* apresentou um aumento de 30%, enquanto o *Subsídio por Cessação de Atividade Profissional para Membros de Órgãos Estatutários* diminuiu 50%, o que pode refletir mudanças nas dinâmicas do mercado de trabalho

para trabalhadores/as independentes e membros de órgãos de gestão/estatutários das empresas.

*A Medida Extraordinária de Apoio a Desempregados de Longa Duração*, introduzida mais recentemente, registou um aumento de 35% entre 2021 e 2023.

No total, observou-se um aumento de 29% no número de beneficiários/as destas prestações sociais entre 2019 e 2023, passando de 440 para 569. Este crescimento global sugere um agravamento da situação de desemprego no concelho de Setúbal, possivelmente influenciado por fatores económicos e sociais, incluindo os efeitos da pandemia de COVID-19 e as subsequentes mudanças no mercado de trabalho.

Esta evolução destaca a importância crescente das medidas de proteção social no apoio a pessoas desempregadas em Setúbal, especialmente para aquelas em situação de longa duração ou com dificuldades acrescidas na reinserção profissional.

O aumento significativo em algumas prestações, como o *Subsídio Social de Desemprego Subsequente*, pode indicar a necessidade de políticas de emprego mais focadas e eficazes para promover a reintegração no mercado de trabalho e reduzir a dependência a longo prazo destes apoios sociais.



*Miradouro de São Sebastião*  
*Foto: Elaboração própria*

## SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (S.A.A.S.)

Ao nível social, realçamos que o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) do município acompanha processos de Ação Social e RSI desde de Abril de 2023, no âmbito da descentralização de competências do domínio social. Efetuou acordos de cooperação com sete instituições: Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras, Associação Baptista Shalom, Associação Cristã da Mocidade (ACM/YMCA), Associação Jardim de Infância “O Sonho”, Cáritas Diocesana de Setúbal, Liga dos Amigos da Terceira Idade e Centro Social e Paroquial de São Sebastião.

Em 2024 acompanhou, em média, 1200 processos/famílias de RSI por mês, tendo a freguesia de São Sebastião a maioria de beneficiários/as de RSI e de pessoas em acompanhamento em Ação Social.

No âmbito da Ação Social, acompanhou 4073 pessoas em situação de carência social. Efetuou 308 atendimento de plantão (atendimentos de emergência sem agendamento prévio) em 2023 e 937 em 2024 (janeiro-novembro). Foram gastos, em 2024, 160.000€ em apoios sociais. Verificam-se como áreas de maior fragilidade e dificuldade de resposta ao longo das intervenções sociais e comunitárias, a habitação, a saúde mental, a educação, o emprego e formação profissional e a carência alimentar.



Salienta-se, através da informação disponibilizada pelo SAAS, a manifesta insuficiência de respostas sociais para pessoas em situação de sem-abrigo com doença mental grave e ausência de respostas de alfabetização de adultos.

## 3.4. SAÚDE

A Saúde é um elemento crucial para o bem-estar e desenvolvimento comunitário. O acesso a cuidados de saúde de qualidade está intrinsecamente ligado aos recursos económicos e rendimentos adequados, que são determinantes para garantir condições básicas como habitação, alimentação, educação e cuidados de saúde.

Existe uma relação recíproca entre saúde e economia: uma população saudável é essencial para o crescimento económico e rendimentos suficientes são necessários para aceder a bens e serviços fundamentais para o bem-estar. As desigualdades socioeconómicas manifestam-se diretamente nos indicadores de saúde, influenciando significativamente a qualidade de vida da população. Assim, abordar as disparidades sociais torna-se fundamental para melhorar a saúde e o bem-estar geral da comunidade.<sup>1</sup>

Em Setúbal, as infraestruturas da Saúde têm sido fortalecidas com importantes avanços, como a recente conclusão da obra da Unidade de Saúde de Azeitão, que agora acolhe a Unidade de Saúde Familiar (USF) Serra Mãe e a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) Azeitão.

A Unidade de Saúde de Azeitão foi concluída e entregue à ARSLVT em

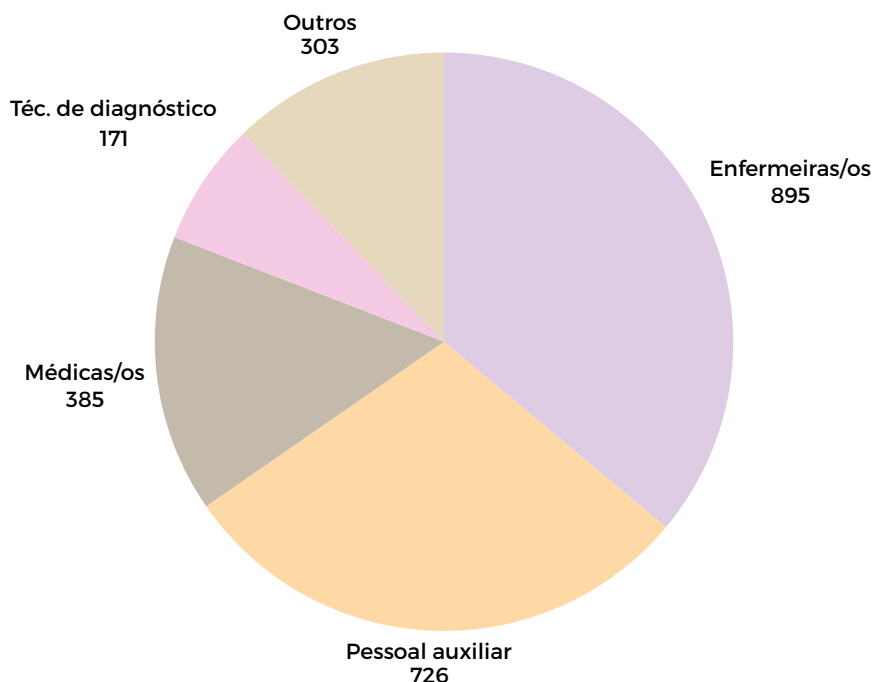
novembro de 2023, mas há ainda necessidade de construir novas unidades em São Sebastião e na União das Freguesias de Setúbal. Apesar da morosidade dos processos, há esforços conjuntos com a ARSLVT para avançar nos projetos. A Unidade Local de Saúde da Arrábida (ULSA) encontra-se em fase de procedimentos, indicando a contínua expansão do sistema de saúde na região.<sup>2</sup>

Paralelamente, o Município desenvolve o Fórum Saúde "Setúbal a Pensar em Si", uma iniciativa abrangente que visa a promoção de uma Cidade Saudável, focando-se em cinco áreas principais: promoção do bem-estar físico e mental; prevenção de comportamentos de risco; promoção da literacia e educação para a saúde; fomentar a equidade, cidadania e igualdade de género; a qualificação ambiental e o desenvolvimento territorial. A iniciativa procura identificar vulnerabilidades, mobilizar recursos e promover a participação ativa de diversos setores da sociedade. Um dos objetivos centrais é dar continuidade à atualização do Perfil da Saúde e do Plano de Desenvolvimento de Saúde, com ênfase na participação comunitária e na responsabilidade coletiva para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

<sup>1</sup> - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Coimbra & Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (s.d.). Atlas dos Municípios Saudáveis - Informações dos Indicadores. Consultado em 13 de fevereiro de 2025.

<sup>2</sup> - Câmara Municipal de Setúbal. (2021). Setúbal a Pensar em Si: Diagnóstico e Soluções em Saúde. Câmara Municipal de Setúbal.

**GRÁFICO Nº 72 - PESSOAL AO SERVIÇO NOS HOSPITAIS PÚBLICOS DE ACESSO UNIVERSAL E HOSPITAIS EM PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO CONCELHO DE SETÚBAL (2023) (N.º)**



Fonte: INE - *Pessoal ao serviço (N.º) nos hospitais públicos de acesso universal e hospitais em parceria público-privada por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de pessoal ao serviço; Anual - INE, Inquérito aos hospitais*

A maior parte dos recursos humanos existentes nos hospitais de Setúbal (Hospital de São Bernardo e Hospital Ortopédico Sant'Iago do Outão) em 2022 é composta por *Enfermeiras/os* (895), seguidos por *Pessoal auxiliar* (726). Isto pode refletir a grande necessidade por profissionais de enfermagem, que desempenham papéis essenciais no cuidado direto aos/às pacientes.

Embora o número de *Médicas/os* (385) seja significativo, é inferior ao de *Enfermeiras/os* e *Pessoal auxiliar*. Isso pode indicar que, em termos relativos, o número de *Médicas/os* é menor, o que é comum em muitos sistemas de saúde, onde há uma maior concentração de pessoal de apoio em comparação com *Médicas/os*, que têm funções mais especializadas.

Com 171 *Técnicas/os de diagnóstico*, vemos uma quantidade menor desse tipo de profissional. Esses profissionais são essenciais para a realização de exames e diagnósticos médicos, mas o número relativamente baixo é, possivelmente, comum tendo em conta que este tipo de pessoal é mais especializado e, portanto, menos numeroso.

A categoria *Outros* (303) pode incluir uma variedade de funções como pessoal administrativo, pessoal técnico de apoio, serviços gerais, entre outras. Este valor também reflete a diversidade de funções dentro de um hospital que não se enquadram nas categorias anteriores.

**TABELA Nº 42 - CONSULTAS MÉDICAS NA UNIDADE DE CONSULTA EXTERNA DOS HOSPITAIS PÚBLICOS DE ACESSO UNIVERSAL E HOSPITAIS EM PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO CONCELHO DE SETÚBAL (2019-2022) (N.º)**

	2019	2020	2021	2022	Variação 2019-2022 (%)
Ortopedia	25 959	22 129	25 789	28 411	9,4%
Oftalmologia	22 959	15 610	19 365	21 799	-5,1%
Psiquiatria	16 242	19 776	19 285	17 912	10,3%
Cirurgia geral	15 482	11 774	14 243	15 666	1,2%
Medicina interna	8 514	5815	6987	7996	-6,1%
Ginecologia	9 557	5839	6615	6201	-35,1%
Pediatria médica	5 702	5026	6011	5945	4,3%
Otorrinolaringologia	6 389	4673	6145	5265	-17,6%
Outras	139 490	12 7985	13 7434	15 2341	9,2%
<b>Total de consultas</b>	<b>250 294</b>	<b>218 627</b>	<b>241 874</b>	<b>261 536</b>	<b>4,5%</b>

Fonte: INE - Consultas médicas na unidade de consulta externa (N.º) dos hospitais públicos de acesso universal e hospitais em parceria público-privada por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Especialidade da consulta; Anual - INE, Inquérito aos hospitais

A tabela n.º 42 apresenta dados sobre as consultas médicas na unidade de consulta externa dos hospitais públicos de acesso universal e hospitais em parceria público-privada no concelho de Setúbal, entre 2019 e 2022. De modo geral, observa-se um aumento de 4,5% no total de consultas neste período, passando de 250 294 em 2019 para 261 536 em 2022.

Algumas especialidades registaram crescimentos significativos. A *Psiquiatria* registou o maior aumento percentual, com 10,3%, seguida pela *Ortopedia* com 9,4%. A categoria *Outras* consultas também cresceu 9,2%. A *Pediatria Médica* e a *Cirurgia Geral* apresentaram aumentos menos significativos de 4,3% e 1,2%, respetivamente. Por outro lado, várias especialidades sofreram reduções. A *Ginecologia* teve a queda mais acentuada, com uma diminuição de 35,1%.

A *Otorrinolaringologia* registou uma redução de 17,6%, enquanto a *Medicina Interna* e a *Oftalmologia* tiveram quedas de 6,1% e 5,1%, respetivamente.

Convém destacar que 2020 foi um ano fora do comum devido à pandemia de COVID-19, que causou uma redução significativa no número de consultas na maioria das especialidades. Contudo, entre 2019 e 2022, a maioria das áreas conseguiu recuperar e até ultrapassar os valores anteriores, com exceção das especialidades que registaram uma diminuição.

Esta análise sugere que, apesar dos desafios enfrentados, houve uma recuperação geral na prestação de serviços de consulta externa no concelho de Setúbal, embora algumas áreas específicas ainda necessitem de atenção para retomar os níveis pré-pandemia.

**TABELA Nº 43 - CONSULTAS MÉDICAS POR PROGRAMA DE SAÚDE, CONSULTAS DE DOENÇA AGUDA E DOMICÍLIOS (UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA ARRÁBIDA - ULS ARRÁBIDA) (N.º) E VARIAÇÃO (2019-2023) (%)**

Consultas Médicas	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 2019-2023 (%)
Saúde Adultos	479 158	503 358	554 417	555 777	549 526	15%
Saúde Infantil	52 537	46 009	52 370	60 004	73 577	40%
Saúde Materna	14 947	14 385	13 820	14 124	13 134	-12%
Planeamento Familiar	22 664	10 902	12 241	14 741	16 778	-26%
Especialidade	3 868	18 240	48 342	10 159	2 386	-38%
Não Especificado	43	6	10	8	0	-100%
Domicílios	2 935	1 706	2 365	2 373	3 376	15%
Atendimento Complementar (AC)	61 916	42 286	43 286	40 396	25 200	-59%
<b>TOTAL</b>	<b>638 068</b>	<b>636 892</b>	<b>726 851</b>	<b>697 582</b>	<b>683 978</b>	<b>7%</b>

Fonte: SIARS

A tabela apresenta dados sobre as consultas médicas na ULS Arrábida, que abrange os concelhos de Setúbal, Palmela e Sesimbra, entre 2019 e 2023, categorizadas por diferentes programas de saúde e tipos de atendimento.

Observa-se um aumento geral de 7% no total de consultas entre 2019 e 2022, passando de 638 068 para 683 978. As consultas de *Saúde de Adultos*, que representam a maior parte do volume, tiveram um crescimento significativo de 15%, atingindo 549 526 consultas em 2023. A *Saúde Infantil* também registou um aumento expressivo de 40%, chegando a 73 577 consultas, em 2023.

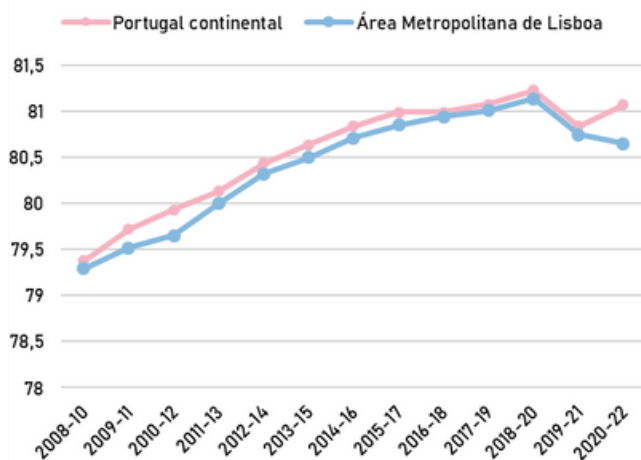
Por outro lado, algumas áreas apresentaram reduções. O *Planeamento Familiar* sofreu uma queda de 26%, passando de 22 664 consultas, em 2019, para 16 778 em 2023. A *Saúde Materna* também diminuiu 12% no período analisado. As *Consultas de Especialidade* tiveram uma redução significativa de 38%, embora tenham

apresentado um pico em 2021 com 48 342 consultas.

Os *Domicílios* aumentaram 15%, atingindo 3.376 visitas em 2023. Contudo, o *Atendimento Complementar (AC)* registou uma queda acentuada de 59%, passando de 61.916 atendimentos em 2019 para apenas 25.200 em 2023.

É importante notar que 2020 e 2021 foram anos atípicos, devido à pandemia de COVID-19, o que pode explicar algumas variações significativas, sobretudo nas *Consultas de Especialidade* e no *Atendimento Complementar*.

Em síntese, apesar das reduções em algumas áreas, o aumento global de consultas, especialmente em *Saúde de Adultos* e *Saúde Infantil*, sugere uma melhoria na capacidade de atendimento da ULS Arrábida. No entanto, as quedas em áreas como *Planeamento Familiar* e *Atendimento Complementar* podem indicar a necessidade de atenção e possíveis ajustes na resposta destes serviços.

**GRÁFICO N.º 73 - ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA (2008-2022) (N.º ANOS)**

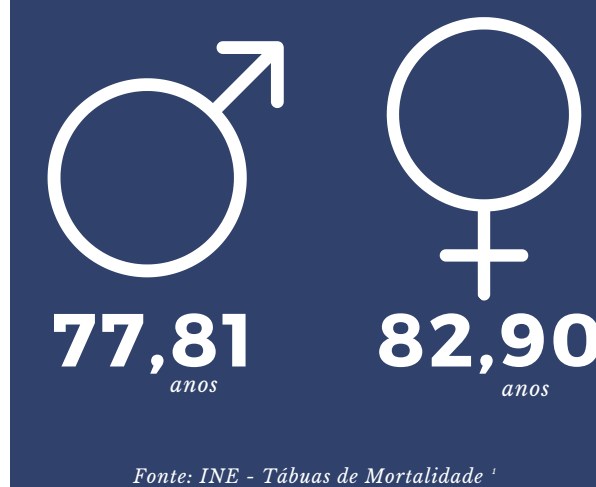
Fonte: INE - Esperança de vida à nascença (Metodologia 2007 - Anos) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Tábuas completas de mortalidade

A esperança média de vida à nascença demonstra tendências positivas gerais tanto no Continente como na Área Metropolitana de Lisboa entre 2008 e 2022, com algumas oscilações recentes.

No Continente, a esperança média de vida aumentou de 79,38 anos no período 2008-2010 para um pico de 81,23 anos em 2018-2020. Contudo, observou-se uma ligeira diminuição para 80,84 anos em 2019-2021, possivelmente influenciada pelo impacto da pandemia de COVID-19, seguida de uma recuperação para 81,07 anos em 2020-2022.

Na Área Metropolitana de Lisboa, a evolução foi semelhante, com um aumento progressivo de 79,29 anos em 2008-2010 para um máximo de 81,14 anos em 2018-2020.

No entanto, a AML registou uma diminuição mais acentuada nos dois períodos seguintes, atingindo 80,65 anos em 2020-2022.

**ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA NA PENÍNSULA DE SETÚBAL (2021-2023)**

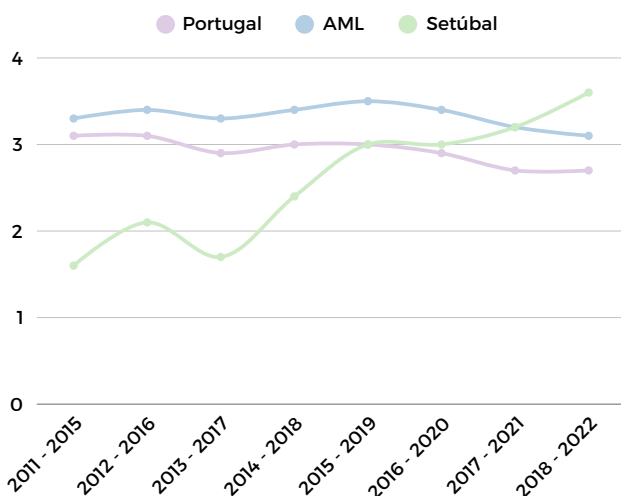
Fonte: INE - Tábuas de Mortalidade<sup>1</sup>

Na Península de Setúbal, registou-se um ligeiro aumento da esperança de vida em todos os grupos ao longo de dois períodos consecutivos (2020-22 e 2021-23). Nesta região a esperança de vida total aumentou de 80,25 para 80,54 anos, sendo que nos homens subiu de 77,52 para 77,81 anos e nas mulheres de 82,63 para 82,90 anos. Mantém-se uma diferença significativa entre sexos, com as mulheres a viverem, em média, cerca de cinco anos a mais do que os homens.

As oscilações recentes na esperança de vida podem dever-se à pandemia e ao seu impacto na saúde pública.

Contudo, o crescimento sustentado ao longo da década indica avanços significativos na longevidade das/os portuguesas/es. Este cenário realça a necessidade de continuar a investir na saúde pública para manter os ganhos na esperança média de vida e reduzir o impacto de futuras crises.

<sup>1</sup> - Instituto Nacional de Estatística. (2024). Tábuas de Mortalidade - NUTS II Esperanças de Vida - NUTS III 2021-2023. INE.

GRÁFICO N° 74 - TAXA QUINQUENAL DE MORTALIDADE INFANTIL<sup>1</sup> (%)

Fonte: INE - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Óbitos por causas de morte

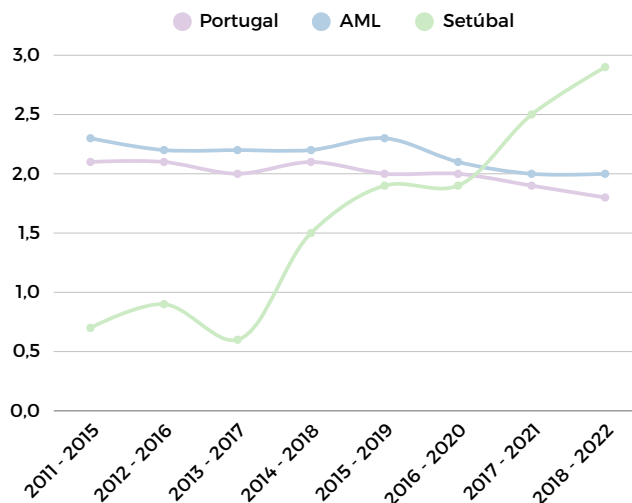
A análise da Taxa Quinquenal de Mortalidade Infantil (TQMI) (%) entre 2011 e 2022 indica tendências distintas para Portugal, Área Metropolitana de Lisboa e Setúbal.

Portugal apresentou uma diminuição geral, passando de 3,1% para 2,7%, indicando melhoria neste indicador.

A Área Metropolitana de Lisboa manteve taxas ligeiramente superiores à média nacional, com uma pequena redução de 3,3% para 3,1%.

Já em Setúbal, observa-se um aumento significativo ao longo do período analisado. A taxa começou em valores muito baixos, inferiores aos nacionais (1,6 em 2011-2015), mas subiu progressivamente até atingir 3,6 em 2018-2022.

Esta tendência preocupante contrasta com o panorama nacional e regional e poderá refletir problemas específicos locais.

GRÁFICO N° 75 - TAXA QUINQUENAL DE MORTALIDADE NEONATAL<sup>2</sup> (%)

Fonte: INE - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (%) por Local de residência da mãe (NUTS - 2013); Anual - INE, Óbitos por causas de morte

Relativamente à Taxa Quinquenal de Mortalidade Neonatal (TQMN) (%) entre 2011 e 2022 revela tendências distintas para Portugal, Área Metropolitana de Lisboa e Setúbal. Portugal e a Área Metropolitana de Lisboa apresentaram uma diminuição geral, com Portugal passando de 2,1% para 1,8% e a Área Metropolitana de Lisboa de 2,3% para 2,0%.

Contudo, Setúbal exibe uma tendência preocupante, com um aumento significativo de 0,7% para 2,9%, superando a média nacional e da Área Metropolitana de Lisboa.

Esta situação em Setúbal persistiu e agravou-se, com dados recentes de 2023 e 2024 indicando uma taxa de mortalidade infantil de 3,7 casos por mil nascimentos na Península de Setúbal.

Este cenário sugere a necessidade de uma investigação aprofundada sobre os fatores que contribuíram para este aumento.

<sup>1</sup> - Óbitos de crianças nascidas vivas, que faleceram com menos de um ano de idade. (INE)

<sup>2</sup> - Óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade (INE)

TABELA N.º 44 - CAUSAS DE MORTE NO CONCELHO DE SETÚBAL (2022) (N.º) (%)

Causa de Morte	(N.º)	(%)
Doenças do aparelho circulatório	455	29,5%
Tumores (neoplasmas) malignos	341	22,1%
Doenças do aparelho respiratório	125	8,1%
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	95	6,2%
Transtornos mentais e comportamentais	76	4,9%
Causas externas de lesão e envenenamento	61	4,0%
Doenças do aparelho geniturinário	57	3,7%
Doenças do aparelho digestivo	55	3,6%
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	53	3,4%
Acidentes	32	2,1%
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	23	1,5%
Suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente	19	1,2%
Outras mortes súbitas de causa desconhecida, mortes sem assistência, outras causas mal definidas e as não especificadas	17	1,1%
Homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas	4	0,3%
Lesões em que se ignora se foram acidental ou intencionalmente infligidas	3	0,2%
Outras	125	8,1%

Fonte: INE - Óbitos (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário e Causa de morte (Lista sucinta europeia); Anual - INE, Óbitos por causas de morte

Analisando os dados das principais causas de morte no concelho de Setúbal em 2022, observamos que as *doenças do aparelho circulatório* foram a principal causa de morte, representando 29,5% do total de óbitos (455 casos).

Em segundo lugar, encontram-se os *tumores malignos*, responsáveis por 22,1% das mortes (341 casos). As *doenças do aparelho respiratório* ocupam a terceira posição, com 8,1% dos óbitos (125 casos).

É relevante que as três principais causas de morte representam conjuntamente 59,7% de todas as mortes no concelho. As *doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas*

aparecem em quarto lugar, com 6,2% dos óbitos, seguidas pelos transtornos mentais e comportamentais, com 4,9%.

As *causas externas de lesão e envenenamento*, incluindo *acidentes, suicídios e homicídios*, somam 5,7% das mortes.

Os *acidentes* representam 2,1% dos óbitos, enquanto os *suicídios* correspondem a 1,2% e os *homicídios* a 0,3%.

As *doenças do aparelho geniturinário* e do *aparelho digestivo* têm percentagens semelhantes, com 3,7% e 3,6% respetivamente.

É importante notar que 3,4% das mortes são classificadas como sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados noutra parte, o que pode indicar a necessidade de melhorias no diagnóstico e classificação das causas de morte.

Por fim, 8,1% das mortes são classificadas como *outras*, sugerindo uma diversidade de causas menos frequentes que não se enquadram nas categorias principais.

A análise das principais causas de morte no concelho de Setúbal em 2022 evidencia que as doenças do *aparelho circulatório* e os *tumores malignos* são as principais responsáveis pela mortalidade, representando mais de metade dos óbitos. Este facto destaca a necessidade de reforçar políticas de prevenção e promoção da saúde relacionadas com estas patologias, como campanhas para hábitos de vida saudáveis, rastreios regulares e acesso a cuidados médicos especializados.

A relevância das doenças respiratórias, endócrinas e metabólicas, bem como dos transtornos mentais e comportamentais, sublinha a importância de uma abordagem integrada na saúde pública, que contemple tanto o tratamento das doenças crónicas como o apoio à saúde mental.

As causas externas, incluindo acidentes rodoviários e quedas, bem como suicídios, apontam para a necessidade de medidas preventivas específicas, como campanhas de

segurança rodoviária e estratégias de intervenção em saúde mental. Estes dados podem servir como base para o planeamento estratégico no âmbito da saúde pública local, com o objetivo de reduzir a mortalidade e melhorar a qualidade de vida da população.

TABELA Nº 45 - ALGUMAS CAUSAS DE MORTE ASSOCIADAS A SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE NO CONCELHO DE SETÚBAL (2013 - 2022) (N.º)

Causa de morte	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Varição 2013-2022
Transtornos mentais e comportamentais	11	30	30	46	40	50	48	73	62	76	65
Pneumonia	51	56	62	69	56	49	56	49	34	41	-10
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	44	32	24	25	35	21	29	27	34	23	-21
Suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente	14	7	11	9	11	16	13	13	14	19	5
Outras mortes súbitas de causa desconhecida, mortes sem assistência, outras causas mal definidas e as não especificadas	30	14	9	10	20	29	10	25	19	17	-13
Homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas	0	0	1	2	0	0	1	0	1	4	4
Tuberculose	3	3	3	4	5	3	2	6	4	3	0
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana [VIH]	11	7	6	6	5	3	8	7	5	3	-8
Hepatite viral	4	3	2	1	4	2	1	3	1	2	-2
Envenenamento (intoxicação) accidental por drogas, medicamentos e substâncias biológicas	0	2	1	0	0	0	2	0	4	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>168</b>	<b>154</b>	<b>149</b>	<b>172</b>	<b>176</b>	<b>173</b>	<b>170</b>	<b>203</b>	<b>178</b>	<b>190</b>	<b>22</b>

Fonte: INE - Óbitos (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário e Causa de morte (Lista sucinta europeia); Anual - INE, Óbitos por causas de morte

A tabela apresentada mostra a evolução de algumas causas de morte associadas a situações de vulnerabilidade no concelho de Setúbal entre 2013 e 2022. Analisando os dados, observa-se um aumento global de 22 óbitos neste período, passando de 168 em 2013 para 190 em 2022.

Os *transtornos mentais e comportamentais* destacam-se como a causa que apresentou o maior aumento, passando de 11 casos em 2013 para 76 em 2022, um acréscimo de 65 óbitos, sendo a maioria de casos a partir dos 85 anos de idade.

Este aumento pode estar relacionado com diversos fatores socioeconómicos e demográficos. O envelhecimento da população é um aspeto relevante. Isto sugere uma necessidade crescente de serviços de saúde mental e apoio social direcionados à população idosa.

A *pneumonia*, por outro lado, registou uma diminuição de 10 casos, passando de 51 em 2013 para 41 em 2022. As *doenças infecciosas e parasitárias* também apresentaram uma redução significativa, com menos 21 casos em 2022 comparativamente a 2013.

Os *suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente* aumentaram ligeiramente, de 14 casos em 2013 para 19 em 2022, um aumento de 5 óbitos. Este dado, embora não seja um aumento expressivo, merece atenção das autoridades de saúde pública.

Verificou-se um aumento nos *homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas*, que passaram de nenhum caso em 2013 para 4 em 2022. Apesar de os números absolutos serem baixos, este aumento percentual é significativo e pode indicar uma tendência preocupante na segurança pública.

As *mortes súbitas de causa desconhecida, mortes sem assistência e outras causas mal definidas e não especificadas* diminuíram de 30 casos em 2013 para 17 em 2022, o que pode sugerir uma melhoria na capacidade de diagnóstico e classificação das causas de morte.

As doenças relacionadas ao VIH e a *hepatite viral* apresentaram uma redução nos óbitos, o que pode refletir melhorias no tratamento e prevenção destas condições. A *tuberculose* manteve-se relativamente estável, com 3 casos tanto em 2013 quanto em 2022, com o maior número de casos a ser registado em 2020 (6).

Os *envenenamentos acidentais por drogas, medicamentos e substâncias biológicas*, embora com números baixos, aumentaram de 0 para 2 casos entre 2013 e 2022. O valor mais elevado foi de 4 em 2021.

Em suma, esta análise revela um cenário complexo das causas de morte associadas a vulnerabilidades em Setúbal, com destaque para o aumento significativo dos transtornos mentais e comportamentais. Estes dados podem ser valiosos para orientar políticas públicas de saúde e de cariz social no concelho, especialmente no que diz respeito à saúde mental, prevenção de suicídios e combate à violência.

O aumento nos casos de suicídio e lesões autoprovocadas, bem como o ligeiro aumento nos homicídios, aponta para a necessidade de estratégias de prevenção da violência e promoção da saúde mental. Estas questões devem ser abordadas de forma integrada, considerando fatores como o desemprego, a pobreza e a exclusão social.

A redução nos casos de doenças infecciosas e parasitárias, incluindo VIH e hepatite viral, sugere melhorias no acesso aos cuidados de saúde e nas estratégias de prevenção. No entanto, a persistência de casos de tuberculose indica a necessidade de manter a vigilância sobre doenças associadas a condições de vida precárias.

TABELA Nº 46 - ALGUMAS CAUSAS DE MORTE ASSOCIADAS A SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE NO CONCELHO DE SETÚBAL E EM PORTUGAL (2022) (%)

Causa de morte	Setúbal	Portugal
Transtornos mentais e comportamentais	4,9%	5,4%
Pneumonia	2,7%	3,6%
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1,5%	2,1%
Suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente	1,2%	0,8%
Outras mortes súbitas de causa desconhecida, mortes sem assistência, outras causas mal definidas e as não especificadas	1,1%	3,1%
Homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas	0,3%	0,1%
Tuberculose	0,2%	0,1%
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana [VIH]	0,2%	0,2%
Hepatite viral	0,1%	0,1%
Envenenamento (intoxicação) accidental por drogas, medicamentos e substâncias biológicas	0,1%	0,1%

Fonte: Cálculos próprios com base no INE - Óbitos (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário e Causa de morte (Lista sucinta europeia); Anual - INE, Óbitos por causas de morte

Analisando a tabela n.º 46 observam-se algumas diferenças significativas e inter-relações entre fatores socioeconómicos, condições de saúde pública e perfis epidemiológicos, no contexto de causas de morte associadas a situações de vulnerabilidade social neste município.

Relativamente aos *transtornos mentais e comportamentais* como causas de morte, Setúbal apresenta uma taxa menor (4,9%) em comparação com a média nacional (5,4%). Esses transtornos incluem geralmente depressão, ansiedade e demências, ocorrendo frequentemente associados a condições de vida precárias, exclusão social e envelhecimento populacional (o aumento da esperança média de vida implica aumento de doenças específicas associadas ao envelhecimento como as demências). Evidencia-se a relação entre

problemas mentais e suicídios (1,2% em Setúbal). A saúde mental precária pode levar a comportamentos autodestrutivos ou ao agravamento de doenças crónicas.<sup>1</sup>

Observamos que a percentagem de *suicídios e lesões autoprovocadas* como causas de morte em Setúbal (1,2%) tem um peso maior do que a nível nacional (0,8%). Este dado reflete desafios nas áreas da saúde mental e do acompanhamento social: fatores como desemprego e problemas financeiros, conflitos familiares ou o isolamento social, por exemplo, podem agravar estas problemáticas.<sup>2</sup>

As *mortes súbitas de causa desconhecida e mal definidas*, podem incluir casos não diagnosticados de doenças cardiovasculares ou infecciosas, apresentam em Setúbal uma taxa muito menor (1,1%) em comparação com a média nacional (3,1%), o que

<sup>1</sup> - Ordem dos Psicólogos Portugueses (2014). A Co-morbilidade das Doenças Físicas e Mentais. Lisboa

<sup>2</sup> - Carvalho, F. (2015). Risco de suicídio numa sociedade em crise económica - O papel dos cuidados de saúde (Mestrado Integrado em Medicina). Repositório Aberto da Universidade do Porto.

pode refletir diferenças na qualidade do registo de óbitos ou melhor acesso a atendimento e acompanhamento médico.

Considerando as *doenças infecciosas e parasitárias*, Setúbal tem um peso menor no total de mortes (1,5%) em comparação com Portugal (2,1%). Estas doenças associam-se regularmente a condições de higiene precárias e falta de saneamento básico.

No que se refere à *pneumonia* como causa de morte, em Setúbal a taxa (2,7%) é consideravelmente menor que em Portugal (3,6%). Esta doença é comum em populações vulneráveis, como a idosa e/ou com doença crónica. Está fortemente ligada a condições socioeconómicas e ambientais, como habitação inadequada e acesso limitado aos cuidados médicos.<sup>1</sup> Também pode ser agravada por doenças pré-existentes, como a tuberculose.

Relativamente à morte por *tuberculose*, apesar de ter um peso reduzido no total do número de mortes, Setúbal tem uma proporção duas vezes maior (0,2%) que a nível nacional (0,1%). A *tuberculose* constitui-se como indicador crítico de vulnerabilidade social, sendo mais prevalente em áreas urbanas densamente povoadas e entre populações desfavorecidas. Existe uma relação com outras doenças respiratórias como a pneumonia.

As taxas de *VIH*, *hepatite viral* e *envenenamento acidental* são semelhantes entre Setúbal e Portugal.

O VIH ainda se encontra associado a exclusão social e pode aumentar a suscetibilidade a outras infeções oportunistas como pneumonia ou tuberculose. Já a hepatite pode relacionar-se com o consumo abusivo de drogas injetáveis e condições sanitárias desadequadas.

O *envenenamento* está associado ao uso indevido de substâncias químicas e pode também estar ligado indiretamente à saúde mental precária ou à falta de suporte social.

Por fim, no que concerne aos *homicídios* como causa de morte, a taxa em Setúbal (0,3%) tem um peso maior que a nível nacional (0,1%). Podem estar associados a desigualdades sociais e violência urbana e coexistir com outros fatores de vulnerabilidade social que também influenciam as taxas de suicídio.

Verificamos assim que Setúbal apresenta taxas menores em algumas causas de morte, como transtornos mentais, pneumonia e doenças infecciosas. No entanto, o Concelho tem taxas mais elevadas de suicídio, homicídio e tuberculose, em comparação com o registado a nível nacional, indicando áreas que podem necessitar de atenção especial em termos de saúde pública e prevenção.

Essas relações destacam a necessidade de políticas integradas que abordem não apenas as condições médicas específicas, mas também os determinantes sociais subjacentes para reduzir as disparidades regionais na mortalidade.

<sup>1</sup> - Gato, A. P., B. Moreira, S., dos Santos, J. R., Canais, E., Cerqueira, A. F., & Barbosa, V. (2024). Contributos para o Estudo dos Determinantes Sociais de Saúde na Área Metropolitana de Lisboa. RPER, (67), 131-150.

TABELA N.º 47 - NOVOS DIAGNÓSTICOS DE INFEÇÃO POR VIH (2019-2023)

	N.º de Casos VIH (2019 – 2023)	Nº casos por 100.000 habitantes
Portugal	4926	9,4
Área Metropolitana de Lisboa	2347	16,1
Setúbal	80	12,9

Fonte: Portugal. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde/Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Infeção por VIH em Portugal – 2024. Lisboa: DGS/INSA; 2024

A análise efetuada referente aos novos diagnósticos de infeção por VIH entre 2019 e 2023, revela disparidades regionais significativas entre Portugal, a Área Metropolitana de Lisboa e Setúbal.

Verifica-se que no total, Portugal registou 4.926 novos casos de VIH durante este período, o que corresponde a uma taxa de 9,4 casos por 100 000 habitantes. Este valor reflete uma tendência nacional que, embora em declínio ao longo das últimas décadas, ainda permanece acima da média da União Europeia.<sup>1</sup>

A AML destacou-se com 2347 novos casos e uma taxa de 16,1 casos por 100 000 habitantes, significativamente superior à média nacional. Esta concentração elevada pode refletir o impacto da densidade populacional e das dinâmicas sociais e económicas da região, que frequentemente apresentam maior vulnerabilidade para a transmissão do VIH.

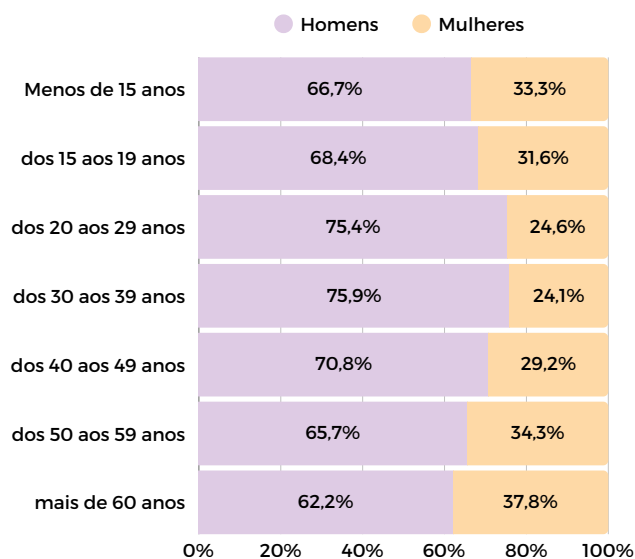
Relativamente a Setúbal, registou 80 novos casos no mesmo período, com uma taxa de 12,9 casos por 100 000 habitantes.

Embora inferior à AML, esta taxa também supera a média nacional, apontando para desafios locais específicos na prevenção e controlo da infeção.<sup>1</sup> Em Setúbal, apesar do menor número absoluto de casos, a taxa elevada sugere a importância de intervenções direcionadas para populações vulneráveis.

Apesar da redução global de novos diagnósticos em Portugal (36% entre 2014 e 2023)<sup>1</sup>, as taxas regionais mais elevadas continuam a justificar um reforço das políticas públicas de saúde, incluindo campanhas educativas, rastreios acessíveis e programas preventivos como a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP).

<sup>1</sup> - Portugal. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde/Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Infeção por VIH em Portugal – 2024. Lisboa: DGS/INSA; 2024

**GRÁFICO Nº 76 - CASOS DE VIH EM PORTUGAL (2023)  
DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO ETÁRIO E SEXO,  
SEGUNDO O ANO DE DIAGNÓSTICO (%)**



Fonte: Portugal. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde/Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Infeção por VIH em Portugal - 2024. Lisboa: DGS/INSA; 2024 (adaptado)

No gráfico n.º 76 sobre a distribuição percentual dos casos de VIH em Portugal em 2023, por grupo etário e sexo, podemos observar uma predominância clara de casos em homens em todos os grupos etários, com percentagens variando entre 62,2% e 75,9%.

A faixa etária com maior disparidade entre homens e mulheres é a dos 30 aos 39 anos, onde 75,9% dos casos são em homens e 24,1% em mulheres. Esta tendência mantém-se semelhante no grupo dos 20 aos 29 anos, com 75,4% dos casos em homens.

É interessante notar que a proporção de casos em mulheres tende a aumentar nas faixas etárias mais elevadas. No grupo com mais de 60 anos, 37,8% dos casos são em mulheres, a percentagem mais alta entre todos os grupos etários.

Nos casos pediátricos (menos de 15 anos), a proporção mantém-se maioritariamente masculina, com 66,7% dos casos em rapazes.

Estes dados estão em linha com as tendências gerais reportadas, que indicam que os novos casos de VIH em Portugal ocorrem maioritariamente em homens, com uma proporção de 2,6 casos em homens para cada caso em mulheres.

É importante salientar que estes números refletem apenas os casos diagnosticados, podendo não representar a totalidade da realidade epidemiológica do VIH em Portugal. Fatores como diferenças no acesso aos cuidados de saúde, comportamentos de risco e padrões de testagem podem influenciar estas estatísticas.<sup>1</sup>

A maior prevalência de VIH nos homens deve-se a fatores biológicos, comportamentais e socioculturais. A transmissão do VIH de homens para mulheres é aproximadamente duas vezes mais recorrente do que de mulheres para homens. Estes adotam mais comportamentos de risco, como sexo desprotegido e consumo de drogas. Socioculturalmente, procuram os cuidados de saúde com menor frequência. O estigma associado a homens que fazem sexo com homens (HSH), a discriminação e crenças sobre a masculinidade dificultam a prevenção e o tratamento desta condição de saúde. Muitos homens heterossexuais consideram-se imunes, ocorrendo por isso diagnósticos tardios.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> - Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde/Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Infeção por VIH em Portugal - 2024. Lisboa: DGS/INSA; 2024

<sup>2</sup> - ONUSIDA. (2001). Os Homens e o SIDA: Uma Abordagem Baseada no Género (UNAIDS/99.43E). Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/SIDA (ONUSIDA).

TABELA N.º 48 - NOVOS DIAGNÓSTICOS DE SIDA<sup>2</sup> POR 100.000 HABITANTES (2014-2023) (N.º)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Distrito de Setúbal	4	4,1	4,9	4,7	4,9	2,4	2,7	3,2	2,1	1,2
Portugal	3,7	3,3	3,7	2,9	2,6	2,4	2,1	2,4	1,6	1,2

Fonte: Portugal. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde/Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Infeção por VIH em Portugal – 2024. Lisboa: DGS/INSA; 2024

A análise efetuada à presente temática, revela uma tendência geral de diminuição tanto no Distrito de Setúbal como em Portugal, embora com algumas flutuações ao longo do período.

No Distrito de Setúbal observa-se uma variação significativa nos primeiros anos do período analisado. A taxa de novos diagnósticos aumentou, de 4 em 2014, para um pico de 4,9 em 2016 e 2018. Contudo, a partir de 2019, nota-se uma redução acentuada, com a taxa a cair para 2,4 por 100 000 habitantes. Nos anos seguintes, houve ligeiras oscilações, culminando em 1,2 casos por 100 000 habitantes em 2023.

Em Portugal, a tendência de redução é mais consistente ao longo do período. A taxa nacional diminuiu de 3,7 casos por 100 000 habitantes em 2014 para 1,2 em 2023, representando uma redução de cerca de 67,6% ao longo da década. É de destacar que em 2023, tanto o Distrito de Setúbal como Portugal apresentaram a mesma taxa de 1,2 casos por 100 000 habitantes, a mais baixa no período analisado.

Esta evolução positiva alinha-se com os dados mais recentes do relatório

"Infeção por VIH em Portugal – 2024".

Esta tendência decrescente reflete os esforços contínuos na prevenção, diagnóstico precoce e tratamento da infeção por VIH, contribuindo para a diminuição da progressão para SIDA<sup>2</sup>. Apesar destes progressos, é importante notar que Portugal ainda apresenta taxas de novos diagnósticos de SIDA superiores à média da União Europeia.<sup>1</sup>

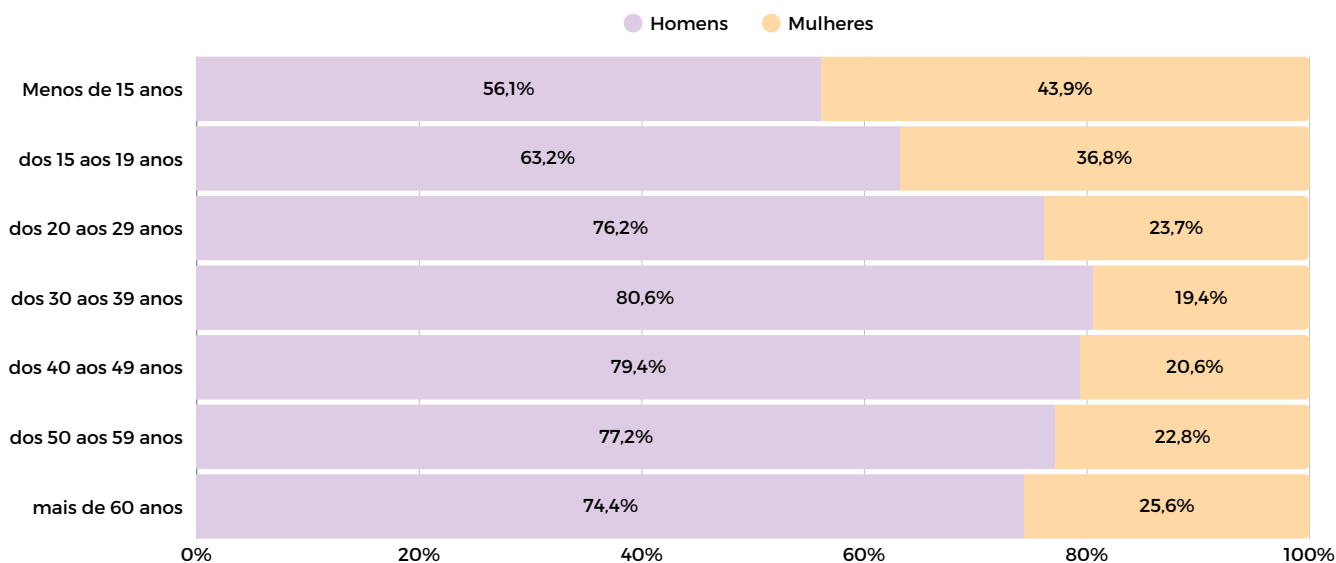
Isto sublinha a necessidade de manter e reforçar as estratégias de prevenção e tratamento, especialmente em populações vulneráveis e em regiões que historicamente apresentaram taxas mais elevadas, como o Distrito de Setúbal.

A convergência das taxas entre o Distrito de Setúbal e a média nacional em 2023 é um sinal positivo, indicando uma possível equalização dos esforços e resultados no combate à SIDA em diferentes regiões do país. No entanto, é crucial manter a vigilância e continuar a implementar políticas de saúde pública eficazes para sustentar esta tendência decrescente e alcançar as metas estabelecidas para o controlo da epidemia de VIH/SIDA em Portugal.

<sup>1</sup> - Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde/Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Infeção por VIH em Portugal – 2024. Lisboa: DGS/INSA; 2024

<sup>2</sup> - SIDA: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

GRÁFICO Nº 77 - CASOS DE SIDA EM PORTUGAL (2023) DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO ETÁRIO E SEXO, SEGUNDO O ANO DE DIAGNÓSTICO (%)



Fonte: Portugal. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde/Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. *Infeção por VIH em Portugal – 2024*. Lisboa: DGS/INSA; 2024 (adaptado)

Em todas as faixas etárias, os homens representam a maior parte dos casos de SIDA, com uma diferença mais pronunciada nas faixas mais jovens. À medida que a idade aumenta, a diferença percentual entre os casos em homens e mulheres tende a diminuir ligeiramente, mas a predominância masculina mantém-se.

A diferença é mais pronunciada nas faixas etárias mais jovens, especialmente nos grupos de *20 a 29 anos* (76,2%) e *30 a 39 anos* (80,6%). Considerando que essas faixas etárias estão associadas a maior atividade sexual e maior diversidade de parceiros/as sexuais, o que acaba por colocar as pessoas em situações de maior risco de transmissão.

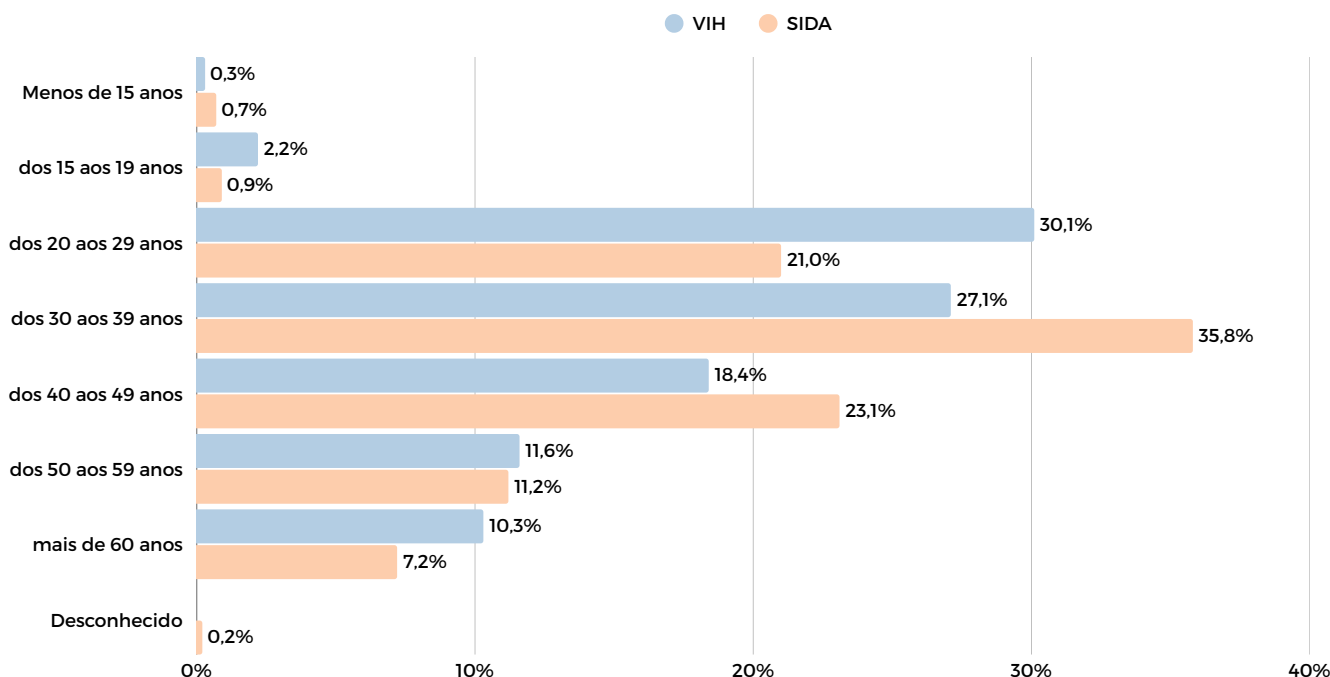
À medida que a faixa etária aumenta, a diferença entre os casos de SIDA em homens e mulheres diminui ligeiramente. Embora os homens ainda sejam maioria em todas as faixas etárias, a percentagem de mulheres diagnosticadas aumenta

ligeiramente nas faixas etárias de *50 a 59 anos* (22,8%) e *mais de 60 anos* (25,6%).

Isso pode refletir uma mudança nas características de transmissão do VIH. Mulheres mais velhas podem estar a ser diagnosticadas mais tarde, ou podem ter sido menos diagnosticadas nas faixas etárias mais jovens devido à menor prevalência ou ao estigma social em torno da doença, que pode ter levado a menos testes ou a diagnósticos tardios.

A diferença de distribuição entre homens e mulheres pode refletir fatores sociais e culturais, como o estigma, a forma como homens e mulheres se comportam em relação ao risco, e a facilidade ou dificuldade de acesso a serviços de saúde.

GRÁFICO Nº 78 - CASOS DE VIH E SIDA EM PORTUGAL (2023) DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO ETÁRIO SEGUNDO O ANO DE DIAGNÓSTICO (%)



Fonte: Portugal. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde/Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Infeção por VIH em Portugal – 2024. Lisboa: DGS/INSA; 2024 (adaptado)

Com base nos dados apresentados no gráfico n.º 78 sobre os casos de VIH e SIDA em Portugal em 2023, podemos observar e concluir o seguinte:

1) A faixa etária *dos 20 aos 29 anos* apresenta a maior percentagem de casos de VIH (30,1%), seguida de perto pela faixa dos 30 aos 39 anos (27,1%);

2) Para os casos de SIDA, a faixa etária mais afetada é a *dos 30 aos 39 anos* (35,8%), seguida pela *dos 40 aos 49 anos* (23,1%);

3) Os casos em menores de 15 anos são relativamente baixos, representando 0,3% para VIH e 0,7% para SIDA;

4) A faixa *dos 15 aos 19 anos* também apresenta percentagens baixas, com 2,2% para VIH e 0,9% para SIDA;

5) No entanto, apesar dos números

relativamente baixos nas faixas etárias mais jovens, pode ser importante para conter ainda mais estes números, a implementação robusta na sociedade de educação sexual para prevenção e promoção de comportamentos sexuais seguros, bem como informação adequada sobre o acesso a serviços de saúde;

6) As faixas etárias *dos 20 aos 39 anos* concentram a maioria dos casos, tanto para VIH (57,2%) como para SIDA (56,8%);

7) Há uma percentagem significativa de casos em pessoas com mais de 50 anos, totalizando 21,9% para VIH e 18,4% para SIDA;

8) A maior percentagem de casos de SIDA na faixa *dos 30 aos 39 anos* (35,8%), em comparação com os casos de VIH (27,1%), pode indicar

uma progressão da doença ao longo do tempo;

9) A maior percentagem de casos de SIDA em faixas etárias mais avançadas pode sugerir diagnósticos tardios ou progressão da doença não tratada;<sup>1</sup>

10) A alta incidência nas faixas etárias mais jovens (20-39 anos) para VIH, indica a necessidade de reforçar medidas preventivas e educativas nestes grupos. A falta de conhecimento sobre o fenómeno e a não realização de testes regulares por receio de discriminação, bem como comportamentos sexuais de risco e oferta limitada a serviços de saúde sexual e reprodutiva contribuem para o fenómeno;

11) A presença significativa de casos em pessoas com *mais de 60 anos* (10,3% para VIH e 7,2% para SIDA) aponta para a importância de abordar as necessidades específicas desta população.

Apesar da transmissão heterossexual ser a mais comum, a maioria dos novos casos em homens ocorre entre homens que fazem sexo com homens (HSH). Em 2022, registaram-se 151 mortes de pessoas com VIH, sendo que mais de metade tinha sido diagnosticada há mais de 15 anos, com uma idade média de 60 anos no momento do falecimento. Desde o início da epidemia de VIH em Portugal, há 40 anos, foram registados mais de 66 mil casos de infeção, com quase 24 mil a atingirem o estágio

SIDA e cerca de 16 000 óbitos. Estima-se que no final de 2021, viviam em Portugal mais de 45 mil pessoas com VIH, das quais a grande maioria já tinha conhecimento do seu diagnóstico.<sup>1</sup>

Estas análises revelam a complexidade da epidemia de VIH/SIDA em Portugal, destacando a necessidade de estratégias de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adaptadas às diferentes faixas etárias.

<sup>1</sup> - INEM. (2023, 30 de novembro). Portugal com tendência decrescente de novos casos de infeção por VIH desde 2000. Instituto Nacional de Emergência Médica. - Consultado a 24 de Fevereiro de 2024

**TABELA Nº 49 - MORTALIDADE EVITÁVEL NO CONCELHO DE SETÚBAL (RAZÃO PADRONIZADA DE MORTALIDADE SUAVIZADA) (2019)**

	2019
Mortalidade evitável sensível ao consumo de álcool (Razão Padronizada de Mortalidade suavizada) <sup>1</sup>	112,3
Mortalidade evitável sensível à pobreza (Razão Padronizada de Mortalidade suavizada) <sup>2</sup>	86
Mortalidade por suicídio e lesões auto-infligidas (Razão Padronizada de Mortalidade suavizada) <sup>3</sup>	114

Fonte: Atlas dos Municípios Saudáveis - Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis com base no INE, Óbitos por Causa de Morte e Estimativas Anuais da População Residente

Os municípios da Rede Portuguesa dos Municípios Saudáveis (RPMS) representam quase metade da população residente em Portugal (44%), segundo os últimos Censos de 2021, totalizando 4 557 911 habitantes.

A tabela apresenta dados de mortalidade evitável para o concelho de Setúbal em 2019, utilizando a Razão Padronizada de Mortalidade suavizada (RPMs) para três categorias diferentes:

1) Mortalidade evitável sensível ao consumo de álcool: apresenta uma RPMs de 112,3, indicando que a

mortalidade observada é 12,3% superior à esperada para uma população padrão;

2) Mortalidade evitável sensível à pobreza: RPMs de 86,0 sugere que a mortalidade observada é 14% inferior à esperada;

3) Mortalidade por suicídio e lesões auto-infligidas: mostra a RPMs mais elevada, de 114,0, indicando que a mortalidade observada é 14% superior à esperada.

Os dados de 2019 sugerem que o consumo de álcool e o suicídio são áreas que requerem atenção especial em termos de saúde pública em Setúbal, pois apresentam mortalidade acima do esperado.

Por outro lado, a mortalidade relacionada com a pobreza encontrava-se abaixo do esperado, indicando a possível eficácia de programas sociais ou de saúde voltados para as populações vulneráveis.

Razão Padronizada de Mortalidade suavizada (RPMs): Um município com um valor de 112,3 revela um acréscimo de 12,3% nos óbitos observados (relativamente aos respetivos óbitos esperados), tendo em conta o valor padrão (100) definido para o conjunto dos municípios da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS) - Para consultar a lista de municípios ver Anexo n.º 2.

<sup>1</sup> - Razão entre o número de óbitos observados com idade inferior a 75 anos por causas de morte sensíveis ao consumo de álcool e o número de óbitos esperados pela mesmas causas de morte no município tendo em conta o valor padrão (100) de mortalidade definido para o conjunto dos municípios da RPMS. Razões superiores a 100 indicam um acréscimo no número de óbitos observados em relação aos esperados. Razões inferiores a 100 indicam uma diminuição no número de óbitos observados em relação aos esperados.

<sup>2</sup> - Razão entre o número de óbitos observados por causas de morte sensíveis à pobreza\* e o número de óbitos esperados pelas mesmas causas de morte no município tendo em conta o valor padrão (100) de mortalidade definido para o conjunto dos municípios da RPMS. Razões superiores a 100 indicam um acréscimo no número de óbitos observados em relação aos esperados. Razões inferiores a 100 indicam uma diminuição no número de óbitos observados em relação aos esperados. A mortalidade evitável sensível à pobreza agrega um conjunto de causas de morte associadas, direta ou indiretamente, com as condições económicas e sociais da população, nomeadamente com a privação sócio-material.

<sup>3</sup> - Razão entre o número de óbitos observados por suicídio e lesões autoinfligidas e o número de óbitos esperados pelas mesmas causas de morte no município tendo em conta o valor padrão (100) de mortalidade definido para o conjunto dos municípios da RPMS. Razões superiores a 100 indicam um acréscimo no número de óbitos observados em relação aos esperados. Razões inferiores a 100 indicam uma diminuição no número de óbitos observados em relação aos esperados.

**TABELA N° 50 - UTENTES COM MÉDICO DE FAMÍLIA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO CONCELHO DE SETÚBAL (JULHO DE 2024) (%) / (N°)**

CS	Freguesia	Edifício	Unidade de Saúde	Utentes C/ Médico/a de família	Utentes S/ Médico/a	Utentes S/ Médico/a por Opção	Total de Utentes Inscritos Frequentadores	Proporção de Utentes S/ Médico/a
CS Setúbal (Bonfim)	U. F. Azeitão	Azeitão	UCSP Azeitão	5584	1581	36	7201	22,0%
			USF Serra Mãe	13 424	4	0	13 428	0%
	U. F. Setúbal	Praça da República	UCSP Praça da República	0	14 057	219	14 276	98,5%
			USF Beira Mar	6794	1167	0	7961	14,7%
			Luísa Todi	9954	1925	4	11 883	16,2%
			São Filipe	15 920	0	0	15 920	0%
CS São Sebastião	São Sebastião	Santos Nicolau	UCSP Santos Nicolau	6578	3972	41	10 591	37,5%
		São Sebastião	UCSP São Sebastião	3331	19 944	269	23 544	84,7%
			USF Du Bocage	7 200	1 259	1	8 460	14,9%
			USF Baía Azul	5 187	0	0	5 187	0%
	Sado	Sado	USF Sado	10 667	0	0	10 667	0%
Total Concelho de Setúbal				84 639	43 909	570	129 118	34%

Fonte: WebRNU - ULS da Arrábida, Serviço de Gestão de Sistemas e Tecnologias de Informação, dados recolhidos em 3 de Julho 2024

A tabela n° 50 apresenta dados sobre a distribuição de utentes com e sem médico/a de família nas Unidades de Saúde do concelho de Setúbal em julho de 2024.

No total, o concelho de Setúbal conta com 129 118 utentes inscritos/as, dos/as quais 84 639 (66%) têm médico/a de família atribuído, enquanto 43 909 (34%) não têm médico/a de família. Adicionalmente, existem 570 utentes que não têm médico/a de família por opção própria.

Analisando as Unidades de Saúde individualmente, observa-se uma grande disparidade na proporção de utentes sem médico/a de família.

As Unidades de Saúde Familiar Serra Mãe, São Filipe, Baía Azul e Sado destacam-se por terem conseguido atribuir médico/a de família a todas as pessoas inscritas, garantindo assim uma melhor qualidade nos cuidados de saúde prestados e um

acompanhamento mais próximo e eficaz à população.

Por outro lado, a UCSP *Praça da República* apresenta a situação mais crítica, com 98,5% de 14 276 utentes sem médico/a de família. A UCSP *São Sebastião* também enfrenta um desafio significativo, com 84,7% de 23 544 utentes sem médico/a atribuído/a.

Outras unidades, como a UCSP *Azeitão* e a UCSP *Santos Nicolau*, apresentam percentagens intermédias de utentes sem médico/a, com 22% e 37,5%, respetivamente.

As Unidades de Saúde Familiar tendem a apresentar melhores indicadores, com percentagens mais baixas de utentes sem médico/a de família, variando entre 0% e 16,2%.

Esta distribuição desigual sugere a necessidade de uma redistribuição de recursos ou de medidas para aumentar a capacidade de atendimento.

TABELA Nº 51 - ÍNDICE DE DESEMPENHO GLOBAL DA SAÚDE (I.D.G.) NAS UNIDADES DE SAÚDE DO CONCELHO DE SETÚBAL (OUTUBRO DE 2024) (0 A 100)

Unidade de Saúde	Acesso		Gestão da doença						Gestão da saúde			
	Consulta no Próprio Dia	Tempos Máximos de Resposta Garantidos	Gestão da Diabetes Mellitus	Doenças Aparelho Respiratório	Doenças Cardiovasculares	Hipertensão Arterial	Multimorbilidade e Outros Tipos de Doenças	Saúde Mental e Gestão de Problemas Sociais e Familiares	Saúde da Mulher	Saúde do Adulto	Saúde do Idoso	Saúde Infantil e Juvenil
UCSP Azeitão	87,9	58,8	14,5	29,3	66,7	31,3	59,2	43,3	30,8	32	55,1	29,5
UCSP Santos Nicolau	87,4	74,8	26,1	38,3	66,7	17,5	60,4	63,6	45,6	6,8	60,8	25,3
UCSP São Sebastião	66,1	63,2	35,1	58,9	56,9	55,6	66,7	79	69,7	83,6	26,9	41,5
USF Baía Azul	63,2	50	30,3	41,1	76,9	31,1	74,3	71,2	47,3	40,5	31,3	45,3
USF Du Bocage	91	44,8	41,1	50,9	63,3	44,9	37,1	75	64,2	52,5	39	64,6
USF Luísa Todi	75	100	63,7	81,5	94,9	86,3	100	100	77,8	94,5	72,9	100
USF Sado	100	100	78,3	90,5	100	78,1	69,1	100	100	100	82,6	100
USF São Filipe	75	100	77,2	76,3	100	93,8	90,8	100	86,9	95,5	56,1	100
USF Serra Mãe	100	93	31,6	31	0	34,6	69,7	50	66,4	30,7	66,7	-
USF Beira Mar	100	93,5	22,6	46,5	68	38,9	33,3	92	49,3	32,2	58,5	84,8
Média	84,6	77,8	42,1	54,4	69,3	51,2	66,1	77,4	63,8	56,8	55,0	59,1

Fonte: BI-CSP - Bilhete de Identidade dos cuidados de Saúde Primários - ULS Arrábida  
(<https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/3/30034/Pages/default.aspx>)

O Índice de Desempenho Global da Saúde (IDG), tal como apresentado na página da Bi-CSP do Ministério da Saúde de Portugal, é um instrumento crucial no contexto da contratualização entre a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) e as Unidades Funcionais (UF) e Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES).<sup>1</sup>

O IDG é fundamental para definir os objetivos e metas que as UF e ACES [atuais ULS] devem alcançar, alinhando o seu desempenho com as prioridades e políticas de saúde a nível nacional para proporcionar os melhores resultados possíveis para a saúde da população.<sup>1</sup>

Funciona como uma ferramenta de avaliação contínua, permitindo monitorizar o progresso e identificar

tanto as áreas onde o desempenho está a superar as expectativas, como aquelas que necessitam de uma atenção redobrada. Ao atingir as metas estabelecidas pelo IDG, as UF e ACES [atuais ULS] podem ser elegíveis para incentivos de cariz financeiro ou outro, promovendo assim uma cultura de melhoria contínua e responsabilização.<sup>1</sup>

Analisando os dados da tabela nº 51 sobre o IDG, observa-se uma variação significativa no desempenho entre as diferentes Unidades de Saúde e entre os vários indicadores. A USF *Luísa Todi* e a USF *Sado* destacam-se com desempenhos consistentemente elevados em quase todas as categorias, enquanto outras unidades apresentam resultados mais variáveis.

<sup>1</sup> - Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS). (2023). Operacionalização Contratualização de Cuidados de Saúde Primários 2023.

A análise sobre o IDG nas Unidades de Saúde do Concelho de Setúbal em outubro de 2024 revela disparidades significativas entre as unidades e áreas de atuação.

No que diz respeito ao acesso, a média de consultas no próprio dia é de 84,6, com a USF *Sado* e USF *Serra Mãe* a atingir 100 e a USF *Baía Azul* com o valor mais baixo de 63,2. Nos tempos máximos de resposta garantidos, três USF (*Luísa Todi*, *Sado* e *São Filipe*) alcançam 100%, enquanto a *Du Bocage* apresenta o valor mais baixo (44,8).

Na *gestão da doença*, observam-se variações consideráveis. A *gestão da diabetes mellitus* apresenta uma média de 42,1, com a USF *Sado* a liderar com 78,3 e a de *Azeitão* com apenas 14,5. As *doenças cardiovasculares* mostram melhores resultados, com uma média de 69,3 e duas USF (*Sado* e *São Filipe*) atingindo 100. A *hipertensão arterial* revela grandes disparidades, variando de 17,5 (UCSP *Santos Nicolau*) a 93,8 (USF *São Filipe*).

Quanto à gestão da saúde, a *saúde mental* e *gestão de problemas sociais e familiares* tem uma média elevada de 77,4, com três USF atingindo 100 (USF *Luísa Todi*), USF *Sado*, USF *São Filipe*).

A *saúde do adulto* apresenta a maior variação, desde 6,8 (UCSP *Santos Nicolau*) até 100 (USF *Sado*).

A *saúde infantil e juvenil* mostra bons resultados em algumas USF (100 em três unidades), mas valores baixos em UCSP como *Azeitão* (29,5) e *Santos*

*Nicolau* (25,3), não existindo dados para a USF *Serra Mãe*.

Em termos de *desempenho global*, as USF *Sado*, *São Filipe* e *Luísa Todi* destacam-se com resultados elevados em várias áreas.

Por outro lado, as UCSP, especialmente *Azeitão*, *Santos Nicolau* e a USF *Serra Mãe* apresentam desempenhos mais baixos em múltiplas dimensões.

Esta análise evidencia a necessidade de melhorias significativas, principalmente nas UCSP, para garantir uma prestação de cuidados de saúde mais equitativa e eficiente no concelho de Setúbal.

### 3.4.1. SAÚDE MENTAL

A Organização Mundial de Saúde define saúde mental como um estado de bem-estar que permite à pessoa ter consciência das suas capacidades, conseguir lidar com os desafios diários, trabalhar produtivamente e contribuir para a comunidade, sentindo-se nela integrada.

A perturbação mental associa-se a causas multifactoriais, advindo de transtornos mentais, neurológicos ou do uso de substâncias. Provoca sofrimento significativo e alterações no comportamento, pensamento e emoções, podendo vir a traduzir-se em situação de incapacidade. Estão envolvidas variáveis genéticas, biológicas, psicológicas e sociais/fatores ambientais. É caracterizada por ser continuada ou recorrente e perturba o funcionamento numa ou mais áreas da vida da pessoa. Devido ao estigma associado à doença mental, ocorre com frequência dificuldade em prevenir a situação de crise ou em assumir o problema de forma a obter-se tratamento atempadamente <sup>1</sup>

No mundo, verifica-se que 12% das doenças são do foro mental, aumentando para 23% nos países desenvolvidos.

As doenças e perturbações mentais são a principal causa de incapacidade, dependência psicossocial e morbidade nas sociedades atuais.

Prevê-se que em 2030, as perturbações ligadas à depressão agravem de tal forma que haja aumento significativo das taxas de suicídio e parassuicídio.<sup>2</sup>

A OMS disponibiliza dados de 2019<sup>3</sup> que revelam que uma em oito pessoas no mundo (970 milhões) vive com doença mental, não tendo a sua maioria acesso a cuidados de saúde de qualidade. As perturbações da ansiedade prevalecem em 301 milhões de pessoas, das quais 58 milhões são crianças e adolescentes. A depressão afeta 280 milhões de pessoas, sendo 23 milhões crianças e adolescentes. As perturbações bipolares são encontradas em 40 milhões de pessoas e a esquizofrenia em 24 milhões (estima-se que afete uma em cada grupo de 300 pessoas). As perturbações da alimentação afetam 14 milhões, sendo 3 milhões referentes a crianças e adolescentes. Existindo vários outros diagnósticos de doença mental, serão estes os mais prevalentes na população mundial. A pobreza, a violência, as deficiências e incapacidades, bem como as diversas

<sup>1</sup> - Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental (SPPSM). "Perturbação Mental em Números." SPPSM, 2025, - Consultado a 5 de Março de 2025

<sup>2</sup> - Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental (SPPSM). "Perturbação Mental em Números." SPPSM, 2025, - Consultado a 5 de Março de 2025

<sup>3</sup> - Organização Mundial da Saúde (OMS) (2023, 8 de junho). Transtornos mentais. Organização Mundial da Saúde. - Consultado a 5 de Março de 2025

formas de desigualdade e discriminação (ex. pessoas refugiadas e migrantes, população LGBTI+, reclusos/as, entre outros grupos) são consideradas como experiências adversas que aumentam exponencialmente o risco de vir a sofrer de doença mental.

Globalmente, apenas 29% das pessoas que sofrem de psicose e um terço daquelas que vivem com depressão, recebe tratamento formal e adequado ao nível da saúde. Para além deste acompanhamento essencial, as pessoas com doença mental necessitam de forma frequente de apoio social para desenvolver e manter relações pessoais, familiares e sociais. Precisam igualmente do suporte de programas ligados à educação, emprego, habitação e à participação em atividades para a sua plena integração.

Morrem anualmente 720 000 pessoas por suicídio, sendo a terceira causa de morte na faixa etária dos 15-29 anos. 73% dos suicídios ocorrem em países em vias de desenvolvimento, existindo uma ligação estabelecida entre suicídio e doenças mentais, particularmente perturbações depressivas e abuso de álcool. No entanto, os suicídios ocorrem também em situações menos previsíveis e de cariz impulsivo, nomeadamente no

contexto de problemas financeiros, disputas relacionais, dor e doença crónicas. Os comportamentos suicidas estão fortemente relacionados com situações em que a pessoa vivencia conflitos, desastres, violência, abuso, perda e sentimento de isolamento.<sup>1</sup>

Na Europa, 165 milhões de pessoas são afetadas por uma doença ou perturbação mental todos os anos. Em Portugal, mais de um quinto da população sofre de uma perturbação psiquiátrica (22.9%), sendo o segundo país, no contexto europeu, com maior prevalência de doenças psiquiátricas: 4% da população adulta possui perturbação mental grave, 11.6% apresenta perturbação de gravidade moderada e 7.3% ligeira.

No contexto nacional, as perturbações da ansiedade são as que apresentam maior prevalência (16.5%). 11.8% do total das doenças em Portugal são perturbações mentais e do comportamento, apenas ultrapassadas pelos 13,7% referentes a doenças cérebro-cardiovasculares.<sup>2</sup>

O rácio nacional de suicídio por 100 mil habitantes é de cerca de 11,5.<sup>3</sup> Em 2022 foi possível apurar 783 suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente no caso dos homens e 244 no caso das mulheres, perfazendo um total de 1027.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> - Organização Mundial da Saúde (OMS) (2024, 15 de fevereiro). Suicídio. Organização Mundial da Saúde. - Consultado a 05 de Março de 2025

<sup>2</sup> - Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental (SPPSM). "Perturbação Mental em Números." SPPSM, 2025, - Consultado a 5 de Março de 2025

<sup>3</sup> - Organização Mundial da Saúde (2025) - Portugal [Visão geral do país] - Consultado a 4 de março de 2025

<sup>4</sup> - Instituto Nacional de Estatística (Óbitos (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário e Causa de morte (Lista sucinta europeia); Anual - INE, Óbitos por causas de morte (2022)

A Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) elaborou relatório acerca do custo do *stress* e das problemáticas de saúde psicológica no trabalho em contexto nacional, publicado em 2023<sup>1</sup>, referindo o aumento substancial do custo da perda da produtividade das empresas portuguesas devido ao absentismo e presentismo derivados do *stress* e de problemas de saúde psicológica: em 2020 o custo nacional era de 3,2 mil milhões, tendo em 2022 evoluído para 5,3 mil milhões. Nesse mesmo ano, foi calculado o tempo de trabalho perdido devido ao absentismo, rondando os 8 dias. No caso do presentismo, foram 15,8 dias desperdiçados em consequência do *stress* e questões de saúde mental.

O Decreto-lei n.º 113/2021, de 14 de Dezembro,<sup>2</sup> estabelece os princípios e regras de organização e funcionamento dos serviços de saúde mental integrados no SNS e suas derivações para os serviços regionais e locais de saúde mental. Compete à coordenação nacional das políticas de saúde mental, entre outras obrigações, implementar programas de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação no âmbito da doença mental; promover a articulação entre cuidados especializados e cuidados de saúde primários, entre outros que se constituam como necessários; desenvolver a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) de Saúde Mental; bem como dinamizar a participação de utentes e cuidadoras/es na reabilitação e integração social.

O referido Decreto-lei destaca o facto das perturbações mentais serem, entre as doenças crónicas, a primeira causa de incapacidade em Portugal. Possuem prevalência de 22,9%, sendo que a depressão atinge 10% da população. Pretende-se, por um lado, a integração da saúde mental na rede hospitalar de cuidados gerais, mantendo o progressivo encerramento de hospitais psiquiátricos, dando-se preferência aos cuidados em ambulatório e na comunidade para (re)inserção da pessoa. Por outro lado, reconhecendo-se a especificidade e necessidade de centrar os cuidados ao nível da saúde mental, na individualidade de cada pessoa e nível de autonomia, evitando a estigmatização e discriminação, valorizando-se a sua recuperação integral, reorganizam-se estes cuidados em serviços de saúde mental regionais e locais, criando-se até ao final de 2025 quarenta equipas comunitárias (com o financiamento do PRR). São constituídas por especialistas das áreas de psiquiatria, enfermagem, psicologia, serviço social, terapia ocupacional e psicomotricidade.

As equipas comunitárias de saúde mental executam consultas externas, psicoterapias e acompanhamento psicológico individual, terapias e intervenções de grupo, visitas domiciliárias, articulação com outras estruturas comunitárias, bem como com os cuidados de saúde primários e os cuidados continuados integrados, intervenção social, intervenções

<sup>1</sup> - Ordem dos Psicólogos Portugueses. (s.d.). Absentismo e presentismo custaram 5,3 mil milhões de euros às empresas. Ordem dos Psicólogos Portugueses. - Consultado em 5 de Março de 2025

<sup>2</sup> - Decreto-Lei n.º 113/2021 de 14 de dezembro. Estabelece os princípios gerais e as regras da organização e funcionamento dos serviços de saúde mental Diário da República, 245/2021, Série I.

comunitárias centradas na pessoa, e intervenções estruturadas (psicoeducativas, programas de tratamento, intervenção neuropsicológica, terapias de mediação corporal e terapia ocupacional). Estas equipas possuem instalações próprias e desenvolvem a sua atividade fora do hospital.

Relativamente ao Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2030<sup>1</sup>, sendo esta área considerada estratégica e matéria de política nacional prioritária, verifica-se atualmente que o álcool continua a ser a substância psicoativa com maior número de consumos, sendo transversal a todos os grupos etários, géneros, regiões ou classes sociais. A ciência demonstra que a exposição ao álcool desde muito cedo e/ou da vida intrauterina causa danos neurológicos, sendo por isso prioridade deste Plano implementar medidas e programas que retardem o primeiro contacto com esta substância. As mulheres têm vindo a consumir cada vez mais álcool, sendo que nas mais jovens aumentou o consumo de *cannabis*.

Em Portugal tem ocorrido aumento do consumo de *cannabis* e incremento da utilização de cocaína, anfetaminas, *ecstasy* e uso indevido de medicação psicoativa sem enquadramento médico (esta última é mais comum entre a população idosa).

Os homens têm vindo a consumir cada vez mais cocaína, sendo que nos mais

jovens ocorre uma preferência manifesta pelos consumos de *ecstasy*, anfetaminas e, nos estudantes universitários, tem aumentado o consumo de *cannabis*.

A utilização da internet e das redes sociais, bem como as práticas de *gaming* (jogar videojogos em dispositivos electrónicos) e *gambling* (jogo a dinheiro) têm ganho terreno entre os comportamentos aditivos e dependências. O *gambling* apresenta uma prevalência elevada no nosso país, devido aos jogos institucionais. Aumentou a prevalência de indicadores de uso excessivo e dependência da internet sobretudo na faixa etária entre os 15 e os 24 anos.

No contexto da saúde mental das/os adolescentes portuguesas/es, relevamos o estudo realizado em 2022<sup>2</sup> com alunas/os do 6º ao 8º ano e do 10º ano de escolaridades, com uma média de idades de 14,09.

A saúde mental configura-se como parte integrante da capacidade de crianças e adolescentes se desenvolverem em harmonia e viverem de forma plena, a par de relações de qualidade, do acesso à educação, ao trabalho (no início da vida adulta), do estabelecimento de metas e do bem-estar. Este bem-estar relaciona-se também com questões materiais, como o acesso a habitação digna, o bem-estar emocional e físico, incluindo este último a segurança, o bem-estar social que passa pelo envolvimento comunitário, e o bem-

<sup>1</sup> - Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2023. Diário da República, Série I.

<sup>2</sup> - Gaspar, T., Botelho Guedes, F., Cerqueira, A., & Gaspar Matos, M. (Coords.). (2023). Ecosistemas de Saúde dos Adolescentes Portugueses: Estudo Health Behaviour School-Aged Children/OMS 2022.

estar produtivo, que envolve o sentido de competência e autonomia.

A adolescência é o período de transição entre infância e adultícia e um ensaio desta última, sendo multidessafiante. Nesta fase, aumenta a presença de sintomas de ansiedade e depressão, que podem relacionar-se com acontecimentos de vida negativos, relacionamento com pares e família, consumos de substâncias, perturbações mentais, falta de competências pessoais e sociais, entre outras. No referido estudo, detetou-se o aumento de sintomas psicossomáticos e de comportamentos auto lesivos. O aparecimento de sintomas clinicamente significativos nesta fase de vida, aumenta o risco de vir a sofrer de distúrbios psicológicos na idade adulta.

Verificou-se que as raparigas apresentam maior risco de desenvolver ansiedade e depressão e os rapazes maior risco de abuso de substâncias e comportamentos agressivos. Em Portugal, a pandemia COVID-19 teve impacto assinalável na saúde mental das crianças e adolescentes, observando-se mais sintomas de ansiedade, depressão, solidão, stress, pressão, irritabilidade, raiva, abuso de álcool, uso de *cannabis* e comportamentos auto lesivos. No caso destes últimos, verificou-se que 24,6% da amostra total apresentou-os (correspondendo a 29% das raparigas).

Apesar da maioria das/os adolescentes portuguesas/es revelar bons indicadores ao nível da saúde mental e bem-estar, foram sinalizados dados

de risco, nomeadamente o facto de 22,7% da amostra referir sentir-se infeliz.

O estudo chama a atenção para a importância da promoção e prevenção da saúde mental, sendo imperiosa a capacitação para lidar e gerir eventos adversos ao longo da vida, identificando ameaças à resiliência e tendo em consideração que o apoio familiar e as competências sociais e emocionais moderam o impacto da adversidade. Sinaliza igualmente a saúde mental e qualidade de vida das/os adolescentes como fenómenos multidimensionais, que devem ser enquadrados numa perspectiva ecológica, sendo influenciados e influenciadores através de factores pessoais, sociais, comunitários, institucionais e políticos. A promoção de competências socio-emocionais desde cedo, integradas no currículo escolar e também na formação de professoras/es, bem como parcerias estreitas entre a escola e a família, são essenciais para a criação e manutenção de climas escolares e sociais saudáveis, inclusivos, conducentes ao bem-estar e saúde mental.

A Unidade Local de Saúde da Arrábida (ULSA), da qual faz parte o concelho de Setúbal juntamente com Palmela e Sesimbra, disponibiliza dados de Novembro de 2024<sup>1</sup> que nos parecem essenciais:

1) encontravam-se em lista de espera para primeira consulta da especialidade de psiquiatria, ainda sem marcação efetuada, 134 pessoas e

<sup>1</sup> - Centro Hospitalar de Setúbal, E. P.E (CHS). (2024, 2). Lista de Espera para 1.ª Consultas. Consultado a 5 de março de 2025

com marcação 275 pessoas, ou seja, 67.2% dos pedidos de primeira consulta encontravam-se agendados;

2) estavam em lista de espera para primeira consulta da especialidade de pedopsiquiatria, ainda sem marcação efetuada, 10 crianças/adolescentes e com marcação 205 crianças/adolescentes, ou seja, 95.3% dos pedidos encontravam-se agendados;

3) aguardavam primeira consulta de psicologia clínica 64 pessoas sem marcação efetuada e 129 pessoas com consulta marcada, ou seja, 66.8% dos pedidos encontravam-se agendados.

No relatório sobre o acesso a cuidados de saúde de 2023<sup>1</sup> verificou-se que:

- 1) o número de consultas externas na valência de psiquiatria aumentou em 2023, sendo o total 19.089, face a 2022 em que o total foi de 18.454 consultas;
- 2) na valência de psiquiatria da infância e da adolescência teve uma diminuição pouco significativa em 2023, sendo o total de 2586, face a 2022 (2589 consultas);
- 3) o número de primeiras consultas externas na valência de psiquiatria em 2023 foi de 1626, tendo diminuído ligeiramente em comparação com 2022 (1766 consultas);
- 4) na valência de psiquiatria da infância e da adolescência, ocorreu diminuição pouco significativa em 2023, com 383 primeiras consultas, comparativamente com 2022 (388).

Verificou-se ainda que em 2023, as/os adultas/os esperaram em média 90.5 dias para aceder a primeira consulta de psiquiatria e as crianças/adolescentes aguardaram em média 69.4 dias para terem a

primeira consulta de pedopsiquiatria.

No anexo 1 - "Reclamações/Sugestões"<sup>1</sup> - foi possível observar que as maiores fontes de reclamações e queixas de utentes no contexto da saúde são:

- 1) tempos de espera (786 reclamações/queixas efetuadas);
- 2) focalização no utente (522);
- 3) cuidados de saúde e segurança do doente (286).

Podemos extrapolar que os elevados tempos de espera traduzem a incapacidade do sistema de saúde para dar resposta em tempo útil às/aos suas/seus utentes, por insuficiência de meios técnicos e recursos humanos, o que tem impacto direto na insatisfação do doente e na melhoria ou resolução da situação de doença. Esta incapacidade ou insuficiência, que não é um problema isolado desta ULSA, sendo encontrado no panorama nacional do SNS, poderá implicar que as/os profissionais de saúde não consigam criar um clima compreensivo e holístico no atendimento e tratamento das pessoas, sentindo-se estas pouco cuidadas, à margem do próprio sistema e não no centro das abordagens médicas.

Concluimos com a importância da prevenção e promoção da saúde psicológica nas comunidades em geral, nos locais de trabalho e equipamentos de infância ou estabelecimentos educativos em particular, lugares onde no primeiro caso os adultos passam grande parte do seu tempo de vida, no segundo caso, onde crianças e adolescentes crescem e se desenvolvem maioritariamente.

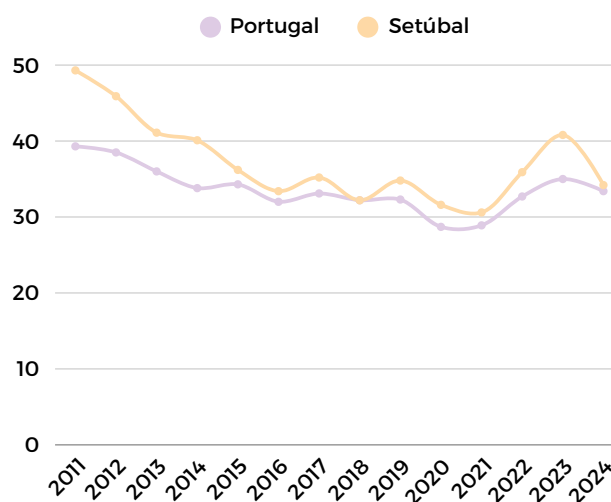
<sup>1</sup> - Centro Hospitalar de Setúbal, E. P.E (CHS). (2023). Relatório anual sobre o acesso a cuidados de saúde.

## 3.5. CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA

A presença de criminalidade em áreas residenciais exerce um efeito prejudicial significativo sobre o bem-estar das pessoas residentes, afetando tanto a sua saúde mental quanto física. Esta situação não só provoca mudanças comportamentais nos indivíduos, mas também compromete a qualidade de vida e a coesão social da comunidade em geral. A sensação de insegurança e o receio de serem vítimas de crimes levam as pessoas a mudar os seus hábitos quotidianos, podendo agravar a ansiedade e o stress, dificultando a adoção de hábitos de vida saudáveis, como passear ou frequentar espaços públicos.

A segurança e a tranquilidade são pilares fundamentais para uma sociedade mais justa e desenvolvida. É importante distinguir a perceção geral de segurança do medo concreto de ser alvo de um crime. A existência de crimes violentos, como homicídios, na vizinhança afeta a saúde mental e física das pessoas residentes, provocando mudanças de comportamento com efeitos adversos para a comunidade. O sentimento de insegurança, juntamente com o receio da criminalidade, interfere diretamente na rotina diária e, indiretamente, elevando os níveis de ansiedade e *stress*, prejudicando a prática de atividades saudáveis e a utilização dos espaços partilhados. Identificar áreas com altos índices de criminalidade violenta é essencial para implementar medidas de

**GRÁFICO Nº 79 - TAXA DE CRIMINALIDADE (2011 - 2023) (‰)**



Fonte: Taxa de criminalidade (‰) por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Categoria de crime; Anual - Direcção-Geral da Política de Justiça

de segurança específicas e eficazes<sup>1</sup>.

A análise da taxa de criminalidade em Portugal e Setúbal entre 2011 e 2023 (gráfico n.º 79) revela uma tendência geral de diminuição, com algumas flutuações.

Inicialmente, Setúbal apresentava uma taxa significativamente mais alta que a média nacional, mas ao longo dos anos, essa diferença foi-se reduzindo. Em 2018, as taxas de ambas as regiões igualaram-se. Os anos de 2020 e 2021 registaram as taxas mais baixas, possivelmente devido às restrições associadas à COVID-19. Apesar do aumento, em ambos os territórios em 2023, de acordo com os dados recentemente publicados no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), regista-se um decréscimo da criminalidade no Concelho, no ano de 2024.

<sup>1</sup> - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Coimbra & Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (s.d.). Atlas dos Municípios Saudáveis - Informações dos Indicadores. Consultado em 13 de fevereiro de 2025.

**TABELA N.º 52 - PROPORÇÃO DE CADA TIPO DE CRIME REGISTRADO EM PORTUGAL E EM SETÚBAL (2024)**

	Portugal	Setúbal
Crimes contra o património	35,14%	36,90%
Crimes contra as pessoas	17,35%	18,62%
Crimes contra a integridade física	10,95%	12,31%
Furto de veículo e em veículo motorizado	5,44%	7,89%
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	4,90%	5,28%
Ofensa à integridade física voluntária simples	4,61%	5,13%
Crimes previstos em legislação avulsa	5,65%	4,50%
Crimes contra a vida em sociedade	7,27%	3,82%
Condução sem habilitação legal	2,11%	1,89%
Roubo por esticção e na via pública	1,40%	1,73%
Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l	3,51%	0,86%
Crimes contra o Estado	1,27%	0,72%
Crimes contra animais de companhia	0,32%	0,23%
Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	0,09%	0,08%
Crimes de homicídio voluntário consumado	0,02%	0,05%

Fonte: Cálculos próprios com base em INE - Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria de crime; Anual - Direcção-Geral da Política de Justiça

A tabela acima (n.º 52) revela um panorama criminal com nuances distintas entre Portugal e o Concelho de Setúbal.

Os crimes contra o património assumem a maior fatia da criminalidade em ambos os territórios, representando 35,14% em Portugal e em 36,9% em Setúbal, o que sugere a necessidade de reforçar a segurança dos bens.

Seguem-se os crimes contra as pessoas com uma ligeira predominância em Setúbal (18,62%) face a Portugal (17,35%), indicando uma maior proporção de delitos que afetam a segurança individual.

No que concerne aos crimes contra a integridade física, a percentagem também é ligeiramente superior em Setúbal (12,31%), comparativamente a Portugal (10,95%).

Outro dado a ter em conta é a incidência de furto de veículo e em veículo motorizado, mais expressiva em Setúbal (7,89%) do que a nível nacional (5,44%), apontando para uma vulnerabilidade acrescida nesta tipologia criminal.

A violência doméstica contra cônjuge ou análogos apresenta também uma proporção maior em Setúbal (5,28%), relativamente a Portugal (4,9%), sinalizando a urgência de combater este flagelo social.

O mesmo acontece com o crime de ofensa à integridade física voluntária simples, com 5,13% do total de crimes em Setúbal e 4,61% em Portugal.

Relativamente aos restantes tipos de crimes, Portugal regista uma maior incidência em crimes previstos em legislação avulsa, crimes contra a vida em sociedade (7,27% vs 3,82%), crimes contra o Estado, crimes contra animais de companhia e condução sob influência alcoólica (3,51% vs 0,86%).

Por sua vez, Setúbal destaca-se noutros indicadores como roubos por esticção na via pública (1,73% vs. 1,4% nacional). É importante destacar que os homicídios voluntários, ainda que raros, são proporcionalmente mais frequentes em Setúbal do que em Portugal (0,05% vs. 0,02%).

A análise comparativa da tabela evidencia algumas disparidades na estrutura da criminalidade entre Portugal e Setúbal, com implicações relevantes para a definição de estratégias de prevenção e combate ao crime mais eficazes e adaptadas às especificidades de cada território.

A presente análise debruça-se sobre a evolução da taxa de criminalidade no concelho de Setúbal entre 2011 e 2024 por 1000 habitantes (gráfico n.º 80), com foco em diversas categorias de delitos. De um modo geral, observa-se uma tendência de redução na maioria das tipologias criminais ao longo do período, embora com algumas flutuações anuais.

No que concerne aos *crimes contra a integridade física*, a taxa tem-se mantido relativamente estável, oscilando em torno dos 6,0 %, sem demonstrar uma tendência clara de

aumento ou diminuição.

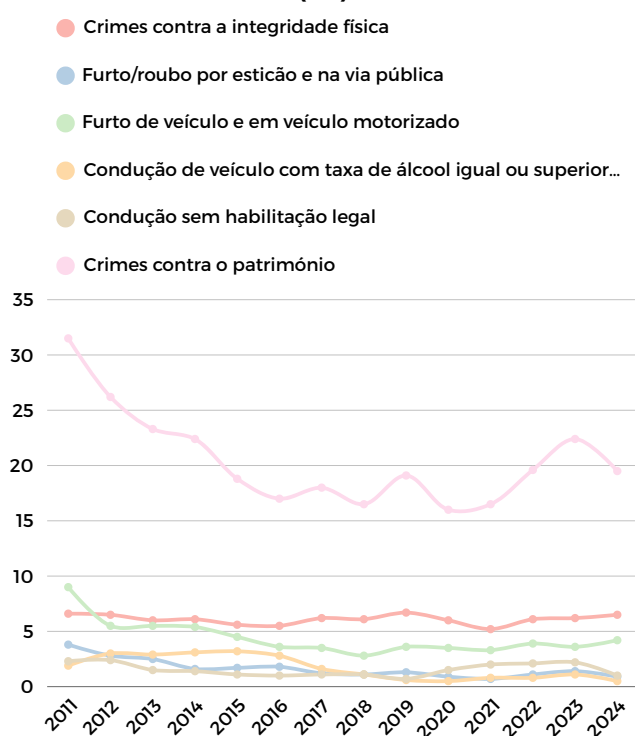
Em contraste, o *furto/roubo por esticção e na via pública* regista uma diminuição assinalável, passando de 3,8% em 2011 para 0,9% em 2024, o que poderá indiciar o sucesso de medidas de combate a este tipo de crime, embora se verifique um ligeiro aumento nos últimos anos.

O *furto de veículo e em veículo motorizado* também apresenta uma tendência decrescente, com a taxa a cair de 9,0% em 2011 para 4,2% em 2024, sugerindo que as estratégias de segurança implementadas têm surtido efeito. A *condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l* regista uma diminuição acentuada, passando de 1,9% em 2011 para 0,5% em 2024, o que poderá ser resultado de campanhas de sensibilização e fiscalização mais eficazes.

Por outro lado, a *condução sem habilitação legal*, tem oscilado ao longo dos anos, o que poderá exigir um reforço das medidas de controlo rodoviário. No que respeita aos *crimes contra o património*, verifica-se uma tendência geral de decréscimo ao longo do período, embora com algumas flutuações, registando uma diminuição recente.

Em resumo, a análise da taxa de criminalidade no Concelho revela progressos significativos em diversas áreas, mas também aponta para a necessidade de reforçar o combate a determinados tipos de crime, como a *condução sem habilitação legal* e os *crimes contra o património*, que têm demonstrado uma tendência de aumento nos últimos anos.

**GRÁFICO Nº 80 - TAXA DE CRIMINALIDADE NO CONCELHO DE SETÚBAL POR CATEGORIA DE CRIME (‰)**



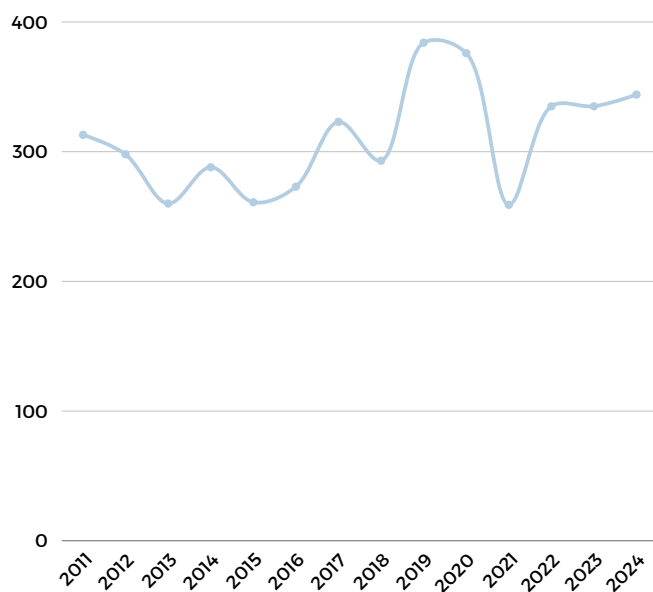
Fonte: INE - Taxa de criminalidade (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Categoria de crime; Anual

### 3.5.1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Segundo dados constantes no relatório anual de 2023 da APAV (entidade que presta apoio a pessoas vítimas de todo o tipo de crimes que solicitem a sua intervenção):<sup>1</sup>

1) 16 185 pessoas vítimas de crime ou de outras formas de violência procuraram o apoio desta instituição (1059, ou seja, 6,5% do total, referem-se ao distrito de Setúbal e 226 vítimas ao concelho de Setúbal);

**GRÁFICO N.º 81 - CRIMES REGISTRADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CÔNJUGE OU ANÁLOGOS EM SETÚBAL (2011 - 2024) (N.º)**



Fonte: INE - Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria de crime; Anual - Direcção-Geral da Política de Justiça

2) a maior concentração de pedidos situou-se nos distritos de Lisboa (20,6%) e Faro (18,4%);

3) as vítimas apoiadas foram maioritariamente do sexo feminino (76,6%), sendo as mulheres o grupo

# 344

Crimes registados de Violência doméstica contra cônjuge ou análogos no Concelho de Setúbal em 2024

Representando:

# 5,28 %

Da criminalidade registada no Concelho de Setúbal em 2024

Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria de crime; Anual - Direcção-Geral da Política de Justiça

mais frequentemente vitimado, afetando o fenómeno da violência desproporcionalmente este grupo;

4) predominou a faixa etária do 25 aos 54 anos (41,3% do total);

5) o apoio genérico (46,9%) e o apoio emocional e/ou psicológico (34,7%) foram os mais solicitados;

6) o apoio jurídico representou 14,1% das solicitações e, por fim, o apoio social apenas 4,3%;

7) 41,5% das situações de crime ou outras formas de violência ocorreram no contexto de relações de intimidade e em residência comum ou da vítima;

8) 45,2% da vitimação é continuada, sendo recorrente e persistente ao longo do tempo;

<sup>1</sup> - APAV: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2023). Estatísticas APAV - Relatório Anual 2023.

9) ocorreu um aumento significativo do número de crianças e jovens vitimadas e de pessoas idosas vitimadas apoiadas;

10) as vítimas com nacionalidade estrangeira corresponderam a 15,8% do total;

11) em 55% das situações a existência de apoio familiar foi um elemento central e fator protetor no processo, enquanto 15% das vítimas que procuraram a APAV não apresentavam qualquer tipo de apoio prévio, nem mesmo institucional;

12) 52% das vítimas apresentou queixa formal (em 2022 a percentagem era de 49,2%), tendo este número vindo a crescer progressivamente, podendo tal dever-se, por um lado à importância do acompanhamento técnico prévio ao ato de efetuar a denúncia junto dos órgãos de polícia criminal e, por outro lado, à crescente influência da informação/comunicação nos *media* e sociedade;

13) Os crimes mais relatados à APAV são violência doméstica (VD), que corresponde a 75,8% da criminalidade total relatada, crimes sexuais contra crianças e jovens, que correspondem a 5,7% (ver gráfico n.º 82 relativamente à Comarca de Setúbal) e ameaça/coação, que corresponde a 3%.

Conforme indicado no Diário da República<sup>2</sup>, o crime de violência doméstica, configurado no seu artigo

152º, refere-se às seguintes situações:

*1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade, ofensas sexuais ou impedir o acesso ou fruição aos recursos económicos e patrimoniais próprios ou comuns: a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge; b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite; e) A menor que seja seu descendente ou de uma das pessoas referidas nas alíneas a), b) e c), ainda que com ele não coabite; é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.*

Neste seguimento, e de acordo com o Portal do Ministério Público<sup>3</sup>, a violência doméstica *inclui comportamentos, reiterados ou não, utilizados num relacionamento, por uma das partes, sobretudo, mas não só, para controlar a outra.*  
(...)

*Embora as mulheres em relacionamentos heterossexuais representem a maioria das vítimas conhecidas, a violência doméstica inclui vítimas de todo o tipo de relacionamentos. (...)*

<sup>1</sup> - APAV: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2023). Sistema Integrado de Apoio à Distância 2023.

<sup>2</sup> - Código Penal. (1982). Artigo 152.º - Violência doméstica. Diário da República n.º 195/1982, Série I de 1982-09-15.

<sup>3</sup> - Ministério Público. (s.d.). Violência Doméstica - Perguntas Frequentes. Consultado a 26 de fevereiro de 2025

*Relativamente às crianças e jovens (até aos 18 anos), tanto são vítimas as crianças ou jovens contra as quais são praticados os atos de violência como as que que presenciam ou vivenciam a prática dos mesmos, na medida em que se traduz sempre num impacto negativo no seu desenvolvimento, saúde e bem-estar.*

Assim, são indicadas seis tipologias de violência doméstica:

1) *Violência emocional: qualquer comportamento da pessoa agressora que visa fazer a outra pessoa sentir medo ou sentir-se inútil. Pode manifestar-se por: ameaçar os(as) filhos(as); magoar os animais de estimação; humilhar o outro na presença de amigos, familiares ou em público, entre outros.*

2) *Violência social: qualquer comportamento que pretenda exercer controlo sobre vida social do(a) companheiro(a), por exemplo, impedir que este(a) visite familiares ou amigos, cortar o telefone ou controlar as chamadas e as contas telefónicas, trancar o outro em casa.*

3) *Violência física: qualquer forma de violência física que o(a) agressor(a) inflige ao(à) companheiro(a). Pode traduzir-se em comportamentos como: esmurrar, pontapear, estrangular, queimar, induzir ou impedir que o(a) companheiro(a) obtenha medicação ou tratamentos.*

4) *Violência sexual: qualquer comportamento em que o(a) companheiro(a) força o outro a protagonizar atos sexuais que não deseja. Alguns exemplos: pressionar ou forçar o(a) companheiro(a) para ter relações sexuais quando este(a) não quer;*

*pressionar, forçar ou tentar que o(a) companheiro(a) mantenha relações sexuais desprotegidas; forçar o outro a ter relações com outras pessoas.*

5) *Violência financeira e patrimonial: qualquer comportamento que intente controlar o dinheiro do(a) companheiro(a) sem que este(a) o deseje. Alguns destes comportamentos podem ser: controlar o ordenado do outro; recusar dar dinheiro ao outro ou forçá-lo a justificar qualquer gasto; ameaçar retirar o apoio financeiro como forma de controlo.*

6) *Perseguição: qualquer comportamento que visa intimidar ou atemorizar o outro. Por exemplo: seguir o(a) companheiro(a) para o seu local de trabalho ou quando este(a) sai sozinho(a); controlar constantemente os movimentos do outro, quer esteja ou não em casa.*

A proporção do crime de violência doméstica em Portugal é de 5%, seguindo o concelho de Setúbal a tendência nacional, tendo em 2024 ocorrido 344 crimes registados de VD contra cônjuge ou análogos, correspondendo a 5,28% da totalidade dos crimes cometidos no concelho. Ocorreu um aumento de 33% relativamente aos números de 2021 (259 crimes de VD).

No concelho de Setúbal (gráfico n.º 81) o ano de 2019 foi aquele que apresentou o número mais elevado deste tipo de crimes, com 384 ocorrências, desde 2009. Observa-se uma clara tendência decrescente do fenómeno em 2020 e 2021, aumentando novamente em 2022 e 2024.

Entre 2017 e Setembro de 2019, a Equipa de Prevenção da Violência no Adulto (EPVA) do Centro Hospitalar de Setúbal (denominação anterior da atual ULSA-Unidade Local de Saúde da Arrábida) registou os seguintes dados:

1) a maioria (88%) das vítimas observadas foram mulheres;

2) as vítimas que recorreram ao serviço de urgência tinham na sua maioria 25 anos ou mais e apresentaram com maior prevalência maus-tratos físicos/agressões;

3) esta prevalência da violência física naquelas vítimas, foi seguida da violência psicológica e da negligência (esta última associada sobretudo à população idosa);

4) 80% das situações registadas corresponderam a situação de violência doméstica.

No seu relatório anual do ano de 2023, a APAV concluiu que 75,8% da criminalidade relatada pelas pessoas que procuraram apoio junto da entidade referiu-se ao crime de VD (dados nacionais).

No que se refere ao contexto nacional atual, a CIG<sup>1</sup> reporta os seguintes indicadores, tendo como fontes a PSP e a GNR:

1) entre o 1º e 3º trimestres de 2024, foram participadas 23.032 ocorrências deste tipo de violência;

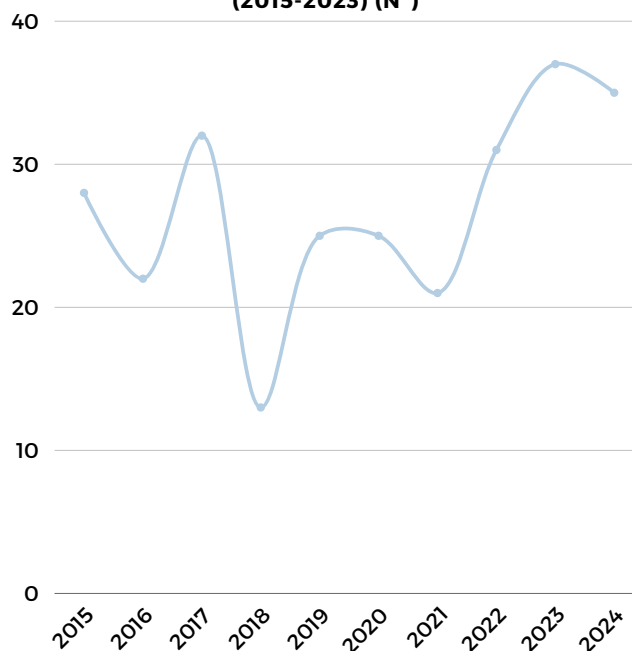
2) no 3º trimestre de 2024, existiam 1369 reclusos a cumprir pena pelo crime de VD;

3) nesse 3º trimestre, 5516 vítimas estavam abrangidas pela medida de proteção de teleassistência (permite resposta adequada em situações de emergência e crise, incluindo proteção policial);

4) nesse período, os acolhimentos em casas abrigo incluíam 746 mulheres, 693 crianças e 21 homens (totalizando 1460 pessoas);

5) até ao 3º trimestre, 15 mulheres e 3 homens morreram em consequência do crime de homicídio voluntário (em contexto de VD).

**GRÁFICO N° 82 - CRIMES REGISTRADOS DE ABUSO SEXUAL DE MENORES NA COMARCA DE SETÚBAL (2015-2023) (N°)**



Fonte: Estatísticas da Justiça (DGPJ-SIEJ)  
(<https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/>)

<sup>1</sup> - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2023). Igualdade de Género em Portugal: Boletim Estatístico 2023. CIG.

## 4.1. EDUCAÇÃO

A educação é um processo contínuo de desenvolvimento físico, intelectual e moral para a integração na sociedade. Em Portugal, o sistema educativo busca garantir acesso equitativo à escola pública, promovendo o sucesso escolar e a igualdade de oportunidades, dentro da escolaridade obrigatória de 12 anos.

Conforme estipulado pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), o sistema está organizado em três níveis de ensino: Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário.

A educação em Portugal começa com a Educação Pré-Escolar, que é opcional, e abrange crianças dos 3 aos 6 anos de idade. Em seguida, o Ensino Básico consiste em três ciclos consecutivos:

- 1.º ciclo - 4 anos (grupo etário esperado dos 6 aos 10 anos), marcando o início da escolaridade obrigatória;
- 2.º ciclo - 2 anos (grupo etário esperado dos 10 aos 12 anos);
- 3.º ciclo - 3 anos de duração (grupo etário esperado dos 12 a 15 anos).

Excepcionalmente, o ensino português proporciona medidas socioeducativas, como as turmas PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação) - existentes no concelho de Setúbal no Agrupamento de Escolas da Ordem de

Sant'Iago - após esgotadas todas as outras respostas educativas do ensino formal. Este Programa temporário tem como objetivo facilitar a continuidade e conclusão do 2º e/ou 3º ciclos, promovendo simultaneamente a inclusão social. Destina-se a jovens entre os 15 e os 18 anos com situações graves de risco e/ou perigo. Proporciona a estes jovens um ensino personalizado em turmas de tamanho reduzido, fazendo parte da equipa de docentes um/a técnico/a de Serviço Social que medeia as relações entre família e escola, e monitoriza a evolução e o processo de inserção do/a adolescente.<sup>1</sup>

O Ensino Secundário, com duração de três anos (grupo etário esperado dos 15 aos 18 anos), oferece aos/às estudantes uma formação diversificada, permitindo-lhes escolher áreas de estudo que se alinhem com seus interesses, para facilitar o acesso ao mercado de trabalho ou à continuidade dos estudos. Os cursos disponíveis são:

- Cursos Científico-Humanísticos;
- Cursos Profissionais;
- Cursos Artísticos Especializados;
- Cursos Científico-Tecnológicos com planos próprios.

Os três níveis de ensino podem ser oferecidos tanto em agrupamentos de escolas, quanto em escolas independentes da rede pública, bem

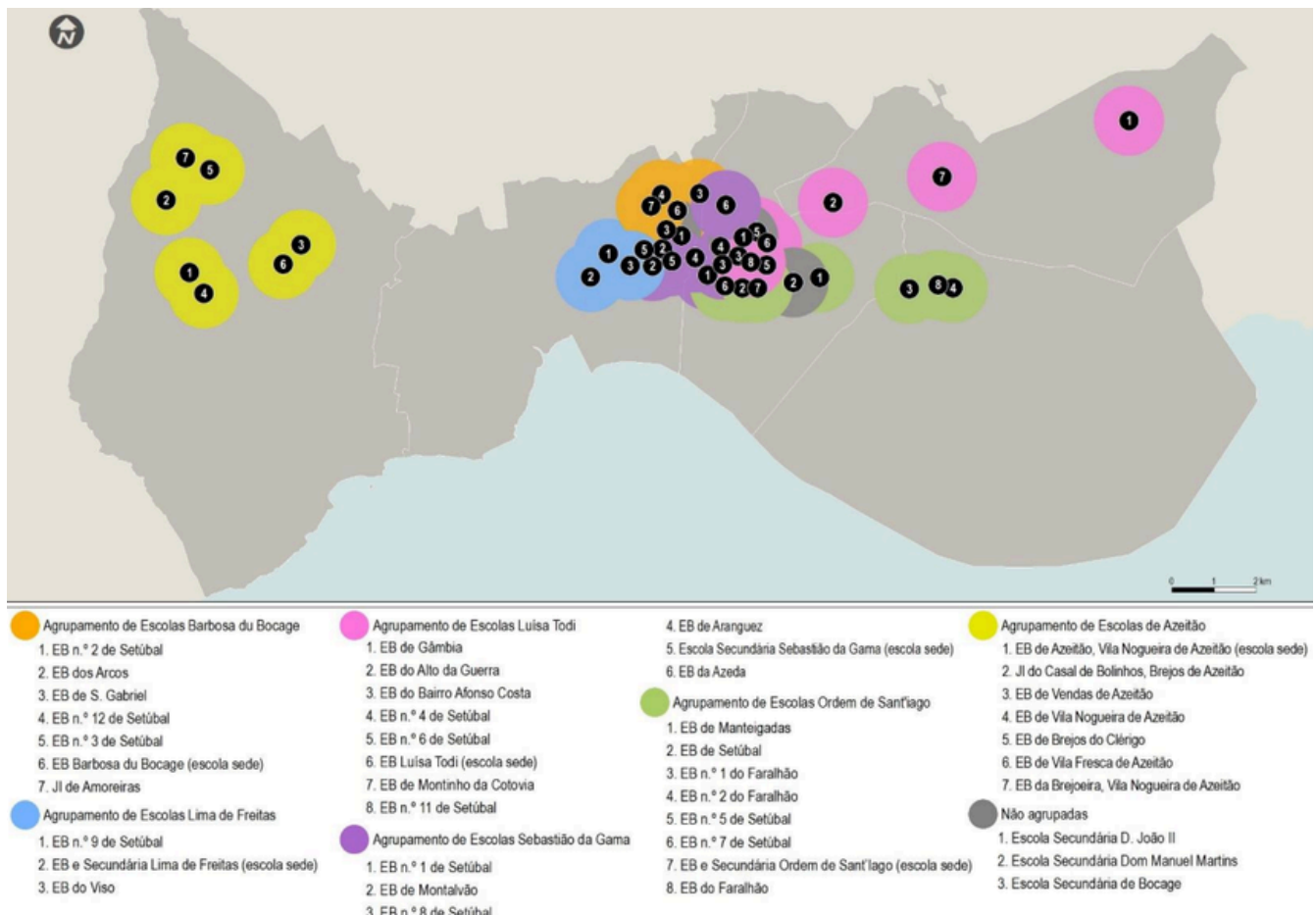
<sup>1</sup> - Direção-Geral da Educação. (s.d.). Programa Integrado de Educação e Formação. Consultado a 21 de Março de 2025

como em instituições de ensino particular e cooperativo, incluindo escolas profissionais, tanto públicas quanto privadas.

O analfabetismo está associado à privação socioeconómica, dificultando o acesso ao emprego, e à iliteracia na saúde, prejudicando a utilização adequada dos serviços de saúde. Segundo a OMS, a escolaridade é um indicador essencial na análise da saúde, pois influencia a perceção do estado de saúde, o acesso à informação e aos cuidados médicos, além da adoção de estilos de vida mais saudáveis.<sup>1</sup>

O mapa (imagem n.º 4) reúne e demonstra a dispersão dos estabelecimentos escolares pelo município. Esta distribuição situa-se sobretudo nas zonas mais centrais e populosas de cada freguesia, tendendo a uma certa homogeneização, de acordo com as necessidades das populações. Assim, os agrupamentos podem conter jardins de infância (dos 3 aos 5 anos), escolas básicas (do ensino pré-escolar ao 9º ano) e secundárias que incluem os últimos três anos de escolaridade (10º-12º anos).

**IMAGEM Nº 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO CONCELHO DE SETÚBAL (2023)**



Fonte: Carta Educativa de 2ª Geração do Município de Setúbal (2023)

<sup>1</sup> - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Coimbra & Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (s.d.). Atlas dos Municípios Saudáveis - Informações dos Indicadores. Consultado em 13 de fevereiro de 2025.

Na imagem n.º 4 estão assinaladas a laranja as escolas do agrupamento Barbosa do Bocage, que fazem parte das freguesias de U.F. Setúbal e São Sebastião. A azul estão identificadas as escolas do agrupamento Lima de Freitas, todas localizadas dentro da U.F. Setúbal. O rosa assinala o agrupamento Luísa Todi, com escolas localizadas nas freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e São Sebastião. O Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama encontra-se a roxo e inclui equipamentos localizados nas freguesias de U.F. Setúbal e São Sebastião. A verde aparecem as escolas do agrupamento Ordem de Sant'Iago, que se encontram distribuídas pelas freguesias de São Sebastião e Sado. O Agrupamento de Escolas de Azeitão, localizado nessa freguesia, é sinalizado a amarelo, possui sete equipamentos, dada a maior extensão do território comparativamente às outras freguesias.

Por fim, existem três escolas secundárias não agrupadas sinalizadas a cinza, distribuídas pela União das Freguesias de Setúbal (Escola Secundária de Bocage) e pela Junta de Freguesia de São Sebastião (Escolas Secundárias D. João II e D. Manuel Martins).

Constata-se uma distribuição desigual de estabelecimentos de ensino no concelho de Setúbal, afetando principalmente três freguesias: União das Freguesias de Azeitão, Sado e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra. Esta realidade apresenta desafios significativos para os estudantes e as suas famílias.

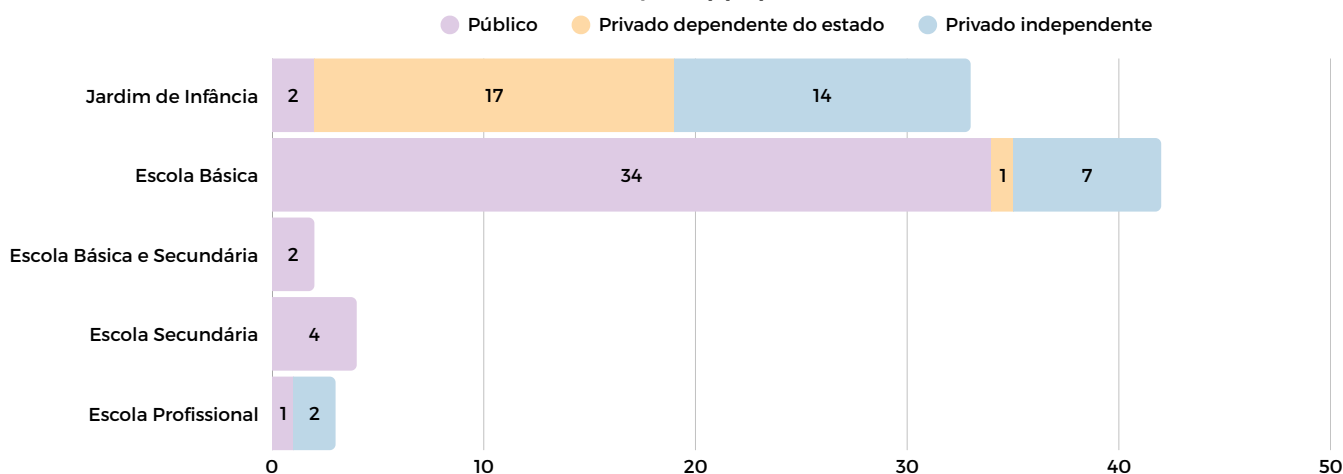
A ausência de escolas secundárias nestas três freguesias obriga os alunos a deslocarem-se para outras áreas do concelho para completar o ensino secundário. A situação é ainda mais crítica para o Sado e a Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, que não existem escolas com 2º e 3º ciclos, forçando os estudantes a realizar deslocações desde uma idade mais jovem.

Estas deslocações têm várias implicações negativas. Aumentam o tempo gasto em transporte, reduzindo o tempo disponível para estudo e lazer. Adicionalmente, as viagens diárias podem causar maior cansaço e *stress* nos alunos, potencialmente afetando o seu desempenho escolar e bem-estar geral.

Esta disparidade na distribuição de escolas ressalta a necessidade de um planeamento educacional mais equilibrado no concelho de Setúbal. A situação atual pode contribuir para desigualdades educacionais e sociais entre as diferentes freguesias, afetando as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento dos jovens.

A Câmara Municipal de Setúbal está ciente desta problemática e tem vindo a reclamar a construção de uma escola secundária em Azeitão. Esta reivindicação está alinhada com as preocupações expressas pelos/as encarregados/as de educação, bem como com as necessidades identificadas na região.

GRÁFICO Nº 83 - ESTABELECIMENTOS POR NÍVEL DE ENSINO NO CONCELHO DE SETÚBAL (ANO LETIVO 2022/2023) (Nº)



Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (<https://www.dgeec.medu.pt/>)

A análise do gráfico apresentado sobre os estabelecimentos de ensino no concelho de Setúbal revela uma distribuição diversificada entre instituições públicas e privadas nos diferentes níveis de ensino segundo a Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

No que diz respeito aos *Jardins de Infância*, observa-se uma predominância significativa do setor privado. Existem apenas 2 estabelecimentos públicos, em contraste com 17 privados dependentes do Estado e 14 privados independentes. Esta distribuição sugere que a educação pré-escolar em Setúbal é maioritariamente assegurada por entidades privadas.

Quanto às *Escolas Básicas*, a situação inverte-se completamente. O setor público domina com 34 estabelecimentos, enquanto o privado tem uma presença muito menor, com apenas uma escola dependente do Estado e sete independentes.

As *Escolas Básicas e Secundárias* são exclusivamente públicas, com dois

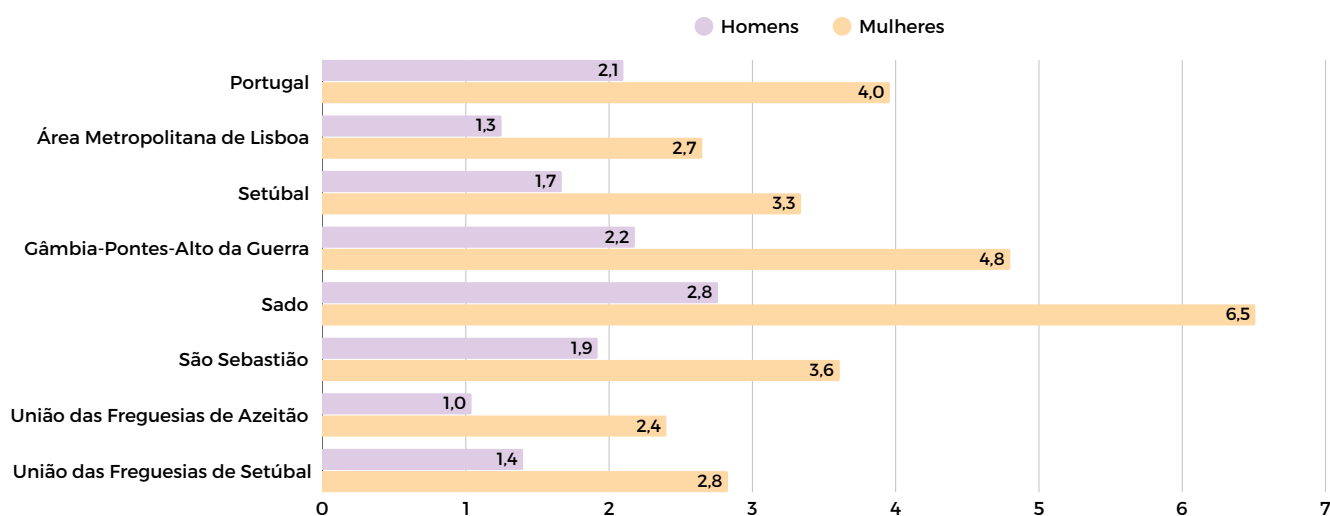
estabelecimentos nesta categoria. Esta configuração sugere uma estratégia de otimização de recursos, combinando diferentes níveis de ensino numa mesma instituição.

No que concerne às *Escolas Secundárias*, existem quatro estabelecimentos, todos eles públicos.

Por fim, as *Escolas Profissionais* apresentam uma distribuição equilibrada entre o setor público e o privado independente, com um e dois estabelecimentos, respetivamente. Esta configuração indica uma colaboração entre o Estado e entidades privadas na oferta de formação profissional.

Em suma, o panorama educativo de Setúbal caracteriza-se por uma forte presença do ensino público nos níveis básico e secundário, enquanto o setor privado tem uma participação mais significativa na educação pré-escolar e profissional. Esta distribuição reflete uma estratégia educativa que combina recursos públicos e privados para atender às necessidades educativas do concelho.

GRÁFICO N.º 84 - TAXA DE ANALFABETISMO (2021) (%)



Fonte: Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico n.º 84 apresenta a taxa de analfabetismo, com destaque para a comparação entre homens e mulheres. Em Portugal, a taxa média de analfabetismo foi de 3,08% em 2021, com uma taxa mais alta entre as mulheres (3,96%) em comparação com os homens (2,1%).

Na Área Metropolitana de Lisboa, as taxas são mais baixas, mas ainda assim, a disparidade entre sexos persiste.

No concelho de Setúbal, a taxa de analfabetismo é de 2,55%, com uma diferença considerável entre os sexos (1,67% para homens e 3,34% para mulheres).

Na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra: A taxa de analfabetismo é significativa (3,51%), com uma diferença grande entre os sexos (2,18% para homens e 4,8% para mulheres).

A freguesia do Sado regista a mais alta taxa de analfabetismo entre os territórios mencionados (4,66%), com uma enorme discrepância entre homens (2,76%) e mulheres (6,51%).

Isto pode ser derivado ao facto do Sado ser a freguesia com a população mais envelhecida.

Em São Sebastião, a taxa de analfabetismo é de 2,81%, com uma diferença moderada entre homens (1,92%) e mulheres (3,61%).

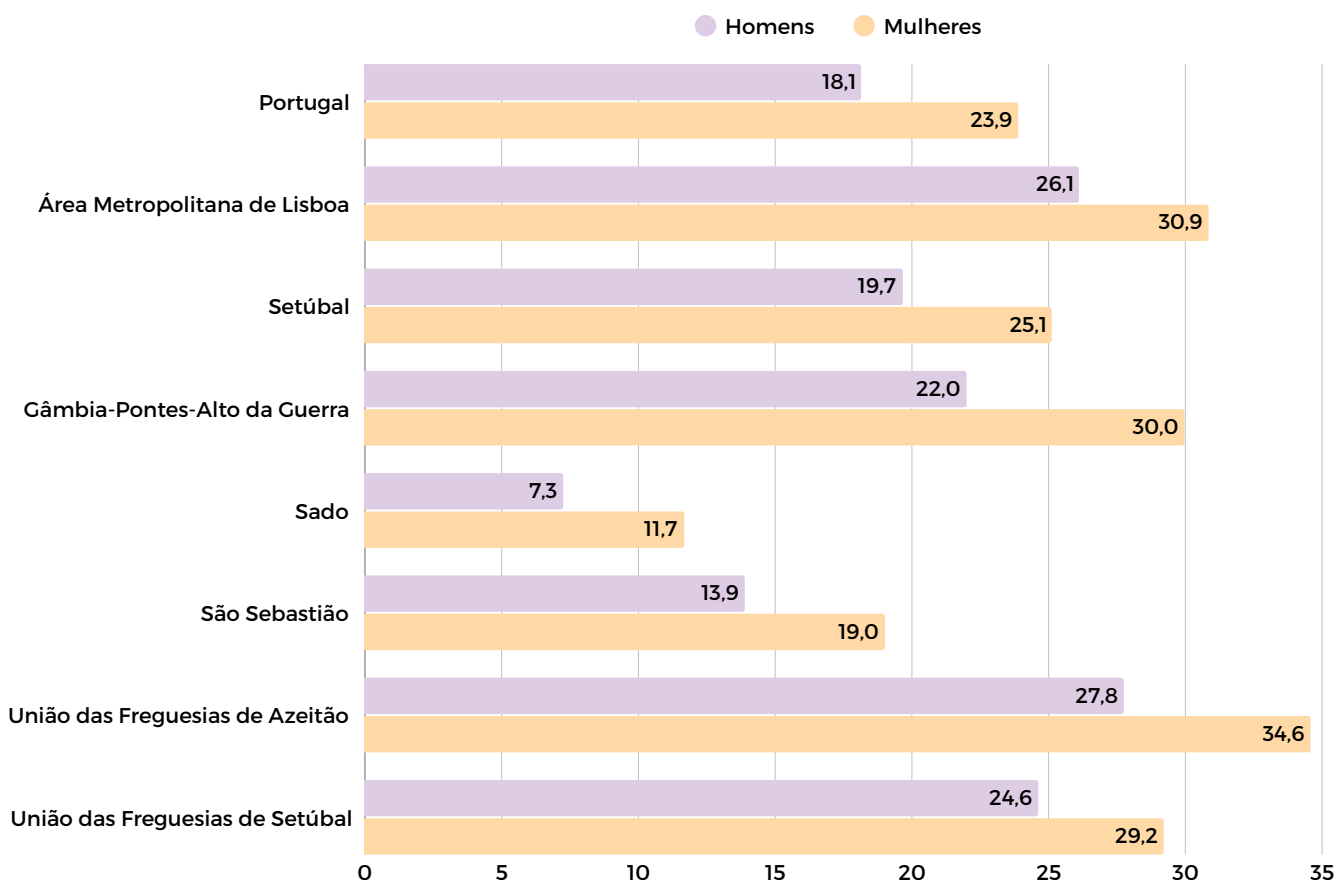
A União das Freguesias de Azeitão detém a taxa mais baixa entre os territórios mencionados (1,75%), com uma diferença de 1,04% para homens e 2,4% para mulheres.

Relativamente à União das Freguesias de Setúbal, a taxa é de 2,18%, apresentando uma taxa de 1,4% para homens e 2,83% para mulheres.

A taxa de analfabetismo é geralmente mais alta entre as mulheres, e nas freguesias mais rurais.

Esse quadro destaca a persistência de desigualdades de género em termos de analfabetismo entre homens e mulheres.

GRÁFICO Nº 85 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO (2021) (%)



Fonte: INE - Proporção da população residente com ensino superior completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal

No âmbito de uma análise detalhada sobre a conclusão do ensino superior em diferentes territórios, verifica-se que, a nível nacional, 18,1% da população completou este grau de ensino. A União das Freguesias de Azeitão destaca-se significativamente neste contexto, apresentando os valores mais elevados de conclusão do ensino superior, com 34,6% na população masculina e 27,8% na população feminina.

Em contraposição, a freguesia do Sado evidencia a percentagem mais baixa de conclusão do ensino superior na população masculina, cifrando-se nos 7,3%, e na população feminina com 11,7%, que representa um valor substancialmente inferior à média nacional.

A disparidade observada entre os diferentes territórios sugere a existência de fatores socioeconómicos, culturais e geográficos que podem influenciar significativamente o acesso, frequência e a conclusão do ensino superior. Os dados apresentados fornecem uma perspetiva importante sobre os níveis de escolaridade superior em diferentes regiões, evidenciando a necessidade de políticas educativas mais inclusivas e direcionadas.

TABELA N.º 53 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE (2021) (%)

	Portugal	Península de Setúbal	Setúbal	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Sado	São Sebastião	União das Freguesias de Azeitão	União das Freguesias de Setúbal
Nenhum	5,9%	4,6%	4,9%	5,7%	6,8%	5,4%	3,6%	4,6%
1.º ciclo	22,3%	18,0%	17,4%	18,0%	27,7%	18,4%	14,3%	16,2%
2.º ciclo	9,6%	8,0%	8,0%	6,3%	10,2%	9,5%	6,5%	6,8%
3.º ciclo	17,8%	19,8%	20,2%	17,8%	20,3%	22,1%	17,9%	19,3%
Ensino secundário	23,5%	27,7%	27,2%	27,0%	24,8%	27,9%	27,6%	26,5%
Ensino pós-secundário	1,2%	1,4%	1,3%	1,2%	1,2%	1,4%	1,4%	1,1%
Curso técnico sup. prof.	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,3%	0,2%	0,2%
Bacharelato	1,5%	1,6%	1,6%	0,9%	0,5%	1,1%	2,3%	2,2%
Licenciatura	13,4%	14,3%	14,9%	18,4%	6,6%	11,1%	20,0%	17,8%
Mestrado	4,2%	3,9%	3,7%	4,1%	1,5%	2,6%	5,5%	4,6%
Doutoramento	0,6%	0,5%	0,5%	0,4%	0,3%	0,3%	0,8%	0,6%

Fonte: INE - População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário, Condição perante o trabalho e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Níveis mais elevados de educação estão associados a um menor risco de pobreza. A educação não só melhora as competências individuais, mas também potencia a resiliência face às mudanças económicas e sociais, contribuindo para a redução da pobreza e promoção da mobilidade social.

Em 2022, observou-se uma clara correlação entre o nível de escolaridade e o risco de pobreza. Indivíduos que possuíam apenas o ensino básico enfrentavam um risco de pobreza quatro vezes superior em comparação com aqueles que tinham concluído o ensino superior. Adicionalmente, pessoas com o *Ensino secundário* apresentavam um risco de pobreza duas vezes e meia maior do que os graduados universitários.<sup>1</sup>

Estes dados sublinham a importância significativa da educação na redução da vulnerabilidade económica e social

A análise do nível de escolaridade mais elevado completo da população residente com 15 e mais anos de idade em diversos territórios revela um panorama educacional heterogéneo e complexo.

A nível nacional, Portugal apresenta a maior proporção de indivíduos sem escolaridade, com 5,9% da população nesta categoria, o que evidencia a persistência de desafios no âmbito da educação básica universal.

Em geral, Setúbal apresenta um perfil educacional ligeiramente superior à média nacional.

A percentagem de pessoas sem

<sup>1</sup> - Instituto Nacional de Estatística (2023) Rendimento e Condições de Vida 2022.

qualquer nível de escolaridade em Setúbal (4,9%) é menor do que o valor nacional (5,9%).

Além disso, Setúbal tem uma proporção maior de pessoas com o *Ensino secundário* completo (27,2%) em comparação com os números nacionais (23,5%).

No Ensino superior, Setúbal também se destaca positivamente. A percentagem de pessoas licenciadas (14,9%) é superior à média nacional (13,4%). No entanto, a proporção de pessoas com *mestrado* (3,7%) e *doutoramento* (0,5%) é ligeiramente inferior.

A freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra apresenta uma taxa elevada de população sem escolaridade (5,7%), acima da média nacional (5,9%) e da Península de Setúbal (4,6%). No ensino básico, o 1.º ciclo regista 18%, enquanto o 2.º ciclo tem um valor baixo (6,3%). Já o 3.º ciclo regista 17,8%, próximo da média nacional. O *Ensino secundário* é predominante, com 27%, mas os valores no ensino superior são limitados: apenas 18,4% licenciados/as e 4,1% mestres.

A freguesia do Sado destaca-se pela maior proporção de população sem *nenhum grau de escolaridade* (6,8%), acima das médias nacional e regional. No *ensino básico*, o 1.º ciclo tem uma percentagem elevada (27,7%), enquanto os valores para o 2.º ciclo (10,2%) e o 3.º ciclo (20,3%) são moderados. O *Ensino secundário* representa 24,8%, um pouco abaixo da média da Península de Setúbal.

No Ensino superior, os valores são

baixos: apenas 6,6% de pessoas licenciadas e 1,5% mestres.

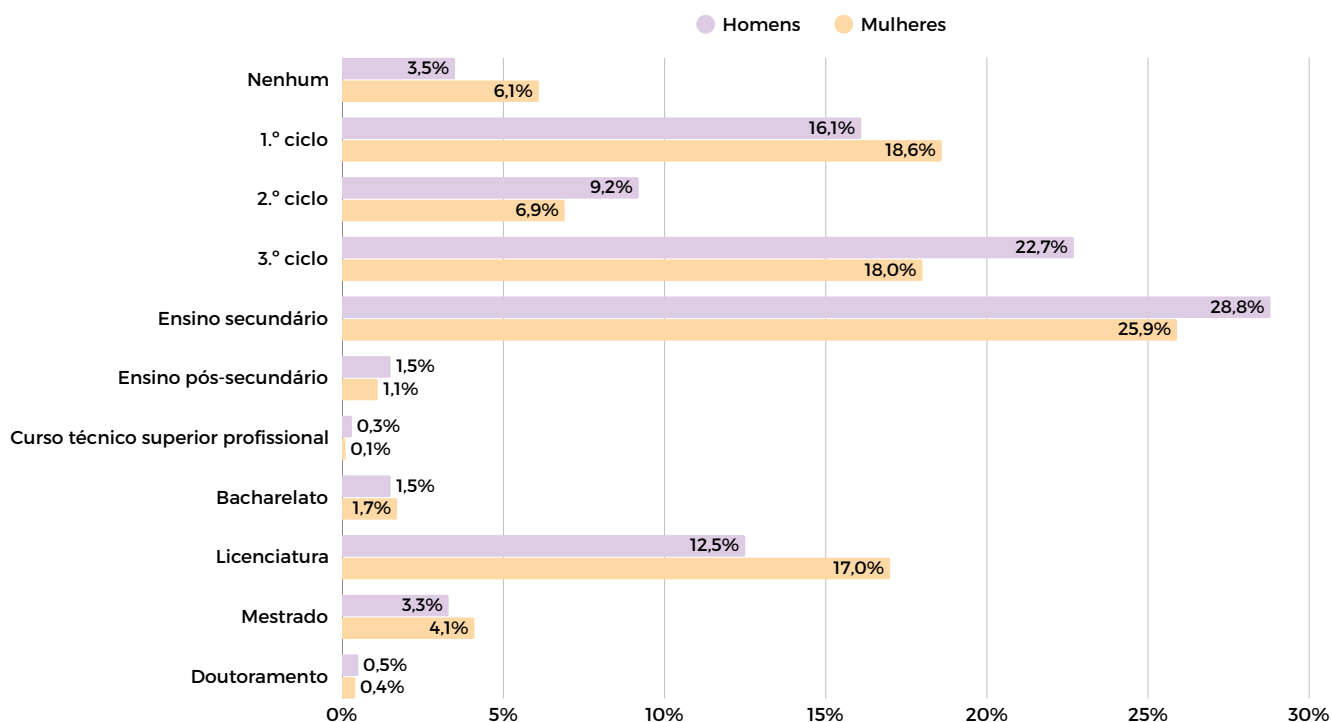
A freguesia de São Sebastião apresenta uma proporção moderada de população sem escolaridade (5,4%). Os níveis básicos mostram percentagens equilibradas: 18,4% no 1.º ciclo e 9,5% no 2.º ciclo. Contudo, o 3.º ciclo regista um valor elevado (22,1%), acima da média nacional. O *Ensino secundário* é o mais representativo (27,9%), mas os valores no ensino superior são inferiores à média nacional: apenas 11,1% licenciados/as e 2,6% mestres.

A União das Freguesias de Azeitão tem a menor proporção de população sem escolaridade (3,6%). Os valores no ensino básico são baixos: 14,3% no 1.º ciclo e 6,5% no 2.º ciclo. No entanto, o ensino superior é expressivo: 20% licenciados/as e 5,5% mestres, superando as médias nacional e da Península de Setúbal.

A União das Freguesias de Setúbal regista uma proporção moderada de população sem escolaridade (4,6%). No ensino básico os valores são equilibrados: 16,2% no 1.º ciclo e 6,8% no 2.º ciclo. O *ensino secundário* representa uma percentagem elevada (26,5%). No *ensino superior* também se destacam as pessoas licenciadas (17,8%) e mestres (4,6%), ambos acima da média nacional.

Estas diferenças entre freguesias refletem provavelmente disparidades socioeconómicas dentro do município, sublinhando a importância de políticas educativas que promovam a equidade no acesso à educação em todo o território do Concelho.

GRÁFICO Nº 86 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE POR SEXO NO CONCELHO DE SETÚBAL (2021) (%)



Fonte: INE - População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário, Condição perante o trabalho e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A partir da análise do gráfico é possível comparar os níveis de escolaridade entre homens e mulheres, no Concelho.

Observa-se que uma percentagem maior de mulheres (6,1%) não possui qualquer nível de escolaridade em comparação com os homens (3,5%). Esta tendência mantém-se no 1.º ciclo, com 18,6% das mulheres e 16,1% dos homens.

No entanto, a partir do 2.º ciclo, nota-se uma inversão, com os homens a apresentarem percentagens mais elevadas nos níveis intermédios de educação. 9,2% dos homens e 6,9% das mulheres, e no 3.º ciclo regista-se 22,7% dos homens e 18% das mulheres. Esta tendência continua no ensino secundário, com 28,8% dos homens e 25,9% das mulheres.

Nos níveis de ensino superior, vê-se uma nova inversão.

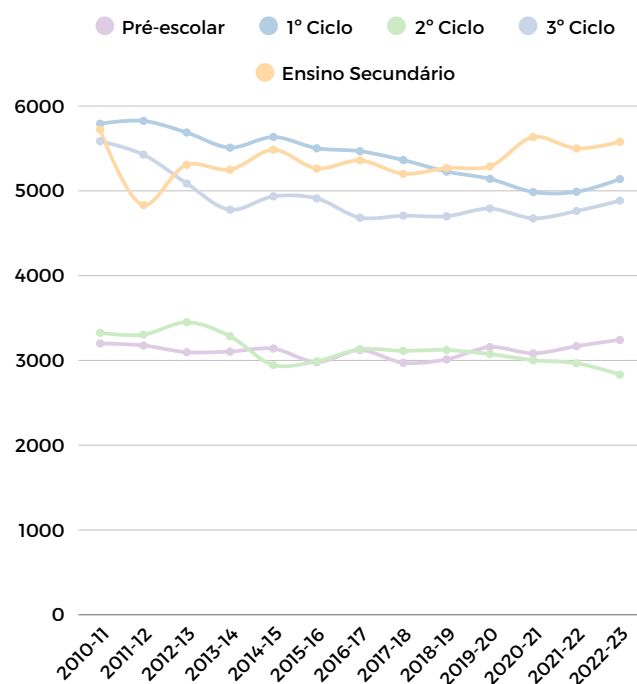
As mulheres apresentam percentagens mais elevadas em *bacharelato* (1,7% e 1,5%), *licenciatura* (17% e 12,5%) e *mestrado* (4,1% e 3,3%). Apenas no *doutoramento* verifica-se uma ligeira prevalência masculina (0,5% e 0,4%).

A *licenciatura* representa o nível de ensino superior mais comum para ambos os sexos, com uma diferença significativa a favor das mulheres. O *ensino secundário* é o nível de escolaridade mais frequente tanto para homens como para mulheres.

Estes dados sugerem que, embora historicamente as mulheres possam ter tido menos acesso à educação, atualmente elas tendem a alcançar níveis mais elevados de educação superior em comparação com os homens. Assim, revela um panorama educacional em evolução, com uma tendência para níveis de escolaridade mais elevados, mas também evidencia desafios persistentes no que respeita à

formação superior e especializada. As ligeiras diferenças percentuais entre homens e mulheres nos vários níveis de escolaridade merecem atenção, podendo indicar disparidades entre sexos no acesso e conclusão de determinados graus de ensino.

**GRÁFICO Nº 87 - ALUNOS/AS MATRICULADOS/AS POR NÍVEL DE ENSINO NO CONCELHO DE SETÚBAL (ANOS LETIVOS 2010/11 - 2022/23) (Nº)**



Fonte: DGGE (https://www.dggee.medu.pt/)

A análise do gráfico em questão revela tendências significativas nas matrículas de alunos/as por nível de ensino no concelho de Setúbal, abrangendo o período de 2010 a 2023. No que concerne à educação *pré-escolar*, observa-se uma ligeira tendência ascendente a partir do ano letivo 2020/2021, contrastando com a trajetória anterior.

Relativamente ao *1º ciclo* do ensino básico, constata-se uma tendência consistente de decréscimo ao longo do período analisado, indicando uma potencial redução da população

escolar nesta faixa etária, possivelmente relacionada com a taxa de natalidade.

O *2º ciclo* apresenta um comportamento mais volátil, caracterizado por oscilações nas matrículas, embora se verifique uma propensão geral para o decréscimo. No que diz respeito ao *3º ciclo*, o gráfico evidencia um período de estabilidade nas matrículas entre os anos letivos 2010-11 e 2013-14. Seguido de um ligeiro aumento a partir de 2020.

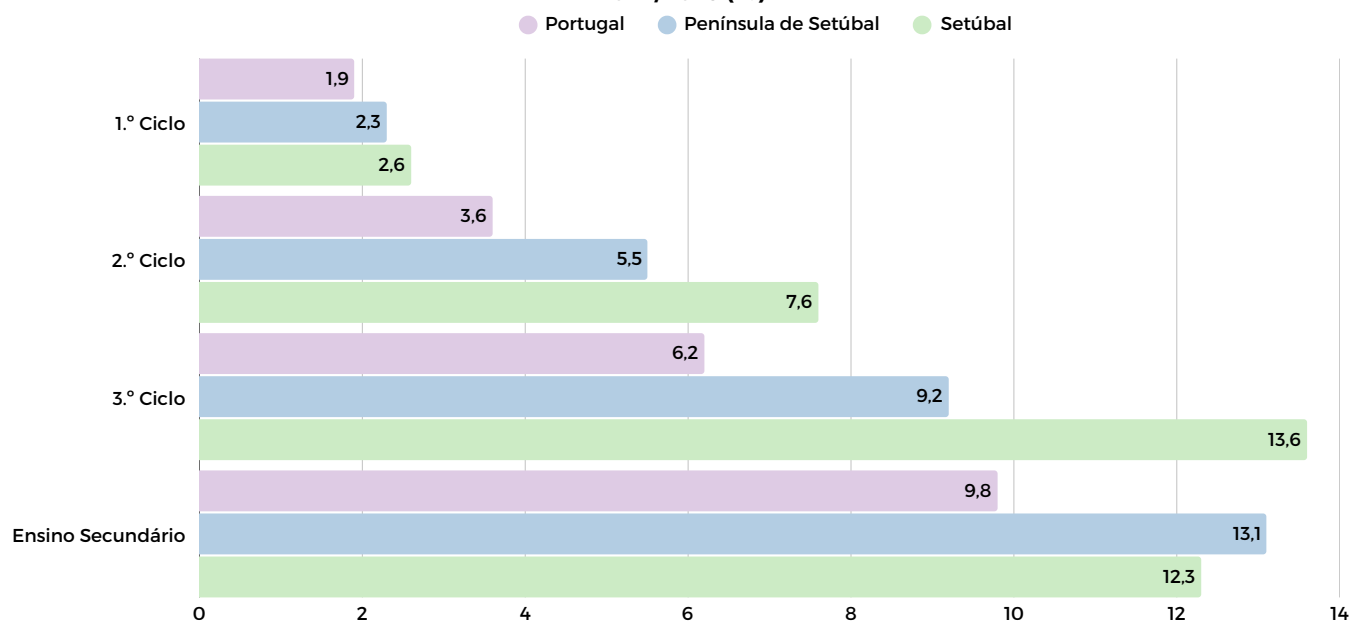
Por fim, o *ensino secundário* demonstra uma evolução marcada por flutuações ao longo dos anos, com uma tendência geral no aumento do número de matrículas. Contudo, a queda no ano letivo 2011-12 pode ser consequência da crise económica, que implicou situações de abandono precoce da escola, com jovens a não terminarem o ensino secundário, precipitando-se para o mercado de trabalho<sup>1</sup>, devido às condições económicas precárias e falta de confiança no ensino como promotor ou facilitador do fenómeno conhecido como *elevador social*. Por outro lado, ocorreram movimentos migratórios importantes para outros países, com o objetivo de encontrar melhores condições de vida e estabilidade financeira.<sup>2</sup>

Esta análise revela dinâmicas demográficas e educativas complexas em Setúbal. As tendências observadas requerem um estudo mais aprofundado para compreender as suas causas subjacentes.

<sup>1</sup> - Rocha, M. (Coord.), Ferreira, A., Moreira, A. P., & Furstenau Gomes, T. (2014). Redução do abandono escolar precoce - uma meta a prosseguir, Estudos e Intervenções. RH +50 Associação Quadros Seniores.

<sup>2</sup> - Instituto Nacional de Estatística (2023) Rendimento e Condições de Vida 2022.

GRÁFICO Nº 88 - TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO NO ANO LETIVO 2022/2023 (%)



Fonte: INE - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Sexo e Nível de ensino; Anual - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)

Relativamente às taxas de retenção e desistência no ensino básico e secundário entre o nível nacional, a Península de Setúbal e o concelho de Setúbal, a tabela n.º 88 revela disparidades significativas.

O concelho de Setúbal destaca-se com as percentagens mais elevadas, particularmente no 3.º ciclo do ensino básico, onde se observa o pico desta problemática. A Península de Setúbal apresenta-se com uma taxa intermédia, com maior incidência de retenções e desistências que Portugal, mas com valores inferiores aos do concelho de Setúbal.

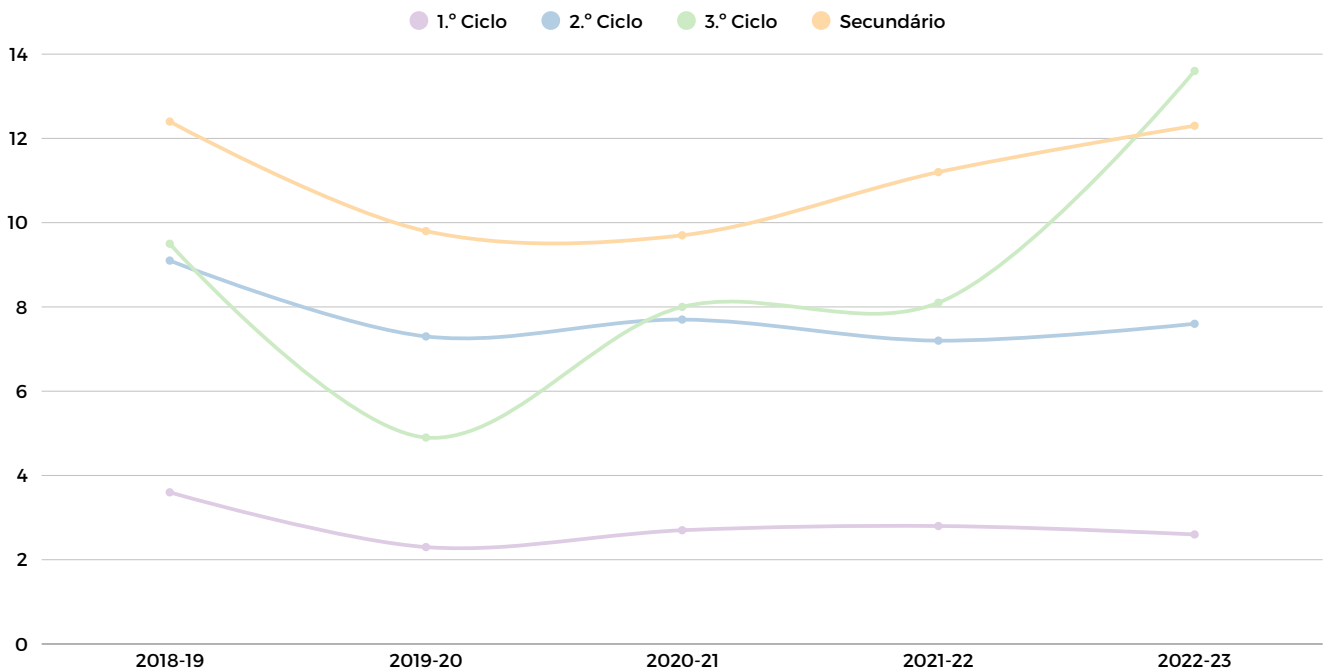
Esta distribuição das taxas de retenção e desistência sugere a existência de fatores locais e regionais que influenciam de forma determinante o percurso escolar de estudantes. O facto de o concelho de Setúbal evidenciar percentagens superiores às médias da Península de Setúbal e do país aponta para a necessidade de uma intervenção mais focalizada e

intensiva neste território.

No *ensino secundário*, observa-se uma ligeira inversão desta tendência. Embora a taxa nacional (9,8%) seja inferior à da Península de Setúbal (13,1%), o concelho de Setúbal apresenta uma taxa ligeiramente menor (12,3%) em comparação com a região.

Em resumo, Setúbal apresenta taxas de retenção e desistência consistentemente superiores às médias nacional e regional, com exceção do ensino secundário. Esta situação sugere a necessidade de intervenções educativas específicas, especialmente nos ciclos do ensino básico, para melhorar o sucesso e reduzir o abandono escolar no concelho.

**GRÁFICO Nº 89 - TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA POR NÍVEL DE ENSINO NO CONCELHO DE SETÚBAL POR ANO LETIVO (2018-2019 A 2022-2023) (%)**



Fonte: INE - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Sexo e Nível de ensino; Anual - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência / PORDATA (Ensino Secundário)

A análise da taxa de retenção e desistência no concelho de Setúbal, abrangendo o ensino básico e secundário, revela padrões distintos ao longo dos últimos anos. No 1.º ciclo do ensino básico, observou-se uma tendência de decréscimo entre 2018 e 2020, seguida de uma estabilização com ligeira propensão para aumento nos anos subsequentes.

O 2.º ciclo apresentou uma trajetória similar, com uma diminuição das retenções e desistências de 2018 a 2020. Contudo, registou-se um ligeiro aumento percentual no ano letivo 2020/21, seguido de uma estabilização até 2023.

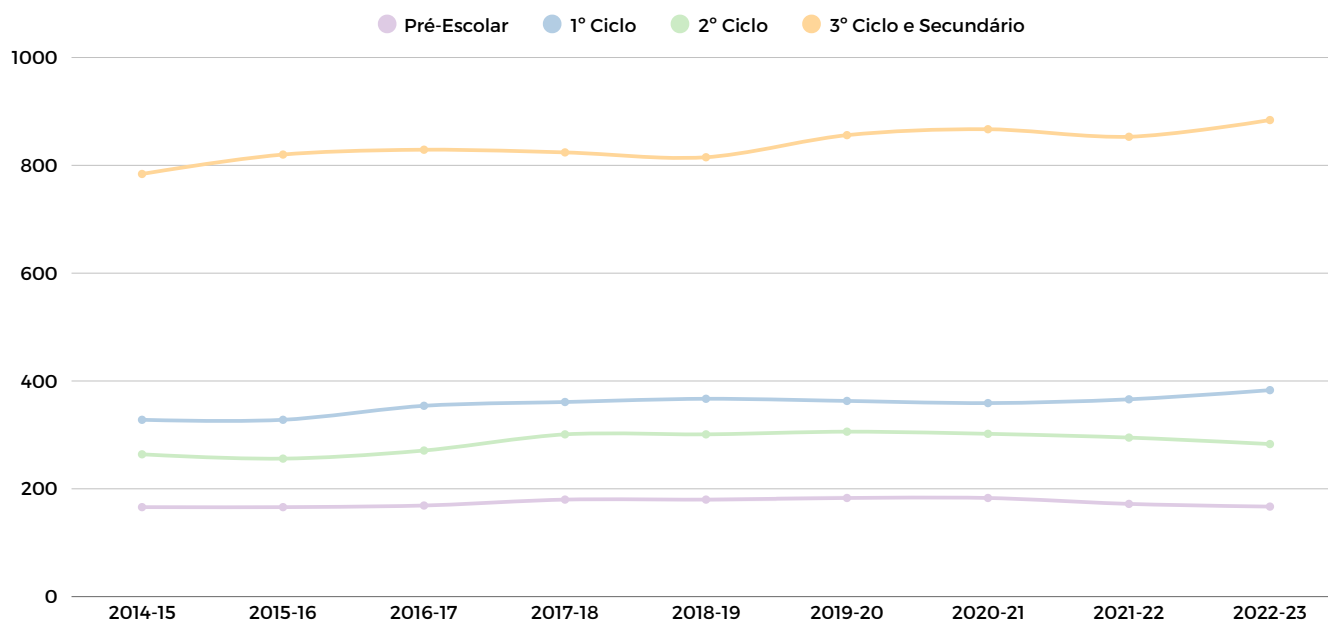
Quanto ao 3.º ciclo, verificou-se uma redução acentuada entre 2018 e 2020, seguida de um aumento significativo no ano letivo 2020/21. O período de 2021 a 2022 caracterizou-se por uma relativa estabilidade, mas a partir de 2022 observou-se novamente um

aumento abrupto nas taxas de retenção e desistência.

No ensino secundário, a tendência de decréscimo entre 2018 e 2020 foi consistente com os outros níveis de ensino. No entanto, a partir de 2020, registou-se um aumento progressivo e constante nas taxas de retenção e desistência.

Este gráfico sugere que, apesar de uma melhoria inicial generalizada até 2020, os anos subsequentes têm apresentado desafios crescentes, particularmente no 3.º ciclo e no ensino secundário. Estes dados apontam para a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre os fatores que contribuem para estas tendências, bem como para o desenvolvimento de estratégias específicas para mitigar o aumento das taxas de retenção e desistência nos níveis de ensino mais avançados.

GRÁFICO Nº 90 - DOCENTES POR NÍVEL DE ENSINO NO CONCELHO DE SETÚBAL POR ANO LETIVO DE (2014-2015 A 2022-2023) (Nº)



Fonte: DGEEC (<https://www.dgeec.medu.pt/>)

O gráfico apresentado mostra a evolução do número de docentes em diferentes níveis de ensino, desde o Pré-Escolar até o Secundário, ao longo dos anos letivos de 2014/15 a 2022/23.

No ensino *pré-escolar* verificamos estabilidade no número de docentes, com uma pequena diminuição desde 2022/23.

No *1º ciclo* regista-se um aumento constante no número de docentes, sugerindo maior procura por nesse nível de ensino.

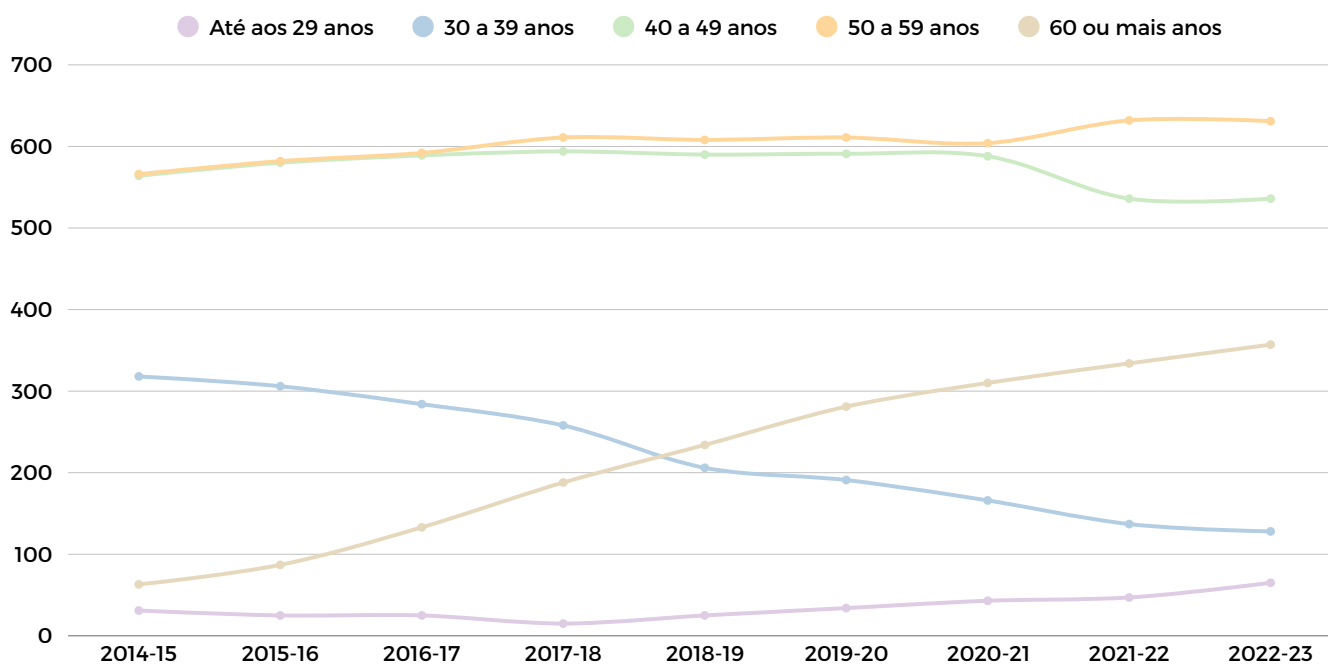
No *2º ciclo*, existe uma tendência de crescimento moderado no número de docentes, registando no entanto, um pequeno decréscimo a partir de 2019/20.

No *3º ciclo e secundário*, constatamos um aumento consistente no número de docentes possivelmente devido ao crescimento do número de alunos e cursos.

O número de docentes aumentou em alguns níveis de ensino, como no *1º ciclo* e no *3º ciclo/secundário*, refletindo provavelmente o aumento da procura por educação nestes níveis de ensino. O número de docentes no *pré-escolar* manteve-se relativamente estável, enquanto no *2º ciclo* o aumento foi menos expressivo.

De forma geral, os dados indicam uma necessidade de docentes nos ciclos iniciais e *secundário*, enquanto o *pré-escolar* e o *2º ciclo* apresentaram variações menos significativa. Esses dados podem servir como base para decisões sobre a alocação de recursos e para o planeamento de futuras necessidades no sistema educativo.

GRÁFICO N.º 91 - DOCENTES POR GRUPO ETÁRIO NO MUNICÍPIO DE SETÚBAL POR ANO LETIVO (2014-2015 A 2022-2023) (N.º)



Fonte: DGEEC (<https://www.dgeec.medu.pt/>)

O gráfico n.º 91 analisa a evolução das faixas etárias dos/as professores/as a lecionar no concelho de Setúbal entre 2014/15 e 2022/23.

Observa-se uma redução consistente na faixa etária *dos 30 a 39 anos*, passando de 318 professores/as em 2014/15 para apenas 128 em 2022/23, uma redução de cerca de 60%.

Simultaneamente, houve um aumento substancial na faixa etária de *60 ou mais anos*, que cresceu de 63 docentes em 2014/15 para 357 em 2022/23, representando um aumento de quase 470%.

A faixa etária *dos 40 a 49 anos* manteve-se relativamente estável, com uma ligeira diminuição de 564 para 536 professores/as ao longo do período. Por outro lado, o grupo *dos 50 a 59 anos* registou um aumento moderado, passando de 566 para 631 professores/as.

É possível destacar no entanto, o crescimento na faixa etária *até aos 29 anos*, que mais que duplicou, passando de 31 docentes em 2014/15 para 65 em 2022/23.

Estas tendências sugerem um envelhecimento geral do corpo docente no concelho de Setúbal. Assim, a evolução pode ter implicações importantes para o futuro do sistema educativo, afetando potencialmente a dinâmica de ensino, com a falta de professores/as havendo a necessidade de políticas de renovação do quadro do corpo docente.

A tabela n.º 54 fornece informações sobre a situação de docentes em várias escolas e agrupamentos escolares do concelho de Setúbal, focando-se em dois aspetos principais: o número de docentes em falta e deslocados/as.

Analisando os dados, observa-se que o total de docentes em falta no Concelho é de nove, distribuídos pelos Agrupamentos de Escolas *Lima de Freitas* (4), *Luísa Todi* (2) e a *Escola Secundária du Bocage* (3). As restantes escolas e agrupamentos não apresentam falta destes profissionais.

Quanto a docentes deslocados, o total é significativamente maior, com 49 professores/as nesta situação. O *Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago*, o *Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama* e a *Escola Secundária Dom Manuel Martins* apresentam o maior número, com 12, 11 e 11 respetivamente.

É importante referir que alguns agrupamentos, como o *Barbosa du Bocage* e *de Azeitão*, não têm falta mas contam com docentes deslocados/as. Por outro lado, a *Escola Secundária D. João II* é a única que não apresenta falta nas duas categorias analisadas.

Esta situação continua a ser um desafio significativo para o sistema educativo, apesar das medidas implementadas pelo Governo. O apoio extraordinário concedido a estes profissionais que lecionam a 70 km ou mais do seu domicílio fiscal varia entre 150€ e 450€, dependendo da distância.<sup>1</sup> Contudo, este apoio é considerado insuficiente para compensar as dificuldades

**TABELA N.º 54 - INFORMAÇÃO SOBRE O NÚMERO DE DOCENTES EM FALTA E DESLOCADOS/AS NO ANO LETIVO 2024/25**

Escola/Agrupamento	N.º de docentes em falta	N.º de docentes deslocados
Agrup. de Escolas Ordem de Sant'Iago	0	12
Agrupamento de Escolas Lima de Freitas	4	2
Agrupamento de Escolas de Azeitão	0	6
Agrupamento de Escolas Luísa Todi	2	2
Agrup. de Escolas Barbosa du Bocage	0	2
Agrup. de Escolas Sebastião da Gama	0	11
Escola Secundária du Bocage	3	3
Escola Secundária D. João II	0	0
Escola Secundária Dom Manuel Martins	0	11
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>49</b>

Fonte: Câmara Municipal de Setúbal

enfrentadas, especialmente em áreas com elevado custo de vida como a AML.

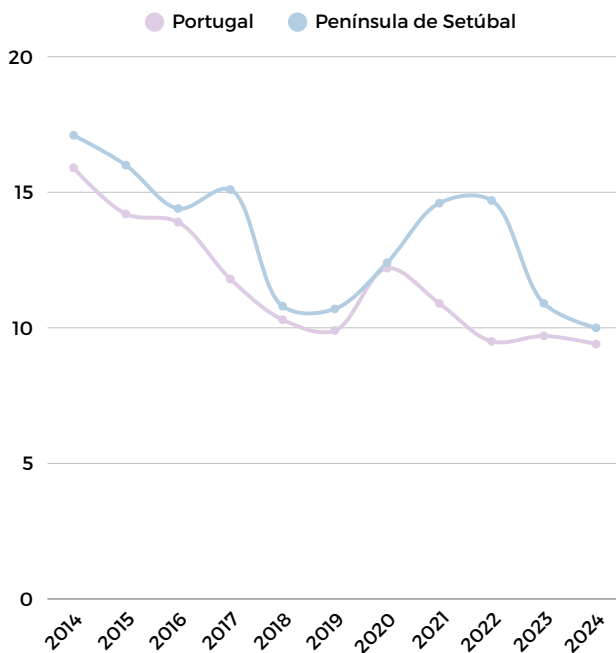
A distância entre o local de trabalho e a residência principal dificulta a conciliação entre vida profissional e pessoal, afetando principalmente docentes em início de carreira. Esta problemática tem levado muitos/as a abandonar a profissão, resultando numa escassez destes em certas regiões.

As consequências são graves, com alunos/as a ficarem sem aulas por períodos prolongados, por vezes superiores a 60 dias.

O sistema educativo enfrenta dificuldades em atrair e reter profissionais qualificados, comprometendo a qualidade do ensino. Embora alguns territórios, como o concelho de Setúbal, consigam preencher a maioria das vagas recorrendo a docentes deslocados/as.

<sup>1</sup> - Decreto-Lei n.º 57-A/2024 de 13 de setembro. Estabelece o regime aplicável ao concurso externo extraordinário de seleção e de recrutamento do pessoal docente, a realizar no ano letivo de 2024-2025, e cria um apoio extraordinário e temporário à deslocação para docentes. Diário da República.

**GRÁFICO Nº 92 - TAXA DE JOVENS COM IDADE ENTRE 16 E 34 ANOS NÃO EMPREGADOS QUE NÃO ESTÃO EM EDUCAÇÃO OU FORMAÇÃO (%)**



Fonte: INE - Taxa de jovens com idade entre 16 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação (Série 2021 - %) por Local de residência (NUTS - 2024), Grupo etário e Sexo; Anual - INE, Inquérito ao emprego (Séries - 2021)

A inatividade de jovens que não estudam nem trabalham, conhecidos como "Nem-Nem" ou NEET (*Not in Education, Employment, or Training*), é uma preocupação significativa devido aos seus impactos negativos na sociedade e na sua saúde mental. Segundo a OCDE, estes/as jovens apresentam níveis mais baixos de satisfação com a vida, menor confiança na comunidade e menos interesse na política comparativamente a jovens com emprego e/ou a estudar.

A análise da evolução da taxa de jovens NEET entre os 16 e os 34 anos em Portugal e na Península de Setúbal, de 2014 a 2024, revela uma tendência geral de melhoria, com algumas flutuações significativas.

Em 2014, a taxa nacional era de 15,9%, enquanto na Península de Setúbal atingia 17,1%. Ambas as áreas

registaram uma tendência de descida nos anos seguintes, com uma redução significativa em 2018, quando Portugal atingiu 10,3% e a Península de Setúbal 10,8%. Esta melhoria coincidiu com a recuperação económica pós-crise financeira de 2008-2013.

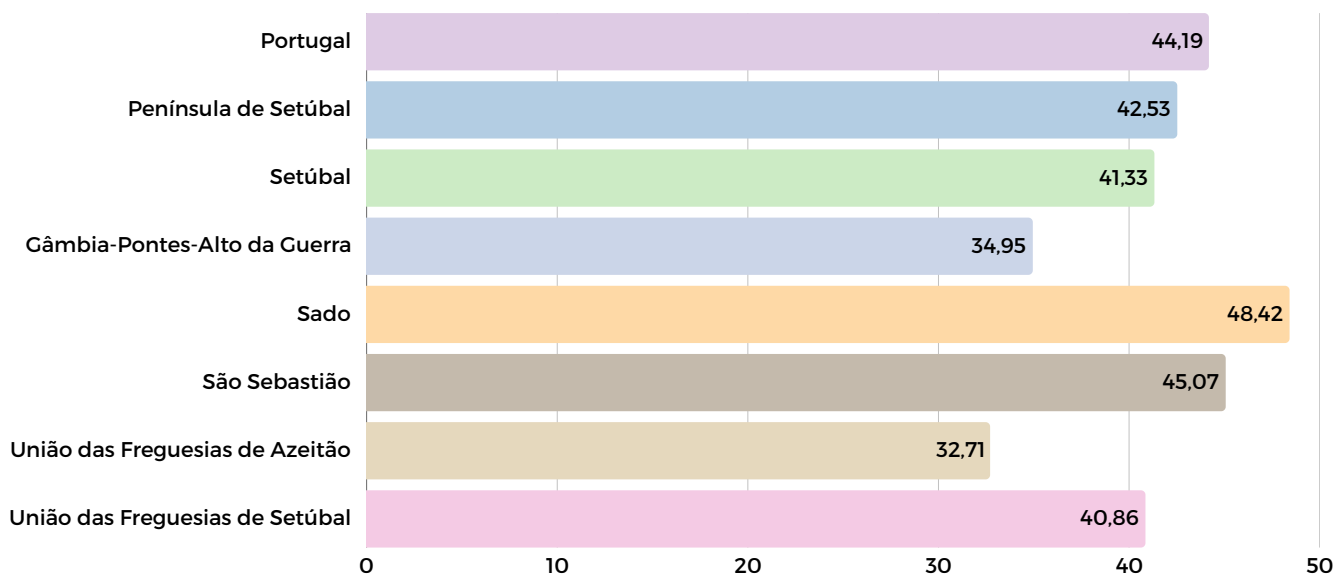
Durante o período da pandemia COVID-19 registou-se um aumento da taxa de jovens nesta situação em 2020, com 12,2% a nível nacional e 12,4% na Península de Setúbal. Nos anos seguintes, observou-se uma recuperação desigual, com a Península de Setúbal a apresentar taxas mais elevadas em 2021 e 2022, sugerindo uma maior vulnerabilidade regional.

Em 2024, registou-se uma nova descida, com Portugal a atingir o valor mais baixo do período (9,4%) e a Península de Setúbal a convergir para 10%. Apesar da melhoria geral, a região manteve consistentemente taxas superiores à média nacional, possivelmente devido a fatores estruturais como menor diversificação económica ou desafios no acesso à educação e formação.

Os dados refletem progressos significativos na redução da taxa NEET em Portugal na última década, mas sublinham a persistência de desafios na integração de jovens no mercado de trabalho e no sistema educativo, especialmente em regiões como a Península de Setúbal.

A manutenção desta tendência positiva dependerá do reforço das políticas públicas orientadas para o emprego jovem e para o acesso à educação e formação profissional.

**GRÁFICO N.º 93 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 18 E 24 ANOS COM O 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO COMPLETO QUE NÃO ESTÁ A FREQUENTAR O SISTEMA DE ENSINO (2021) (%)**



Fonte: INE - Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos com o 3.º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Sexo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise do gráfico n.º 93 revela a proporção da população residente com idade entre os 18 e 24 anos que completou o 3.º ciclo do ensino básico mas não está a frequentar o sistema de ensino, comparando dados de Portugal, da Península de Setúbal e do concelho de Setúbal, bem como de várias freguesias do mesmo.

No que diz respeito à comparação entre os três primeiros territórios, observa-se que Portugal apresenta a percentagem mais elevada, com 44,19% de jovens nesta situação. A Península de Setúbal e o concelho de Setúbal apresentam valores ligeiramente inferiores, sendo o concelho de Setúbal o que regista a menor percentagem, com 41,33%. É de notar, contudo, que as diferenças entre estes três níveis territoriais não são muito significativas.

Numa análise mais detalhada das freguesias do concelho de Setúbal, verifica-se uma disparidade mais acentuada. O Sado destaca-se com a percentagem mais elevada, atingindo

48,42% de jovens que não prosseguiram os estudos após o 3.º ciclo. Em contraste, a União das Freguesias de Azeitão apresenta a menor percentagem, com 32,71%.

Esta análise sugere a existência de desigualdades significativas dentro do próprio concelho de Setúbal no que respeita à continuidade dos estudos após o ensino básico. As diferenças observadas entre as freguesias podem indicar a presença de fatores socioeconómicos, culturais ou estruturais que influenciam as trajetórias educativas dos jovens.

Este diagnóstico evidencia a importância de políticas educativas e sociais diferenciadas, que tenham em conta as especificidades de cada território, com o objetivo de promover uma maior equidade no acesso e permanência no sistema de ensino, particularmente no ensino secundário.

**TABELA Nº 55 - ALUNOS ABRANGIDOS PELA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR NO CONCELHO DE SETÚBAL, INCLUINDO A DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES DO SASE (A, B, C, D) NO ANO LECTIVO 2024/2025 (N.º)**

Nível ensino/Escalões	A	B	C	D	Total
Pré-escolar	216	165	46	23	450
1.º Ciclo	780	655	94	10	1539
2.º Ciclo	423	277	37	0	737
3.º Ciclo	618	405	27	0	1050
Secundário	320	261	0	0	581
<b>Total</b>	<b>2357</b>	<b>1763</b>	<b>204</b>	<b>33</b>	<b>4357</b>

*Fonte: Departamento de Educação e Bibliotecas - Câmara Municipal de Setúbal*

A Ação Social Escolar (ASE) funciona a nível nacional, apoiando alunas/os que integram famílias com baixos rendimentos e/ou que possuam incapacidade igual ou superior a 60%, fomentando a igualdade de oportunidades no contexto educativo, procurando prevenir e combater a exclusão social e o abandono escolar. Desta forma, contribui para que um estatuto socioeconómico frágil não seja impedimento ao pleno desenvolvimento educativo da criança/jovem.

No ano letivo 2024/25, no que se refere ao número de beneficiários/as abrangidos pela ASE, existem 4357 alunos/as contempladas/os nos escalões A, B, C e D - equivalentes aos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º níveis de escalão do abono de família para crianças e jovens (Segurança Social). Apenas as crianças/jovens que integram os escalões A e B usufruem de SASE (Serviços de Ação Social Escolar) (ex. refeições escolares gratuitas e subsídio para aquisição de material escolar). A ASE pode incluir ações como atividades de animação e apoio à família ou fornecimento de transporte escolar para alunas/os com mobilidade reduzida, entre outros.

Observamos assim que a maioria de alunas/os constantes nos quatro escalões se encontra a frequentar o 1.º ciclo (1539 crianças), seguindo-se o 3.º ciclo que contém 1050 discentes. O 1.º ciclo engloba maioritariamente crianças entre os 5/6 e os 9/10 anos, sendo as grandes metas do desenvolvimento desta fase de vida a evolução cognitiva e emocional, no contexto das relações sociais e um incremento do desejo de autonomia.

As dificuldades económicas e financeiras deixam a sua marca que tende a ser maior quanto mais cedo na vida ocorre o confronto com a mesma: a pobreza é um factor traumático por si só, sendo multidimensional e tendo potencial para limitar ou influenciar negativamente a saúde física e mental, bem como a evolução educativa e formativa. Neste contexto, tornam-se relevantes estas medidas que procuram mitigar os efeitos e desigualdades que advêm de contextos socioeconómicos vulneráveis.

Realçamos que a maioria destas/es alunas/os, 2357 no total (54%), se encontra a beneficiar de SASE A, seguida de 1763 (40%) que se encontram no escalão B.

Relativamente a medidas e planos futuros para a melhoria da educação no concelho, está programada a requalificação da EB Barbosa do Bocage e a construção (já em execução) do Centro Escolar Barbosa do Bocage (União das Freguesias de Setúbal). Pretende-se também ampliar algumas escolas existentes. Além disto, existem diversos programas, neste diagnóstico destacamos três.

O programa "VagaLume – Mundos Dentro e Fora de Nós", a ser implementado em vários agrupamentos escolares, visa promover o sucesso escolar através de atividades educativas, culturais e científicas, reforçando a autoestima e competências da comunidade educativa. Haverá ações em ciências experimentais, artes performativas, literacia digital e capacitação de docentes e pais, com mediadores socioculturais a facilitar a integração.

Adicionalmente, procurar-se-á dar continuidade ao projeto piloto de ocupação de tempos livres para crianças com necessidades específicas e implementar o projeto "Todas as Crianças Brincam – Mediadores para a Inclusão" em jardins de infância, promovendo a inclusão de crianças com autismo em atividades comunitárias através do apoio de mediadores. O programa visa promover o sucesso escolar, valorizando a curiosidade, as artes, as ciências e o uso construtivo da tecnologia, envolvendo ativamente as comunidades locais e capacitando pais.

O Programa Escolhas - 9ª Geração (E9G), que vigora entre 1 de outubro

de 2023 a 30 de setembro de 2026, estrutura-se em duas áreas estratégicas de intervenção, correspondentes às medidas: medida *Educação, Formação e Emprego e Dinamização Comunitária e Cidadania*.

No concelho estão implementados os seguintes projetos:

*Sem (In)Diferenças - E9G*, promovido e gerido pela APPACDM de Setúbal, tendo como entidades parceiras a CMS; a JFSS; o AEOS; o IPS; o Scalipus Clube de Setúbal e a Associação Faísca Voadora. Este projeto está implementado no bairro da Bela Vista e tem como objetivo geral, promover a diminuição de crianças, jovens e familiares a situações de risco e a processos discriminatórios, promovendo a inclusão social, favorecendo o desenvolvimento de competências melhorando a qualidade de vida e promovendo o sucesso escolar dos participantes.

*TT-Teia Trampolim - E9G* promovido e gerido pela SEIES, tendo como entidades parceiras a EB+S Lima de Freitas; a CPCJ de Setúbal; a UFS; o IPS; a APACCF; a CMS; a EAPN Portugal; ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. Este projeto está a ser implementado na EB+S Lima de Freitas e nos bairros do Casal das Figueiras, do Viso e dos Pescadores, tendo como objetivo geral contribuir para a promoção do sucesso escolar e inclusão social/democrática de adolescentes e jovens, entre os 12 e os 20 anos, através do desenvolvimento de competências socio emocionais e da consciencialização das partes interessadas (pessoas e organizações) como agentes de mudança social.

## 4.2. CULTURA

A cultura desempenha um papel essencial no âmbito social, sendo um dos principais pilares para a coesão, transformação e desenvolvimento pessoal e social, para o bem-estar e qualidade de vida das pessoas e para a promoção e reforço de identidades coletivas.

As manifestações artísticas e culturais são, assim, potenciais catalisadores de mudança, oferecendo vias para o crescimento pessoal, reforçando laços comunitários e combatendo o isolamento. Nesse sentido, constituem especial relevância para a integração de grupos sociais mais vulneráveis, na medida em que lhes permitem adquirir e/ou desenvolver competências pessoais e sociais e encontrar novas formas de expressão, contribuindo para mitigar desigualdades.<sup>1</sup>

Assim, investir na Cultura é crucial para uma sociedade mais justa, plural e solidária. Nesse sentido, o Município de Setúbal tem implementado estratégias para preservar e valorizar o património cultural, material e imaterial do concelho, promovendo a sua identificação, conservação e exploração sustentável, incentivando e apoiando a participação dos/as munícipes e das organizações locais.

A Cultura é, ainda, um fator crucial para o desenvolvimento da Educação, da Economia e do Ambiente do Concelho e impulsionador da requalificação de edificado e revitalização do espaço público envolvente destinados à promoção, fruição e formação cultural e artística.

Em 2024 foi publicado o Plano Estratégico Municipal para a Cultura de Setúbal 2030, que traça as linhas orientadoras das dinâmicas culturais locais, estruturando-se em três eixos. O primeiro concentra-se na preservação do património e na sustentabilidade, envolvendo as comunidades locais. O segundo eixo promove a criação artística e a democracia cultural, reforçando a colaboração entre agentes culturais e educativos. O terceiro eixo robustece o ecossistema cultural, fomentando redes e a participação nas políticas municipais.

Na página seguinte apresenta-se a tabela com a descrição dos eixos e dos objetivos do Plano Estratégico Municipal para a Cultura de Setúbal 2030.

<sup>1</sup> - Fortuna, C. (Coord.). (2014). Cultura, formação e cidadania. Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, Secretaria de Estado da Cultura; Centro de Estudos Sociais.

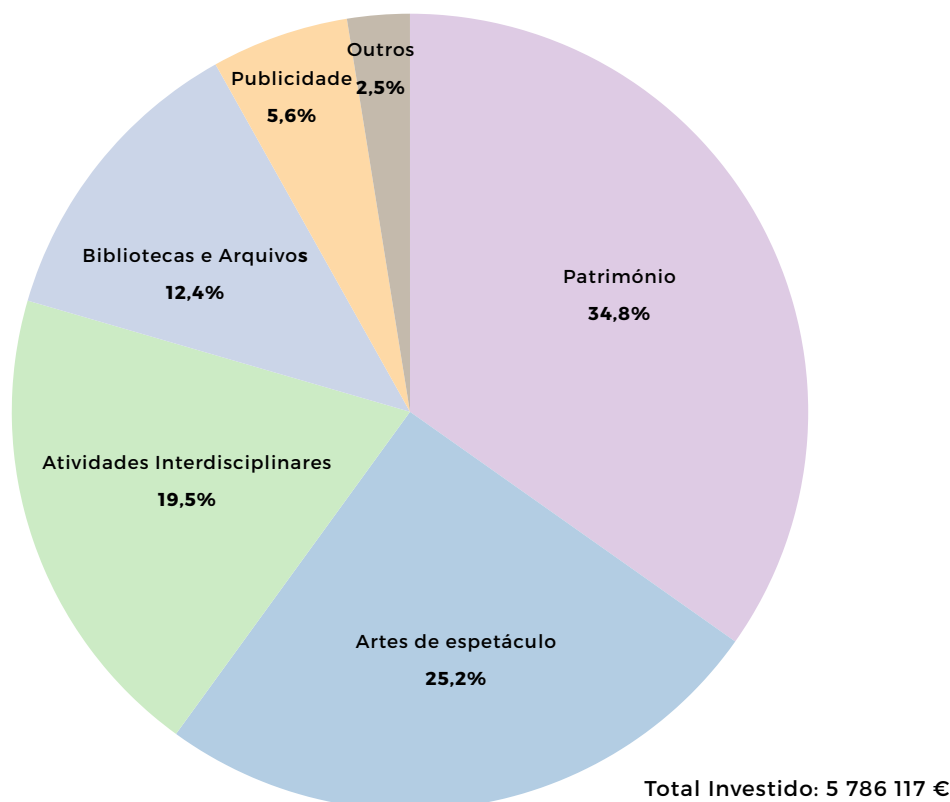
TABELA Nº 56 - EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO ESTRATÉGICO MUNICIPAL PARA A CULTURA DE SETÚBAL 2030 <sup>1</sup>

Eixos	Objetivos Estratégicos
<p data-bbox="261 517 336 539">EIXO 1:</p> <p data-bbox="181 573 421 651">PATRIMÓNIO, SUSTENTABILIDADE E COMUNIDADES</p>	<p data-bbox="488 405 1465 461">1.1 Reafirmar a importância do património cultural e natural de Setúbal, promovendo a sua preservação e valorização.</p> <p data-bbox="488 506 1465 562">1.2 Integrar os valores naturais nas dinâmicas culturais, diminuindo a pegada ecológica da cultura e do turismo na região de Setúbal.</p> <p data-bbox="488 607 1465 663">1.3 Preservar a cultura e o património local, através da capacitação e do envolvimento das comunidades e agentes culturais locais.</p> <p data-bbox="488 707 1465 763">1.4 Dar protagonismo às pessoas nas políticas culturais, qualificando a comunicação e valorizando a identidade local e o multiculturalismo.</p>
<p data-bbox="261 943 336 965">EIXO 2:</p> <p data-bbox="165 999 437 1055">CRIAÇÃO, MEDIAÇÃO E DEMOCRACIA CULTURAL</p>	<p data-bbox="488 817 1465 873">2.1 Reforçar o desenvolvimento do pensamento crítico e estético que concorra para a afirmação de "Setúbal Cidade de Criação".</p> <p data-bbox="488 918 1465 974">2.2 Implementar um programa de mediação cultural que estimule a colaboração e concertação entre agentes culturais e educativos.</p> <p data-bbox="488 1019 1465 1075">2.3 Promover a cidadania cultural, criando condições para o cumprimento dos direitos culturais de acesso e participação.</p> <p data-bbox="488 1120 1465 1176">2.4 Garantir a democracia cultural, valorizando a diversidade cultural local na estratégia de desenvolvimento de Setúbal.</p>
<p data-bbox="261 1346 336 1368">EIXO 3:</p> <p data-bbox="204 1402 400 1458">REDES, COESÃO E MONITORIZAÇÃO</p>	<p data-bbox="488 1229 1465 1285">3.1 Robustecer o ecossistema cultural dotando-o de ferramentas que qualifiquem a sua intervenção no território.</p> <p data-bbox="488 1330 1465 1386">3.2 Fomentar a participação ativa de agentes culturais públicos e privados do território em redes de diferentes escalas e com distintas geografias.</p> <p data-bbox="488 1431 1465 1487">3.3 Incrementar a presença transversal da cultura nas políticas municipais, evidenciando o seu papel na coesão social e territorial.</p> <p data-bbox="488 1532 1465 1588">3.4 Desenvolver instrumentos e mecanismos que promovam o envolvimento das comunidades na avaliação e monitorização das políticas culturais.</p>

Fonte: Plano Estratégico Municipal para a Cultura de Setúbal 2030 <sup>1</sup>

<sup>1</sup> - Gama, M. (Coord.). (2024). Plano Estratégico Municipal Cultura Setúbal 2030: Documentos complementares ao PEMC.SET2030. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

GRÁFICO Nº 94 - DESPESAS POR DOMÍNIO CULTURAL NO CONCELHO DE SETÚBAL EM 2023 (%)



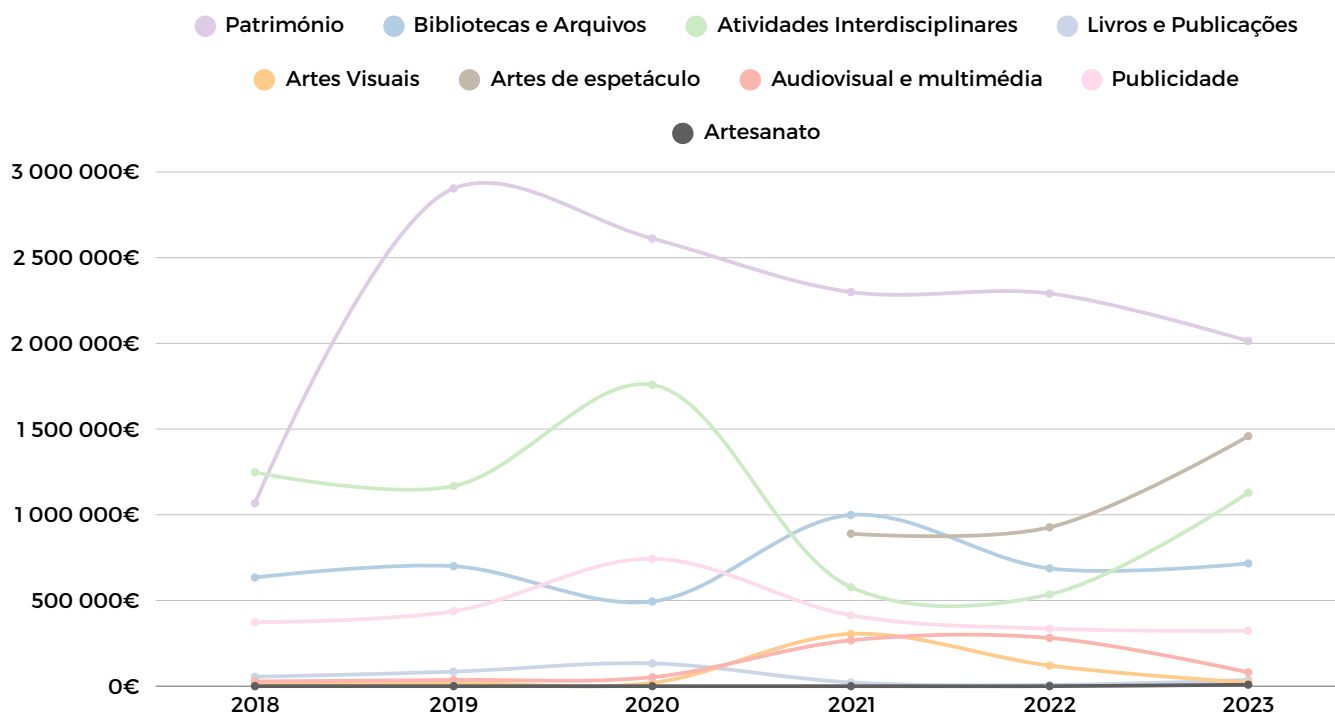
Fonte: INE - Despesas em bibliotecas e arquivos, Despesas em património cultural, Despesas em atividades interdisciplinares, Despesas em livros e publicações periódicas, Despesas em artes visuais, Despesas em artes do espetáculo, Despesas em audiovisual e multimédia, Despesas em publicidade e Despesas em artesanato (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de despesa e Domínio cultural; Anual - INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais

Como se pode verificar no gráfico n.º 94, em 2023 mais de um terço da despesa da Cultura foi gasto na rubrica do património para assegurar a sua continuidade, preservação e atualidade. O segundo maior investimento foi efetuado nas *artes do espetáculo* (25,2% da despesa total). Quase 20% do orçamento foi aplicado em *atividades interdisciplinares*. Foi reservada 12,4% da despesa para investimento em *bibliotecas e arquivos*, 5,6% para *publicidade* e 2,5% para *outras despesas*.

No momento atual, o Plano Estratégico Municipal Cultura Setúbal<sup>1</sup> 2030 apresenta como propósitos a promoção da cidadania cultural, a valorização do património e dos territórios, bem como da sua diversidade, o incentivo à criatividade artística, o exercício da democracia cultural, a coesão social, a contribuição para o incremento da economia local, o acesso de todas as pessoas à cultura e atividades relacionadas, e a sustentabilidade.

<sup>1</sup> - Gama, M. (Coord.). (2024). Plano Estratégico Municipal Cultura Setúbal 2030: Documentos complementares ao PEMC.SET2030. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

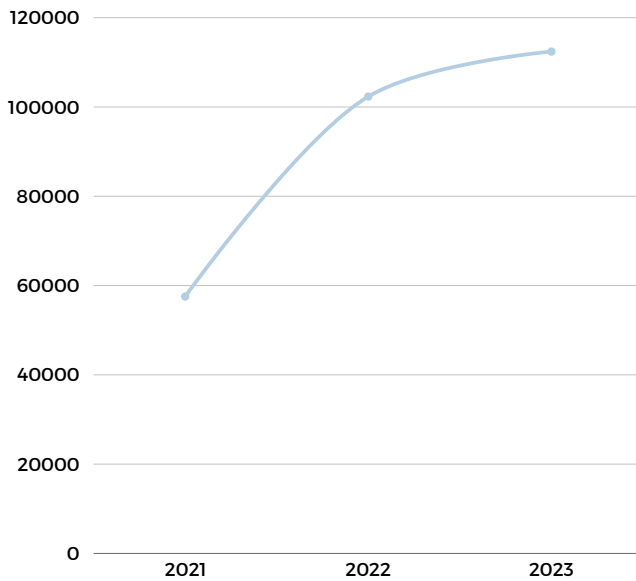
GRÁFICO N.º 95 - DESPESAS POR DOMÍNIO CULTURAL NO CONCELHO DE SETÚBAL (2018 - 2023) (€)



Fonte: INE - Fonte: INE - Despesas em bibliotecas e arquivos, Despesas em património cultural, Despesas em atividades interdisciplinares, Despesas em livros e publicações periódicas, Despesas em artes visuais, Despesas em artes do espetáculo, Despesas em audiovisual e multimédia, Despesas em publicidade e Despesas em artesanato (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de despesa e Domínio cultural; Anual - INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais

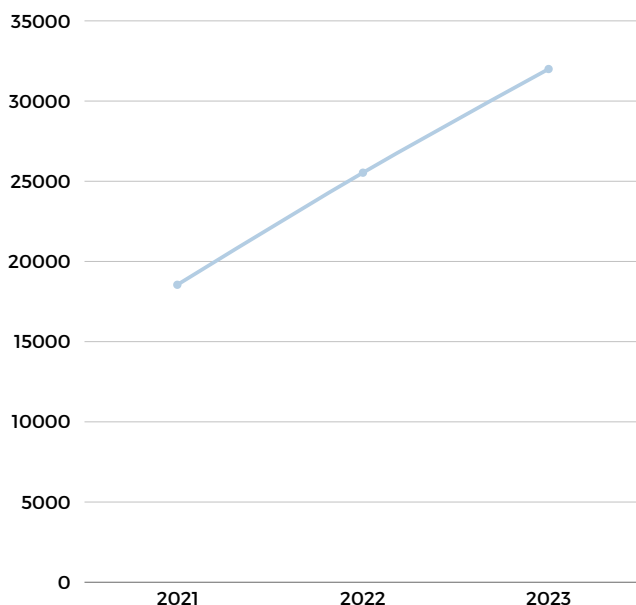
Quanto à variação da despesa cultural ao longo de seis anos, de 2018 a 2023, salientam-se os valores investidos em *património* que sofreram aumento de 2018 para 2019 (de 1.067.230€ para 2.903.772€), observando-se depois queda consecutiva nos anos seguintes, sendo em 2023 de 2.012.961€. A rubrica *artes do espetáculo* iniciou apenas em 2021 com gasto de 889.590€, aumentando até 2023 (1.458.514€). A despesa com *atividades interdisciplinares* teve muitas variações ao longo de seis anos, iniciando com gasto de 1.247.298€ em 2018, ocorrendo pico em 2020 com 1.758.158€, baixando novamente em 2021-2022, ocorrendo novo aumento em 2023, de 1.128.783€, que não igualou os valores de 2018. As *bibliotecas e arquivos* registaram em 2018 uma despesa de 633.949€, variando em aumentos e retrocessos nos anos seguintes, conhecendo aumento significativo em 2023, com

715.999€. Em 2018 foram gastos em *publicidade* 373.010€, ocorrendo de seguida aumento que atinge pico em 2020 (743.348€), conhecendo um decréscimo até 2023, com valor mais baixo de 323.199€. Foram investidos em *livros e publicações* em 2018 54.499€, no ano seguinte a despesa aumentou para mais de metade deste valor, tendo depois decrescido, ficando em 2023 longe dos valores iniciais, com 36.373€. As *artes visuais* tiveram em 2018 um investimento de 14.800€, aumentando até 2021, ano em que perfizeram o valor de 304.875€, descendo depois até 2023, ficando com o valor de 21.231€. A despesa com *audiovisual e multimédia* foi de 27.822€ em 2018, crescendo exponencialmente até 2022 (281.287€), baixando para 80.690€ em 2023. Por último, a rubrica *artesanato* inicia-se apenas em 2023, com pouca expressão, ocorrendo investimento de 8367€.

**GRÁFICO N.º 96 - VISITANTES DE MUSEUS NO CONCELHO DE SETÚBAL (2021- 2023) (N.º)**

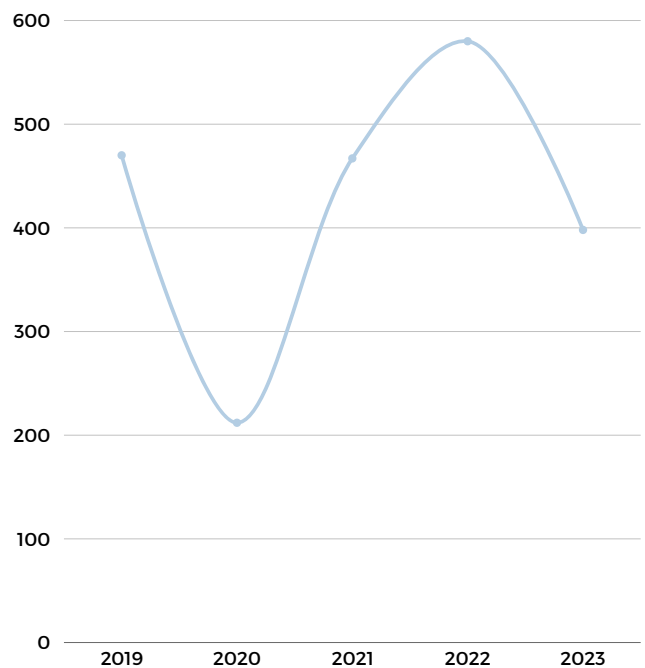
Fonte: INE - Visitantes (N.º) de museus por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual - INE, Inquérito aos museus

Neste período recente de três anos (2021-2023), o número total de pessoas que visitou os museus do Concelho cresceu visivelmente, sendo em 2021 57 534 pessoas, passando até 2023 para 112 404 visitantes, reflexo provável do aumento do turismo e interesse cultural no concelho de Setúbal.

**GRÁFICO N.º 97 - BILHETES VENDIDOS DE ESPETÁCULOS AO VIVO NO CONCELHO DE SETÚBAL (2021 - 2023) (N.º)**

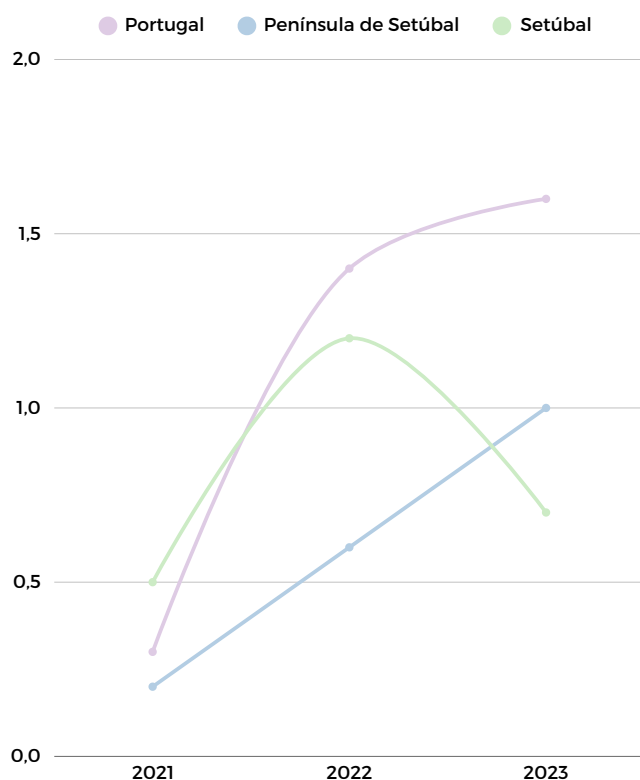
Fonte: INE - Bilhetes vendidos de espetáculos ao vivo (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual - INE, Inquérito aos espetáculos ao vivo

De igual modo, observa-se o crescimento exponencial de vendas de bilhetes entre 2021 e 2023 (Gráfico n.º 97). Em 2021 foram vendidos 18 546 bilhetes de espetáculos ao vivo no Concelho, aumentando progressivamente, tendo-se vendido em 2023 31 998 bilhetes.

**GRÁFICO N.º 98 - SESSÕES DE ESPETÁCULOS AO VIVO NO CONCELHO DE SETÚBAL (2021 - 2023) (N.º)**

Fonte: INE - Sessões de espetáculos ao vivo (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2019); Anual - INE, Inquérito aos espetáculos ao vivo

Verifica-se um percurso errático ao longo de cinco anos, de 2019 a 2023, no que respeita à evolução do número de sessões de espetáculos no Concelho. Esta trajetória pode refletir a influência da pandemia COVID-19. Em 2019 realizaram-se 470 sessões, descendo este número no ano seguinte para menos de metade. Em 2021 inicia aumento, que desemboca em 2022 em 580 sessões, baixando novamente em 2023 para 398, número inferior a 2019.

**GRÁFICO Nº 99 - ESPECTADORES DE ESPETÁCULOS AO VIVO POR HABITANTE (2021 - 2023) (N.º)**

Fonte: INE - Espectadores de espetáculos ao vivo por habitante (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual - INE, Inquérito aos espetáculos ao vivo

Ao longo do período de três anos, de 2021 a 2023, o valor de espectadores/as de espetáculos ao vivo por habitante conheceu na sua generalidade um aumento progressivo no país e na Península de Setúbal, excetuando o Concelho que no ano de 2023 viu este número diminuir. Assim, em 2021, Setúbal apresentava 0,5 de espectadores/as por habitante, valor superior à média nacional e da península. No ano seguinte, observou-se evolução positiva tanto ao nível nacional (1,4), peninsular (0,6), quanto concelhio (1,2). Salienta-se valor superior do concelho face à Península de Setúbal neste período. Em 2023, tanto Portugal quanto a península mantiveram crescimento, com 1,6 e 1 espectador/a por habitante respetivamente. Doutro modo, o concelho de Setúbal inverteu evolução (0,7).

Em conclusão, parece-nos relevante o facto de mais de um terço da despesa ser investido no património, aparecendo em segundo lugar a despesa com as artes do espetáculo, tendo esta aumentado ao longo de seis anos (valores até 2023). A importância do património e necessidade de investimento no mesmo reflete e é refletido no crescimento do número de visitantes de museus, por exemplo. Ao mesmo tempo, ocorreu um desenvolvimento favorável da venda de bilhetes para os espetáculos ao vivo, apesar do decréscimo de sessões desses espetáculos, podendo indicar que apesar de terem sido executados menos eventos desse tipo, foram mais ao encontro dos interesses das pessoas que costumam frequentar esses espaços artísticos e do possível crescimento de turismo cultural.

Em 2023, o número de espectadores/as desses eventos ao vivo por habitante tinha diminuído, o que pode somente indicar o aumento do número de habitantes. Poderá ainda ligar-se ao fenómeno de diversificação de eventos, ou seja, o aumento genérico de número de festivais e eventos ao vivo pode ter como efeito a distribuição mais ampla do público, resultando em mais bilhetes vendidos no total, mas com uma menor concentração de espectadores/as por habitante em cada evento individual.

## 4.3. DESPORTO

A relevância do desporto é claramente evidenciada na Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, também conhecida como Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD), que estabelece os princípios de igualdade e universalidade no desporto. De acordo com o artigo 2.º, ponto 1, desta Lei, “todos têm o direito à atividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”.

No ponto 2 do mesmo artigo, é também estipulado que “a atividade física e o desporto devem contribuir para a promoção de uma situação equilibrada e não discriminatória entre homens e mulheres”.

De facto, o desenvolvimento de comunidades resilientes e seguras, onde a prática de desporto e atividade física seja incentivada, contribui diretamente para o combate à desigualdade social, com impactos positivos na saúde e no bem-estar das pessoas. Não há dúvida de que um estilo de vida mais ativo, com a prática regular de desporto e atividade física, oferece benefícios significativos para a sociedade.

Ao longo do tempo, vários documentos estratégicos internacionais, europeus e nacionais têm destacado desporto como

essencial para o desenvolvimento da sociedade. A Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da UNESCO, adotada em 1978, considera o desporto um direito fundamental, sublinhando a necessidade de instalações adequadas e o papel das instituições nacionais no seu desenvolvimento. Entre 2013 e 2015, foi revista para incluir a atividade física e destacar a sustentabilidade económica, social e ambiental do desporto. A Carta Europeia também influenciou atos como o Tratado de Nice (2000) e a Declaração do Conselho da União Europeia (2003), que reforçam o papel das comunidades e das autoridades locais na promoção do desporto.

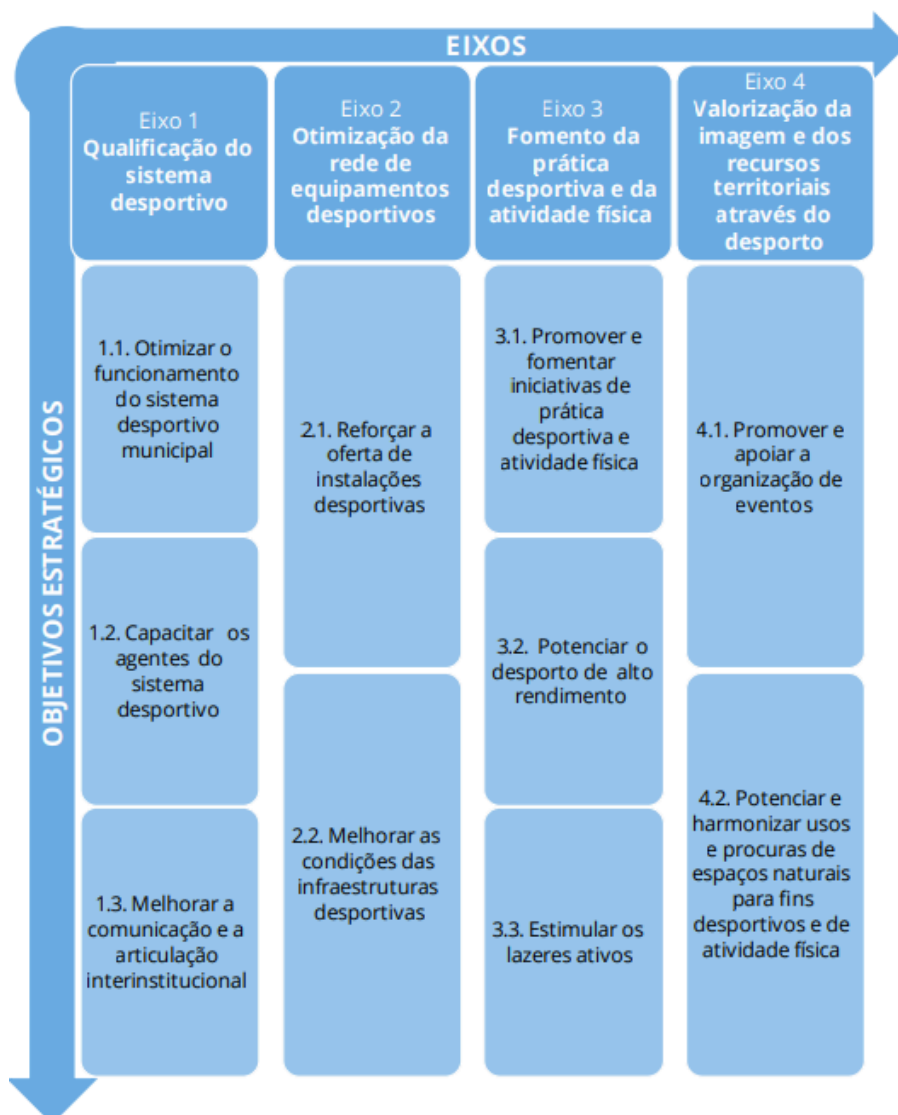
O município de Setúbal tem desempenhado um papel importante na promoção do desporto e da atividade física. Através da realização, promoção e apoio de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, demonstrando um compromisso contínuo com a promoção do desporto. Finalmente, é importante ressaltar que Setúbal foi nomeada Cidade Europeia do Desporto em 2016, o que destaca a cidade como um exemplo de município ativamente envolvido na promoção do desporto.

A política desportiva municipal visa promover e aumentar a prática do desporto e da atividade física no concelho, contribuindo para uma melhoria efetiva da qualidade de vida e bem-estar dos/as munícipes.

Nesse sentido, esta política interliga-se com as áreas social, educativa, saúde, económica e ambiental, reconhecendo a natureza multifacetada da dimensão desportiva na sociedade. Esta transversalidade é evidenciada na visão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal (PEDDS) que pretende *Promover a qualidade de vida e valorizar o território através do desporto e da atividade física, contribuindo para a concretização do potencial económico, social e ambiental do sistema desportivo de Setúbal.*<sup>1</sup>

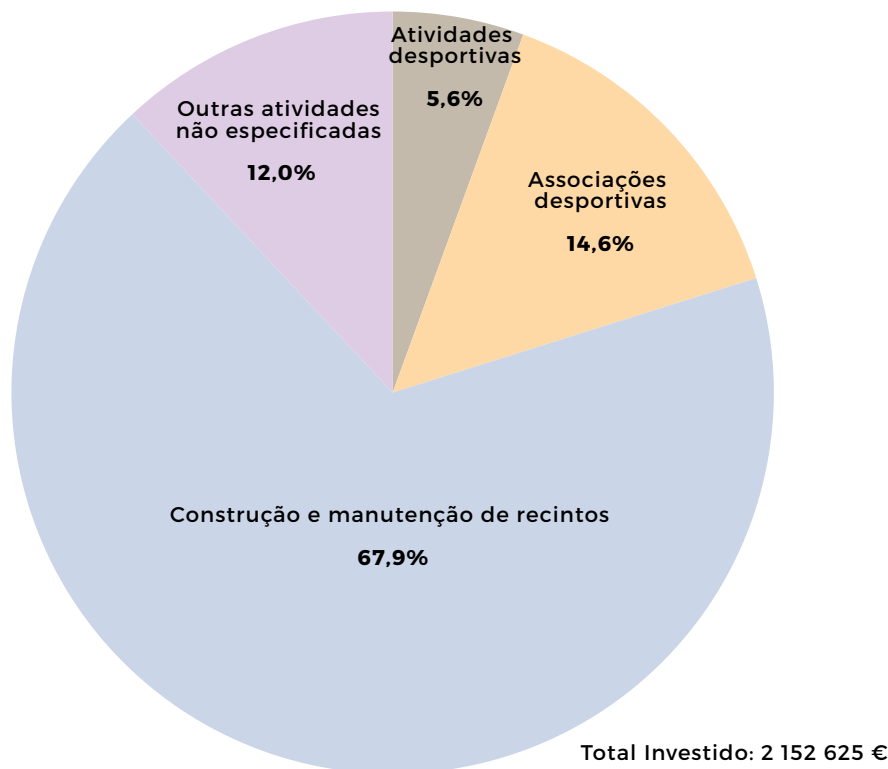
Este documento foi elaborado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU) no ano de 2024 através de um processo colaborativo utilizando várias metodologias, como inquéritos, workshops, *focus groups* e entrevistas. Tem como principais objetivos aumentar a prática regular de desporto e atividade física, melhorar a qualidade e gestão das infraestruturas desportivas municipais e apoiar o movimento associativo local. Abaixo (imagem n.º 5) apresentam-se os eixos e respetivos objetivos estratégicos do PEDDS:

IMAGEM N.º 5 - EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PEDDS



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal

<sup>1</sup> - Caetano, G. (Coord.), Figueiredo, C., Calado, L., & Henriques, P. (2024, outubro). Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal: Relatório Final. CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

**GRÁFICO Nº 100 - DESPESAS POR TIPO DE ATIVIDADE E/ OU EQUIPAMENTO DESPORTIVO DO MUNICÍPIO DE SETÚBAL (2023) (%)**

Fonte: INE - Despesas em atividades e equipamentos desportivos (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2024), Tipo de despesa e Atividade e/ ou equipamento desportivo; Anual - INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais

O gráfico apresentado mostra a distribuição percentual das despesas do município de Setúbal em atividades e equipamentos desportivos em 2023.

A maior fatia do orçamento, 67,9%, foi destinada à *construção e manutenção de recintos desportivos*. Isto sugere um investimento nas infraestruturas desportivas, possivelmente alinhado com os objetivos estratégicos do Município, no sentido de melhorar a qualidade das instalações desportivas.

As *associações desportivas* receberam a segunda maior parcela, com 14,6% do orçamento.

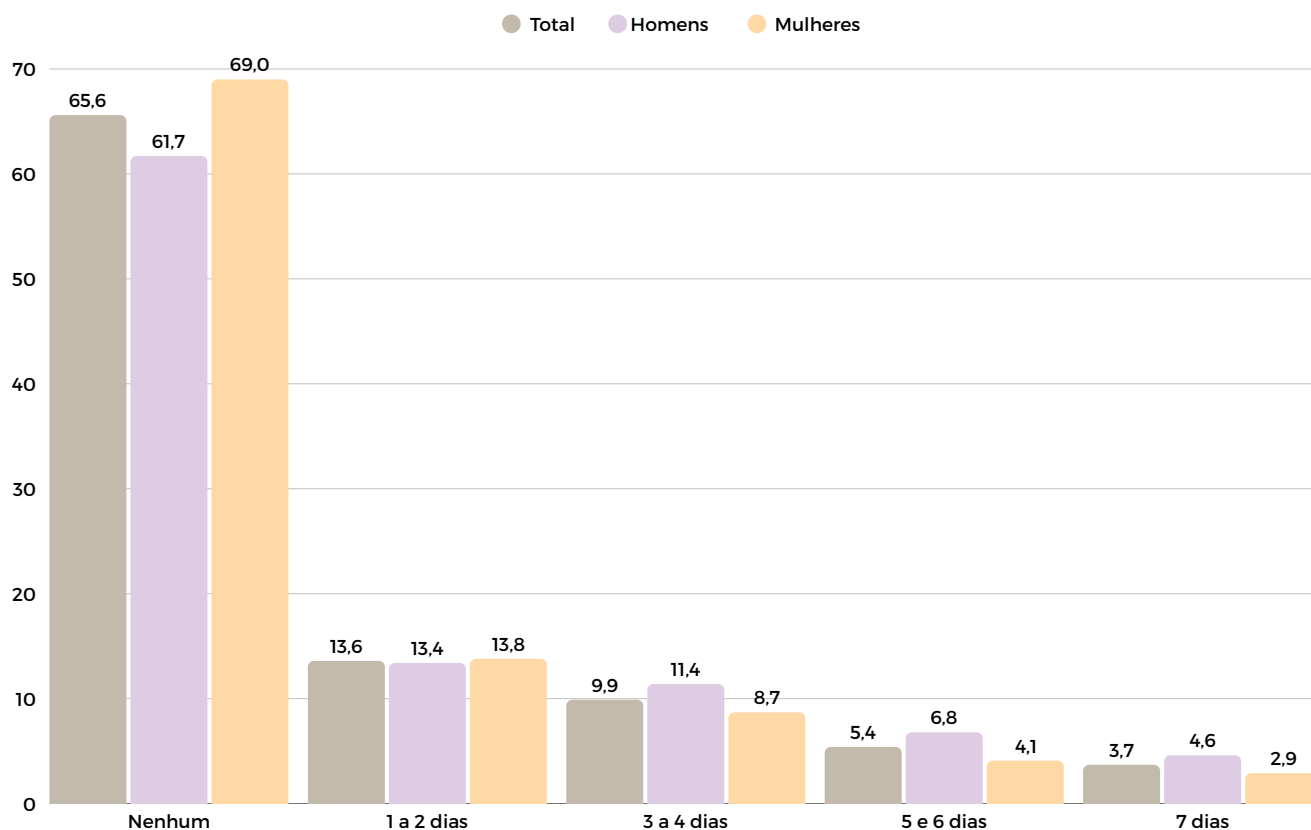
As *atividades desportivas* propriamente ditas receberam 5,6% do

orçamento, o que pode incluir a organização de eventos e programas para estimular a prática desportiva entre os cidadãos.

Por fim, 12% foram alocados para *outras atividades não especificadas*, o que pode englobar diversas iniciativas relacionadas ao desporto que não se enquadram nas categorias anteriores.

Esta distribuição de recursos demonstra um foco significativo no desenvolvimento e manutenção da infraestrutura desportiva, bem como no apoio às associações locais, refletindo sendo estas prioridades também estabelecidas no PEDDS.

GRÁFICO Nº 101 - POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ≥ 15 ANOS SEGUNDO O TOTAL DE DIAS DE PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO NUMA SEMANA NORMAL, POR SEXO (2019) (%)



Fonte: Inquérito Nacional de Saúde 2019, INE in Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal

No que respeita à prática de exercício físico pela população residente em Portugal com idade igual ou superior a 15 anos, discriminados por sexo, em 2019 (gráfico n.º 101), os resultados mostram uma tendência preocupante de sedentarismo.

A maioria da população (65,6%) não pratica qualquer exercício físico numa semana normal, sendo esta percentagem mais elevada entre as mulheres (69%) do que entre os homens (61,7%). Apenas 13,6% da população pratica exercício 1 a 2 dias por semana, com uma distribuição relativamente equilibrada entre homens (13,4%) e mulheres (13,8%).

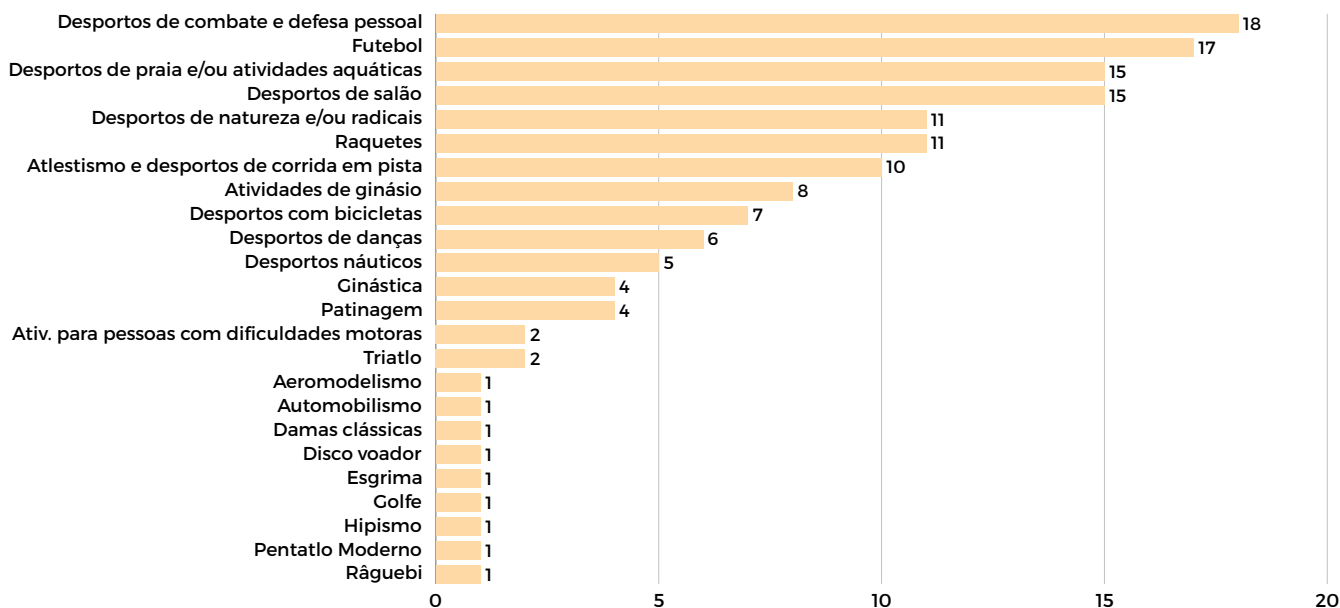
A prática mais regular de exercício, de 3 a 4 dias por semana, é observada em

9,9% da população, com uma prevalência ligeiramente superior nos homens (11,4%) em comparação com as mulheres (8,7%).

Para a prática de exercício 5 a 6 dias por semana as percentagens diminuem significativamente (5,4% no total) e 7 dias por semana (3,7% no total), mantendo-se a tendência de maior participação masculina.

Estes dados sugerem a necessidade de iniciativas para promover a atividade física regular em Setúbal, especialmente entre as mulheres, considerando que apenas 36% dos/das jovens, 27% das pessoas adultas e 22% da população idosa são considerados fisicamente pessoas ativas em Portugal.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> - Câmara Municipal de Setúbal. (2021). Setúbal a Pensar em Si: Diagnóstico e Soluções em Saúde. Câmara Municipal de Setúbal.

**GRÁFICO Nº 102 - MODALIDADES A QUE AS ENTIDADES DESPORTIVAS SE DEDICAM (2023) (Nº)**

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal (inquérito às entidades, 2023)

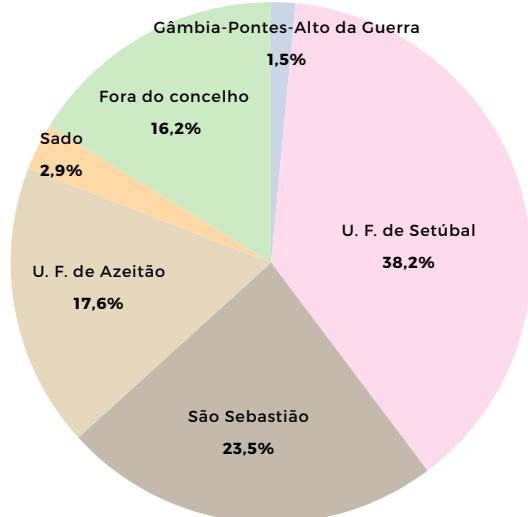
As atividades que ocorreram em 2023, através de entidades desportivas com ou sem fins lucrativos, com fins competitivos, recreativos ou de convívio/lazer, totalizaram 63 desportos, destacando-se 24 modalidades presentes no gráfico.

De acordo com inquérito às entidades em 2023 realizado no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal verificou-se que as atividades com

maior expressão estão ligadas ao *Futebol*, aos *Desportos de combate* e aos *Desportos de salão*, bem como aos *Desportos de praia/aquáticos*.

Ocorreu uma maior concentração de eventos desportivos na União das Freguesias de Setúbal (38,2%), S. Sebastião (23,5%) e Azeitão (17,6%). Nos dois primeiros casos, este facto poderá relacionar-se com a maior concentração de associações, clubes e instalações nestas freguesias. A realização de eventos em Azeitão por entidades de outras freguesias pode ser justificada pelas condições territoriais e naturais favoráveis às atividades desportivas que o território oferece.

A variação do número de eventos entre 2019 e 2021 pode ter como justificação a situação pandémica, tendo atingido em 2019 1168, descendo em 2020 para 367, iniciando crescimento marcado em 2021, com 907 eventos desportivos e recreativos no concelho de Setúbal.

**GRÁFICO Nº 103 - LOCALIZAÇÃO DOS EVENTOS DESPORTIVOS E RECREATIVOS DESENVOLVIDOS (2023) (%)**

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal (inquérito às entidades, 2023)

TABELA Nº 57 - EVENTOS DESPORTIVOS E RECREATIVOS, POR FREGUESIA (2019 - 2021) (N.º)

	Eventos desportivos			Eventos recreativos		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Gâmbia - Pontes - Alto da Guerra	0	0	12	0	0	12
Sado	0	0	0	15	0	0
São Sebastião	124	42	70	46	13	24
União das Freguesias de Azeitão	94	52	91	34	14	32
União das Freguesias de Setúbal	406	121	330	438	114	324
<b>TOTAL</b>	<b>624</b>	<b>215</b>	<b>503</b>	<b>533</b>	<b>141</b>	<b>392</b>

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal (inquérito às entidades, 2023)

No que respeita ao número de eventos desportivos e recreativos, por freguesia, Setúbal revela que no ano de 2020 verifica-se uma queda acentuada no número de eventos em todas as freguesias, tanto desportivos quanto recreativos. Isto pode refletir o impacto da pandemia de COVID-19 nas atividades desportivas e recreativas do município. Ocorre uma relevante recuperação em 2021, com o número de eventos a aumentar significativamente em relação a 2020, embora ainda não tenha atingido os níveis de 2019 na maioria dos casos.

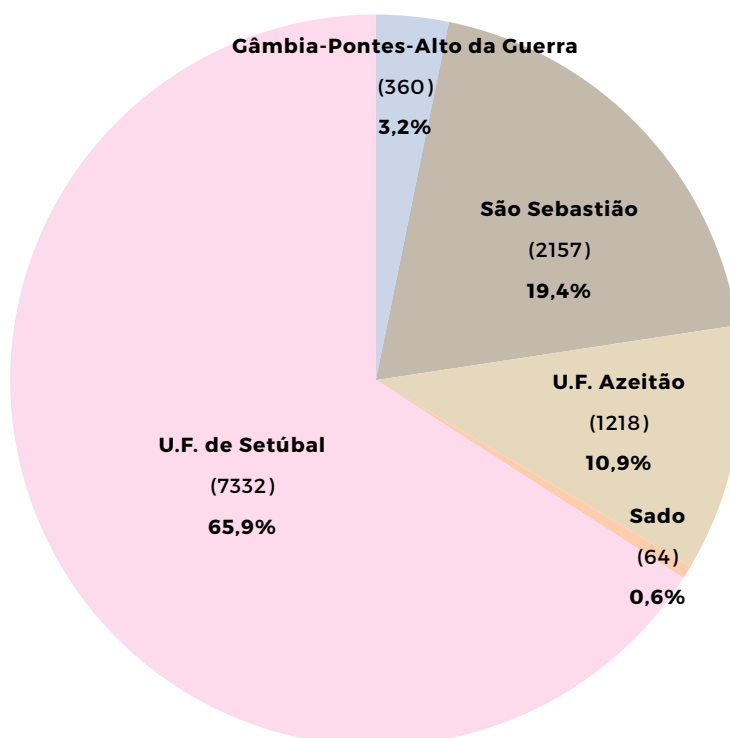
Relativamente à distribuição por freguesia, a União das Freguesias de Setúbal destaca-se como aquela que apresenta o maior número de eventos de ambos os tipos, refletindo sua posição central e maior concentração de equipamentos desportivos. São Sebastião e Azeitão apresentam números consideráveis, especialmente em eventos desportivos.

Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra não registou eventos em 2019 e 2020, mas

registou alguns em 2021. Por fim, Sado também apresenta números baixos, com apenas 15 eventos recreativos em 2019.

Em geral, verifica-se um maior número de eventos desportivos do que os recreativos, exceto na U.F. Setúbal em 2019, onde os eventos recreativos tiveram ligeiramente mais participantes.

A recuperação observada em 2021 demonstra a resiliência das organizações desportivas e recreativas de Setúbal, que conseguiram adaptar-se e retomar as atividades num contexto desafiador.

**GRÁFICO N° 104 - PROPORÇÃO DE PRATICANTES DAS ENTIDADES DESPORTIVAS SEM FINS LUCRATIVOS, POR FREGUESIA (2022) (%) (N°)**

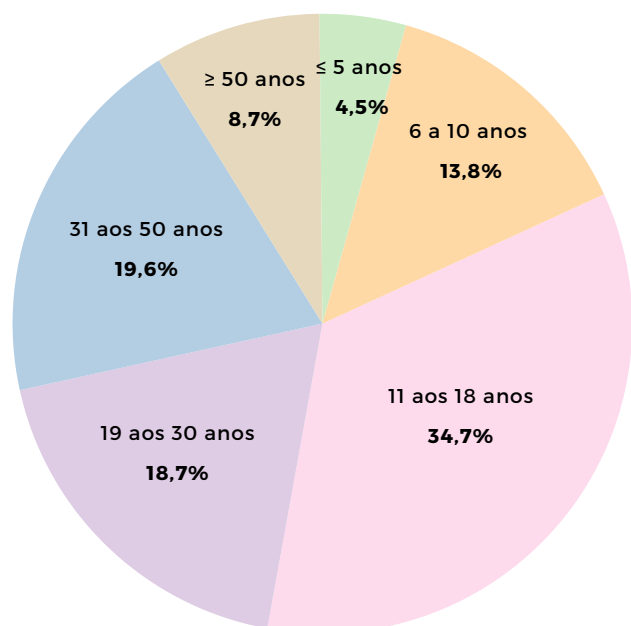
Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal (inquérito às entidades, 2023)

Em 2022, a distribuição de praticantes em entidades desportivas sem fins lucrativos no município de Setúbal revelou uma concentração significativa na União das Freguesias de Setúbal, com 65,9% dos praticantes (7.332). São Sebastião e a União das Freguesias de Azeitão seguiram-se com 19,4% (2157) e 10,9% (1218) respetivamente.

As freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra (360) e Sado (64)

registaram o menor número. Esta distribuição desigual sugere uma maior concentração de oferta desportiva e densidade populacional na União das Freguesias de Setúbal, possivelmente devido à sua centralidade, infraestruturas e uma elevada concentração de entidades desportivas. A análise indica a necessidade de avaliar a oferta desportiva em cada freguesia para identificar desequilíbrios e oportunidades de desenvolvimento.

**GRÁFICO Nº 105 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS DE PRATICANTES DAS ENTIDADES DESPORTIVAS SEM FINS LUCRATIVOS NO CONCELHO DE SETÚBAL EM 2023 (%)**



*Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal (inquérito às entidades, 2023)*

A análise da distribuição etária dos praticantes em entidades desportivas sem fins lucrativos revela um forte predomínio de jovens, com 53% dos praticantes a terem 18 anos ou menos.

O grupo etário entre os 11 e os 18 anos é o mais representativo. Os/as adultos/as jovens (19 aos 30 anos) e as pessoas adultas de meia-idade (31 aos 50 anos) representam, respetivamente, 18,7% e 19,6% do total de praticantes, indicando uma participação considerável nestas faixas etárias.

A participação de indivíduos com 50 ou mais anos é a menos expressiva, correspondendo a 8,7% do total.

Este panorama sugere que as entidades desportivas sem fins lucrativos em Setúbal desempenham um papel fundamental na promoção do desporto, embora haja margem

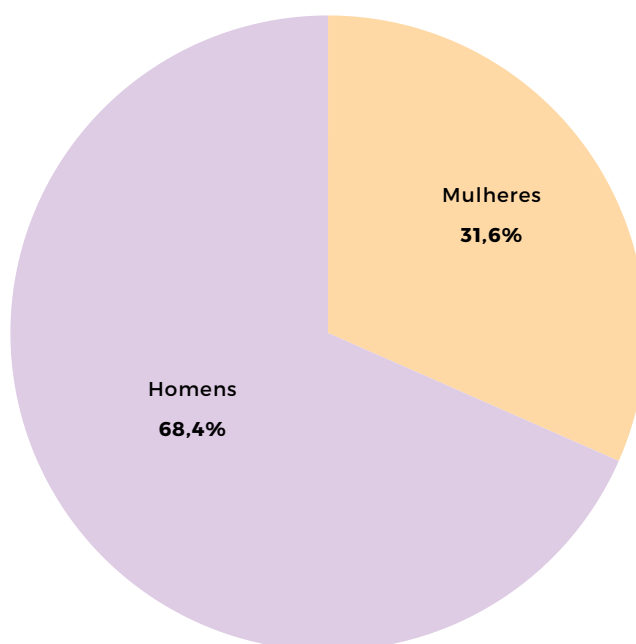
para aumentar a participação de pessoas adultas e idosas, importante para a manutenção da saúde e qualidade de vida.

O estudo mostra que os dados fornecidos pelos clubes e associações desportivas sem fins lucrativos revelam um desequilíbrio entre sexos na participação desportiva.

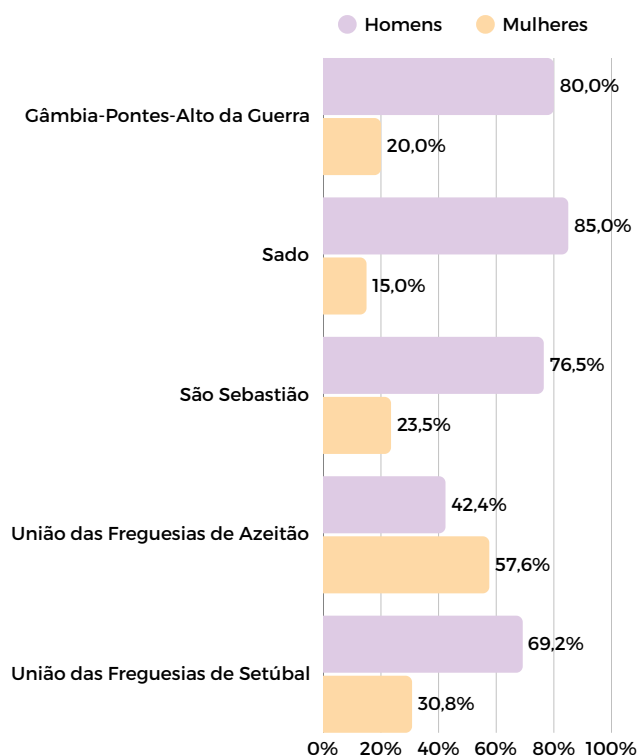
Constata-se uma predominância de praticantes do sexo masculino, representando aproximadamente 68% do total, em detrimento da participação feminina.

Este cenário indica a existência de um desafio na promoção da igualdade de género no acesso e envolvimento em atividades desportivas no concelho, sugerindo a necessidade de implementar medidas que incentivem e facilitem a participação das mulheres no desporto.

**GRÁFICO Nº 106 - PRATICANTES DAS ENTIDADES DESPORTIVAS SEM FINS LUCRATIVOS, POR SEXO (2022) (%)**



*Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal (inquérito às entidades, 2023)*

**GRÁFICO Nº 107 - PRATICANTES ASSOCIADOS ÀS ENTIDADES, POR FREGUESIA E POR SEXO (2023) (%)**

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal (inquérito às entidades, 2023)

A avaliação em curso da distribuição de praticantes por sexo nas freguesias do concelho de Setúbal aponta para desigualdades relevantes.

Nas freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado, a participação masculina é predominante, representando 80% e 85% dos/as praticantes, respetivamente.

São Sebastião também apresenta uma predominância masculina, embora menos acentuada (76,5%).

Em contraste, a União das Freguesias de Azeitão destaca-se pela maior participação feminina (57,6%).

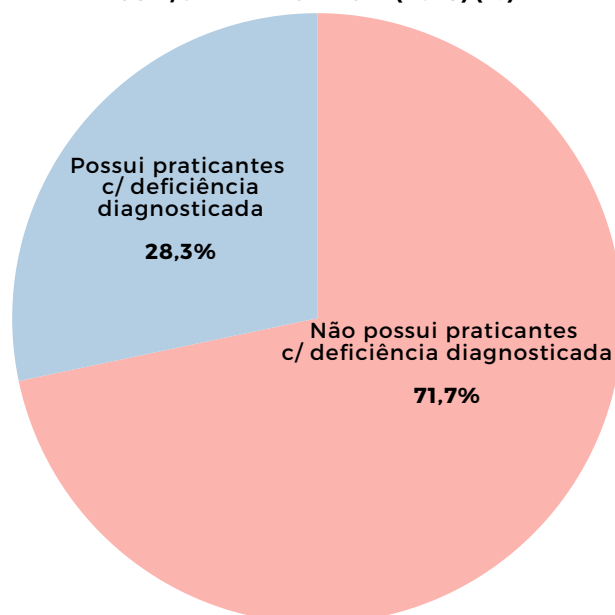
A União das Freguesias de Setúbal apresenta um equilíbrio mais favorável, mas ainda com predominância masculina (69,2%).

Estas diferenças podem refletir fatores como as modalidades desportivas oferecidas, as preferências locais e a existência de programas específicos para promover a participação feminina.

A análise dos dados no gráfico abaixo revela que a maioria das entidades desportivas no concelho de Setúbal não possui praticantes com deficiência, representando 71,7% do total.

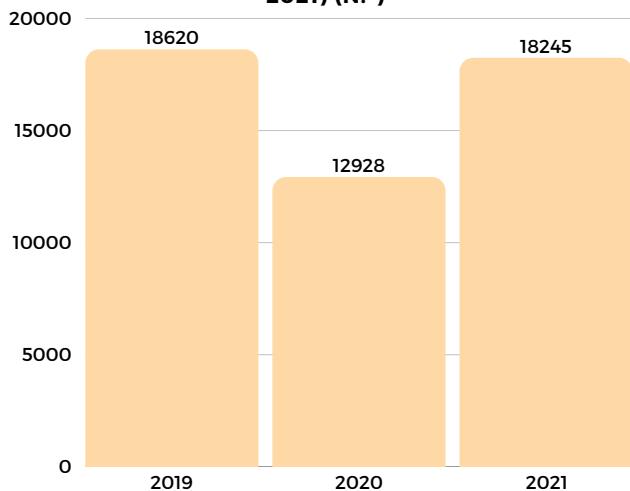
Por outro lado, 28,3% das entidades afirmam ter praticantes com deficiência diagnosticada, indicando que existe um número considerável de organizações que promovem a inclusão de pessoas com deficiência nas suas atividades.

Este cenário sugere que, embora haja um caminho a percorrer para garantir uma maior inclusão no desporto, já existem algumas entidades que desempenham um papel importante neste sentido.

**GRÁFICO Nº 108 - ENTIDADES COM PRATICANTES COM/SEM DEFICIÊNCIA (2023) (%)**

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal (inquérito às entidades, 2023)

**GRÁFICO Nº 109 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PRATICANTES NAS ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS NO CONCELHO DE SETÚBAL (2019 - 2021) (N.º)**



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal (inquérito às entidades, 2023)

No que diz respeito aos praticantes nas atividades desportivas e recreativas no concelho de Setúbal entre 2019 e 2021 revela uma variação significativa.

Em 2019, registaram-se 18 620 praticantes, número que sofreu uma queda acentuada em 2020, para 12 928, provavelmente devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19.

Contudo, em 2021, observa-se uma recuperação assinalável, com o número de praticantes a atingir

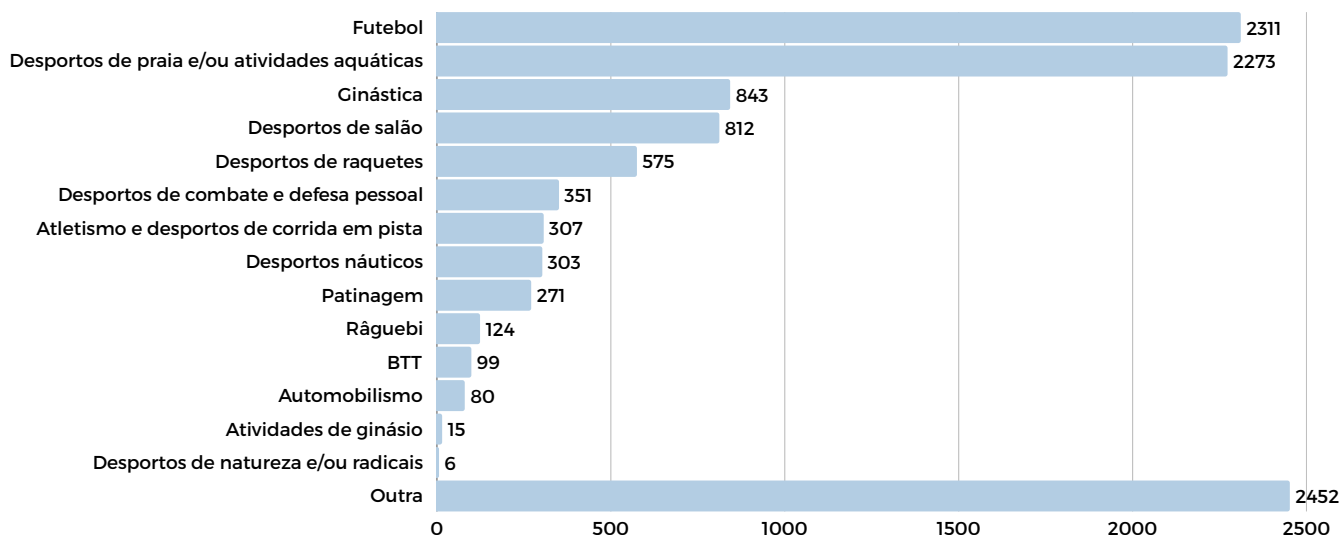
18 245, aproximando-se dos valores pré-pandemia. Esta evolução sugere uma resiliência do setor desportivo e recreativo em Setúbal, com uma forte capacidade de recuperação após o provável impacto negativo da pandemia.

A análise do número de praticantes por modalidade desportiva em Setúbal revela uma preferência pelo *futebol* (2311 praticantes) e pelos *desportos de praia e/ou atividades aquáticas* (2273 praticantes), modalidades que se destacam no gráfico n.º 110.

A categoria *Outra* agrega um número considerável de praticantes (2452), sugerindo a existência de modalidades não especificadas ou menos comuns que também atraem interesse na região.

Esta análise permite identificar as modalidades mais populares em Setúbal, bem como aquelas com menor expressão, o que pode ser útil para orientar as políticas de desenvolvimento desportivo e promover uma maior diversificação da oferta.

**GRÁFICO Nº 110 - NÚMERO DE PRATICANTES NAS ENTIDADES POR MODALIDADE (2023) (Nº)**



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal (inquérito às entidades, 2023)

No sentido de maior diversidade desportiva, o município de Setúbal promove o Fórum Municipal “Setúbal a pensar em si” que integra vários programas para as diversas idades, como o “Desporto no 1.º Ciclo” expõe as crianças a modalidades históricas e ligadas aos recursos naturais locais. O projeto “De pequenino...” promove a atividade física no pré-escolar, destacando-se pelo estímulo à motricidade infantil e pela identificação precoce de necessidades de apoio. Já o “Setúbal a Nadar” ensina natação às/aos alunas/os do 1.º Ciclo, valorizando as atividades náuticas e incentivando futuros praticantes.

A Escola Secundária Dom Manuel Martins terá um novo pavilhão desportivo, em parceria com a Câmara Municipal de Setúbal, para atender à comunidade escolar e municipal. Além disso, a Escola Básica de Azeitão será equipada com um pavilhão coberto para as aulas de educação física, disponível para a comunidade após o período letivo.

O município promove a inclusão no desporto, em consideração com o facto de haver diversas entidades ligadas ao apoio de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, como é o exemplo Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), com um Programa de Desporto Adaptado para cidadãos e cidadãs com deficiência e/ou incapacidade, facilitando o acesso e eliminando barreiras.

Além disso, incentiva a equidade de género no desporto, destacando as boas práticas e estimulando a

participação feminina em modalidades onde havia menos a sua presença, como é o exemplo das artes marciais.

Em parceria com entidades desportivas locais com forte participação feminina, será implementado um projeto para destacar boas práticas e motivações das atletas, promovendo a sua disseminação e ajudando a quebrar estereótipos.

Para a população idosa, o projeto “Desportivamente em (Re)Forma” foca-se na atividade física com acompanhamento próximo, promovendo o envelhecimento ativo.

Já o projeto “Ativo dos 0 aos 100” combate o sedentarismo com atividades regulares e pontuais, expandindo parcerias e aproveitando espaços públicos para lazer ativo.

O concelho de Setúbal dispõe de Centros Municipais dedicados ao apoio de diversas atividades desportivas que ocorrem em contextos territoriais próprios. Para potenciar a visibilidade destes espaços e modalidades, pretende-se criar um calendário de eventos em colaboração com entidades desportivas, promovendo um planeamento organizado e sustentável.

São exemplos destes centros:

- Centro Municipal de Natação de Águas Abertas;
- Centro Municipal de Canoagem;
- Centro Municipal de Vela;
- Centro Municipal de Atividade Subaquáticas;

- Centro Municipal de Atividades Náuticas.

O programa será orientado por um Plano de Desenvolvimento das Atividades Náuticas e de Natureza, garantindo que as iniciativas respeitam a sustentabilidade ambiental. Além disso, o município implementará uma rede de webcams em locais estratégicos (Forte de Albarquel, Portinho da Arrábida e Troia) para fornecer informações em tempo real sobre as condições para a prática destas atividades.

Tendo em vista a gestão equilibrada dos espaços naturais, será desenvolvido um Plano Intermunicipal de Desporto Náutico e Natureza, envolvendo municípios vizinhos (Sesimbra, Palmela e Alcácer do Sal) e outras entidades, harmonizando usos e promovendo a criação de percursos pedestres e rotas cicláveis.



*Cais Palafítico da Gâmbia (Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra)*

*Foto: Elaboração própria*

## DESPORTO ESCOLAR

Existe uma diversidade significativa de modalidades desportivas oferecidas no âmbito do Desporto Escolar em Setúbal. Esta variedade demonstra um esforço para proporcionar uma ampla gama de opções aos alunos, promovendo a inclusão e o desenvolvimento de diferentes habilidades desportivas.

As modalidades oferecidas abrangem desportos coletivos tradicionais como o futsal, basquetebol e voleibol, bem como desportos individuais como o badminton, ténis de mesa e atletismo. Além disso, verifica-se a inclusão de modalidades como o golfe, vela, padel e tiro com arco, o que enriquece a oferta desportiva e permite aos alunos experimentarem atividades diversificadas.

Um aspeto positivo a destacar é a presença de várias modalidades mistas, como o golfe, ténis de mesa, vela e xadrez, que promovem a participação conjunta de rapazes e raparigas. Esta abordagem inclusiva é fundamental para fomentar a igualdade de género no desporto desde a infância.

Observa-se também uma preocupação em oferecer modalidades adaptadas, como o boccia, que é apresentado como uma opção mista em vários escalões, demonstrando um compromisso com a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Quanto aos escalões etários, nota-se

uma distribuição que abrange desde o infantil A até ao juvenil, com muitas modalidades oferecidas em escalões "vários", o que sugere uma flexibilidade na formação de grupos e equipas.

Realçamos a presença de modalidades como as Multiatividades de Ar Livre e o DE Comunidades, que podem proporcionar experiências desportivas fora do contexto escolar tradicional, promovendo a ligação com a natureza e a comunidade local. Trata-se de um projeto que visa envolver toda a comunidade escolar, incluindo docentes, discentes, funcionários/as e encarregados/as de educação, na promoção da atividade física e desportiva. Este estabelece parcerias com clubes, associações e autarquias para desenvolver projetos que incentivem o exercício físico e o desporto. A ideia é fortalecer os laços entre a escola e a comunidade, promovendo um ambiente colaborativo e inclusivo.<sup>1</sup>

O Desporto Escolar em Setúbal apresenta uma oferta diversificada e inclusiva, adaptada às características locais. Destaca-se a presença de modalidades aquáticas, aproveitando a proximidade do rio Sado e do oceano Atlântico. A maioria das modalidades é oferecida em formato misto, promovendo a igualdade de oportunidades. Esta variedade contribui para o desenvolvimento integral dos alunos e fomenta estilos de vida ativos e saudáveis.

<sup>1</sup> - DE Comunidade. Desporto Escolar. Consultado a 03 de Março de 2025.

## 5.1. EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS

A habitação é um elemento crucial para o bem-estar e qualidade de vida, englobando aspetos como conforto, segurança, infraestrutura e localização. Em Portugal, o acesso a uma habitação adequada, que garanta saúde, higiene e conforto, é um direito constitucional e um indicador essencial da qualidade de vida da população.

É reconhecido na *Constituição da República Portuguesa* (1997) o direito à habitação, sendo responsabilidade do Estado assegurar o acesso à mesma, com as seguintes características: “dimensão adequada, em condições de higiene e conforto” (n.º 1 do artigo 65.º). No entanto, persiste a problemática habitacional no panorama nacional, existindo muitas famílias impossibilitadas de aceder a uma habitação digna. Esta situação agravou-se com a crise económica que afetou o país em 2008.

A habitação e sua localização revelam-se como fundamentos de estabilidade de indivíduos e famílias, assim como do estado de saúde das populações e avaliação de vulnerabilidades sociais. Zonas que apresentem predominância de alojamentos desocupados, para venda, arrendamento ou demolição, entre outras situações, podem ter efeitos diretos ou indiretos na saúde da população em redor (ex. aumento do consumo de álcool, obesidade ou hipertensão). Tal ocorre com alguma frequência em consequência da falta

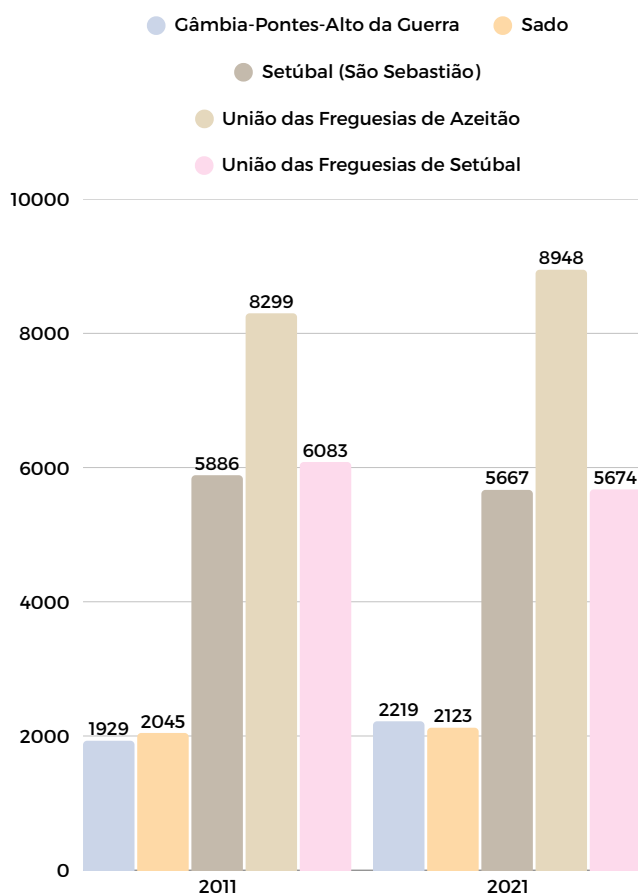
de presença humana, da degradação, perda de valor e atratividade dessas áreas, bem como a falta de segurança associada.<sup>1</sup>

*Habitação Pública* é a forma do Estado procurar cumprir com o direito à habitação plasmado na Constituição, minorando as desigualdades no acesso a esta necessidade básica. Esta modalidade implica que uma casa seja atribuída a uma pessoa ou família de baixos recursos/rendimentos, mediante avaliação técnica, sendo subsidiada ou de renda acessível. Em Portugal existem três tipos de entidades públicas responsáveis por esta área: o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), os Municípios (habitação pública municipal), e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS).

*Mobilidade* refere-se à capacidade de uma pessoa poder deslocar-se, com recurso a meios de transporte, avaliando-se a eficiência das redes que permitem o acesso a serviços e atividades, no contexto de um espaço geográfico determinado.

*Acessibilidade* determina a facilidade com que uma pessoa, independentemente da sua capacidade ou incapacidade, pode aceder e beneficiar de espaços, serviços e recursos, de forma inclusiva e participativa.

<sup>1</sup> - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Coimbra & Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (s.d.). Atlas dos Municípios Saudáveis - Informações dos Indicadores. Consultado em 13 de fevereiro de 2025.

**GRÁFICO Nº 111 - EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (2011 E 2021) (N.º)**

Fonte: INE - Edifícios (N.º) por Localização geográfica à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Tipos de edifício clássico e Dimensão de pisos; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise dos dados relativos ao número de edifícios clássicos nas freguesias do concelho de Setúbal, entre 2011 e 2021, revela tendências diversas no desenvolvimento do parque habitacional da região. No total, observa-se um ligeiro aumento no número de edifícios clássicos no Concelho, passando de 24.242 em 2011 para 24.631 em 2021, representando um crescimento de 1,6%.

A União das Freguesias de Azeitão apresentou o maior crescimento absoluto, com um aumento de 649 edifícios, passando de 8.299 para 8.948, o que sugere um desenvolvimento significativo nesta área.

A freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra também registou um aumento considerável, com 290 novos edifícios, passando de 1929 para 2219.

A freguesia do Sado apresentou um ligeiro aumento de 78 edifícios, passando de 2045 para 2123.

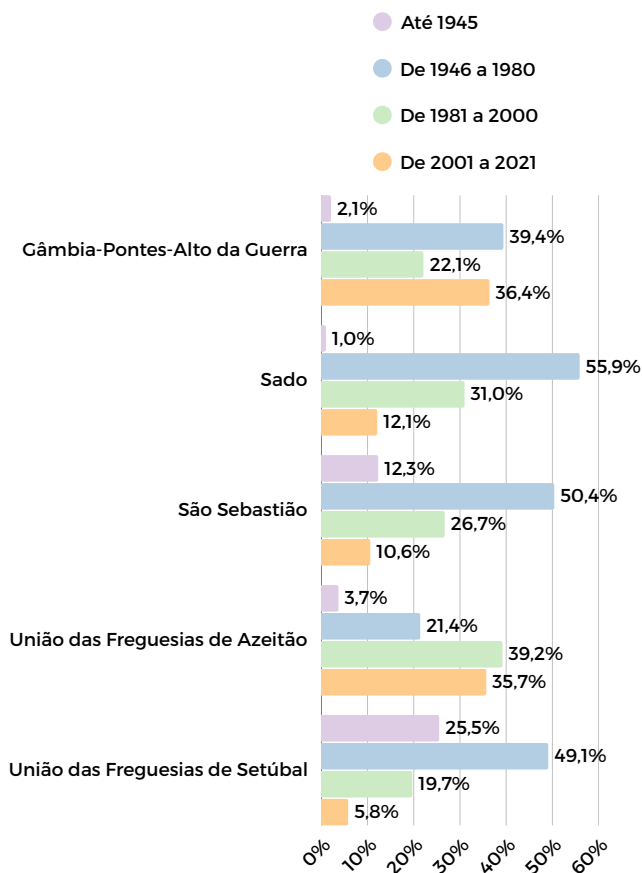
Por outro lado, algumas freguesias verificaram um decréscimo no número de edifícios clássicos.

A União das Freguesias de Setúbal sofreu a maior redução, perdendo 409 edifícios, passando de 6083 para 5674.

São Sebastião também registou uma diminuição, com menos 219 edifícios, de 5886 para 5667, uma redução de 219 edifícios.

O crescimento em Azeitão, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado pode sugerir uma expansão suburbana, enquanto a redução nas freguesias mais centrais de Setúbal pode indicar processos de renovação urbana ou consolidação de edifícios existentes.

Este padrão de crescimento alinha-se com as tendências nacionais observadas entre 2011 e 2021, que indicam um abrandamento geral na construção de novos edifícios, o número de edifícios cresceu apenas 0,8% e os alojamentos familiares 1,9%, neste período.

**GRÁFICO N.º 112 - ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (2021) (%)**

Fonte: INE - Edifícios (N.º) por Lugar (Censitário) e Época de construção; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico n.º 112 reflete a evolução da construção nas várias freguesias de Setúbal ao longo do tempo.

A União das Freguesias de Setúbal caracteriza-se pela sua rica herança histórica, com 25,5% dos edifícios construídos até 1945, incluindo parte do centro histórico da cidade. Entre todas as freguesias é a que regista a menor percentagem de edificado construído recentemente, entre 2001 e 2021 (5,8%), indicando uma possível saturação do espaço urbano.

Esta área verificou um grande crescimento da construção entre 1946 e 1980, com 49,1% dos edifícios erigidos neste período, refletindo o crescimento urbano significativo da cidade de Setúbal no pós-Segunda

Guerra Mundial.

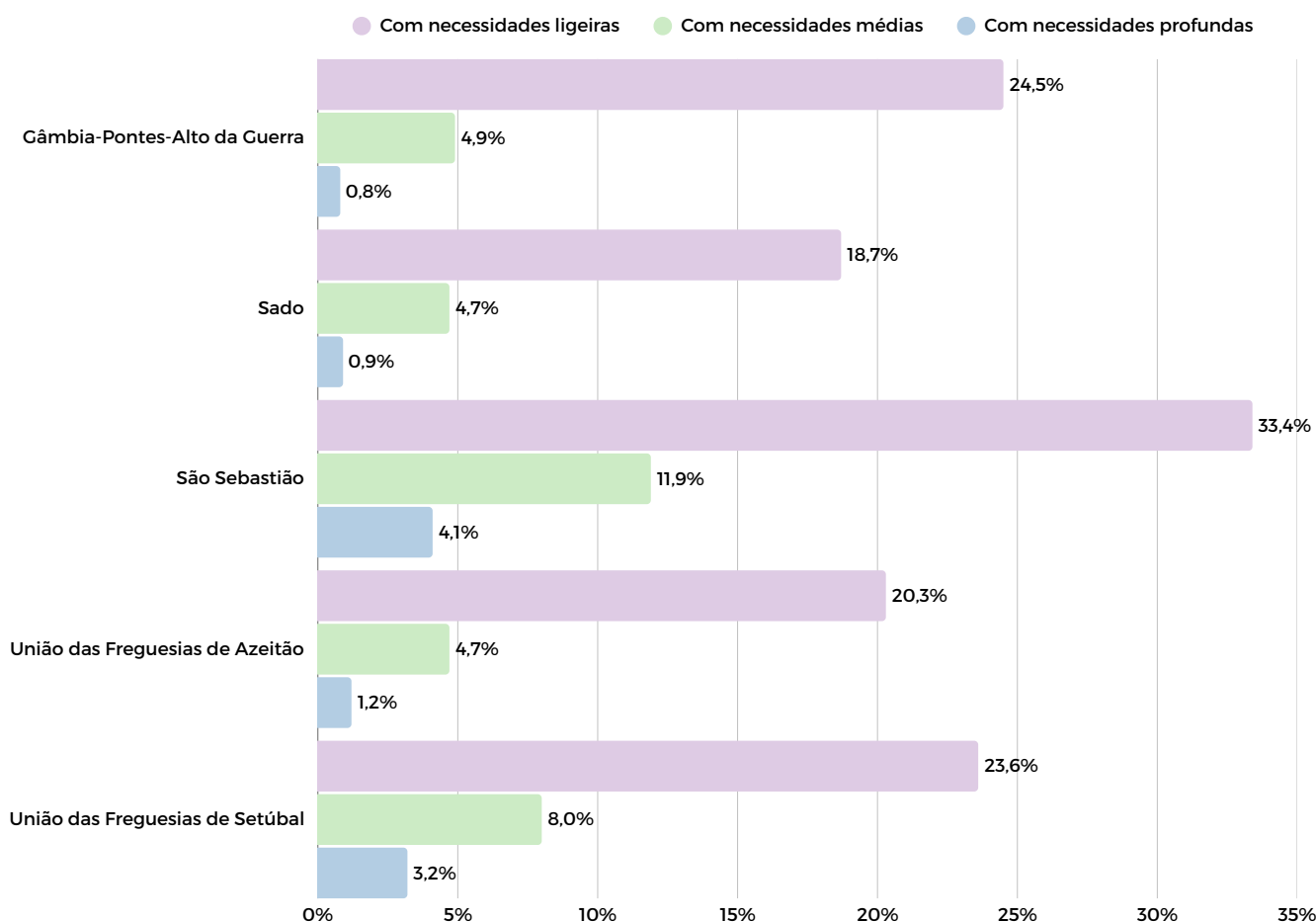
São Sebastião apresenta um padrão semelhante, embora com menor percentagem de edifícios antigos (12,3% até 1945) e um pico de construção ainda mais acentuado entre 1946 e 1980 (50,4%). Este período coincide com o desenvolvimento da indústria conserveira na região, o que poderá ter impulsionado o crescimento urbano.

A freguesia do Sado demonstra um desenvolvimento mais tardio, com 55,9% dos seus edifícios construídos entre 1946 e 1980, e um crescimento continuado nas décadas seguintes. Isto pode estar relacionado com a expansão industrial e portuária da cidade.

Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Azeitão mostram padrões de crescimento mais recentes. Ambas têm percentagens significativas de edifícios construídos após 1981, com Azeitão apresentando 39,2% entre 1981 e 2000, e 35,7% de 2001 a 2021. Estes dados indicam um desenvolvimento mais tardio, possivelmente relacionado com a expansão suburbana e o crescimento das áreas residenciais fora do centro da cidade de Setúbal.

Estes dados refletem a evolução histórica e urbanística de Setúbal, desde o seu núcleo medieval até à recente expansão suburbana, passando pelo crescimento industrial do século XX.

GRÁFICO Nº 113 - DIMENSÃO DA NECESSIDADE DE REPARAÇÃO DOS EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (2021) (%)



Fonte: INE - Edifícios (N.º) por Localização geográfica à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Época de construção e Dimensão da necessidade de reparação do edifício; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico n.º 113 aborda as condições do edificado na cidade de Setúbal por freguesia quanto ao seu estado de conservação.

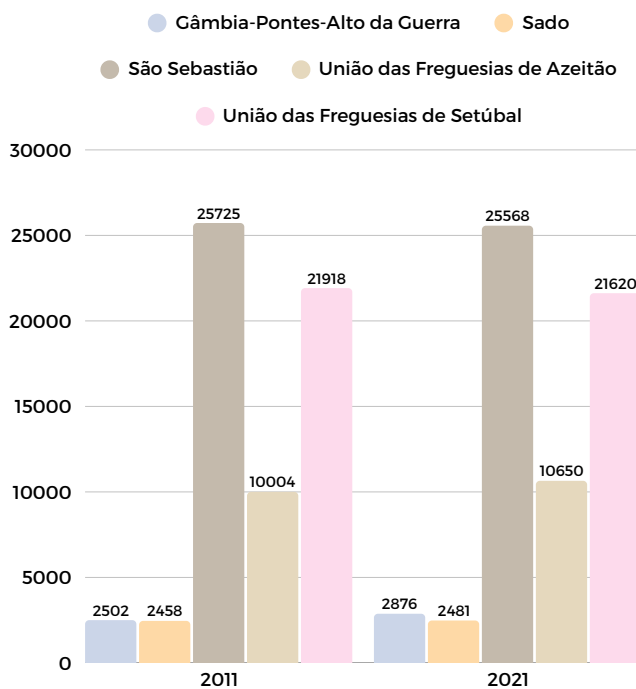
São Sebastião destaca-se por ter a maior percentagem de edifícios com necessidades de reparação em todas as categorias: 33,4% com *necessidades ligeiras*, 11,9% com *necessidades médias* e 4,1% com *necessidades profundas*, indicando uma maior urgência de intervenção nesta área.

A Câmara Municipal de Setúbal encontra-se a reabilitar alguns dos edifícios de habitação pública municipal nesta freguesia no âmbito do PRR. Este tema será abordado adiante no presente capítulo.

A União das Freguesias de Setúbal mostra uma situação que requer atenção, com 23,6% dos edifícios a necessitarem de reparações ligeiras, 8% de reparações médias e 3,2% de intervenções profundas. Refira-se que uma grande parte do centro histórico encontra-se nesta freguesia.

Estes dados sugerem que, embora a maioria dos edifícios em Setúbal não apresente necessidades de reparação profundas, existe uma percentagem significativa que requer intervenções, especialmente em São Sebastião e na U.F. Setúbal, indicando a necessidade de políticas de reabilitação urbana mais focadas nestas áreas.

**GRÁFICO N.º 114 - ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS (2011 E 2021) (N.º)**



Fonte: INE - Alojamentos (N.º) por Localização geográfica à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise do gráfico n.º 114 dos dados relativos aos alojamentos familiares clássicos nas freguesias do concelho de Setúbal entre 2011 e 2021 revela tendências diversas no desenvolvimento do parque habitacional da região. No geral, observa-se um ligeiro aumento no número total de alojamentos, passando de 62 607 em 2011 para 63 195 em 2021, representando um crescimento de aproximadamente 0,9%. Este aumento é ligeiramente inferior à média nacional de 1,9% no mesmo período, refletindo uma dinâmica de crescimento mais moderada no Concelho.

A União das Freguesias de Azeitão apresentou o maior crescimento absoluto, com um aumento de 646 alojamentos, passando de 10 004 para 10 650, o que sugere um desenvolvimento deste território.

# 13%

*Crescimento do número de alojamentos familiares clássicos na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra entre 2011 e 2021.*

*Fonte: INE - Alojamentos (N.º) por Localização geográfica à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Tipo (alojamento); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*

A União das Freguesias de Setúbal sofreu a maior redução, perdendo 298 alojamentos, passando de 21 918 para 21 620.

São Sebastião também registou uma ligeira diminuição, com menos 157 alojamentos, de 25 725 para 25 568. A freguesia do Sado apresentou um aumento mínimo de 23 alojamentos, passando de 2458 para 2481.

A aparente contradição entre a redução do número de edifícios e o aumento do número de alojamentos pode ser explicada por diversos fatores interligados. Em Setúbal, o número de alojamentos tem aumentado sem um acréscimo proporcional de edifícios. Estas alterações podem dever-se à divisão de casas grandes em vários apartamentos, a demolição de estruturas antigas para dar lugar à construção de edifícios maiores com mais fogos e a reconversão de imóveis não residenciais em habitações. Estas abordagens permitem expandir a oferta habitacional sem necessariamente aumentar o número total de edifícios.

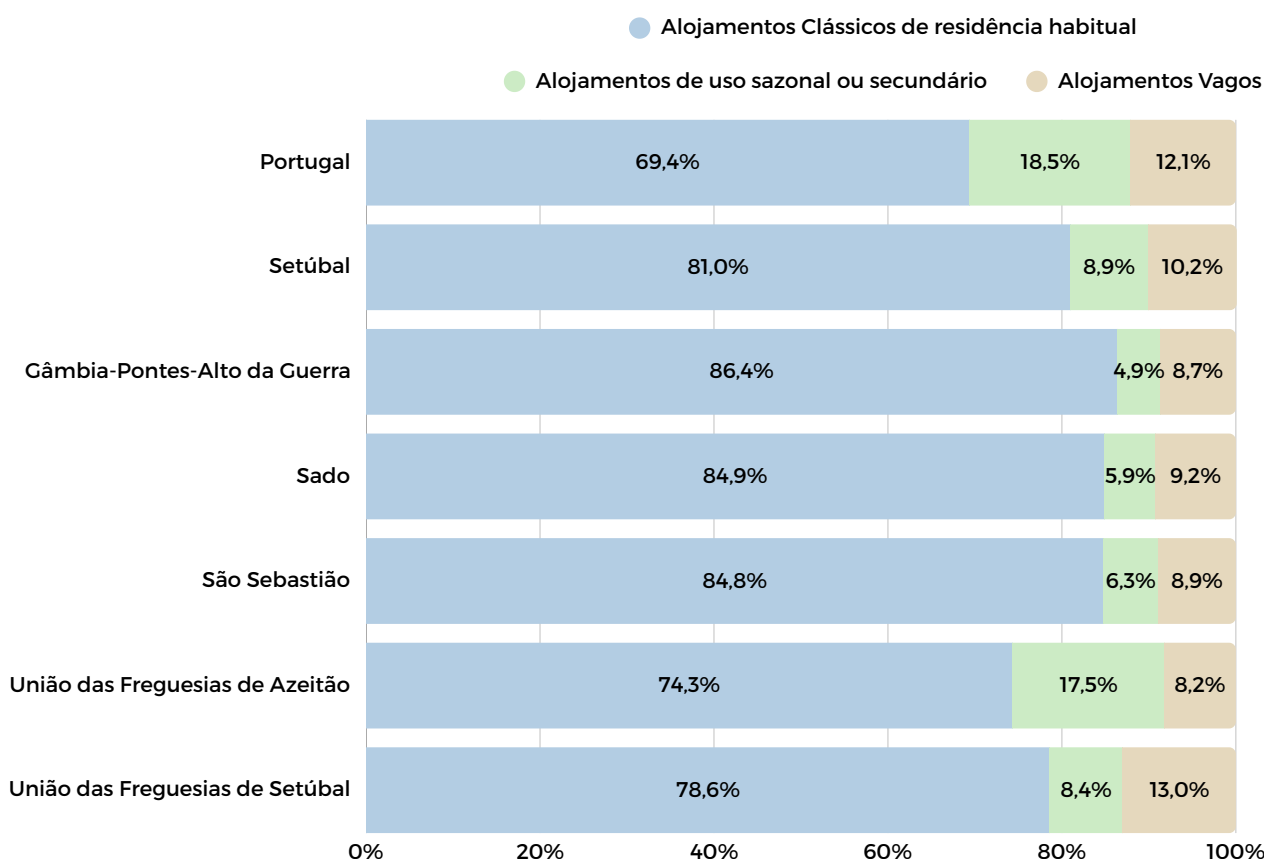
Estas variações podem indicar diferentes dinâmicas de desenvolvimento urbano nas várias freguesias, possivelmente refletindo fatores como a disponibilidade de terrenos, políticas de planeamento urbano, ou mudanças demográficas.

O crescimento nas freguesias de Azeitão, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado pode sugerir uma expansão suburbana, enquanto a redução nas freguesias mais urbanas de Setúbal pode indicar processos de renovação urbana ou consolidação de edifícios existentes.

uma percentagem significativamente maior de *alojamentos clássicos de residência habitual* (81% e 69,4% em Portugal), indicando uma maior proporção de habitações permanentes na cidade.

As freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Sado e São Sebastião destacam-se com as maiores percentagens de *alojamentos de residência habitual*, todas acima de 84%.

**GRÁFICO Nº 115 - TIPO DE ALOJAMENTO FACE À FORMA DE OCUPAÇÃO (2021) (%)**



Fonte: INE - Alojamentos (N.º) por Localização geográfica à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise do gráfico n.º 115 sobre os tipos de alojamentos face à forma de ocupação em Portugal e nas freguesias de Setúbal. Comparativamente com a média nacional, Setúbal apresenta

A União das Freguesias de Azeitão, por outro lado, apresenta a menor percentagem de residências habituais (74,3%) e a maior de uso sazonal ou secundário (17,5%) entre as freguesias

do Concelho, possivelmente refletindo a sua atratividade como destino de férias ou segunda residência.

Quanto aos *alojamentos de uso sazonal ou secundário*, Setúbal (8,9%) está significativamente abaixo da média nacional (18,5%), com exceção da União das Freguesias de Azeitão. Isto pode indicar que Setúbal, em geral, é menos procurada para habitações de férias ou segundas residências em comparação com outras regiões do país.

No que diz respeito aos alojamentos vagos, a maioria das freguesias apresentam percentagens ligeiramente inferiores à média nacional (12,1%), com exceção da União das Freguesias de Setúbal, que tem 13% de *alojamentos vagos*.

Em suma, os dados revelam que existem variações significativas entre as suas freguesias, o que reflete diferentes dinâmicas urbanas e, possivelmente, turísticas no concelho.

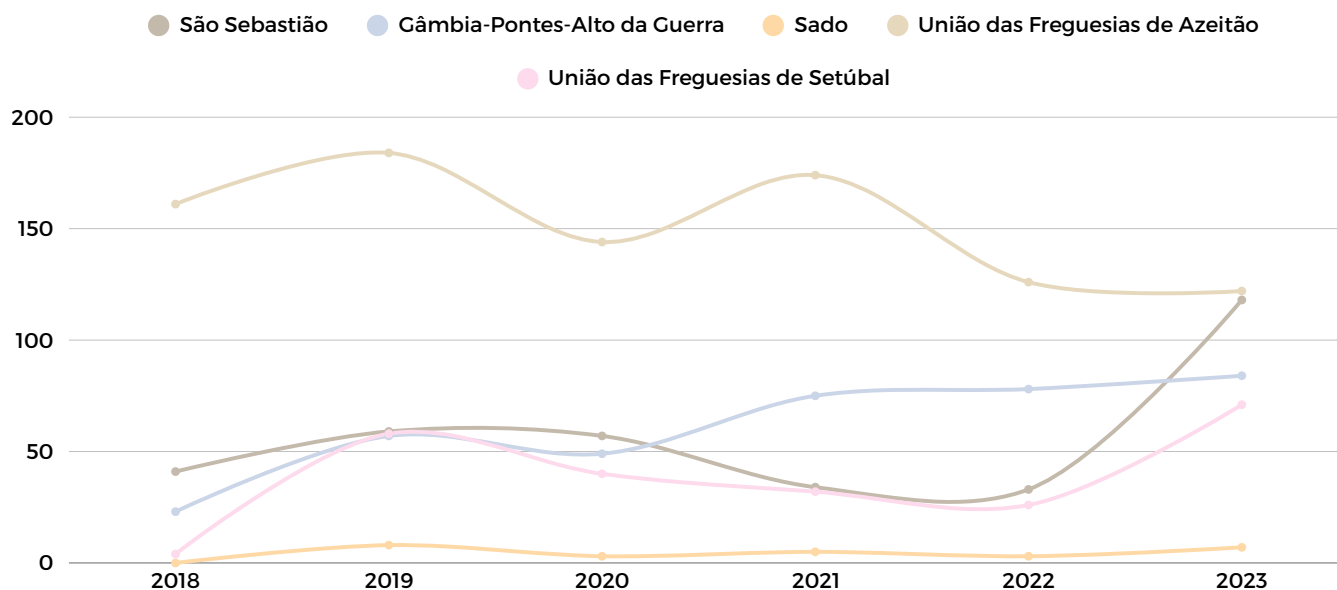
As zonas residenciais com elevado número de alojamentos vagos ou desocupados podem ter um impacto negativo na saúde dos moradores. A ausência de presença humana, a reduzida atratividade do bairro, a desvalorização imobiliária, a degradação visual e a insegurança são fatores que afetam direta e indiretamente o bem-estar da população.<sup>1</sup>

Estas condições podem contribuir para o surgimento de problemáticas de saúde entre residentes.

Assim, é crucial que as autoridades locais considerem estas questões ao desenvolverem estratégias para o desenvolvimento sustentável.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Coimbra & Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (s.d.). Atlas dos Municípios Saudáveis - Informações dos Indicadores. Consultado em 13 de fevereiro de 2025.

GRÁFICO Nº 116 - FOGOS LICENCIADOS ANUALMENTE EM NOVAS CONSTRUÇÕES (2018 - 2023) (N.º)



Fonte: INE - Fogos licenciados (N.º) em construções novas para habitação familiar por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipologia do fogo; Anual - INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

O gráfico n.º 116 refere-se aos fogos licenciados anualmente nas freguesias de Setúbal entre 2018 e 2023.

São Sebastião apresentou uma variação significativa ao longo dos anos. Após um período de relativa estabilidade entre 2019 e 2020, com 59 e 57 fogos licenciados respetivamente, observou-se um decréscimo em 2021 e 2022, com apenas 34 e 33 licenciamentos. Contudo, em 2023, houve um aumento expressivo para 118 fogos licenciados, sugerindo uma revitalização da construção nesta freguesia.

Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra demonstrou um crescimento consistente, excetuando o ano de 2020.

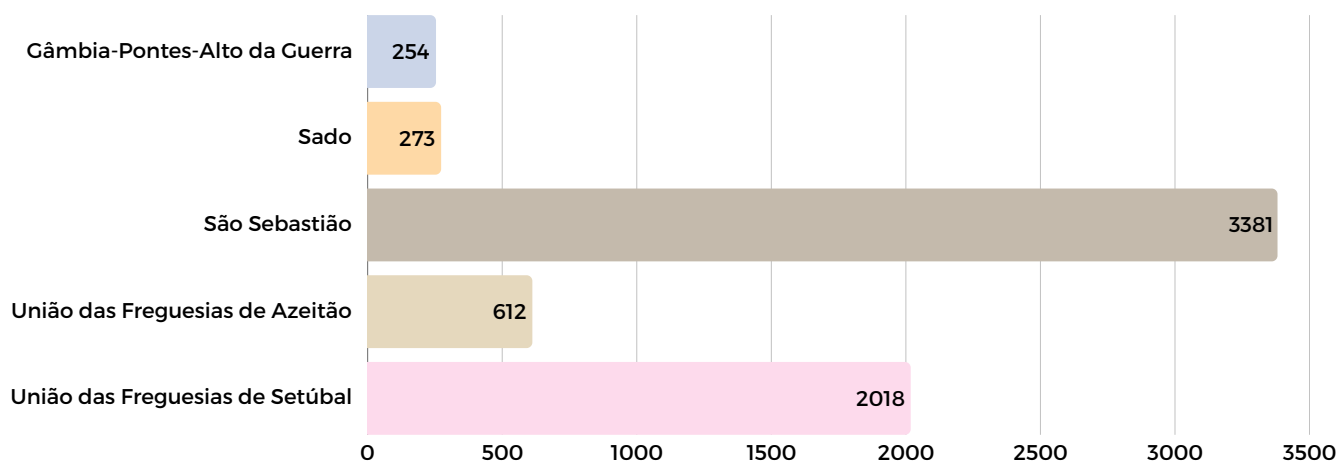
A União das Freguesias de Azeitão apresentou os números mais elevados em quase todos os anos analisados, com um pico de 184 fogos licenciados em 2019.

Contudo, observou-se uma tendência de diminuição nos anos seguintes, chegando a 122 em 2023. Esta evolução pode indicar uma estabilização após um período de crescimento mais intenso.

Por último, a União das Freguesias de Setúbal mostrou uma variação considerável. Após um aumento significativo de quatro fogos licenciados em 2018 para 58 em 2019, seguiu-se um período de declínio até 2022, com apenas 26 licenciamentos. Em 2023, no entanto, observou-se uma recuperação expressiva, com 71 fogos licenciados.

Estas variações refletem dinâmicas distintas de desenvolvimento urbano nas diferentes freguesias de Setúbal, possivelmente influenciadas por fatores como políticas locais de urbanização, procura habitacional e investimentos no setor imobiliário.

**GRÁFICO Nº 117 - AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS NOS ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS SOBRELOTADOS POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (2021) (N.º)**



Fonte: INE - Agregados domésticos privados (N.º) nos alojamentos familiares clássicos sobrelotados por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Tipo de agregado doméstico privado (Com base na estrutura etária - Censos 2021); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise (gráfico n.º 117) dos agregados domésticos privados nos alojamentos familiares clássicos sobrelotados em Setúbal em 2021 revela disparidades significativas entre as freguesias. São Sebastião lidera com 3.381 casos de sobrelotação, seguida pela União das Freguesias de Setúbal, com 2.018 casos.

Nas restantes freguesias os valores são mais reduzidos, verificando-se uma distribuição desigual dos agregados nos alojamentos sobrelotados no concelho de Setúbal, com maior concentração em São Sebastião e na União das Freguesias de Setúbal. Esta pode estar relacionada com fatores como densidade populacional, custo da habitação e características socioeconómicas de cada área, indicando a necessidade de

políticas habitacionais específicas por freguesia. A sobrelotação habitacional é um problema grave que afeta a saúde física e mental dos residentes. Este fenómeno está associado a um maior risco de doenças infecciosas e parasitárias, devido à elevada densidade populacional e à partilha de equipamentos de higiene e cozinha. Além disso, a falta de espaço e privacidade, o ruído e os distúrbios podem causar stress e depressão. A situação é particularmente preocupante em bairros onde se concentram populações mais carenciadas, que tendem a viver em condições de habitabilidade mais precárias. Assim, a sobrelotação serve como um indicador importante para avaliar as condições básicas de habitação e os seus potenciais impactos na saúde pública.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Coimbra & Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (s.d.). Atlas dos Municípios Saudáveis - Informações dos Indicadores. Consultado em 13 de fevereiro de 2025.

**ÍNDICE DE LOTAÇÃO DO ALOJAMENTO:** Indicador do número de divisões a mais ou a menos em relação ao número de residentes no alojamento. O cálculo é feito com base nos seguintes parâmetros considerados normais: uma divisão para sala de estar; uma divisão por cada casal; uma divisão por cada outra pessoa não solteira; uma divisão por cada pessoa solteira com mais de 18 anos; uma divisão por cada duas pessoas solteiras do mesmo sexo com idade entre os 7 e 18 anos; uma divisão por cada pessoa solteira de sexo diferente com idade entre os 7 e 18 anos; uma divisão por cada duas pessoas com menos de 7 anos. (INE)

**ALOJAMENTO SOBRELOTADO:** Alojamento familiar clássico com défice de divisões em relação às pessoas que nele residem de acordo com o índice de lotação do alojamento. (INE)

**TABELA Nº 58 - INDICADORES DE FALTA DE CONFORTO E CONDIÇÕES HABITACIONAIS NOS ALOJAMENTOS DO CONCELHO DE SETÚBAL (2022) (%)**

	2022
Alojamentos sem aquecimento (%)	59,4%
Alojamentos com luz natural insuficiente (%)	19 %
Alojamentos com problemas de humidade (%)	18,8 %
Alojamentos não servidos por drenagem de águas residuais (%)	2 %
Alojamentos não servidos por abastecimento de água (%)	1 %
Alojamentos sem condições sanitárias (sem retrete e sem banho) (%)	0,3 %

Fonte: Atlas dos Municípios Saudáveis - Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis - Cálculos próprios com base no Inquérito "Saúde e Bem-estar nos municípios portugueses: questionário à população residente", CEGOT-UC (2020-2022) / Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual - INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento e Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento

A análise das condições habitacionais em Setúbal em 2022 revela desafios significativos na qualidade de vida dos residentes. O problema mais preocupante é a falta de aquecimento em 59,4% dos alojamentos, o que pode afetar seriamente o conforto e a saúde dos moradores, especialmente durante o inverno. Afetando, sobretudo, a população idosa.

Adicionalmente, 19% das habitações sofrem com iluminação natural insuficiente, o que pode trazer impactos negativos ao bem-estar dos ocupantes e potencialmente aumentando os custos energético, pois as falhas estruturais e a má exposição solar podem levar à acumulação de humidade e desconforto térmico, especialmente no inverno. Foram relatados problemas com humidade em 18,8% dos alojamentos, podendo tratar-se de uma possível

consequência desta falta de iluminação natural. Embora a situação seja relativamente melhor em termos de infraestrutura básica, ainda existem desafios.

2% dos alojamentos não têm acesso a drenagem de águas residuais e 1% não dispõe de abastecimento de água. Apesar destas percentagens parecerem baixas, representam mais de 1000 alojamentos sem acesso a serviços essenciais. Além disso, 0,3% dos alojamentos carecem de condições sanitárias básicas, como retrete e instalações de banho.

Estas condições habitacionais inadequadas estão diretamente relacionadas com diversos problemas de saúde. A temperatura e ventilação inadequadas afetam a humidade do ar interior. A falta de iluminação natural tem impactos negativos na saúde física e mental, com estudos que demonstram uma associação entre depressão e ausência de janelas ou falta de ligação com o exterior.<sup>1</sup>

As condições de privação habitacional são consideradas severas quando, além de sobrelotação, o alojamento apresenta problemas como ausência de banho ou duche, falta de sanita com autoclismo no interior, infiltrações ou humidade nas estruturas, ou luz natural insuficiente. Estes dados indicam que Setúbal enfrenta desafios significativos em termos de qualidade habitacional, sugerindo a necessidade de políticas de reabilitação urbana mais robustas para melhorar as condições de vida dos/as residentes.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território- Universidade de Coimbra & Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (s.d.). Atlas dos Municípios Saudáveis - Informações dos Indicadores. Consultado em 13 de fevereiro de 2025.

<sup>2</sup> - Gato, A. P., B. Moreira, S., dos Santos, J. R., Canais, E., Cerqueira, A. F., & Barbosa, V. (2024). Contributos para o Estudo dos Determinantes Sociais de Saúde na Área Metropolitana de Lisboa. RPER, (67), 131-150.

**TABELA N.º 59 - ÍNDICE DE VULNERABILIDADE ENERGÉTICA MUNICIPAL (2021) (IVEM)**

Índice de Vulnerabilidade Energética Municipal (IVEM)	
Portugal	0,212
Área Metropolitana de Lisboa	0,168
Península de Setúbal	0,176
Setúbal	0,174

Fonte: *Pobreza Energética em Portugal: Uma análise municipal - Portugal, Balanço Social 2023 - Perspetivas*. Nova School of Business and Economics.

O estudo "Pobreza Energética em Portugal: Uma análise municipal", (Carvalho, Fonseca e Peralta; 2023), revela um cenário preocupante sobre a situação energética das famílias portuguesas.

Em 2021, cerca de 20% da população não conseguia manter a casa aquecida, enquanto 30% vivia em habitações que necessitavam de reparações.

A incapacidade de aquecer adequadamente a casa afeta principalmente pessoas idosas (24,3%), pessoas com baixa escolaridade (24%) e pessoas desempregadas (23,1%).

O problema é particularmente grave para inquilinos/as, com quase 40% a viver em edifícios que precisam de reparações, uma percentagem significativamente superior à dos/as proprietários/as com empréstimo (25%).

Para analisar esta questão com maior precisão, os investigadores desenvolveram o Índice de Vulnerabilidade Energética Municipal (IVEM), que oferece uma visão mais

detalhada da situação a nível municipal.

Este índice combina dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) com informações dos Censos, do INE e da DGEG (Direção-Geral de Energia e Geologia), utilizando variáveis como idade, sexo, situação laboral, nacionalidade, estado civil, nível de escolaridade, composição familiar e condições de habitação.

A pobreza energética é considerada um elemento crucial na análise da privação material, afetando diretamente a capacidade das famílias de satisfazerem necessidades básicas como cozinhar, aquecer a casa e manter a higiene pessoal. Este estudo fornece uma base importante para a compreensão e abordagem deste problema complexo que afeta uma parte significativa da população portuguesa.

A tabela n.º 59 apresenta o Índice de Vulnerabilidade Energética Municipal para Portugal, AML e Península de Setúbal e Concelho de Setúbal.

Portugal, como um todo, apresenta um IVEM de 0,212, o que serve como ponto de referência para comparar as outras regiões.

O município de Setúbal, especificamente, apresenta um IVEM de 0,174, inferior ao valor nacional e da Península de Setúbal, estando classificado em 82º lugar no total dos 308 concelhos.

A análise da pobreza energética em Portugal revela padrões significativos entre diferentes grupos sociodemográficos.

As mulheres são ligeiramente mais afetadas que os homens, tanto na falta de aquecimento como na necessidade de reparações nas habitações. As pessoas idosas emergem como o grupo etário mais vulnerável à falta de aquecimento, enquanto as pessoas estrangeiras enfrentam uma situação mais crítica em termos de necessidade de reparações comparado aos locais.<sup>1</sup>

Observa-se uma correlação inversa entre o nível de escolaridade e a pobreza energética, com os menos escolarizados a enfrentarem maiores dificuldades. No âmbito laboral, os reformados e desempregados são os mais afetados pela falta de aquecimento, sendo que os desempregados também enfrentam a maior necessidade de reparações. Trabalhadores temporários são mais vulneráveis que os permanentes em ambos os indicadores.<sup>1</sup>

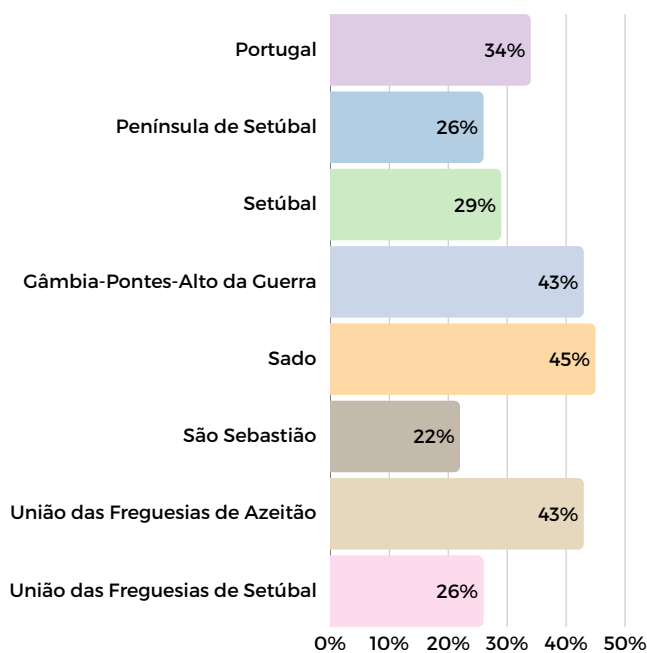
Quanto à composição familiar, agregados com duas pessoas adultas, sendo pelo menos uma idosa, são os mais afetados pela falta de aquecimento. Entre os agregados com crianças, as famílias monoparentais e as numerosas são as mais vulneráveis. De modo geral, agregados sem crianças tendem a ser mais afetados pela falta de aquecimento.<sup>1</sup>

No que diz respeito ao regime de ocupação, os arrendatários em regime de arrendamento apoiado ou renda condicionada são os que enfrentam

maiores dificuldades, tanto em termos de falta de aquecimento como de necessidade de reparações.<sup>1</sup>

Por fim, os alojamentos sobrelotados apresentam uma maior incidência de pobreza energética em comparação com os não sobrelotados.<sup>1</sup>

**GRÁFICO Nº 118 - ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL COM ENTRADA ACESSÍVEL A CADEIRA DE RODAS (2021) %**



Fonte: INE - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Época de construção e Entrada acessível a cadeira de rodas; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise da acessibilidade para cadeiras de rodas em Setúbal revela disparidades significativas entre as freguesias e em comparação com a média nacional. Enquanto Portugal apresenta uma média de 34% de alojamentos acessíveis, a Península de Setúbal fica abaixo com 26%, e o município de Setúbal ligeiramente acima com 29%.

Destaca-se positivamente a freguesia do Sado com 45% de alojamentos acessíveis, tal como Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e União das Freguesias

<sup>1</sup> - Carvalho, B. P., Fonseca, M., & Peralta, S. (2023). Pobreza Energética em Portugal: Uma análise municipal - Portugal, Balanço Social 2023 - Perspetivas. Nova School of Business and Economics.

de Azeitão, com 43%. Em contraste, São Sebastião apresenta apenas 22% de alojamentos acessíveis, e a União das Freguesias de Setúbal 26%, ambas abaixo da média municipal e nacional.

Estas variações podem refletir diferenças na idade, tipologia das construções ou características socioeconómicas de cada freguesia.

As freguesias com percentagens mais elevadas possivelmente beneficiaram de desenvolvimentos mais recentes ou iniciativas específicas de acessibilidade.

A promoção da acessibilidade física é crucial para a qualidade de vida e participação social plena, especialmente para indivíduos com mobilidade condicionada. O Decreto-Lei n.º 136/2006 estabelece o regime de acessibilidade a edifícios públicos, vias públicas e habitações, visando proporcionar condições iguais a todos/as os cidadãos/ãs.

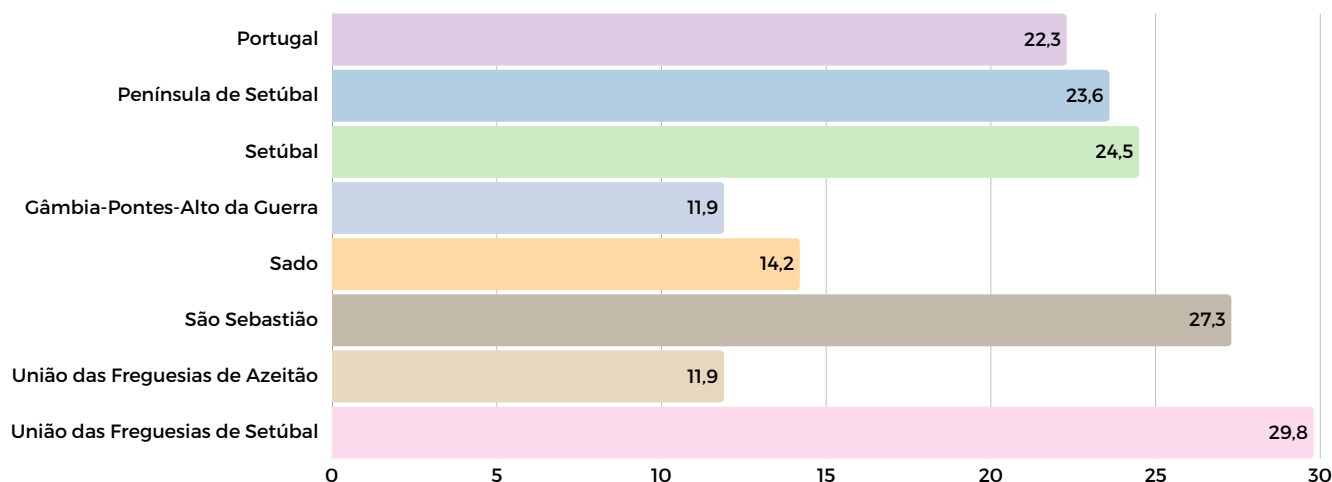
**TABELA N.º 60 - ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL SEM ENTRADA ACESSÍVEL A CADEIRA DE RODAS EM 2021 (N.º)**

Câmbia-Pontes-Alto da Guerra	1413
Sado	1159
São Sebastião	16955
União das Freguesias de Azeitão	4481
União das Freguesias de Setúbal	12567
Setúbal	36575

*Fonte: INE - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Época de construção e Entrada acessível a cadeira de rodas; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*

No total, Setúbal tem 36.575 alojamentos sem entrada acessível a cadeira de rodas, como descrito na tabela n.º 60. Estes números sugerem que há um desafio significativo em termos de acessibilidade no Concelho.

Recentemente, a Câmara Municipal de Setúbal iniciou a requalificação de vários arruamentos para melhorar a acessibilidade, como parte do programa "Acessibilidades 360 Vias Públicas" do Plano de Recuperação e Resiliência. Com um financiamento de cerca de 965 mil euros, o projeto visa criar percursos pedonais amplos e universalmente acessíveis, incluindo a requalificação de passadeiras e eliminação de barreiras arquitetónicas.

**GRÁFICO Nº 119 - PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS ARRENDADOS OU SUBARRENDADOS (2021) (%)**

Fonte: INE - Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados (%) por Localização geográfica à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Relativamente à proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados em 2021 revela diferenças significativas entre as várias regiões e freguesias de Setúbal.

A nível nacional, Portugal apresenta uma taxa de 22,3% de alojamentos arrendados ou subarrendados.

No município de Setúbal, observam-se disparidades significativas entre as diferentes freguesias. Destacando-se a União das Freguesias de Setúbal, com a maior proporção de arrendamentos, atingindo 29,8%, seguida de perto por São Sebastião com 27,3%.

Estas duas áreas apresentam percentagens significativamente superiores à média nacional e municipal, sugerindo uma maior concentração de habitações arrendadas nestas zonas urbanas.

Em contraste, as freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e a União das Freguesias de Azeitão apresentam as menores proporções de arrendamentos, ambas com 11,9%.

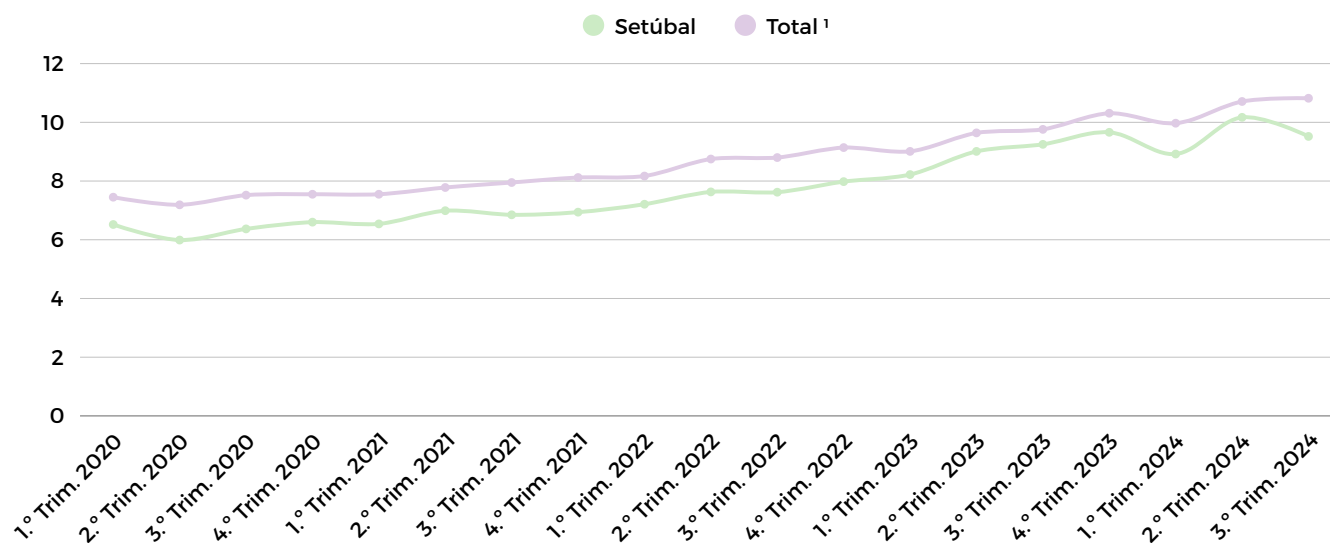
Este valor é consideravelmente inferior à média nacional e menos de metade da percentagem observada no Concelho.

As variações na proporção de arrendamentos em Setúbal refletem diferentes dinâmicas socioeconómicas entre áreas urbanas e periféricas. As freguesias com maior proporção de arrendamentos podem indicar população mais jovem ou uma diversa migração entre concelhos, enquanto áreas com menos sugerem a predominância de habitação própria.

Esta distribuição desigual influencia as políticas habitacionais locais, exigindo abordagens específicas por freguesia.

O arrendamento é geralmente associado a uma situação de maior vulnerabilidade relativamente à habitação própria. A lei proíbe discriminação no arrendamento, procurando equilibrar direitos dos senhorios e necessidade de habitação estável e acessível.

**GRÁFICO N.º 120 - VALOR MEDIANO DAS RENDAS POR M<sup>2</sup> DE NOVOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES (MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 000 HABITANTES<sup>1</sup>) (1.º TRIM. 2020 - 3.º TRIM. 2024) (€)**



Fonte: INE - Valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€) por Localização geográfica (Municípios com mais de 100 000 habitantes<sup>1</sup>) (NUTS - 2024); Trimestral

A análise do gráfico n.º 120 sobre o valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em municípios com mais de 100 000 habitantes<sup>1</sup> revela uma tendência de crescimento consistente tanto para o total nacional como para o município de Setúbal, no período de 2020 a 2024.

No início do período analisado, no 1.º trimestre de 2020, o valor mediano dos municípios<sup>1</sup> era de 7,45€/m<sup>2</sup>, enquanto Setúbal apresentava um valor inferior, de 6,52€/m<sup>2</sup>. Ao longo dos anos, observa-se um aumento gradual em ambos os casos, com algumas flutuações pontuais.

O crescimento das rendas em Setúbal foi mais acentuado do que a média nacional, especialmente a partir de 2022. No 2.º trimestre de 2024, Setúbal atingiu o seu pico com 10,17€/m<sup>2</sup>, superando pela primeira vez a média nacional de 10,71€/m<sup>2</sup>.

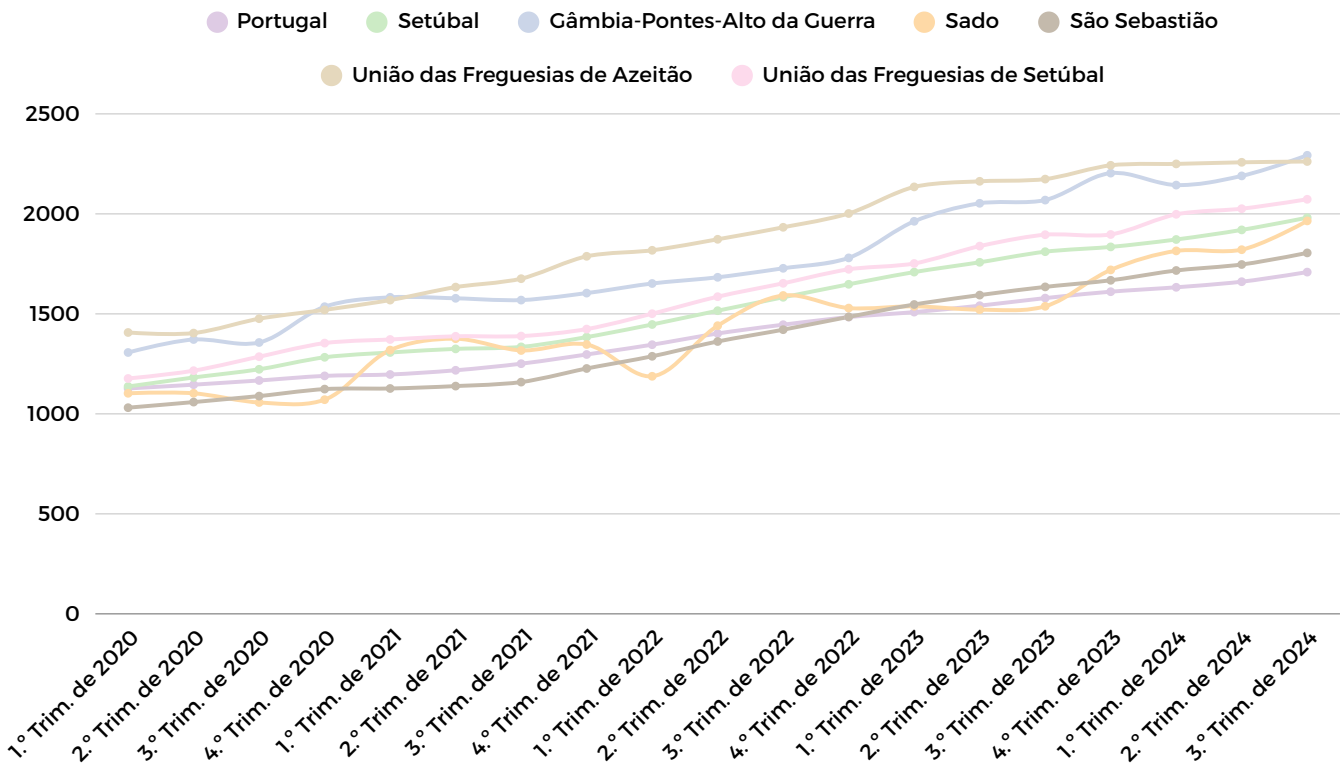
Constata-se o aumento significativo nas rendas em Setúbal entre o 1.º e 2.º trimestre de 2024, passando de 8,92€/m<sup>2</sup> para 10,17€/m<sup>2</sup>, um aumento de cerca de 14% num único trimestre.

A evolução das rendas em Setúbal, quando comparada com a média dos municípios<sup>1</sup>, sugere que o município de Setúbal tem vindo a tornar-se progressivamente mais atrativo ou pressionado em termos de habitação, aproximando-se dos valores medianos nacionais, especialmente nos períodos mais recentes.

Esta tendência de aumento nas rendas, tanto a nível dos municípios<sup>1</sup> como em Setúbal, reflete a crescente pressão no mercado de arrendamento em Portugal, possivelmente influenciada por fatores como a escassez de oferta, o aumento da procura e as dinâmicas económicas gerais do país.

<sup>1</sup> - MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 HABITANTES: Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Santa Maria da Feira, Vila Nova de Gaia, Almada, Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras, Seixal, Setúbal, Sintra, Vila Franca de Xira, Barcelos, Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Coimbra, Leiria, Funchal (INE)

**GRÁFICO Nº 121 - VALOR MEDIANO DAS VENDAS POR M<sup>2</sup> DE ALOJAMENTOS FAMILIARES NOS ÚLTIMOS 12 MESES (1º TRIMESTRE DE 2020 - 3º TRIMESTRE DE 2024) (€)**



Fonte: INE - Valor mediano das vendas por m<sup>2</sup> de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€) por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Domicílio fiscal do comprador; Trimestral - INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local

O gráfico n.º 121 apresenta a evolução do valor mediano das vendas por m<sup>2</sup> de alojamentos familiares em Portugal e na região de Setúbal, desde o primeiro trimestre de 2020 até ao terceiro trimestre de 2024. Esta informação revela uma tendência consistente de valorização imobiliária ao longo do período analisado.

Em Portugal, o valor aumentou de 1.127€/m<sup>2</sup> no início de 2020 para 1.709€/m<sup>2</sup> no terceiro trimestre de 2024, representando um crescimento de aproximadamente 51,6%. Este aumento significativo poderá refletir a elevada inflação registada no mercado imobiliário nacional, espelhando um dos desafios económicos recentes.

Entre as freguesias analisadas, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra destaca-se com o valor mais elevado

no 3º trimestre de 2024, com o valor mediano a subir de 1.307€/m<sup>2</sup> para 2.293€/m<sup>2</sup>, refletindo um crescimento de cerca de 75,4%. Este aumento significativo pode indicar um desenvolvimento crescente e uma maior procura nesta área específica.

A União das Freguesias de Azeitão liderou o valor mediano das vendas por m<sup>2</sup> durante um largo período nos últimos três anos, iniciando em 1.407€/m<sup>2</sup> e atingindo 2.262€/m<sup>2</sup> no 3º trimestre de 2024. Esta freguesia é bastante valorizada, devido à sua localização privilegiada, registando um aumento de 60,8%, apesar de ser o menor entre as cinco freguesias no período analisado.

Na União das Freguesias de Setúbal, no início de 2020, o valor era de 1.177€/m<sup>2</sup>. Ao longo dos anos, houve um aumento significativo, chegando a

2.073€/m<sup>2</sup> no terceiro trimestre de 2024. Isto representa um crescimento de 76,1% em pouco mais de quatro anos.

O aumento mais expressivo ocorreu entre o quarto trimestre de 2023 e o primeiro trimestre de 2024, com uma subida de 1.897€/m<sup>2</sup> para 1.998€/m<sup>2</sup>, representando um aumento de 5,3% em apenas um trimestre.

A freguesia do Sado também registou um aumento significativo, passando de 1.103€/m<sup>2</sup> no início de 2020 para 1.965€/m<sup>2</sup> no terceiro trimestre de 2024, um crescimento de aproximadamente 78,2%, o maior entre as cinco freguesias.

São Sebastião viu os seus valores aumentarem de 1.031€/m<sup>2</sup> para 1.805€/m<sup>2</sup>, um crescimento de 75,1%. Apesar deste crescimento, apresenta o valor mais baixo das vendas por m<sup>2</sup> de alojamentos familiares nos últimos 12 meses, o que pode tornar-se um fator atrativo para jovens à procura da primeira habitação e para migrantes.

A maior acessibilidade dos preços da habitação em São Sebastião comparativamente com as restantes freguesias, representa uma oportunidade para quem pretende estabelecer-se neste concelho. Esta forte concentração populacional reflete a atratividade da zona, impulsionada sobretudo pelos valores mais acessíveis das habitações. No entanto, esta realidade também traz consigo diversos desafios característicos de áreas densamente povoadas, como questões de saúde pública, degradação da qualidade ambiental, escassez de terrenos

disponíveis para construção, sobrecarga das infraestruturas, desigualdades sociais, pressão sobre os recursos existentes e problemas de mobilidade.

É importante notar que, embora se verifique uma tendência geral de aumento, o ritmo de crescimento dos preços tem mostrado sinais de moderação a partir do 1º trimestre de 2024. Apesar desta moderação, Setúbal continua a ser um dos municípios com preços de habitação superiores à média nacional.

A subida elevada dos preços da habitação nos últimos anos aumentou a dificuldade em arranjar casa para jovens, migrantes e outros grupos vulneráveis e é uma realidade crescente em Setúbal e em Portugal.

No entanto, a escassez de oferta continua a ser um problema significativo, entre 2018 e 2023 foram licenciados 1.876 fogos em Setúbal

Em resumo, o valor mediano das vendas por m<sup>2</sup> aumentou em todas as freguesias analisadas, com crescimentos que variam entre 60,8% e 78,2%. Esta valorização tem criado desafios, especialmente para grupos vulneráveis, em termos de acesso à habitação. Apesar de sinais de moderação no crescimento dos preços a partir de 2024, Setúbal mantém-se como um concelho com preços de habitação superiores à média nacional.

**TABELA Nº 61 - BAIRROS DE HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO CONCELHO DE SETÚBAL**

Freguesia	Bairro
São Sebastião	Bela Vista
	Forte da Bela Vista
	Alameda das Palmeiras
	Quinta de Santo António
	Manteigadas
	2 de Abril
	20 de Julho
	25 de Abril
	Pote d'Água
Afonso Costa	
União das Freguesias de Setúbal	Quinta do Freixo
	Quinta dos Vidais
União das Freguesias de Azeitão	Brejoeira

*Fonte: Câmara Municipal de Setúbal*

A habitação pública municipal em Setúbal reflete um compromisso significativo do município com a provisão de habitação digna e acessível para os seus residentes. A distribuição geográfica dos bairros municipais de habitação pública abrange três freguesias, com uma concentração expressiva na freguesia de São Sebastião.

Ao longo dos anos, o município de Setúbal tem colaborado estreitamente com a Administração Central para promover a construção de habitações económicas e sociais. Um marco importante neste esforço foi o Programa Especial de Realojamento (PER), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio, que permitiu que cerca de mil famílias tivessem acesso a uma casa digna pela primeira vez.

Atualmente, a Câmara Municipal de Setúbal gere aproximadamente 1782

fogos de habitação pública. Este número inclui os bairros transferidos do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), a primeira fase da Alameda das Palmeiras (construída em 1992, com 216 fogos e 709 moradores), e as urbanizações resultantes do PER.

Os investimentos variam entre os 6 milhões de euros para o bairro das Manteigadas a 44 milhões para o bairro da Bela Vista. Estes projetos são financiados através de programas como o Plano de Recuperação e Resiliência e o Programa 1.º Direito.

A Estratégia Local de Habitação de Setúbal prevê uma série de intervenções até 2030 para melhorar as condições habitacionais no concelho. Estas intervenções visam melhorar a eficiência energética, renovar interiores e realizar reparações estruturais. No âmbito da reabilitação de habitações municipais, planeia-se intervir em 1.870 fogos, dos quais 169 necessitam de reabilitação profunda, 878 de reabilitação média e 823 de reabilitação ligeira.

Relativamente à oferta de habitações de interesse social por outras entidades, estima-se a criação de 4.070 unidades até 2030. Destas, 370 serão através da promoção direta de outras entidades, com foco na Habitação a Custos Controlados (HCC). O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) será responsável pela construção de 3.600 novas habitações, todas no regime de HCC. Adicionalmente, prevê-se a criação de 100 habitações cooperativas, também no âmbito da HCC.

A iniciativa privada deverá contribuir com 2.270 habitações de interesse social. Este número inclui a reabilitação de 1.280 habitações ou edifícios degradados privados, beneficiando de apoios estatais e considerando uma necessidade de reabilitação média. Em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), prevê-se a reabilitação de 40 unidades. No que toca à construção nova, espera-se que entidades do terceiro setor construam 900 habitações em terrenos do IHRU, e que 50 unidades sejam criadas em áreas de cedência de investimento imobiliário, todas no regime de HCC.

O Município de Setúbal tem-se destacado como um ator central na melhoria das condições habitacionais de muitas famílias.

No entanto, reconhece-se que o combate à exclusão social requer uma abordagem colaborativa, envolvendo não só a Administração Central, mas também a sociedade civil.

Em suma, a política habitacional de Setúbal demonstra um compromisso contínuo com o direito à habitação, consagrado na Constituição da República Portuguesa.

**TABELA N.º 62 - NÚMERO DE FOGOS ATUAIS, PREVISTOS E PEDIDOS DE HABITAÇÃO (FEVEREIRO 2025)**

Número total de fogos municipais	1782
Número de fogos previstos	500
Número de pedidos de habitação	1930

*Fonte: Câmara Municipal de Setúbal*

No que concerne ao número de fogos e pedidos de habitação em fevereiro de 2025, revela o seguinte cenário: o município dispõe de um total de 1782 fogos municipais. Este número representa o parque habitacional existente sob gestão da autarquia, disponível para atender às necessidades de habitação social da população local.

A Câmara Municipal de Setúbal aprovou a construção de 500 novos fogos habitacionais no concelho, representando um investimento total de cerca de 75 milhões de euros. Esta iniciativa visa expandir a oferta de habitação, com um acréscimo de aproximadamente 28% ao parque habitacional municipal existente. O projeto engloba três empreendimentos: 44 fogos na Quinta da Parvoíce, 142 na zona da Rua das Piteiras e 314 na zona da Bela Vista. Os investimentos para cada empreendimento são de cerca de 6,3 milhões, 21,2 milhões e 47,4 milhões de euros, respetivamente.

Após aprovação de candidaturas submetidas ao PRR, a autarquia ficará encarregue de atribuir as habitações para residência permanente a famílias elegíveis, de acordo com o programa 1.º Direito, bem como de criar uma oferta de arrendamento acessível no concelho.

Verifica-se, na tabela n.º 62, um elevado número de pedidos de habitação, que se situa nos 1930. Este valor supera o número atual de fogos municipais em 148 unidades, evidenciando uma procura muito elevada. Mesmo considerando os 500 fogos previstos, que elevariam o total

para 2282 unidades habitacionais, ainda assim não seria suficiente para satisfazer todos os 1930 pedidos atuais.

Esta situação aponta para um défice habitacional significativo e uma pressão contínua sobre os serviços de habitação social do município.

Este cenário sugere a necessidade de políticas habitacionais mais robustas e possivelmente a consideração de estratégias adicionais para aumentar a oferta de habitação acessível. Pode também indicar a importância de rever os critérios de atribuição de habitação social e de explorar parcerias público-privadas ou outras soluções inovadoras para responder à crescente procura por habitação a preços acessíveis na região.

A discrepância entre a oferta de fogos municipais e a procura por habitação evidencia a necessidade urgente de uma abordagem abrangente e sustentável para satisfazer as necessidades habitacionais.

**TABELA N.º 63 - NECESSIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE SETÚBAL - PROCURA MANIFESTA E POTENCIAL - AGREGADOS (N.º) (2020)**

<b>Número de agregados por tipo de necessidade habitacional no período 2020-2030</b>	
Realojamento de residentes em barracas	300
Realojamentos devido a condições estruturais irregulares, sem alojamento/despejo, vítimas de violência doméstica e/ou em situação de carência financeira	1000
Segmentos prioritários devido a situação de sem abrigo	160
Outros segmentos prioritários sem acesso ao mercado de Setúbal	600
Reabilitação de habitação municipal de interesse social	1870
Reabilitação de habitação privada de interesse social ou ARU	1320
Reabilitação de habitação de interesse social de outras entidades	370
<b>Total</b>	<b>5620</b>

*Fonte: Estratégia Local de Habitação do Concelho de Setúbal 2020-2030*

A tabela sobre as necessidades habitacionais estimadas (manifestas e potenciais) em Setúbal para o período de 2020 a 2030, espelhada na Estratégia Local de Habitação do Concelho de Setúbal 2020-2030, revelando um cenário complexo.

O total de 5620 agregados com necessidades habitacionais identificadas destaca a magnitude do problema. A reabilitação de habitações municipais de interesse social é a maior prioridade, com 1870 agregados, seguida pela reabilitação de habitações privadas em Áreas de Reabilitação Urbana, com 1320.

Um número significativo de 1000 agregados precisa de realojamento devido a condições precárias, violência doméstica ou carência financeira.

Além disso, 600 agregados pertencem a segmentos prioritários sem acesso ao mercado local, e 160 estão em situação de sem-abrigo.

A persistência de habitações precárias, como barracas, requer atenção especial, com 300 residentes necessitando de realojamento.

A reabilitação de habitações de interesse social por outras entidades soma 370 agregados.

Este panorama sublinha a necessidade de uma abordagem coordenada entre diferentes setores para garantir habitações dignas para todos em Setúbal.

**TABELA N.º 64 - REALOJAMENTOS PRIORITÁRIOS POR FREGUESIA EM 2020 (N.º)**

Freguesia	Localização	Nº de Agregados	Nº de Pessoas
União das Freguesias de Setúbal	Pátio da Brasileira	5	11
	Bateria do Casalinho	1	2
	<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>13</b>
São Sebastião	Escadinhas das Barrocas	9	11
	Vila Quintans	7	12
	Vale de Cerejeiras	6	10
	Bairro Dias - Monarquina - Moinho do Frade	84	194
	Rua Vale do Grou	82	242
	Bairro Santos Nicolau	21	35
	Quinta da Parvoice	69	130
	Forte	1	5
	Maltalhado	12	22
	Montureiras	5	9
	Pote d'Água	12	18
	Bairro da Liberdade	17	29
	Travessa da Cachofarra	1	1
	<b>Total</b>	<b>326</b>	<b>718</b>
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Quinta da Amizade	1	1
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Sado	Vale da Rosa	1	1
	Mourisca	4	11
	<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>12</b>
<b>SETÚBAL</b>	<b>Total</b>	<b>338</b>	<b>744</b>

A análise da tabela n.º 64 sobre os realojamentos prioritários por freguesia em Setúbal, em 2020, revela uma situação habitacional complexa e desafiadora para o município.

No total, o concelho de Setúbal identificou 338 agregados familiares, correspondendo a 744 pessoas, que necessitam de realojamento prioritário. Esta situação demonstra a existência de um número significativo de famílias a viver em condições habitacionais precárias ou inadequadas.

A freguesia de São Sebastião destaca-se como a área com maior necessidade de intervenção, contabilizando 326 agregados familiares, o que representa 96,5% do total de casos no Concelho. Nesta freguesia, 718 pessoas necessitam de realojamento, evidenciando a concentração de problemas habitacionais neste território.

Os locais *Bairro Dias - Monarquina - Moinho do Frade, Rua Vale do Grou e Quinta da Parvoíce* representavam 78,8% do número de pessoas na freguesia, indicando áreas de intervenção prioritária.

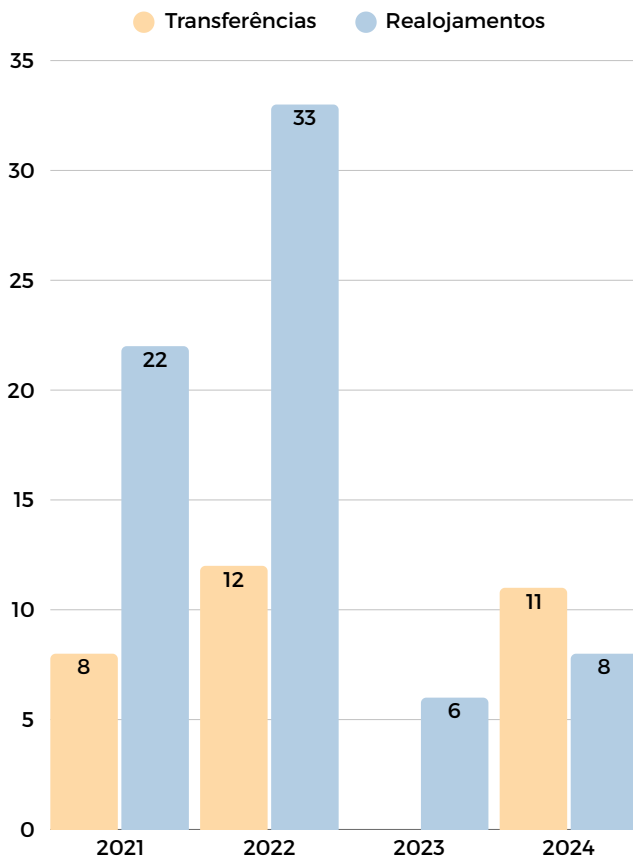
Refira-se, no entanto, que as pessoas que residiam na *Quinta da Parvoíce* foram entretanto realojadas através de diversos programas nacionais de habitação e outras iniciativas de habitação pública municipal.

As freguesias de Sado e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra apresentam números mais reduzidos, o Sado com 5 agregados familiares e 12 pessoas e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra com 1

agregado de uma pessoa. Apesar dos números menores, estas situações também requerem atenção e soluções adequadas.

Esta distribuição desigual dos casos de realojamento prioritário entre as freguesias sugere a necessidade de uma abordagem diferenciada nas políticas habitacionais do município.

O elevado número de pessoas a necessitar de realojamento (744 no total) sublinha a urgência de implementar soluções habitacionais eficazes e sustentáveis. Este cenário reforça a importância da Estratégia Local de Habitação do concelho de Setúbal 2020-2030, que visa abordar estas questões de forma integrada e a longo prazo.

**GRÁFICO Nº 122 - TRANSFERÊNCIAS E REALOJAMENTOS NO CONCELHO DE SETÚBAL (2021 - 2024) (N.º)**

Fonte: Câmara Municipal de Setúbal

O gráfico n.º 122 apresenta dados sobre transferências e realojamentos no concelho de Setúbal entre 2021 e 2024. Analisando os números, observa-se uma variação significativa ao longo dos anos.

Em 2021, houve oito transferências e 22 realojamentos, registando um aumento em 2022 em ambas as categorias, com 12 transferências e 33 realojamentos, representando um crescimento significativo.

Contudo, 2023 apresentou uma queda acentuada, sem nenhuma transferência registada e apenas seis realojamentos. Esta redução pode estar relacionada com mudanças nas políticas habitacionais ou restrições orçamentais.

Em 2024, observa-se uma recuperação parcial, com 11 transferências e oito realojamentos. Este aumento em relação ao ano anterior sugere uma retomada nas ações de gestão habitacional do município.

É importante notar que estes números refletem os esforços da Câmara Municipal de Setúbal na gestão do seu parque habitacional, que inclui cerca de 1782 fogos de habitação pública. As variações anuais podem estar relacionadas com diversos fatores, como disponibilidade de habitações, necessidades da população e recursos municipais disponíveis.

Estes dados devem ser considerados no contexto mais amplo das políticas habitacionais de Setúbal, que incluem não apenas transferências e realojamentos, mas também programas de reabilitação de bairros sociais e investimentos em novas habitações. A gestão eficaz destes processos é crucial para garantir o direito à habitação e melhorar a qualidade de vida das pessoas residentes do Concelho.

Os bairros Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) em Setúbal representam um marco importante no contexto da habitação social em Portugal, sendo fruto do SAAL, criado em 1974, após a Revolução de Abril. Este programa visava dar resposta às condições precárias de habitação, promovendo a participação ativa das populações na construção de bairros dignos, com apoio técnico especializado. Em Setúbal, destacam-se cinco bairros desta tipologia:

- Bairro do Casal das Figueiras: Este foi um dos maiores projetos SAAL na cidade, com 312 fogos entregues entre 1984 e 1986. Localizado numa área privilegiada com vistas para a Serra da Arrábida e o Estuário do Sado, enfrentou resistência devido à especulação imobiliária. O projeto contou com a participação ativa de residentes e foi desenhado pelo arquiteto Gonçalo Byrne;
- Bairro da Terroa de Baixo: Com 41 fogos, apresentando menor dimensão, mantém os princípios de participação comunitária e direito ao lugar que caracterizam o programa;
- Bairro da Liberdade (Camarinha): Um dos primeiros bairros SAAL do país, construído em 1974;
- Bairro Grito do Povo (Forte Velho): Originalmente denominado Castelo Velho, este bairro resultou em 78 fogos e reflete o esforço coletivo para substituir casas abarracadas por habitações condignas;
- Bairro Luta do Povo (Pinheirinhos): Com 180 fogos, este bairro é outro exemplo da aplicação dos princípios SAAL em Setúbal, promovendo habitação digna para populações em situação de vulnerabilidade social.

Embora o programa SAAL tenha acabado em 1976 devido à falta de apoio político e legislativo, os bairros construídos permanecem como símbolos da luta pelo direito à habitação digna e pela preservação da identidade comunitária. A experiência SAAL em Setúbal destaca-se pela colaboração entre técnicos/as e moradores/as, a resistência à especulação imobiliária e o impacto transformador nas condições de vida das populações envolvidas.

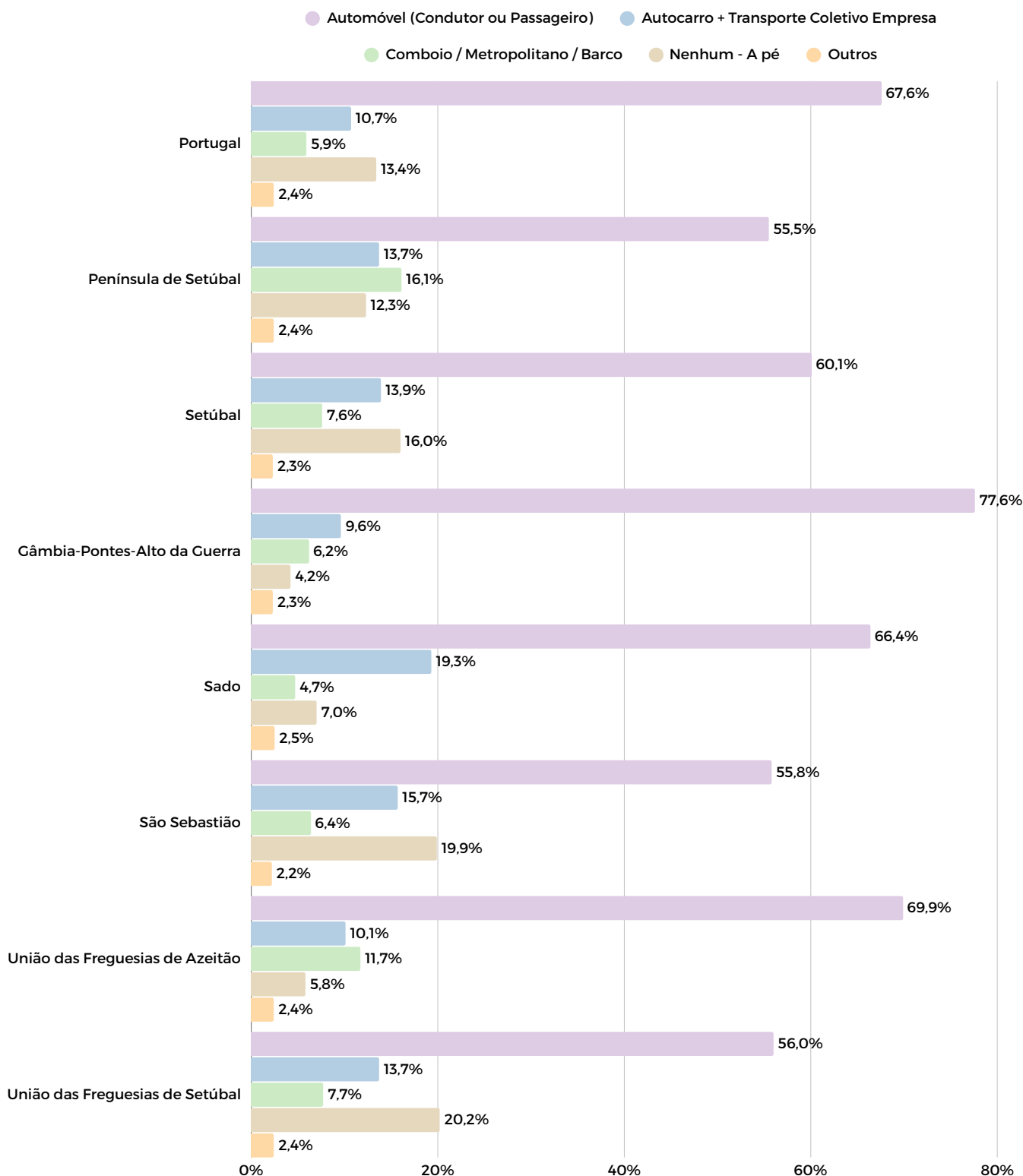
Nos bairros Casal das Figueiras e Grito do Povo, a autarquia iniciou o processo de alienação de lotes de terreno aos moradores, permitindo o posterior registo das suas habitações. Esta medida visa facilitar o acesso à propriedade e regularizar a situação dos moradores nestes bairros.



Mural "Grito dos Pescadores" - Autoria: Rita Melo e Ricardo Crista - Jardim Grito dos Pescadores. Foto: Elaboração Própria

## 5.2. MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

GRÁFICO N.º 123 - PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO NAS DESLOCAÇÕES CASA-TRABALHO/ESCOLA (2021) (%)



Fonte: INE - População com 15 ou mais anos empregada ou estudante que vive a maior parte do ano no seu alojamento e que utiliza transporte nas deslocações casa/trabalho/escola (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Condição perante o trabalho, Principal meio de transporte e Escalão de duração dos movimentos pendulares; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O gráfico n.º 123 apresentado ilustra a distribuição percentual dos principais meios de transporte utilizados nas deslocações casa-trabalho/escola em 2021, comparando Portugal, a Península de Setúbal, o município de Setúbal e as suas freguesias. A nível nacional, o *automóvel* é o meio de transporte predominante, utilizado por 67,6% da população, superando significativamente o uso de transportes públicos e deslocações a pé.

O município de Setúbal apresenta um padrão intermédio, com 60,1% da população a utilizar o *automóvel* e uma percentagem ligeiramente superior de *deslocações a pé* (16%) em comparação com as médias nacional e regional. As freguesias de Setúbal mostram diferenças significativas:

Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra apresenta a maior dependência do *automóvel* (77,6%) e a menor percentagem de *deslocações a pé* (4,2%), enquanto Sado destaca-se pelo uso mais frequente de *autocarros/transportes coletivos de empresa* (19,3%).

São Sebastião e a União das Freguesias de Setúbal apresentam os maiores índices de *deslocações a pé* e menor uso do *automóvel*, e a União das Freguesias de Azeitão tem uma utilização significativa do *comboio/metropolitano/barco* (11,7%).

Estas variações refletem as diferentes características urbanas e de acessibilidade de cada freguesia, com áreas mais centrais a apresentarem menor dependência do *automóvel* e maior uso de transportes públicos e

As áreas mais urbanas favorecem *deslocações a pé*, enquanto as zonas periféricas dependem mais do transporte individual. Apesar das diferenças locais, o *automóvel* permanece o principal meio de transporte em todos os territórios analisados, refletindo a tendência nacional de aumento do seu uso nas últimas décadas.

Este cenário evidencia a necessidade de políticas de mobilidade ajustadas às características de cada área, promovendo alternativas mais sustentáveis.

Transportes públicos eficazes e de qualidade, bem como a utilização de modos suaves de deslocação, proporcionam vários benefícios para a saúde, incluindo a redução de acidentes de trânsito e de emissões de poluentes, contribuindo para uma melhor saúde física e mental da população através dos incentivos à prática de atividade física e integração na comunidade.

O Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal (PMST) é um instrumento estratégico que visa estabelecer uma estratégia global de intervenção em matéria de organização das acessibilidades, transportes e gestão da mobilidade no município de Setúbal. O plano tem como objetivo principal definir um conjunto de ações e medidas que contribuam para a implementação e promoção de um modelo de mobilidade mais sustentável.

O PMST de Setúbal aborda vários aspetos, incluindo:

- Expansão e requalificação da rede pedonal estruturante;
- Desenvolvimento de uma rede ciclável;
- Melhoria do transporte coletivo;
- Gestão do estacionamento;
- Promoção da mobilidade sustentável;
- Sensibilização e formação para mudanças comportamentais.

O plano está estruturado em quatro fases principais:

- Caracterização e diagnóstico da situação atual;
- Identificação de condicionantes e definição de cenários e linhas estratégicas;
- Desenvolvimento de planos de ação com medidas específicas;
- Elaboração de um programa de execução, identificação de fontes de financiamento e estabelecimento de um sistema de monitorização.

O PMST propõe 91 medidas agrupadas em sete eixos de operacionalização, incluindo a criação de uma rede de refúgios climáticos, expansão da rede ciclável, implementação de zonas de velocidade reduzida, e melhoria da eficiência energética dos edifícios.

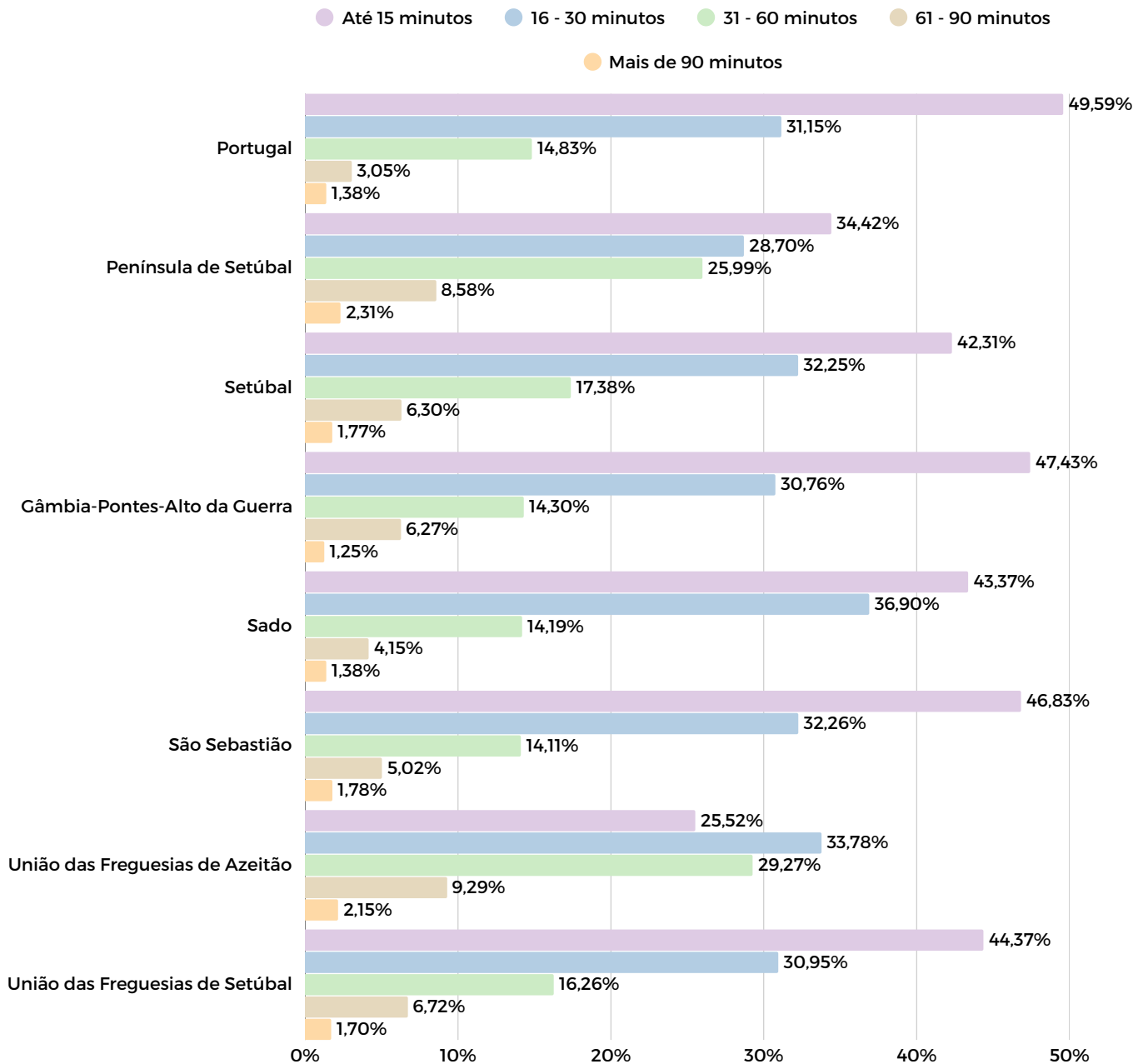
Este plano tem um horizonte temporal de 10 anos e visa melhorar a mobilidade dentro da cidade, e também contribuir para os objetivos climáticos de Setúbal, como a redução de 67 240 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente até 2030.

A mobilidade ativa<sup>1</sup> impacta a utilização do espaço público, aliviando os sistemas urbanos, além de ser benéfica para a saúde. Para incentivar essa mobilidade, é essencial desenvolver infraestruturas como ciclovias, áreas de estacionamento e equipamentos de apoio para bicicletas e trotinetas.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> - A mobilidade ativa refere-se aos modos de transporte que dependem do esforço físico do indivíduo para se deslocar, sem a utilização de combustíveis fósseis ou veículos motorizados.

<sup>2</sup> - Câmara Municipal de Setúbal. (2021). Setúbal a Pensar em Si: Diagnóstico e Soluções em Saúde. Câmara Municipal de Setúbal.

GRÁFICO Nº 124 - DURAÇÃO DOS MOVIMENTOS PENDULARES CASA-TRABALHO/ESCOLA (2021) (%)



Fonte: INE - População com 15 ou mais anos empregada ou estudante que vive a maior parte do ano no seu alojamento e que utiliza transporte nas deslocações casa/trabalho/escola (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Condição perante o trabalho, Principal meio de transporte e Escalão de duração dos movimentos pendulares; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise do gráfico sobre a duração dos movimentos pendulares casa-trabalho/escola em 2021 descreve a mobilidade e destaca a importância do seu tempo de duração para a saúde e bem-estar da população.

A nível nacional, observa-se que quase metade da população (49,59%) realiza deslocações de curta duração, *até 15 minutos*.

Verifica-se ainda que 80,74% das pessoas têm deslocações pendulares de até meia hora, indicando uma predominância de trajetos relativamente curtos. Esta tendência é positiva, pois indivíduos que efetuam movimentos pendulares mais curtos estão menos expostos aos riscos associados a deslocações longas.

Os indivíduos que realizam deslocações pendulares longas enfrentam um risco acrescido de desenvolver várias doenças crónicas, incluindo problemas cardiovasculares, excesso de peso, obesidade, diabetes, cancro e problemas músculo-esqueléticos. Além disso, estão sujeitos a níveis elevados de stress e ansiedade, o que afeta negativamente o seu bem-estar físico e mental. Por outro lado, as pessoas que trabalham ou estudam no mesmo município onde residem têm a vantagem de fazer deslocações diárias potencialmente mais curtas, o que se traduz em benefícios significativos para a sua saúde e bem-estar geral.<sup>1</sup>

O município de Setúbal, apresenta uma distribuição próxima da média nacional, 42,31% das deslocações são de *até 15 minutos*, inferior à média nacional, mas superior à da Península de Setúbal.

A proporção de deslocações entre *31-60 minutos* (17,38%) é superior à média nacional, possivelmente refletindo a influência da sua localização em relação a Lisboa.

No Concelho, observam-se variações significativas entre as freguesias. Na União das Freguesias de Azeitão apenas 25,52% das deslocações têm uma duração de *até 15 minutos*, e uma proporção elevada (29,27%) de deslocações entre *31-60 minutos*. Esta informação reforça a ideia de que a maioria dos movimentos pendulares ocorre para além dos limites do município de Setúbal, aproveitando a proximidade de outros centros urbanos.

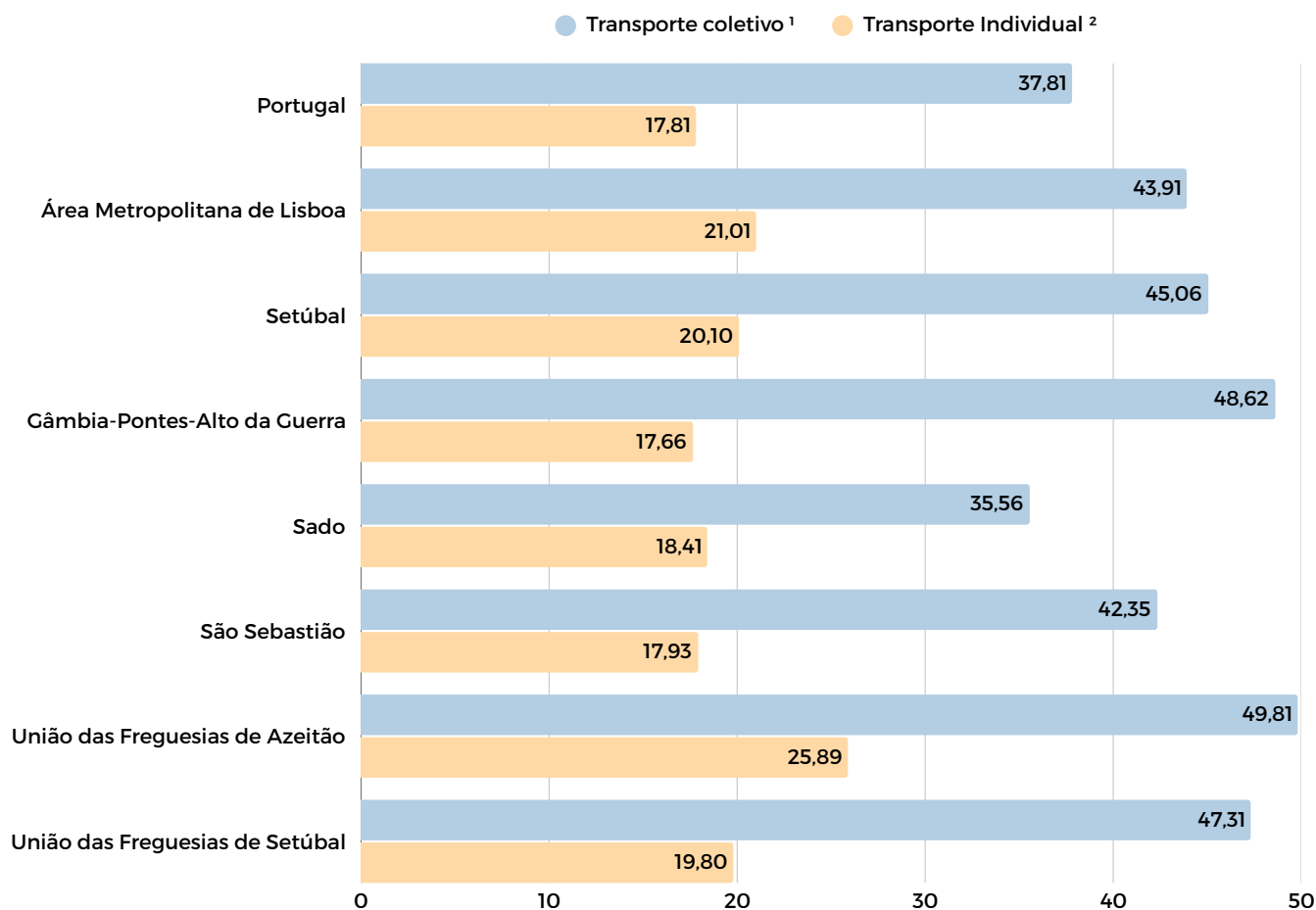
As outras freguesias de Setúbal mostram padrões mais próximos da média municipal, com São Sebastião e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra a terem as maiores percentagens de deslocações curtas (*até 15 minutos*). Todas as freguesias de Setúbal têm pelo menos 75% das deslocações com uma duração *até 30 minutos*, à exceção da União das Freguesias de Azeitão, que não chega aos 60%.

Verifica-se que em todos os territórios analisados, uma pequena percentagem (entre 1,25% e 2,31%) das pessoas gasta *mais de 90 minutos* nas suas deslocações diárias.

A análise revela que, apesar de Setúbal apresentar geralmente deslocações pendulares curtas, existem variações locais importantes. Esta situação sugere a necessidade de melhorar as ligações de transporte para reduzir as deslocações extensas, o que não só aumentaria a eficiência da mobilidade, mas também teria um impacto positivo na saúde e bem-estar dos residentes. Estas variações locais merecem atenção na formulação de políticas de mobilidade e desenvolvimento urbano.

<sup>1</sup> - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Coimbra & Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (s.d.). Atlas dos Municípios Saudáveis - Informações dos Indicadores. Consultado em 13 de fevereiro de 2025.

GRÁFICO Nº 125 - DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA OU ESTUDANTE QUE UTILIZA MODO DE TRANSPORTE COLETIVO E INDIVIDUAL (2021) (MINUTOS)



Fonte: INE - Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte coletivo por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021 / Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Relativamente ao tempo de duração dos movimentos pendulares por tipologia de transporte em Portugal em 2021 revela disparidades significativas entre o uso de transporte coletivo e individual.

A nível nacional, o tempo médio de deslocação em *transporte coletivo* (37,81 minutos) é mais do dobro do tempo necessário em *transporte individual* (17,81 minutos), sugerindo uma maior eficiência do transporte individual em termos de tempo.

O município de Setúbal segue uma tendência semelhante, com tempos ligeiramente superiores aos da Área Metropolitana de Lisboa para o *transporte coletivo* (45,06 minutos) e ligeiramente inferiores para o *transporte individual* (20,10 minutos).

Dentro do município de Setúbal, observam-se variações significativas entre as freguesias.

<sup>1</sup> - Foram considerados como transporte coletivo neste indicador os seguintes modos: Autocarro/Camioneta, Transporte coletivo da empresa ou escola, Metropolitano, Comboio, Barco

<sup>2</sup> - Foram considerados como transporte individual neste indicador os seguintes modos: Automóvel ligeiro como condutor, Automóvel ligeiro como passageiro, Motociclo ou Ciclomotor, Bicicleta

A União das Freguesias de Azeitão regista os tempos mais elevados, com 49,81 minutos para o *transporte coletivo* e 25,89 minutos para o *individual*.

Por outro lado, a freguesia do Sado apresenta os tempos mais baixos, com 35,56 minutos para o *transporte coletivo* enquanto que a freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra destaca-se por ter o tempo mais curto em *transporte individual* (17,66 minutos) entre as freguesias analisadas.

Estas disparidades entre freguesias e modos de transporte evidenciam a necessidade de uma abordagem diferenciada nas políticas de mobilidade urbana, principalmente em freguesias como Sado e Azeitão.

A significativa diferença de tempo entre o transporte coletivo e individual em todas as áreas analisadas aponta para a necessidade de melhorias na eficiência e cobertura dos transportes públicos. Portanto, investir na melhoria dos serviços de transporte coletivo não só pode torná-los mais competitivos em relação ao transporte individual, mas também trazer benefícios significativos para a saúde e bem-estar da comunidade.<sup>1</sup>



*Vista a partir do Forte de São Filipe (União das Freguesias de Setúbal)*

*Foto: Elaboração própria*

<sup>1</sup> - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Coimbra & Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (s.d.). Atlas dos Municípios Saudáveis - Informações dos Indicadores. Consultado em 13 de fevereiro de 2025.

## 6. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

O Meio Ambiente é um elemento crucial para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida em Setúbal. A cidade, situada entre o estuário do Sado e a Serra da Arrábida, possui uma riqueza natural única que exige uma gestão cuidadosa. O Município tem implementado diversas iniciativas para promover a sustentabilidade ambiental, alinhadas com objetivos nacionais e internacionais de combate às alterações climáticas e preservação dos ecossistemas. Para o efeito, desenvolveu instrumentos de planeamento e gestão ambiental e implementou vários projetos e iniciativas ambientais, as que, de seguida, se apresentam:

- CLIMA.AML: Criação de uma rede de monitorização meteorológica para compreender e responder às alterações climáticas, disseminando informação em tempo real. Inclui formação para técnicos e sensibilização da comunidade escolar.<sup>1</sup>
- Workshop LCN&PFA (Narrativas Coletivas Locais e Prototipagem para Ação): Oficinas baseadas em *Design Thinking*, onde jovens desenvolvem soluções para problemas climáticos locais.<sup>1</sup>
- Pacto de Autarcas para o Clima e Energia: Compromisso com a redução de emissões de CO<sub>2</sub> em 40% até 2030 e adaptação às alterações climáticas. Inclui a criação da Matriz de Referência das Emissões de Gases com Efeito de Estufa e a implementação do Plano de Ação Energia Sustentável de Setúbal, bem como o Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática de Setúbal.<sup>1</sup>
- Matriz Energética: Ferramenta de suporte ao planeamento energético para promover o uso racional de energia e recursos energéticos locais.<sup>1</sup>
- Parque Urbano da Várzea: Medida de adaptação às alterações climáticas, com bacias de retenção para reduzir o risco de cheias e plantação de árvores para combater o efeito de ilha de calor urbano.<sup>1</sup>
- Projeto Cidade Resiliente: Iniciativa para capacitar a população a resistir e recuperar de desastres, integrando a Plataforma Nacional de Redução dos Riscos de Catástrofes.<sup>1</sup>
- Projeto de Comunicação e Sensibilização em Cenário de Risco Associados às Alterações Climáticas: Sensibiliza a população para a importância da prevenção e deteção de situações de risco, com conteúdos formativos para a comunidade escolar e informação nas plataformas digitais do município.

<sup>1</sup> - Câmara Municipal de Setúbal. (s.d.). Setúbal Ambiente. Consultado a 17 de março de 2025

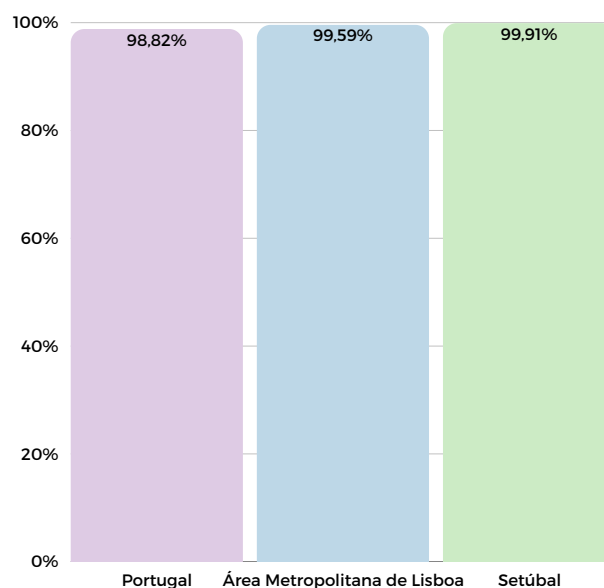
- BEACON (*Bridging European and Local Climate Action*): Projeto europeu para promover a ação climática e a partilha de boas práticas entre governos, municípios e escolas. Inclui apoio técnico e formações para implementar medidas de redução de emissões.

Estas iniciativas visam melhorar a resiliência da cidade, reduzir emissões de CO<sub>2</sub>, promover a educação ambiental e adaptar-se às mudanças climáticas.

É importante notar que, à medida que a consciência ambiental aumenta, surge o conceito de "eco-ansiedade". O termo de 'eco-ansiedade' é empregado na descrição de um estado de mal-estar que se relaciona com a crise ecológica e aponta para um reconhecimento da importância da ansiedade que é/pode ser experimentada nessas condições.<sup>1</sup>

Neste contexto, serão analisados os componentes ambientais naturais que influenciam a população, como o ar, a água, o solo, bem como os aspetos associados aos comportamentos humanos, como o ruído.

GRÁFICO Nº 126 - ÁGUA SEGURA (2022) (%)



Fonte: INE - Água segura (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - Entidade Reguladora dos Serviços e Águas e Resíduos

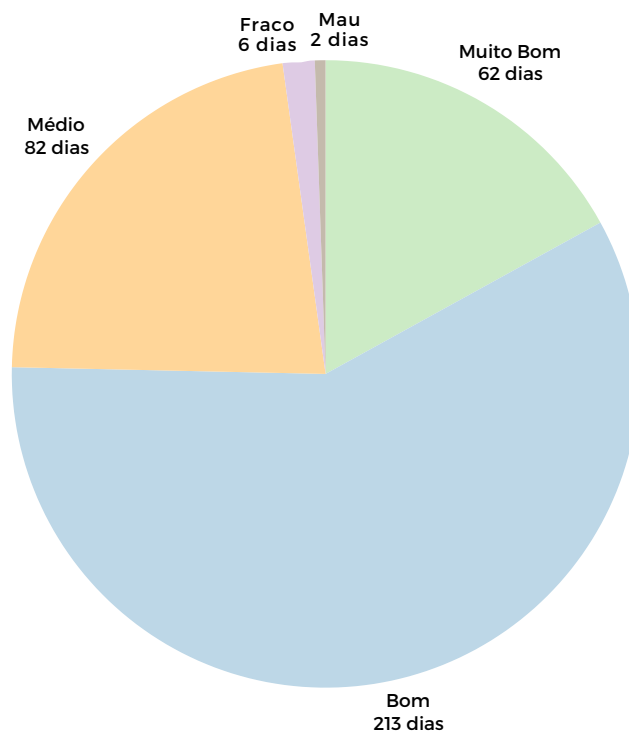
Os dados apresentados mostram a percentagem de água potável segura em diferentes territórios no ano de 2022.

Destaca-se o desempenho de Setúbal, que alcançou 99,91% de água segura. Este valor coloca Setúbal entre os concelhos com melhor qualidade de água em Portugal, superando a média nacional e a Área Metropolitana de Lisboa. Este valor supera a meta de 99% estabelecida pelo Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas (PENSAAR) 2020<sup>2</sup>, demonstrando o compromisso com a segurança hídrica.

Estes resultados refletem o elevado padrão de qualidade da água para consumo humano.

<sup>1</sup> - Gil, T. M. T. O. (2024). Preocupação ambiental, emoções associadas aos problemas ecológicos e ação pelo ambiente: Resultados de uma amostra de estudantes do ensino superior (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra). Estudo Geral. (p.27)

<sup>2</sup> - APA: Agência Portuguesa do Ambiente. (2020). PENSAAR 2020 - Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020: Volume 1.

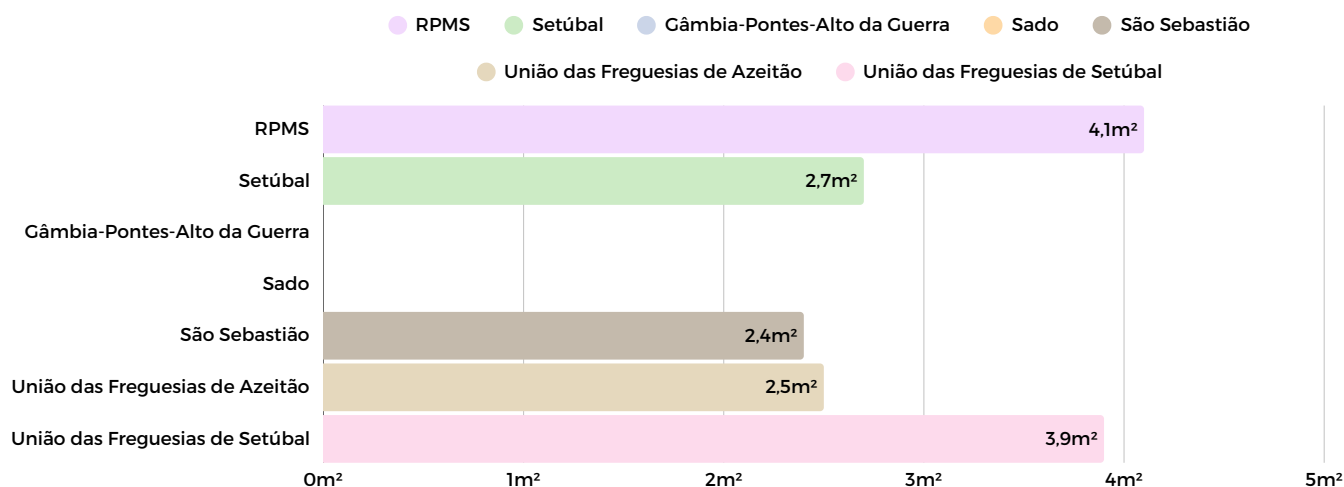
**GRÁFICO Nº 127 - ÍNDICE DE QUALIDADE DO AR (IQAR) BOM OU MUITO BOM EM SETÚBAL (2022) (N.º DE DIAS)**

*Fonte: APA - Agência Portuguesa do Ambiente*

Setúbal possui três estações de monitorização da qualidade do ar: a Estação do Quebedo, localizada no Jardim do Quebedo (São Sebastião); a Estação dos Arcos, situada na Escola Básica dos Arcos (União de Freguesias de Setúbal); e a Estação da Camarinha, instalada na Escola Secundária D. João II (São Sebastião).

Estas estações estão equipadas com tecnologia avançada para monitorizar continuamente a concentração de poluentes atmosféricos, como óxidos de azoto, ozono, partículas (PM10 e PM2.5), monóxido de carbono, dióxido de enxofre e compostos orgânicos voláteis. Os dados recolhidos são geridos pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), e estão disponíveis online através do projeto QualAr.

O gráfico mostra um panorama geralmente positivo, com a maioria dos dias do ano a apresentar condições favoráveis. Ao longo do período analisado, Setúbal registou 62 dias com qualidade do ar classificada como "Muito Bom", o que representa um excelente indicador para a saúde pública e o ambiente. A maior parte do ano, correspondendo a 213 dias, manteve-se na categoria "Bom", demonstrando que, na maior parte do tempo, os níveis de poluição estiveram dentro de limites aceitáveis.

GRÁFICO Nº 128 - ÁREA DE ESPAÇO VERDE URBANO POR HABITANTE (M<sup>2</sup> POR HABITANTE) (2021)

Fonte: Atlas dos Municípios Saudáveis - Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis com base na DGT, Carta de Ocupação do Solo (COS2018); Urban Atlas 2018 - Copernicus Land Monitoring Service (no caso dos municípios de Lagoa, Ponta Delgada e Ribeira Grande nos Açores) e informação disponibilizada pelas Câmaras Municipais (Espaços Verdes Urbanos); INE, População residente e DGT, Carta Administrativa Oficial de Portugal

No que concerne às áreas de espaço verde urbano por habitante, a fonte considerou como Espaço Verde Urbano (EVU) aqueles de utilização coletiva, definidos como "áreas de solo enquadradas na estrutura ecológica municipal ou urbana que, além das funções de proteção e valorização ambiental e paisagística, se destinam à utilização pelos cidadãos e cidadãs em atividades de estadia, recreio e lazer ao ar livre". Nesta definição, são abrangidos os parques e os jardins públicos.

Setúbal apresenta uma média de apenas 2,7 m<sup>2</sup> de espaço verde por habitante, um valor significativamente abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde, que é de 12 m<sup>2</sup> por habitante<sup>1</sup>, e muito distante do ideal de 40 m<sup>2</sup> defendido por especialistas em urbanismo<sup>2</sup>.

Este défice é ainda mais evidente nas freguesias onde não existe qualquer

área verde urbana por habitante, nomeadamente Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado, havendo no entanto uma maior área de espaços verdes naturais, como adiante verificaremos.

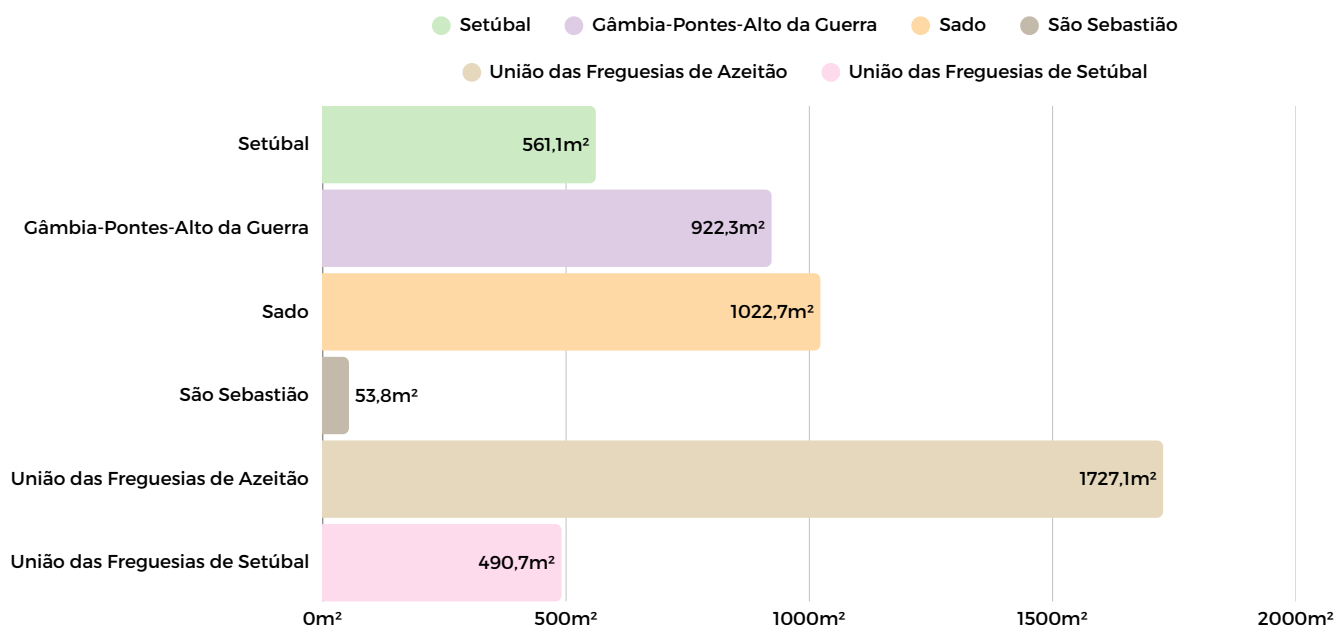
A União das Freguesias de Setúbal regista 3,9 m<sup>2</sup> de espaço verde urbano por habitante, seguida por Azeitão (2,5 m<sup>2</sup>) e São Sebastião (2,4 m<sup>2</sup>).

É importante notar que estes valores não contemplam ainda o Parque Urbano da Várzea, um projeto em desenvolvimento que abrange cerca de 19 hectares (190.000 m<sup>2</sup>), que colocaria o concelho de Setúbal com um valor superior à média dos municípios pertencentes à RPMS.

Destaca-se assim, a necessidade a importância dos espaços verdes urbanos para melhorar a qualidade de vida, oferecendo uma série de vantagens tanto em termos de saúde física quanto mental.

<sup>1</sup> - Cunha, J. de C. (2022). Espaços Verdes Urbanos de Proximidade e Cidade Saudável. Uma leitura a partir da freguesia de Benfica - Lisboa (Dissertação de Mestrado, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal). (pp. 34) Repositório da Universidade de Lisboa.

<sup>2</sup> - Vidal, D. G., Fernandes, C. O., Viterbo, L. M. F., Vilaça, H., Barros, N., & Maia, R. L. (2021). Usos e percepções sobre jardins e parques públicos urbanos. resultados preliminares de um inquérito na cidade do Porto (PORTUGAL). Finisterra, LVI(116), 137-157. (pp 141)

GRÁFICO Nº 129 - ÁREA VERDE POR HABITANTE (M<sup>2</sup> POR HABITANTE) (2018)

Fonte: Atlas dos Municípios Saudáveis - Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis com base na DGT, Carta de Ocupação do Solo (COS2018) e INE, População residente

O gráfico apresentado mostra a área verde por habitante em diferentes freguesias do município de Setúbal e em Portugal, com base nos dados da Carta de Ocupação do Solo (COS2018). Os valores não incluem apenas os parques verdes urbanos, mas também florestas, matos e zonas com vegetação herbácea ou esparsa.

Analisando os dados, observa-se uma grande variação na distribuição de áreas verdes entre as diferentes freguesias. A União das Freguesias de Azeitão destaca-se com a maior área verde por habitante, apresentando 1727,1m<sup>2</sup> por pessoa. Isto indica que esta área tem uma grande extensão de espaços verdes, visto que possui a terceira maior população entre as cinco freguesias.

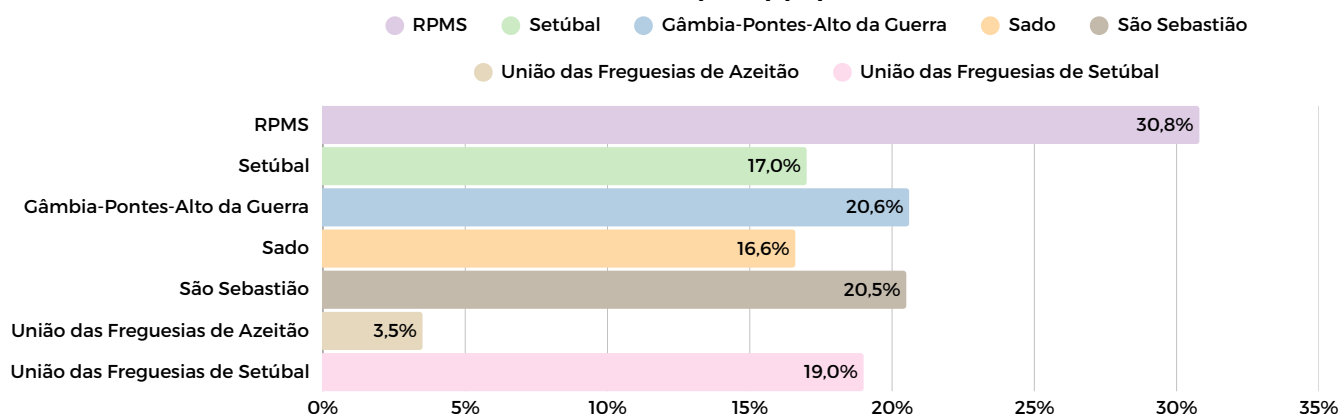
Em contraste, São Sebastião apresenta o valor mais baixo, com apenas 53,8m<sup>2</sup> de área verde por habitante. Esta discrepância indicia uma elevada densidade populacional nesta freguesia e/ou reduzidas áreas verdes.

As freguesias Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e o Sado também apresentam valores elevados, com 922,3m<sup>2</sup> e 1022,7m<sup>2</sup> por habitante, respetivamente. Estes números sugerem que estas áreas possuem extensas zonas verdes em relação à sua população (nestes dois casos, áreas exclusivamente naturais).

A União das Freguesias de Setúbal apresenta um valor de 490,7m<sup>2</sup> por habitante, ligeiramente abaixo da média municipal, mas ainda assim bastante elevado.

O município de Setúbal, no total, apresenta uma média de 561,1m<sup>2</sup> de área verde por habitante, superior a municípios como Almada, Seixal ou Barreiro entre outros da AML. Tal pode contribuir para a qualidade de vida das pessoas residentes no Concelho e para a sua sustentabilidade ambiental do território, indicando a importância da preservação destas áreas.

**GRÁFICO Nº 130 - POPULAÇÃO RESIDENTE AFETADA POR NÍVEIS DE RUÍDO SUPERIORES A 55 DECIBÉIS (PERÍODO DIURNO-ENTARDECER-NOCTURNO - Lden) SOBRE O TOTAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE (2021) (%)**



Fonte: Atlas dos Municípios Saudáveis - Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis com base na informação disponibilizada pelas Câmaras Municipais (conforme Mapa ou Carta de Ruído) e INE (população residente)

A análise da tabela sobre a população residente afetada por níveis de ruído superiores a 55 dB (decibéis) (Lden<sup>1</sup>) em Setúbal revela uma situação preocupante em termos de poluição sonora no município.

Os municípios da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis<sup>2</sup> apresentam o valor mais elevado, com 30,8% da população exposta a níveis de ruído acima dos 55 dB. Este dado indica que quase um terço dos residentes no conjunto destes municípios estão sujeitos a níveis de ruído potencialmente prejudiciais.

No município de Setúbal, 17% da população total está exposta a níveis de ruído superiores a 55 dB, percentagem inferior à média dos 69 concelhos integrantes da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis<sup>2</sup> (30,8%). Entre as freguesias, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra apresenta a maior percentagem de população afetada (20,6%), seguida de perto por São Sebastião com 20,5% e a União das Freguesias de Setúbal com 19%.

A freguesia do Sado tem 16,6% da sua população exposta a níveis elevados de ruído, ligeiramente abaixo da média municipal. Em contraste, a União das Freguesias de Azeitão destaca-se positivamente com apenas 3,5% da população afetada.

Estes dados indicam que uma parte considerável da população de Setúbal está exposta a níveis de ruído que excedem os limites recomendados para zonas mistas (65 dB para Lden). É importante notar que, de acordo com a legislação mais recente, os limites para zonas sensíveis são ainda mais rigorosos, com um máximo de 50 dB(A) para o indicador Lden.

Esta situação sublinha a necessidade de implementar medidas de mitigação do ruído e de planeamento urbano mais eficazes em Setúbal. O desenvolvimento do Plano Municipal de Redução do Ruído, mencionado em documentos de planeamento, será crucial para abordar estas questões e melhorar a qualidade acústica do ambiente urbano no município.

<sup>1</sup> - O Lden é um indicador de ruído que mede o nível sonoro médio ao longo de 24 horas, ponderando os períodos diurno, entardecer e noturno. Expresso em dB(A), é usado em mapas de ruído para identificar áreas problemáticas e planejar estratégias de mitigação.

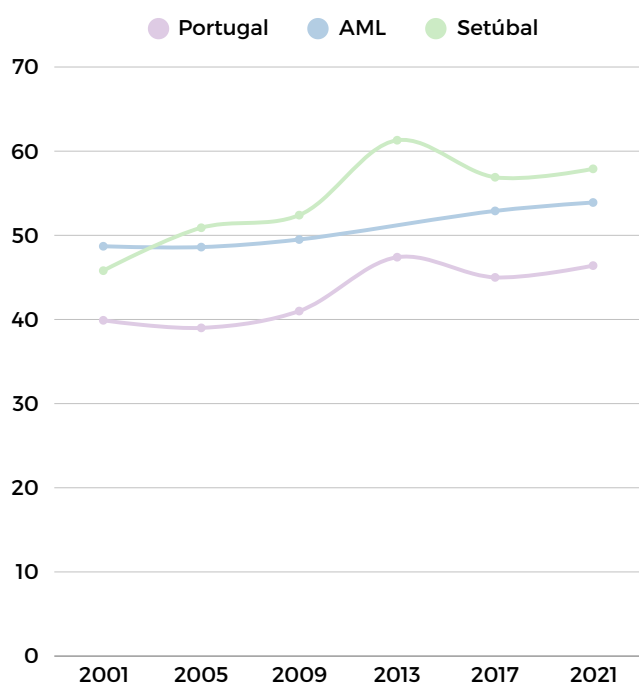
<sup>2</sup> - Lista de Municípios integrantes da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis - Ver Anexo n.º 2

## 7.1. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

A cidadania constitui um compromisso individual e coletivo, implicando a consciencialização dos deveres e direitos inerentes a cada indivíduo. Trata-se de um apelo à solidariedade, à participação ativa e ao sentimento de pertença a uma comunidade alicerçada na partilha. Pressupõe, igualmente, a capacidade de questionar as injustiças ou as situações que carecem de aperfeiçoamento, acompanhada de uma vontade de contribuir para a transformação. Consiste em conjugar pensamento e ação, assegurando que cada atitude reflete uma intenção consciente de edificar uma sociedade mais equitativa e equilibrada.

No contexto português, o sufrágio é assegurado a todas as pessoas maiores de 18 anos, ressalvadas as exceções previstas na legislação, nomeadamente no caso de indivíduos sujeitos a medidas de acompanhamento, quando tal esteja expressamente declarado na respetiva sentença. Este direito, de natureza pessoal, é em simultâneo um dever cívico que espelha a responsabilidade de cada pessoa enquanto membro integrante da sociedade. É relevante salientar que o exercício do direito de voto não acarreta quaisquer sanções em caso de abstenção. A liberdade estende-se à possibilidade de decidir não votar.

**GRÁFICO N.º 131 - TAXA DE ABSTENÇÃO NAS ELEIÇÕES PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS (2001 - 2021) (%)**



Fonte: INE - Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Não periódica - Ministério da Administração Interna

O gráfico n.º 131 ilustra o nível de abstenção registada em Portugal, abrangendo o período compreendido entre 2001 e 2021, com particular interesse no concelho de Setúbal.

A análise comparativa da taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais entre Portugal e o concelho de Setúbal, revela um padrão consistente de maior abstencionismo em Setúbal, mas alinhado com a tendência nacional e da AML.

O concelho de Setúbal apresentou, de forma consistente, uma taxa de abstenção mais elevada em comparação com a média nacional. Esta discrepância sugere a existência de fatores locais que podem estar a influenciar negativamente a participação eleitoral no município.

No que concerne aos picos de abstenção, Portugal registou a taxa máxima em 2013, atingindo 47,4%, enquanto Setúbal alcançou o seu ponto mais alto em 2021, com uma taxa de 57,9%. Relativamente aos níveis mínimos de abstenção, Portugal apresentou a menor taxa em 2005, com 39%, e Setúbal no ano de 2001, fixando-se nos 45,8%.

Esta análise evidencia uma tendência de baixa participação eleitoral, particularmente acentuada no concelho de Setúbal. Pode ser recomendável fazer uma investigação aprofundada sobre os fatores socioeconómicos e demográficos que estarão a contribuir para este fenómeno, com o objetivo de desenvolver estratégias eficazes para promover uma maior participação cívica nas eleições autárquicas.

A tabela n.º 65 apresentada mostra a evolução do número de pessoas recenseadas no concelho ao longo de 16 anos, desde 2009 até 2024.

Em 2009, o concelho contava com 100 704 pessoas recenseadas. Ao longo dos anos seguintes, observou-se uma tendência geral de crescimento populacional, embora com algumas flutuações.

O maior aumento anual ocorreu entre 2009 e 2010, com um acréscimo de 961 pessoas. O segundo maior aumento foi registado entre 2010 e 2011, com mais 908 pessoas recenseadas.

**TABELA N.º 65 - PESSOAS RECENSEADAS NO CONCELHO DE SETÚBAL (2009 - 2024) (N.º)**

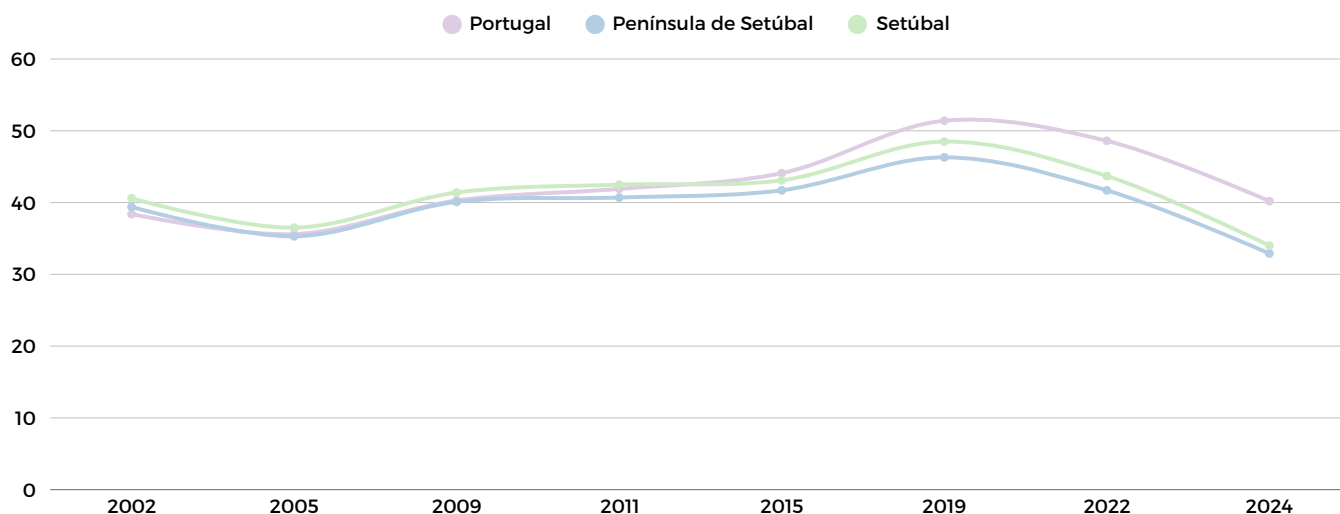
	Pessoas Recenseadas no Concelho	Variação
2009	100 704	
2010	101 665	+961
2011	102 573	+908
2012	103 054	+481
2013	103 582	+528
2014	103 577	-5
2015	103 829	+252
2016	103 822	-7
2017	104 262	+440
2018	104 718	+456
2019	105 101	+383
2020	105 616	+515
2021	106 017	+401
2022	106 037	+20
2023	106 256	+219
2024	106 438	+182

*Fonte: SGMAI - Base de dados do Recenseamento Eleitoral*

Observa-se que em dois anos, ocorreu uma ligeira diminuição da população recenseada: em 2014, com uma redução de cinco pessoas em relação ao ano anterior, e em 2016, com menos sete pessoas recenseadas.

No final do período analisado, em 2024, o concelho atingiu 106 438 pessoas recenseadas, representando um aumento total de 5734 em relação a 2009, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 5,7% ao longo destes 16 anos.

GRÁFICO N.º 132 - TAXA DE ABSTENÇÃO NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (%)



Fonte: INE - Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%) por Local de residência (NUTS - 2024); Não periódica - Secretaria-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral

O gráfico n.º 132 revela a evolução da taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República em Portugal, na Península de Setúbal e no município de Setúbal, entre 2002 e 2024.

Em 2002, a abstenção em Portugal situava-se nos 38,4%, sendo ligeiramente superior na Península de Setúbal (39,4%) e em Setúbal (40,6%). Nos anos seguintes, observou-se uma tendência geral de aumento da abstenção, com algumas flutuações. O ano de 2005 registou a taxa de abstenção mais baixa do período analisado: 35,6% ao nível nacional, 35,3% na Península de Setúbal e 36,5% em Setúbal.

A partir de 2005, verificou-se um aumento progressivo da abstenção, atingindo o ponto máximo em 2019 com 51,4% em Portugal, 46,3% na Península de Setúbal e 48,5% em Setúbal.

Em 2022, houve uma ligeira diminuição, mas os valores permaneceram elevados.

A eleição mais recente, realizada a 10 de março de 2024, marcou uma diminuição significativa. A abstenção caiu para 40,2% a nível nacional, 32,9% na Península de Setúbal e 34% em Setúbal. Esta redução representa uma inversão na tendência de aumento da abstenção observada nas últimas décadas e foi a mais baixa desde 1995.

Esta redução na abstenção entre 2022 e 2024 pode ser interpretada como um sinal de maior envolvimento dos/as cidadãos/ãs no processo democrático.

A participação eleitoral a nível nacional, em 2024, com mais de 6,4 milhões de votantes, ultrapassou o anterior máximo histórico de 1980 (6 026 395). Este aumento significativo na participação eleitoral pode refletir uma maior consciencialização política ou uma perceção de maior importância destas eleições específicas por parte dos/as eleitores/as.

## PROGRAMAS MUNICIPAIS

Dando o cumprimento ao desígnio de *Município Participado*, a Câmara Municipal de Setúbal desenvolve diversas iniciativas de promoção da cidadania e participação. Em seguida destacam-se três programas municipais, que pela sua ação têm vindo a operar mudanças estruturais e melhorias na qualidade de vida das populações residentes.

O programa **Ouvir a População, Construir o Futuro** é uma iniciativa da Câmara Municipal de Setúbal que visa estreitar os laços entre a autarquia e as/os munícipes. Decorre da visão e compromisso por um Município Participado, sendo uma importante ferramenta de gestão autárquica que aproxima as autoridades locais da população e dos diversos agentes do território.

O programa consiste na realização de visitas de proximidade do Executivo Municipal a cada freguesia do território, permitindo um conhecimento mais profundo e detalhado das realidades locais. Durante estas visitas, as/os munícipes têm a oportunidade de expor as suas necessidades, preocupações e aspirações diretamente.

As ações de proximidade incluem reuniões públicas, atendimentos descentralizados e visitas a instituições e empresas.

É uma iniciativa que coloca o poder local ao serviço das pessoas,

incentivando a participação ativa na construção do futuro do concelho de Setúbal.

Por decisão do Executivo Municipal, em 2015, após a auscultação de entidades e moradores/as em dezenas de reuniões, é iniciada um programa de intervenção no território da Anunciada, identificado como vulnerável, visando promover a participação cidadã e melhorar a qualidade de vida das populações.

O programa Municipal **Viver Anunciada** priorizou uma intervenção em diferentes dimensões (urbanismo, educação, cultura, juventude e desporto) nos bairros do Grito do Povo e dos Pescadores, sustentado na dinamização de Oficinas Colaborativas, nas quais as pessoas moradoras coorganizam e codecidem as ações a implementar.

Através da dinamização de Oficinas Colaborativas foi criado um roteiro sistemático de iterações, de reconhecimento do território, mobilizador de novos grupos de interesses e participação, que resultaram num conjunto de propostas e ações:

- Mapeamento do território;
- Consolidação da relação com e entre as pessoas;
- Criação de grupos de trabalho, com objetivos e tarefas diferenciadas;
- Acompanhamento das obras PEDU/PAICD, concluídas no final de 2019;

- Apresentação e discussão de/sobre projetos e iniciativas para os espaços públicos;
- Dinamização de atividades de animação comunitária e desenvolvimento territorial;
- Experimentação de um sistema de governança colaborativa.

O Programa **Nosso Bairro, Nossa Cidade** (PNBNC), criado em 2012, tem como objetivo fomentar a autonomia, a responsabilidade e o envolvimento comunitário das/os habitantes dos bairros da Bela Vista, Alameda das Palmeiras, Forte da Bela Vista, Manteigadas e Quinta de Santo António.

A principal característica do programa é a sua abordagem participativa, onde os moradores/as desempenham um papel central na definição e execução das ações, destacando-se a realização dos encontros de moradores/as.

O programa com recurso a pessoas voluntárias residentes desenvolve diversas ações, tais como oficinas culturais e artísticas, caminhadas, alfabetização de adultos, apoio ao estudo para crianças e jovens, além de eventos regulares como festas e encontros comunitários, entre outras.

Estas ações têm contribuído para fortalecer o sentimento de pertença e melhorar a convivência entre as pessoas que moram nestes territórios.



*Vista da cidade de Setúbal a partir do Forte de São Filipe (União das Freguesias de Setúbal)  
Foto: Elaboração própria*

## 7.2. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

As redes de apoio social e a participação comunitária são identificadas como preditoras de comportamentos de saúde e estilos de vida saudáveis. Frequentemente, as pessoas que vivem em áreas com altos níveis de participação e capital social têm menos probabilidade de classificar o seu estado de saúde como mau ou muito mau, em comparação com pessoas que vivem em áreas com baixos níveis de participação. A confiança social é ainda mais forte quando as pessoas possuem sentido de pertença a grupos e organizações locais, tendendo a confiar mais nos indivíduos do mesmo grupo, identificando-se.<sup>1</sup>

A falta de contacto social, o isolamento e a ausência de participação na vida comunitária, estão associados a piores estados de saúde e a estados de doença, principalmente ligados a questões de saúde mental (ex. depressão).<sup>1</sup>

O Movimento Associativo desempenha um papel fundamental para as autarquias e comunidades como evidenciado no Encontro do Movimento Associativo do Concelho de Setúbal. A sua importância manifesta-se em diversos aspetos cruciais para o desenvolvimento local e a coesão social.

O associativismo é um pilar essencial para a participação democrática, contribuindo para o aprofundamento

# 49,2% \*

População residente que participa regularmente em atividades de associações locais em Setúbal em 2022 (%)

(\*) Foram considerados os seguintes tipos de atividades de associações locais: Voluntariado; Escuteiros; Atividades religiosas; Atividades comunitárias; Atividades desportivas; Atividades artísticas.

Fonte: CEGOT-UC & Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis - com base no Inquérito "Saúde e Bem-estar nos municípios portugueses: questionário à população residente", CEGOT-UC (2020-2022)

e fortalecimento da democracia ao nível local. As associações funcionam como escolas de cidadania, onde os indivíduos aprendem a debater ideias, tomar decisões coletivas e assumir responsabilidades cívicas. Além disso, o movimento associativo contribui significativamente para a preservação e divulgação da cultura local, mantendo vivas as tradições e a identidade cultural da região. Desta forma, o associativismo desempenha um papel crucial tanto na promoção da participação cívica como na salvaguarda do património cultural local.

Constitui-se também como motor de desenvolvimento social, promovendo a coesão e a identidade local. As associações e coletividades organizam atividades culturais, desportivas e sociais que enriquecem a vida comunitária e fortalecem os laços entre as/os habitantes.

<sup>1</sup> - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Coimbra & Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (s.d.). Atlas dos Municípios Saudáveis - Informações dos Indicadores. Consultado em 13 de fevereiro de 2025.

A parceria e colaboração entre as autarquias, as juntas de freguesia e o movimento associativo é crucial para o desenvolvimento local, através de apoios financeiros, logísticos e na organização de eventos conjuntos. Esta cooperação permite potenciar os recursos disponíveis e ampliar o alcance das iniciativas locais.

As associações (ver anexo n.º 3) desempenham um papel fundamental no apoio comunitário e na representação dos interesses dos cidadãos e das cidadãs. Salientamos associações como as de moradores/as, encarregados/as de educação e grupos de movimentos informais de cidadãs/ãos, que no dia-a-dia das populações se unem por causas comuns, melhorando a vida das suas comunidades. Em períodos de crise, como durante a pandemia, estas organizações demonstraram uma notável capacidade de adaptação, reorientando as suas atividades para prestar auxílio às populações mais vulneráveis. Esta flexibilidade evidencia a sua importância na resposta às necessidades emergentes da comunidade.

Paralelamente, as associações atuam como interlocutoras cruciais entre a população e o poder local. Em muitos bairros, as comissões e grupos de moradores/as constituem a única voz organizada que representa eficazmente os interesses e preocupações dos/as residentes junto das autoridades locais. Desta forma, o tecido associativo não só fortalece o apoio mútuo na comunidade, como também potencia a participação cívica e a defesa dos direitos de cidadania a nível local.

As coletividades são agentes de transformação social, promovendo a inclusão e o desenvolvimento de competências.

Oferecem igualmente oportunidades para que todas as pessoas passem de meras espectadoras a produtoras e criadoras de eventos e iniciativas, fomentando assim uma cidadania ativa e participativa.

Salientamos que o movimento associativo é um parceiro indispensável das autarquias na promoção do bem-estar das comunidades, contribuindo para a vitalidade democrática, o desenvolvimento cultural e social, a preservação da identidade local e a coesão comunitária. O seu papel multifacetado torna-o num elemento crucial para a construção de comunidades mais participativas e resilientes.

Por fim, destaca-se o facto da freguesia de Azeitão ter 31 coletividades e associações, o Sado ter 11 instituições, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra contar com 14 coletividades e associações, São Sebastião ter perto de uma centena de coletividades e associações, e a União das Freguesias de Setúbal possuir 113 coletividades e associações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Desenvolvimento Social 2021-2027 (PDS), aprovado pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Setúbal, prevê a atualização de diagnósticos de referência com uma cadência bienal, pelo que o atual Diagnóstico Social vem cumprir esse compromisso e concretizar o objetivo de *Desenvolver recursos e instrumentos de planeamento estratégico*, considerado na Medida 2. *Informação, Conhecimento e Capacitação*, inscrita no Eixo 1. *Rede Social*, e concorre para a área operacional transversal *Criar Capital de Conhecimento*, ao contribuir para aumentar e aprofundar o conhecimento sobre a realidade do Concelho.

Importa recordar que, aquando do processo de elaboração do PDS, foram identificados diversos desafios e inquietações<sup>1</sup>, a partir de uma abordagem de natureza qualitativa e compreensiva, com recurso a exercícios de diagnóstico<sup>2</sup> e testes de robustez, desenvolvidos em Oficinas Colaborativas (OC).<sup>3</sup>

O presente Diagnóstico Social pretende, além da atualização de informação, constituir-se como uma base de reflexão crítica sobre as medidas e ações inscritas no Plano de

Ação (PA) do PDS, bem como sobre os principais desafios e inquietações anteriormente identificados.

A partir dos dados analisados, constata-se que o concelho de Setúbal enfrenta uma estagnação populacional, com um crescimento bastante lento e reduzido, registando apenas um decréscimo na freguesia do Sado e na União das Freguesias de Setúbal. Desde 2012, o saldo natural tem sido negativo e apenas o saldo migratório positivo tem evitado uma perda populacional contínua.

A natalidade, embora apresente uma tendência ligeiramente crescente, permanece baixa, prevalecendo o aumento do envelhecimento da população, pelo que se revela fundamental a manutenção e desenvolvimento de atividades de promoção de envelhecimento ativo e de combate ao isolamento; de respostas sociais e nas áreas da Saúde e Bem-Estar; de mobilidade e acessibilidades a espaços públicos, a espaços de lazer, a serviços e à habitação.

As famílias em Setúbal são tendencialmente menores, acompanhando a tendência nacional, mas com uma proporção elevada de

<sup>1</sup> - Que, posteriormente, deram origem à definição dos quatro Eixos Estratégicos do PDS, nomeadamente, Eixo 1. Rede Social; Eixo 2. Direitos Sociais para a Cidadania Ativa; Eixo 3. Desigualdades Estruturais e Respostas a Necessidades Específicas; Eixo 4. Oportunidades de Desenvolvimento e de Bem-Estar e Desafios Emergentes no Território.

<sup>2</sup> - Estes exercícios de diagnóstico, utilizados durante as OC, sustentaram as provas de conceito da estrutura do PDS e contribuíram para identificação dos seus Eixos, Grupos de Medidas e respetivas atividades.

<sup>3</sup> - Para uma informação mais detalhada, é imprescindível a consulta dos três volumes que compõem o PDS, nomeadamente, Volume I. Documento Principal; Volume II. Processo Colaborativo; Volume III. Quadro Síntese e Fichas de Medida

famílias monoparentais predominantemente maternas. Esta tipologia familiar apresenta dificuldades acrescidas na conciliação da vida pessoal com a vida profissional e, conseqüentemente, a outros fatores negativos que a colocam em situação de maior vulnerabilidade e/ou risco de pobreza, agravado pela diminuição do índice de poder de compra. Outro indicador a ser considerado, nas questões de conciliação de vida pessoal e profissional, decorre da elevada procura por creches, cuja capacidade disponível continua insuficiente para responder às necessidades.

Retomando a temática da desigualdade de gênero, associada ao risco de pobreza, os dados apurados revelam que subsistem disparidades salariais entre homens e mulheres com estas, em média, a auferirem valores inferiores. Estas questões afetam desproporcionalmente as mulheres, não apenas na área do emprego, que tem efeitos negativos no seu bem-estar, mas também noutras áreas igualmente centrais. Ao nível da saúde mental, as mulheres têm o dobro da probabilidade de sofrer de ansiedade, depressão e stress pós traumático, em comparação com os homens. Apesar da importância de fatores biológicos, estes não explicam isolados o fenómeno, uma vez que a sobrecarga de responsabilidades, o trabalho emocional que é esperado nos contextos das relações familiares e laborais, e a discriminação com base no gênero apresentam-se como realidades quotidianas e transversais que transformam as mulheres num grupo socialmente vulnerável.

No que concerne ao desemprego, verifica-se que as inscrições no IEFP têm-se mantido sempre acima dos valores de 2019, com maior prevalência de mulheres, mas também de jovens com ensino secundário, decorrendo do término de trabalho não permanente, o que pode ser revelador da precariedade de vínculos laborais e, conseqüentemente, um fator inibidor de autonomização (com especial destaque para a dificuldade de acesso habitacional, bem como a taxa de privação das condições de habitação que atingiu valores máximos desde 2018) e de acesso a bens essenciais.

Sobre o que até agora foi destacado, pode concluir-se que permanecem as inquietações iniciais, relacionadas com as tendências da dinâmica demográfica, associadas à reduzida natalidade e ao aumento do envelhecimento da população, mas também as que se relacionam com a dificuldade no acesso e à proximidade a serviços e recursos; com a necessidade de reequilíbrio dos campos de oportunidades das pessoas mais vulneráveis (em matérias como Habitação, Emprego, Saúde, Alimentação, Paz social, Educação), continuando a ser necessário definir estratégias e ações de redução de assimetrias e da pobreza (em resposta a desigualdades e promoção de equidade e paridade).

O presente Diagnóstico Social verifica que se mantém a importância de ter em consideração as necessidades específicas de grupos específicos. Nesse sentido, e em conformidade com o que foi anteriormente referido,

quer sobre famílias monoparentais, quer sobre disparidades sociais, quer sobre inscrições no IEFEP, as mulheres constituem um grupo particularmente vulnerável a riscos de pobreza e exclusão social e potencial alvo de interseccionalidade ou de múltipla discriminação quando congregam fatores de discriminação, baseados no sexo, na idade, na etnia, na religião, na orientação sexual, na deficiência. A estas questões, importa recordar que as mulheres continuam a ser as principais vítimas de violência doméstica.

Outro grupo populacional sujeito a elevada vulnerabilidade são as crianças e jovens, decorrendo de diversos fatores familiares e sociais que se interligam. Uma das principais problemáticas que afetam este grupo social é a pobreza, muitas vezes consequente da própria precariedade familiar. Ainda que o abono de família para crianças e jovens tenha registado um aumento significativo, não se revela suficiente para fazer face às suas necessidades.

Mesmo sem ter sido possível apurar dados gerais sobre a percentagem de alunos/as beneficiários/as do Serviço de Apoio ao Sucesso Escolar (SASE), foi possível aferir um número significativo de crianças do 1º ciclo que são beneficiárias, o que pode constituir mais um indicador representativo da situação de pobreza infantil.

Outro problema que atinge as crianças e jovens, são os maus tratos físicos e/ou psicológicos a que estão sujeitas.

Em 2024, a CPCJ de Setúbal acompanhou 1355 processos de promoção e proteção que, maioritariamente, corresponderam a crianças/jovens com idade compreendidas entre os 11 e os 17 anos. A violência doméstica foi a problemática dominante e as medidas aplicadas foram sobretudo de apoio em meio natural de vida (maioritariamente de apoio junto dos pais), o que é revelador, não só da exposição das crianças/jovens a esta situação, mas igualmente revelador da incidência deste crime público no Concelho. Ainda que não tenha sido possível averiguar valores de fontes oficiais, que permitam apresentar aqui a real dimensão da problemática, foi possível apurar que a violência doméstica e os abusos sexuais de menores têm vindo a registar uma tendência crescente e a necessidade de medidas de sensibilização, prevenção e desocultação e, sobretudo, de proteção às vítimas.

No que concerne à taxa de retenção escolar, o Concelho apresenta valores elevados, bem como uma tendência crescente de desistência.

O aumento de pessoas beneficiárias de RSI, além do evidente crescimento de situações de vulnerabilidade social, sugere o condicionamento no acesso a Direitos Sociais tais como o Emprego digno, a Educação, a Saúde e a Habitação. Tal situação, deverá servir de alerta para investigar as causas subjacentes, identificando grupos de risco, áreas afetadas e as barreiras que impedem a autonomia.

Fatores como o desemprego, a precariedade laboral, o aumento do

custo de vida, a pobreza energética<sup>1</sup> e outras crises socioeconómicas podem estar a impulsionar a necessidade de beneficiar do RSI.

Desde 2017, o Concelho tem vindo a registar um aumento significativo da população estrangeira com residência legal, com uma maior expressão nas freguesias de São Sebastião e União das Freguesias de Setúbal. Este crescimento demográfico, inicialmente facilitado pela Lei n.º 59/2017 que permitia a regularização através da manifestação de interesse, e posteriormente dificultado pela Lei 40/2024, que revoga esse procedimento, acarreta desafios e oportunidades que devem ser considerados no âmbito do Plano. A crescente imigração exige uma análise aprofundada e atualizada dos desafios sociais do Concelho, com foco nas causas e determinantes das desigualdades estruturais e emergentes que possam surgir desta nova dinâmica populacional, bem como a necessidade de promover o reequilíbrio de oportunidades.

As áreas da saúde, habitação, educação e emprego, bem como o acesso a rendimentos, necessitam de respostas coordenadas para integrar esta população migrante, combatendo o preconceito e promovendo a igualdade de oportunidades. A recente alteração legislativa (Lei 40/2024), ao revogar a manifestação de interesse, pode gerar novas vulnerabilidades, exigindo uma atenção redobrada e adaptação das políticas locais para garantir a inclusão e o bem-estar desta população, especialmente nas

freguesias com maior concentração de migrantes. É, portanto, fundamental monitorizar o impacto desta nova lei e ajustar as estratégias do PDS para mitigar potenciais efeitos negativos na integração de migrantes.

As pessoas em situação de sem-abrigo, por se encontrarem em situação de exclusão social, pobreza e discriminação, constituem um grupo particularmente vulnerável às problemáticas relacionadas com a habitação, emprego e saúde mental, às quais acresce o abuso de álcool e de substâncias psicoativas. Nesse sentido, considera-se necessária a adoção de estratégias e ações de reintegração social como, por exemplo, medidas habitacionais de tipo *Housing First*, que promovam um equilíbrio mais justo de oportunidades. Entre as pessoas em situação sem-abrigo, a faixa etária dos 45 aos 64 anos é a mais representativa.

Pode concluir-se que, de um modo geral, se mantêm os desafios e inquietações no Concelho ao nível do Bem-Estar e Qualidade de Vida, relacionados com a acessibilidade geral a recursos vários e ao território; da equidade coesão e justiça (promoção de paz e redução de violências e combate a discriminações); com a redução de assimetrias e pobreza (em resposta a desigualdades e promoção de equidade e paridade); de oportunidades de desenvolvimento da população em geral (nomeadamente em áreas relacionadas com a Saúde e Saúde Mental, em particular; Emprego; Cultura; Educação;

<sup>1</sup> - Carvalho, B. P., Fonseca, M., & Peralta, S. (2023). Pobreza Energética em Portugal: Uma análise municipal - Portugal, Balanço Social 2023 - Perspetivas. Nova School of Business and Economics.

Habitação; Desporto).

No que concerne aos Direitos Sociais, continua a ser imperativa a promoção da cidadania e participação; a equidade e não discriminação; o acesso e a proximidade e relações com serviços; o reequilíbrio dos campos de oportunidades das pessoas mais vulneráveis (em matérias como Habitação, Emprego, Saúde e Alimentação); a generalização dos Direitos Sociais, quer o seu (re)conhecimento, quer a sua apropriação, por parte das pessoas e instituições.

Na área da Demografia, permanece a inquietação sobre as condições efetivas de vida, quer da população em geral, quer dos grupos mais vulneráveis, no que se refere aos seus quotidianos de bem-estar individual e coletivo; às necessidades particulares de grupos específicos (pessoas idosas, crianças, jovens, etc.); às condições de promoção de coesão, diversidade, convivências e paz social; às tendências da dinâmica demográfica (natalidade, envelhecimento ativo, migrações).

Por fim, no plano das Emergências Sociais será necessário manter o foco em questões relacionadas com o risco, a capacidade de resiliência e a capacidade de resposta na prevenção e respostas de emergência a necessidades básicas e a necessidades estruturais; com a organização de respostas e adoção de soluções expeditas e inovadoras.

Da mesma forma que é essencial ter em consideração necessidades particulares de grupos sociais

específicos, é igualmente fundamental considerar a existência de assimetrias entre os territórios do concelho, bem como diferentes problemáticas identificadas em cada zona, pelo que importa ter uma leitura diferenciada e adotar medidas adequadas a cada realidade e contexto territorial.

Neste sentido, a equipa do Radar Social de Setúbal realizou visitas técnicas, para aprofundar o conhecimento geográfico e a dinâmica de cada território do Concelho, reunindo com os executivos das Juntas e União de Freguesia do concelho de Setúbal, o que possibilitou, igualmente, que o presente documento contemplasse um diagnóstico participado.

Em seguida, apresenta-se sinteticamente alguma informação, sob a forma de desafios e preocupações, que cada Junta/União tem presente no exercício diário das suas funções.

No que se refere à Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Luís Custódio, Presidente da Junta de Freguesia, destacou as seguintes:

- a necessidade de executar um trabalho de campo e de identificação de pessoas idosas em dificuldades económicas e habitacionais;
- a problemática das dependências e consumos de substâncias psicoativas;
- a existência, no âmbito da crise nacional da habitação de endividamentos e despejos, de pessoas/famílias a residir em parques de campismo como solução

habitacional, não tendo estes esse propósito;

- os pedidos de atestados de residência dirigidos à Junta de Freguesia, por pessoas imigrantes, onde diferentes pessoas apresentam a mesma morada e situações de testemunhas que o são também para várias pessoas (ocorre colaboração com o Ministério Público sempre que se justifica);
- a "pobreza envergonhada" (sic), sobretudo entre a população jovem que veio residir para novas zonas habitacionais recentemente construídas e que poderá sentir pressão para manter a aparência de um determinado estatuto social;
- a falta de respostas na área da Saúde Mental.

Relativamente a Azeitão, Sónia Paulo, presidente da União das Freguesias de Azeitão, destacou as seguintes situações:

- as carências económicas mais visíveis registam-se no Bairro da Brejoeira, onde existe habitação pública municipal, mas onde residem também pessoas com habitação própria em dificuldades;
- as situações de carência social e alimentar em paralelo com situações abonadas ao nível económico e social, não sendo sempre fácil perceber onde fica o limite entre umas e outras, devido à questão da "pobreza envergonhada" (sic);
- a inexistência de um Centro de Dia porque, apesar da existência de ERPI, muitas pessoas idosas estão em situação de isolamento/solidão;
- a necessidade de aumentar ou criar respostas que prestem apoio

alimentar, sendo uma carência apontada nesta freguesia.

No que concerne à União das Freguesias de Setúbal, Fátima Silveirinha, presidente da U.F.S., apontou algumas inquietações:

- a população envelhecida e as problemáticas associadas a esta fase da vida mais frágil;
- a existência de redes criminosas ligadas às imigrações (no caso dos pedidos de atestados de residência, havendo suspeita de que algumas testemunhas exigem pagamento);
- as zonas da freguesia associadas ao tráfico e consumos de substâncias ilícitas;
- as ocupações ilegais e situações de sobrelotação decorrentes da crise habitacional;
- o isolamento social, sobretudo de pessoas idosas, nas zonas mais rurais/periféricas.

Relativamente à freguesia do Sado, Marlene Caetano, presidente da Junta de Freguesia, apontou como principais aspetos:

- a ausência de respostas de apoio alimentar;
- a fraca rede de transportes, que dificulta a mobilidade e contribui para o isolamento;
- a ausência de creche e jardim de infância;
- a problemática habitacional transversal (ex. situações identificadas de pessoas a pernoitar em carrinhas);
- o aumento de construções de barracas, associado a situações de abandono escolar pelas dificuldades de mobilidade e acesso

- à Escola;
- o aumento da imigração (sem retaguarda familiar), com questões de sobrelotação habitacional e habitação indigna associadas (ex. armazéns com várias camas), bem como pedidos de atestados de residência em que se verificam várias pessoas na mesma morada, com a agravante destes imigrantes não pedirem ajuda, dificultando a identificação e diagnóstico das suas reais necessidades;
- as queixas apresentadas por moradores/as relativamente ao tráfico de droga;
- as estruturas residenciais para pessoas idosas do Concelho encontram-se sem vagas;
- a existência de pessoas com comportamentos de acumulação que põem em causa a higiene e saúde pública;
- a relevância dos atendimentos sociais serem descentralizados, próximos dos territórios onde residem as pessoas.

No que se refere a São Sebastião, Luís Matos, presidente da Junta de Freguesia, destacou as seguintes situações:

- o facto de ser a Junta mais populosa do Concelho, com mais questões sociais e mais serviços à população;
- o problema habitacional transversal, que origina muitos pedidos de habitação, que têm sido encaminhados para a Câmara Municipal, bem como existência de sobrelotação e ocupações ilegais em zonas específicas;
- as questões das pessoas em situação de sem-abrigo, algumas das quais

- trocam regularmente de local de permanência, dificultando o seu acompanhamento;
- o tráfico e consumo de substâncias psicoativas, com pequena criminalidade associada;
- a suspeita da existência de lenocínio e prática de tráfico de seres humanos;
- a dificuldade de articulação com os órgãos de polícia criminal;
- a existência de muitas pessoas isoladas e/ou com carência económica;
- a problemática dos pedidos de atestados de residência (já verificada pelos/as restantes presidentes das diferentes juntas/uniões).

Verificamos que as estas situações transversais e comuns às cinco freguesias, independentemente das suas especificidades conhecidas e já apontadas, se relacionam, sobretudo, com a crise da habitação; o aumento exponencial da imigração com os múltiplos pedidos de atestados de residência, por vezes associados a locais indignos e o papel de possíveis redes criminosas que aproveitam a fragilidade em que se encontram as pessoas imigrantes; e a necessidade de aumentar respostas de apoio alimentar.

Reforçamos a importância concedida à descentralização de atendimentos sociais. Por um lado, aproximam as abordagens sociais e comunitárias aos territórios onde as pessoas em situação de vulnerabilidade residem. Por outro lado, e simultaneamente, oferecem a possibilidade da pessoa conseguir solicitar apoio através de contatos gerais da Câmara Municipal,

diminuindo a probabilidade e constrangimento de efetuar o pedido a alguém conhecido (o que acontece quando o pedido é feito diretamente na sua União ou Junta de Freguesia).

Face a todos os dados apresentados e às reflexões subsequentes, considera-se que o presente Diagnóstico Social contribui (sobretudo) direta e/ou indiretamente para os diversos objetivos do PDS (ver anexo n.º 4).

## ANEXO N.º 1 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR ATIVIDADE ECONÓMICA POR FREGUESIA (2021) (%)

	Portugal	Península de Setúbal	Setúbal	Câmbia-Pontes-Alto da Guerra	Sado	São Sebastião	União das Freguesias de Azeitão	União das Freguesias de Setúbal
Indústrias transformadoras	15,7%	10,2%	15,8%	16,6%	24,1%	17,7%	11,4%	14,3%
Com. por grosso e a retalho; rep. de veíc. autom. e motociclos	16,1%	15,3%	15,1%	17,1%	14,5%	16,0%	14,6%	14,0%
Atividades de saúde humana e apoio social	10,1%	10,0%	10,8%	11,2%	8,0%	11,4%	9,3%	11,2%
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	7,9%	10,1%	8,9%	8,6%	6,7%	8,6%	9,8%	9,2%
Educação	7,4%	7,5%	7,9%	8,4%	5,5%	7,0%	8,6%	9,3%
Alojamento, restauração e similares	5,8%	6,2%	6,1%	4,9%	7,7%	6,4%	4,7%	6,6%
Construção	7,7%	6,7%	6,0%	5,2%	5,9%	6,4%	6,4%	5,3%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4,8%	6,4%	5,7%	4,1%	6,7%	6,4%	4,7%	5,3%
Transportes e armazenagem	4,0%	4,9%	4,7%	4,6%	5,4%	4,6%	5,1%	4,4%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4,9%	5,1%	4,6%	4,1%	2,3%	3,3%	7,0%	5,5%
Atividades de informação e de comunicação	3,4%	4,9%	3,6%	3,7%	2,1%	2,8%	5,0%	4,0%
Outras atividades de serviços	2,3%	2,6%	2,4%	1,9%	2,1%	2,5%	2,0%	2,5%
Atividades financeiras e de seguros	2,3%	3,3%	2,2%	2,5%	0,9%	1,4%	4,5%	2,2%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2,9%	1,5%	1,4%	3,3%	3,6%	1,2%	1,2%	1,2%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,2%	1,3%	1,2%	0,7%	0,9%	1,1%	1,4%	1,5%
Atividades imobiliárias	0,9%	1,2%	1,2%	1,1%	0,5%	0,8%	2,0%	1,4%
Ativ. das famílias empreg. de pessoal dom. e ativ. de prod. das fam. para uso próprio	1,4%	1,4%	1,0%	0,5%	1,2%	1,1%	1,1%	1,0%
Cap., trat. e distr. de água; saneamento, gestão de res. e despoluição	0,7%	0,7%	0,7%	0,6%	1,1%	0,8%	0,6%	0,6%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,4%	0,5%	0,5%	0,7%	0,9%	0,4%	0,5%	0,4%
Indústrias extrativas	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: População empregada (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário, Atividade económica (CAE Rev. 3) e Profissão (Grande grupo - CPP); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

## ANEXO N.º 2 - MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA REDE PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS

Região	Concelhos
Norte	Alfândega da Fé, Amares, Braga, Bragança, Gondomar, Maia, Matosinhos, Monção, Paredes, Penafiel, Porto, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Valença, Valongo, Viana do Castelo, Vila Nova de Famalicão, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real
Centro	Alenquer, Coimbra, Figueira da Foz, Guarda, Lourinhã, Lousã, Miranda do Corvo, Pombal, Soure, Tábua, Torres Vedras
Área Metropolitana de Lisboa	Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Lisboa, Loures, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, <b>Setúbal</b> , Vila Franca de Xira
Alentejo	Almodôvar, Alvito, Avis, Azambuja, Barrancos, Beja, Chamusca, Cuba, Golegã, Grândola, Odemira, Serpa, Viana do Alentejo, Vidigueira
Algarve	Castro Marim, Lagoa, Loulé, Monchique, Portimão, Tavira
Região Autónoma dos Açores	Calheta (Açores), Lagoa (Açores), Ponta Delgada (Açores), Ribeira Grande (Açores), São Roque do Pico
Região Autónoma da Madeira	Porto Santo

Os municípios da RPMS representam quase metade da população residente em Portugal (44%), segundo os últimos Censos 2021, totalizando 4 557 911 habitantes. A população não se distribui uniformemente pelos municípios, variando entre os 1 498 habitantes em Barrancos e os 545 143 em Lisboa.

*Fonte: Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS)*

## ANEXO N.º 3 - MOVIMENTO ASSOCIATIVO NO CONCELHO DE SETÚBAL

Freguesia	Entidades
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Alto da Guerra Sport Clube, Associação de Moradores da Quinta da Amizade e Vizinhos, Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia - Pontes - Alto da Guerra, Clube Desportivo Cultural e Recreativo de Gâmbia, Cooperativa de Habitação e Construção Económica Força de Todos, União Desportiva e Recreativa das Pontes.
Sado	Clube Cultural Desportivo e Recreativo das Curvas, Clube Patinagem do Sado, Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem Vinda a Liberdade, Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1359 do Sado, Esferinhas Futebol Clube, Estrelas do Faralhão Futebol Clube, Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão, Grupo Desportivo Comércio de Santo Ovídio, Grupo Motard Xupa Kabras, Rancho Folclórico de Praias do Sado, Sado Acolhe - Associação de Apoio às Criações, Jovens e Idosos, União Cultural Recreativa e Desportiva Praiense.
São Sebastião	Academia de Dança Contemporânea de Setúbal, Academia de Voleibol de Praia de Setúbal, Academia Futsal Estrelas de Setúbal, Associação Baptista Shalom, Associação Caboverdiana de Setúbal, Associação Cristã da Mocidade de Setúbal, Associação Cultural Novas Ideias - Setúbal Academy, Associação das Coletividades do Concelho de Setúbal, Associação de Angolanos e Amigos de Angola, Associação de Atletismo de Setúbal, Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal, Associação de Damas de Setúbal, Associação de Especialistas da Força Aérea - Núcleo de Setúbal, Associação de Imigrantes Romenos "Mica Romanie", Associação de Moradores do Bairro Afonso Costa, Associação de Paraquedistas de Setúbal, Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de S. Sebastião, Associação de Solidariedade Social dos Professores, Associação de Tênis de Mesa de Setúbal, Associação Desportiva e Cultural "Os Africanos", Associação Desportiva e Recreativa dos Amigos da Azeda, Associação dos Acordeonistas de Portugal, Associação dos Escoteiros de Portugal - Chefia Regional de Setúbal, Associação dos Ucrânios em Portugal - Delegação de Setúbal, Associação Recreativa, Cultural e Desportiva "2 de Abril", Cáritas Diocesana de Setúbal, Centro Cultura e Recreio Francisco Rodrigues Lobo, Centro Cultural Africano, Centro Cultural de Solidariedade Social de Nossa Sra. da Conceição, Centro de Estudos Bocageanos, <b>Centro Jovem Tabor</b> , Centro Lúdico-Pedagógico das Manteigadas, <b>Centro Social e Paroquial de S. Sebastião - Centro Comunitário</b> , Clube Animação Jovem da APPACDM de Setúbal, Clube Companhia dos Mares, Clube da Malha Corrida da Azeda, Clube de Aeromodelismo de Setúbal, Clube de Colecionismo de Setúbal, Clube de Futebol "Os Sadios", Clube de Montanhismo da Arrábida, Clube Ornitológico de Setúbal, Clube Patinagem do Sado, <b>Confraria da Gastronomia Angolana</b> , Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1262, N.º Sra. da Conceição, Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 59, São Sebastião, Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 64, S. José, Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento Marítimo 1117, São Sebastião, Fábrica da Paróquia de Nossa Sra. da Conceição, Fratia - Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos, Grupo de Animação e Teatro Espelho Mágico, Grupo Desportivo "Os Amarelos", Grupo Desportivo e Recreativo Bairro da Liberdade, Grupo Desportivo Independente, Grupo Desportivo Recreativo "O Sindicato", Grupo Desportivo Setubalense "Os 13", Liga dos Amigos da Terceira Idade, Núcleo de Amigos do Bairro do Peixe Frito, Núcleo de Bicross de Setúbal, Núcleo Desportivo Cultural e Recreativo da Che-Setúbal, Núcleo dos Amigos do Bairro Santos Nicolau, Núcleo Recreativo e Desportivo "Ídolos da Praça", Remo Clube Lusitano, São Domingos Futebol Clube, Setúbal BMX Clube, União Futebol Comércio e Indústria, e Volei Clube de Setúbal 1990.

## ANEXO N.º 3 - MOVIMENTO ASSOCIATIVO NO CONCELHO DE SETÚBAL

Freguesia	Entidades
União das Freguesias de Azeitão	Academia Chushin Associação, Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão, Associação de Proprietários Casas de Azeitão, Arrábida Padel, Associação Cultural Sebastião da Gama, Associação de Moradores das Galeotas, Associação Mãos de Água, Associação Meninos de Ouro, Associação Projeto Verde – Coletivo Lagar, Associação da Urbanização das Casas de Azeitão, Associação Unitária dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão, Azeitão a Caminhar, Azeitão Eco-consciente, Belcamp Tennis Club, Caminhando – Agência promotora de Turismo de Natureza, Centro de Apoio ao Sem Abrigo, Núcleo de Azeitão, Casa do Povo de Azeitão – Centro Infantil Sebastião da Gama, Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão, Centro Ciclista Azeitonense, Clube BTT de Azeitão, Corpo Nacional de Escutas – Agrup.651, Coletivo de Valorização Artística, Escola de Ténis Casas de Azeitão, Grupo Musical e Desportivo União e Progresso, Grupo 231 dos Escoteiros da Associação dos Escoteiros de Portugal, Grupo Desportivo Estrelas Areenses, Associação Cultural Juventude Azeitonense, Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, Leiveira – Azulejos de Azeitão, Núcleo de BTT de Vila Fresca de Azeitão, Núcleo Sportinguista – Leões de Azeitão, Associação de Orquestra Típica e Cantares de Azeitão, Oficinas São Simão Arte, O Real da Malha – Associação e Clube Desportivo e Recreativo de Vendas de Azeitão, Parque Ambiental do Alambre – Camp Alambre, Parque de Campismo de Picheiros, Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Azeitão, Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, Sociedade Filarmónica Providência, Tertúlia Tauromáquica Azeitonense, Universidade Sénior de Azeitão – Associação Cultural de Azeitão

*Fontes: Informação disponibilizada pelos sites das respetivas Juntas de Freguesia.*

*<https://www.jfss.pt/>*

*<https://www.uf-setubal.pt/>*

*<https://www.jf-sado.pt/>*

*<https://www.jf-gpag.pt/>*

*<https://www.freguesiadeazeitao.com/>*

## ANEXO N.º 3 - MOVIMENTO ASSOCIATIVO NO CONCELHO DE SETÚBAL

Freguesia	Entidades
União das Freguesias de Setúbal	<p>ABRAÇO - Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA, Academia Cultural de Teatro e Artes de Setúbal, Academia de Música e Belas Artes Luísa Todí, Academia de Rugby Club de Setúbal, Água Ardente - Produções Teatrais, Gabinete de Apoio à Vítima, Associação Portuguesa de Insuficientes Renais - Delegação Regional do Sul, Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo de Setúbal, Associação de Artistas Plásticos de Setúbal, Assembleia de Deus Pentecostal - Igreja Evangélica, Associação Cinematográfica 50 Cuts, Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal, Associação Cultural e Artística Elucid'Arte, Associação Daniel Caldeira, Associação das Coletividades do Concelho de Setúbal, Associação de Atletismo Lebres do Sado, Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal, Associação de Deficientes das Forças Armadas, Associação Faisca Voadora, Associação de Futebol de Setúbal, Associação de Marinheiros de Setúbal "O Alcache", Associação de Moradores do Bairro da Anunciada, Associação de Moradores do Casal das Figueiras, Associação de Pais da EB1 N.º 3 do Montalvão, Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 N.º 12 das Amoreiras e JI das Amoreiras, Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI dos Arcos, Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras, Associação de Setúbal de Dança Desportiva, Associação de Ténis de Setúbal, Associação Desportiva de Aikido de Setúbal, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal, Associação Humanitária e Bem-Fazer de S. Paulo - C. Comunitário de Vanicelos, Associação José Afonso, Associação Socorros Mútuos Setubalense, Associação VIII Exército, Casa do Sport Lisboa e Benfica em Setúbal, Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos, Centro Paroquial e Social da Nossa Sra. da Anunciada, Club Setubalense, Clube de Canoagem de Setúbal, Clube de Ténis de Setúbal, Clube de Vela do Sado, Clube Desportivo "Os Pelezinhos", Clube Desportivo e Recreativo "Águias de São Gabriel", Clube Militar de Oficiais de Setúbal, Clube Naval Setubalense, Clube Recreativo Palhavã, Comissão de Festas de São Luís da Serra, Coral Infantil de Setúbal, Coral Luísa Todí, Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 415 - St.ª. M.ª da Graça, Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português - Junta Regional de Setúbal, Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Setúbal, Dragões de Setúbal - Delegação 66 do FC do Porto, Escola de Futebol Feminino de Setúbal - Associação, Escoteiros de Portugal - Grupo 206 Setúbal, Experimentáculo, Festroia Setúbal, Fraternal Escotista de Setúbal, Fundação Portuguesa "A Comunidade Contra a Sida", Grupo Coral da Escola Secundária de Bocage, Grupo Desportivo e Recreativo "1.º de Maio", Associação Cultural, Missão Cristã Internacional, Moto Clube de Setúbal, Movimento Democrático de Mulheres, Rotary Club de Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Scalipus Clube de Setúbal, Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, Sociedade Musical Capricho Setubalense, Teatro de Animação de Setúbal, Teatro do Elefante - Ação Cultural, Teatro Estúdio Fontenova, Tertúlia Tauromáquica Setubalense, União de Resistentes Antifascistas de Setúbal, União Desportiva e Recreativa Casal das Figueiras, Universidade Sénior de Setúbal (UNISETI), Venerável Ordem Terceira da Nossa Sra. do Monte do Carmo da Cidade de Setúbal, Vitória Futebol Clube</p>

## ANEXO N.º 4 - EIXOS E MEDIDAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SETÚBAL 2021-2027

**E1.M2. Informação, Conhecimento e Capacitação**

- Desenvolver recursos e instrumentos de planeamento estratégico (ex. PDS; Diagnóstico Social; Cartas Sociais Municipais etc.).

**E2.M1. Generalização dos Direitos Sociais**

- Conhecer a realidade local, aprofundar e sistematizar os valores e os Direitos Sociais a promover e a generalizar (tornar universal);
- Assegurar a transversalidade dos Direitos Sociais em todos os eixos;
- Desenvolver reflexividade sobre análise da situação e ação em torno dos Direitos Sociais (investigação-ação).

**E2.M2. Capacitação de Agentes Sociais Locais (Pessoas e Organizações)**

- Promover reflexividade crítica no domínio dos Direitos Sociais.

**E3.M1. Mapeamento de Necessidades e Recursos**

- Realizar e atualizar um mapeamento de recursos existentes (financeiros, logísticos, humanos, de competências) e abordagens integradas aos mesmos.

**E3.M2. Necessidades Estruturais e Reequilíbrio de Oportunidades**

- Promover uma reflexão conjunta e atualizada sobre os desafios sociais no concelho, nas suas causas e determinantes, quer em matéria de desigualdades estruturais quer de emergência;
- Promover o reequilíbrio dos campos de oportunidades de pessoas e/ou comunidades em situação de desigualdade e/ou vulnerabilidade, através de respostas concertadas a necessidades e/ou desigualdades estruturais identificadas em áreas como as da Saúde, Habitação, Educação, Emprego (e do acesso a rendimentos); Combate ao preconceito, Deficiências, Pobreza, Envelhecimento, etc.

**E4.M1. Espaços Comuns | Espaços Públicos e de Uso Coletivo**

- Promover o bem-estar, as acessibilidades e mobilidades da população no território, facilitando o acesso a recursos e oportunidades de desenvolvimento

associados aos espaços públicos e de uso coletivo, nomeadamente de cultura, de desporto e de lazer;

- Facilitar/ promover o acesso aos espaços comuns de pessoas em situações de maior fragilidade ou com deficiência;
- Potenciar novas leituras e significados com os recursos existentes;
- Promover Acessibilidades Universais alargadas (língua e linguagens; mobilidade física; idade/audição; visão, ...).

#### **E4.M2. Ações Integradas no Território**

- Reforçar a participação coletiva das pessoas e das organizações nos espaços públicos – envolvimento da população de pequenas comunidades de vizinhança/bairro/trabalho, com especial enfoque no cruzamento entre diagnóstico e ações coletivas de pessoas e grupos sociais que habitualmente têm uma interação fraca nos seus espaços vivenciais;
- Aproximar o “social” do “sítio” onde as coisas se passam ou podem encontrar soluções.

#### **E4.M3. - Desafios Emergentes e Transições**

- Explorar desafios emergentes no(s) território(s) relacionados com riscos ou desafios societários (dinâmicas demográficas, relação urbano/rural, questões e crises ambientais, soberania alimentar, transição digital e energética, etc.), com o envolvimento da população mais jovem, especialistas e tecido empresarial;
- Mapear de cenários de evolução, antecipando riscos e identificando necessidades emergentes/“novos” perfis de necessidades [Expressão demográfica diferenciada; Envelhecimento da população e problemas associados; Intergeracionalidade; Crise de natalidade; Novas configurações familiares; Disfuncionalidades à promoção de vida quotidiana familiar; Relação da estrutura demográfica com habitação, emprego, serviços básicos de apoio, mobilidade, etc.; Migrações; Atratividade do território];
- Identificar “novos” perfis de necessidades sociais; Desenvolver na Rede Social competências específicas de leitura e análise prospetiva dos impactos sociais, económicos e ambientais de cada desafio emergente e antecipar impactos de desafios emergentes.

## ANEXO N.º 5 - LISTA DE ENTIDADES E RESPOSTAS SOCIAIS DO CONCELHO DE SETÚBAL

Siglas	Entidade	Freguesia	Morada	Código-Postal	Associações Imigrantes	Infância e Juventude	Família e Comunidade	Deficiência/Incapacidade	Saúde	População Adulta	Rede Social	Pública/Privada/FPSS	E-MAIL	Contacto telefónico	Observações
	Abraco - Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA	União das Freguesias de Setúbal	Edifício Bocage, Avenida 5 de outubro, 149-Loja L.4.ºPiso	2900-309 Setúbal			Serviço de Apoio Domiciliário (SAD - VIH/SIDA) Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicológico (VHSIDA)				X	IPSS	delegacao.setubal@abraco.pt	265 228 882	
	Academia Música e Belas Artes Luísa Todt	União das Freguesias de Setúbal	Rua Acácio Barradas, 27	2900-197 Setúbal			Estabelecimento de Educação Pré-Escolar Creches Berceúlo					Privada	secretaria@academialuisatodt.pt	265 522 563 939 126 852	
ANMA	Agência para a Integração e Apoio à Migração e Alojamento - Loja de Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	Avenida Luísa Todt, 36, 38A e 40	2900-450 Setúbal	X						X		loja.setubal@aima.gov.pt geral@aima.gov.pt	265 545 345	
	Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama - Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	Rua da Escola Técnica	2900-354 Setúbal			Estabelecimento de Educação Pré-Escolar					Pública	geral@aesg.pt	265 523 176	
	Agrupamento Vertical de Escolas Barbosa du Bocage	União das Freguesias de Setúbal	Avenida de Angola	2900-052 Setúbal			Estabelecimento de Educação Pré-Escolar					Pública	geral@avebocage.net diretor@avebocage.net	265 547 120	
	Agrupamento Vertical de Escolas Lima de Freitas	União das Freguesias de Azeitão	Rua António Maria de Oliveira Palmeira - Via Nogueira de Azeitão	2929-501 Azeitão			Estabelecimento de Educação Pré-Escolar					Pública	secretaria@aeazeitao.pt	212 197 170	
	Agrupamento Vertical de Escolas Lima de Freitas	União das Freguesias de Setúbal	Rua Basília do Viso	2904-510 Setúbal			Loja Social					Pública	eslimafreitas@gmail.com direcao@limafreitas.org	264 541 110	
	Agrupamento Vertical de Escolas Luísa Todt	São Sebastião	Rua Adriano Correia Oliveira	2910-373 Setúbal								Pública	geral@avelt.org	265 790 300	
	Agrupamento Vertical de Escolas Ordem de Sant'Iago	São Sebastião	Av. da Bela Vista	2910-421 Setúbal								Pública	direcao@aveordemsantiago.pt	265 739 703 265 739 704	
ADRA	Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência - Delegação de Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	Praceta Manuel Envia, 3 - A B	2900-476 Setúbal			Ajuda Alimentar a Carentes		Apoio Psicológico Farmácia Social Banco de Ajudas Técnicas		X	IPSS	acaosocialsetubal@adra.org.pt setubal@adra.org.pt	960 137 969	Delegada: Manuela Modesto Vice Delegado: David do Carmo Treasureira:
4As	Associação de Angolanos e Amigos de Angola	São Sebastião	Av. Berto Jesus Carapa, 75 - 2.º E.	2910-430 Setúbal	X							IPSS	attachecult@hotmail.com marilia115@hotmail.com	965 726 555 963 253 405	
AS SHALOM	Associação Baptista Shalom	Gâmbia-Pontes-Ato da Guerra	SEDE: Edifício Voar Mais Alto - Rua dos Limoeiros, 1, Quinta da Amizade LS: 2914-502 Setúbal RS: Avenida Jaime Cortesão, 85 A RSI: Rua Moirho do Frade, 7	2910-337 Setúbal LS: 2914-502 Setúbal RSI: 2910-692 Setúbal			Ajuda Alimentar a Carentes Refeitorio / Cantina Social Loja Social			Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)		IPSS	shalom@abshalom.pt rsi@abshalom.pt	265 720 360 SAAS: 265 541 093	
ACVS	Associação Caboverdeana de Setúbal	São Sebastião	Rua do Antigo Oliv. 8 - E11	2910-060 Setúbal	X							IPSS	acvs@acvsetubal.org	265 771 002	
	Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	Rua Vasco da Gama, 71	2900-180 Setúbal			Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (família e comunidade) Centro Comunitário			Centro de Dia (CD)		IPSS	aidosos@sado.pt	265 230 847	

Símbolos	Entidade	Freguesia	Morada	Código-Postal	Associações Imigrantes	Infância e Juventude	Família e Comunidade	Deficiência / Incapacidade	Saúde	População Adulta	Rede Social	Pública / Privada / IPSS	E-MAIL	Contacto telefónico	Observações
ACOMANSE	Associação Comunidade Angolana de Setúbal	União das Freguesias de Azeitão	Rua da Brejeira, 28	2925-082 Azeitão	x								agnicaciog73@hotmail.com	967 772 567	
YMCA Setúbal	Associação Cristã da Mocidade / YMCA	União das Freguesias de Setúbal	Pré-Escolar: Avenida da Bela Vista, 38 (SEDE) Creche: R. Mormugão, 42D CATL: Praceta Montalvão, 1	Pré-Escolar: 2910-421 Setúbal (SEDE) Creche: 2900-505 Setúbal CATL: 2910-519 Setúbal		Creches Centro de Atividades de Tempos Livres Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Habilitações para Acumulação de Refugiados Desenvolvimento comunitário Ajuda Alimentar a Carenciados Centro Comunitário			Formação	X	IPSS	geral@ymcasetubal.org	SEDE: 265 739 540 Creche: 265 237 602	
	Associação Cultural Busuioc dos Cidadãos Moldavos da Península de Setúbal	São Sebastião	Rua Estêvão Lz Velho, 16	2910-485 Setúbal	x								busuioc.desporto@gmail.com associacao.busuioc@gmail.com	934 631 714	
	Associação de Dadores Benévolos de Sangue	União das Freguesias de Setúbal	Rua do Mormugão, 42 C	2900-504 Setúbal								IPSS	info@adbss.pt	265 534 155 963 007 384 963 007 411	
ACAPO	Associação de Cegos e Ambliopes de Portugal - Delegação Regional do Sul e ilhas	Nossa Senhora de Fátima (Lisboa)	Av. João Paulo II, 531, 2ª - A Rua Francisco Lyrio de Castro, nº 12 - Entrecampos	1950-157 Lisboa 1600-311 Lisboa				Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI)	Serviço de Reabilitação			IPSS	formacao@acapo.pt lisboa@acapo.pt lisetesantos@acapo.pt	215 371 072 213 182 910 213 140 436	
ADFA	Associação de Deficientes das Forças Armadas	União das Freguesias de Setúbal	Rua Almeida Garrett, 70	2900-211 Setúbal								IPSS	secretaria.setubal@adfa.org.pt servicos.clinicos@adfa-portugal.com (Lisboa)	265 229 750	
ADREPES	Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal	Quinta Do Anjo (Palmeira)	Espaço Fortuna - Artes & Ofícios - Estrada Nacional, 379 - Quinta do Anjo	2950-807 Quinta Do Anjo							x		adrepes@adrepes.pt	212 337 930	
	Associação Falca Voadora	União das Freguesias de Setúbal	Largo António Joaquim Correia, 13	2900-231 Setúbal						Formação		IPSS	faisca@associacao-faisca.pt	265 109 824	Formação Intercultural, Intercâmbio Internacionais de jovens
	Associação de Imigrantes Romanis	São Sebastião	Escadilhas das Olissas, 2	2910-072 Setúbal	x							IPSS	air.micaromanie@gmail.com	969 193 803 967 611 767 920 042 676	
AMCF	Associação de Moradores das Figueiras	União das Freguesias de Setúbal	Rua da Associação de Moradores, 6	2900-121 Setúbal								IPSS	casarao2012@hotmail.com	265 571 891	
AMAG	Associação de Moradores da Aldeia Grande	União das Freguesias de Setúbal	Rua Alfredo da Encarnação Sanches - Aldeia Grande	2900-749 Setúbal								IPSS	amag.aldeia grande@gmail.com	965 763 973 212 180 581	
	Associação de Moradores da Praça do Brasil "O Girassol"	União das Freguesias de Setúbal	Rua D. Ana Broughthon Gamito, 3	2900-225 Setúbal		Creches Estabelecimento de Educação Pré-Escolar					X	IPSS	direcao@infantigrassol.pt geral@infantigrassol.pt	264 229 988	
AMBA	Associação de Moradores do Bairro da Anunciada	União das Freguesias de Setúbal	Rua Batalha do Viso, 243	2900-271 Setúbal									amba.anunciada@gmail.com	916 310 298	
	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade - Infantilário Escorrega	São Sebastião	Av. do Bairro da Liberdade, 26	2910-415 Setúbal		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar Creches						IPSS	infantario.escorrega@gmail.com	265 732 908	

Siglas	Entidade	Freguesia	Morada	Código-Postal	Associações Imigrantes	Infância e Juventude	Família e Comunidade	Deficiência / Incapacidade	Saúde	População Adulta	Rede Social	Pública / Privada / IPSS	E-MAIL	Contacto telefónico	Observações
	Associação de Moradores do Bairro do Grito do Povo	União das Freguesias de Setúbal	Rua Grito do Povo, 2	2900-027 Setúbal								IPSS		968 638 632	
	Associação de Moradores Luta do Povo "Os Pinheirinhos"	São Sebastião	Rua 31 de Outubro - Bairro dos Pinheirinhos	2910-122 Setúbal		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar Creches	Ajuda Alimentar a Carentes					IPSS	apinhinhos@gmail.com	265 235 644	
APACCF	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	União das Freguesias de Setúbal	Rua José Gomes Ferreira - Escola n.º 9 Comunidade: R. do Alto do Grehal, Estrada Nacional 10	2900-017 Setúbal 2900-742 Setúbal		Centro de Atividades de Tempos Livres Creches Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Refeitório / Cantina Social Loja Social		Comunidade Terapêutica		X	IPSS	apaccf@apaccf.pt lugardamanha@saop.pt gas.rsl.apaccf@gmail.com	265 548 410	
	Associação de Reformados, Pensionistas e Irmãos de S. Sebastião	São Sebastião	SAAAS: R. Augusto Nobre 22, Loja B	2900-677 Setúbal			Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (Família e Comunidade)					IPSS	arpissetubal@gmail.com	916 339 668 917 459 066 918 266 935	
	Associação de Saúde Mental Doutor Fernando Ilharco	União das Freguesias de Setúbal	CV: racra 1 (SEDE) FSO: Rua dos Marinheiros da Pátria, 492 Setúbal LVP: 2910-72 RC UVP: Rua dos Pinheirinhos, 15 RC-A e B	2910-569 Setúbal CV: racra 1 (SEDE) FSO: 2900-492 Setúbal LVP: 2910-72 RC UVA: 2900-086 Setúbal			Unidade de Vida Apoiada para utentes internados Unidade de vida Protegida Unidade de Vida Autónoma				X	IPSS	asmf.ilharco@gmail.com	SEDE: 265572787 CV: 265411048	
ASMS	Associação de Socorros Mútuos Setubalense	União das Freguesias de Setúbal	Rua Major Afonso Paia, 63 - 67	2900-199 Setúbal			Loja Social		Centro de Convívio Fórum Sócio-Ocupacional			IPSS	servicosocial@socorrosmutuos.pt	265 535 226 265 522 226 265 535 115 918 574 697	
ASSFGPAG	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Rua da Junta, 1 - Estrada Nacional 10 - Pontes	2910-312 Setúbal			Refeitório / Cantina Social					IPSS	ass.freg.gpag@gmail.com presidente@gmail.com	265 706 424 917 515 899	
ASSP	Associação de Solidariedade Social dos Professores	São Sebastião	Avenida António Sérgio, 1	2910-404 Setúbal			Ajuda Alimentar a Carentes					IPSS	residencia.setubal@assp.pt	965 719 850 265 719 850 265 523 176	
AHBVS	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	Rua João de Deus, 1	2900-412 Setúbal								Pública	bvsetubal@bvsetubal.pt	265 538 090	
AHBFSP	Associação Humanitária e Bem-Fazer de São Paulo	União das Freguesias de Setúbal	Rua Conde Ferreira, 2	2900-191 Setúbal			Centro Comunitário					IPSS	direcao@associacaospaulo.pt legiaooliveira@associacaospaulo.pt geral@associacaospaulo.pt	265 520 990	Centro Comunitário de Vancelos
	Associação Jardim de Infância "O Sonho"	São Sebastião	Travessa do Centeio, 4 (SEDE) L.S: Rua das Pileiras, 12 R/C Esq. SAAAS: Rua da Festoia - Urbanização da Encosta, dn	2910-459 Setúbal L.S: 2910-638 Setúbal SAAAS: 2910-859 Setúbal		Creches Estabelecimento de Educação Pré-Escolar Centro de Atividades Livres	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (Família e Comunidade) Loja Social					IPSS	Pre-escolar: geral@osonho.pt (SEDE) L.S: loja.social@osonho.pt SAAAS: rsl@osonho.pt	Pre-Escolar: 265 741 572 (SEDE) SAAAS: 265 081 223	

Síglas	Entidade	Freguesia	Morada	Código-Postal	Associações Imigrantes	Infância e Juventude	Família e Comunidade	Deficiência / Incapacidade	Saúde	População Adulta	Rede Social	Pública / Privada / IPSS	E-MAIL	Contacto telefónico	Observações
	Andorinha Nova	São Sebastião	Avenida Jaime Cortesão, 12	2910-125 Setúbal		Centro de Atividades de Tempos Livres						IPSS	andorinhanova@gmail.com	265 233 340	
	O Sorriso da Criança	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Rua 1.ª de Junho - Alto da Guerra	2910-024 Setúbal		Centro de Atividades de Tempos Livres						IPSS		265 706 273	
	Centro Infantil "O Ninho" - Creche Familiar	São Sebastião	Rua D. Gonçalo Pinheiro, 3	2910-519 Setúbal		Creches						IPSS	Ninho: ninho@osonho.pt CF: amas@osonho.pt	265 227 590	
	Vale Flor	São Sebastião	Travessa Enoasla do Parque, 3	2910-859 Setúbal		Creches						IPSS	creche@osonho.pt	265 262 980	
	Centro Infantil de Setúbal - "O Ninho"	São Sebastião	Rua Gonçalo Pinheiro, 31	2910-519 Setúbal		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar						IPSS	florival.cardoso@gmail.com	265 227 590	
	Associação Jubileu Mais	União das Freguesias de Setúbal	SEDE: rua Catarina Perez, 36 Loja - Bairro Salgado AAC: Rua de mormugo, 42A CAF: 2900-473 Setúbal CAF: Rua do Autismo, Matadouro.	2900-104 Setúbal CAF: 2900-473 Setúbal		Creches	Distribuição de Bens Essenciais Loja Social Centro de Aconselhamento Familiar Ajuda Alimentar a Carenciados		Apelo Psicológico			IPSS	CAF: jubileu.mais@gmail.com	CAF: 968 013 921	
ANCI	Associação Nacional de Meninos D'Ouro	União das Freguesias de Azelheiro	Rua Juventude Azelheirense, 145	2925-588 Azelheiro		Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)			Clinica Social		X	IPSS	geral@meninosdeouro.org	213 180 703 965 671 738	
ANDST	Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho - Delegação Regional do Sul	Alto do Seixalinho (Barreiro)	Rua João Anacleto Silva, 1 - 3.º Dto.	2830-083 Barreiro								IPSS	ancuidadoresinformativos@gmail.com	937 102 684	
	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - Gabinete de Apoio à Vítima de Setúbal	Marvil (Lisboa)	Praça Eduardo Mondlane, 548 R/C - B	1900-104 Lisboa				Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para pessoas com deficiência e incapacidade			X			geral@andst-sul.pt	216 596 479
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima de Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	Praça do Brasil, 17	2900-285 Setúbal			Centro de Acolhimento para Vítimas de Tráfico de Seres Humanos Serviço de Atendimento Psicológico para Vítimas Atendimento para Vítimas Casa Abrigo					IPSS	apav.setubal@apav.pt	265 534 588	
	Associação Portuguesa de Emprego Apoiado	Nossa Senhora de Fátima (Lisboa)	Avenida António José de Almeida, 26	1000-043 Lisboa		Emprego Apoiado						IPSS	info@empregoapoiado.org	937 380 079	
APEA	Associação Portuguesa de Insuficientes Renais	Freguesias de Setúbal	Avenida 5 de outubro - edifício Bocage, 148 4.º L	2900-309 Setúbal					Acompanhamento Social			IPSS	setubal@apir.org.pt	927 504 447 265 525 527	
	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (Setúbal)	São Sebastião	CAVI, IP, PA: Rua Fialho de Almeida, 8 (SEDE) ERPI, SAD e RAL: Rua Dr. Evaristo Sousa Cego, 5 Creche, CRI: Rua General Daniel de Sousa, 39 CAARPD: Rua São Pedro (Viseu) CACI: Rua Vale das Cerejeiras, 26	CAVI, IP: 910-493 Setúbal (SEDE) ERPI, SAD e RAL: 2910-115 Setúbal Creche, CRI: 2900-345 Setúbal CAARPD: 2900-150 Setúbal CACI: 2910-692 Setúbal		Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) Creches Intervenção Precoce		Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para pessoas com deficiência e incapacidade Centro de Recursos (IEFP) Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI) Lar Residencial Serviço de Apoio Doméstico (SAD - Deficiência)		Apartamento de Autonomia		IPSS	SEDE: direcao@appacdmsetubal.pt IP: ipsetubal@appacdmsetubal.pt RAL: cad@appacdmsetubal.pt SAD: cad.technicos@appacdmsetubal.pt CACI: creche, CRI: creche@appacdmsetubal.pt CAARPD: caarpd@appacdmsetubal.pt	SEDE: 265 541 160 SAD, RAL: 265 552 369 SAD: 910 783 978 PA: 911 841 282 CAARPD: 265 418 898/ 911 841 282/960 470 464 CACI: 265 235 646	

ANEXOS

Siglas	Entidade	Freguesia	Morada	Código-Postal	Associações Imigrantes	Infância e Juventude	Família e Comunidade	Deficiência / Incapacidade	Saúde	População Adulta	Rede Social	Pública / Privada / IPSS	E-MAIL	Contacto telefónico	Observações
APPC	Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral - Núcleo Regional do Sul	Sevil (Sevil)		2840-482 Sevil				Residência de Autonomia e Inclusão (RAI)				IPSS	geral@paralisiacerebral.pt	211 933 943	
IDSET	Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento	São Sebastião	Rua Gonçalves Zarco, 3, R/C A	2910-714 Setúbal			Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)			Emprego e Formação Profissional Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	X	Privado (com fins de interesse público)	geral@idset.pt gip@idset.pt	9131899380 GIP: 265 102941	
APPDA	Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	União das Freguesias de Setúbal	Rua Amílcar Cabral, 16, R/C Loja B	2900-219 Setúbal				Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para pessoas com deficiência e incapacidade			X	IPSS	geral@appda-setubal.com	265 501 681 916 815 707	
ASAS	Associação Setubense de Apoio Social Infantilário Popular do "Bonfim"	União das Freguesias de Setúbal	Rua Gama Braga, 22	2900-102 Setúbal		Centro de Atividades de Tempos Livres Creches Estabelecimento de Educação Pré-Escolar						IPSS	asas.setubal@gmail.com	265 220 411	
AURPIA	Associação Unitária Reformados Pensionistas e Idosos de Azéitão	União das Freguesias de Azéitão	Rua António Maria da Carvalho - Bairro da Torre	2925-383 Azéitão						Centro de Dia (CD) Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)	X	IPSS	direccao@aurpia.pt dir-tecnica@aurpia.pt presidencia@aurpia.pt	212 197 300	
ACT	Autoridade para as Condições do Trabalho	União das Freguesias de Setúbal	Rua Avisadores Gajo Coutinho e Sacadura Cabral, 6	2900-257 Setúbal								Pública	ul.setubal@act.gov.pt	265 534 901	
	CADIN - Neurodesenvolvimento e Inclusão	União das Freguesias de Setúbal	Rua Frei José da Purificação, 2 F	2900-710 Setúbal				Emprego Apoiado	Bolsa Social Intervenção Clínica		X	Privada	cadin.setubal@cadin.net bolsa.social@cadin.net	265 553 286	
CMS	Câmara Municipal de Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	Rua Acácio Barradas, 27	2900-197 Setúbal			Divisão de Habitação Pública Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (Família e Comunidade)				X	Pública		SAAS: 969 754 243 800 105 665 SEI: 936 616 738	DISOC; DASU; CROAC; DIFISC; SAAS; SEI.
	CAPITI - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Infantil	Paço de Arcos (Oeiras)	Rua Calvet de Magalhães, 244	2770-022 Paço de Arcos			Acesso a Terapias e Consultas Médicas de Crianças e Jovens de Famílias Carentes (rede de clínicas parceiras)					IPSS	geral@capiti.pt	937 043 465	
	Cáritas Diocesana de Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	CS S. Francisco Xavier, Praça Teófilo Braga, 13 apartamento 304 (SEDE) CS Nossa Senhora da Paz, Avenida Francisco Fernandes	2901-647 Setúbal CS Nossa Senhora da Paz, Avenida Francisco Fernandes CA: 2910-421 Setúbal			Ajuda Alimentar a Carentes Loja Social Serviço de Apoio Domiciliário (SAD - VHSIDA) Centro Comunitário			Resposta Habitacional para Pessoas Sem-abrigo Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) Centro de Dia (CD) Equipa de Rua para Pessoas Sem-abrigo		IPSS	geral@sfxavier.caritas-setubal.com secretaria@nspaz.caritas-setubal.com / direccao@nspaz.caritas-setubal.com nspaz@cantas-setubal.pt	SEDE: 265 509 080 CS Nossa Senhora da Paz: 265 719 590 CA: 265 711 002 Creche e CATL: 265 711 596 SAAS: 265 719 595	Creche e CATL

Siglas	Entidade	Freguesia	Morada	Código-Postal	Associações Imigrantes	Infância e Juventude	Família e Comunidade	Deficiência / Incapacidade	Saúde	População Adulta	Rede Social	Pública / Privada / IPSS	E-MAIL	Contacto telefónico	Observações
			Rua Serra de Santo António, 2			Centro de Atividades de Tempos Livres	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (Família e Comunidade)						secretaria@cogumelo.caritas-setubal.com		
	Casa de Repouso Lar de Deus, Sociedade Unipessoal	União das Freguesias de Azeitão	Rua Margarida Carneira, 1, Brejos de Azeitão	2925-784 Azeitão						Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)		Privada	rochdias@gmail.com cfrfardedeus@gmail.com	212 190 140	
	Casa de Sant'Ana	União das Freguesias de Setúbal	Estrada dos Ciprestes, 17	2900-319 Setúbal		Lar de Infância e Juventude						Privada	larjovem.csa@salesianas.pt	265 523 729	
	Casa do Galão de Setúbal - Obra da Rua ou Obra do Padre Américo	União das Freguesias de Setúbal	Estrada da Casa do Galão - Algenz	2910-281 Setúbal		Lar de Infância e Juventude					X	IPSS	flafontoura@gmail.com cgsetubal@sapo.pt p.fernando@obradarua.pt	265 501 227	
CPA	Casa do Povo de Azeitão	União das Freguesias de Azeitão	Largo 5 de outubro, 9, Vila Nogueira de Azeitão	2925-517 Azeitão		Crièches Centro de Atividades de Tempos Livres					X	IPSS	cordenacao.pedagogica.cpa@gmail.com casa.povo.azeitao@gmail.com	218 269 106	
	Casa Nossa Senhora da Saúde	União das Freguesias de Setúbal	Outeiro da Saúde, 9	2900-525 Setúbal		Lar de Infância e Juventude						IPSS	cnssaude.direcao@gmail.com	265 550 050	
CCA	Centro Cultural Africano	São Sebastião	Av. da Bela Vista, 13 - Inferior dos Pátios	2910-421 Setúbal	x							IPSS	crafricano@yahoo.com.br cca.setubal@gmail.com	965 768 978	
	Centro Cultural de Solidariedade Social Nossa Senhora da Conceição	São Sebastião	Rua João de Vaz, 1 e 3	2910-552 Setúbal								IPSS	nsconceicao1992@gmail.com	265 523 842 265 418 565	Resposta habitacional para pessoas idosas, sem alojamento
CASA	Centro de Apoio ao Sem Abrigo Setúbal (Existe um grupo de voluntários em Azeitão)	União das Freguesias de Setúbal	Sede: Rua Lezíria Pereira, 22 (SEDE) Azeitão: Rua do Poço, 107 Armação 2.º	2900-174 Setúbal Azeitão: 2925-445 Setúbal			Distribuição de Bens Essenciais Ajuda Alimentar a Carenciados			Reinserção Social Alojamento Sem-Abrigo	X	IPSS	setubal@casa-apoioasemabrigo.org Azeitão: azeitao@casa-apoioasemabrigo.org	SEDE: 914 222 377 265 245 513 Azeitão: 212 181 146	
	Centro de Estudos Baía do Sabor	União das Freguesias de Setúbal	Rua Gama Braga, 9	2900-104 Setúbal								Privada		919 764 785	
CRI SETUBAL - ICAD	Centro de Repostas Integradas da Península de Setúbal	Alto do Seixalinho (Barreiro)	Avenida do Bocage, 34	2630-002 Barreiro					Acompanhamento e Tratamento de Dependências				cri.psetubal.dicad@arsvt.mh-saude.pt	210 079 900	
EP / CRI SETUBAL, LP	Equipa de Prevenção do CRI da Península de Setúbal - Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, LP.	União das Freguesias de Setúbal	Praça da República - Junto ao jardim beira-mar	2900-587 Setúbal							X	Pública			Responsável pela equipa e prevenção: Célia Santos Célia Santos@icad.mh-saude.pt
ETET / CRI SETUBAL / ICAD, LP	Equipa Técnica Especializada de Tratamento do CRI da Península de Setúbal - Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, LP.	União das Freguesias de Setúbal	Praça da República - Junto ao jardim beira-mar	2900-587 Setúbal					Encaminhamento para desubstânciação e para comunidade terapêutica				catdesetubal@gmail.com et.setubal.dicad@arsvt.mh-saude.pt	265 245 690	Responsável: Rosa Barça rosa.barca@icad.mh-saude.pt
CDSSS - ISS, LP	Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal - ISS, LP	União das Freguesias de Setúbal	Rua Cláudio Lagrange	2900-461 Setúbal							X	Pública	CDSSSETUBAL@SE-SOCIAL.PT	300 505 502	
MHAS	Centro Geriátrico	São Sebastião	Avenida do Almeijo, 26 - 28	2914-511 Setúbal						Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)		Privada	mhas.centrogeriatrico@hotmail.com	961 050 781	

Siglas	Entidade	Freguesia	Morada	Código-Postal	Associações Imigrantes	Infância e Juventude	Família e Comunidade	Deficiência / Incapacidade	Saúde	População Adulta	Rede Social	Pública / Privada / IPSS	E-MAIL	Contacto telefónico	Observações
	Centro Infantil Quinta Nova	São Sebastião	Rua do Antigo Olival, lote 6 - E11	2910-060 Setúbal		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar						IPSS	c.i.quintanova@hotmail.com	265 741 759	
CJT	Centro Jovem Tabor	Gâmbia-Portes-Alto da Guerra	Quinta do Mochão, 2 - Padielras	2910-283 Setúbal		Casas de Acolhimento					X	IPSS	clabor.direcao@gmail.com secretaria@centrojovemtabor.pt	265 501 218 963 688 980	
CSPDMM	Centro Social e Paroquial D. Manuel Martins	São Sebastião	SEDE: Avenida Bento Jesus Caraga, 77 GIP: Fábrica da Igreja da Nossa Senhora da Conceição	2910-430 Setúbal		Apoio Escolar	Restaurante Social		Clinica Social Dentária	Gabinete de Inserção Profissional Imigrante (GIP)	X	IPSS	gip.setubal@gmail.com	265 771 228 265 771 422 265 741 468	Este Centro Social contém o projeto "Mãos Dadas"
CSPSS	Centro Social e Paroquial de S. Sebastião - Centro Comunitário	São Sebastião	SEDE: Largo de São Domingos SAAS: Praya General Luís Domingues, 32	SEDE: 2910-082 Setúbal SAAS: 2910-585 Setúbal		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Distribuição de Bens Essenciais Ajuda Alimentar a Carentados Loja Social Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (Família e Comunidade) Centro Comunitário		Farmácia Social	Centro de Convívio (para idosos)	X	IPSS	sebastiao@diocese-setubal.pt geral@cpsps.pt	SEDE: 264 523 051 SAAS: 265 227 601 969 521 237	
	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Anunciada	União das Freguesias de Setúbal	Rua N.º Sra do Carmo, 4 Rua Alves da Silva, 41	2900-268 2900-185 Setúbal		Creches				Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)			ruete24102.14@gmail.com geral@cpnsa.pt	265 544 430	
	Colégio Andréade Covo	São Sebastião	Estada Vale de Múltias, 5	2910-737 Setúbal		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar						Privada	cl.stilipe@escolas.min-edu.pt	265 573 494 926 048 156	
	Colégio das Falas	União das Freguesias de Azeitão	Rua Almada Negreiros, Brljos de Azeitão	2925-502 Azeitão		Centro de Atividades de Tempos Livres						Privada	geral@colegiodasfalas.pt	212 191 868	
	Colégio do Centelo	União das Freguesias de Setúbal	Rua Melvin Jones	2900-495 Setúbal		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar						Privada	geral@colegiodocentelo.pt	265 098 148 919 661 717	
	Colégio São Cristóvão	Gâmbia-Portes-Alto da Guerra	Sitio da Serralheira CCI 5623	2910-011 Setúbal		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar						Privada	geral@saocristovao.eu	265 501 472 966 408 002	
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	Rua Amicar Cabral, 6	2900-219 Setúbal		Crianças e Jovens em Perigo					X	Publica	cpdj.setubal@cpndcjp.pt erfiss@cpndcjp.pt	265 545 170	
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	Santo Condestável (Lisboa)	Rua Almeida Brandão, 7	1200-056 Lisboa		Bens de Apoio à Infância	Igualdade de Género Violência Doméstica					IPSS	cig@cig.gov.pt	217 983 000	
CITE	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego	Olaiss	Rua Américo Durão, 12 - A, 1.º e 2.º andar	1900-064 Lisboa			Igualdade de Género Apoio Jurídico					Publica	geral@cite.pt	215 954 000	
	Creche "O cantinho da Mimim"	São Sebastião	Avenida Jaime Cortesão, 35	2910-541 Setúbal		Creches						Privada	crechecantinhodamim@hotmail.com	265 234 669	
	Cruz Vermelha						Teleassistência (Violência Doméstica)							265 535 353 265 522 578	



Siglas	Entidade	Freguesia	Morada	Código-Postal	Associações Imigrantes	Infância e Juventude	Família e Comunidade	Deficiência / Incapacidade	Saúde	População Adulta	Rede Social	Pública / Privada / IPSS	E-MAIL	Contacto telefónico	Observações
	Infantário Vale dos Pintassilgos	São Sebastião	Rua das Manteigadas, 38	2910-241 Setúbal		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar Creches						Privada	geral@valedospintassilgos.pt	265 718 488	
	Infantário Viva Kids	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Rua das Tílias, 128 - Quinta da Serralheira - Alto da Guerra	2910-143 Setúbal		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar Creches						Privada	vivakids@outlook.pt	265 702 231 929 154 137	
	Infantário Zohing	São Sebastião	Rua Comendador Lino da Silva, 86	2910-582 Setúbal		Creches						Privada	iduca-neves@hotmail.com	966 521 337	
	Infantários Os Pitinhos I e II	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Rua José Guilherme dos Santos, 11 B e D, Poço de Mouro	2910-296 Setúbal		Centro de Atividades de Tempos Livres						Privada	Pitinhos@gmail.com	916 603 775 265 708 565 265 73 0106	
	Inovar Autismo - Associação de Cidadania e Inclusão	São Sebastião	Avenida D. Manuel I, 40, 2º DT	2910-592 Setúbal		Creches		Centro de Inovação e Desenvolvimento para a Inclusão (CDI)			x	IPSS	innovar.autismo@gmail.com geral@innovarautismo.pt	938 225 977 937 128 407	
ICE	Instituto das Comunidades Educativas	São Sebastião	Rua do Morinho, 1, RIC D11 - Bela Vista	2910-614 Setúbal		Linha SOS - Criança Apoio Jurídico	Desenvolvimento comunitário	Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI)			X	IPSS	alternativa.ice@gmail.com	912 240 852 912 240 824 265 783 006	
IAC	Instituto de Apoio à Criança - SOS Criança	Avalade (L.Íbora)	Avenida da República, 21	1050-185 Lisboa					Apoio Psicológico Acompanhamento Social			IPSS	iac-sede@iacriancia.pt	213 617 880	
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional de Setúbal	São Sebastião	Rua António José Batista, 88, A	2910-397 Setúbal						Emprego e Formação Profissional	X	Pública	se.setubal@iefp.pt	265 146 870	
	Jardim de Infância "A Escolinha da Quinta"	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Rua Bela do Sado, 177 - Brejos de Canas - Pontes	2910-014 Setúbal		Creches						Privada	escolinhadaquinta@sapo.pt	265 706 022	
	Jardim de Infância "O Remendinho"	União das Freguesias de Azeitão	Rua da Escola de Brejos do Clerigo, 272	2925-805 Azeitão		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar						Privada	o.remendinho@netvisao.pt	212 191 152	
	Jardim Escola "Casas de Azeitão"	União das Freguesias de Azeitão	Rua dos Jancarandás, 20	2925-320 Azeitão		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar						Privada	geral@jardimescola.com	210 838 618 212 191 881	
	Jardim Infantil "Bichinho de Conta"	União das Freguesias de Setúbal	Rua Alto do Greñal, 5	2900-742 Setúbal		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar						Privada	bichinho_conta@hotmail.com	265 528 689	
JFGPAG	Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Rua da Junta 1, EN10 - Pontes	2910-312 Setúbal							X	Pública	geral@jfgpag.pt presidente@jfgpag.pt	265 706 124	
JFSS	Junta de Freguesia de S. Sebastião	São Sebastião	Largo Manuel da Luz Greça, 5 A	2910-591 Setúbal							X	Pública	geral@jf-ss.pt presidente@jfss.pt	265 719 520	
JFS	Junta de Freguesia do Sado	Sado	Rua Cooperativa de Habitação da Sapoc - Quinhinha do Meio	2910-327 Setúbal							X	Pública	geral@jf-sado.pt presidente@jf-sado.pt	265 783 016	
	Lar da Terceira Idade de São Filipe	União das Freguesias de Setúbal	Estrada da Rasca, 32	2900-579 Setúbal						Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)		Privada		265 232 915 211 336 440	
	Lar de Idosos SAMS/MAIS Sindicato	União das Freguesias de Azeitão	Rua de Lisboa, 431, Brejos de Azeitão	2925-566 Azeitão						Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)		Privada	lar.idosos@sams.pt	212 199 620	
LATI	Liga dos Amigos da Terceira Idade	São Sebastião	CATL, Pré-Escolar, Creche, UMF, ERPI, CD, SAD; Rua dos Salgueiros, 10 (SEDE) RSI: Rua Filipe de Almeida, 4 "O Palhacinho"	SEDE: 2910-075 Setúbal RSI: 2910-492 Setúbal "O Palhacinho": 2910-145 Setúbal		Centro de Atividades de Tempos Livres	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (Família e Comunidade)	Unidade de Média Duração e Resilição (UMDR)		Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	X	IPSS	CATL, Pré-Escolar, Creche, UMDR, UMF, ERPI, CD, SAD: geral@lati.pt lati@ccbcage@gmail.com latiucci@gmail.com RSI: 265 729 631 "O Palhacinho": 265 783 373	265 729 630 265 729 633	

Siglas	Entidade	Freguesia	Morada	Código-Postal	Associações Imigrantes	Infância e Juventude	Família e Comunidade	Deficiência / Incapacidade	Saúde	População Adulta	Rede Social	Pública / Privada / IPSS	E-MAIL	Contacto telefónico	Observações
	Mães de Azeitão	União das Freguesias de Azeitão				Bens de Apolo à Infância						Projeto		Facebook: Mães de Azeitão	
	"O Cão" infantil	São Sebastião	Rua Gomes Cardim, 23	2910-515 Setúbal		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar Creches						Privada		265 524 441	
	O Conforto dos Avós - Residência Geriátrica	União das Freguesias de Azeitão	Rua da Salmoura, 99A e 9B - Brejos de Azeitão	2925-586 Azeitão		Centro de Atividades de Tempos Livres				Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)		Privada	geral@comfortodosavos.pt	212 889 120	
PJ	Polícia Judiciária de Setúbal	São Sebastião	Praça General Luís Domingues, 27	2910-585 Setúbal								Pública	dic.setubal@pj.pt	265 556 237 Piquete: 265 234 823	
INCorp	Psicomotricidade e Desenvolvimento	União das Freguesias de Setúbal	Rua António José Marques, 13 - B	2900-234 Setúbal					Intervenção Clínica	Formação		Privada	geral@incorp.pt	265 085 055 918 497 718	Clinica de Psicomotricidade, Saúde mental e Desenvolvimento que pratica pregoas sociais
	Questão de Equilíbrio e Associação de Educação e Inserção de Jovens	São Sebastião	Rua Mário Sacramento, 4 - 2.º Dto.	2910-599 Setúbal		Lar de Infância e Juventude						IPSS	questao.equilibrio@gmail.com	265 552 668	
EAPN	Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal Núcleo Distrital de Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	Largo de Jesus, 3	2900-499 Setúbal		Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)						IPSS	cafpap.qe@gmail.com	265 533 222	
	Residência Geriátrica do Élio	União das Freguesias de Azeitão	Avenida de 5 de Outubro, 92, 2.º Esq.	2900-308 Setúbal								IPSS	setubal@eapn.pt	967 084 637	
	Re-food Setúbal	São Sebastião	Rua Mário Sacramento, 15	2910-599 Setúbal			Ajuda Alimentar a Carenciados					IPSS	geral.setubal@re-food.org	265 548 410	
	Residência Sênior Avós Arco-Íris	União das Freguesias de Azeitão	Rua Frederico Paiva, 3, Vila Nogueira de Azeitão	2925-163 Azeitão								Privada	olardello@hotmail.com	210 852 446	
	Residência Sênior Quinta do Mecho	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Estrada da Casa do Gaiato, 47 - Pradéis	2910-281 Setúbal								Privada	geral@lardeidosos.com.pt	212 189 499 965 501 099 962 748 634	
	SADO ACOLHE - Associação de Apoio às Crianças, Jovens e Idosos da Freguesia do Sado	Sado	Rua Gomes Leal, 86 A - Pratas do Sado	2910-332 Setúbal			Loja Social					IPSS	geral@sadoacolhe.pt	265 406 896	
	Santa Casa da Misericórdia de Azeitão	União das Freguesias de Azeitão	CMS: Rua José Augusto Coelho, 154 (SEDE) CD: Rua da Padaria, 153, Brejos de Azeitão	SEDE: 2925-543 Setúbal CD: 2925-810 Setúbal					Farmácia Social Consultas Médicas Sociais	Centro de Dia (CD)		IPSS	SEDE: geral.aesc@scmazeitao.pt SAD: areasocial@scmazeitao.pt	SEDE: 2121089000 CD: 926750549	
SCMA	Porto Salus	União das Freguesias de Azeitão	Rua Ary dos Santos, 11	2925-539 Setúbal						Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)			coordenadorasc.azeitao@vipea.net geral@portosalus.pt		
	Azeitão Sênior Care	União das Freguesias de Azeitão	Rua da Pedaria, 153, Brejos de Azeitão	2925-810 Azeitão						Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)		Privada	geral@via-senior.com info@azeitaoencare.com	800 781 136 926 750 549	
	Santa Casa da Misericórdia de Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	Barradas, 4 (SEDE) SAD: Rua Açódo Barrois, 2	2900-197 Setúbal			Refeitório / Cantina Social			Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)		IPSS	SAD: atendimento.social@scmsetu bal.pt SEDE: geral@scmsetubal.pt BAT: infohoiseniort@sabo.pt	SAD: 265 520 955 BAT: 265 236 071 966 296 510	

Siglas	Entidade	Freguesia	Morada	Código-Postal	Associações Imigrantes	Infância e Juventude	Família e Comunidade	Deficiência / Incapacidade	Saúde	População Adulta	Rede Social	Pública / Privada / IPSS	E-MAIL	Contacto telefónico	Observações							
SCMS	Lar Acácio Barradas	União das Freguesias de Setúbal	Rua Acácio Barradas, 4	2900-197 Setúbal						Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)		IPSS	lar.acaciobarradas@scmsetubal.pt	265 520 964								
	Centro de Apoio a Idosos Dependentes	União das Freguesias de Setúbal	Passo da Misericórdia	2900-096 Setúbal						Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)		IPSS	caid.recepcao@scmsetubal.pt	265 520 950								
	Lar Doutor Paula Borba	União das Freguesias de Setúbal	Rua Joaquim Branújo	2900-309 Setúbal						Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)		IPSS	paula.veloz@scmsetubal.pt	265 520 976								
SCMS	Centro de Apoio à Terceira Idade	União das Freguesias de Setúbal	Quinta da Gale, Estrada das Machedas	2900-313 Setúbal						Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)		IPSS	apocio.cat@scmsetubal.pt	265 527 362								
	Hospital Nossa Senhora da Arrábida	União das Freguesias de Azeitão	Rua Ary dos Santos, 11	2925-061 Azeitão					Unidade de Cuidados Paliativos (UCP)	Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)		Privada	social04_insa@arpea.net	210495670								
																Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDLM)						
									Unidade de Consciência (UC)													
SPEM	Sênior Casa de Repouso, Lda.	União das Freguesias de Azeitão	Quinta das Giestas, Vendas de Azeitão	2925-754 Azeitão						Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)		Privada	seniorquintadasgiestas@gmail.com	212 180 506								
	Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla - Delegação de Setúbal	Marvil (Lisboa)	Rua Zófilo Pedroso, 66	1950-291 Lisboa				Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)				IPSS	setubal-geral@spem.pt	834 386 909 Grupo Concelho (Setúbal): 265 545 170								
	Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, CRL	União das Freguesias de Setúbal	SEDE: Rua José Pereira Martins GIP: Rua João Elroy do Amaral, 140	2900-376 Setúbal GIP: 2900-414 Setúbal					Acompanhamento Social	Formação Gabinete de Inserção Profissional (GIP)												
SEES	Sorriso Maroto	União das Freguesias de Setúbal	Rua Manuel Dias Duque, 3	2900-766 Setúbal								Privada	gera@sorriso-maroto.pt	265 526 090 962 778 436								
	União das Freguesias de Azeitão	União das Freguesias de Azeitão	SEDE: Rua José Augusto Coelho, 27, Via Nogueira de Azeitão	2925-542 Azeitão GIP: 2925-461 Azeitão			Centro Comunitário Loja Social			Gabinete de Inserção Profissional (GIP)		Publica	soniapa@jfreq.azetiao.com geral@jfreq-azetiao.com Centro Comunitário: centro.comunitario@uf-	212 199 930 212 180 694 GIP: 914 399 069								
UFA	União das Freguesias de Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	Rua Mormuço, 40	2900-504 Setúbal			Centro Comunitário					Publica	presidente@uf-setubal.pt geral@uf-setubal.pt	265428752 269 535 815								
UDIPSS	União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	Avenida Luísa Todt, 163, edifício Mercado Livramento, piso 1, loja 12	2900-462 Setúbal								Publica	geral@udipsssetubal.org udipsssetubal@gmail.com	265 534 213								
																Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)						
																Unidade de Saúde						
UGT	União Geral dos Trabalhadores de Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	Rua Joaquim Brandão, 13	2900-422 Setúbal						Gabinete de Inserção Profissional (GIP)		IPSS	gip@setubal.ugt.pt	265 509 100 969 038 769								
UCC PENINSULA AZUL	Unidade de Cuidados na Comunidade, Península Azul	União das Freguesias de Setúbal	Rua de Damão, 1, 2º Andar, 340	2900-588 Setúbal							X	Publica	ucc.pazu@ulsa.min-saude.pt	265 531 200								
																Unidade de Saúde						
		União das Freguesias de Setúbal	Praça da República	2900-507 Setúbal									ucsp.prepublica@arsvlt.min-saude.pt	265 544 320	UCSP Praça da República							
		São Sebastião	Rua Augusto Gomes, 25	2910-123 Setúbal									ucsp.stnicolau@arsvlt.min-saude.pt	265 545 200	UCSP São Nicolau							

# ANEXOS

Stijas	Entidade	Freguesia	Morada	Código-Postal	Associações Imigrantes	Infância e Juventude	Família e Comunidade	Deficiência / Incapacidade	Saúde	População Adulta	Rede Social	Pública / Privada / IPSS	E-MAIL	Contacto telefónico	Observações		
ULSA, EPE	Unidade Local de Saúde da Arrábida, EPE	União das Freguesias de Setúbal	Rua Damião, 1, 2º andar	2900-340 Setúbal					Unidade de Saúde				ucc.pazul@arsivt.min-saude.pt	265 531 200	UCC Península Azul Pobo de Setúbal - Bonfim		
		Freguesias de Setúbal	Rua Batalha do Viso, 46	2900-264 Setúbal					Unidade de Saúde					usf.sfilipe@arsivt.min-saude.pt	265 536 570	USF São Filipe	
		Freguesias de Setúbal	Rua Alexandre Heráclio, 46	2900-205 Setúbal					Unidade de Saúde					usf.flod@arsivt.min-saude.pt	265 540 290 (geral) 265 540 291 (secretaria)	USF Luísa Todí	
		União das Freguesias de Azeitão	Rua Antur Horta, 18	2925-510 Setúbal					Unidade de Saúde				Publica	ucsp.azeitao@ulsa.min-saude.pt	212 199 500	UCSP Azeitão	
		Sado	Rua Manuel Francisco Novo - Santo Ovídio	2910-363 Setúbal					Unidade de Saúde					usf.sado@ulsa.min-saude.pt	265 790 460	UCSP Sado	
		São Sebastião	Rua Camilo Castelo Branco, 175	2910-549 Setúbal					Equipa de Prevenção da Violência no Adulto (EPVA)						epva.arrabida@ulsa.min-saude.pt	914 064 265 966 275 799	UCSP Sado
		São Sebastião	Rua Camilo Castelo Branco, 175	2910-549 Setúbal					Hospital de São Bernardo				X		portalutente@ulsa.min-saude.pt	265 549 000	
		Freguesias de Setúbal	Outilo	2900-180 Setúbal					Hospital de Santiago do Outilo						gabinete.citadiao@ulsa.min-saude.pt	265 543 903	
		São Sebastião	Avenida das Descobertas - Urbanização Vale do Cobre	2910-711 Setúbal					Unidade de Saúde						geral@chs.min-saude.pt	265 708 000	UCSP São Sebastião
		UNISETI	Universidade Setubalense da Terceira Idade, CRL	União das Freguesias de Setúbal	Jardim do Bonfim	2900-703 Setúbal						Formação	x	IPSS	secretaria.uniseti@gmail.com	265 540 230	
	Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Setúbal	União das Freguesias de Setúbal	Rua António Maria Eusebio, 1	2900-236 Setúbal						Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)	x	IPSS	otcarmosetubalotc@gmail.com	265 547 410			
	Villa Serena	União das Freguesias de Azeitão	Rua dos Pinheiros, 17, Brejos de Azeitão	2925-317 Azeitão						Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)		Privada	geral@villaserena.pt villaserena@sapo.pt	212 199 205 914 907 457			

# ÍNDICE DE GRÁFICOS, TABELAS, IMAGENS E ANEXOS

## GRÁFICOS

1	Evolução da população residente no concelho de Setúbal	6
2	Estrutura etária da população no concelho de Setúbal	7
3	População residente por lugar - Freguesia do Sado	10
4	População residente por lugar - Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	11
5	População residente por lugar - Freguesia de Azeitão	12
6	População residente por lugar - Freguesia de São Sebastião	13
7	População residente por lugar - União das Freguesias de Setúbal	14
8	Estrutura etária da população no concelho de Setúbal	15
9	Taxa bruta de natalidade	20
10	Índice sintético de fecundidade	21
11	Taxa bruta de mortalidade	22
12	Saldo natural no concelho de Setúbal	23
13	Saldo migratório no concelho de Setúbal	23
14	Variação populacional no concelho de Setúbal	24
15	Dimensão dos agregados domésticos privados	25
16	Enquadramento dos indivíduos nos agregados	27
17	Pessoal ao serviço por atividade económica	33
18	Volume de negócios das empresas por atividade económica	35
19	População empregada por sexo no concelho de Setúbal	39
20	Ganho médio mensal por setores de atividade económica e por sexo no concelho de Setúbal	40
21	Ganho médio mensal por nível de ensino	44
22	Ganho médio mensal por profissão (cpp)	46
23	Local de trabalho relativamente ao local de residência	48
24	Taxa de desemprego na AML	50
25	Inscritos/as no IEFP Setúbal	50
26	Inscritos/as no IEFP Setúbal por sexo	51
27	Taxa de desemprego	52
28	Tempo de inscrição no IEFP Setúbal	54
29	Inscritos/as no IEFP Setúbal por faixa etária	54
30	Nível de ensino de inscritos/as no IEFP Setúbal	56
31	Motivo das novas inscrições no IEFP Setúbal	57
32	Fonte de rendimento da população residente com 15 ou mais anos de idade	59
33	Índice de poder de compra per capita relativamente a Portugal	61
34	Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social	65
35	Coefficiente de GINI	66
36	Taxa de privação severa das condições de habitação	67
37	Taxa de privação material e social severa	68
38	Proporção pop. residente c/ -65 anos vive em agregados c/ intensidade laboral per capita muito reduzida	69
39	Desigualdade na distribuição de rendimentos S80/S20 por local de residência	69
40	Crianças e jovens acompanhadas pela CPCJ de Setúbal por escalão etário e sexo	74
41	Proporção quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes em áreas mediantemente urbanas	84
42	Proporção quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes em áreas predominantemente urbanas	84
43	População por tipo e grau de dificuldade dos 5 aos 19 anos no concelho de Setúbal	86
44	População com 65+ anos que não consegue ou tem muita dificuldade em realizar determinadas ações	88
45	População com 65 e mais anos por nível de ensino completo	90
46	População com 65 e mais anos por sexo e nível de ensino completo	91
47	População com 65 e mais anos por sexo e situação laboral	92
48	Proporção de agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos	93
49	Estatuto das pessoas com 65 e mais anos nos agregados domésticos privados	94
50	Pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa	96

# ÍNDICE DE GRÁFICOS, TABELAS, IMAGENS E ANEXOS

## GRÁFICOS

51	Pop. c/grau “muita dificuldade” ou “não consegue efetuar ação” por tipo de dificuldade e escalão etário	99
52	Pop. c/5+ anos grau “muita dificuldade” ou “não consegue efetuar ação” por tipo de dificuldade e freguesia	101
53	Pop. c/5+ anos “muita dificuldade” ou “não consegue efetuar ação” por tipo de dificuldade e escalão etário	103
54	Principal fonte rendimento da pop. em idade ativa c/ grau “muita dificuldade” ou “não consegue efetuar ação”	105
55	Residentes 5+ anos alojamentos familiares clássicos dificuldade/não conseguem entrada acessível cadeira de rodas	107
56	População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Setúbal	110
57	População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Setúbal por sexo	110
58	População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes	111
59	População residente de nacionalidade estrangeira	112
60	Proporção de cada nacionalidade pop. estrangeira c/estatuto legal residente em cada unidade territorial	115
61	Motivo de entrada em Portugal da população residente após 2010	116
62	Pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Setúbal	121
63	Pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Setúbal por faixa etária	122
64	Pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Setúbal por tempo nesta situação	123
65	Fonte de rendimentos das pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Setúbal	123
66	Causas da situação sem-abrigo no concelho de Setúbal	124
67	Beneficiárias/os do RSI por 1000 habitantes	148
68	Beneficiárias/os do CSI por 1000 habitantes com 65 ou mais anos	149
69	Beneficiárias/os do subsídio de desemprego no concelho de Setúbal por escalão etário	155
70	Beneficiárias/os do subsídio de desemprego no concelho de Setúbal por sexo	155
71	Beneficiárias/os do subsídio de desemprego por 1000 habitantes em idade ativa por freguesia	158
72	Pessoal ao serviço hospitais públicos acesso universal e hospitais em parceria público-privada no Concelho	164
73	Esperança média de vida à nascença	167
74	Taxa quinquenal de natalidade infantil	168
75	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal	168
76	Casos de VIH em Portugal por grupo etário e sexo	176
77	Casos de SIDA em Portugal por grupo etário e sexo	178
78	Casos de VIH e SIDA em Portugal por grupo etário	179
79	Taxa de criminalidade	191
80	Taxa de criminalidade no concelho de Setúbal	193
81	Crimes registados de violência doméstica contra cônjuge ou análogos em Setúbal	194
82	Crimes registados de abuso sexual de menores na Comarca de Setúbal	197
83	Estabelecimentos por nível de ensino no concelho de Setúbal	201
84	Taxa de analfabetismo	202
85	Proporção de população residente com ensino superior completo	203
86	Nível de escolaridade mais elevado completo da população residente c/ 15+ anos por sexo no Concelho	206
87	Alunos/as matriculados/as por nível de ensino no concelho de Setúbal	207
88	Taxa de retenção e desistência no ensino básico	208
89	Taxa de retenção e desistência por nível de ensino no concelho de Setúbal por ano letivo	209
90	Docentes por nível de ensino no concelho de Setúbal	210
91	Docentes por grupo etário no município de Setúbal	211
92	Taxa de jovens com idades entre 16 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação	213
93	Proporção pop. residente c/idade 18-24 anos c/3º ciclo completo que não está a frequentar sistema de ensino	214
94	Despesas por domínio cultural no concelho de Setúbal em 2023	219
95	Despesas por domínio cultural no concelho de Setúbal	220
96	Visitantes de museus no concelho de Setúbal	221
97	Bilhetes vendidos de espetáculos ao vivo no concelho de Setúbal	221
98	Sessões de espetáculos ao vivo no concelho de Setúbal	221
99	Espectadores de espetáculos ao vivo por habitante	222
100	Despesas por tipo de atividade e/ou equipamento desportivo do município de Setúbal	225

# ÍNDICE DE GRÁFICOS, TABELAS, IMAGENS E ANEXOS

## GRÁFICOS

101	Pop. residente c/ idade $\geq 15$ anos segundo o total de dias de prática de exercício físico numa semana normal	226
102	Modalidades a que as entidades desportivas se dedicam	227
103	Localização dos eventos desportivos e recreativos desenvolvidos	227
104	Proporção de praticantes das entidades desportivas sem fins lucrativos por freguesia	229
105	Distribuição por grupos etários de praticantes das entidades desportivas sem fins lucrativos no Concelho	230
106	Praticantes das entidades desportivas sem fins lucrativos por sexo	230
107	Praticantes associados/as às entidades, por freguesia e sexo	231
108	Entidades com praticantes com/sem deficiência	231
109	Evolução do número de praticantes nas atividades desportivas e recreativas no concelho de Setúbal	232
110	Número de praticantes nas entidades por modalidades	232
111	Edifícios clássicos	237
112	Época de construção dos edifícios clássicos	238
113	Dimensão da necessidade de reparação dos edifícios clássicos	239
114	Alojamentos familiares clássicos	240
115	Tipo de alojamento face à forma de ocupação	241
116	Fogos licenciados anualmente em novas construções	243
117	Aragados domésticos privados nos alojamentos familiares clássicos sobrelotados por local de residência	244
118	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com entrada acessível a cadeira de rodas	247
119	Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados	249
120	Valor médio das rendas por m <sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	250
121	Valor médio das vendas por m <sup>2</sup> de alojamentos familiares nos últimos 12 meses	251
122	Transferências e realojamentos no concelho de Setúbal	258
123	Principal meio de transporte utilizado nas deslocações casa-trabalho/escola	260
124	Duração dos movimentos pendulares casa-trabalho/escola	263
125	Duração média mov. pendulares pop. residente empregada/estudante utiliza transporte coletivo e individual	265
126	Água segura	268
127	Índice de qualidade do ar em Setúbal	269
128	Área de espaço verde urbano por habitante	270
129	Área verde por habitante	271
130	Pop. residente afetada níveis de ruído superiores a 55 decibéis (Lden) sobre o total de população residente	272
131	Taxa de abstenção nas eleições para as câmaras municipais	273
132	Taxa de abstenção nas eleições para a assembleia da república	275

# ÍNDICE DE GRÁFICOS, TABELAS, IMAGENS E ANEXOS

## TABELAS

1	Evolução da população nas freguesias do concelho de Setúbal	9
2	Índice de dependência de idosos	16
3	Índice de dependência de jovens	17
4	Índice de envelhecimento	18
5	Índice de dependência total	19
6	Dimensão média dos agregados	26
7	Estatuto das pessoas em agregados domésticos privados/institucionais/sem teto	32
8	População empregada por profissão (Grande grupo - CPP)	36
9	População empregada por atividade económica por freguesia	37
10	Valor médio do rendimento bruto declarado por sujeito passivo	62
11	Entidades sinalizadoras dos processos instruídos na CPCJ de Setúbal	75
12	Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pela CPCJ Setúbal por escalão etário	76
13	Problemas diagnosticados nos processos instruídos pela CPCJ Setúbal por escalão etário	77
14	Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pela CPCJ Setúbal por escalão etário	79
15	Medidas de Promoção e Proteção em execução pela CPCJ Setúbal por escalão etário	80
16	Evolução de alguns indicadores de atividade da comissão de proteção de crianças e jovens de Setúbal	82
17	Coeficiente de localização da população residente estrangeira	111
18	População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Setúbal	113
19	População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Setúbal e variação de alguns outros países	114
20	Dados de atendimento direto – SEI – Setúbal, Entidades e Imigração	119
21	Utentes por resposta social com acordo de cooperação	128
22	Capacidade de respostas sociais para crianças (creche) em Setúbal	131
23	Evolução das respostas sociais para crianças em Setúbal	132
24	Respostas sociais para crianças (excluindo creche) em Setúbal	133
25	Capacidade de respostas sociais para pessoas idosas em Setúbal	134
26	Evolução das respostas sociais para pessoas idosas em Setúbal	135
27	Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Setúbal	136
28	Evolução das respostas sociais para pessoas com deficiência e/ou incapacidade em Setúbal	138
29	Evolução do número de vagas de respostas sociais para pessoas com deficiência e/ou incapacidade em Setúbal	139
30	Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para pessoas com deficiência/incapacidade em Setúbal	140
31	Respostas sociais por grupo-alvo em Setúbal	143
32	Beneficiários/as do rendimento social de inserção por escalão etário	146
33	Beneficiários/as do rendimento social de inserção por freguesia	147
34	Beneficiários/as do Complemento Solidário para Idosos	150
35	Beneficiários/as de várias prestações sociais no concelho de Setúbal	151
36	Pensionistas por tipo de pensão no concelho de Setúbal	152
37	Pensionistas por sexo no concelho de Setúbal	153
38	Beneficiários/as de pensão social no concelho de Setúbal	153
39	Beneficiários/as do subsídio de desemprego no concelho de Setúbal por freguesia e variação	157
40	Beneficiários/as do subsídio de desemprego no concelho de Setúbal por nacionalidade	159
41	Beneficiários/as de outras prestações sociais ligadas ao desemprego no concelho de Setúbal	160
42	Consultas médicas na unidade de consulta externa dos hospitais públicos e em parcerias público-privada	165
43	Consultas médicas por programa de saúde, consultas de doença aguda e domicílios (ULSA) e variação %	166
44	Causas de morte no concelho de Setúbal	169
45	Algumas causas de morte associadas a situações de vulnerabilidade no concelho de Setúbal 2013-2022 (%)	171
46	Algumas causas de morte associadas a situações de vulnerabilidade no concelho de Setúbal (Nº)	173
47	Novos diagnósticos de infeção por VIH	175
48	Novos diagnósticos de SIDA por 100.000 habitantes	177
49	Mortalidade evitável no concelho de Setúbal	181
50	Utentes com médicos de família nas unidades de saúde do concelho de Setúbal	182

# ÍNDICE DE GRÁFICOS, TABELAS, IMAGENS E ANEXOS

## TABELAS

51	Índice de desempenho global da saúde nas unidades de saúde do concelho de Setúbal	183
52	Proporção de cada tipo de crime registado em Portugal e em Setúbal	192
53	Nível de escolaridade mais elevado completo da população residente com 15 e mais anos de idade	204
54	Informação sobre o número de docentes em falta e deslocados/as	212
55	Alunos abrangidos pela ação social escolar no concelho de Setúbal por escalões do SASE	215
56	Eixos e objetivos estratégicos do plano estratégico municipal para a cultura de Setúbal	218
57	Eventos desportivos e recreativos, por freguesia	228
58	Indicadores de falta de conforto e condições habitacionais nos alojamentos do concelho de Setúbal	245
59	Índice de vulnerabilidade energética municipal	246
60	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem entrada acessível a cadeira de rodas	248
61	Barracos de habitação pública municipal no concelho de Setúbal	253
62	Número de fogos atuais, previstos e pedidos de habitação	254
63	Necessidades habitacionais no município de Setúbal - Procura manifesta e potencial - agregados	255
64	Realojamentos prioritários por freguesia	256
65	Pessoas recenseadas no concelho de Setúbal	274

## IMAGENS

1	Freguesias do concelho de Setúbal e respetiva área (km <sup>2</sup> )	5
2	Pirâmide da subsidiariedade	72
3	Fluxograma de procedimentos num processo de promoção e proteção	73
4	Distribuição dos estabelecimentos de ensino no concelho de Setúbal	199
5	Eixos de objetivos estratégicos do PEDDS	224

## ANEXOS

1	População empregada por atividade económica por freguesia
2	Municípios integrantes da rede portuguesa de municípios saudáveis
3	Movimento associativo no concelho de Setúbal - Lista de associações por freguesia
4	Eixos e medidas do Plano de Desenvolvimento Social de Setúbal 2021-2027
5	Lista de entidades e respostas sociais do Concelho de Setúbal

# GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

## SIGLAS E ACRÓNIMOS

AC	Atendimento Complementar
ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
ACM/YMCA	Associação Cristã da Mocidade / Young Men's Christian Association
ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde
AEOS	Agrupamento de Escolas da Ordem de Sant'Iago
AIMA	Agência para a Integração, Migrações e Asilo
AML	Área Metropolitana de Lisboa
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APAV	Associação de Apoio à Vitima
APACCF	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras
APPACDM	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
ARSLVT	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
ARU	Área de Reabilitação Urbana
ASE	Ação Social Escolar
BEACON	Bridging European and Local Climate Action
BI-CSP	Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários
CAARPD	Centro de Atendimento e Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade
CACI	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CAFAP	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
CAVI	Centro de Apoio à Vida Independente
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e do Vale do Tejo
CEDRU	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CLAS	Concelho Local de Ação Social
CNPDPJ	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CSI	Complemento Solidário para Idosos
Db	Decibéis
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DGPJ	Direção-Geral da Política da Justiça
EAPN	European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza)
EB+S	Escola Básica e Secundária
ENIND	Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação
ENIPSSA	Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
EPVA	Equipa de Prevenção da Violência no Adulto
ERPI	Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas
EVU	Espaço Verde Urbano
GNR	Guarda Nacional Republicana
HCC	Habitação a Custos Controlados
HSH	Homens que fazem Sexo com Homens
IDG	Índice de Desempenho Global da Saúde
IDI	Índice de Dependência de Idosos
IDJ	Índice de Dependência de Jovens
IDT	Índice de Dependência Total
IE	Índice de Envelhecimento
IEFP	Instituto Emprego e Formação Profissional
IHRU	Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

# GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

## SIGLAS E ACRÓNIMOS

INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Intervenção Precoce
IPS	Instituto Politécnico de Setúbal
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
IRN	Instituto de Registos e Notariado
IVEM	Índice de Vulnerabilidade Energética Municipal
JFS	Junta de Freguesia do Sado
JFSS	Junta de Freguesia de São Sebastião
LBAFD	Lei das Bases da Atividade Física e do Desporto
LGBTI+	Lésbica, Gay, Bisexual, Transexual, Intersexuais e Mais
MAVI	Modelo de Apoio à Vida Independente
NEET	Not in Education, Employment, or Training
NISS	Número de Identificação da Segurança Social
NPISA	Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo
NTA	Normas Técnicas de Acessibilidade
OC	Oficinal Colaborativas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Plano de Ação
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PEDDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal
PENSAAR	Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas
PER	Programa Especial de Realojamento
PIEF	Programa Integrado de Educação e Formação
PIH	Programa de Intervenções em Habitações
PMIND	Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação
PMST	Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes
PNBNC	Programa Nosso Bairro Nossa Cidade
PPP	Processo de Promoção e Proteção
PrEP	Profilaxia Pré-Exposição ao VIH
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PSI	Prestação Social para a Inclusão
PSP	Polícia de Segurança Pública
RAI	Residência de Automatização e Inclusão
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RPMS	Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis
RPMs	Razão Padronizada de Mortalidade Suavizada
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAAL	Serviço Ambulatório de Apoio Local
SAAS	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SASE	Serviços de Ação Social Escolar
SAVI	Serviço de Apoio à Vida Independente
SEI	Setúbal, Etnia e Imigração
SEIES	Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

# GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

## SIGLAS E ACRÓNIMOS

SNS	Sistema Nacional de Saúde
SPA	Substâncias Psicoativas
TBM	Taxa Bruta de Mortalidade
TBN	Taxa Bruta de Natalidade
TQMI	Taxa Quinquenal de Mortalidade Infantil
TQMN	Taxa Quinquenal de Mortalidade Neonatal
UCSP	Unidade de Cuidado de Saúde Personalizados
UF	Unidades Funcionais
UFA	União das Freguesias de Azeitão
UFS	União das Freguesias de Setúbal
ULSA	Unidade Local de Saúde da Arrábida
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
USF	Unidade de Saúde Familiar
VD	Violência Doméstica
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS). (2023). Operacionalização Contratualização de Cuidados de Saúde Primários 2023.

[https://www.acss.min-saude.pt/wp-content/uploads/2016/10/Operacionalizacao\\_CSP\\_2023\\_VF.pdf](https://www.acss.min-saude.pt/wp-content/uploads/2016/10/Operacionalizacao_CSP_2023_VF.pdf)

Alves, S. (2008). A geografia do desemprego no Porto. Comunidades e territórios com maior vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social. *Cidades - Comunidades e Territórios*, 16, 43-67.

[https://www.researchgate.net/publication/272710539\\_A\\_Geografia\\_do\\_Desemprego\\_no\\_Porto\\_Comunidades\\_e\\_territorios\\_com\\_maior\\_vulnerabilidade\\_a\\_pobreza\\_e\\_a\\_exclusao\\_social](https://www.researchgate.net/publication/272710539_A_Geografia_do_Desemprego_no_Porto_Comunidades_e_territorios_com_maior_vulnerabilidade_a_pobreza_e_a_exclusao_social)

AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal. (2015, Junho). PED Península de Setúbal 2014-2020 – Relatório Final.

[https://www.amrs.pt/amrs2/uploads/document/file/791/ped\\_peninsula\\_de\\_setubal\\_2014\\_2020\\_relatorio\\_final.pdf](https://www.amrs.pt/amrs2/uploads/document/file/791/ped_peninsula_de_setubal_2014_2020_relatorio_final.pdf)

APA: Agência Portuguesa do Ambiente. (2020). PENSAAR 2020 - Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020: Volume 1.

[https://apambiente.pt/sites/default/files/SNIAMB\\_Agua/DRH/PlaneamentoOrdenamento/PlanosSetoriais/SetorUrbano/PENSAAR2020/PENSAAR2020\\_Volume1.pdf](https://apambiente.pt/sites/default/files/SNIAMB_Agua/DRH/PlaneamentoOrdenamento/PlanosSetoriais/SetorUrbano/PENSAAR2020/PENSAAR2020_Volume1.pdf)

APAV: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2023). Sistema Integrado de Apoio à Distância 2023.

[https://apav.pt/estatisticas/assets/files/SP2023/SIAD\\_2023.pdf](https://apav.pt/estatisticas/assets/files/SP2023/SIAD_2023.pdf)

APPACDM Setúbal. (s.d.). Centro de Apoio à Vida Independente. Consultado a 24 de Fevereiro de 2025. <https://www.appacdmsetubal.pt/services-7-8>

APPACDM Setúbal. (s.d.). Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade. Consultado a 24 de Fevereiro de 2025.

<https://www.appacdmsetubal.pt/services-7-9>

Caetano, G. (Coord.), Figueiredo, C., Calado, L., & Henriques, P. (2024, outubro). Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal: Relatório Final. CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

<https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2025/03/PEDDS-PlanoEstr-Dese-Desporto-novembro2024.pdf>

Câmara Municipal de Setúbal & AO - Oficina de Arquitectura, Lda. (2007). Diagnóstico Sintético de Azeitão – Agenda 21 Local.

[https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2024/11/RPDM\\_A\\_AL21\\_Diagnostico-Sintetico-Azeitao.pdf](https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2024/11/RPDM_A_AL21_Diagnostico-Sintetico-Azeitao.pdf)

Câmara Municipal de Setúbal. (2016, Dezembro). Plano Estratégico de Desenvolvimento Setúbal 2026 - Relatório Final. Setúbal, Portugal: Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados.

[https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/10/RPDMS\\_A\\_Plano-Estrat%C3%A9gico-de-Desenvolvimento.pdf](https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/10/RPDMS_A_Plano-Estrat%C3%A9gico-de-Desenvolvimento.pdf)

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Câmara Municipal de Setúbal. (2021). Setúbal a Pensar em Si: Diagnóstico e Soluções em Saúde. Câmara Municipal de Setúbal. <https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/05/SetubalPensarEmSi-v2.pdf>

Câmara Municipal de Setúbal. (2021, Outubro). Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal – Caracterização e Diagnóstico. [https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/10/RPDMS\\_A\\_PMSTS\\_Caracteriza%C3%A7ao-e-Diagnostico.pdf](https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/10/RPDMS_A_PMSTS_Caracteriza%C3%A7ao-e-Diagnostico.pdf)

Câmara Municipal de Setúbal. (s.d.). Setúbal Ambiente. Consultado em 17 de março de 2025. <https://www.setubalambiente.pt/>

Canavarro, M. C., & Pedrosa, A. A. (2012). Gravidez e parentalidade na adolescência: Perspetivas teóricas. Revista Portuguesa de Saúde Pública, 30(2), 34–55. [https://apf.pt/wp-content/uploads/2023/08/no\\_2\\_2012\\_34-55.pdf](https://apf.pt/wp-content/uploads/2023/08/no_2_2012_34-55.pdf)

Carvalho, B. P., Fonseca, M., & Peralta, S. (2023). Pobreza Energética em Portugal: Uma análise municipal - Portugal, Balanço Social 2023 - Perspetivas. Nova School of Business and Economics. [https://www.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/2023/Nota\\_BS\\_Energy\\_dez\\_2023.pdf](https://www.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/2023/Nota_BS_Energy_dez_2023.pdf)

Carvalho, F. (2015). Risco de suicídio numa sociedade em crise económica – O papel dos cuidados de saúde (Mestrado Integrado em Medicina). Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/81801/2/37572.pdf>

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Coimbra & Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (s.d.). Atlas dos Municípios Saudáveis – Informações dos Indicadores. Consultado em 13 de fevereiro de 2025. <https://www.atlasmunicipiossaudaveis.pt/indicadores>

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). (2021, Novembro). Gender Pay Gap em Portugal. Lisboa, Portugal. [https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/11/Brochura-GPG\\_vFINAL.pdf](https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/11/Brochura-GPG_vFINAL.pdf)

Centro Hospitalar de Setúbal, E. P.E (CHS). (2023). Relatório anual sobre o acesso a cuidados de saúde. [https://www.chs.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/5/2024/11/Relat%C3%B3rio-Acesso-a-Cuidados-de-Sa%C3%BAde\\_CHS\\_2023.pdf](https://www.chs.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/5/2024/11/Relat%C3%B3rio-Acesso-a-Cuidados-de-Sa%C3%BAde_CHS_2023.pdf)

Centro Hospitalar de Setúbal, E. P.E (CHS). (2024, 2). Lista de Espera para 1.ª Consultas. Consultado a 5 de março de 2025 <https://www.chs.min-saude.pt/direito-de-acesso-do-utente-aos-cuidados-de-saude/lista-de-espera-para-1-consultas/2024-2/>

Código Penal. (1982). Artigo 152.º – Violência doméstica. Diário da República n.º 195/1982, Série I de 1982-09-15. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675-169645609>

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Comissão Europeia. (2020). Estratégia Europeia para a Igualdade de Género 2020-2025. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0152>

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJ). (2023). Relatórios Anuais de Avaliação da Atividade das CPCJ. <https://www.cnpdpj.gov.pt/documents/10182/25443/Sum%C3%A1rio+Executivo/86404d7e-f652-49d3-9332-31b948d6d149>

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). (2020). Sexismo: Repare nele, Fale dele, Acabe com ele! Campanha. Portugal. <https://www.cig.gov.pt/2020/10/sexismo-repare-nele-fale-acabe-campanha-lancada-portugal-no-dia-internacional-da-rapariga-11-outubro-2020/>

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2023). Igualdade de Género em Portugal: Boletim Estatístico 2023. CIG. <https://www.cig.gov.pt/area-igualdade-entre-mulheres-e-homens/indicadores/>

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2024, 10 de outubro). Dia Internacional das Pessoas Idosas - 1 de outubro de 2024. <https://www.cig.gov.pt/2024/10/dia-internacional-das-pessoas-idosas-1-de-outubro-de-2024/>

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. (2024, Janeiro). Sessão explicativa: Compromisso de Cooperação 2023-2024. Apresentado em Beja, Portugal. [https://cnis.pt/wp-content/uploads/2024/02/Sess%C3%A3o-explicativa\\_Compromisso-Coopera%C3%A7%C3%A3o-2023\\_2024.pdf](https://cnis.pt/wp-content/uploads/2024/02/Sess%C3%A3o-explicativa_Compromisso-Coopera%C3%A7%C3%A3o-2023_2024.pdf)

Conselho Económico e Social. (2008). Pessoas com Deficiência: Mobilidade, Educação e Trabalho. Parecer de Iniciativa (Aprovado no Plenário de 19 de Novembro de 2008). Lisboa. <https://ces.pt/wp-content/uploads/2021/12/pareceres-03-2008.pdf>

Conselho Europeu. (2019). Conciliação entre a vida profissional e a vida familiar de progenitores e cuidadores. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32019L1158&from=EN>

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. (1979, 18 de dezembro). Resolução 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas. [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw1.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf)

Correia, M., & Madaleno, M. (2023). Índice De Vulnerabilidade Social – Aplicação Ao Caso Português. Paper presented in Anais da I Conferência Internacional de Políticas Públicas e Ciência de Dados do Amazonas / II Conferência de Ciência de Dados para as Ciências Sociais. [https://ria.ua.pt/bitstream/10773/35621/1/Documento\\_Marta\\_Correia.pdf](https://ria.ua.pt/bitstream/10773/35621/1/Documento_Marta_Correia.pdf)

Cruz, F. D. G. (2011). Variabilidade ou Convergência - Análise Regional da Fecundidade em Portugal (1980-2009) (Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7173/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20An%C3%A1lise%20Regional%20da%20Fecundidade%20em%20Portugal.pdf>

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cuña, R. C. C. (2021). A implementação do acolhimento familiar em Portugal: Potencialidades e desafios na perspectiva de intervenientes-chave do sistema Nacional de acolhimento de crianças e jovens (Dissertação de Mestrado). ISPA – Instituto Universitário.

<https://repositorio.ispa.pt/entities/publication/81f841f8-e49b-4ad5-85a1-2baafedd320b>

Cunha, J. de C. (2022). Espaços Verdes Urbanos de Proximidade e Cidade Saudável. Uma leitura a partir da freguesia de Benfica – Lisboa (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

[https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/51741/1/Cunha\\_Jeanna%20de%20Campos\\_2022\\_TM.pdf](https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/51741/1/Cunha_Jeanna%20de%20Campos_2022_TM.pdf)

Cunha, V. (2005). As funções dos filhos na família. In K. Wall (Ed.), Famílias em Portugal (pp. 2-3).

Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. <https://www.ics.ulisboa.pt/file/4595/download?token=tMjp0tXq>

DE Comunidade. (2025, 3 de Março). Desporto Escolar. Consultado em 3 de Março de 2025.

<https://desportoescolar.dge.medu.pt/de-comunidade>

Decreto-Lei n.º 113/2021 de 14 de dezembro. Estabelece os princípios gerais e as regras da organização e funcionamento dos serviços de saúde mental Diário da República, 245/2021, Série I.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/113-2021-175865938>

Decreto-Lei n.º 392/1979 de 20 de setembro. Garante às mulheres a igualdade com os homens em oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego. Diário da República, 20 set 1979.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/392-1979-369814>

Decreto-Lei n.º 57-A/2024 de 13 de setembro. Estabelece o regime aplicável ao concurso externo extraordinário de seleção e de recrutamento do pessoal docente, a realizar no ano letivo de 2024-2025, e cria um apoio extraordinário e temporário à deslocação para docentes. Diário da República.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/57-a-2024-887747449>

Direção-Geral da Educação. (s.d.). Programa Integrado de Educação e Formação. Consultado em 21 de Março de 2025. <https://www.dge.mec.pt/programa-integrado-de-educacao-e-formacao>

Direção-Geral da Segurança Social. (2022). Nomenclaturas - Respostas Sociais. Segurança Social.

[https://www.seg-social.pt/documents/10152/113014/DGSS\\_Nomenclaturas\\_2022.pdf/6c5552a8-0c10-4271-8092-dd0b60fe1e71](https://www.seg-social.pt/documents/10152/113014/DGSS_Nomenclaturas_2022.pdf/6c5552a8-0c10-4271-8092-dd0b60fe1e71)

Emigrantes permanentes (N.º) por Idade; Anual. (s.d.). INE, Estimativas anuais de emigração.

<https://www.ine.pt/xportal/xmain?>

[xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0006050&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006050&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2)

Eurocid. (2022, dezembro). Imigração e emigração em Portugal. Consultado em 26 de Março de 2025.

<https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/imigracao-e-emigracao-em-portugal>

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Eurofound. (2019). Household composition and well-being. Publications Office of the European Union, Luxembourg. <https://www.eurofound.europa.eu/en/publications/2019/household-composition-and-well-being>

Eurofound. (s.d.). Subjective well-being. Consultado em 13 de Março de 2025. <https://www.eurofound.europa.eu/en/topic/subjective-well-being>.

Fortuna, C. (Coord.). (2014). Cultura, formação e cidadania. Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, Secretaria de Estado da Cultura; Centro de Estudos Sociais. <https://www.gepac.gov.pt/upload/processos/d053548.pdf>

Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2024). Nota Técnica: Carta Social – Resultados Globais 2023. <https://www.cartasocial.pt/documents/10182/14117/Nota+T%C3%A9cnica+Carta+SOCIAL+2023+resultados+globais.pdf/62c6f0ca-4fe4-4bb9-bed1-7bb1e4509a07>

Gama, M. (Coord.). (2024). Plano Estratégico Municipal Cultura Setúbal 2030: Documentos complementares ao PEMC.SET2030. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. [https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2024/07/DICUL.-Anexo-3.-Plano-Estrategico-Cultura-Setubal--versao-final\\_03-julho-2024.pdf](https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2024/07/DICUL.-Anexo-3.-Plano-Estrategico-Cultura-Setubal--versao-final_03-julho-2024.pdf)

Gaspar, T., Botelho Guedes, F., Cerqueira, A., & Gaspar Matos, M. (Coords.). (2023). Ecosistemas de Saúde dos Adolescentes Portugueses: Estudo Health Behaviour School-Aged Children/OMS 2022. [https://www.researchgate.net/publication/374616548\\_SAUDE\\_MENTAL\\_DOS\\_JOVENS\\_-\\_EBOOK](https://www.researchgate.net/publication/374616548_SAUDE_MENTAL_DOS_JOVENS_-_EBOOK)

Gato, A. P., Moreira, B., dos Santos, J. R., Canais, E., Cerqueira, A. F., & Barbosa, V. (2024). Contributos para o Estudo dos Determinantes Sociais de Saúde na Área Metropolitana de Lisboa. RPER, 67, 131–150. <https://www.review-rper.com/index.php/rper/article/view/539/503>

Gil, T. M. T. O. (2024). Preocupação ambiental, emoções associadas aos problemas ecológicos e ação pelo ambiente: Resultados de uma amostra de estudantes do ensino superior (Dissertação de mestrado). Universidade de Coimbra. [https://estudogeral.uc.pt/retrieve/272707/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_TiagoGil\\_2024.pdf](https://estudogeral.uc.pt/retrieve/272707/Disserta%C3%A7%C3%A3o_TiagoGil_2024.pdf)

Gomes, A. S. T. (2020). Estar Sem - Abrigo, Capital Social e Exclusão Um estudo etnográfico na cidade de Lisboa (Dissertação de mestrado). ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa. [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/21933/1/Master\\_Ana\\_Teixeira\\_Gomes.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/21933/1/Master_Ana_Teixeira_Gomes.pdf)

Goulart, N., & Peralta, S. (2024). Evolução do Mercado de Trabalho em Portugal e Implicações para o Sistema de Pensões (Notas Técnicas). Comissão para a Sustentabilidade da Segurança Social. [https://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/286709/CSSS\\_NT07.pdf/0cab3ab3-d442-4af0-8908-b7d903dfef7c](https://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/286709/CSSS_NT07.pdf/0cab3ab3-d442-4af0-8908-b7d903dfef7c)

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Igreja, M. A. A. (2004). A educação para a cidadania nos programas e manuais escolares de História e Geografia de Portugal e História – 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade do Minho – IEP. <https://hdl.handle.net/1822/951>

Inovar Autismo. (s.d.). Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI) Setúbal. Consultado em 24 de Fevereiro de 2025. <https://www.inovarautismo.pt/o-que-fazemos/os-cavi-da-inovar-autismo/centro-de-apoio-a-vida-independente-cavi-setubal/>

Instituto Nacional para a Reabilitação, IP (2024, 23 de outubro). Enquadramento. Consultado em 24 de Fevereiro de 2025. <https://www.inr.pt/enquadramento>

Instituto Nacional de Estatística. (s.d.). Óbitos (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário e Causa de morte (Lista sucinta europeia); Anual - INE, Óbitos por causas de morte (2022). [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008206&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008206&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2)

Instituto Nacional de Estatística. (2023). Rendimento e Condições de Vida 2022. [https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=638979246&att\\_display=n&att\\_download=y](https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=638979246&att_display=n&att_download=y)

Instituto Nacional de Estatística. (2024). Rendimento e Condições de Vida 2024. Instituto Nacional de Estatística. [https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=701764080&att\\_display=n&att\\_download=y](https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=701764080&att_display=n&att_download=y)

Instituto Nacional de Estatística. (2024). Rendimento e Condições de Vida: Habitação, Dificuldades Habitacionais e Eficiência Energética dos Alojamentos 2023. Instituto Nacional de Estatística. [https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?att\\_display=n&att\\_download=y&look\\_parentBoui=657275286](https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?att_display=n&att_download=y&look_parentBoui=657275286)

Instituto Nacional de Estatística. (2024). Tábuas de Mortalidade – NUTS II Esperanças de Vida – NUTS III 2021-2023. INE. [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUB\\_boui=439489924](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUB_boui=439489924)

Junta de Freguesia do Sado. (s.d.). Património Natural. <https://www.jf-sado.pt/freguesia/patrimonio-natural>

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Diário da República 1.ª Série. N.º 204/1999, 6115-6132. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/147-1999-581619>

Lei n.º 65/2020, de 4 de novembro. Estabelece as condições em que o tribunal pode decretar a residência alternada [...]. Diário da República, 1.ª Série, N.º 213. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/65-2020-147533134>

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lopes, J. A. (2021). Gravidez na adolescência: fatores de risco e complicações materno-fetais (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/134578/2/479981.pdf>

Malheiros, J., & Madeira, P. M. (2023). Segregação socioespacial urbana. In O. Santos, K. Silva, & J. Malheiros (Eds.), *Geografia urbana: revisitando conceitos e temas* (pp. 47–62). CEG-IGOT-ULisboa, UFRPE. ISBN: 978-65-85711-31-9. <https://doi.org/10.33787/CEG20230002>

Ministério da Saúde. (2025, 5 de março). Consultado em 5 de março de 2025. <https://www.chs.min-saude.pt/direito-de-acesso-do-utente-aos-cuidados-de-saude/lista-de-espera-para-1-consultas/2024-2/>

Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde/Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. (2024). *Infeção por VIH em Portugal – 2024*. Lisboa: DGS/INSA. <https://repositorio.insa.pt/entities/publication/f96cb5f1-5316-48ac-b200-1f6f6593e826>

Ministério Público. (s.d.). *Violência Doméstica – Perguntas Frequentes*. Consultado em 26 de fevereiro de 2025. <https://www.ministeriopublico.pt/perguntas-frequentes/violencia-domestica-0>

Moreira, M. J. G. (2020). Como envelhecem os portugueses — envelhecimento, saúde, idadismo. In S. Norton & L. Barbosa (Eds.), *Colecção «Os portugueses» 9/10* (pp. 1–80). Fundação Francisco Manuel dos Santos, PORDATA, Público e a RTP. <https://www.ffms.pt/documentos/7738/como-envelhecem-os-portugueses-pdf-pdf>

Município de Setúbal. (2024). *Plano Estratégico Municipal de Cultura de Setúbal*. [https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2024/07/DICUL.-Anexo-3.-Plano-Estrategico-Cultura-Setubal- -versao-final\\_03-julho-2024.pdf](https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2024/07/DICUL.-Anexo-3.-Plano-Estrategico-Cultura-Setubal- -versao-final_03-julho-2024.pdf)

Município de Setúbal. (2023). *Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação - PMIND 2023-2027*. <https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2023/06/19-DCDJ-DISOC-96-2023-Plano-Igualdade-Nao-Discriminacao-2023-2027-1.pdf>

Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza. (2024). *Pobreza e Exclusão Social. Relatório 2024*. EAPN Portugal. [https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2024/10/ONLCP\\_PES\\_Relatorio2024.pdf](https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2024/10/ONLCP_PES_Relatorio2024.pdf)

ONUSIDA. (2001). *Os Homens e o SIDA: Uma Abordagem Baseada no Género* (UNAIDS/99.43E). Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/SIDA (ONUSIDA). [https://data.unaids.org/publications/irc-pub03/gen03-os-homens\\_es.pdf](https://data.unaids.org/publications/irc-pub03/gen03-os-homens_es.pdf)

Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2014). *A Co-morbilidade das Doenças Físicas e Mentais*. Lisboa. [https://recursos.ordemdospsicologos.pt/files/artigos/co\\_morbilidade.pdf](https://recursos.ordemdospsicologos.pt/files/artigos/co_morbilidade.pdf)

Ordem dos Psicólogos Portugueses. (s.d.). *Absentismo e presentismo custaram 5,3 mil milhões de euros às empresas*. Consultado em 5 de março de 2025. <https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/noticia/4466>

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Organização Mundial da Saúde. (2025). Portugal [Visão geral do país]. Consultado em 4 de março de 2025. <https://data.who.int/countries/620>

Organização Mundial da Saúde (OMS). (2023, 8 de junho). Transtornos mentais. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders>

Organização Mundial da Saúde (OMS). (2024, 15 de fevereiro). Suicídio. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>

Padilla, B., & Ortiz, A. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 20, 159-184. <https://www.scielo.br/j/remhu/a/VgJxSRjsTTzndXdxPpkHYHD/?format=pdf&lang=pt>

Parlamento Europeu. (2025). Igualdade entre homens e mulheres. União Europeia. Consultado em 26 de março de 2025. <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/59/igualdade-entre-homens-e-mulheres>

Pinto, P. C., Bento, S., Pinto, T. J., & Neca, P. (2023). Pessoas com Deficiência em Portugal: Indicadores de Direitos Humanos 2023. Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. <https://drive.google.com/file/d/1GWBfaUIt0wuOXVoKo5tFAXhDsZWzA1pc/view?pli=1>

PORDATA: Fundação Francisco Manuel dos Santos. (s.d.). População residente: total e por grandes grupos etários (percentagem) (países europeus). Consultado a 26 de março de 2025 [https://prod2.pordata.pt/europa/populacao+residente+total+e+por+grandes+grupos+etarios+\(percentagem\)-1865-2021](https://prod2.pordata.pt/europa/populacao+residente+total+e+por+grandes+grupos+etarios+(percentagem)-1865-2021)

Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS). (2024). Atlas dos Municípios Saudáveis. Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2023. (2023). Diário da República, Série I. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/115-2023-222046014>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro. Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-203. Diário da República, 1.ª série, N.º 251/2021 <https://files.dre.pt/1s/2021/12/25100/0001900030.pdf>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro. Aprova a Nova Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030 e o respetivo Plano de Ação para os anos de 2025-2026. Diário da República, 1.ª Série, 231/2024. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/208-2024-901536082>

Rocha, M. (Coord.), Ferreira, A., Moreira, A. P., & Furstenuau Gomes, T. (2014). Redução do abandono escolar precoce - uma meta a prosseguir, Estudos e Intervenções. RH +50 Associação Quadros Seniores. [https://iefp.eapn.pt/docs/Combate\\_ao\\_abandono\\_escolar\\_precoce.pdf](https://iefp.eapn.pt/docs/Combate_ao_abandono_escolar_precoce.pdf)

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Rodrigues, D., Correia, T., Pinto, I., Pinto, R., & Cruz, C. (2014). Um Portugal de Imigrantes: exercício de reflexão sobre a diversidade cultural e as políticas de integração. *Da Investigação às Práticas: Estudos De Natureza Educacional*, 4(1), 82–105.

<https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/18/18>

Segurança Social. (2024, março). Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) torna-se resposta social da Cooperação com o Setor Social e Solidário. Consultado em 24 de fevereiro de 2025.

<https://www.seg-social.pt/tema-de-capa035>

Segurança Social. (s.d.). Objetivos e princípios. Consultado em 20 de fevereiro de 2025.

<https://www.seg-social.pt/objectivos-e-principios>

Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância. (s.d.). Quem Somos. Consultado em 24 de fevereiro de 2025. <https://snipi.gov.pt/quem-somos>

Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental (SPPSM). (2025). Perturbação Mental em Números.

<https://www.sppsm.org/informemente/perturbacao-mental-em-numeros/>

Tavares, I., & Carmo, R. M. (2023). Análise da Pobreza, Privação e Desigualdades em Portugal: Tendências Recentes num País Persistentemente Desigual. *Observatório das Desigualdades*, CIES-ISCTE. [https://www.observatorio-das-desigualdades.com/observatoriodasdesigualdades/wp-content/uploads/2023/12/OD\\_Analise-da-Pobreza-Privacao-e-Desigualdades-em-Portugal.pdf](https://www.observatorio-das-desigualdades.com/observatoriodasdesigualdades/wp-content/uploads/2023/12/OD_Analise-da-Pobreza-Privacao-e-Desigualdades-em-Portugal.pdf)

Universidade Católica Portuguesa, CIDEDEC – Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos. (2007). *Desemprego e Urbanização: Relatório Final (Projeto n.º 24/2006/4221)*. POEFDS – Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

[https://ciencia.ucp.pt/ws/portalfiles/portal/29305892/DESEMP\\_URB.pdf](https://ciencia.ucp.pt/ws/portalfiles/portal/29305892/DESEMP_URB.pdf)

Vidal, D. G., Fernandes, C. O., Viterbo, L. M. F., Vilaça, H., Barros, N., & Maia, R. L. (2021). Usos e perceções sobre jardins e parques públicos urbanos. resultados preliminares de um inquérito na cidade do Porto (PORTUGAL). *Finisterra*, LVI(116), 137–157.

<https://www.scielo.pt/pdf/fin/n116/0430-5027-fin-116-137.pdf>

